Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2
Carimbado Eletronicamente

Distribuição do Processo	
Serventia	Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Tipo de Distribuição	Sorteio
Data de Distribuição	03/05/2018
Hora de Distribuição	15:41:25
Data de Cadastramento	03/05/2018
Hora de Cadastramento	15:41:25
Serventia de Distribuição	Nadac - Nucleo de Distribuição dos Juizados Cíveis
Vara de Distribuição	7º Juizado Especial Cível
Classe do Processo	Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo Distribuído como Urgente	Não
Processo com Mudança de Acervo	Não
Serventia do Ofício de Registro	3º Ofício de Registro de Distribuição
Situação da Distribuição	Ativa

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL FÓRUM CENTRAL - RIO DE JANEIRO.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade n° 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o n° 131.965.897-06 (documentos anexos), residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, n° 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220 (documentos anexos), vem perante V.Exa., por seu procurador *in fine* assinado (instrumentos procuratórios anexos), com fulcro no artigo 319 e seguintes do NCPC c.c. arts. 186 e 927 do CC/2002, art. 6º e 17 da lei 8.078/1990 e na Lei nº 9.099/1995 propor

AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C.C. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78 (Cartão do CNPJ em anexo), com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006; **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI, RG 05.996.532-7/Detran-RJ e CPF 724.023.777-04, residente e domiciliado na rua Maria Benjamin, 94, casa

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

101 frente – Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140; **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, economista, RG 20.575-3 4 e CPF 810.516.547-34, residente e domiciliado na Rua Pio Correia, nº. 92, bloco 01, apto 602 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.461-240; e **VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Benjamin de Magalhães, 145 – casa 103 – Pilares, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.750-170 pelos fatos e fundamentos que passa a expender:

I – PRELIMINARMENTE

1.1. Da Competência

O Autor opta por propor a presente lide no endereço da Ré, cuja competência é do Juizado Especial Cível do Centro, por força do disposto no artigo 100, da Lei nº 8.078/1990, tendo em vista sua condição de consumidor perante os Réus.

1.2. Da Gratuidade de Justiça

Inicialmente, a parte Autoral vem requerer o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/1950 e nas alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, tendo em vista se encontra em extrema dificuldade financeira, pois além de suas despesas usuais, ainda tive o prejuízo causado pelos Réus.

Cabe frisar que o Réu possui 2 (dois) filhos menores impúberes, além de sua companheira, residindo em imóvel alugado no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), pagando condomínio, luz, IPTU, gás de cozinha,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

com diversas despesas que pesam em seu escasso orçamento familiar, tal como se denota nos docs. acostados nos autos.

O Autor é militar com um salário líquido de apenas R$ 3.395,00 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais), demonstrando de forma comprovada que não pode arcar com os custos do processo judicial.

A *mens legis* do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal é beneficiar pessoas exatamente no perfil do Autor, sob pena de negar-lhe acesso ao Poder Judiciário. Nesse sentido é o posicionamento adotado por este Tribunal, consoante emanado da Súmula nº 39 do Tribunal de Justiça deste Estado, verbis, "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (artigo 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade".

Diante disso e da comprovação da impossibilidade do Autor, pugna pela concessão da gratuidade de justiça consoante documentos acostados nos autos, uma vez que ele não pode arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, sem prejuízo da subsistência de sua família.

1.3. Do Litisconsórcio Passivo e Da Desconsideração da Personalidade Jurídica dos Sócios da 1ª Ré

Conforme se verifica na vasta lista de processos judiciais propostos em face da 1ª Ré, esta tem por hábito contumaz a lesão dos seus consumidores. Pior que isto, não efetua o pagamento vonluntário das suas condenações judiciais.

Desta feita, o Autor indica como exemplo o processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da 1ª Ré, em que houve desconsideração da personalidade jurídica incidentalmente, como se constata das cópias anexas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Assim, visando dar cumprimento aos princípios da efetividade, celeridade e economia processuais, o Autor entende que é o caso da aplicação do art. 134, §2º, CPC/2015, em que é facultado à parte indicar quem será demandado, podendo fazê-lo em face da pessoa jurídica OU dos seus sócios / diretores, nas hipóteses de cabimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

Desta feita, os 2º, 3º e 4º Rúes possuem pertinência temática subjetiva para compor o polo passivo da presente demanda, uma vez que compõem o quadro estatutário da 1ª Ré. Importante ressaltar que os 2º, 3º e 4º Réus são diretores da 1ª Ré, conforme comprovam os atos constitutivos em anexo.

1.3.1. Da Dissolução Irregular e da Inatividade da 1ª Ré

Cabe explicitar que a Lei nº 5.764/1971, estabelece as condições e possibilidades de dissolução legal e regular das cooperativas, bem como de sua liquidação.

Dessume-se, então, das provas constantes dos autos, que a empresa Executada fora utilizada e dissolvida de forma irregular e ilegal, encerrando suas atividades em detrimento às disposições legais supra citadas, inclusive contratuais, haja vista, que não fora procedida qualquer baixa junto aos órgãos competentes, tampouco, se deu a liquidação de seus haveres e obrigações, como está demonstrado na presente exordial, **além de não deixar quaisquer bens para garantia e liquidação de suas dívidas**.

O Código Civil de 2002 amplia e estende a responsabilização daqueles que, sob o manto da personalidade jurídica, praticam atos tendentes a fraudar credores. Assim, diz o Estatuto Civil:

> **Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.**

Da mesma forma, a Lei das Cooperativas possui previsão de responsabilização dos seus diretores, conofrme se verifica abaixo:

> **Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.**

Assim, da análise conjunta dos dispositivos supra, conclui-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica tem por fundamento os princípios gerais de proibição do abuso de direito, fraude à lei ou prejuízo a terceiro, permitindo que o magistrado, diante de determinadas circunstâncias, desconsidere a personalidade, atribuindo condutas e responsabilidades diretamente aos direitores e administradores. Sobre o assunto, ensina Rubens Requião:

> **"Não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso do direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude)". (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 1977, págs. 266 e segs)**

Na seara doutrinária, outra não é a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> **"(...) Por vezes a autonomia patrimonial da sociedade comercial dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', pela qual se**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade. Pressuposto não afastável da despersonalização episódica da pessoa jurídica, no entanto, é a ocorrência da fraude por meio da separação patrimonial. Não é suficiente a simples insolvência do ente coletivo, hipótese em quem não tendo havido fraude na utilização da separação patrimonial, as regras de limitação da responsabilidade dos sócios terão ampla vigência. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica que o pressupõe, portanto. O credor da sociedade que pretende a sua desconsideração deverá fazer prova da fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da devedora." *(In* "Manual de Direito Comercial", editora Saraiva, 8ª edição, 1997, pág. 113/114 - Grifo inovado)**

Aduz-se que a teoria da desconsideração da pessoa jurídica **"tem a intenção de permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesses que se estabeleceu em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco"** (Direito Civil, Saraiva, 21ª ed., Parte Geral, vol. 1, SILVIO RODRIGUES, pág. 77 - grifo nosso).

A jurisprudência de nosso Estado acompanha o entendimento doutrinário acima exposto, confirma a tese já desenvolvida e, fulmina a questão digladiada, solucionando casos semelhantes ao da espécie em exame:

> **"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA. 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela ora agravada, em fase de cumprimento de sentença, cujo débito foi apontado à época como sendo R$ 506.165,68. 2. A decisão atacada deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para incluir a sócia administradora no polo passivo, que deverá ser intimada no endereço apontado na alteração contratual para oferecer bens à penhora, sob as penas da lei. 3. A nova regra de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Processo Civil**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **de 2015 é aplicável somente a partir de sua vigência (18/03/2016), ao passo que a decisão atacada foi proferida em 22/02/2016. 4. A desconsideração da personalidade jurídica exige a ocorrência de abuso de direito, fraude contra credores, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. 5. Intimada a empresa devedora, não houve o pagamento do débito nem oferecimento de bens à penhora, sendo certo que restou infrutífera a tentativa de constrição "on line". 6. Outrossim, não logrou êxito em localizar bens passíveis de penhora por meio do sistema RENAJUD e certidões dos Distribuidores, conforme se verifica por meio de consulta eletrônica aos autos do processo principal. 7. O abuso do direito por desvio de função encontra-se consubstanciado no fato dos sócios terem abandonado a empresa sem adotar as providências operacionais e legais necessárias à regular liquidação da sociedade. 8. Julgados deste Tribunal no sentido de aplicar, por analogia, o verbete sumular nº 435 do STJ para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica. 9. Recurso desprovido." (TJ-RJ - AG 0045506-38.2016.8.19.0000. Des. MÔNICA MARIA COSTA DI PIERO - Julgamento: 14/03/2017 grifos nossos)**

Não se olvide que há presunção de fraude, quando a pessoa jurídica devedora abandona seu domicílio fiscal, sem adimplir as obrigações pendentes, permitindo-se a aplicação da teoria do levantamento do véu. É o que se vê abaixo:

> **Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.**

Em robustecimento à tese ora digladiada, colacionamos as decisões do **Superior Tribunal de Justiça**, em casos símiles, *in verbis*:

> **"EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS PARTICULARES DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS EMPRESAS EXECUTADAS. CONSTRIÇÃO ADMISSÍVEL. O sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada responde com seus bens particulares por dívida da sociedade quando dissolvida esta de modo irregular. Incidência no caso dos arts. 592, II, 596 e 10 do Decreto. N. 3.708, de 10.1.1919. Recurso**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

especial não conhecido." (REsp 140564/SP. Min. BARROS MONTEIRO – 21.10.04)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. REJEIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE) A existência de indícios do encerramento irregular das atividades da empresa executada autoriza o redirecionamento do feito executório à pessoa do sócio (Precedentes: AgRg no REsp n.º 643.918/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16/05/2005; REsp n.º 462.440/RS, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18/10/2004; e REsp n.º 474.105/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19/12/2003). (...). (EDcl no REsp 750335. Min. LUIZ FUX – 28.03.06)

Da mesma forma, a desconsideração da personalidade jurídica, é plenamenente cabível às sociedades simples, inclusive cooperativas, bem como associações. Assim já foi decidido:

"Comprovado o encerramento irregular da executada, somado à inexistência de patrimônio penhorável (conforme se depreende dos autos, a exequente, ora agravante, tomou todas as providências razoáveis para obter dos devedores a garantia da execução, mas sem lograr êxito), legitima a desconsideração da personalidade da associação filantrópica, não para atingir seus associados, mas para atingir seus dirigentes, que a representam na forma dos estatutos"
(TJ-SP - AG. INST. 0271266-83.2011.8.26.0000)

"Ação de rescisão contratual – Fase de execução de acordo judicial – Decisão que indeferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da Cooperativa agravada – Insurgência do autor – Desconsideração da personalidade jurídica que se mostra medida necessária, uma vez que há indícios robustos de abuso da personalidade jurídica para fraudar credores – Presença dos requisitos legais do artigo 50 do Código Civil – Recurso provido."
(TJ-SP - AI 2077601-29.2015.8.26.0000TJ-SP. Data de publicação: 26/06/2015)

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Estes são os fundamentos que compõem a situação em foco, sendo certo que, *in casu,* é flagrante a utilização da empresa com abuso de direito, realizando uma série de contratos de forma irregular, devendo ser aplicado ao caso em tela o **artigo 28, parágrafo 5˚, do CDC, tendo em vista que a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica,** apenas deve se auferir a mera insolvência, ou seja, o não ressarcimento dos valores com a correção monetária e os juros devidos, para atingir o patrimônio do Réu.

Inclusive é a TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, que melhor absorve o caso em tela, segundo a jurisprudência do STJ, em casos de referência como o da explosão do Shopping Osasco em São Paulo.

Assim, firmada está a pertinência subjetiva para a presente lide, uma vez que os 2º, 3º e 4º Réus concorreram para o evento danoso em desfavor da parte Autora, o que os tornam legitimados passivos à demanda em comento, devendo responder pelos danos causados.

1.4. Da Preliminar de Prova Emprestada

Note-se que, no atual Código de Processo Civil de 2015, há um capítulo referente às provas, que expressa, em seu art. 372, que:

> **O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.**

Assim, há uma permissibilidade legal para o juízo utilizar e validar a denominada "prova emprestada". Tal orientação coaduna com a jurisprudência dominante, que enuncia a prova emprestada como aquela produzida em outro processo, que possui como efeitos trazer ao processo temas que uma das partes pretende que sejam apreciados e

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

considerados válidos, tal como um processo diverso de outra parte, mas com temas correlatos ou já julgados e de relevância para a interpretação do juízo.

Com isso, autores como **Nelson Nery Jr.** enunciam que a prova emprestada é aquela que, embora produzida em outro processo, se pretende produza efeitos no processo em questão, sendo acompanhado de autores como Luiz Guilherme Marinoni e Eduardo J. Couture.

Dessa feita, a validade da prova emprestada, como um meio documental probatório, será conhecido por já ter sido a base de uma sentença transitada em julgado, sendo tal compartilhamento de prova admitido pelo sistema jurídico brasileiro.

Com isso, busca-se a utilização da prova como emprestada para atender os ditames da justiça no caso concreto, sem se afastar da observância do contraditório em relação aos litigantes. Inclusive, a prova emprestada é plenamente reconhecida nos tribunais pátrios, tal como se denota:

> **"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INVALIDEZ PERMANENTE CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PERÍCIA JUDICIAL REALIZADA. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE. JULGADOR.**
> **DESTINATÁRIO DAS PROVAS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N° 7/STJ.**
> **(...)**
> **2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.**
> **Revisão do entendimento esbarraria no óbice contido na Súmula n° 7/STJ.**
> **3. A prova pericial emprestada produzida em juízo é apta a comprovar, nos termos do artigo 372, do CPC/15, a presença da doença que acarreta a incapacidade permanente do segurado."**
> **4. Agravo interno a que se nega provimento.**
> **(STJ - AgInt no AREsp 1082454/DF, Rel. MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dessa feita, o deferimento de prova emprestada para aferir contratos de consumo, quando se refere ao mesmo caso concreto de forma similar ou a mesma base contratual em contratos de adesão, o que ocorre no presente caso.

Observa-se que o novo Código de Processo Civil ao frisar que a prova emprestada pode ser utilizada, está obedecendo ao princípio da efetividade processual, de forma a criar uma maior celeridade e economia na fluência do processo, com o respeito ao *due process of law.*

Com isso, pleiteia o Autor pelo deferimento da preliminar de prova emprestada, do **Processo n° Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS, em curso perante o 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL - RJ**.

1.5. Da Aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova

Ab initio, há de se ressaltar que numa relação em que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra, o Código de Defesa do Consumidor, demonstra em seu artigo 6º, inciso VIII, que pode ocorrer a inversão do ônus da prova, seja pela hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança da alegação.

Entende-se como hipossuficiência, não somente as condições econômicas desfavoráveis da parte, mas, também, ausência de recursos técnicos ou pelo fato da outra parte ter o monopólio das informações.

Logo, o Autor pleiteia a aplicação do microssistema protetivo do CDC, que deve ser aplicado como parâmetro interpretativo. Inclusive, especificamente o Autor requer a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, VII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado.

Desta feita, especificamente o Autor, também, a aplicação do art. 28, CDC, com aplicação da **teoria menor da penetração**, para todos os fins de direito.

II – DOS FATOS

O Autor, buscando o melhor para sua família e tentando realizar o sonho de todo brasileiro o "DIREITO À MORADIA", realizou um contrato de aquisição de imóvel com a Ré, para financiamento no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 13/12/2017, no qual realizou um depósito inicial no valor de R$ 10.677,05 (dez mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), pagando a 1ª mensalidade de R$ 1.177,05 (um mil, cento e setenta e sete reais e cinco centavos) conforme documentos acostados aos autos.

Contudo, após o envio da documentação por correio (documento anexo), o Autor solicitou a utilização do financiamento para a aquisição de um imóvel indicado pela 1ª Ré, mas foi surpeendido com a informação de que, na verdade, adquiriu contrato de adesão em uma cooperativa habitacional.

Ao questionar sobre as informações iniciais e a devolução dos valores acima, o Autor recebeu respostas vagas, constatando que foi induzido a erro, ou seja, não era um financiamento de imóvel tradicional como os existentes no mercado bancário.

Diante disso, pediu cancelamento do negócio, com devolução dos valores. Contudo, a 1ª Ré não realizou a rescisão contratual de forma amigável, nem devolveu os valores até a presente data.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Por isso, foram esgotadas as possibilidades de resolver o presente imbróglio. Dessa forma, a parte autoral, não vê alternativa, que não seja buscar a tutela jurisdicional, para que seja feita a mais lídima justiça.

III – DOS FUNDAMENTOS

3.1. Da Relação Jurídica Consumerista

Cumpre esclarecer que a presente lide se caracteriza como relação de consumo nos termos do CDC. Assim, vejamos o conceito de consumidor, a partir do Código de Defesa do Consumidor:

> **Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.**

Além disto, a Lei nº 8.078/1990, que trata do Direito do Consumidor, ao descrever os direitos essenciais deste, reconhece a necessidade da prestação adequada dos serviços pelos fornecedores contratados, sob pena de configuração de responsabilidade objetiva, nos termos do art. 14 CDC:

> **"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos"**

Salienta-se que a 1ª Ré é Sociedade Cooperativa, que tem suas normas definidas na Lei 5.764/1971. Importante frisar que a lei em questão, em nenhum de seus artigos exclui a aplicabilidade do Código de

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Defesa do Consumidor, sendo considerado fornecedor quaisquer modalidade de pessoa física ou jurídica, inclusive as Sociedades Cooperativas.

Diante disso, não resta qualquer dúvida quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor; deste mesmo diploma legal, mister discorrer sobre o artigo 6º, VI, que afirma ser direito básico do consumidor a reparação de danos patrimoniais e morais, entre outros.

3.2. Do Princípio da Boa-Fé e da Abusividade da Propaganda

O instituto da Boa-fé presente no direito brasileiro e ressaltado em vários artigos do código civil 2002, tem como real objetivo nortear a conduta social das pessoas fazendo com que esta esteja adequada aos parâmetros sociais vigentes, com supedâneo no artigo 113 do CC/02.

No campo dos contratos, vislumbra-se que o artigo 422 do CC/02, traz a boa-fé objetiva como uma obrigação que deve estar presente desde a fase preliminar, passando pela fase de execução ou contratual propriamente dita, até a fase pós-contratual.

Significa dizer que as relações interpessoais não devem se prender somente ao que está expresso no contrato, mas também ter intrínseco um dever moral e legal de não causar prejuízo à outra parte, agindo com honestidade e honrando todas as negociações realizadas, sejam elas verbais ou escritas, sob pena, até mesmo de estar cometendo ato ilícito, conforme expressa o artigo 187 do CC/02.

A política nacional de relações de consumo tem como pressuposto, entre outros, o princípio da boa-fé, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, que sem dúvida alguma foram desrespeitadas pelas Rés.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

No caso em tela, insta salientar que a 1ª Ré, atua no mercado como verdadeira agente imobiliária, fazendo com que as pessoas acreditem que estão contratando a intermediação para aquisição de um imóvel, enganando os consumidores, ao criar falsas expectativas e esperanças na realização do sonho de compra de imóvel.

É nítido que o contrato de adesão da 1ª Ré não é um contrato comum ou usual, tendo cláusulas confusas, bem como grandes restrições de crédito contra o consumidor. Ou seja, contém termos de difícil compreensão para pessoas leigas nos termos do direito.

Trata-se de um contrato com graves vícios, com cláusulas leoninas, conteúdo abusivo e lesivo ao consumidor, redigido de forma a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance, em afronta ao art. 46 e 51 e seus respectivos incisos do Código de Defesa do Consumidor, o que por si só já impõe o reconhecimento da sua nulidade ou rescisão contratual.

Não é demais ressaltar que o prestador de serviço tem a obrigação de apresentar informações claras e corretas, a respeito do serviço contratado. No entanto, como se vê pelas propagandas juntadas em anexo, estas induzem o Consumidor a erro, levando-o a crer que se trata de compra do imóvel, através de contrato de financiamento de imóvel, mas na verdade a real intenção é associação para cooperativa de crédito habitacional.

Mais que isso, é sabido que o vício de consentimento é causa de anulabilidade ou rescisão de qualquer negócio jurídico. Entre os vícios de consentimento, destacam-se o erro e o dolo. Ambos impedem que a vontade real de uma pessoa seja externada, tornando-a prejudicada no que tange ao negócio jurídico que se prestaria a validar. Sendo assim, o direito assiste à pessoa que, em determinada situação, teve sua vontade viciada, dando-lhe condições de em momento posterior provocar a anulação do ato.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Importante observar a lição de ORLANDO GOMES quanto aos requisitos, para que seja um negócio jurídico considerado perfeito:

> **"O negócio jurídico somente é perfeito quando a vontade é declarada de maneira lícita, livre e consciente, isto é, de acordo com a lei, sem pressões físicas e morais e com correta percepção da realidade." (Gomes, Orlando. Introdução ao Direito Civil, 18ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2001, p. 414)**

Ora, a correta percepção da realidade somente é possível se não houver erro ou dolo, no tocante à manifestação da vontade da parte Autora. Conforme ensina Caio Mário:

> **"Quando o agente, por desconhecimento ou falso conhecimento das circunstâncias, age de um modo que não seria a sua vontade, se conhecesse a verdadeira situação, diz-se que procede com erro." (Caio Mário, p. 326)**

Assim, relativamente ao conceito de erro, tem-se que há uma falsa noção da realidade, que pode ser inclusive em relação a um dos contratantes. O atual Código Civil assim dispõe acerca do erro:

> **"art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio."**

Colaciona-se o conceito de FLAVIO TARTUCE concernentemente ao instituto do erro:

> **"O erro é um engano fático, uma falsa noção, em relação a uma pessoa, ao objeto do negócio ou a um direito, que acomete a vontade de uma das partes que celebrou o negócio jurídico. De acordo com o art. 138 do atual CC, os negócios jurídicos celebrados com erro são anuláveis, desde que o erro seja substancial, podendo ser percebido por pessoa de diligência normal, em fase das circunstância em que o negócio foi celebrado."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Impende salientar ainda a I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, com a aprovação do Enunciado nº 12, cuja redação merece destaque:

> **"Na sistemática do art. 138, é irrelevante ser ou não escusável o erro, porque o dispositivo adota o princípio da confiança."**

Diante dos fatos, está cristalinamente caracterizado o erro, já que a vontade da parte Autora, cerca-se de falsa percepção da condição da Ré, bem como quanto às condições do negócio, sendo indiscutível que a contratação não teria sido realizada se o Autor conhecesse previamente do aqui narrado.

Por isso, estamos diante de anulação dos atos praticados, haja vista vício insanável, porque a realidade sobre o pagamento da 'entrada' realizado, sem o Autor saber das práticas abusivas que já eram praticadas pela 1ª Ré de forma dolosa em seus contratos, enseja a rescisão do contrato.

Por conseguinte, no que tange ao instituto do dolo, tem-se que houve erro por parte do Autor, mas indubitavelmente provocado em decorrência do dolo manifesto das contratações anteriores que a 1ª Ré realizava sem se atentar para a lealdade, boa-fé e a concretização da confiança depositada em quem assina tal contrato com intuito de adquirir imóvel em data futura.

Para que se caracterize o dolo, dois elementos devem ser conjugados: o elemento objetivo que corresponde ao comportamento ilícito de quem quer enganar e o elemento subjetivo que é a intenção de enganar, *animus decipiendi*. Assim dispõe o Código Civil:

> **Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **Art. 148. Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento (...).**

Cabe trazer à baila o conceito de dolo, conforme as lições de ORLANDO GOMES:

> **"consiste em manobras ou maquinações feitas com o propósito de obter uma declaração de vontade que não seria emitida se o declarante não fosse enganado. É a provocação intencional de um erro." Ainda: "nos negócios unilaterais, o dolo há de provir necessariamente de outrem que não o agente."(p. 421)**

Já segundo as palavras de FLAVIO TARTUCE:

> **"O dolo pode ser conceituado como sendo o artifício ardiloso empregado para enganar alguém, com intuito de benefício próprio. O dolo é a arma do estelionatário, como diziam os antigos civilistas. De acordo com o art. 145 do CC, o negócio praticado com o dolo é anulável, no caso de ser este a sua causa. Esse dolo, causa do negócio jurídico, é conceituado como dolo essencial, substancial ou principal (dolus causam). Em casos tais, uma das partes do negócio utiliza artifícios maliciosos, para levar a outra a praticar um ato que não praticaria normalmente, visando obter vantagem, geralmente com vistas ao enriquecimento sem causa.**
> **Para tanto, deve-se levar em conta a pessoa natural comum, o que antes era denominado como homem médio, a partir das regras de comportamento e de experiência, o que está de acordo com a teoria tridimensional de Reale. Em suma, deve-se ter como parâmetro a conduta do homem razoável ("reasonable man").**
> **Dolus malus (dolo mau) – este sim consiste em ações astuciosas ou maliciosas com o objetivo de enganar alguém e lhe causa prejuízo. Quando se tem o dolo mau, o negócio jurídico poderá ser anulado se houver prejuízo ao induzido e benefício ao autor do dolo ou a terceiro."**

Evidente que a 1ª Ré já tem agido dolosamente, pois o Autor assinou documentos e entregou depósito de sua poupança, acreditando em uma falsa noção da realidade inserida no caso em tela, que o conduziu

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

a erro, através de conduta dolosa da Ré, que se soubesse da real situação, com certeza não teria concretizado o pagamento, objeto desta lide.

Assim imperiosa se faz a determinação da **anulação ou a rescisão do negócio jurídico**, sendo tal situação assegurada pela jurisprudência pátria, conforme abaixo demonstrado:

> **"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. DEMANDAS CONEXAS. VÍCIO NO CONSENTIMENTO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. INADIMPLEMENTO. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO DO PREÇO DO IMÓVEL. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO ADQUIRENTE. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DOLO E MÁ-FÉ DA PARTE COMPRADORA. TRANSFERÊNCIA. REGISTRO IMOBILIÁRIO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. APELO PROVIDO. I. Hipótese na qual a documentação que instrui o processo evidencia que a parte que se comprometeu a comprar o imóvel, em vez que efetuar o pagamento, utilizou-se de manobras para transferir a titularidade do bem no registro imobiliário. II. Comprovado o dolo empregado para a realização do negócio jurídico, resultando na formalização de contrato de compra e venda não pretendido por uma das partes, a anulação do negócio jurídico se mostra necessária, sob pena de enriquecimento ilícito. III - Devida indenização por danos morais no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) pela locatária inadimplente desde janeiro de 2009, e que ainda registrou o imóvel em seu nome, valendo-se da inexperiência e pouca instrução das partes envolvidas, à locadora que saiu de seu imóvel para morar na casa de terceiros no afã de receber os alugueis. IV - Apelação provida."**
> **(TJ-MA - APL: 0012438-22.2011.8.10.0001, Rel. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/04/2014)**

Ressalta-se que o erro e o dolo aqui arguidos, advieram de uma propaganda enganosa perpetrada contra um consumidor, o que agrava ainda a ilicitude dos Résu. Assim, encontram-se claramente afrontadas as seguintes normas do Código de Defesa do Consumidor, lei 8.878/90, como segue:

> **Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:
I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)
III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (...)
IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. (...)
§ 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (...)
IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;
V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
II - subtraiam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;
III - transfiram responsabilidades a terceiros;
IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a eqüidade;
XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;
§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:
I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
II - restringe direito ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.
§ 4° É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
24
Carimbado Eletronicamente

> **contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.**

Na Hipótese em tela, restou devidamente demonstrado a falha na prestação do serviço, por vício de informação, cláusulas abusivas, bem como propaganda enganosa, o que acarreta a possibilidade de reconhecimento de **nulidade ou rescisão do negócio jurídico**, com ressarcimento dos respectivos prejuízos.

3.3. Dos Danos Materiais

Não é demais frisar que a Ré demonstrou comportamento abusivo e ilegal em desfavor do Autor, passível, portanto, de reparação pelos danos materiais, em decorrência do desfazimento da relação jurídica aqui discutida.

Dispõe o artigo 186 do novo código Civil Brasileiro, *in verbis*: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". E ainda, de acordo com o art. 927 e 944 do novo Código Civil:

> **Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**
>
> **Art. 944 – A indenização mede-se pela extensão do dano.**

Por outras palavras no dizer do Ilmo. Dr. Washington de Barros Monteiro, "o direito à indenização surge sempre que prejuízo resulte da atuação do agente". Assim, fica caracterizada a total responsabilidade das Rés supracitados pelo ressarcimento dos prejuízos causados ao Autor.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora, o contrato não se abstém na rescisão do negócio por desistência do contratante, mas prevê a retenção de toda a quantia paga, cobrando multa rescisória de 20% (vinte por cento), o que também é deveras abusivo, devendo ser tal cláusula afastada, haja vista a nulidade deste documento.

No caso em tela, o Autor desembolsou o valor da 'entrada', no importe de R$ 10.500,00, mais R$ 1.177,05, relativamente à 1ª parcela do financiamento do imóvel, o que foi pago através de boleto único no dia 13/12/2017.

Por causa disto, os Réus devem restituir o Autor pelos prejuízos materiais causados, na monta total de R$ 11.677,05, que deve ser paga com o acréscimo de correção monetária e juros legais, a partir do desembolso.

3.5 Do Dano Moral

De *prima facie*, deve-se analisar de forma escorreita o instituto do dano moral, que se caracteriza por ser a lesão de interesse não patrimonial de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo. Segundo o Dr. Aguiar Dias, "o dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão abstratamente considerada."

Logo, afirma-se que no momento em que os Réus descumpriram seu dever legal, não prestando corretamente as informações solicitadas, criou uma situação de constrangimento ao Autor, atingindo sua honra subjetiva, que segundo Eugenio Cuello Calón "designa o sentimento da própria dignidade moral, nascida da consciência de nossas virtudes ou de nosso valor moral, isto é, a honra em sentido estrito".

Isso sem contar que, no que tange à proteção e defesa do consumidor, a reparação dos danos baliza-se na responsabilização do

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

ofensor com vistas à satisfação pessoal ou econômica do consumidor, consistindo seu objetivo maior, na verdade, servir de desestímulo à prática lesiva nas relações de consumo, a exemplo da que ocorreu *in casu.*

Desta forma, o que se pode concluir é que o consumidor foi tratado com desrespeito, não se levando em conta a condição de cidadão, que é cumpridor de seus deveres, sendo certo que a conduta dos Réus ofendeu a sua dignidade, atingindo-lhe a personalidade e violando seu *status dignitatis*. A dignidade, por sua vez, é prevista como um princípio fundamental em nossa Constituição, uma cláusula pétrea inserida no artigo 1º, III, como princípio fundamental de nosso Estado Democrático de Direito.

Repita-se que os Réus deixaram de cumprir com o seu dever de cuidado, ao prestar informações enganosas, que causou muito mais que um mero prejuízo econômico, já que houve imensa perda de tempo com ligações, deslocamentos, idas e vindas. É certo que todo esse desgaste causou enorme abalo emocional ao Autor. Deveras absurdo!!!

Cristalino, Exª, que, caso os Réus persistam com a prática destes fatos, todos os seus consumidores que venham a vivenciar situações similares sofrerão enormes prejuízos, de modo que essa conduta deve ser desestimulada. Por fim, quanto à fixação do *quantum*, o MM. Julgador, ao qualificá-la, deve se ater à dimensão da ilegalidade do dano e a capacidade econômica do seu causador, que, na espécie, é considerável.

Portanto, quer deixar claro o Autor que não pretende aqui se locupletar, mas tão só que a verba indenizatória do dano moral venha amenizar o constrangimento por ele suportado, haja vista que a propaganda enganosa, foi muito além do prejuízo financeiro, pois houve enorme dispêndio de tempo e desgaste emocional, o que implica em dano moral *in re ipsa*.

O Superior Tribunal de Justiça tem decidido reiteradas vezes que na fixação do dano moral deve o julgado se ater a critérios, tais como o nível

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

cultural do causador do dano, condição sócio-econômica do ofensor e, no caso em tela, **a imensa margem de lucro de empresas que fazem parte de vasto e poderoso grupo econômico**. De outro lado, entretanto, tem-se um homem honesto, que apenas queria tirar sua família da comunidade violenta, que atualmente reside. Assim já julgou o STJ:

> **"DANO MORAL. REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR. CONDENAÇÃO ANTERIOR EM QUANTIA MENOR. [...] Ademais, a reparação deve ter fim também pedagógico, de modo a desestimulara prática de outros ilícitos similares, sem que sirva, entretanto, a condenação de contributo a enriquecimentos injustificáveis..."**

Inclusive, no presente caso, também se aplica a teoria do desvio produtivo do consumidor, que foi consolidada pelo STJ, através do REsp nº 1.260.458/SP, que deve ser considerado em casos similares ao presente, uma vez que o Autor teve grande dispêndio de tempo, na tentativa de resolver amigavelmente o presente problema.

Note-se, que, a prática reiterada da 1ª Ré, já é conhecida do Judiciário do Rio de Janeiro, havendo diversos julgados comprovando que ela age irrefreavelmente com violação ao princípio da boa-fé. É necessário trazer o posicionamento jurisprudencial recente de nosso Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao que tange a 1ª Ré (KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL), *in litteris*:

> **"Apelação. Cooperativa habitacional. Propaganda enganosa por omissão. Desfazimento do contrato sem retenção de quaisquer valores pagos. Dano moral. Jurisprudência. 1. O fornecedor de serviços, sobretudo de serviços massificados e contratados por adesão, deve utilizar a língua do seu público-alvo não só na publicidade que oferece vantagens inauditas, mas também nas entrelinhas que ressalvam as condições para seu desfrute, ou do contrário não estará assegurando "informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados"**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

(CDC, art. 31). 2. Que certas cláusulas contratuais sejam claras e compreensíveis ao operador de Direito, formado com o necessário instrumental jurídico, não significa que o sejam também para o cidadão leigo das classes mais baixas e mais vulneráveis à inculcação propagandística. 3. É enganosa, por omissão, a propaganda que deixa de anunciar dado essencial sobre a natureza do produto ou serviço, induzindo o consumidor, ainda que tacitamente, em erro quanto à conveniência da contratação para as suas necessidades pessoais. Tal é o caso da cooperativa habitacional que, funcionando quase à moda de um autêntico consórcio, e condicionando a liberação do capital subscrito à disponibilidade de recursos no mês, à integralização de um seu percentual e à proposta de antecipação de parcelas a vencer (o que se equipara a um lance), veicula publicidade que inculca no receptor a ilusão de que poderá rapidamente sair do aluguel, sem explicitação dos termos em que funciona o negócio ofertado. 4. Violação dos arts. 6º, inc. III, 31, 36, 37, caput e §§ 1º e 3º, e 39, inc. IV, do Código de Defesa do Consumidor. Impossibilidade de se admitir cláusula de retenção, nesse contexto. 5. A falha no dever de informação clara e adequada, que constitui direito básico do consumidor, pode configurar dano moral quando importe em frustração de legítimas expectativas do consumidor em relação a algum plano ou aspecto de vida considerado suficientemente relevante para impactar seus direitos de personalidade. Tal é o caso da aquisição imobiliária, que exige do consumidor o levantamento de recursos consideráveis, proporcionalmente a seus ganhos, e faz nele nutrir sonhos e planos que, desfeitos por culpa do fornecedor, não se podem considerar como meros dissabores corriqueiros. 6. Considerando o importe dos valores dispendidos pelo ludibriado consumidor; o impacto de tais somas em seu modesto orçamento; a extensão do dano decorrente da ilusão desfeita e a extrema gravidade da culpa do ofensor, afigura-se razoável o arbitramento da verba compensatória no valor de R$ 5.000,00. 7. Provimento do recurso. Data de julgamento: 24/02/2016. (TJ-RJ - AC 0013480-65.2013.8.19.0202. Des. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES. Data de Julgamento. Ré: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL C/C RESILIÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL. CONSUMIDORA QUE ADERIU À KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL COM O OBJETIVO DE OBTER FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL PARA DECLARAR A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO E CONDENAR A APELANTE A DEVOLVER R$ 6.826,62 A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS, E AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 A TÍTULO DE DANO MORAL. APELAÇÃO DA RÉ PUGNANDO PELO

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

RECONHECIMENTO DE VALIDADE DO CONTRATO. DESPROVIMENTO DO RECURSO, COM FULCRO NO ART. 557, CAPUT, DO CPC, CONFIRMANDO-SE A BEM LANÇADA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 1 - Afronta ao princípio da transparência e dever de informação ao consumidor, nos termos dos artigos 4º, caput, 6º, inc. III e 31 da Lei 8078/90, tendo em vista a utilização de termos de difícil compreensão, bem como a falta de informação adequada no material publicitário. 2 - Desrespeito à boa-fé objetiva e à função social do contrato que impõe sua nulidade, assim como a restituição dos valores pagos e a indenização a título de dano moral. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática." (TJ-RJ - AC 0351733-70.2013.8.19.0001. Des. ANTÔNIO CARLOS BITENCOURT - Julgamento: 20/10/2015)

"APELAÇÃO CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. RITO ORDINÁRIO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL KEROCASA. AUTORA QUE SE ASSOCIOU À RÉ NO INTUITO DE COMPRAR UMA CASA. APÓS ADIANTAR VALORES, DESISTIU E REQUEREU A RESCISÃO DO CONTRATO. SENTENÇA JULGANDO PROCEDENTES OS PEDIDOS. APELAÇÃO DA RÉ. PRETENSÃO DE RETER 20% DOS VALORES PAGOS, CONFORME PREVISÃO CONTRATUAL. IMPROCEDÊNCIA DOS DANOS MORAIS. A ré/apelante violou os princípios da transparência máxima, vulnerabilidade do consumidor e boa-fé objetiva, insculpidos no art. 4º, caput, I e III, do CDC. RESCISÃO DO CONTRATO SEM ÔNUS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM CONDENAÇÃO DA RÉ/APELANTE, NO QUAL FOI DECLARADA A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS, BEM COMO AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 DE DANOS MORAIS, VEZ QUE ATENTE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE QUE O CASO REQUER, levando-se em conta a angústia de ver frustrado seu sonho de adquirir a casa própria, além de ver negado o seu legítimo pedido de devolução integral dos valores pagos. RECURSO DA RÉ/APELANTE QUE SE CONHECE E SE NEGA SEGUIMENTO. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática - (TJ-RJ - AC 0024523-20.2013.8.19.0001. Des. NATACHA TOSTES OLIVEIRA - Julgamento: 21/05/2015)

In casu, a propaganda enganosa da Ré, submeteu o Autor a toda sorte de aborrecimentos e desgastes, fazendo com que o consumidor perdesse muito tempo, tentando resolver problemas decorrentes de práticas abusivas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora Exa., o tempo perdido e o desagaste com o prejuízo em tela, são imensuráveis, razão pela qual deve a Ré indenizar o Autor pelos danos morais que lhe foram causados, cuja fixação do valor indenizatório não deve ficar aquém de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA

Requer o Autor à V.Exa. a concessão dos efeitos da tutela de urgência, com supedâneo no art. 300 do novo CPC, para que haja arresto do imóvel *"**apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado**"*, de propriedade do 3º Réu, que será a 2ª penhora deste bem.

É cediço que os Réus esvaziaram o patrimônio da 1ª Ré, e é fato que há grande risco de que o mesmo ocorra com os bens dos sócios, o que ensejará frustração a este procedimento.

Frise-se que há o direito líquido, certo e favorável ao Autor, uma vez que presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, que são basicamente: I) *periculum in mora*: existência de um dano potencial, um risco, que ocorre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte; II) *fumus boni iuris*: plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança; III) art. 301, CPC/2015: previsão legal expressa de arresto em sede de tutela de urgência.

Dessa forma, o Autor requer à V.Exa. a concessão *inaudita altera pars* de **TUTELA DE URGÊNCIA**, com supedâneo no art. 300 do CPC/2015, para que seja realizado **arresto do seguinte imóvel do 3º Réu: *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção***

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado.

V - DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer o Autor à Vossa Excelência:

- Deferimento da Gratuidade de Justiça, nos moldes da legislação vigente;

- Deferimento do pedido de Prova Emprestada em relação ao feito nº **0305983-40.2016.8.19.0001**;

-Desconsideração da Personalidade Jurídica da Sociedade Cooperativa, para inclusão dos diretores da 1ª Ré, conforme art. 134, §2º, CPC/2015 e art. 28, CDC;

-Aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC;

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que seja arrestado o *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado*, de propriedade do 3º Réu;

-Citação dos Réus, **via postal com AR**, sendo a 1ª Ré na pessoa dos seus representantes legais para, querendo, responderem a presente sob pena de revelia, confissão e preclusão;

-Seja julgado procedente o pedido, com declaração da rescisão ou anulação do contrato em comento, condenando-se os Réus a restituírem todos os valores pagos pelo Autor, conforme fundamentação supra, totalizando o montante de **R$ 11.677,05 (onze mil, seiscentos e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

setenta e sete reais e cinco centavos), com incidência das atualizações legais a partir da data do respectivo pagamento;

- Condenação dos Réus em indenização por **DANOS MORAIS, em montante não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, em favor do Autor, pelos transtornos causados à honra subjetiva deste, na forma *in re ipsa*, com base no princípio da dignidade da pessoa humana e na teoria punitivo-satisfativa, em sintonia com a teoria satisfativa-compensatória e considerando a elevada posição econômica dos Réus, que devem ser pagos com acréscimos de correção monetária e juros legais, a contar do evento danoso, na forma da Súmula 54, STJ;

Condenação dos Réus ao pagamento da verba honorária na razão de 20% sobre o valor da condenação total, sem prejuízo do eventual reembolso relativo aos emolumentos judiciais despendidos, em caso de recurso.

Pleiteia, outrossim, pela produção de provas na amplitude do art. 369 do CPC/2015, especialmente, documental, documental superveniente, testemunhal e depoimento pessoal dos Réus, sendo a 1ª Ré na pessoa de seu representante legal, sob pena de confissão caso não compareça ou compareça e se recuse a depor.

Outrossim, o Autor esclarece que seu advogado possui escritório nesta cidade, na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar – Centro, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações, citações e comunicações atinentes ao presente, nos termos do artigo 106, I do CPC/2015, requerendo a vinculação neste feito do nome do advogado **MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520**, que compõe a sociedade de advogados **MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS,** para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta, cujo endereço eletrônico é **marcomedeiros@msaonline.adv.br**, para fins do art. 287, CPC/2015.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dá-se à causa o valor de R$ 21.677,05 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS
OAB/RJ 102.520

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

GABRIELA MOSCIARO PADUA
OAB/RJ 172.794

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
34
Carimbado Eletronicamente



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
35
Carimbado Eletronicamente



FILIAÇÃO

ADEMIR AURELIO PEREIRA

MARIA APARECIDA DA SILVA

NACIONALIDADE

BR

NATURALIDADE / UF

RJ

DOC. ORIGEM

Cert. Nasc.: Matrícula
088567 01 55 1989 1 00092 296 0010530 00

OBSERVAÇÕES

AMH: 10/10/2019

VALIDADE

10/10/2019

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO

RJ, 27/02/2018

PAULO FERNANDO BORBA GARCIA
CAPITÃO DE MAR E GUERRA (CD)
DIRETOR

1231385

3812489

TEM FÉ PÚBLICA E VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - (DECRETO Nº 9.518/2015)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
36
Carimbado Eletronicamente

JONATHAN DA SILVA PEREIRA
R VILELA TAVARES 355 AP 101
LINS DE VASCONCELOS/ RIO DE JANEIRO, RJ
20725-220

VENCIMENTO
07/05/2018

Nº DO MEDIDOR
3373520

Cliente Mais+
Vantagens especiais em:
light.com.br/clientemais

01 09 L535
00482 Z00.

MANTER SEU CADASTRO ATUALIZADO

- Facilita a nossa comunicação com você.
- Simplifica o cadastro em débito automático.
- Agiliza o seu atendimento.
- Garante a entrega correta da conta de luz por e-mail ou na sua casa.

Confira em sua conta se seus dados cadastrais estão em dia.

Para atualizar: www.light.com.br | Aplicativo Light Clientes | Agências Comerciais

Reservado ao Fisco: EB62.B8FA.E6A1.B906.C06A.583F.B2CA.B9BA

Nota Fiscal - Série 01 No. 1667277
Conta de Energia Elètrica
RE PROC. 04/053.359/09 - IFE 03
SEPD - Autorização No. 08-2005/0006384-9

Light

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA
AV. MAL. FLORIANO 168 RIO DE JANEIRO RJ CEP 20080-002
CNPJ 60.444.437/0001-46
INSC. ESTADUAL 81380.023 INSC. MUNICIPAL 00794678

ENERGIA ATIVA	Medição Atual Data	Leitura	Medição Anterior Data	Leitura	Const Medidor	Consumo kWh	Nº Dias
Tarifa Convencional	14/04/2018	6.724	16/03/2018	6.487	1	237	29

Classe / Subclasse
Residencial / Residencial

Medidor
Monofásico — Nº: 3373520

Ref: Mês / Ano	Referência Bancária	Numero da Fatura
ABR/2018	010108220095	525204617

DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA 16/05/2018

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS
Disponível: 127/220 V
Limites mínimo: 117/202 V Limites máximo: 133/23

INDICADORES DE QUALIDADE
Mês de referência: 02/2018
Conjunto: BOCA DO MATO AEREO

Indicadores	Apurado Mensal	Meta Mensal	Meta Trimestral	Meta Anual
DIC	0,00	4,83	9,67	19,34
FIC	0,00	3,03	6,10	12,20
DMIC	0,00	- 2,69	-----	-----

VALOR DO ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO
R$ 36,76 *Valor informado no mês

JONATHAN DA SILVA PEREIRA
R VILELA TAVARES 355 AP 101
20725-220 LINS DE VASCONCELOS / RIO DE JANEIRO, RJ
CPF 131.965.897-06

Data de Emissão	Data de Apresentação
14/04/2018	18/04/2018

CÓDIGO DO CLIENTE	CÓDIGO DA INSTALAÇÃO
33063887	0413395528

COMUNICADO AO CLIENTE: REAJUSTE TARIFÁRIO

A Agência Reguladora - ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.375/2018, de 13/03/2018, autorizou o reajuste médio de 10,38% nas tarifas de energia elétrica para os consumidores de Baixa Tensão da Light, com vigência a partir de 15/03/2018.

DESCRIÇÃO	CFOP	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT R$	VALOR R$
Energia Elétrica kWh	5.258	kWh	237	0,74857	177,40
Contrib. Custeio Ilum Pública					10,27
Subtotal Faturamento (Veja abaixo)					177,40
Subtotal Outros					10,27

Após o vencimento haverá multa de 2%, juros e atualização de IGP-M, cobrados em conta posterior (Res. ANEEL nº 414 de 09/09/10 e Lei 10.762 de 11/11/2003)

Valor da Energia	Valor da Transmissão	Valor da Distribuição
72,41	7,74	35,99
Encargos Setoriais	**Tributos**	**Total**
20,13	41,13	177,40

PIS alíquota 0,920%	COFINS alíquota 4,270%
R$ 1,63	R$ 7,57

Valores já incluídos no preço (PIS - Lei 10.637/02 / COFINS - Lei 10.833/03 / REH ANEEL vigente)

ICMS R$	18%	Total da Nota Fiscal R$
Base de Cálculo	177,40	**********177,40
Alíquota	18%	
Valor (já incluído no preço)	31,93	

07/05/2018 — *******187,67

Tarifas em R$ kWh (sem Impostos)

TUSD +TE	BANDEIRA
0,57498	BANDEIRA VERDE
0,58409	BANDEIRA AMARELA
0,60498	BANDEIRA VERMELHA

Convencional
ABR/18 237
MAR/18 265
FEV/18 141
JAN/18 0
DEZ/17 0
NOV/17 0
OUT/17 0
SET/17 0
AGO/17 0
JUL/17 0
JUN/17 0
MAI/17 0
ABR/17 0

X X MARÇO 2018 - BANDEIRA VERDE
X X ABRIL 2018 - BANDEIRA VERDE

TE - Tarifa de Energia e TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

JONATHAN DA SILVA PEREIRA

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	CÓDIGO DO CLIENTE	
07/05/2018	*******187,67	33063887	ABR/2018

Autenticação Mecânica

83660000001.9.87670053107.5.65414930611.4.10108220095.3

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
37
Carimbado Eletronicamente

MSA Advogados

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

PROCURAÇÃO

Outorgante: **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade nº 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.965.897-06, residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, nº 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220, nomeia e constitui como seus advogados:

Outorgados: **Marco Aurélio Alves Medeiros**, brasileiro, divorciado, advogado, **Andrea Cruz Salles,** brasileira, divorciada, advogada, **Marcela Guimarães Silva Serra,** brasileira, solteira, advogada, **Catarina Maél de Andrade,** brasileira, casada, advogada, **Luís Felipe Gomes Gabriel,** brasileiro, solteiro, advogado, **Vinícius Rodrigues Lacerda de Almeida**, brasileiro, solteiro, advogado, sócios integrantes do Escritório **Medeiros e Salles Advogados Associados**, nº de inscrição **14.106/2005**, situado na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar, Sala 1.405 – Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-003, respectivamente inscritos na OAB/RJ sob os n.º **102.520, 96.250, 169.133, 141.215, 211.837 e 198.446**.

Poderes: Por este instrumento particular, o Outorgante nomeia e constitui seus bastante procuradores os Outorgados acima, conferindo-lhes os poderes da cláusula *ad judicia et extra*, por tempo indeterminado, podendo representá-lo, em conjunto ou separadamente, em qualquer foro ou Tribunal, podendo propor e variar de ações, apresentar peças de defesa, reconvenções, embargos, primeiras, últimas e quaisquer declarações, interpor quaisquer recursos, arrazoar e contrarrazoar, discordar, elaborar e impugnar cálculos, confessar, transigir e acordar em qualquer Instância ou Tribunal, desistir, receber, dar quitação, receber mandado de pagamento e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2018.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA
CPF: 131.965.897-06

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
38
Carimbado Eletronicamente

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade nº 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.965.897-06, residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, nº 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220, **AFIRMA**, sob as penas da lei, não ter condições de arcar com o pagamento de custas e demais emolumentos processuais, periciais e outras despesas, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, conforme disposto no art. 9º da Lei 1.060/1950.

Deste modo, requer que sejam concedidos os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV e da Lei 1.060/1950.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2018.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA
CPF: 131.965.897-06

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
39
Carimbado Eletronicamente
Página
221

Processo Eletrônico

Processo:0305983-40.2016.8.19.0001

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

PROJETO DE SENTENÇA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PROCESSO Nº 0305983-40.2016.8.19.0001
PARTE AUTORA: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
PARTE RÉ: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.
PARTE RÉ: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

PROJETO DE SENTENÇA

Dispensado o relatório, de acordo com o artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

Trata-se de ação proposta por JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO em face de KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e OUTRA, na qual alega, em síntese, que celebrou negócio jurídico com a 1ª Ré, através da intermediação da 2ª Ré, responsável por divulgar em seu sítio eletrônico as informações inerentes à aquisição da casa própria pretendida. Sustenta que no dia 12/07/2016 pagou o valor de R$ 20.000,00 equivalente ao pagamento da "entrada", além do valor de R$ 1.345,20 referente à 1ª parcela do financiamento do imóvel. Reclama, contudo, que após a posse da inscrição e do pagamento do imóvel, recebeu a proposta e o contrato para assinatura, vindo a saber que foi induzido a erro, já que o negócio jurídico celebrado se trata, em verdade, de adesão em uma cooperativa, sendo certo que o imóvel que pretendia adquirir sequer existia. Narra que no dia 15/07/2016 solicitou o cancelamento do contrato e a restituição do valor pago, o que não foi efetivado até a presente data. Requer que as rés sejam condenadas, solidariamente, a restituírem o valor de R$ 21.345,20, bem como pagarem indenização a título de dano moral.

As rés apresentaram peças de respostas escritas nos termos dos autos.

A 1ª Ré KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA sustenta a validade da proposta de associação celebrada entre as partes, ponderando que a devolução dos valores pagos deve observar os termos contratuais e do Regimento Interno da Cooperativa, conforme art. 31, inciso I, alínea "a" do capítulo XI.

A 2ª Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. argui preliminar de ilegitimidade passiva, sob fundamento de inexistência de relação jurídica com as partes do processo, bem como preliminar de falta

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
40
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
222
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

de interesse de agir. No mérito, sustenta a inaplicabilidade do CDC, além da inexistência de responsabilidade civil e danos morais. Requer a condenação da parte autora nas penas da litigância de má-fé, esclarecendo que a parte autora incluiu a Ré no polo passivo da presente ação mesmo sabendo que a empresa demandada não tem qualquer relação com as questões de fato e de direito discutidas na lide. Por fim, formula pedido contraposto no valor de R$ 8.274,44, referente aos danos materiais sofridos em decorrência da sua indevida inclusão no polo passivo da demanda.

Com uma breve análise da petição inicial, nota-se que a parte autora atribui à 2ª Ré responsabilidade jurídica pelos danos reclamados na lide por, supostamente, ter sido responsável por influenciar a celebração de negócio jurídico junto à 1ª Ré diante da divulgação de informações em seu sítio eletrônico (www.zapimoveis.com.br) (fl. 34).

De acordo com as informações divulgadas no referido site, "o ZAP, uma empresa do Grupo Globo, é o mais completo, moderno e eficiente portal de classificados da internet brasileira. Ele traz os melhores caminhos para oferecer ao usuário a mais rápida solução entre a procura e o encontro do imóvel ideal. Para qualquer pessoa, em qualquer lugar, por meio de ferramentas de buscas e os mais adequados filtros de pesquisa."

A 2ª Ré esclarece na sua peça de defesa que o autor incluiu no polo passivo a empresa ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.", inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.870.530/0001-06, com sede na cidade de Mandaguaçu/PR. Contudo, ressalta que, conforme se infere do Contrato Social e do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral expedidos, respectivamente pela Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR e pelo sítio eletrônico da Receita Federal, a 2ª Ré não tem qualquer relação com o sítio eletrônico e anúncio indicado à fl. 34, pertencente, em verdade, ao "GRUPO GLOBO".

O artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal consagra o direito público subjetivo de ação, porém, para o indivíduo exercitar o direito que lhe foi posto à disposição deve conter-se dentro de uma limitação ética, sob pena de desbordar do lícito para o ilícito e do exercício regular para o exercício abusivo.

Na presente demanda, a 2 Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, de forma exaustiva, tentou advertir a parte autora sobre o equívoco na indicação da empresa demandada como parte integrante do negócio jurídico e, apesar de ter reiterado a preliminar de ilegitimidade passiva arguída na audiência de conciliação, instrução e julgamento realizada no dia 08/11/2016, optou a parte autora por prosseguir a demanda em face da parte manifestamente ilegítima.

Assim sendo, a parte autora não se comportou, pela conduta que praticou, em conformidade com o valor normativo do direito de ação, exercendo-o de forma irresponsável, desvinculando-o dos fatos concretos da vida, em flagrante má-fé, não apenas desvirtuando o instituto mas, efetivamente, causando prejuízo à empresa demandada ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA.

Pelas razões expostas, condeno a parte autora nas penas de litigância de má-fé, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, obrigando-a ao pagamento de multa que fixo em 1% sobre o valor da causa e indenização de 10% sobre a mesma base de cálculo. Em relação à 2ª Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA, impõe-se a extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 485, VI do CPC.

Sem mais preliminares, passo ao mérito.

A relação jurídica entre as partes é de consumo, a ela se aplicando as regras da Lei 8.078/90, que estabelece a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços e produtos.

A repartição do ônus da prova deve se dar na forma do artigo 373, do NCPC, ou seja, cabe ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
41
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
223
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

O cerne da questão é aferir se houve violação ou não ao direito do consumidor de ser adequadamente informado sobre o serviço contratado, uma vez que se trata de contrato de adesão.

De acordo com a defesa da 1ª Ré seu sistema não é de um financiamento nem de uma empresa de concessão de crédito, mas sim uma cooperativa habitacional, e que o consumidor foi informado que não havia prazo certo para a liberação de crédito, pois o resultado só pode ser apurado conforme o fluxo de caixa da cooperativa.

A proposta de associação devidamente assinada pela autora em 12.06.2016 (fl. 40), fornece informações truncadas ao consumidor quando menciona os termos "Capital Subscrito" e "Amortização Mensal". Também não é inteligível à pessoa leiga as expressões constantes no termo de declaração (fl.39), eis que fala sobre "Faixa de Pontuação", não havendo nos autos qualquer comprovação de que a parte autora tenha recebido informação clara e adequada sobre a forma e prazo de liberação do crédito.

Nesse contexto, é possível concluir que a parte autora foi induzida a erro, pois acreditou que em curto espaço de tempo obteria o financiamento necessário à aquisição da casa própria, o que não refletia a realidade. Neste sentido:

Processo : 2013.700.009708-3 Juiz(a) Juiz(a) SIMONE DE FREITAS MARREIROS - Julgamento: 28/11/2013 A parte autora interpôs recurso inominado de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido. No caso, o autor afirma ter celebrado com o réu, em 20/09/2011, contrato para financiamento de imóvel, no valor de R$ 30.000,00. Sustenta ter dado o valor de R$ 1.139,00 no ato da assinatura do contrato e já ter quitado a segunda parcela, no valor de 239,00, contudo a requerida não cumpriu o pactuado, não tendo liberado o valor para o financiamento do imóvel. Pretende a rescisão contratual, devolução dos valores pagos, em dobro, e danos morais. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, declarando rescindido o contrato e condenando o réu a restituir a quantia de R$ 478,00. Reforma parcial da sentença. A parte autora alega que pactuou contrato de financiamento de imóvel com a ré, pagando um valor de entrada e mais uma parcela, sem que a quantia contratada para a compra do bem tenha sido liberada. O réu, por outro lado, afirma que o requerente aderiu a plano de cooperativa habitacional e que não foi fixado prazo para a concessão do valor financiado. Da análise dos autos, dúvidas não restam de que o autor, ao contratar com a ré, não pretendia se associar a ela, mas sim obter financiamento para realizar o "sonho da casa própria", não havendo qualquer comprovação de que tenha recebido informação clara e adequada sobre a forma e prazo de liberação de tal crédito. Entendo, portanto, que os valores pagos devem ser restituídos, já que o réu não chegou a prestar qualquer serviço para o autor, contudo, na forma simples, eis que não se trata de hipótese prevista no parágrafo único do art. 42 do CDC. Assim, deve o requerente receber restituição total no valor de R$ 1.378,00. Danos morais configurados, diante da falsa expectativa criada pelo requerido de que o requerente estaria pactuando contrato para aquisição da "casa própria", mostrando-se a quantia de R$4.000,00 compatível com a repercussão e natureza do dano sofrido. Diante do exposto, voto no sentido de conhecer e dar parcial provimento ao recurso para condenar a ré a: 1) restituir ao autor a quantia de R$ 1.378,00 (um mil trezentos e setenta e oito reais), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação; e 2) pagar ao autor o valor de R$ R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente a partir desta data e acrescido de juros de mora de 1% ao mês da citação até o efetivo pagamento. Mantida, no mais, a sentença como lançada. Sem ônus sucumbenciais.

Em consequência, a parte autora faz jus à devolução integral dos valores pagos, com o afastamento da cláusula que prevê a retenção de 20% da quantia a título de multa e taxa de administração, em caso de desistência, por colocar o consumidor em desvantagem exagerada, sendo nula de pleno direito. Em decorrência lógica deve o contrato em questão ser rescindido.

Logo, deve ser devolvido à parte autora o valor de R$ 21.345,20, conforme comprovante de pagamento de título acostados à exordial (fl. 33). A devolução deve se dar forma simples, já que o presente caso não se enquadra na hipótese do parágrafo único, do artigo 42, do CDC.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
42
Carimbado Eletronicamente
Página
224

Os danos morais restam configurados, diante da falsa expectativa criada pelo requerido de que o requerente estaria pactuando contrato para aquisição da "casa própria", mostrando-se a quantia de R$ 3.000,00 compatível com a repercussão e natureza do dano sofrido.

No que tange ao pedido contraposto formulado pela 2ª Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA, tal pleito não merece prosperar.

O pedido contraposto previsto no art. 31 da Lei 9.099/95 estabelece ser lícito ao Réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º, no entanto, somente pessoas jurídicas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte podem figurar no polo ativo nas demandas do Juizado Especial Cível, o que não representa a hipótese dos autos. Logo, impõe-se a extinção do pedido contraposto formulado, na forma do artigo 485, IV, do CPC, c/c o artigo 8º da Lei n° 9.099/95.

Isso posto, JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS na forma do artigo 487, I do CPC para: 1) declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, sem ônus para a parte autora; 2) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a devolver ao autor a quantia de R$ 21.345,20, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação e 3) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a pagar a quantia de R$ 3.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da leitura da sentença.

Em relação ao 2º Réu ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI do CPC. E JULGO EXTINTO O PEDIDO CONTRAPOSTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no artigo 485, IV, do CPC, c/c o artigo 8º da Lei n° 9.099/95.

Por fim, CONDENO A PARTE AUTORA NAS PENAS DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, obrigando-a ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ que fixo em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor do 2º Réu de 10% sobre a mesma base de cálculo. Condeno, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

Ciente a ré da incidência da multa de que trata o art. 523, §1º do CPC a partir do trânsito em julgado da sentença. Observe o cartório os requerimentos de publicações, conforme contido nas contestações. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para homologação, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95.

Transitada esta em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para homologação, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2016.

ERIKA CRISTINA DE ALBUQUERQUE MAGIOLI
JUIZA LEIGA

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2016.

Erika Magioli

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
43
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
225
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ:
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

Data: 22/11/2016 13:51:11 Local TJ-RJ Motivo: Assinado por Erika Magioli

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 22/11/2016

Sentença

HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95. Após o transito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, aguarde-se por 30 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se à baixa e ao arquivamento. Ficam as partes cientes, desde já, de que, após 90 dias da data do arquivamento definitivo, os autos serão incinerados, nos termos do Ato Normativo Conjunto 01/2005. Ficam cientes, ainda, de que terminada a ação e decorridos os prazos previstos em lei, poderão requerer ao Sr. Escrivão a retirada dos documentos originais que juntaram aos autos, independente de substituição por cópia. Expeça-se mandado de pagamento, se for o caso. P.R.I.

Rio de Janeiro, 22/11/2016.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4D6Y.H3HS.1TZ9.AY2J**
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

MARCO ANTONIO AZEVEDO JUNIOR:000033108 Assinado em 22/11/2016 17:45:52
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
251
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0305983-40.2016.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**09/12/2016**
Data	**09/12/2016**
Descrição	**Certifico que os embargos de declaração são tempestivos.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
46
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
233
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 09/12/2016

Sentença

Recebo os embargos de declaração interpostos nos autos, uma vez que são tempestivos, como atesta a certidão cartorária, contudo, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 09/12/2016.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4E37.Q9P8.ZRMC.PKGJ**
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

MARCO ANTONIO AZEVEDO JUNIOR:000033108 Assinado em 12/12/2016 10:24:36
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
239
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

TJRJ CAP JC07 201608689437 13/12/16 19:36:07138832 PROGER-VIRTUAL

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem a presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção à retro decisão de fls., tempestivamente opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Com arrimo no artigo 1022 do Diploma Processual Civil de 2015, em razão da retro decisão apresentar contradição e obscuridade em ponto de extrema relevância, o qual, V. Exa. deve se pronunciar, de acordo com as razões a seguir alinhadas:

I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente, afirma não possuir condições para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, razão pela qual faz jus à Gratuidade de Justiça,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

nos termos da Lei no 1.060/50, com a nova redação introduzida pela Lei nº 7.510/86.

Assim, requer que este D. Juízo, digne-se a acolher a justiça gratuita ora pleiteada, nos termos da declaração de hipossuficiência em anexo.

II - DA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE DA SENTENÇA

2.1. Da Colidência Entre os Nomes Empresariais e as Atividades Empresariais das Zap's

Antes de adentrarmos nos vícios da sentença que deram ensejo ao presente recurso de embargos de declaração ora apresentados, importante elucidarmos um ponto nodal para que fique bem esclarecida a controvérsia ora suscitada.

Desta feita, em que pese a Ilustre decisão estar entornada de todo o brilho e saber jurídico, tendo em vista que julgou procedente em parte os pedidos, para que a 1ª Ré, ora 1ª Embargada (Kerocasa), devolva ao Embargante a quantia de R$ 21.345,20, bem como ao pagamento de R$ 3.000,00, a título de dano moral. Contudo, julgou EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, quanto à 2ª Ré.

Registra-se ainda que a R. sentença não se limitou a supracitada extinção, condenando o Embargante em litigância de má-fé, com pagamento de multa, honorários advocatícios e custas judiciais, fato este que ensejou o presente embargos.

Assim, para que fique melhor elucidada a questão, vejamos o que de fato ocorreu:

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

No momento da propositura da presente ação, a parte Embargante, ao procurar no site da ZAP IMOVÉIS o CNPJ para inserir neste processo, verificou que este **não se encontrava no sítio eletrônico** da referida empresa, conforme demonstram os documentos em anexo.

Pior que isso, frisa-se que a ZAP IMÓVEIS não cumpre o Decreto nº 7.962/2016, conforme dispõe o dispositivo abaixo:

> **Art. 2º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:**
>
> **I - nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda**

Desta feita, foi realizada a pesquisa pelos sites de busca, quando se localizou a empresa ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA., e o respectivo CNPJ. Registra-se que, ao descrever no site de busca "ZAP IMÓVEIS CNPJ", a pesquisa recai exatamente na empresa acima, com o seu respectivo CNPJ.

Importante ressaltar que a ZAP imóveis foi registrada em **07/02/2000**, enquanto a 2ª Ré se constituiu em **14/08/2014**. Ora, ambas possuem atividades lindeiras à compra e venda de imóveis, sendo que a última vem se beneficiando da famosa marca da primeira. No entanto, não pode reclamar do ônus de sua escolha, quando o consumidor causa exatamente uma confusão que se espera com a opção da similitude (ver CNPJ's anexos).

Com base no exposto, tendo em vista que ambas a ZAP's possuem nomes extremamente parecidos, assim como exercem as mesmas atividades, fica evidenciado o seguinte: 1) A 2ª Ré registrou o nome empresarial com a finalidade de beneficiar-se do notório conhecimento

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

que possui a real "ZAP IMÓVEIS"; 2) Ao registrar-se com este nome, angariando clientes desta forma, assumiu o risco, de ter este tipo de confusão; 3) Sendo assim, quem tem o bônus, assume o ônus, não podendo neste momento, jogar o risco de sua atividade e de sua própria negligência, quiçá de sua própria má-fé, sobre o consumidor, que de boa-fé apenas queria fazer valer o seu direito.

Impende registrar que o ordenamento jurídico protege a marca, por um duplo objetivo, garantindo o interesse de seu titular e **protegendo o consumidor**, que não pode ser enganado quanto ao produto que compra ou serviço que lhe é prestado. Assim, entendeu o REsp. 989.105/PR, da ministra Nancy Andrighi, conforme abaixo mencionado (grifamos):

> **"Evidencia-se que, em nosso ordenamento jurídico, a proteção da marca tem um duplo objetivo. Por um lado, garante o interesse de seu titular. Por outro, protege o consumidor, que não pode ser enganado quanto ao produto que compra ou ao serviço que lhe é prestado. Por essa razão, na proteção dos interesses econômicos, devem ser coibidos e reprimidos todos os abusos praticados no mercado de consumo, como a concorrência desleal e a utilização indevida de marcas que possam causar prejuízo aos consumidores.**
> **Desse modo, conclui-se, para que haja violação ao art. 129 da LPI e seja configurada a reprodução ou imitação de marca pré-registrada, é necessário que exista efetivamente risco de ocorrência de dúvida, erro ou confusão no mercado, entre os produtos ou serviços dos empresários que atuam no mesmo ramo." (STJ - RECURSO ESPECIAL: REsp 989105 PR 2007/0221297-6)**

Neste sentido não pode o consumidor ser prejudicado pela colidência entre os nomes empresariais e suas respectivas atividades, tendo nesse caso um mero erro material no ajuizamento da ação, sendo certo que não houve em nenhum momento dolo por parte do Embargante, como adiante ficará ainda mais claro.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

2.2. Da Obscuridade Quanto à Condenação de Má-Fé

No transcorrer da sentença anexada às fls. 221/222 verifica-se que este D. Juízo mencionou o seguinte:

> **"Na presente demanda, a 2 Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, de forma exaustiva, tentou advertir a parte autora sobre o equívoco na indicação da empresa demandada como parte integrante do negócio jurídico e, apesar de ter reiterado a preliminar de ilegitimidade passiva arguida na audiência de conciliação, instrução e julgamento realizada no dia 08/11/2016, optou a parte autora por prosseguir a demanda em face da parte manifestamente ilegítima.**
> **Assim sendo, a parte autora não se comportou, pela conduta que praticou, em conformidade com o valor normativo do direito de ação, exercendo-o de forma irresponsável, desvinculando-o dos fatos concretos da vida, em flagrante má-fé, não apenas desvirtuando o instituto mas, efetivamente, causando prejuízo à empresa demandada ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA."**

Desta feita, através da decisão proferida por este D. Juízo a R. sentença julgou extinto o feito sem resolução do mérito quanto à segunda Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA. Outrossim, para surpresa do Embargante, a respeitosa sentença não se limitou a isso, condenando-o ainda em litigância de má-fé, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ, fixada em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor da 2ª Ré de 10% sobre a mesma base de cálculo. Não obstante ao supracitado, condenou também o Embargante a pagar as custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

No que se refere à condenação do Embargante na pena de litigância de má-fé, a r. sentença merece ser reformada. Senão vejamos:

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Conforme acima apontado, a sentença indica que a 2ª Ré teria "de forma exaustiva" tentado advertir a parte Autora sobre o equívoco na indicação da empresa demandada como parte integrante do negócio jurídico, asseverando, que o Embargante insistiu na permanência da 2ª Ré, mesmo sabendo que esta era manifestamente ilegítima.

Todavia, em que pese o indicado na sentença a verdade dos fatos ocorridos no dia da audiência não foram estes, tanto assim o é, que na própria ata de audiência, nada há mencionado quanto a isto. Além disto, logo após esse ato foi preferida sentença. em outras palavras, não houve 'insistência' do Embargante em manter a 2ª Ré no polo passivo.

Outrossim, registra-se que para desistência do Autor em relação aos Réus, após a citação destes, há de ter a anuência respectiva. Desta forma, ainda que o Embargante pleiteasse a desistência da ação no que tange ao 2ª Ré, jamais poderia fazê-lo sem que esta concordasse.

Salienta-se que no dia da audiência, a 2ª Ré mostrou-se irredutível, grosseira através de seu preposto e advogado, proferindo palavras de baixo calão e ainda ameaçando a parte Embargada. Obviamente isso inviabilizou qualquer acordo neste sentido.

Logo não há que se falar em insistência da parte Embargada em continuar com o processo em relação à 2ª Ré, sendo certo que o Embargante foi induzido a erro, não agiu de má-fé em momento algum. E por outro lado, no momento da audiência, a 2ª Ré, mostrou-se irredutível, nervosa, fora de controle e simplesmente só ameaçava a parte Embargante.

Em nenhum momento, a 2ª Ré se mostrou aberta a um possível acordo. E o escândalo feito pelo preposto desta, viabilizou qualquer tipo de manifestação do Embargante, conforme se verifica na ata da audiência realizada neste feito.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Neste viés, por todo exposto, não há como qualificar a ação do Embargante em uma das tipificações expressas no artigo 80 do CPC/2015, pois em nenhum momento houve qualquer ação que pudesse ensejar a condenação ora mencionada, uma vez que o único intuito do Embargante com este processo foi a busca de seu direito.

Por todo exposto, não pode o Embargante ser condenado por um erro, que na verdade foi causado por uma atitude anterior: 1) Pela ZAP IMÓVEIS não ter a indicação do CNPJ em seu sítio eletrônico (telas do site em anexo), o que obrigou o Embargante a procurar o cadastro por outros meios; 2) A colidência das atividades empresariais quanto à 2ª Ré e quanto a ZAP imóveis; 3) Os nomes extremamente parecidos das duas empresas.

Diante disso, não há que se falar em dolo por parte do Embargante, tendo em vista que a inclusão da 2ª Ré foi um "equívoco" e não uma "má-fé", uma vez que a 2ª Ré tem praticamente o mesmo nome e mesmo segmento da empresa que realmente deveria proposta esta demanda.

Neste sentido, conforme lição do festejado mestre Nelson Nery Jr.:

> **"A norma veda ao litigante ou interveniente agir de modo temerário ao propor a ação, ao contestá-la ou em qualquer incidente ou fase do processo. Proceder de modo temerário é agir afoitamente, de forma açodada e anormal, tendo consciência do injusto, de que não tem razão. O procedimento temerário pode provir de dolo ou culpa grave, mas não de culpa leve. A mera imprudência ou simples imperícia não caracteriza a lide temerária, mas sim a imprudência grave e a imperícia fruto de erro inescusável, que não permitem hesitação do magistrado em considerar ter havido má-fé." (NERY. Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante, p. 185, 9ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006) (grifos nossos).**

Assim, para a configuração de quaisquer das hipóteses que acarretem a imposição da penalidade, faz-se necessária à caracterização de alguma conduta traçada no art. 80 do CPC/2015, capaz de resultar

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

em prejuízo processual à parte adversa, devidamente demonstrada nos autos.

Neste sentido é o entendimento dos nossos tribunais:

> **"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. ERRO AO INDICAR O POLO PASSIVO DA LIDE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ATO TEMERÁRIO. PREJUÍZO PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO APÓS A CITAÇÃO. ART. 264 DO CPC. PRINCÍPIO DA ESTABILIDADE DA LIDE. VEDAÇÃO. Para a configuração de quaisquer das hipóteses que acarretam a imposição da penalidade por litigância de má-fé, faz-se necessária a caracterização de alguma conduta traçada no art. 17 do CPC, capaz de resultar em prejuízo processual à parte adversa, devidamente demonstrada no processo. O art. 264 do CPC consagra o princípio da estabilidade da lide, que veda a modificação subjetiva ou objetiva do pedido ou a causa de pedir, após a citação. (TJ-MG 10687080674306001 1 MG 1.0687.08.067430-6/001(1), Relator: IRMAR FERREIRA CAMPOS, Data de Julgamento: 24/09/2009, Data de Publicação: 14/10/2009).**

Ademais, a litigância de má-fé não se presume, assim como não se presume o dano processual, ambos carecendo de efetiva caracterização. No mesmo raciocínio, registra-se o comentário de THEOTÔNIO NEGRÃO e JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA:

> **Entende o STJ que o art. 17 do CPC, ao definir os contornos dos atos que justificam a aplicação de pena pecuniária por litigância de má-fé, pressupõe o dolo da parte no entravamento do trâmite processual, manifestado por conduta intencionalmente maliciosa e temerária, inobservado o dever de proceder com lealdade" (STJ, 3ª Turma, REsp 418.342-PC, rel.: Min. Castro Filho, j.: 11.6.02, deram provimento, v.u., DJU 5.8.02, p. 337)(In: Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, pg. 133, 37ª ed., São Paulo, Saraiva: 2005).**

Não é outro entendimento dos Tribunais, em decisão referente à

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

essa matéria:

> **"A propósito do tema, adota-se o princípio de que o dolo e a culpa não se presumem, sendo necessário à sua fixação, que se manifestem, de modo claro e evidente, além da imprescindibilidade de que sejam localizados nos debates e não nos fundamentos jurídicos expostos no processo. (Embargos de Declaração nº 1.0702.07.387585-9/007 - Comarca de Uberlândia - Relator: Desembargador Eduardo Mariné da Cunha - Publicação: 17/06/2008).**

Portanto, a decisão atacada é obscura e divorciada dos documentos constantes nos autos, já que não existe prova da ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 80, NCPC, condição *sine qua non* para que a parte incida nas sanções previstas no art. 81 do mesmo diploma, requerendo-se a reforma a r. sentença na parte que condenou o Embargante nas penas por litigância de má-fé.

2.3. Do Não Cabimento de Honorários

Conforme dispõe o artigo 55 da Lei 9.099/95:

> **Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.**

Neste viés, tem-se que no âmbito dos Juizados Especiais, não há custas judiciais, nem pagamento de honorários advocatícios em primeira instância. Isso se dá, tendo em vista que, quando da criação da lei dos Juizados, a intenção do legislador era ampliar o acesso da população à Justiça, estimular a autocomposição através das audiências de conciliação

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

e afastar da Justiça Comum as causas de menor porte, a fim de evitar que chegassem aos tribunais superiores questões de menor importância.

Assim, indubitável ser cabível proceder à isenção, pelos demandantes, do pagamento das custas processuais e dos honorários, visto que lhes retiraria o receio de "perder" na Justiça e incentivaria o direito de ação.

Desta forma, requer a parte Autora reforma na r. sentença para isentar a parte de honorários advocatícios, assim como das custas judiciais, tudo por ser medida de mais lídima justiça, uma vez que o Embargante agiu de boa-fé e a confusão de nome entre as empresas em comento, não lhe pode ser prejudicial na condição de consumidor.

III - DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS

É hialino que, pelos fatos narrados acima, cabem embargos declaratórios, com o fim de sanar omissão no *decisum* prolatado, conforme possibilita o art. 1.022 do CPC, bem como aplicar-lhe efeito modificativo, com fulcro no multicitado artigo 494, II do mesmo diploma legal.

O direito da Embargante se funda na possibilidade de pleitear embargos de declaração, fundados em omissão, contradição e obscuridade relevantes, já que a sentença deixou de analisar pontos que, acaso efetivamente apreciados, certamente levarão à modificação do julgado.

Diante da possibilidade de efeitos modificativos para o recurso em tela, cabível a retificação da decisão monocrática, para que esta considere os fatos acima narrados e modifique a r. sentença, julgando totalmente procedente o pleito autoral, assim como o afastamento da condenação

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

que aplicou a pena de litigância de má-fé e de honorários advocatícios ao Embargante.

IV - DOS REQUERIMENTOS

Ex positis, requer o Embargante que V. Exa., usando toda a sensibilidade e saber jurídico que inegavelmente possui, ante as razões trazidas nesta peça e com fulcro nos artigos 494, II e 1.022 do Diploma Processual Civil de 2015, receba e dê provimento aos presentes Embargos, para suprir as omissões, contradições e obscuridades acima suscitadas, reconsiderando a r. sentença de fls., a fim de julgar totalmente procedente o pleito autoral.

Outrossim requer o afastamento da condenação que aplicou a pena de litigância de má-fé e de honorários advocatícios ao Embargante.

Pleiteia, outrossim, o deferimento da GRATUIDADE DE JUSTIÇA em favor da Embargante, de acordo com os argumentos acima, para todos os fins de direito, nos termos do art. 2º e parágrafo único da lei 1060/1950.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2016.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
257
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0305983-40.2016.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**14/12/2016**
Data	**14/12/2016**
Descrição	**Certifico que os embargos de declaração são tempestivos.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
59
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
259
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 14/12/2016

Sentença

Recebo os embargos de fls.239/249 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 14/12/2016.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4VUZ.C587.L6IQ.9PJJ**
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

MARCO ANTONIO AZEVEDO JUNIOR:000033108 Assinado em 14/12/2016 17:49:01
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2503
Documento Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL - RJ.

GRERJ: Nº 21513361604-87

PROCESSO Nº 0305983-40.2016.8.19.0001

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/ 0001-78, já qualificado, por seu advogado, infra assinado, mos autos do processo que lhe move **JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa, não conformado, *data vênia*, com a respeitável sentença de fls..., interpor, tempestivamente, o presente **RECURSO INOMINADO,** com amparo no artigo. 41 da lei 9099/95, para o *Egrégio Colégio Recursal* deste Juizado, na conformidade das inclusas razões.

Requer, para tanto, seja o presente recurso regularmente recebido e processado.

Termos em que,

p. deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2016.

Dr. Pablo Alexander Marçal Cerqueira
OAB/RJ 157.408

Dr. Marlon Martyr Neto
OAB/RJ 156.928

TJRJ CAP JC07 201608828978 19/12/16 18:11:07137812 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2574
Carimbado Eletronicamente

RAZÕES DO RECURSO
Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001
Recorrente: Kerocasa Cooperativa Habitacional
Recorrido: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO

Colenda Turma
Egrégios Julgadores

Dos fatos

Em 27 de setembro de 2016, o recorrente, interpôs reclamação asseverando, em apertada síntese, que o recorrente lhe havia prometido uma compra futura de uma Unidade Habitacional, pronta ou em construção, vindo a desistir posteriormente, em razão de uma suposta falta de esclarecimento por parte do preposto da ré, que lhe teria prometido a liberação do capital em dois meses, ressaltando, que o **TERMO DE DECLARAÇÃO (doc's. 4)** que foi assinado pela parte autora no momento de sua associação a cooperativa é redigido de forma muito clara, em um português mais que coloquial, utilizando formatação padrão, e são óbvias quanto ao critério de liberação do Capital e devolução das parcelas pagas na hipótese de eventual desistência.

Os termos do contrato, de forma alguma é vedado ao proponente, sendo este inclusive disponibilizado na internet para antes mesmo de se dirigir até o estabelecimento da ré tomar conhecimento do que efetivamente esta aderindo, conforme se verifica na tela do site abaixo:



Melhor, além da clareza dos termos contratuais, esta vem tirando dúvidas freqüentes no site, para melhor entender:



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2575
Carimbado Eletronicamente

Certo é, que foi oportunizado a parte autora a tomar conhecimento de todos os termos do contrato, que a recorrente juntou em sua peça de bloqueio, acervo probatório de forma a ser a sua excludente de ilicitude. Pior, a parte autora em nenhum momento junta provas contundentes de suas alegações conforme documento do processo.

No caso em apreço não há que se falar em inversão do ônus da prova com base no art. 6º, VIII do CDC, pois de acordo com o **Ministro Luis Felipe Salomão nos autos do Resp 720930/RS**, **´a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, definitivamente, não significa facilitar a procedência do pedido por ele deduzido, tendo em vista - no que concerne à inversão do ônus da prova - tratar-se de dispositivo vocacionado à elucidação dos fatos narrados pelo consumidor, transferindo tal incumbência a quem, em tese, possua melhores condições de fazê-lo. Essa é a finalidade de se inverter o ônus da prova.´** Ademais, ainda que o preceito aplicável a espécie fosse o supra mencionado, **careceria de verossimilhança as alegações da parte autora, ao passo que se contrapõem ao teor da proposta de associação e ao termo de declaração por ela assinados.**

Portanto, houve apresentação de contestação **onde consta a assinatura da recorrida nos documento 1; 2; 3; 4, de forma a provar que a recorrida fora devidamente informada sobre os termos do contrato.**

> "Isso posto, JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS na forma do artigo 487, I do CPC para: 1) declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, sem ônus para a parte autora; 2) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a devolver ao autor a quantia de R$ 21.345,20, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação e 3) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a pagar a quantia de R$ 3.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da leitura da sentença. Em relação ao 2º Réu ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI do CPC. E JULGO EXTINTO O PEDIDO CONTRAPOSTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no artigo 485, IV, do CPC, c/c o artigo 8º da Lei n° 9.099/95. Por fim, CONDENO A PARTE AUTORA NAS PENAS DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, obrigando-a ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ que fixo em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor do 2º Réu de 10% sobre a mesma base de cálculo. Condeno, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Ciente a ré da incidência da multa de que trata o art. 523, §1º do CPC a partir do trânsito em julgado da sentença. Observe o cartório os requerimentos de publicações, conforme contido nas contestações. Submeto os

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2536
Gerado Eletronicamente

autos ao MM. Juiz Togado para homologação, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para homologação, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2016. ERIKA CRISTINA DE ALBUQUERQUE MAGIOLI JUIZA LEIGA."

Em síntese, o necessário.

Sendo afirmado pelo magistrado em sua sentença, que "**...A devolução deve se dar forma simples, já que o presente caso não se enquadra na hipótese do parágrafo único, do artigo 42, do CDC. Os danos morais restam configurados, diante da falsa expectativa criada pelo requerido de que o requerente estaria pactuando contrato para aquisição da ´casa própria´, mostrando-se a quantia de R$ 3.000,00 compatível com a repercussão e natureza do dano sofrido....**"

Abaixo cláusula 2 do Doc. 4 (**documento este assinado pela Autora**)

2) **A Cooperativa não pode determinar data para liberação de Capital para compra de imóveis**, uma vez que depende de arrecadação com as mensalidades dos associados. Porém o sócio em dia com seus pagamentos poderá fazer uma Oferta de Antecipação de Parcelas, para acelerar o processo de liberação do Capital;

No que tange a análise dos documentos juntados pela recorrente, **pois em seu documento 3 anexo a peça de defesa, em seu art. 7** é claro que o sócio classificados e que terão preferência para indicar a compra pela KEROCASA, quando for o caso, do **imóvel de sua escolha**. Ou seja, o mesmo primeiramente deveria ter se classificado quanto à faixa de pontuação e depois indicar para a cooperativa fazer a aquisição do imóvel e registrar o mesmo com alienação fiduciária para o sócio. O que de fato não ocorreu, pois a recorrente associada, só teve como amortização o percentual de **0,2375** %, não chegando nem a 10% contratualmente previsto.

Nobre julgador é intuitivo, que a cooperativa habitacional em comento, não pode assegurar um imóvel a todos os seus associados, que dispuserem a tão somente a realizar o pagamento de sua taxa de associação e uma única parcela o que a despeito do crível é de currial sabença, que o consumidor ao receber o contrato em mãos, este deveria ler, indagar, questionar e até mesmo se recusar em caso de dúvida, não agindo assim, aderiu a uma facilidade que destoa do ordinário, não agindo o mesmo com a maior pureza d'alma.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
247
Carimbado Eletronicamente

Ainda assim, é louvável trazer em tela, demonstrativo dos documentos de conhecimento da parte recorrida, com as suas assinaturas, haja vista que os referidos documentos inclusive estão anexado aos autos na peça de bloqueio, conforme tabela abaixo e por determinação ao aviso 23/2008 em seu verbete 9.1.2, a recorrente comprovou em audiência todas as provas de sua excludente de ilicitude e de responsabilidade objetiva, demonstrando assim que a parte recorrida tinha total e pleno conhecimento das cláusulas e procedimentos para liberação do capital por ele escolhido na hora de sua associação a cooperativa recorrente.

DOCUMENTOS JUNTADOS NA PEÇA DE BLOQUEIO	PEÇA DE BLOQUEIO
Ficha de Matrícula **-** Neste documento consta a seguinte informação: Pelo presente Termo de Admissão o abaixo assinado, supra qualificado, propõe o seu ingresso no quadro de Associados da KEROCASA, com sede nesta cidade na Avenida Rio Branco, n.º 151/403 – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF 10.657.514/0001-78 **aderindo ao Estatuto Social e Regimento Interno, cujo teor é o do seu inteiro conhecimento e lhe foi entregue cópia, a qual declara ter recebido.** O proponente declara ainda aprovar e aceitar o Estatuto Social e Regimento Interno em todos os seus termos e condições, que faz parte integrante e complementar do presente Termo, tendo sido alertado para os custos previstos no art. 6 e seus incisos, cujos valores constas nas condições da filha de matrícula acima. **O proponente declara-se ciente de que a data do seu ingresso contará do dia da aprovação pela diretoria da Kerocasa, quando será confirmado o número de Matrícula, mediante comprovação do pagamento da primeira parcela, cujo valor será devolvido se não aprovada a proposta pela cooperativa.**	**DOC. 1** **Documento assinado pela parte autora.**
Proposta de Associação - Estou ciente de que as despesas com avaliação do imóvel, certidões, impostos e outros encargos atinentes à aquisição do bem correrão por minha conta, quando da liberação do capital, assim como, de que a Cooperativa só me permitirá aquisição de imóveis com situação cartorária regular. Se as referidas despesas forem pagas pela KEROCASA, serão deduzidas do Capital Subscrito, significando nesta hipótese, na redução do valor do Capital.	**DOC 2** **Documento assinado pela parte autora.**
Regimento Interno **- art. 7** - Informa que aos sócios classificados e que terão preferência para indicar a compra pela KEROCASA, quando for o caso, do imóvel de sua escolha. **- art. 9** – consta a seleção de faixas para a liberação do capital **- art. 13, parágrafo primeiro** – consta à informação de que o associação querendo ofertar antecipação de valores para enquadramento de faixa, o mesmo poderá utilizar saldo do FGTS, ou recursos próprios. **- art. 14** – informa que somente poderá participar da seleção mensal por	**DOC 3** **Documento 1 informa que a parte autora recebeu cópia Regimento Interno no momento de sua associação**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2573
Carimbado Eletronicamente

faixa de pontuação para a liberação do capital, os sócios que tiverem com a sua mensalidade pagas somando a esta a oferta de antecipação, onde no mínimo deverá atingir o equivalente em prestações a 10% do valor do capital subscrito, por ele escolhido. **- art. 31** – da remuneração da cooperação por quebra de contrato, é equivalente ao quarto item do termo de declaração	
Termo de Declaração **- cláusula 1ª -** informação sobre as faixas de pontuação em que o associado poderá ter o seu capital liberado. **- cláusula 2ª –** informação de que a cooperativa não pode determinar data para liberação de capital para a compra de imóveis **- cláusula 4ª –** informação de que em hipótese alguma, a Kerocasa negociará imóvel com documentação irregular (posse, invasão, etc...) **- cláusula 8ª –** informação de que é uma cooperativa, portanto é vedada a mesma a auferir lucro, todavia explica o associado que seus custos operacionais estão assegurados pela retenção de 20% sobre as parcelas líquidas. ***Obs muito importante:** Ao lado da assinatura da parte autora existe a seguinte informação. **"ATENÇÃO NÃO ASSINE SEM LER"**	**DOC 4** **Documento assinado pela parte autora.**
Posição do Associado **Contém:** **- Dados do Associado** **- Dados da Proposta** **- Dados da Classificação** - Dados do Imóvel (somente conterá informação quando o mesmo se classificar e a KEROCASA cooperativa habitacional adquirir mediante alienação fiduciária ao associado) - Dados da Venda - Mudança de Titularidade - Situação de Cobrança - Histórico de Outras Informações **- Parcelas Pendentes** - Débitos Diversos / Devolução de Cotas - Conta Corrente **- % Pago**	**DOC 5** **Todas as informações pertinentes a proposta do associado**

Ora nobre julgadores, não há que se falar que a recorrido não tinha ciência das cláusulas contratuais, pois o mesmo juntou os documentos em sua inicial, conforme ficou demonstrado no quadro acima, sendo assim meramente impossível atribuir a empresa recorrente ato ilícito, no que tange a transparência, má-fé, com o intuito de auferir lucro do associado. Sem deixar de esclarecer, que a cooperativa recorrente sequer pode auferir lucro, pois o não reconhecimento do contrato e o arbitramento de dano moral sem escopo na verdade acaba prejudicando outros associados, no que diz ao valor do capital para a liberação

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2569
Carimbado Eletronicamente

dos imóveis.

Mister consignar, que diante dos fatos objeto desta lide é extremamente necessário trazer em pauta, que não há qualquer indício de vício que pudesse a vir prejudicar o associado em questão, **existindo um contrato onde o recorrido aderiu para se associar a um plano cooperativista, que reza no mesmo cláusulas referentes a prestações de serviço onde o mesmo fez uso enquanto associado, pois não pode utilizar-se de um serviço e inclusive tê-lo o mesmo sido prestado sem qualquer contra prestação.**

Neste diapasão a cooperativa habitacional, não havendo qualquer possibilidade de auferir lucro haja vista que o real objetivo da cooperativa contestante é promover um imóvel a seus associados nos termos do seu Estatuto Social e o Regimento Interno.

Pasmem !!!! Nobre julgadores é meramente impossível o associado requerer a liberação do capital subscrito tendo somente realizado o pagamento da taxa de associação e uma única parcela, já que o contrato está em plena conformidade com o art. 54, § 3º do CDC, não havendo qualquer ofensa as determinações ali expostas, bem como ele é todo redigido em fonte número doze como determina a lei 11.785/08, que alterou o art. citado acima do CDC. Nesse sentido, encontramos nada mais nada menos, que o acórdão da oitava câmara cível do Estado do Rio de Janeiro, através do relator Desembargador CARLOS AZEREDO DE ARAÚJO, cuja ementa segue, abaixo, sua íntegra anexo:

> Apelação Cível n.º 0137071-90.2010.8.19.0001.
> Apelante: GEISILANE ARAÚJO FRAZÃO.
> Apelado: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.
> Relator: DES. CARLOS AZEREDO DE ARAÚJO
> **APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PERDAS E DANOS. CDC. COOPERATIVA HABITACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SENTENÇA DO JUÍZO A QUO QUE ENTENDEU POR JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DA AUTORA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 37 DO CDC, TRANSPARÊNCIA E CLAREZA QUANTO A PROPAGANDA E O QUE FOI PACTUADO COM O COOPERATIVADO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. APLICAÇÃO O ENUNCIADO 75 DA SÚMULA DO TJRJ. MULTA RESCISÓRIA EM DISCREPÂNCIA COM O PRECEITUADO PELO STJ. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO ARTIGO 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.**

No que pese a inegável cultura jurídica da ilustre julgadora "a quo", entendemos que a r. sentença deve ser reformada, em sua totalidade, por ser de direito e mais salutar justiça. Pois observamos nada mais nada menos no STJ, que não há qualquer violação a dignidade da parte, que pudesse ensejar a aplicabilidade de dano moral, conforme julgado abaixo:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2830
Documento Eletrônico

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.399.391 - RJ (2011/0025379-5) RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA AGRAVANTE : ANTÔNIO JORGE DOS SANTOS ADVOGADO : ORLANDO VIANNA JÚNIOR - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS AGRAVADO : CASA PRÓPRIA COOPERATIVA HABITACIONAL ADVOGADO : JOSEF ALEXANDRE GERSTEL E OUTRO(S) DECISÃO Trata-se de agravo de instrumento interposto por ANTÔNIO JORGE DOS SANTOS contra decisão que inadmitiu recurso especial com base nos seguintes fundamentos: a) é improcedente a alegação de afronta ao art. 535 do CPC, uma vez que os embargos de declaração não foram opostos com a finalidade de eliminar vício – omissão, contradição ou obscuridade –, tampouco de provocar o prequestionamento de matéria; e b) aplica-se ao caso a Súmula n. 7/STJ. Alega o agravante, em síntese, que o recurso especial atendeu os pressupostos de admissibilidade, razão pela qual requer o seu processamento. É o relatório. Decido. O recurso especial foi interposto contra acórdão assim ementado: **"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO INDENIZATÓRIO. RITO ORDINÁRIO. PROPOSTA DE ASSOCIAÇÃO EM COOPERATIVA HABITACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL. DESISTÊNCIA. ASSINATURA PELO AUTOR DE TERMO DE DECLARAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL COM CLÁUSULA PREVENDO A FORMA DE PAGAMENTO QUANDO DE DESISTÊNCIA. SELEÇÃO POR FAIXA DE PONTUAÇÃO DEVENDO O COOPERATIVADO INTEGRALIZAR NO MÍNIMO DE 10% DO PLANO PARA POSSIBILITAR OFERECER ANTECIPAÇÃO DO MAIOR NÚMEROS DE PRESTAÇÕES. AUTOR QUE SÓ INTEGRALIZOU 1%. IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DA CARTA. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. SENTENÇA QUE SE REFORMA. RECURSO PROVIDO"** (fl. 52). Nas razões do especial, alega a parte violação dos seguintes artigos: a) 186 e 927 do Código Civil; b) 51 do CDC; e c) 535, II, do CPC. Passo, pois, à análise das proposições mencionadas. I - Art. 535, II, do CPC Afasto a alegada ofensa ao art. 535 do CPC, porquanto a Corte de origem examinou e decidiu, de modo claro e objetivo, as questões que delimitaram a controvérsia, não tendo ocorrido nenhum vício que possa nulificar o acórdão. Esclareça-se que o órgão colegiado não está obrigado a repelir todas as alegações expendidas em sede recursal, pois basta que se atenha aos pontos relevantes e necessários ao deslinde do litígio e adote fundamentos que se mostrem cabíveis à prolação do julgado, ainda que, relativamente às conclusões, não haja a concordância das partes. II - Arts. 186 e 927 do CC e 51 do CDC O Tribunal a quo amparou-se no conjunto fático-probatório dos autos para concluir que os danos morais não estavam caracterizados. Portanto, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça rever os fatos que deram sustentação a tal conclusão para dela eventualmente discordar a fim de acolher a tese apresentada no recurso especial. Incide na espécie a Súmula n. 7/STJ. III – Conclusão Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento. Publique-se. Brasília, 03 de agosto de 2011. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA Relator (Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 12/08/2011)

Destarte aos fatos narrados, não houve por parte do preposto da ré qualquer promessa ou data para liberação do seu capital, onde consta inclusive em seu regimento interno na cláusula 7ª informação clara que os associados **"classificados terão preferência para indicar a compra pela KEROCASA quando for o caso, do imóvel de sua escolha, por preço igual ou inferior ao Capital por cada um subscrito..." (doc. 3 anexo e peça de bloqueio)**, a empresa ré se preocupando na transparência, boa fé e informação, disponibiliza em seu site todas as informações necessárias para aderir ao plano cooperativista. Inclusive as informações sobre liberação do capital subscrito, estão descrito no art. 14 do mesmo regimento interno, in verbis:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2881
Controle Eletrônico

Art. 14 – "Estarão participando da seleção mensal por Faixa de Pontuação, os sócios que tiverem acumulado com a soma das mensalidades pagas e a oferta de Antecipação de parcelas, no mínimo, o equivalente em prestações a 10% (dez por cento) do valor do Capital Subscrito escolhido, acrescidos das Taxas Contratuais."

Veja-se que no referido termo de declaração item 1, "A" (**doc. 4 anexo**), a parte autora poderá enquadrar-se na faixa de pontuação ao qual deseja participar dependendo do valor que desejar ofertar e ao contrário do que foi afirmado pela mesma, não lhe foi prometido entrega de capital em qualquer data, mais sim que atingindo a sua faixa de pontuação pretendida, no caso da parte autora a 5ª faixa, ou seja, de 10% a 19,99% do capital subscrito, **estaria apta a concorrer com os demais associados, dentro é claro do montante arrecadado para a liberação dos capitais, respeitando o saldo disponível para liberação naquele mês**.

E por mais que Vossa Excelência entende-se que o caso em tela fosse objeto a ser abordado sob a ótica do código de defesa consumerista, estaria a referida cooperativa respeitando os direitos basilares do CDC, quais sejam, o princípio da informação em seu art. 6, III, c.c art. 30 e 31.

Imperioso esclarecer, que tal atitude em preservar a clareza de suas informações no que tange aos meios publicitários, a ré esta respeitando os princípios da "boa-fé" e "transparência" e na função social do contrato e nas informações estabelecidas, conforme art. 4, caput, III, do CDC assegurando inclusive a dignidade da pessoa humana em seu estado de cidadania, em conformidade com o art. 1º, II, III da CRFB/1988. Logo se conclui que não são verdadeiras as articulações da recorrido.

Nessa esteira, a turma recursal entende da seguinte forma abaixo:

0297048-21.2010.8.19.0001 - CONSELHO RECURSAL CÍVEL 1ª Ementa Juiz(a) SUZANE VIANA MACEDO - Julgamento: 19/05/2011 Íntegra da decisão ESTADO DO RIO DE JANEIRO PODER JUDICIÁRIO QUINTA TURMA RECURSAL CÍVEL Recurso n.º: 0297048-21.2010.8.19.0001 Recorrente: Casabella Carioca Cooperativa Recorrido: Francisca Maria da Silva Conceição VOTO No caso dos autos, a parte autora alega que aderiu à oferta de compra de uma casa pela ré, em novembro/2009, sob a promessa de que o imóvel lhe seria entregue em 03 meses e mediante pagamento de entrada de R$1.500,00, seguida de 200 prestações mensais de R$363,75. Informa que, pouco depois do ajuste, soube por terceiros que o produto oferecido pela ré consistia em verdadeiro consórcio, sentindo-se então vítima de propaganda enganosa, razão pela qual requer a condenação da ré ao ressarcimento do valor pago (R$ 1.500,00), além de indenização a título de danos morais. Em contestação, a parte ré sustenta, em resumo, que se trata de uma cooperativa habitacional, com caráter mutualista e sem fins lucrativos, destinada a viabilizar a aquisição de casa própria pelos associados através do sistema de autofinanciamento, razão pela qual tem seus custos operacionais assegurados pela retenção de 20% do obtido dos associados. Acrescenta que a concessão de crédito para compra de casa própria depende de o interessado antecipar cerca de 20% do valor desejado, o que equivale ao pagamento de 40 das 200

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
Documento Eletrônico

prestações a ajustadas pela parte autora. O julgado monocrático (fls.135/141) considerou que a ré não colacionou aos autos o contrato assinado pela parte autora pelo qual se evidenciasse sua ciência sobre o real teor de consorcio do contrato aderido, para concluir que a oferta não foi suficientemente clara e condenar a mesma a restituir o valor de R$ 1.500,00 pago a título de entrada e a pagar R$ 1.500,00 a título de indenização por danos morais. Somente depois da sentença, cuja leitura estava marcada para 22/02/2011, foi juntada a petição de fls.141, de 02/02/2011, pela qual a mesma junta os documentos de 140/146, pertinentes ao negócio entabulado entre as partes. No recurso em apreço (fls. 155/162), a parte ré pede a reforma da sentença para a improcedência dos pedidos iniciais, com reprise das argumentações defensivas. Em contrarrazões (fls.186/188), a parte autora pede a manutenção da sentença, salientando ter assinado os papéis apresentados pelo corretor contratado da ré sem saber do seu exato teor, sendo certo que toda a propaganda leva a crer que se trata de financiamento comum, com entrega imediata do imóvel. É o relatório. A questão trazida a julgamento versa sobre relação de consumo, razão pela qual se submete ao Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade da parte ré é objetiva, razão pela qual responde independentemente de culpa, salvo a existência de alguma causa de exclusão de responsabilidade. A parte autora alega, em sua inicial, que lhe foi ofertado pela ré um sistema de financiamento para a compra da casa própria. De acordo com o Termo de Declaração constante de fls.144 e devidamente assinado pela parte autora, consta da cláusula 3 que o associado terá direito a liberação do seu ca pital subscrito, desde que promova o pagamento de 40% do mesmo. Por oportuno, esclareço a pertinência da análise de tais documentos, seja porque os mesmos foram devidamente assinados pela parte autora, seja porque não houve qualquer impugnação em relação aos mesmos por parte da autora em contrarrazões. Diante do referido termo e pela proposta de associação, verifica-se que a parte autora aderiu a um sistema de consórcio, que ao concorrer, poderia então escolher a casa própria. **No caso em tela, verifica-se que o consumidor não efetuou o pagamento de qualquer parcela, mas sim, apenas, de um sinal. Assim, considerando que ao pagamento não atingiu o percentual fixado no referido termo e tendo em vista que o mesmo foi redigido de forma clara quanto às condições para a obtenção do crédito, entendo que não restou demonstrada alegada propaganda enganosa ou falta de informação por parte da ré, razão pela qual não há que se falar em indenização a título de danos morais. Em relação ao pedido de devolução do valor pago, entendo a mesma não é possível, considerando a claúsula 6ª do referido Termo de Declaração é claro quanto à impossibilidade de ressarcimento da taxa de adesão, único valor pago pelo consumidor. Isto posto, conheço do recurso e dou provimento ao mesmo para reformar a sentença e julgar improcedentes os pedidos iniciais, com fulcro no art.269, I, do CPC. Sem ônus sucumbenciais. Rio de janeiro, 19 de maio de 2011. SUZANE VIANA MACEDO Juíza de Direito**

2010.700.058170-3 - CONSELHO RECURSAL CÍVEL 1ª Ementa Juiz(a) CARLA SILVA CORREA - Julgamento: 05/10/2010 Íntegra da decisão Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Segunda Turma Recursal VOTO RECURSO Nº 0011989-84.2008.8.19.0206 - RECORRENTE: CASA PRÓPRIA - COOPERATIVA HABITACIONAL / RECORRIDO: GIOVANNI MAGALHÃES SILVA Após analisar os autos estou convencida de que a sentença merece reparo. Isso porque a questão posta retrata inadimplemento contratual sem a prova de quaisquer outras repercussões na vida de relações do autor. Não há dúvidas de que está comprovada a falha por parte da parte ré. Todavia, não há provas de que o autor tenha suportado qualquer espécie de lesão a direitos da personalidade constitucionalmente protegidos e que tivessem decorrido

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
283
Documento Eletrônico

dessa falha. O mero mal estar, dissabor ou aborrecimento, com todas as vênias, não é suficiente para escorar a condenação pretendida pela parte autora. Esta relatora comunga do entendimento recentemente manifestado pela Quarta Turma do E. STJ no sentido de que os incômodos ou dissabores limitados à indignação da pessoa e sem qualquer repercussão no mundo exterior não configuram dano moral. Entendimento, na esteira do que decidiu o Ministro Aldir Passarinho Junior, de que a indenização por danos morais não se presta a confortar meros percalços da vida comum. Ainda que a situação possa ter causado aborrecimentos, e disso não se duvida, não há lesão a direito da personalidade que seja capaz de embasar a condenação imposta no que concerne aos danos morais. Posto isso, conheço do recurso e VOTO no sentido de que lhe seja dado parcial provimento para julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais. Sem ônus sucumbenciais. CARLA SILVA CORRÊA Juíza Relatora

2010.700.031334-4 - CONSELHO RECURSAL CÍVEL
1ª Ementa
Juiz(a) SIMONE DE ARAUJO ROLIM - Julgamento: 16/06/2010
Íntegra da decisão
RECURSO Nº 0223932-16.2009.8.19.0001 RECORRENTE: ANTONIO RUIZ GARCIA RECORRIDO: CHAVE REAL COOPERATIVA HABITACIONAL VOTO A sentença merece reforma. Verossimilhança da alegação autoral (fls. 11;12;42;43;44;53) . Relação de consumo. Inversão do ônus da prova. No caso sob exame se verifica , que trata-se de relação de consumo. A cooperativa em questão atua de forma aberta e não atrelada a determinado grupo de pessoas, desempenhando suas atividades como qualquer empresa do ramo. Os documentos acostados aos autos, especialmente às fls. 53, indicam que assiste razão ao autor. A parte autora alega que efetuou o pagamento da taxa de suporte de administração e posteriormente foi excluído pela ré do grupo em questão, sem que a mesma tenha efetuado devolução da mencionada taxa, não obstante solicitações do autor. Falha na prestação do serviço. O documento de fls. 53 por si só não demonstra a restituição. A hipótese, contudo, não caracteriza dano moral O dano moral deve ser compreendido como dor, vexame, sofrimento ou humilhação que foge a normalidade e interfere na esfera psíquica do indivíduo causando-lhe desequilíbrio efetivo em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento não podem caracterizar dano moral, pois que parte da vida diária de todos os indivíduos. Não houve lesão à direito da personalidade da parte autora. É de se ressaltar o teor do Enunciado 14.4.3 (Aviso 23/2008) ¿O inadimplemento contratual, por si só, não enseja o dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte¿. Isto posto, conheço do Recurso acima referenciado e lhe dou parcial provimento para : 1) condenar a ré a restituir à parte autora o valor de R$ 1.200,00 a titulo de danos materiais, com correção monetária desde a propositura da demanda e juros legais desde a citação . Julgo improcedente o pedido de danos morais. Sem ônus sucumbenciais. Rio de Janeiro, 16 de junho de 2010. SIMONE DE ARAUJO ROLIM JUÍZA RELATORA

DA FLAGRANTE INEXISTÊNCIA DO ATO ILÍCITO PASSÍVEL

DE CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS

É necessário, em todo julgamento, antes de adentrar ao exame dos pressupostos da responsabilidade civil, perquirir a existência do ato ilícito. É o fato gerador da

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2814
Carimbado Eletronicamente

responsabilidade civil, de forma que sem ele, não existe dever de indenizar.

Veja-se que, tratando-se de responsabilidade objetiva, restringe-se a análise do fato à sua antijuridicidade, ou seja, a desconformidade do ato com os valores da ordem jurídica. **Sob essa ótica, percebe-se que, no caso em tela, a atitude do Contestante, por óbvio, não constitui ato ilícito.**

A parte Autora busca indenização por danos morais, em função de suposta falha decorrente do contrato de associação com a expectativa de compra futura de uma Unidade Habitacional, pronta ou em construção. Essa é a posição do **EGREGIO TRIBUNAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, que consolidou entendimento (Súmula 75) no sentido que o inadimplemento contratual é incapaz de gerar dano moral, editando, inclusive súmula, senão vejamos:

> "**Súmula 75. O simples descumprimento de dever legal ou contratual, por caracterizar mero aborrecimento, em princípio, não configura dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte**."

Outrossim, as Turmas Recursais do Rio de Janeiro firmaram posição (Enunciado nº. 14.4.3) que o simples inadimplemento contratual não enseja dano moral, exceto se atentar contra a dignidade da parte.

> **"Enunciado 14.4.3 - INADIMPLEMENTO CONTRATUAL - O inadimplemento contratual, por si só, não enseja o dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte".**

Tanto é que esses relatos acima são entendimentos já sedimentados dentro da turma recursal no que tange a abordagem dos sistemas cooperativistas, que trazemos algumas dessas para ilustrar nossos argumentos:

> **Relator: SUZANE VIANA MACEDO Pocesso de Origem: 0013447-03.2011.8.19.0087Recorrente: Kerocasa - Cooperativa Habitacional Ltda Recorrido: Cleide Souza Freire Victorio Fase: Sessão de Julgamento Data da Sessão: 08/09/2011 Súmula: G<Sumula>Acordam os juízes que integram a Turma Recursal dos JECs, por unamidade, em conhecer do recurso e, por maioria, dar-lhe parcial provimento para excluir da sentença a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, pois a situação descrita nos autos se caracteriza como mero dissabor, aborrecimento quando muito, de forma alguma gerando abalo psicológico intenso, dor,vexame, sofrimento ou humilhação. Fica mantida, no mais, a D. sentença. Vencida a Relatora que julgava improcedente todos os pedidos. Sem ônus sucumbenciais porque não verificada a hipótese prevista no artigo 55 caput da Lei 9099/95.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2825
Documento Eletrônico

1ª TURMA RECURSAL RECURSO Nº 0022092-70.2010.8.19.0210 RECORRENTE: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA RECORRIDO: GERVAZIO QUERINO DA SILVA VOTO Recurso inominado da parte ré. A sentença merece parcial reforma. Os fatos narrados não caracterizam dano moral. O dano moral é caracterizado por circunstância não habitual que interfere na espera psíquica do individuo de molde a lhe causar desequilíbrio em seu bem estar. Isto posto conheço do recurso e dou provimento parcial ao mesmo para excluir a condenação da parte ré ao pagamento de danos morais à parte autora. No mais permanece a sentença tal como lançada. Sem ônus sucumbências. Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2011. SIMONE DE ARAUJO ROLIM JUÍZA RELATORA

Não há relação de causa e efeito direta entre a atitude do Réu e os supostos danos sofridos pela parte Autora. De fato, não observa-se qualquer liame entre a conduta e o resultado. Nesse sentido, cumpre transcrever a definição de nexo causal fornecida por SERGIO CAVALIERI FILHO, em sua consagrada obra de responsabilidade civil:

> **"A relação causal, portanto, estabelece vínculo entre um determinado comportamento e um evento, permitindo concluir, com base nas leis naturais, se a ação ou omissão do agente foi ou não causa do dano. Determina se o resultado surge como conseqüência natural da voluntária conduta do agente. Em suma, o nexo causal é um elemento referencial entre a conduta e o resultado. É através dele que podemos concluir quem foi o causador do dano" (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil, 6ª ed. Editora Malheiros, fl.71.)**

Tratando-se de responsabilidade civil objetiva, exclui-se a necessidade de comprovação de culpa, no entanto, o nexo causal permanece como elemento indispensável para gerar o dever de indenizar. Entre as teorias do nexo causal, o nosso Código adotou a responsabilidade do dano direito e imediato, ou seja, é necessário que o dano se ligue diretamente à falta do réu e que tal relação não seja interrompida. Dessa forma, conclui-se indubitavelmente a inexistência do nexo causal entre a conduta do Réu e o dano moral supostamente sofrido pela Autora, razão pela qual, consequentemente, elimina-se o dever de indenizar. Aliás, doutrina e jurisprudência pátrias vêm rejeitando firmemente os abusos da chamada "indústria do dano moral", que tantos males faz à Justiça e à economia. A esse respeito, o ilustre **DESEMBARGADOR SERGIO CAVALIERI FILHO** se posicionou:

> **"(...) só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos." (Programa de Responsabilidade Civil, Ed. Malheiros, pg. 76)**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
2836
Carimbado Eletronicamente

Em casos tais, o E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO vem se manifestando de forma segura e reiterada:

> **0060184-02.2009.8.19.0001 - APELAÇÃO - 1ª Ementa DES. ADOLPHO ANDRADE MELLO - Julgamento: 07/07/2010 - DÉCIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DIREITO CIVIL. Cooperativa habitacional. Casa própria. Desistência. Cúmulo de pedidos. Rescisão e devolução dos valores pagos. Sentença de procedência de parte. Inconformidade. Diminuição para 10% dos valores de retenção, exclusão do suporte de administração, seguro e taxa bancária. Juro de mora. Honorários. Sentença correta em maior parte. Previsão contratual da multa e referidas despesas. Nenhuma conotação de abusividade. Disposições claras. Quanto ao juro de mora, merece guarida. Honorários bem dimensionados. Provimento parcial. Com relação ao pedido de indenização por danos morais, não estão eles caracterizados, pois, se houve alguma conduta antijurídica praticada pelas rés, tratar-se-ia de simples inadimplemento contratual insuscetível de atingir a esfera íntima da autora e, portanto, de causar dano extrapatrimonial. O pedido é improcedente. Aplica-se ao caso a Súmula 75, do nosso Tribunal de Justiça:**

Por fim, na remota hipótese deste juízo entender ser a ré responsável por arcar por eventual indenização a título de danos morais, o que se admite apenas para argumentar, é necessário frisar que tal indenização deverá obedecer as regras gerais do princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

Nesse sentido, veja-se o entendimento do ilustre DESEMBARGADOR **SERGIO CAVALIERI FILHO**:

> "Creio que na fixação do *quantum debeatur* da indenização, mormente tratando-se de lucro cessante e dano moral, deve o juiz ter em mente o *princípio de que o dano não pode ser fonte de lucro*. A indenização, não há dúvida, deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia a maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano.
> (...)
> Não me parece, *data venia*, haver a menor parcela de bom senso, a menor parcela de razoabilidade, na fixação de uma indenização por dano moral em valor muito superior à indenização pelo dano material a que faria jus a vítima, durante toda a sua sobrevida, caso lhe resultasse a morte ou incapacidade total. Não vejo como uma indenização pelo dano moral possa ser superior àquilo que a vítima ganharia durante toda a sua vida." (Programa de Responsabilidade Civil, Ed. Malheiros, 5ª Edição, pg. 108)

Sendo assim, ainda que não entenda esse MM. Juízo pela improcedência do pedido autoral, não há que se cogitar indenização em valor incompatível com a realidade, como pretende o Autora, sob pena de enriquecimento sem causa. Nesse sentido é o posicionamento do jurista **HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
287
Controle Eletrônico

"O mecanismo da inversão do ônus da prova se insere nessa política tutelar do consumidor e deve ser aplicado até quando seja necessário para superar a vulnerabilidade do consumidor e estabelecer seu equilíbrio processual em face do fornecedor. Não pode, evidentemente, ser um meio de impor um novo desequilíbrio na relação entre as partes, a tal ponto de atribuir ao fornecedor um encargo absurdo e insuscetível de desempenho." (Direitos do Consumidor. Humberto Theodoro Júnior. Ed. Forense. pag. 137)

Sendo assim, ainda que não entenda esse MM. Juízo pela improcedência do pedido recorrido, não há que se cogitar indenização em valor incompatível com a realidade, como pretende o Recorrido, sob pena de enriquecimento sem causa.

Ex positis, requer o provimento do presente recurso, para que seja reformada a sentença prolatada pelo juízo *a quo no* mérito para*:*

1 – seja reconhecido o recurso para reformar a sentença em seu mérito, para reconhecer a validade do contrato, uma vez que a recorrente tem finalidade mutualista e por determinação legal, é sem fins lucrativos, onde tem seus custos operacionais assegurados pela retenção de 20% sobre as parcelas liquida dos associados, determinação esta em que a recorrida tinha plena ciência, conforme ficou demonstrado no doc. 3 anexo a peça de bloqueio em que não houve qualquer impugnação de tal documento em audiência. Previsão esta em seu art. 31, I, alínea "a" do regimento interno.

2 – ultrapassado o pedido acima, que seja reconhecido por esta Colenda Turma Recursal, o recurso para reformar a sentença em seu mérito, determinado a restituição de 90%, dos valores pagos pelo associado. Visto que, tratando-se de cooperativa habitacional em que a mesma tem os seus custos operacionais assegurados pela retenção de percentuais dos associados.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COOPERATIVA HABITACIONAL. DESLIGAMENTO DO COOPERADO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO 1º, DA LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. RETENÇÃO DE APENAS 10% DAS PARCELAS PAGAS. PRECEDENTES. JUROS. SÚMULA Nº 282/STF. 1. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações. 2. Não há falar em

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
288
Carimbado Eletronicamente

negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte. 3. A matéria versada nos dispositivos apontados como violados no recurso especial não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e embora opostos embargos de declaração com a finalidade de sanar omissão porventura existente, não indicou a parte recorrente a contrariedade ao art. 535 do CPC, motivo pelo qual, ausente o requisito do prequestionamento, incide a Súmula nº 211/STJ. 4. **A jurisprudência desta Corte, em relação ao valor que deve ser retido pela cooperativa em virtude da saída do cooperado, firmou o entendimento de que é razoável a retenção de apenas 10% (dez por cento) das parcelas pagas pelo cooperativado desistente, dada a natureza do empreendimento sem fins lucrativos, que se faz para público específico, sem maiores despesas administrativas e operacionais de venda e corretagem.** 5. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1284977/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/05/2013, DJe 23/05/2013)

3 – Neste andar, uma vez que não ficou demonstrado a responsabilidade da recorrente em submeter a recorrida a qualquer situação de ofensa a sua dignidade, passível de reparação de dano dessa natureza seja reconhecido este recurso para que seja reformada a r. sentença no que tange a condenação de danos morais, haja vista que a recorrente não tem qualquer visão de lucro por determinação legal. Sendo assim a manutenção da condenação por danos morais, não atinge a um empresário e sim a todos os associados que nela se encontram, prejudicando a liberação do capital subscrito para aquisição dos imóveis.

4 – Por fim, na remota hipótese deste Julgador entender ser a recorrente responsável por arcar por eventual indenização a título de danos morais, o que se admite apenas para argumentar, é necessário frisar que tal indenização deverá obedecer às regras gerais do princípio da proporcionalidade e razoabilidade. O que de fato, o juízo a quo entendeu como justo a quantia de R$ 3.000,00, sem ter provas contundentes para tal montante.

Termos em que,
p. deferimento.
Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2016.

Dr. Pablo Alexander Marçal Cerqueira
OAB/RJ 157.408

Dr. Marlon Martyr Neto
OAB/RJ 156.928

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
76
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
294
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 09/01/2017

Despacho

Ao cartório para certificar o preparo do recurso.
Após, voltem em conclusos.

Rio de Janeiro, 09/01/2017.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **457F.4S5V.KDJ2.CDRJ**
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

MARCO ANTONIO AZEVEDO JUNIOR:000033108 Assinado em 09/01/2017 17:54:15
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
77
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
298
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 10/01/2017

Decisão

Ante certidão retro, recebo o recurso no efeito devolutivo.
Intime-se o recorrido para oferecer contrarrazões no prazo legal.
Após, com ou sem elas, subam os autos ao Egrégio Conselho Recursal, com nossas homenagens.

Rio de Janeiro, 11/01/2017.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4RB4.UJDE.RQRJ.NKTJ**
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

MARCO ANTONIO AZEVEDO JUNIOR:000033108 Assinado em 11/01/2017 18:43:56
Local: TJ-RJ

MSA Advogados

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
307
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

TJRJ CAP JC07 201700270611 23/01/17 19:15:23134206 PROGER-VIRTUAL

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, brasileiro, casado, técnico de mecânica, portador da carteira de identidade nº 08409599-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 018.641.057-39, residente e domiciliado na Rua Três Marias, casa 09 C, Inhaúma, nesta cidade, CEP. 21.061-020, vem à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, interpor o presente

RECURSO INOMINADO

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78, com sede na Av. Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006; e **ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.870.530/0001-06, com sede na Rua Benicio Moreira Niza, nº 128, Sala 04, Centro, Mandaguaçu/PR, CEP 87.160-000, pelos fundamentos de fatos e de direito que passa a expor adiante.

Inicialmente requer o Recorrente o benefício da GRATUIDADE DE JUSTIÇA, nos termos da Lei 1.060/1950 e, ainda, do art. 5º

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

LXXIV, da Constituição da República, por ser pessoa juridicamente necessitado, não tendo condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio e de sua família, confirmando o alegado através dos documentos anexados a esta peça.

Espera que este seja admitido e remetido, na forma do previsto na Lei 9.099/1995.

Informa o Recorrente, outrossim, que o presente recurso é tempestivo, pelos motivos e fundamentos que adiante passará a expor, requerendo a admissibilidade deste recurso, no duplo efeito, com posterior remessa à Turma Recursal.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3809
Carimbado Eletronicamente

RAZÕES DE RECURSO INOMINADO

Recorrente: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO

Recorrido: KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTRA

Processo nº: 0305983-40.2016.8.19.0001

EGRÉGIA TURMA,

Apresentamos a seguir as razões de recurso inominado.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista que houve intimação eletrônica da r. decisão quanto aos Embargos de Declaração opostos em face da sentença ora recorrida em 15.12.2016 (5ª feira), o prazo de 10 dias expirou em 26/12/2016 (2ª feira), data em que ocorreu a intimação tácita, cabendo considerar que o recesso forense permaneceu entre os dias 20/12/2016 até 20/01/2017 (Lei Estadual nº. 6956 de 13 de janeiro de 2015 - Publicação 14/01/2015 - DORJ-I, n. 8, p. 4), assim como foi feriado do dia 20/01/2017 (6ª feira) de São Sebastião no Município do Rio de Janeiro - Lei Orgânica Município Rio de Janeiro, art. 26.

Portanto, plenamente tempestivo o presente Recurso, conforme a contagem aqui explicitada.

II – DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Da breve análise da r. sentença, verifica-se que a I. Magistrada deixou de se pronunciar quanto ao requerimento de gratuidade de justiça formulado nos embargos de declaração pleiteados pelo Recorrente, conforme se verifica no julgamento deste recurso.

Assim, cabe repetir e ressaltar que o Recorrente não possui condições para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família. Ademais, este tem dois dependentes: esposa e filho menor, cujo sustento é todo arcado pelo Recorrente, conforme se vislumbra na documentação anexa, além dos documentos de fls. 250.

Todavia, é mister destacar que inobstante o acima, não houve análise quanto ao pleito de gratuidade de justiça requerido em sede de embargos de declaração, o que certamente trará prejuízo ao Recorrente, cujo acesso à justiça lhe será negado, se não for deferido o presente pedido.

Diante do exposto, requer seja deferido o pleito de gratuidade de justiça, formulado nos termos da Lei 1.060/1950 e, ainda, do art. 5º LXXIV, da Constituição da República.

III - SÍNTESE DOS FATOS

O Recorrente ajuizou Ação de AÇÃO DE ANULAÇÃO CONTRATUAL POR PRÁTICA ABUSIVA C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, com intuito de que as Recorridas devolvessem o valor pago, assim como indenização por danos morais.

IV - DA SENTENÇA DO JUÍZO *A QUO*

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Mereça reforma parcial a r. sentença, que julgou parcialmente procedente os pedidos autorais, pelos motivos abaixo:

> **"...JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS na forma do artigo 487, I do CPC para: 1) declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, sem ônus para a parte autora; 2) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a devolver ao autor a quantia de R$ 21.345,20, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação e 3) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a pagar a quantia de R$ 3.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da leitura da sentença. Em relação ao 2º Réu ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI do CPC. E JULGO EXTINTO O PEDIDO CONTRAPOSTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no artigo 485, IV, do CPC, c/c o artigo 8º da Lei n° 9.099/95. Por fim, CONDENO A PARTE AUTORA NAS PENAS DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, obrigando-a ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ que fixo em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor do 2º Réu de 10% sobre a mesma base de cálculo. Condeno, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95..."**

Como se constata abaixo, Ilustres Julgadores, o julgador não levou em consideração as alegações e provas juntadas pelo Recorrente em sua exordial e nos embargos de declaração, conforme fatos e argumentos narrados abaixo.

V - DOS FUNDAMENTOS PARA A REFORMA DA SENTENÇA

Da Colidência Entre os Nomes Empresariais e As Atividades Empresariais Das Zap's

Inicialmente importante elucidarmos um ponto nodal para que fique bem esclarecida a controvérsia ora suscitada quanto ao equivoco ocorrido

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

com a 2ª Ré / Recorrida (ZAP), como será devidamente demonstrado abaixo.

Assim, verifica-se que, em que pese a Ilustre decisão do juízo *a quo* estar entornada de todo o brilho e saber jurídico, tendo em vista que julgou procedente em parte os pedidos autorais, para que a 1ª Ré (Kerocasa), devolva ao Recorrente a quantia de R$ 21.345,20, bem como ao pagamento de R$ 3.000,00, a título de dano moral; julgou EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, quanto à 2ª Ré (Recorrida).

Registra-se ainda que a r. sentença não se limitou à supracitada extinção, condenando o Recorrente em litigância de má-fé, com pagamento de multa, honorários advocatícios e custas judiciais, fato este que ensejou embargos de declaração, que não foram providos, bem como o presente recurso.

Assim, para que fique melhor elucidada a questão, vejamos o que de fato ocorreu:

No momento da propositura da presente ação, a parte Recorrente, ao procurar no site da ZAP IMOVÉIS o CNPJ para inserir neste processo, verificou que este **não se encontrava no sítio eletrônico** da referida empresa, conforme demonstram os documentos de fls. 253 e ss.

Pior que isso, frisa-se que a ZAP IMÓVEIS não cumpre o Decreto nº 7.962/2016, conforme preleciona o dispositivo abaixo:

> **Art. 2º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:**
> **I - nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.**

Desta feita, foi realizada a pesquisa pelos sites de busca, quando se localizou a empresa ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., e o respectivo CNPJ. Registra-se que, ao descrever no site de busca "ZAP

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

IMÓVEIS CNPJ", a pesquisa recai exatamente na empresa acima (Recorrida), com o seu respectivo CNPJ.

Importante ressaltar que a ZAP imóveis foi registrada em **07/02/2000**, enquanto a Recorrida se constituiu em **14/08/2014**. Ora, ambas possuem atividades lindeiras à compra e venda de imóveis, sendo que a última vem se beneficiando da famosa marca da primeira. No entanto, não pode reclamar do ônus de sua escolha, quando causa exatamente uma confusão para o consumidor.

Mais que isso, é uma confusão de marcas o que se espera com a opção da similitude (ver CNPJ's anexos). Ou seja, não pode agora a Recorrida beneficiar-se de sua própria torpeza, recaindo o ônus do feito da confusão para o consumidor.

Com base no exposto, tendo em vista que ambas a ZAP's possuem nomes extremamente parecidos, assim como exercem as mesmas atividades, fica evidenciado o seguinte: 1) A Recorrida registrou o nome empresarial com a finalidade de beneficiar-se do notório conhecimento que possui a real "ZAP IMÓVEIS"; 2) Ao registrar-se com este nome, angariando clientes desta forma, assumiu o risco, de ter este tipo de confusão; 3) Sendo assim, quem tem o bônus, assume o ônus, não podendo neste momento, jogar o risco de sua atividade e de sua própria negligência, quiçá de sua própria má-fé, sobre o consumidor, que de boa-fé apenas queria fazer valer o seu direito.

Impende registrar que o ordenamento jurídico protege a marca, por um duplo objetivo: garantir o interesse de seu titular e **proteger o consumidor**, que não pode ser enganado quanto ao produto que compra ou serviço que lhe é prestado. Assim, entendeu o REsp. 989.105/PR, da ministra Nancy Andrighi, conforme abaixo mencionado (grifamos):

> **"Evidencia-se que, em nosso ordenamento jurídico, a proteção da marca tem um duplo objetivo. Por um lado, garante o interesse de seu titular. <u>Por outro, protege o consumidor</u>, que não pode ser enganado quanto ao produto que compra ou ao serviço que lhe é prestado. Por essa razão, na proteção dos interesses econômicos, devem ser**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

> **coibidos e reprimidos todos os abusos praticados no mercado de consumo, como a concorrência desleal e a utilização indevida de marcas que possam causar prejuízo aos consumidores.**
> **Desse modo, conclui-se, para que haja violação ao art. 129 da LPI e seja configurada a reprodução ou imitação de marca pré-registrada, é necessário que exista efetivamente risco de ocorrência de dúvida, erro ou confusão no mercado, entre os produtos ou serviços dos empresários que atuam no mesmo ramo." (STJ - RECURSO ESPECIAL: REsp 989105 PR 2007/0221297-6).**

Neste sentido não pode o consumidor ser prejudicado pela colidência entre os nomes empresariais e suas respectivas atividades, tendo nesse caso um mero erro material no ajuizamento da ação, sendo certo que não houve em nenhum momento dolo por parte do Recorrente, como restou demonstrado. Em suma o Recorrente foi levado a erro pela Recorrida em decorrência da colidência de nomes e atividades, assim como pela falta de informações no site da ZAP Imóveis.

Da Indevida Condenação de Má-Fé em Face da Parte Autora

No transcorrer da sentença anexada às fls. 221/222 verifica-se que este D. Juízo mencionou o seguinte:

> **"Na presente demanda, a 2 Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, de forma exaustiva, tentou advertir a parte autora sobre o equívoco na indicação da empresa demandada como parte integrante do negócio jurídico e, apesar de ter reiterado a preliminar de ilegitimidade passiva arguida na audiência de conciliação, instrução e julgamento realizada no dia 08/11/2016, optou a parte autora por prosseguir a demanda em face da parte manifestamente ilegítima. Assim sendo, a parte autora não se comportou, pela conduta que praticou, em conformidade com o valor normativo do direito de ação, exercendo-o de forma irresponsável, desvinculando-o dos fatos concretos da vida, em flagrante má-fé, não apenas desvirtuando o instituto mas, efetivamente, causando prejuízo à empresa demandada ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Desta feita, através da decisão proferida por este D. Juízo a R. sentença julgou extinto o feito sem resolução do mérito quanto à segunda Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA. (Recorrida). Outrossim, para surpresa do Recorrente, a respeitosa sentença não se limitou a isso, condenando-o ainda em litigância de má-fé, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ, fixada em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor da 2ª Recorrida de 10% sobre a mesma base de cálculo. Não obstante ao supracitado, condenou também o Recorrente a pagar as custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

No que se refere à condenação do Recorrente na pena de litigância de má-fé, a r. sentença merece ser reformada. Senão vejamos:

Conforme acima apontado, a sentença indica que a Recorrida teria "de forma exaustiva" tentado advertir o Recorrente sobre o equívoco na indicação da empresa demandada como parte integrante do negócio jurídico, asseverando, que o Recorrente insistiu na permanência da Recorrida, mesmo sabendo que esta era manifestamente ilegítima.

Todavia, em que pese o indicado na sentença, a verdade dos fatos ocorridos no dia da audiência não foi esta, tanto assim o é, que **na própria ata de audiência, nada há mencionado quanto a isto**. Além disto, logo após esse ato foi preferida sentença. Em outras palavras, não houve 'insistência' do Recorrente em manter a Recorrida no polo passivo, até porque NÃO HOUVE FASE PROCESSUAL PARA MANIFESTAÇÃO, já que o ato foi uno.

Outrossim, registra-se que para desistência do Autor em relação aos Réus, após a citação destes, há de ter a anuência respectiva. Desta forma, ainda que o Recorrente pleiteasse a desistência da ação no que tange à Recorrida, jamais poderia fazê-lo sem que esta concordasse.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Salienta-se que no dia da audiência, a Recorrida mostrou-se irredutível, grosseira através de seu preposto e advogado, proferindo palavras de baixo calão e ainda ameaçando a parte Recorrente. Obviamente isso inviabilizou qualquer acordo neste sentido.

Ademais, a Recorrida formulou pedidos em face do Recorrente, o que contradiz o disposto na sentença. Mais que isso, inexiste consignação de proposta de acordo desta, nem mesmo manifestação das partes quanto à eventual possibilidade de desistência, que também dependeria da outra Ré (KEROCASA).

Logo, não há no que se falar em insistência da parte Recorrente em continuar com o processo em relação à Recorrida, sendo certo que o Recorrente foi induzido a erro, não agindo de má-fé em momento algum. E, por outro lado, no momento da audiência, a Recorrida mostrou-se irredutível, nervosa, fora de controle e simplesmente só ameaçava a parte Recorrente.

Em nenhum momento, a Recorrida se mostrou interessada ou disposta a um possível acordo. E o escândalo feito pelo preposto desta, inviabilizou qualquer tipo de manifestação do Recorrente, conforme se verifica na ata da audiência realizada neste feito.

Neste viés, por todo exposto, não há como qualificar a ação do Recorrente em uma das tipificações expressas no artigo 80 do CPC/2015, pois em nenhum momento houve qualquer ação que pudesse ensejar a condenação ora mencionada, uma vez que o único intuito do Recorrente com este processo foi a busca de seu direito.

Por todo exposto, não pode o Recorrente ser condenado por um erro, que na verdade foi causado por uma atitude anterior: 1) Pela ZAP IMÓVEIS não ter a indicação do CNPJ em seu sítio eletrônico (telas do site às fls. 253 e ss), o que obrigou o Recorrente a procurar o cadastro por outros meios; 2) A colidência das atividades empresariais quanto à

MSA Advogados

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Recorrida e em relação à ZAP imóveis; 3) Os nomes extremamente parecidos das duas empresas.

Diante disso, não há que se falar em dolo por parte do Recorrente, tendo em vista que a inclusão da Recorrida foi um "equívoco" e não uma "má-fé", uma vez que a fornecedora tem praticamente o mesmo nome e mesmo segmento da empresa, que realmente deveria ter sido demandada.

Também colide com a dinâmica processual célere dos juizados especiais, a afirmação constante na sentença de que a Recorrida teria alertado exaustivamente o Recorrente, que teria optado por prosseguir na demanda.

Simplesmente no meio da audiência seria impossível verificar as informações e CNPJ's, além do que não houve fase processual posterior para manifestação, pois em seguida foi proferida sentença. Mais que isso, como vastamente repetido, diferentemente do sugerido na sentença de fls., o Recorrente não teria como apenas desistir da Recorrida sem a anuência desta.

Inclusive, não houve má-fé do Recorrente, sendo certo que a má-fé precisa estar fartamente configurada, já que não se deduz de presunções e elucubrações, uma vez que o nosso ordenamento privilegia a presunção de boa-fé e não o contrário.

Neste sentido, conforme lição do festejado mestre Nelson Nery Jr.:

> **"A norma veda ao litigante ou interveniente agir de modo temerário ao propor a ação, ao contestá-la ou em qualquer incidente ou fase do processo. Proceder de modo temerário é agir afoitamente, de forma açodada e anormal, tendo consciência do injusto, de que não tem razão. O procedimento temerário pode provir de dolo ou culpa grave, mas não de culpa leve. A mera imprudência ou simples imperícia não caracteriza a lide temerária, mas sim a imprudência grave e a imperícia fruto de erro inescusável, que não permitem hesitação do magistrado em considerar ter havido má-fé." (NERY. Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante, p.**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

185, 9ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006 / grifos nossos)

Assim, para a configuração de quaisquer das hipóteses que acarretem a imposição da penalidade, faz-se necessária à caracterização de alguma conduta traçada no art. 80 do CPC/2015, capaz de resultar em prejuízo processual à parte adversa, devidamente demonstrada nos autos.

Não é demais mencionar que o Recorrente foi induzido a erro primeiramente pela opção de nome feita pela Recorrida; após, pela busca feita em sites, que indicou os dados da Recorrida; por fim, a inviabilidade técnica de desistência do feito, haja vista a recusa da Recorrida em compor com o Recorrente.

Desta feita, não se pode depreender que o Recorrente deveria ter tido determinada conduta, que é inviável sem a anuência da outra parte, bem como deduzir uma omissão como má-fé. Inclusive, a má-fé é em si uma conduta comissiva. Logo, não pode ser presumida e nem considerada a partir de um 'não agir'.

Neste sentido é o entendimento dos nossos tribunais:

"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. ERRO AO INDICAR O POLO PASSIVO DA LIDE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ATO TEMERÁRIO. PREJUÍZO PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO APÓS A CITAÇÃO. ART. 264 DO CPC. PRINCÍPIO DA ESTABILIDADE DA LIDE. VEDAÇÃO. Para a configuração de quaisquer das hipóteses que acarretam a imposição da penalidade por litigância de má-fé, faz-se necessária a caracterização de alguma conduta traçada no art. 17 do CPC, capaz de resultar em prejuízo processual à parte adversa, devidamente demonstrada no processo. O art. 264 do CPC consagra o princípio da estabilidade da lide, que veda a modificação subjetiva ou objetiva do pedido ou a causa de pedir, após a citação. (TJ-MG 106870806743060011 MG 1.0687.08.067430-6/001(1), Relator: IRMAR FERREIRA CAMPOS, Data de Julgamento: 24/09/2009, Data de Publicação: 14/10/2009).

Ademais, repita-se que a litigância de má-fé não se presume,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

assim também como não se presume o dano processual, ambos carecendo de efetiva caracterização. No mesmo raciocínio, registra-se o comentário de THEOTÔNIO NEGRÃO e JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA:

> **Entende o STJ que o art. 17 do CPC, ao definir os contornos dos atos que justificam a aplicação de pena pecuniária por litigância de má-fé, pressupõe o dolo da parte no entravamento do trâmite processual, manifestado por conduta intencionalmente maliciosa e temerária, inobservado o dever de proceder com lealdade" (STJ, 3ª Turma, REsp 418.342-PC, rel.: Min. Castro Filho, j.: 11.6.02, deram provimento, v.u., DJU 5.8.02, p. 337)(In: Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, pg. 133, 37ª ed., São Paulo, Saraiva: 2005)**

Não é outro entendimento dos Tribunais, em decisão referente à essa matéria:

> **"A propósito do tema, adota-se o princípio de que o dolo e a culpa não se presumem, sendo necessário à sua fixação, que se manifestem, de modo claro e evidente, além da imprescindibilidade de que sejam localizados nos debates e não nos fundamentos jurídicos expostos no processo. (Embargos de Declaração nº 1.0702.07.387585-9/007 - Comarca de Uberlândia - Relator: Desembargador Eduardo Mariné da Cunha - Publicação: 17/06/2008)**

Portanto, a decisão atacada está divorciada dos documentos constantes nos autos, já que não existe prova da ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 80, NCPC, que é condição *sine qua non* para que a parte incida nas sanções previstas no art. 81 do mesmo diploma, requerendo-se a reforma a r. sentença na parte que condenou o Recorrente nas penas por litigância de má-fé.

Do Não Cabimento de Honorários

Conforme dispõe o artigo 55 da Lei 9.099/95:

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

> **Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.**

Neste viés, tem-se que no âmbito dos Juizados Especiais, não há custas judiciais, nem pagamento de honorários advocatícios em primeira instância. Isso se dá, tendo em vista que, quando da criação da lei dos Juizados, a intenção do legislador era ampliar o acesso da população à Justiça, estimular a autocomposição através das audiências de conciliação e afastar da Justiça Comum as causas de menor porte, a fim de evitar que chegassem aos tribunais superiores questões de menor importância.

Assim, indubitável ser cabível proceder à isenção, pelos demandantes, do pagamento das custas processuais e dos honorários, visto que lhes retiraria o receio de "perder" na Justiça e incentivaria o direito de ação.

Não é demais frisar que no caso concreto, tal condenação foi atrelada a uma litigância de má-fé inexistente, conforme vastamente esclarecido alhures.

Além disto, importante ressaltar que os honorários advocatícios fixados em primeira instância, foram colidentes com a legislação dos juizados especiais, sem prejuízo de imposição de ônus ao Recorrente, que é completamente descabido na presente hipótese.

Desta forma, requer a parte Recorrente reforma na r. sentença para isentar a parte de honorários advocatícios, assim como das custas judiciais, tudo por ser medida de mais lídima justiça, uma vez que o Recorrente agiu de boa-fé e a confusão de nome entre as empresas em comento, não lhe pode ser prejudicial na condição de consumidor.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Da Minoração das Verbas Condenatórias

Caso os pedidos acima não sejam acatados, o que não acreditamos, por amor ao debate, o Recorrente suscita que os percentuais de condenação em litigância de má-fé e em honorários advocatícios foram extremamente majorados, merecendo sua minoração, caso sejam mantidos.

Frisa-se que o artigo 81 CPC/2015, determina condenação de litigância de má-fé de 1 a 10% **em favor da parte contrária**. No presente caso, a condenação foi favorável ao Tribunal em 1%¨e em 10% para a Recorrida.

Ora, na presente hipótese houve dupla condenação, além do que inexiste motivo para fixação no teto em favor da parte contrária, já que se não há elementos probatórios majorantes, não há o que se falar em fixação de penalidade no máximo previsto em lei.

Em outras palavras, se há piso e teto para uma condenação, que tem natureza de penalidade, a sua fixação no teto deve possuir situações agravantes, capazes de sustentar a penalidade máxima. NO PRESENTE CASO, HOUVE SIMPLES PRESUNÇÃO DE MÁ-FÉ, o que por si só afasta a condenação no percentual máximo previsto em lei.

Da mesma forma, tem-se que a fixação dos honorários foi desproporcional ao presente caso, pois deixou de atentar para as premissas do art. 85, CPC/2015.

Desta feita, é imperioso o afastamento da condenação em litigância de má-fé e honorários advocatícios, mas se mantidos (o que não acreditamos), deve ser afastada a condenação do art. 81, CPC/2015 em favor do tribunal, com redução ao mínimo legal em favor da Recorrida, bem como a minoração de valor mínimo no que tange à condenação em honorários de advogado.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

DOS REQUERIMENTOS

Ex positis, requer o Recorrente, usando toda a sensibilidade e saber jurídico que inegavelmente possui, ante as razões trazidas nesta peça, que o presente Recurso Inominado seja provido, reformando parcialmente a sentença de fls., afastando a condenação em desfavor do Recorrente quanto à litigância de má-fé, honorários advocatícios e custas judiciais, tudo isto, por ser medida da mais lídima J U S T I Ç A ! ! !

Se mantidas as condenações aqui atacadas, o que não se acredita, que haja afastamento da condenação litigância de má-fé ao tribunal, com redução ao mínimo legal em favor da Recorrida, bem como a minoração de valor mínimo no que tange à condenação em honorários de advogado.

Pleiteia, outrossim, o deferimento da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA** em favor do Recorrente, de acordo com os argumentos acima, para todos os fins de direito, nos termos do art. 2º e parágrafo único da lei 1060/1950.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

MARCELA SERRA
OAB/RJ 169.133

MSA Advogados

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3224
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

TJRJ CAP JC07 201700270602 23/01/17 19:14:51134462 PROGER-VIRTUAL

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, brasileiro, casado, técnico de mecânica, portador da carteira de identidade nº 08409599-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 018.641.057-39, residente e domiciliado na Rua Três Marias, casa 09 C, Inhaúma, nesta cidade, CEP. 21.061-020, vem à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, interpor o presente

RECURSO INOMINADO

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78, com sede na Av. Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006; e **ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.870.530/0001-06, com sede na Rua Benicio Moreira Niza, nº 128, Sala 04, Centro, Mandaguaçu/PR, CEP 87.160-000, pelos fundamentos de fatos e de direito que passa a expor adiante.

Inicialmente requer o Recorrente o benefício da GRATUIDADE DE JUSTIÇA, nos termos da Lei 1.060/1950 e, ainda, do art. 5º

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

LXXIV, da Constituição da República, por ser pessoa juridicamente necessitado, não tendo condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio e de sua família, confirmando o alegado através dos documentos anexados a esta peça.

Espera que este seja admitido e remetido, na forma do previsto na Lei 9.099/1995.

Informa o Recorrente, outrossim, que o presente recurso é tempestivo, pelos motivos e fundamentos que adiante passará a expor, requerendo a admissibilidade deste recurso, no duplo efeito, com posterior remessa à Turma Recursal.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

MSA Advogados

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3926
Carimbado Eletronicamente

RAZÕES DE RECURSO INOMINADO

Recorrente: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO

Recorrido: KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTRA

Processo nº: 0305983-40.2016.8.19.0001

EGRÉGIA TURMA,

Apresentamos a seguir as razões de recurso inominado.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista que houve intimação eletrônica da r. decisão quanto aos Embargos de Declaração opostos em face da sentença ora recorrida em 15.12.2016 (5ª feira), o prazo de 10 dias expirou em 26/12/2016 (2ª feira), data em que ocorreu a intimação tácita, cabendo considerar que o recesso forense permaneceu entre os dias 20/12/2016 até 20/01/2017 (Lei Estadual nº. 6956 de 13 de janeiro de 2015 - Publicação 14/01/2015 - DORJ-I, n. 8, p. 4), assim como foi feriado do dia 20/01/2017 (6ª feira) de São Sebastião no Município do Rio de Janeiro - Lei Orgânica Município Rio de Janeiro, art. 26.

Portanto, plenamente tempestivo o presente Recurso, conforme a contagem aqui explicitada.

II – DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Da breve análise da r. sentença, verifica-se que a I. Magistrada deixou de se pronunciar quanto ao requerimento de gratuidade de justiça formulado nos embargos de declaração pleiteados pelo Recorrente, conforme se verifica no julgamento deste recurso.

Assim, cabe repetir e ressaltar que o Recorrente não possui condições para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família. Ademais, este tem dois dependentes: esposa e filho menor, cujo sustento é todo arcado pelo Recorrente, conforme se vislumbra na documentação anexa, além dos documentos de fls. 250.

Todavia, é mister destacar que inobstante o acima, não houve análise quanto ao pleito de gratuidade de justiça requerido em sede de embargos de declaração, o que certamente trará prejuízo ao Recorrente, cujo acesso à justiça lhe será negado, se não for deferido o presente pedido.

Diante do exposto, requer seja deferido o pleito de gratuidade de justiça, formulado nos termos da Lei 1.060/1950 e, ainda, do art. 5º LXXIV, da Constituição da República.

III - SÍNTESE DOS FATOS

O Recorrente ajuizou Ação de AÇÃO DE ANULAÇÃO CONTRATUAL POR PRÁTICA ABUSIVA C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, com intuito de que as Recorridas devolvessem o valor pago, assim como indenização por danos morais.

IV - DA SENTENÇA DO JUÍZO *A QUO*

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Mereça reforma parcial a r. sentença, que julgou parcialmente procedente os pedidos autorais, pelos motivos abaixo:

> **"...JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS na forma do artigo 487, I do CPC para: 1) declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, sem ônus para a parte autora; 2) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a devolver ao autor a quantia de R$ 21.345,20, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação e 3) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a pagar a quantia de R$ 3.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da leitura da sentença. Em relação ao 2º Réu ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI do CPC. E JULGO EXTINTO O PEDIDO CONTRAPOSTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no artigo 485, IV, do CPC, c/c o artigo 8º da Lei n° 9.099/95. Por fim, CONDENO A PARTE AUTORA NAS PENAS DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, obrigando-a ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ que fixo em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor do 2º Réu de 10% sobre a mesma base de cálculo. Condeno, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95..."**

Como se constata abaixo, Ilustres Julgadores, o julgador não levou em consideração as alegações e provas juntadas pelo Recorrente em sua exordial e nos embargos de declaração, conforme fatos e argumentos narrados abaixo.

V - DOS FUNDAMENTOS PARA A REFORMA DA SENTENÇA

Da Colidência Entre os Nomes Empresariais e As Atividades Empresariais Das Zap's

Inicialmente importante elucidarmos um ponto nodal para que fique bem esclarecida a controvérsia ora suscitada quanto ao equivoco ocorrido

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

com a 2ª Ré / Recorrida (ZAP), como será devidamente demonstrado abaixo.

Assim, verifica-se que, em que pese a Ilustre decisão do juízo *a quo* estar entornada de todo o brilho e saber jurídico, tendo em vista que julgou procedente em parte os pedidos autorais, para que a 1ª Ré (Kerocasa), devolva ao Recorrente a quantia de R$ 21.345,20, bem como ao pagamento de R$ 3.000,00, a título de dano moral; julgou EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, quanto à 2ª Ré (Recorrida).

Registra-se ainda que a r. sentença não se limitou à supracitada extinção, condenando o Recorrente em litigância de má-fé, com pagamento de multa, honorários advocatícios e custas judiciais, fato este que ensejou embargos de declaração, que não foram providos, bem como o presente recurso.

Assim, para que fique melhor elucidada a questão, vejamos o que de fato ocorreu:

No momento da propositura da presente ação, a parte Recorrente, ao procurar no site da ZAP IMOVÉIS o CNPJ para inserir neste processo, verificou que este **não se encontrava no sítio eletrônico** da referida empresa, conforme demonstram os documentos de fls. 253 e ss.

Pior que isso, frisa-se que a ZAP IMÓVEIS não cumpre o Decreto nº 7.962/2016, conforme preleciona o dispositivo abaixo:

> **Art. 2º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:**
> **I - nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.**

Desta feita, foi realizada a pesquisa pelos sites de busca, quando se localizou a empresa ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., e o respectivo CNPJ. Registra-se que, ao descrever no site de busca "ZAP

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

IMÓVEIS CNPJ", a pesquisa recai exatamente na empresa acima (Recorrida), com o seu respectivo CNPJ.

Importante ressaltar que a ZAP imóveis foi registrada em **07/02/2000**, enquanto a Recorrida se constituiu em **14/08/2014**. Ora, ambas possuem atividades lindeiras à compra e venda de imóveis, sendo que a última vem se beneficiando da famosa marca da primeira. No entanto, não pode reclamar do ônus de sua escolha, quando causa exatamente uma confusão para o consumidor.

Mais que isso, é uma confusão de marcas o que se espera com a opção da similitude (ver CNPJ's anexos). Ou seja, não pode agora a Recorrida beneficiar-se de sua própria torpeza, recaindo o ônus do feito da confusão para o consumidor.

Com base no exposto, tendo em vista que ambas a ZAP's possuem nomes extremamente parecidos, assim como exercem as mesmas atividades, fica evidenciado o seguinte: 1) A Recorrida registrou o nome empresarial com a finalidade de beneficiar-se do notório conhecimento que possui a real "ZAP IMÓVEIS"; 2) Ao registrar-se com este nome, angariando clientes desta forma, assumiu o risco, de ter este tipo de confusão; 3) Sendo assim, quem tem o bônus, assume o ônus, não podendo neste momento, jogar o risco de sua atividade e de sua própria negligência, quiçá de sua própria má-fé, sobre o consumidor, que de boa-fé apenas queria fazer valer o seu direito.

Impende registrar que o ordenamento jurídico protege a marca, por um duplo objetivo: garantir o interesse de seu titular e **proteger o consumidor**, que não pode ser enganado quanto ao produto que compra ou serviço que lhe é prestado. Assim, entendeu o REsp. 989.105/PR, da ministra Nancy Andrighi, conforme abaixo mencionado (grifamos):

> **"Evidencia-se que, em nosso ordenamento jurídico, a proteção da marca tem um duplo objetivo. Por um lado, garante o interesse de seu titular. <u>Por outro, protege o consumidor</u>, que não pode ser enganado quanto ao produto que compra ou ao serviço que lhe é prestado. Por essa razão, na proteção dos interesses econômicos, devem ser**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

> **coibidos e reprimidos todos os abusos praticados no mercado de consumo, como a concorrência desleal e a utilização indevida de marcas que possam causar prejuízo aos consumidores.**
> **Desse modo, conclui-se, para que haja violação ao art. 129 da LPI e seja configurada a reprodução ou imitação de marca pré-registrada, é necessário que exista efetivamente risco de ocorrência de dúvida, erro ou confusão no mercado, entre os produtos ou serviços dos empresários que atuam no mesmo ramo." (STJ - RECURSO ESPECIAL: REsp 989105 PR 2007/0221297-6).**

Neste sentido não pode o consumidor ser prejudicado pela colidência entre os nomes empresariais e suas respectivas atividades, tendo nesse caso um mero erro material no ajuizamento da ação, sendo certo que não houve em nenhum momento dolo por parte do Recorrente, como restou demonstrado. Em suma o Recorrente foi levado a erro pela Recorrida em decorrência da colidência de nomes e atividades, assim como pela falta de informações no site da ZAP Imóveis.

Da Indevida Condenação de Má-Fé em Face da Parte Autora

No transcorrer da sentença anexada às fls. 221/222 verifica-se que este D. Juízo mencionou o seguinte:

> **"Na presente demanda, a 2 Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, de forma exaustiva, tentou advertir a parte autora sobre o equívoco na indicação da empresa demandada como parte integrante do negócio jurídico e, apesar de ter reiterado a preliminar de ilegitimidade passiva arguida na audiência de conciliação, instrução e julgamento realizada no dia 08/11/2016, optou a parte autora por prosseguir a demanda em face da parte manifestamente ilegítima. Assim sendo, a parte autora não se comportou, pela conduta que praticou, em conformidade com o valor normativo do direito de ação, exercendo-o de forma irresponsável, desvinculando-o dos fatos concretos da vida, em flagrante má-fé, não apenas desvirtuando o instituto mas, efetivamente, causando prejuízo à empresa demandada ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Desta feita, através da decisão proferida por este D. Juízo a R. sentença julgou extinto o feito sem resolução do mérito quanto à segunda Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA. (Recorrida). Outrossim, para surpresa do Recorrente, a respeitosa sentença não se limitou a isso, condenando-o ainda em litigância de má-fé, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ, fixada em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor da 2ª Recorrida de 10% sobre a mesma base de cálculo. Não obstante ao supracitado, condenou também o Recorrente a pagar as custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

No que se refere à condenação do Recorrente na pena de litigância de má-fé, a r. sentença merece ser reformada. Senão vejamos:

Conforme acima apontado, a sentença indica que a Recorrida teria "de forma exaustiva" tentado advertir o Recorrente sobre o equívoco na indicação da empresa demandada como parte integrante do negócio jurídico, asseverando, que o Recorrente insistiu na permanência da Recorrida, mesmo sabendo que esta era manifestamente ilegítima.

Todavia, em que pese o indicado na sentença, a verdade dos fatos ocorridos no dia da audiência não foi esta, tanto assim o é, que **na própria ata de audiência, nada há mencionado quanto a isto**. Além disto, logo após esse ato foi preferida sentença. Em outras palavras, não houve 'insistência' do Recorrente em manter a Recorrida no polo passivo, até porque NÃO HOUVE FASE PROCESSUAL PARA MANIFESTAÇÃO, já que o ato foi uno.

Outrossim, registra-se que para desistência do Autor em relação aos Réus, após a citação destes, há de ter a anuência respectiva. Desta forma, ainda que o Recorrente pleiteasse a desistência da ação no que tange à Recorrida, jamais poderia fazê-lo sem que esta concordasse.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Salienta-se que no dia da audiência, a Recorrida mostrou-se irredutível, grosseira através de seu preposto e advogado, proferindo palavras de baixo calão e ainda ameaçando a parte Recorrente. Obviamente isso inviabilizou qualquer acordo neste sentido.

Ademais, a Recorrida formulou pedidos em face do Recorrente, o que contradiz o disposto na sentença. Mais que isso, inexiste consignação de proposta de acordo desta, nem mesmo manifestação das partes quanto à eventual possibilidade de desistência, que também dependeria da outra Ré (KEROCASA).

Logo, não há no que se falar em insistência da parte Recorrente em continuar com o processo em relação à Recorrida, sendo certo que o Recorrente foi induzido a erro, não agindo de má-fé em momento algum. E, por outro lado, no momento da audiência, a Recorrida mostrou-se irredutível, nervosa, fora de controle e simplesmente só ameaçava a parte Recorrente.

Em nenhum momento, a Recorrida se mostrou interessada ou disposta a um possível acordo. E o escândalo feito pelo preposto desta, inviabilizou qualquer tipo de manifestação do Recorrente, conforme se verifica na ata da audiência realizada neste feito.

Neste viés, por todo exposto, não há como qualificar a ação do Recorrente em uma das tipificações expressas no artigo 80 do CPC/2015, pois em nenhum momento houve qualquer ação que pudesse ensejar a condenação ora mencionada, uma vez que o único intuito do Recorrente com este processo foi a busca de seu direito.

Por todo exposto, não pode o Recorrente ser condenado por um erro, que na verdade foi causado por uma atitude anterior: 1) Pela ZAP IMÓVEIS não ter a indicação do CNPJ em seu sítio eletrônico (telas do site às fls. 253 e ss), o que obrigou o Recorrente a procurar o cadastro por outros meios; 2) A colidência das atividades empresariais quanto à

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Recorrida e em relação à ZAP imóveis; 3) Os nomes extremamente parecidos das duas empresas.

Diante disso, não há que se falar em dolo por parte do Recorrente, tendo em vista que a inclusão da Recorrida foi um "equívoco" e não uma "má-fé", uma vez que a fornecedora tem praticamente o mesmo nome e mesmo segmento da empresa, que realmente deveria ter sido demandada.

Também colide com a dinâmica processual célere dos juizados especiais, a afirmação constante na sentença de que a Recorrida teria alertado exaustivamente o Recorrente, que teria optado por prosseguir na demanda.

Simplesmente no meio da audiência seria impossível verificar as informações e CNPJ's, além do que não houve fase processual posterior para manifestação, pois em seguida foi proferida sentença. Mais que isso, como vastamente repetido, diferentemente do sugerido na sentença de fls., o Recorrente não teria como apenas desistir da Recorrida sem a anuência desta.

Inclusive, não houve má-fé do Recorrente, sendo certo que a má-fé precisa estar fartamente configurada, já que não se deduz de presunções e elucubrações, uma vez que o nosso ordenamento privilegia a presunção de boa-fé e não o contrário.

Neste sentido, conforme lição do festejado mestre Nelson Nery Jr.:

> **"A norma veda ao litigante ou interveniente agir de modo temerário ao propor a ação, ao contestá-la ou em qualquer incidente ou fase do processo. Proceder de modo temerário é agir afoitamente, de forma açodada e anormal, tendo consciência do injusto, de que não tem razão. O procedimento temerário pode provir de dolo ou culpa grave, mas não de culpa leve. A mera imprudência ou simples imperícia não caracteriza a lide temerária, mas sim a imprudência grave e a imperícia fruto de erro inescusável, que não permitem hesitação do magistrado em considerar ter havido má-fé." (NERY. Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante, p.**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

185, 9ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006 / grifos nossos)

Assim, para a configuração de quaisquer das hipóteses que acarretem a imposição da penalidade, faz-se necessária à caracterização de alguma conduta traçada no art. 80 do CPC/2015, capaz de resultar em prejuízo processual à parte adversa, devidamente demonstrada nos autos.

Não é demais mencionar que o Recorrente foi induzido a erro primeiramente pela opção de nome feita pela Recorrida; após, pela busca feita em sites, que indicou os dados da Recorrida; por fim, a inviabilidade técnica de desistência do feito, haja vista a recusa da Recorrida em compor com o Recorrente.

Desta feita, não se pode depreender que o Recorrente deveria ter tido determinada conduta, que é inviável sem a anuência da outra parte, bem como deduzir uma omissão como má-fé. Inclusive, a má-fé é em si uma conduta comissiva. Logo, não pode ser presumida e nem considerada a partir de um 'não agir'.

Neste sentido é o entendimento dos nossos tribunais:

"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. ERRO AO INDICAR O POLO PASSIVO DA LIDE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ATO TEMERÁRIO. PREJUÍZO PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO APÓS A CITAÇÃO. ART. 264 DO CPC. PRINCÍPIO DA ESTABILIDADE DA LIDE. VEDAÇÃO. Para a configuração de quaisquer das hipóteses que acarretam a imposição da penalidade por litigância de má-fé, faz-se necessária a caracterização de alguma conduta traçada no art. 17 do CPC, capaz de resultar em prejuízo processual à parte adversa, devidamente demonstrada no processo. O art. 264 do CPC consagra o princípio da estabilidade da lide, que veda a modificação subjetiva ou objetiva do pedido ou a causa de pedir, após a citação. (TJ-MG 106870806743060011 MG 1.0687.08.067430-6/001(1), Relator: IRMAR FERREIRA CAMPOS, Data de Julgamento: 24/09/2009, Data de Publicação: 14/10/2009).

Ademais, repita-se que a litigância de má-fé não se presume,

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
106
Carimbado Eletronicamente

assim também como não se presume o dano processual, ambos carecendo de efetiva caracterização. No mesmo raciocínio, registra-se o comentário de THEOTÔNIO NEGRÃO e JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA:

> **Entende o STJ que o art. 17 do CPC, ao definir os contornos dos atos que justificam a aplicação de pena pecuniária por litigância de má-fé, pressupõe o dolo da parte no entravamento do trâmite processual, manifestado por conduta intencionalmente maliciosa e temerária, inobservado o dever de proceder com lealdade" (STJ, 3ª Turma, REsp 418.342-PC, rel.: Min. Castro Filho, j.: 11.6.02, deram provimento, v.u., DJU 5.8.02, p. 337)(In: Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, pg. 133, 37ª ed., São Paulo, Saraiva: 2005)**

Não é outro entendimento dos Tribunais, em decisão referente à essa matéria:

> **"A propósito do tema, adota-se o princípio de que o dolo e a culpa não se presumem, sendo necessário à sua fixação, que se manifestem, de modo claro e evidente, além da imprescindibilidade de que sejam localizados nos debates e não nos fundamentos jurídicos expostos no processo. (Embargos de Declaração nº 1.0702.07.387585-9/007 - Comarca de Uberlândia - Relator: Desembargador Eduardo Mariné da Cunha - Publicação: 17/06/2008)**

Portanto, a decisão atacada está divorciada dos documentos constantes nos autos, já que não existe prova da ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 80, NCPC, que é condição *sine qua non* para que a parte incida nas sanções previstas no art. 81 do mesmo diploma, requerendo-se a reforma a r. sentença na parte que condenou o Recorrente nas penas por litigância de má-fé.

Do Não Cabimento de Honorários

Conforme dispõe o artigo 55 da Lei 9.099/95:

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.**

Neste viés, tem-se que no âmbito dos Juizados Especiais, não há custas judiciais, nem pagamento de honorários advocatícios em primeira instância. Isso se dá, tendo em vista que, quando da criação da lei dos Juizados, a intenção do legislador era ampliar o acesso da população à Justiça, estimular a autocomposição através das audiências de conciliação e afastar da Justiça Comum as causas de menor porte, a fim de evitar que chegassem aos tribunais superiores questões de menor importância.

Assim, indubitável ser cabível proceder à isenção, pelos demandantes, do pagamento das custas processuais e dos honorários, visto que lhes retiraria o receio de "perder" na Justiça e incentivaria o direito de ação.

Não é demais frisar que no caso concreto, tal condenação foi atrelada a uma litigância de má-fé inexistente, conforme vastamente esclarecido alhures.

Além disto, importante ressaltar que os honorários advocatícios fixados em primeira instância, foram colidentes com a legislação dos juizados especiais, sem prejuízo de imposição de ônus ao Recorrente, que é completamente descabido na presente hipótese.

Desta forma, requer a parte Recorrente reforma na r. sentença para isentar a parte de honorários advocatícios, assim como das custas judiciais, tudo por ser medida de mais lídima justiça, uma vez que o Recorrente agiu de boa-fé e a confusão de nome entre as empresas em comento, não lhe pode ser prejudicial na condição de consumidor.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Da Minoração das Verbas Condenatórias

Caso os pedidos acima não sejam acatados, o que não acreditamos, por amor ao debate, o Recorrente suscita que os percentuais de condenação em litigância de má-fé e em honorários advocatícios foram extremamente majorados, merecendo sua minoração, caso sejam mantidos.

Frisa-se que o artigo 81 CPC/2015, determina condenação de litigância de má-fé de 1 a 10% **em favor da parte contrária**. No presente caso, a condenação foi favorável ao Tribunal em 1%¨e em 10% para a Recorrida.

Ora, na presente hipótese houve dupla condenação, além do que inexiste motivo para fixação no teto em favor da parte contrária, já que se não há elementos probatórios majorantes, não há o que se falar em fixação de penalidade no máximo previsto em lei.

Em outras palavras, se há piso e teto para uma condenação, que tem natureza de penalidade, a sua fixação no teto deve possuir situações agravantes, capazes de sustentar a penalidade máxima. NO PRESENTE CASO, HOUVE SIMPLES PRESUNÇÃO DE MÁ-FÉ, o que por si só afasta a condenação no percentual máximo previsto em lei.

Da mesma forma, tem-se que a fixação dos honorários foi desproporcional ao presente caso, pois deixou de atentar para as premissas do art. 85, CPC/2015.

Desta feita, é imperioso o afastamento da condenação em litigância de má-fé e honorários advocatícios, mas se mantidos (o que não acreditamos), deve ser afastada a condenação do art. 81, CPC/2015 em favor do tribunal, com redução ao mínimo legal em favor da Recorrida, bem como a minoração de valor mínimo no que tange à condenação em honorários de advogado.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

DOS REQUERIMENTOS

Ex positis, requer o Recorrente, usando toda a sensibilidade e saber jurídico que inegavelmente possui, ante as razões trazidas nesta peça, que o presente Recurso Inominado seja provido, reformando parcialmente a sentença de fls., afastando a condenação em desfavor do Recorrente quanto à litigância de má-fé, honorários advocatícios e custas judiciais, tudo isto, por ser medida da mais lídima J U S T I Ç A ! ! !

Se mantidas as condenações aqui atacadas, o que não se acredita, que haja afastamento da condenação litigância de má-fé ao tribunal, com redução ao mínimo legal em favor da Recorrida, bem como a minoração de valor mínimo no que tange à condenação em honorários de advogado.

Pleiteia, outrossim, o deferimento da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA** em favor do Recorrente, de acordo com os argumentos acima, para todos os fins de direito, nos termos do art. 2º e parágrafo único da lei 1060/1950.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

MARCELA SERRA
OAB/RJ 169.133

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
110
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
342
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 26/01/2017

Despacho

À recorrente para apresentar a informação obtida no site da Receita Federal, no campo "Consulta Restituição e Situação de Declaração IRFP/Resultado do exercício de...", de que não consta declaração de Imposto de Renda do Contribuinte na base de dados daquele órgão, referente aos dois últimos anos, ou recolha o preparo, em 48h, sob pena de deserção.

Rio de Janeiro, 26/01/2017.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4BKP.6F1I.SKX7.3J8K**
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

MARCO ANTONIO AZEVEDO JUNIOR:000033108 Assinado em 26/01/2017 15:02:06
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
351
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO – RJ.

Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001.

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos da Ação Indenizatória, proposta em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTRA,** vem à presença de V. Exa., por suas advogadas *in fine* assinadas, apresentar tempestivamente **CONTRARRAZÕES** ao infundado Recurso Inominado da Recorrente, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas, para que os autos possam ser remetidos à Superior Instância.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

MARCELA SERRA

OAB/RJ 169.133

TJRJ CAP JC07 201700475695 31/01/17 16:23:17137539 PROGER-VIRTUAL

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

CONTRARRAZÕES AO RECURSO INOMINADO

Recorrente: KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIOANL LTDA

Recorrido: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO

EGRÉGIA TURMA

A Ré, ora Recorrente, pretende a reforma da sentença, uma vez que o juiz julgou procedente o pedido autoral. Em que pese o zelo e a sabedoria do ilustre Patrono da Recorrente, não carece de qualquer retoque a sentença guerreada nos pontos atacados pela Recorrente, tendo em vista que o douto magistrado *a quo*, analisou o feito conforme a legislação vigente, a doutrina e a jurisprudência quanto a condenação da Recorrente, descabendo seus pleitos Recursais.

Desta feita, merece ser mantida a r. Sentença nos pontos atacados pela Recorrente, em razão da correta apreciação das questões, conforme restará demonstrado ao final desta peça de contrarrazões.

I - PRELIMINARMENTE

1.1. Da Tempestividade

Tem-se que em 12/01/2017 (quinta-feira) foi realizada a intimação eletrônica para que o Recorrido se manifestasse acerca do retro citado recurso, iniciando-se o prazo para contrarrazões somente em 23/01/2017. Logo, é tempestiva a CONTRARRAZÃO ao infundado recurso apresentado.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

1.2. Do direito às contrarrazões

Ao recurso de apelação

A CONTRARRAZOANTE faz constar o seu pleno direito às Contrarrazões ao Recurso inominado, devidamente fundamentado pela legislação vigente, solicitando que esta Câmara conheça todos os fatos, tomando para si a responsabilidade do julgamento de acordo com os fundamentos apontados nesta peça de contrarrazão.

Assim, para que seja evitada uma grave violação ao princípio do contraditório, sendo este corolário do devido processo, seja judicial ou administrativo, faz-se necessário admitir meios que possibilitem a defesa do RECORRIDO, tendo direito às CONTRARRAZÕES, com fulcro nos ditames legais.

II - DA SINOPSE FÁTICA

O Recorrido, ingressou com a presente ação de anulação contratual por práticas abusivas com pedido de indenização por danos materiais e morais em face da Recorrente e da 2ª Ré, tendo em vista os motivos abaixo explicitados.

Conforme incansavelmente narrado na inicial, o Recorrido estava procurando um imóvel para comprar, quando visualizou um imóvel de seu interesse no site da ZAP, sendo direcionado para o site da Recorrente, verificando que esta era uma imobiliária. A partir deste momento, realizou todos os tramites, como entrega de documentos e pagamento da entrada do imóvel, no valor de R$ 20.000,00, mais o valor de R$ 1.345,20, relativamente à 1ª parcela do financiamento do imóvel (documentos anexos), o que foi pago no dia 12/07/2016. Após este fato, de posse da inscrição e do comprovante de pagamento, o Recorrido retornou à loja da

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

1ª Ré (Recorrente), momento em que recebeu a proposta e o contrato para assinatura.

Ocorre que, somente posteriormente tomou conhecimento de que na verdade tratava-se de uma cooperativa habitacional. Ato continuo dirigiu-se ao local do imóvel que havia escolhido verificando que este na verdade não existia.

Desta feita, por diversas vezes entrou em contato com a empresa Recorrente para solucionar o problema em questão, porém todas as tentativas de elucidar a situação de forma administrativa restaram infrutíferas, motivo pelo qual não restou alternativa, a não ser ingressar com o presente processo para buscar seus direitos.

Em contestação a Kerocasa, ora Recorrente, alegou que teria prestado todas as informações ao consumidor, ressaltando a validade do contrato de cooperativa, afirmando que não deveria ser aplicada a inversão do ônus da prova e que jamais teria agido de forma ilícita com o Recorrido. Pugnando assim, pela improcedência dos pleitos Autorais.

Neste viés a partir de todas as provas e argumentos lançados na inicial, assim como as fracas alegações da peça de defesa, não há dúvidas de que a sentença guerreada pela Recorrente merece ser mantida no que tange à condenação da Kerocasa.

Logo, diante dos fatos alegados nesta peça de contrarrazão, refutando as falácias apresentadas no Recurso Inominado, devem ser desconsiderados todos os argumentos levantados pela Recorrente, por ser medida da mais lídima justiça, mantendo-se, assim, a sentença do juízo a quo quanto a condenação de danos matérias e morais em face da Kerocasa, ora Recorrente.

III - DO DISPOSITIVO E DA SENTENÇA

Segue abaixo a sentença, objeto do Recurso Inominado da Recorrente, que deve ser mantida nos pontos atacados pelo recurso, julgando procedente os pedidos autorais, como se colaciona abaixo:

> **"...JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS na forma do artigo 487, I do CPC para: 1) declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, sem ônus para a parte autora; 2) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a devolver ao autor a quantia de R$ 21.345,20, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação e 3) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a pagar a quantia de R$ 3.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da leitura da sentença. Em relação ao 2º Réu ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI do CPC. E JULGO EXTINTO O PEDIDO CONTRAPOSTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no artigo 485, IV, do CPC, c/c o artigo 8º da Lei n° 9.099/95. Por fim, CONDENO A PARTE AUTORA NAS PENAS DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, obrigando-a ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ que fixo em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor do 2º Réu de 10% sobre a mesma base de cálculo. Condeno, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95..."**

Sendo assim, deve ser mantida a sentença do Juízo a quo, nos pontos atacados pelo Recurso Inominado, pelas razões que passa a demonstrar nos argumentos que se seguem.

IV - DAS ALEGAÇÕES INFUNDADAS DO RECURSO INOMINADO

4.1. Da propaganda enganosa

Primeiramente mister destacar que a Recorrente apresenta em seu recurso fotos de seu site, mencionando que o próprio contrato já estava disponibilizado em seu sitio eletrônico e que por este motivo o Recorrido

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

não poderia alegar desconhecimento. Todavia em que pese este argumento, imperioso destacar que o *"print"* da tela juntado é recente, portanto, incapaz de precisar se no momento da compra realizada pelo Recorrido, a informação do contrato realmente constava no site. Ou seja, não passa de uma prova unilateral, sem eficácia alguma.

Outrossim, ainda que a informação estivesse no site, conforme verificado na própria foto juntada, o que eles alegam ser o contrato, está escrito como "regimento interno". Logo, tal documento na verdade parece ser a forma de organização da estrutura da empresa e não propriamente o contrato do qual o Recorrido iria fazer parte, por tal motivo, a parte Recorrida jamais abriu tal documento no site, pois não tinha conhecimento e informação de que se tratava do contrato ao qual faria parte.

Exa. não é demais frisar que, se realmente o Recorrido tivesse as devidas informações e realmente soubesse que iria participar de uma cooperativa, jamais teria realizado o pagamento da entrada e da parcela, como foi realizado inicialmente. Este fato por si só já prova a total falta de informação que se encontrava o Recorrido frente a Recorrente no momento da contratação.

Assim, salienta-se que a Recorrente atua no mercado como verdadeira agente imobiliária, fazendo com que as pessoas acreditem que estão contratando a intermediação para aquisição de um imóvel, enganando os consumidores, ao criar falsas expectativas e esperanças na realização do sonho de compra de imóvel, como de fato ocorreu com o Recorrido.

É nítido que o contrato de adesão da Recorrente não é um contrato comum ou usual, tendo cláusulas confusas, bem como grandes restrições de crédito contra o consumidor. Ou seja, contém termos de difícil compreensão para pessoas leigas nos termos do direito.

Trata-se de um contrato com graves vícios, com cláusulas leoninas, conteúdo abusivo e lesivo ao consumidor, redigido de forma a dificultar a

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

compreensão do seu sentido e alcance, em afronta ao art. 46 e 51 e seus respectivos incisos do Código de Defesa do Consumidor, o que por si só já impõe o reconhecimento da sua nulidade.

Ressalta-se ainda que o prestador de serviço tem a obrigação de apresentar informações claras e corretas, a respeito do serviço contratado. No entanto, como se vê pelas propagandas juntadas ao processo, estas induzem o Consumidor a erro, levando-o a crer que se trata de compra do imóvel, através de contrato de financiamento de imóvel, mas na verdade a real intenção é associação para cooperativa de crédito habitacional.

Mais que isso, é sabido que o vício de consentimento é causa de anulabilidade de qualquer negócio jurídico. Entre os vícios de consentimento, destacam-se o erro e o dolo. Ambos impedem que a vontade real de uma pessoa seja externada, tornando-a prejudicada no que tange ao negócio jurídico que se prestaria a validar. Sendo assim, o direito assiste à pessoa que, em determinada situação, teve sua vontade viciada, dando-lhe condições de em momento posterior provocar a anulação do ato.

Diante dos fatos, está cristalinamente caracterizado o erro, já que a vontade da parte Recorrida, cerca-se de falsa percepção da condição da Recorrente, bem como quanto às condições do negócio, sendo indiscutível que a contratação não teria sido realizada se o Recorrido conhecesse previamente do aqui narrado.

Por isso, estamos diante de anulação dos atos praticados, haja vista vício insanável, porque a realidade sobre o pagamento da 'entrada', foi omitida pela Recorrente, levando o recorrido a erro essencial no ato jurídico em comento, cujo defeito enseja a sua anulabilidade.

Importante frisar que não há a menor dúvida que o Recorrido foi levado a erro, não só pelas alegações da exordial, como pelas provas juntadas, a exemplo do documento de fl. 34, que é uma propaganda da

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Recorrente no site da ZAP imóvel, citando o valor do imóvel, assim como o endereço. Então, como a Recorrente pode alegar que o imóvel era "meramente ilustrativo"??? Beira o absurdo tal tese!!!

Outro exemplo claro de que realmente os funcionários da empresa Recorrente levavam a erro os consumidores, constatasse através da conversa de whatsapp, juntada às fls. 42 e ss, onde a preposta da Recorrente cita para o Recorrido que enviaria "os corretores" da empresa para leva-lo no imóvel escolhido. Em outras palavras, os próprios funcionários da Recorrente tratavam a empresa como uma imobiliária e não como uma cooperativa, com o único intuito de ludibriar os consumidores, assim como fez com o Recorrido.

Por conseguinte, no que tange ao instituto do dolo, tem-se que houve erro por parte do Recorrido, mas indubitavelmente provocado em decorrência do dolo manifestado pela recorrente. Para que se caracterize o dolo, dois elementos devem ser conjugados: o elemento objetivo que corresponde ao comportamento ilícito de quem quer enganar e o elemento subjetivo que é a intenção de enganar, *animus decipiendi*.

Evidente que o 1º Réu (Recorrente) agiu dolosamente, pois o recorrido foi induzido à assinatura de documento diverso do pretendido. Ou seja, a falsa noção da realidade inserida no caso em tela, conduziu o Recorrido a erro, através de conduta dolosa da Recorrente, que se soubesse da real situação, com certeza não teria concretizado o pagamento, objeto desta lide.

Ressalta-se que o erro e o dolo aqui arguidos, advieram de uma propaganda enganosa perpetrada contra o Recorrido, o que agrava ainda a ilicitude da Recorrente. Assim, encontram-se claramente afrontadas as seguintes normas do Código de Defesa do Consumidor, lei 8.878/90.

Na Hipótese em tela, restou devidamente demonstrado a falha na prestação do serviço, por vício de informação, cláusulas abusivas, bem como propaganda enganosa, o que acarreta a possibilidade de

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
159
Carimbado Eletronicamente

reconhecimento de nulidade do negócio jurídico, com ressarcimento dos respectivos prejuízos, como certamente julgou a sentença.

4.2. Da inversão do ônus da prova

A Recorrente alega em seu recurso inominado que não há que se falar em inversão do ônus da prova, tendo em vista que as alegações do Recorrido carecem de verossimilhança, tendo em vista que teriam contrariado o termo de proposta da associação e ao termo de declaração assinados. Todavia descabe tal argumento, senão vejamos:

Evidentemente a presente lide se caracteriza como relação de consumo nos termos do CDC.

Salienta-se que a Recorrente é Sociedade Cooperativa, que tem suas normas definidas na Lei 5.764/1971. Importante frisar que a lei em questão, em nenhum de seus artigos exclui a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.

Assim, importante mencionar que o Código de Defesa do consumidor, demonstra em seu art. 6º, inciso VIII, os meios que possibilitam a inversão do ônus de prova, estes sendo por hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança das alegações. Com base no dispositivo citado acima, enfatizamos a questão de hipossuficiência pelo Recorrido se enquadrar neste critério, situação que o põem em condição de inferioridade, o que indica uma falta de capacidade para realizar algo.

Logo, faz-se constar que o Recorrido se encontra em situação de impotência bem como inferioridade mediante a relação de consumo que tratamos nesta ação, ou seja, o Recorrido está em desvantagem em relação ao fornecedor (Recorrente).

Portanto, não restam dúvidas da aplicação do microssistema protetivo do CDC, como parâmetro interpretativo. Valendo frisar que,

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
120
Carimbado Eletronicamente

desta forma, a inversão no ônus da prova também deve prevalecer, assegurando seus ditos acima de acordo com o art. 6º, VIII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente, uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado.

4.3. Do dano material

Menciona a parte Recorrente em seu Recurso Inominado, que é impossível a parte Recorrida requerer a liberação do capital mencionado em sua inicial, tendo em vista que foi efetuado somente o pagamento da taxa de associação e uma única parcela, já que o contrato está em plena conformidade com o art. 54, § 3º do CDC, rebatendo ainda que o contrato não possui qualquer ofensa as determinações ali expostas, bem como ele é todo regido em fonte número doze como determina a ei 11.785/08.

Ora, se fosse tudo bem claro, referindo-se tanto ao anúncio como ao contrato, ou, se a parte Recorrente realmente possuísse boas intenções, não nos encontraríamos na situação atual. Todavia, não é demais ressaltar que a Recorrente revelou comportamento abusivo e ilegal para se beneficiar em cima dos prejuízos que causou ao Recorrido, portanto, não há dúvidas que deve responder pelos danos materiais, em decorrência do desfazimento da relação jurídica aqui discutida.

Pior que isto, em que pese todo argumento recursal, a mesma impõem o contrato como uma Cooperativa Habitacional, para desde então servir como bloqueio para não ter que devolver o valor para o Recorrido, contudo, não merecem ser considerados tais argumentos, tendo em vista que agiu de MÁ-FÉ com a parte Recorrida, levando-o à erro, como já asseverado anteriormente.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Desta feita, descabe qualquer fundamento das alegações da parte Recorrente, tendo em vista que restou claro que trata-se de propaganda enganosa, valendo ressaltar que também trata-se do contrato de adesão redigido de forma abusiva induzindo à erro aquele que lê, tratando-se de leigos em matéria de direito.

Desta feita, a sentença Recorrida, quanto a parte de danos materiais, não merece modificação, devendo a Recorrente devolver o importe de R$ 21.345,20, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente, desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação, conforme determinado em sentença.

4.4. Do dano moral

Conforme determinado na sentença, o juízo *aquo* julgou procedente o pedido de dano moral em favor do Recorrido, condenando a Recorrente a pagar a quantia de R$ 3.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da leitura da sentença.

Insta salientar que o dano moral vem a ser a lesão de interesse não patrimonial de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo.

Diante do exposto acima, é de se afirmar que no momento em que a Recorrente descumpriu seu dever legal, não prestando corretamente as informações solicitadas, criou uma situação de constrangimento ao Recorrido, atingindo sua honra subjetiva, que segundo Eugenio Cuello Calón "designa o sentimento da própria dignidade moral, nascida da consciência de nossas virtudes ou de nosso valor moral, isto é, a honra em sentido estrito".

Isso sem contar que, no que tange à proteção e defesa do consumidor, a reparação dos danos baliza-se na responsabilização do

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

ofensor com vistas à satisfação pessoal ou econômica do consumidor, consistindo seu objetivo maior, na verdade, servir de desestímulo à prática lesiva nas relações de consumo, a exemplo da que ocorreu *in casu.*

Desta forma, o que se pode concluir é que o consumidor, ora recorrido, foi tratado com desrespeito, não se levando em conta a condição de cidadão, que é cumpridor de seus deveres, sendo certo que a conduta da Recorrente ofendeu a sua dignidade, atingindo-lhe a personalidade e violando seu *status dignitatis*. A dignidade, por sua vez, é prevista como um princípio fundamental em nossa Constituição, uma cláusula pétrea inserida no artigo 1º, III, como princípio fundamental de nosso Estado Democrático de Direito.

Repita-se que a Recorrente deixou de cumprir com o seu dever de cuidado, ao prestar informações enganosas, que causaram muito mais que um mero prejuízo econômico, já que houve imensa perda de tempo com ligações, deslocamentos, idas e vindas. É certo que todo esse desgaste causou enorme abalo emocional do Recorrido ... Deveras absurdo!!!

Cristalino, Exª, que, caso a recorrente persista com a prática destes fatos, todos os seus consumidores que venham a vivenciar situações similares sofrerão enormes prejuízos, de modo que essa conduta deve ser desestimulada. Por isso a indenização deve servir de punição á Recorrente por seus atos ilícitos, com o escopo de desmotivá-las a reiterar práticas ilegais como esta, devendo sempre levar em conta na quantificação o caráter pedagógico punitivo e também o princípio da dimensão coletiva das relações de consumo.

In casu, a propaganda enganosa da recorrente, submeteu o Autor a toda sorte de aborrecimentos e desgastes, fazendo com que o consumidor perdesse muito tempo, tentando resolver problemas decorrentes de práticas abusivas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Ora Exa., o tempo perdido e o desagaste com o prejuízo em tela, são imensuráveis, razão pela qual deve permanecer a condenação dos danos morais, conforme determinado em sentença.

V - DO PEDIDO

Nenhuma das alegações da Recorrente são capazes de desconstituir a higidez da sentença *a quo*, que é indubitavelmente técnica e condizente com a jurisprudência pátria relativamente ao tema, conforme discorrido acima, merecendo ser mantida a sentença nos pontos rebatidos pelo Recurso inominado da Recorrente (Kerocasa). Em outras palavras, quanto a condenação de danos materiais e morais a sentença deve ser mantida.

Ex positis, requer o Recorrido o desacolhimento do Recurso Inominado, negando-lhe provimento, com a mantença da decisão proferida no juízo monocrático, nos pontos rebatidos na peça recursal, por ser da mais cristalina, lídima e derradeira J U S T I Ç A ! ! !

Em oportuno, o Recorrido pugna pela condenação da Recorrente, nos ônus sucumbenciais, na forma da Legislação Processual Civil Vigente de 2015, com fixação de honorários em 20% do valor da causa, haja vista o escalonamento dos honorários em caso de delongas recursais, bem como no reembolso de eventuais emolumentos judiciais despendidos.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

MARCELA SERRA

OAB/RJ 169.133

Medeiros e Salles Advogados Associados
Av. Rio Branco, 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ
CEP: 20090-003 |Telefone: 55 21 3528-7861 | www.msaonline.adv.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
128
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 07º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001.

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA**, vem perante Vossa Excelência, por sua advogada abaixo assinada, em atenção a petição protocolada anteriormente, requerer a juntada dos contracheques anexos.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201700544351 02/02/17 15:46:50137525 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
126
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
385
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 02/02/2017

Despacho

O deferimento da concessão da gratuidade de justiça é medida que deve ser adotada com moderação e parcimônia, em homenagem ao princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, eis que o custo do processo que se deixa de arcar neste feito será suportado por aqueles que não se enquadram no conceito de hipossuficiente econômico e, em especial, por toda a sociedade. Da análise da documentação acostada aos autos, verifico que o autor não se enquadra na condição de hipossuficiente.
Indefiro, portanto, a gratuidade de justiça requerida.
Comprove-se o pagamento das custas processuais no prazo de 48 horas, sob pena de declaração de deserção do Recurso.

Rio de Janeiro, 02/02/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4AD2.1JMA.W9T6.IXFK**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 08/02/2017 11:59:30
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
Av. Rio Branco, 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ
CEP: 20090-003 |Telefone: 55 21 3528-7861 | www.msaonline.adv.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
197
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 07º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RIO DE JANEIRO.

GRERJ Nº 20415271767-74

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001.

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA,** vem perante Vossa Excelência, por sua advogada abaixo assinada, informar que o pagamento das custas recursais foram efetuadas, conforme grerj supracitada.

Termos em que,
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201700963765 17/02/17 17:14:49138314 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
128
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
399
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 02/03/2017

Decisão

Ante certidão retro, recebo o recurso da parte autora, fls. 307/322, no efeito devolutivo.
Intime-se o recorrido para oferecer contrarrazões no prazo legal.
Após, com ou sem elas, subam os autos ao Egrégio Conselho Recursal, com nossas homenagens.

Rio de Janeiro, 07/03/2017.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4BMM.FNCK.DKCT.KF9L**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
129
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
400
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

MARCO ANTONIO AZEVEDO JUNIOR:000033108 Assinado em 08/03/2017 10:36:45
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
100
Carimbado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

PROCESSO Nº 0305983-40.2016.8.19.0001

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº . 10.657.514/0001-78, já qualificado, por seu advogado, infra assinado, mos autos do processo que lhe move **JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa, oferecer ***Contrarrazões ao Recurso Inominado*** interposto pela parte autora, fls..., consoantes razões que apresenta anexo.

N. Termos,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

Dr. Pablo Alexander Marçal Cerqueira
OAB/RJ 157.408

Dr. Marlon Martyr Neto
OAB/RJ 156.928

TJRJ CAP JC07 201701392473 10/03/17 16:44:27136515 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

CONTRARRAZÕES DO RECURSO

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001
Recorrente: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Recorrido: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Colenda Turma

Egrégios Julgadores

Dos fatos

Em 27 de setembro de 2016, o recorrido, interpôs reclamação asseverando, em apertada síntese, que o recorrente lhe havia prometido liberação de capital, para compra futura de uma Unidade Habitacional, pronta ou em construção, vindo a desistir posteriormente, em razão de uma suposta falta de esclarecimento por parte do preposto da ré, que lhe teria prometido a liberação do capital em um curto lapso temporal.

Portanto, rejeitada a conciliação, procedeu-se à instrução e julgamento, entregue a **contestação onde consta todos os documentos acostados. Alem desses relatos acima, é de se observar que os documentos juntados na peça de defesa estão com a assinatura da recorrente, em que o mesmo não impugna como sendo sua. Portanto, sobreveio a r. sentença abaixo:**

> **"Isso posto, JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS na forma do artigo 487, I do CPC para: 1) declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, sem ônus para a parte autora; 2) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a devolver ao autor a quantia de R$ 21.345,20, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação e 3) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a pagar a quantia de R$ 3.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da leitura da sentença. Em relação ao 2º Réu ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI do CPC. E JULGO EXTINTO O PEDIDO CONTRAPOSTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no artigo 485, IV, do CPC, c/c o artigo 8º da Lei nº 9.099/95. Por fim, CONDENO A PARTE AUTORA NAS PENAS DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, obrigando-a ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ que fixo em 1% sobre o valor da causa e**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

indenização em favor do 2º Réu de 10% sobre a mesma base de cálculo. Condeno, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Ciente a ré da incidência da multa de que trata o art. 523, §1º do CPC a partir do trânsito em julgado da sentença. Observe o cartório os requerimentos de publicações, conforme contido nas contestações. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para homologação, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para homologação, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2016. ERIKA CRISTINA DE ALBUQUERQUE MAGIOLI JUIZA LEIGA"

Em síntese, o necessário.

Do Mérito

O inconformismo da recorrente não se justifica, devendo a r. sentença guerreada ser mantida na sua totalidade.

A recorrida tomou conhecimento de que aderiu ao plano de cooperativa habitacional previamente. Sendo indubitável de que fora informado sobre todos os requisitos para liberação do seu capital, conforme louvável sentença do Douto Juízo "a quo", haja vista que os referidos documentos inclusive estão anexado aos autos na peça de bloqueio, conforme o aviso 23/2008 em seu verbete 9.1.2, o recorrido comprovou em audiência todas as provas de sua excludente de ilicitude e de responsabilidade objetiva, demonstrando assim que a parte recorrida tinha total e pleno conhecimento das cláusulas e procedimentos para liberação do capital por ele escolhido na hora de sua associação a cooperativa recorrente:

Diante dos relatos acima expostos, só nos leva a crer que a recorrente somente deseja levar este ilustre juízo a erro, vez que em seu recurso inominado informa que a recorrente não tivesse tomado ciência de quando seria liberado o capital subscrito. Alegações estas que não devem prosperar, pois os documentos juntados pela própria recorrente e recorrida, informam que se trata de tramite de cooperativa habitacional e não há qualquer ofensa do art. 54 §3° do CDC.

Nestas circunstancias, não pode ainda a recorrente pretender beneficiar-se

de sua própria torpeza, ao não diligenciar com as cautelas mínimas exigidas do homem médio, qual seja, **ler os termos do contrato redigidos de forma clara**, **notadamente considerando tratar-se de investimentos em longo prazo**.

Em consonância com a decisão do magistrado, que tomou como base o contrato juntado, redigido de forma clara, em um português mais que coloquial, com formatação padrão, o recorrente nunca poderia alegar desconhecimento das cláusulas contratadas, pois estas estão em conformidade com o que preceitua o artigo 6, III, 31 do CDC, com informações sobre o critério de liberação do Capital e devolução das parcelas pagas na hipótese de eventual desistência. Não havendo qualquer ofensa ao instituto do art. 54, § 3º do código de defesa consumerista.

Neste diapasão entendeu a oitava turma recursal do Rio de Janeiro, através do Desembargador CARLOS AZEREDO DE ARAÚJO, a seguinte ementa abaixo:

> **Apelação Cível n.º 0137071-90.2010.8.19.0001.**
> **Apelante: GEISILANE ARAÚJO FRAZÃO.**
> **Apelado: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.**
> **Relator: DES. CARLOS AZEREDO DE ARAÚJO**
>
> **APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PERDAS E DANOS. CDC. COOPERATIVA HABITACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SENTENÇA DO JUÍZO A QUO QUE ENTENDEU POR JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DA AUTORA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 37 DO CDC, TRANSPARÊNCIA E CLAREZA QUANTO A PROPAGANDA E O QUE FOI PACTUADO COM O COOPERATIVADO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. APLICAÇÃO O ENUNCIADO 75 DA SÚMULA DO TJRJ. MULTA RESCISÓRIA EM DISCREPÂNCIA COM O PRECEITUADO PELO STJ. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO ARTIGO 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.**

Imperioso esclarecer, que tal atitude em preservar a clareza de suas informações no que tange aos meios publicitários, a ré esta respeitando os princípios da "boa-fé" e "transparência" e na função social do contrato e nas informações estabelecidas, conforme art. 4, caput, III, do CDC assegurando inclusive a dignidade da pessoa humana em seu estado de cidadania, em conformidade com o art. 1º, II, III da CRFB/1988. Logo se conclui que não são verdadeiras as articulações da recorrido.

Nessa esteira, a turma recursal entende da seguinte forma abaixo:

Julgado em 19 de abril de 2012.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

Recorrente: Kerocasa - Cooperativa Habitacional Ltda Recorrido: Antonio Candido dos Santos Filho Advogado(s): RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA RJ140544 - FABIO LUIZ TAVARES DA SILVA Fase: Sessão de Julgamento Data da Sessão: 19/04/2012 10:00 Situação: Realizada Súmula: .O<Sumula>Acordam os juízes que integram a Turma Recursal dos JECs, por unamidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento para excluir da sentença a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, pois a situação descrita nos autos se caracteriza como mero dissabor, aborrecimento quando muito, de forma alguma gerando abalo psicológico intenso, dor, vexame, sofrimento ou humilhação. Fica mantida, no mais, a D. sentença. Sem ônus sucumbenciais porque não verificada a hipótese prevista no artigo 55 caput da Lei 9099/95.

Julgado em 19 de abril de 2012.

Recorrente: Suelen Azevedo de Oliveira Recorrido: Kerocasa Cooperativa Habitacional Ltda e outro Advogado(s): RJ147011 - ALEXANDRA CRISTINA COSTA THOMAS RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA Fase: Sessão de Julgamento Data da Sessão: 19/04/2012 13:30 Situação: RealizadaSúmula: .F<Sumula>Acordam os Juizes que integram a Turma Recursal dos JECs, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos. Condenado o recorrente nas custas e honorários de 10% do valor da causa, observado o art.12 da Lei 1060/50, valendo esta súmula como acórdão, conforme o disposto no art. 46 da Lei 9099/95.

Julgado em 17 de abril de 2012.

Recorrente: Jorge Roque Pena e outro Advogado(s): RJ074463 - HIRAM DA SILVEIRA CAMARA RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA Fase: Sessão de Julgamento Data da Sessão: 17/04/2012 13:00 Situação: Realizada Súmula: .<Sumula>Acordam os Juizes que integram a Turma Recursal dos JECs, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos. Condenado o recorrente nas custas e honorários de R$ 800,00 (oitocentos reais), na forma do art. 20 § 4º do CPC, observado o art.12 da Lei 1060/50, valendo esta súmula como acórdão, conforme o disposto no art. 46 da Lei 9099/95.

Julgado em 12 de janeiro de 2012.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO QUINTA TURMA RECURSAL CÍVEL Recurso nº 0286197-83.2011.8.19.0001 Recorrente: Kerocasa Cooperativa Habitacional Ltda Recorrida: Cláudia Rosa da Silva VOTO Relação

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

de consumo. Cooperativa de crédito habitacional. Associação para aquisição de casa própria. Alegação de propaganda enganosa. Desistência do negócio. Negativa de devolução integral do valor pago. Multa contratual abusiva. Dano moral não configurado. A autora afirma que em 07/06/2011 se associou à cooperativa-ré para aquisição de casa própria, pagando o valor de R$ 2.278,00, relativo à taxa de associação e primeira mensalidade, sob a promessa de que o imóvel lhe seria entregue até o dia 10/07/2011, o que não ocorreu. Sentindo-se vítima de propaganda enganosa, solicitou o cancelamento do negócio com a restituição do valor pago, o que lhe foi negado ao argumento de que só teria direito à restituição da quantia de R$ 320,00, conformeprevisão contratual. Pleito de restituição do valor de R$ 2.278,00 e de indenização por danos morais. A sentença recorrida julgou procedente em parte o pedido para condenar a ré ao pagamento de R$2.278,00 a título de danos materiais e de R$ 2.000,00 por danos morais (fls. 109-111). Recorre a ré pugnando pela improcedência dos pedidos. Ouso discordar da ilustre sentenciante. A proposta de associação de fls. 15, devidamente assinada pela autora, evidencia que esta livremente aderiu ao plano de cooperativa habitacional para aquisição de imóvel subscrevendo capital de R$ 60.000,00 a ser pago em 150 meses (fls. 15). Consta da cláusula 1ª do Termo de Declaração de fls. 16, também firmado pela autora, que o associado para ter direito a participar da apuração mensal com intenção de liberar o valor para compra futura do imóvel, deve ter pagado, no mínimo, o equivalente a 10% do capital subscrito, ingressando na 5ª faixa de pontuação. As cláusulas 7ª e 14ª do Regimento Interno anexado pela autora repetem as mesmas informações (fls. 17 e 19). Na hipótese, a autora só pagou a taxa de adesão e a primeira mensalidade, num total R$ 2.278,00, equivalente a 0,6667% do capital subscrito (fls. 13-14). Em audiência de instrução e julgamento foi ouvido um CD relativo à contratação e liberação do imóvel, tendo a autora expressamente reconhecido como sua a voz da gravação (fls. 43), cujo conteúdo se encontra transcrito a fls. 72. A prova dos autos evidencia que os documentos assinados pela autora foram redigidos de forma clara e sem linguagem dúbia. Forçoso concluir-se que a autora ao firmar o contrato estava plenamente ciente de que não era possível determinar-se data exata para liberação do capital, ao contrário do que afirmou na inicial. Considerando que o pagamento efetuado pela autora não atingiu o percentual mínimo fixado no referido termo e tendo em vista a clareza da redação das cláusulas contratuais relativas às condições para a obtenção do crédito, entendo que não restou demonstrada a alegada propaganda enganosa. Não há sequer falar em descumprimento contratual ou em violação ao dever de informar por parte da ré. De igual modo, não veio aos autos prova mínima de que a autora tenha sido destratada ou humilhada por prepostos da ré, ônus que lhe incumbia (art. 333, I, do CPC). A hipótese trata de simples desistência, ou seja, de desinteresse da cooperada em se manter vinculada à ré pelo contrato de financiamento habitacional. Nada há nos autos a indicar lesão a bem integrante da personalidade. Dano moral que, no caso, não decorre in re ipsa e dependia de demonstração que inexistiu. Improcedência do pedido de indenização por danos imateriais que se impõe. É fato incontroverso que a autora

desistiu do contrato, o que foi comunicado à recorrente. Quanto a danos materiais, entendo ser impossível a restituição do valor pago a título de taxa de associação, pois a cláusula 8ª do termo de declaração, redigida em negrito, é clara ao estabelecer que tal valor em hipótese alguma será restituído ao associado. Contudo, entendo que não há falar em aplicação da multa rescisória de 20% que, no caso, se mostra abusiva (art. 51 do CDC), por colocar o consumidor em extrema desvantagem. A autora pagou o valor total de R$ 2.278,00, dos quais R$ 1.800,00 se referem à taxa de associação (fls. 15). Assim, faz jus à restituição do valor de R$ 478,00. Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso interposto pela ré para julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais e determinar que a ré restitua à autora o valor de R$ 478,00, corrigido monetariamente desde o desembolso e acrescido de juros legais de 1% ao mês desde a citação. Sem ônus sucumbenciais, por se tratar de recurso com êxito. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2012. Marcia de Andrade Pumar Juíza Relatora

Julgado em 03 de outubro de 2011.

AUTOS Nº 0203009-32.2010.8.19.0001 RECORRENTE: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA RECORRIDO: FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO VOTO Não há um único indício de que o autor tenha sido alvo de propaganda enganosa. Nenhum dos documentos juntados por ele ou pelo réu apresenta sequer indícios de que "mediante o pagamento da primeira parcela e taxa de adesão, seria contemplado com o valor do financiamento do imóvel". Ao contrário, consta informação clara a fl. 13, verso de possível liberação do valor apenas após atingidas determinadas faixas, o que ainda não ocorreu. Como não houve propaganda enganosa não há que se falar em anulação do contrato. O consumidor, no entanto, não pretende mais permanecer vinculado ao contrato, razão pela qual o mesmo deve ser rescindido, com a devolução do valor já pago, deduzidos os valores estabelecidos no contrato, vez que regularmente previstas no contrato para o caso de desistência. Não há que se falar na aplicação de multa rescisória, já que tal cláusula é abusiva por colocar o consumidor em posição de extrema desvantagem. Como não houve a alegada propaganda enganosa e a rescisão se dará por desistência, não há que se falar em existência de dano moral. Voto no sentido de conhecer do recurso para excluir da condenação o valor da compensação por danos morais e para determinar que a devolução do valor já pago seja feita nos termos do contrato celebrado entre as partes, mantida a sentença em seus demais termos. Sem ônus sucumbenciais. Rio de Janeiro - RJ, 03 de outubro de 2011. José de Arimatéia Beserra Macedo Juiz de Direito

Conclui-se que não há qualquer mácula na relação posta em Juízo, já que a cooperativa cumpre rigorosamente com a lei específica, qual seja, a 5.764/71 e o código de defesa consumerista, e os fatos transcritos visão somente justificar uma desistência imotivada, ao onde é fato previsto dentro do regimento interno e o

recorrente preferiu buscar a tutela jurisdicional.

Do dano moral

No tocante ao dano moral, este não deve proferir, pois não resta comprovado nos autos qualquer lesão a dignidade humana ao recorrente, ou ainda qualquer humilhação que tenha sofrido. Esclarecendo que não obstante se tratar de relação de consumo, a possibilidade de inversão do ônus da prova não exime o mesmo de produzir prova que possa demonstrar a verossimilhança na existência do fato constitutivo do seu direito.

Essa é a posição do **EGREGIO TRIBUNAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, que consolidou entendimento (Súmula 75) no sentido que o inadimplemento contratual é incapaz de gerar dano moral, editando, inclusive súmula, senão vejamos:

> "**Súmula 75. O simples descumprimento de dever legal ou contratual, por caracterizar mero aborrecimento, em princípio, não configura dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte**."

Outrossim, as Turmas Recursais do Rio de Janeiro firmaram posição (Enunciado nº. 14.4.3) que o simples inadimplemento contratual não enseja dano moral, exceto se atentar contra a dignidade da parte.

> **"Enunciado 14.4.3 - INADIMPLEMENTO CONTRATUAL - O inadimplemento contratual, por si só, não enseja o dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte".**

Tanto é que esses relatos acima são entendimentos já sedimentados dentro da turma recursal no que tange a abordagem dos sistemas cooperativistas, que trazemos algumas dessas para ilustrar nossos argumentos:

> **Relator: SUZANE VIANA MACEDO Pocesso de Origem: 0013447-03.2011.8.19.0087Recorrente: Kerocasa - Cooperativa Habitacional Ltda Recorrido: Cleide Souza Freire Victorio Fase: Sessão de Julgamento Data da Sessão: 08/09/2011 Súmula: G<Sumula>Acordam os juízes que integram a Turma Recursal dos JECs, por unamidade, em conhecer do recurso e, por maioria, dar-lhe parcial provimento para excluir da sentença a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, pois a situação descrita nos autos se caracteriza como mero dissabor, aborrecimento quando muito, de forma alguma gerando abalo psicológico intenso, dor,vexame, sofrimento ou**

humilhação. Fica mantida, no mais, a D. sentença. Vencida a Relatora que julgava improcedente todos os pedidos. Sem ônus sucumbenciais porque não verificada a hipótese prevista no artigo 55 caput da Lei 9099/95.

1ª TURMA RECURSAL RECURSO Nº 0022092-70.2010.8.19.0210 RECORRENTE: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA RECORRIDO: GERVAZIO QUERINO DA SILVA VOTO Recurso inominado da parte ré. A sentença merece parcial reforma. Os fatos narrados não caracterizam dano moral. O dano moral é caracterizado por circunstância não habitual que interfere na espera psíquica do individuo de molde a lhe causar desequilíbrio em seu bem estar. Isto posto conheço do recurso e dou provimento parcial ao mesmo para excluir a condenação da parte ré ao pagamento de danos morais à recorrente. No mais permanece a sentença tal como lançada. Sem ônus sucumbências. Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2011. SIMONE DE ARAUJO ROLIM JUÍZA RELATORA

Não há relação de causa e efeito direta entre a atitude do Réu e os supostos danos sofridos pela recorrente. De fato, não observa-se qualquer liame entre a conduta e o resultado. Nesse sentido, cumpre transcrever a definição de nexo causal fornecida por SERGIO CAVALIERI FILHO, em sua consagrada obra de responsabilidade civil:

"A relação causal, portanto, estabelece vínculo entre um determinado comportamento e um evento, permitindo concluir, com base nas leis naturais, se a ação ou omissão do agente foi ou não causa do dano. Determina se o resultado surge como conseqüência natural da voluntária conduta do agente. Em suma, o nexo causal é um elemento referencial entre a conduta e o resultado. É através dele que podemos concluir quem foi o causador do dano" (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil, 6ª ed. Editora Malheiros, fl.71.)

Tratando-se de responsabilidade civil objetiva, exclui-se a necessidade de comprovação de culpa, no entanto, o nexo causal permanece como elemento indispensável para gerar o dever de indenizar. Entre as teorias do nexo causal, o nosso Código adotou a responsabilidade do dano direito e imediato, ou seja, é necessário que o dano se ligue diretamente à falta do réu e que tal relação não seja interrompida. Dessa forma, conclui-se indubitavelmente a inexistência do nexo causal entre a conduta do Réu e o dano moral supostamente sofrido pela Autora, razão pela qual, conseqüentemente, elimina-se o dever de indenizar. Aliás, doutrina e jurisprudência pátrias vêm rejeitando firmemente os abusos da chamada "indústria do dano moral", que tantos males faz à Justiça e à economia. A esse respeito, o ilustre **DESEMBARGADOR SERGIO CAVALIERI FILHO** se posicionou:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

"(...) só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos." (Programa de Responsabilidade Civil, Ed. Malheiros, pg. 76)

Em casos tais, o **E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** vem se manifestando de forma segura e reiterada:

0060184-02.2009.8.19.0001 - APELAÇÃO - 1ª Ementa DES. ADOLPHO ANDRADE MELLO - Julgamento: 07/07/2010 - DÉCIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DIREITO CIVIL. Cooperativa habitacional. Casa própria. Desistência. Cúmulo de pedidos. Rescisão e devolução dos valores pagos. Sentença de procedência de parte. Inconformidade. Diminuição para 10% dos valores de retenção, exclusão do suporte de administração, seguro e taxa bancária. Juro de mora. Honorários. Sentença correta em maior parte. Previsão contratual da multa e referidas despesas. Nenhuma conotação de abusividade. Disposições claras. Quanto ao juro de mora, merece guarida. Honorários bem dimensionados. Provimento parcial. Com relação ao pedido de indenização por danos morais, não estão eles caracterizados, pois, se houve alguma conduta antijurídica praticada pelas rés, tratar-se-ia de simples inadimplemento contratual insuscetível de atingir a esfera íntima da autora e, portanto, de causar dano extrapatrimonial. O pedido é improcedente. Aplica-se ao caso a Súmula 75, do nosso Tribunal de Justiça:

Por fim, na remota hipótese deste juízo entender ser a ré responsável por arcar por eventual indenização a título de danos morais, o que se admite apenas para argumentar, é necessário frisar que tal indenização deverá obedecer as regras gerais do princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

Nesse sentido, veja-se o entendimento do ilustre DESEMBARGADOR **SERGIO CAVALIERI FILHO**:

"Creio que na fixação do *quantum debeatur* da indenização, mormente tratando-se de lucro cessante e dano moral, deve o juiz ter em mente o *princípio de que o dano não pode ser fonte de lucro*. A indenização, não há dúvida, deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia a maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

> **(...)**
> **Não me parece, *data venia*, haver a menor parcela de bom senso, a menor parcela de razoabilidade, na fixação de uma indenização por dano moral em valor muito superior à indenização pelo dano material a que faria jus a vítima, durante toda a sua sobrevida, caso lhe resultasse a morte ou incapacidade total. Não vejo como uma indenização pelo dano moral possa ser superior àquilo que a vítima ganharia durante toda a sua vida." (Programa de Responsabilidade Civil, Ed. Malheiros, 5ª Edição, pg. 108)**

Sendo assim, ainda que não entenda esse MM. Juízo pela improcedência do pedido autoral, não há que se cogitar indenização em valor incompatível com a realidade, como pretende o Autora, sob pena de enriquecimento sem causa. Nesse sentido é o posicionamento do jurista **HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**:

> **"O mecanismo da inversão do ônus da prova se insere nessa política tutelar do consumidor e deve ser aplicado até quando seja necessário para superar a vulnerabilidade do consumidor e estabelecer seu equilíbrio processual em face do fornecedor. Não pode, evidentemente, ser um meio de impor um novo desequilíbrio na relação entre as partes, a tal ponto de atribuir ao fornecedor um encargo absurdo e insuscetível de desempenho." (Direitos do Consumidor. Humberto Theodoro Júnior. Ed. Forense. pag. 137)**

Sendo assim, ainda que não entenda esse MM. Juízo pela improcedência do pedido recorrido, não há que se cogitar indenização em valor incompatível com a realidade, como pretende o Recorrido, sob pena de enriquecimento sem causa.

Ante o exposto, e mais pelas razões que esta douta Turma Recursal saberá lançar sobre o tema, requer-se o desprovimento do recurso interposto pela recorrente, modificando a sentença nas razões lançadas no recurso inominado interposto pela Recorrente.

N. Termos,
P. Deferimento.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

Dr. Pablo Alexander Marçal Cerqueira
OAB/RJ 157.408

Dr. Marlon Martyr Neto
OAB/RJ 156.928

Processo	: 0305983-40.2016.8.19.0001 (2017.700.526285-8)
Classe	: RECURSO INOMINADO
Assunto	: Compra e Venda / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL
RECORRENTE	: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
ADVOGADO	: MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS
RECORRIDO	: Kerocasa Cooperativa Habitacional Ltda
ADVOGADO	: PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA
ADVOGADO	: MARLON MARTYR NETO
RECORRIDO	: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
ADVOGADO	: RENATO KALINKE VICENTIN (PR044342)
Relator	: ALEXANDRE CHINI NETO
Sessão	: 25/04/2017 10:00

Súmula

Acordam os Juízes que integram a IV Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, por unanimidade, em conhecer dos recursos do autor e do réu, negando-lhes provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos. Condeno os recorrentes ao pagamento das custas processuais, observado quanto à parte autora a gratuidade deferida. Honorários compensados. Valendo esta súmula como acórdão, conforme o disposto no art. 46 da Lei 9099/95.

Sustentação do advogado:
Presente ao julgamento a Dra. Luiza Oliveira Ventura, OAB/RJ 145.437.

Presidente: ALEXANDRE CHINI NETO

Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: ALEXANDRE CHINI NETO, LUIZ ALFREDO CARVALHO JUNIOR e CRISTINA GOMES CAMPOS DE SETA.

ALEXANDRE CHINI NETO
Relator

ALEXANDRE CHINI NETO:000021713 Assinado em 02/05/2017 16:54:37
Local: Quarta Turma Recursal

MSA Advogados

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
422
Carimbado Eletronicamente

EXMOS. SENHORES DOUTORES JUIZES DE DIREITO DA QUARTA TURMA RECURSAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO.

TJRJ 201700006933 24/04/2017 14:53:00 DFBA - PETIÇÃO ELETRÔNICA Assinada por ANDREA CRUZ SALLES

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, nos autos do processo em epígrafe proposto em face **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. e ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.,** por seus advogados in fine assinados, vem à presença de V. Exa. apresentar

MEMORIAIS

De modo a instruir e facilitar o julgamento do feito em comento:

I - BREVE SÍNTESE DO LITÍGIO

O Recorrente ajuizou Ação de AÇÃO DE ANULAÇÃO CONTRATUAL POR PRÁTICA ABUSIVA C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, com intuito de que as Recorridas devolvessem o valor pago, assim como indenização por danos morais.

II – DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Da breve análise da r. sentença, verifica-se que a I. Magistrada deixou de se pronunciar quanto ao requerimento de gratuidade de justiça formulado nos embargos de declaração pleiteados pelo Recorrente, conforme se verifica no julgamento deste recurso. Outrossim, mesmo diante do presente recurso e da demonstração da situação financeira do Recorrente, não foi reconhecida a gratuidade de justiça pleiteada, o que ensejou o pagamento do preparo deste recurso inominado.

Assim, cabe repetir e ressaltar que o Recorrente não possui condições para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família. Ademais, este tem dois dependentes: esposa e filho menor, cujo sustento é todo arcado pelo Recorrente, conforme se vislumbra na documentação anexa, além dos documentos de fls. 250.

Diante do exposto, requer seja deferido o pleito de gratuidade de justiça, formulado nos termos da Lei 1.060/1950 e, ainda, do art. 5º LXXIV, da Constituição da República.

III - DA SENTENÇA DO JUÍZO *A QUO*

Mereça reforma parcial a r. sentença, que julgou parcialmente procedente os pedidos autorais, pelos motivos abaixo:

> **"...JULGO PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS na forma do artigo 487, I do CPC para: 1) declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, sem ônus para a parte autora; 2) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a devolver ao autor a quantia de R$ 21.345,20, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação e 3) condenar o 1º Réu KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. a pagar a quantia de R$ 3.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da leitura da sentença. Em relação ao 2º Réu ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA, JULGO EXTINTO O**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI do CPC. E JULGO EXTINTO O PEDIDO CONTRAPOSTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no artigo 485, IV, do CPC, c/c o artigo 8º da Lei n° 9.099/95. Por fim, CONDENO A PARTE AUTORA NAS PENAS DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, obrigando-a ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ que fixo em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor do 2º Réu de 10% sobre a mesma base de cálculo. Condeno, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95...”

Como se constata abaixo, Ilustres Julgadores, o julgador não levou em consideração as alegações e provas juntadas pelo Recorrente em sua exordial e nos embargos de declaração, conforme fatos e argumentos narrados abaixo.

IV - DOS FUNDAMENTOS PARA A REFORMA DA SENTENÇA

4.1. Da Colidência Entre os Nomes Empresariais e As Atividades Empresariais Das Zap’s

Inicialmente importante elucidarmos um ponto nodal para que fique bem esclarecida a controvérsia ora suscitada quanto ao equivoco ocorrido com a 2ª Ré / Recorrida (ZAP), como será devidamente demonstrado abaixo.

Assim, verifica-se que, em que pese a Ilustre decisão do juízo *a quo* estar entornada de todo o brilho e saber jurídico, tendo em vista que julgou procedente em parte os pedidos autorais, para que a 1ª Ré (Kerocasa), devolva ao Recorrente a quantia de R$ 21.345,20, bem como ao pagamento de R$ 3.000,00, a título de dano moral; julgou EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, quanto à 2ª Ré (Recorrida).

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Registra-se ainda que a r. sentença não se limitou à supracitada extinção, condenando o Recorrente em litigância de má-fé, com pagamento de multa, honorários advocatícios e custas judiciais, fato este que ensejou embargos de declaração, que não foram providos, bem como o presente recurso.

Assim, para que fique melhor elucidada a questão, vejamos o que de fato ocorreu:

No momento da propositura da presente ação, a parte Recorrente, ao procurar no site da ZAP IMOVÉIS o CNPJ para inserir neste processo, verificou que este **não se encontrava no sítio eletrônico** da referida empresa, conforme demonstram os documentos de fls. 253 e ss.

Pior que isso, frisa-se que a ZAP IMÓVEIS não cumpre o Decreto nº 7.962/2016, conforme preleciona o dispositivo abaixo:

> **Art. 2º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:**
> **I - nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.**

Desta feita, foi realizada a pesquisa pelos sites de busca, quando se localizou a empresa ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., e o respectivo CNPJ. Registra-se que, ao descrever no site de busca "ZAP IMÓVEIS CNPJ", a pesquisa recai exatamente na empresa acima (Recorrida), com o seu respectivo CNPJ.

Importante ressaltar que a ZAP imóveis foi registrada em **07/02/2000**, enquanto a Recorrida se constituiu em **14/08/2014**. Ora, ambas possuem atividades lindeiras à compra e venda de imóveis, sendo que a última vem se beneficiando da famosa marca da primeira. No entanto, não pode reclamar do ônus de sua escolha, quando causa exatamente uma confusão para o consumidor.

MSA Advogados

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Mais que isso, é uma confusão de marcas o que se espera com a opção da similitude (ver CNPJ's anexos). Ou seja, não pode agora a Recorrida beneficiar-se de sua própria torpeza, recaindo o ônus do feito da confusão para o consumidor.

Com base no exposto, tendo em vista que ambas a ZAP's possuem nomes extremamente parecidos, assim como exercem as mesmas atividades, fica evidenciado o seguinte: 1) A Recorrida registrou o nome empresarial com a finalidade de beneficiar-se do notório conhecimento que possui a real "ZAP IMÓVEIS"; 2) Ao registrar-se com este nome, angariando clientes desta forma, assumiu o risco, de ter este tipo de confusão; 3) Sendo assim, quem tem o bônus, assume o ônus, não podendo neste momento, jogar o risco de sua atividade e de sua própria negligência, quiçá de sua própria má-fé, sobre o consumidor, que de boa-fé apenas queria fazer valer o seu direito.

Impende registrar que o ordenamento jurídico protege a marca, por um duplo objetivo: garantir o interesse de seu titular e **proteger o consumidor**, que não pode ser enganado quanto ao produto que compra ou serviço que lhe é prestado.

Neste sentido não pode o consumidor ser prejudicado pela colidência entre os nomes empresariais e suas respectivas atividades, tendo nesse caso um mero erro material no ajuizamento da ação, sendo certo que não houve em nenhum momento dolo por parte do Recorrente, como restou demonstrado. Em suma o Recorrente foi levado a erro pela Recorrida em decorrência da colidência de nomes e atividades, assim como pela falta de informações no site da ZAP Imóveis.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

4.2. Da Indevida Condenação de Má-Fé em Face da Parte Autora

Através da decisão proferida por este D. Juízo a R. sentença julgou extinto o feito sem resolução do mérito quanto à segunda Ré ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBLIÁRIOS LTDA. (Recorrida). Outrossim, para surpresa do Recorrente, a respeitosa sentença não se limitou a isso, condenando-o ainda em litigância de má-fé, com fulcro no artigo 80, incisos II e III, do NCPC, ao pagamento de multa ao fundo do TJRJ, fixada em 1% sobre o valor da causa e indenização em favor da 2ª Recorrida de 10% sobre a mesma base de cálculo. Não obstante ao supracitado, condenou também o Recorrente a pagar as custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

No que se refere à condenação do Recorrente na pena de litigância de má-fé, a r. sentença merece ser reformada. Senão vejamos:

Conforme acima apontado, a sentença indica que a Recorrida teria "de forma exaustiva" tentado advertir o Recorrente sobre o equívoco na indicação da empresa demandada como parte integrante do negócio jurídico, asseverando, que o Recorrente insistiu na permanência da Recorrida, mesmo sabendo que esta era manifestamente ilegítima.

Todavia, em que pese o indicado na sentença, a verdade dos fatos ocorridos no dia da audiência não foi esta, tanto assim o é, que **na própria ata de audiência, nada há mencionado quanto a isto**. Além disto, logo após esse ato foi preferida sentença. Em outras palavras, não houve 'insistência' do Recorrente em manter a Recorrida no polo passivo, até porque NÃO HOUVE FASE PROCESSUAL PARA MANIFESTAÇÃO, já que o ato foi uno.

Outrossim, registra-se que para desistência do Autor em relação aos Réus, após a citação destes, há de ter a anuência respectiva. Desta forma,

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

ainda que o Recorrente pleiteasse a desistência da ação no que tange à Recorrida, jamais poderia fazê-lo sem que esta concordasse.

Salienta-se que no dia da audiência, a Recorrida mostrou-se irredutível, grosseira através de seu preposto e advogado, proferindo palavras de baixo calão e ainda ameaçando a parte Recorrente. Obviamente isso inviabilizou qualquer acordo neste sentido.

Ademais, a Recorrida formulou pedidos em face do Recorrente, o que contradiz o disposto na sentença. Mais que isso, inexiste consignação de proposta de acordo desta, nem mesmo manifestação das partes quanto à eventual possibilidade de desistência, que também dependeria da outra Ré (KEROCASA).

Logo, não há no que se falar em insistência da parte Recorrente em continuar com o processo em relação à Recorrida, sendo certo que o Recorrente foi induzido a erro, não agindo de má-fé em momento algum. E, por outro lado, no momento da audiência, a Recorrida mostrou-se irredutível, nervosa, fora de controle e simplesmente só ameaçava a parte Recorrente.

Em nenhum momento, a Recorrida se mostrou interessada ou disposta a um possível acordo. E o escândalo feito pelo preposto desta, inviabilizou qualquer tipo de manifestação do Recorrente, conforme se verifica na ata da audiência realizada neste feito.

Neste viés, por todo exposto, não há como qualificar a ação do Recorrente em uma das tipificações expressas no artigo 80 do CPC/2015, pois em nenhum momento houve qualquer ação que pudesse ensejar a condenação ora mencionada, uma vez que o único intuito do Recorrente com este processo foi a busca de seu direito.

Por todo exposto, não pode o Recorrente ser condenado por um erro, que na verdade foi causado por uma atitude anterior: 1) Pela ZAP IMÓVEIS não ter a indicação do CNPJ em seu sítio eletrônico (telas do site às fls. 253 e ss), o que obrigou o Recorrente a procurar o cadastro por

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

outros meios; 2) A colidência das atividades empresariais quanto à Recorrida e em relação à ZAP imóveis; 3) Os nomes extremamente parecidos das duas empresas.

Diante disso, não há que se falar em dolo por parte do Recorrente, tendo em vista que a inclusão da Recorrida foi um "equívoco" e não uma "má-fé", uma vez que a fornecedora tem praticamente o mesmo nome e mesmo segmento da empresa, que realmente deveria ter sido demandada.

Também colide com a dinâmica processual célere dos juizados especiais, a afirmação constante na sentença de que a Recorrida teria alertado exaustivamente o Recorrente, que teria optado por prosseguir na demanda.

Simplesmente no meio da audiência seria impossível verificar as informações e CNPJ's, além do que não houve fase processual posterior para manifestação, pois em seguida foi proferida sentença. Mais que isso, como vastamente repetido, diferentemente do sugerido na sentença de fls., o Recorrente não teria como apenas desistir da Recorrida sem a anuência desta.

Inclusive, não houve má-fé do Recorrente, sendo certo que a má-fé precisa estar fartamente configurada, já que não se deduz de presunções e elucubrações, uma vez que o nosso ordenamento privilegia a presunção de boa-fé e não o contrário.

Assim, para a configuração de quaisquer das hipóteses que acarretem a imposição da penalidade, faz-se necessária à caracterização de alguma conduta traçada no art. 80 do CPC/2015, capaz de resultar em prejuízo processual à parte adversa, devidamente demonstrada nos autos.

Não é demais mencionar que o Recorrente foi induzido a erro primeiramente pela opção de nome feita pela Recorrida; após, pela busca feita em sites, que indicou os dados da Recorrida; por fim, a inviabilidade

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
152
Carimbado Eletronicamente

técnica de desistência do feito, haja vista a recusa da Recorrida em compor com o Recorrente.

Desta feita, não se pode depreender que o Recorrente deveria ter tido determinada conduta, que é inviável sem a anuência da outra parte, bem como deduzir uma omissão como má-fé. Inclusive, a má-fé é em si uma conduta comissiva. Logo, não pode ser presumida e nem considerada a partir de um 'não agir'.

Ademais, repita-se que a litigância de má-fé não se presume, assim também como não se presume o dano processual, ambos carecendo de efetiva caracterização.

Portanto, a decisão atacada está divorciada dos documentos constantes nos autos, já que não existe prova da ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 80, NCPC, que é condição *sine qua non* para que a parte incida nas sanções previstas no art. 81 do mesmo diploma, requerendo-se a reforma a r. sentença na parte que condenou o Recorrente nas penas por litigância de má-fé.

4.3. Do Não Cabimento de Honorários

Conforme dispõe o artigo 55 da Lei 9.099/95, tem-se que no âmbito dos Juizados Especiais, não há custas judiciais, nem pagamento de honorários advocatícios em primeira instância.

Não é demais frisar que no caso concreto, tal condenação foi atrelada a uma litigância de má-fé inexistente, conforme vastamente esclarecido alhures.

Desta forma, requer a parte Recorrente reforma na r. sentença para isentar a parte de honorários advocatícios, assim como das custas judiciais, tudo por ser medida de mais lídima justiça, uma vez que o

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Recorrente agiu de boa-fé e a confusão de nome entre as empresas em comento, não lhe pode ser prejudicial na condição de consumidor.

4.4. Da Minoração das Verbas Condenatórias

Caso os pedidos acima não sejam acatados, o que não acreditamos, por amor ao debate, o Recorrente suscita que os percentuais de condenação em litigância de má-fé e em honorários advocatícios foram extremamente majorados, merecendo sua minoração, caso sejam mantidos.

Frisa-se que o artigo 81 CPC/2015, determina condenação de litigância de má-fé de 1 a 10% **em favor da parte contrária**. No presente caso, a condenação foi favorável ao Tribunal em 1%¨e em 10% para a Recorrida.

Ora, na presente hipótese houve dupla condenação, além do que inexiste motivo para fixação no teto em favor da parte contrária, já que se não há elementos probatórios majorantes, não há o que se falar em fixação de penalidade no máximo previsto em lei, tendo em vista que no presente caso HOUVE SIMPLES PRESUNÇÃO DE MÁ-FÉ.

Da mesma forma, tem-se que a fixação dos honorários foi desproporcional ao presente caso, pois deixou de atentar para as premissas do art. 85, CPC/2015.

Desta feita, é imperioso o afastamento da condenação em litigância de má-fé e honorários advocatícios, mas se mantidos (o que não acreditamos), deve ser afastada a condenação do art. 81, CPC/2015 em favor do tribunal, com redução ao mínimo legal em favor da Recorrida, bem como a minoração de valor mínimo no que tange à condenação em honorários de advogado.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

V - DOS REQUERIMENTOS

Ex positis, requer o Recorrente o provimento ao presente recurso, reformando parcialmente a sentença de fls., afastando a condenação em desfavor do Recorrente quanto à litigância de má-fé, honorários advocatícios e custas judiciais, por ser da mais cristalina, lídima e derradeira JUSTIÇA!

Se mantidas as condenações aqui atacadas, o que não se acredita, que haja afastamento da condenação litigância de má-fé ao tribunal, com redução ao mínimo legal em favor da Recorrida, bem como a minoração de valor mínimo no que tange à condenação em honorários de advogado.

Pleiteia, outrossim, o deferimento da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA** em favor do Recorrente, de acordo com os argumentos acima, para todos os fins de direito, nos termos do art. 2º e parágrafo único da lei 1060/1950.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

MARCELA SERRA
OAB/RJ 169.133

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
133
Carimbado Eletronicamente

Processo : 0305983-40.2016.8.19.0001
Assunto : Compra e Venda / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL
Partes : JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO x Kerocasa Cooperativa Habitacional Ltda e outro
Relator : ALEXANDRE CHINI NETO

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o V. Acórdão transitou em julgado no dia 22/05/2017. Remeto os autos ao juizado de origem nesta data.

RIO DE JANEIRO, 23 de maio de 2017.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

GUILHERME NOGUEROL VEIGA:31155 Assinado em 23/05/2017 11:19:31
Local: CAPITAL CONSELHO RECURSAL DOS JECs E JECRIMs

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
154
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
437
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 23/05/2017

Despacho

Cumpra-se o V. acórdão.

Rio de Janeiro, 23/05/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **43MB.M9DN.QAUA.7WNN**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 24/05/2017 14:07:01
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
155
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
448
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 06/07/2017

Despacho

Ante certidão retro, dê-se baixa e arquivem-se.

Rio de Janeiro, 06/07/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4SXE.GRKG.ZXJT.TU3P**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 07/07/2017 11:26:33
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
156
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
460
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 11/07/2017

Despacho

Recolham-se as custas referentes ao desarquivamento, em cinco dias, sob pena de retorno dos autos ao arquivo.

Rio de Janeiro, 11/07/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4SAS.I3GI.CKAR.UB8P**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 12/07/2017 11:53:41
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem à presença de Vossa Excelência, por sua advogada abaixo assinada, em atenção à retro decisão de fls., informar que no dia 06/07/2017, foi proferida a seguinte decisão: ""Ante certidão retro, dê-se baixa e arquivem-se.", sendo certo que no dia 07/07/2017 foi expedida intimação eletrônica às partes.

Acontece que antes do fim deste prazo, os autos foram encaminhados ao arquivo. Além disto, o Autor peticionou no mesmo dia que a intimação eletrônica foi expedida, conforme se verifica no documento em anexo.

Assim, o patrono do Autor esteve na serventia deste Juízo para esclarecer o ocorrido, mas foi certificado que não foram pagas custas de desarquivamento. No entanto, o Autor é beneficiário da grauidade de justiça, conforme se constata no acórdão de fls.

Desta feita, é esta para requerer o desarquivamento do presente feito, sem ônus para o Autor, haja vista os argumentos aqui

TJRJ CAP JC07 201704835199 12/07/17 17:49:46141891 PROGER-VIRTUAL

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

apresentados, bem como o prosseguimento do feito com a análise da petição protocolada em 07/07/2017.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
159
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
470
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 13/07/2017

Despacho

Desarquivem-se os autos.
Restaure-se a baixa.
Fls.454/455: Intime-se a ré para pagamento, em cinco dias, sob pena de penhora on line referente ao valor atualizado da condenação.

Rio de Janeiro, 13/07/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4U2T.UPMB.1S4Z.IJCP**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 13/07/2017 17:09:44
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
160
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
480
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 26/07/2017

Despacho

Ao autor para trazer nova planilha a ser executada, considerando que não há honorários sucumbenciais a serem executados, no prazo de cinco dias, sob pena de rearquivamento.

Rio de Janeiro, 26/07/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **41PH.WJ8X.IP19.F4PP**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 27/07/2017 12:29:44
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
484
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem à presença de Vossa Excelência, por sua advogada abaixo assinada, em atenção à retro decisão de fls.480, informar e requerer o que segue:

A parte Autora juntou às fls. 454/455 petição com planilha de cálculos à serem executados da KEROCASA. Todavia, posteriormente, à fl. 480, este juízo determinou que o Autor juntasse nova planilha, retirando os honorários sucumbenciais a serem executados.

Ocorre que nos cálculos anteriormente apresentados pelo Autor, não haviam honorários.

Desta feita, tendo em vista que ultrapassou o prazo *in albis,* sem que a Ré Kerocasa se manifestasse ou comprovasse o pagamento determinado em sentença, requer a parte Autora a penhora on-line na conta da 1ª empresa Ré (KEROCASA), no importe de R$ 33.237,93 (trinta e três mil, duzentos e trinta e sete reais e noventa e três centavos), conforme planilha de cálculos atualizada, que segue anexa.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201705426324 01/08/17 18:59:31139069 PROGER-VIRTUAL

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: julho/2017
Indexador utilizado: TJ/RJ (Tabela Tribunal Just RJ)
Juros compensatórios legais
Acréscimo de 10,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS LEGAIS	MULTA 10,00%	TOTAL
1	danos materiais	12/7/2016	21.345,20	22.750,06	2.647,73	2.539,78	27.937,57
2	danos morais	8/12/2016	3.000,00	3.197,45	222,86	342,03	3.762,34
					Sub-Total		**R$ 31.699,91**
	custa judicial - 22/3/2017 - custas de recurso - R$ 1.538,02 (+)						R$ 1.538,02
					Sub-Total		**R$ 1.538,02**
					TOTAL GERAL		**R$ 33.237,93**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
163
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
487
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 02/08/2017

Despacho

Indefiro a planilha apresentada pela parte autora. Em derradeira oportunidade, ao autor para que traga planilha, nos moldes do sítio TJ/RJ, em cinco dias, considerando as atualizações determinadas em sentença. Ressalte-se que o autor acrescenta em sua planilha de fls. 485 uma cobrança a título de "custa judicial", que não é cabível.

Rio de Janeiro, 03/08/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4ABT.RDN4.B7RG.ITXP**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 04/08/2017 12:19:57
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
Av. Rio Branco, 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ
CEP: 20090-003 |Telefone: 55 21 3528-7861 | www.msaonline.adv.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
504
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7° JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo Nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos da Ação Indenizatória em epígrafe proposta em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTRA,** vem à presença de V.Exa., por sua advogada *in fine* assinada, em conformidade com o Despacho de fl. 497, comunicar que a parte Ré foi devidamente intimada e não se manifestou no prazo judicialmente fixado, que se findou no dia 25 de Agosto de 2017.

Desta Feita, o Autor requer **penhora on-line nas contas bancárias da 1ª Ré**, através de sistema BACEN-JUD, no valor total de R$ 31.301,34 (trinta e um mil, trezentos e um reais e trinta e quatro centavos), conforme planilha de atualização de débito, constante à fl. 493.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

OSWALDO COELHO
OAB/RJ 207.150

VICTOR DA MOTTA MARINHO SCHLÜSSEL
OAB/RJ 211.506-E

TJRJ CAP JC07 20170206205784 28/08/17 17:17:23139589 PROGER-VIRTUAL

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 13/07/2017

Despacho

Desarquivem-se os autos.
Restaure-se a baixa.
Fls.454/455: Intime-se a ré para pagamento, em cinco dias, sob pena de penhora on line referente ao valor atualizado da condenação.

Rio de Janeiro, 13/07/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4U2T.UPMB.1S4Z.IJCP**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 13/07/2017 17:09:44
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
166
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
480
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 26/07/2017

Despacho

Ao autor para trazer nova planilha a ser executada, considerando que não há honorários sucumbenciais a serem executados, no prazo de cinco dias, sob pena de rearquivamento.

Rio de Janeiro, 26/07/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **41PH.WJ8X.IP19.F4PP**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 27/07/2017 12:29:44
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
187
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem à presença de Vossa Excelência, por sua advogada abaixo assinada, em atenção à retro decisão de fls.480, informar e requerer o que segue:

A parte Autora juntou às fls. 454/455 petição com planilha de cálculos à serem executados da KEROCASA. Todavia, posteriormente, à fl. 480, este juízo determinou que o Autor juntasse nova planilha, retirando os honorários sucumbenciais a serem executados.

Ocorre que nos cálculos anteriormente apresentados pelo Autor, não haviam honorários.

Desta feita, tendo em vista que ultrapassou o prazo *in albis,* sem que a Ré Kerocasa se manifestasse ou comprovasse o pagamento determinado em sentença, requer a parte Autora a penhora on-line na conta da 1ª empresa Ré (KEROCASA), no importe de R$ 33.237,93 (trinta e três mil, duzentos e trinta e sete reais e noventa e três centavos), conforme planilha de cálculos atualizada, que segue anexa.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201705426324 01/08/17 18:59:31139069 PROGER-VIRTUAL

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: julho/2017
Indexador utilizado: TJ/RJ (Tabela Tribunal Just RJ)
Juros compensatórios legais
Acréscimo de 10,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS LEGAIS	MULTA 10,00%	TOTAL
1	danos materiais	12/7/2016	21.345,20	22.750,06	2.647,73	2.539,78	27.937,57
2	danos morais	8/12/2016	3.000,00	3.197,45	222,86	342,03	3.762,34
					Sub-Total		**R$ 31.699,91**
	custa judicial - 22/3/2017 - custas de recurso - R$ 1.538,02 (+)						R$ 1.538,02
					Sub-Total		**R$ 1.538,02**
					TOTAL GERAL		**R$ 33.237,93**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
169
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
487
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 02/08/2017

Despacho

Indefiro a planilha apresentada pela parte autora. Em derradeira oportunidade, ao autor para que traga planilha, nos moldes do sítio TJ/RJ, em cinco dias, considerando as atualizações determinadas em sentença. Ressalte-se que o autor acrescenta em sua planilha de fls. 485 uma cobrança a título de "custa judicial", que não é cabível.

Rio de Janeiro, 03/08/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4ABT.RDN4.B7RG.ITXP**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 04/08/2017 12:19:57
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
170
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
497
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 14/08/2017

Despacho

Intime-se a ré para efetuar o depósito no valor apontado às fls. 493, relativo à condenação, em cinco dias, sob pena de penhora on line.

Rio de Janeiro, 15/08/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4G39.PJFM.FV45.ZICQ**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 16/08/2017 13:03:22
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
Av. Rio Branco, 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ
CEP: 20090-003 |Telefone: 55 21 3528-7861 | www.msaonline.adv.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
504
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7° JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo Nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos da Ação Indenizatória em epígrafe proposta em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTRA,** vem à presença de V.Exa., por sua advogada *in fine* assinada, em conformidade com o Despacho de fl. 497, comunicar que a parte Ré foi devidamente intimada e não se manifestou no prazo judicialmente fixado, que se findou no dia 25 de Agosto de 2017.

Desta Feita, o Autor requer **penhora on-line nas contas bancárias da 1ª Ré**, através de sistema BACEN-JUD, no valor total de R$ 31.301,34 (trinta e um mil, trezentos e um reais e trinta e quatro centavos), conforme planilha de atualização de débito, constante à fl. 493.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

OSWALDO COELHO
OAB/RJ 207.150

VICTOR DA MOTTA MARINHO SCHLÜSSEL
OAB/RJ 211.506-E

TJRJ CAP JC07 20170206205784 28/08/17 17:17:23139589 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
172
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
507
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo Eletrônico

Processo : **0305983-40.2016.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Atos Ordinatórios

Certifico que decorreu o prazo de intimação sem que tenha havido manifestação da parte ré. Faço os autos conclusos ante a petição de fls. 504.

Rio de Janeiro, 06/09/2017.

Andréa Peres Palú - Analista Judiciário - Matr. 01/23476

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
173
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
509
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 06/09/2017

Decisão

Defiro a penhora on line, no valor de R$ 31.301,34 nas contas da ré KEROCASA , conforme ordem de bloqueio que segue. Decorrido o prazo, voltem para consulta.

Rio de Janeiro, 06/09/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **41YB.B36F.V7NS.FX7R**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 12/09/2017 14:20:56
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
572
Assinado Eletronicamente

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

ejuai.vpacha
terça-feira, 12/09/2017

Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras** As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.
Número do Protocolo:	20170004830373
Data/Horário de protocolamento:	12/09/2017 14h20
Número do Processo:	03059834020168190001
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEI
Vara/Juízo:	4901 - VII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Valeria Pacha Bichara
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	018.641.057-39
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO

Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	**Valor a Bloquear**	**Contas e Aplicações Financeiras Atingidas**
10.657.514/0001-78 : KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA	31.301,34	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

Voltar para a tela inicial do sistema

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
175
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
514
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo Eletrônico

Processo : **0305983-40.2016.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Atos Ordinatórios

Certifico que faço os autos conclusos para consulta ao sistema Bacenjud quanto ao resultado do protocolamento da penhora

Rio de Janeiro, 14/09/2017.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
176
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
516
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 15/09/2017

Despacho

Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 15/09/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4VTF.ZJIG.ZZQU.J5DR**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 15/09/2017 17:14:28
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
578
Carimbado Eletronicamente

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	ejuai.vpacha sexta-feira, 15/09/2017

Minutas | **Protocolamento** | **Ordens judiciais** | **Delegações** | **Não Respostas** | **Contatos de I. Financeira** | **Relatórios Gerenciais** | **Ajuda** | **Sair**

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20170004830373
Número do Processo:	03059834020168190001
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEI
Vara/Juízo:	4901 - VII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Valeria Pacha Bichara
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	018.641.057-39
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **10.657.514/0001-78 - KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
12/09/2017 14:20	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	31.301,34	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	12/09/2017 19:47

Nenhuma ação disponível

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
12/09/2017 14:20	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	31.301,34	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	13/09/2017 02:31

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
578
Carimbado Eletronicamente

Dados para depósito judicial em caso de transferência	
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	- Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:	
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:	018.641.057-39
Tipo de Crédito Judicial:	-
Código de Depósito Judicial:	-

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUAI. VPACHA

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
529
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, já qualificado nos autos da Ação Indenizatória em epígrafe proposta em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. E OUTRO**, vem à presença de Vossa Excelência, por seus advogados *in fine* assinados, em atenção ao Despacho de fls. 516, apresentar a planilha de cálculos atualizada com os valores que lhe são devidos conforme determinado por este Egrégio Tribunal de Justiça.

Outrossim, vale ressaltar que a parte Autora em fls. 504 requereu penhora *on-line* nas contas bancárias da 1ª Ré, mas que restou infrutífera, conforme documento de fls.

Posto isso, tendo em vista que o insucesso quanto ao exposto acima, requer a **penhora de 30% do faturamento diário da 1ª Ré, a ser realizada por Oficial de Justiça no respectivo estabelecimento empresarial**, na forma do art. 835, X, CPC/2015, até alcançar o importe de **R$ 31.662,88 (trinta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, nos termos planilha de atualização do débito em anexo.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Rio de janeiro, 25 de setembro de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201706971098 25/09/17 16:02:44140101 PROGER-VIRTUAL

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Cálculo de Débitos Judiciais – Danos Materiais

Valor a ser atualizado:	R$ 21.345,20
Período de atualização monetária:	de 12/07/2016 até 19/09/2017 (427 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 21/10/2016 até 19/09/2017 (328 dias)
Multa (% sobre valor corrigido + juros):	10,00%
Índice de correção monetária:	**1,06581621**
Valor corrigido:	**R$ 22.750,06**
Valor dos juros:	**R$ 2.487,34**
Valor corrigido + juros:	**R$ 25.237,40**
Total de honorários:	**R$ 2.523,74**
Total:	**R$ 27.761,14**
Total em UFIR:	**8.675,63**

Calculado em 19/09/2017

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Cálculo de Débitos Judiciais – Dano Moral

Valor a ser atualizado:	R$ 3.000,00
Período de atualização monetária:	de 08/12/2016 até 19/09/2017 (281 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 21/10/2016 até 19/09/2017 (328 dias)
Multa (% sobre valor corrigido + juros):	10,00%
Índice de correção monetária:	**1,06581621**
Valor corrigido:	**R$ 3.197,45**
Valor dos juros:	**R$ 349,59**
Valor corrigido + juros:	**R$ 3.547,04**
Total de honorários:	**R$ 354,70**
Total:	**R$ 3.901,74**
Total em UFIR:	**1.219,33**

O cálculo acima não possui valor legal. Trata-se apenas de uma ferramenta de auxílio na elaboração de contas.

Calculado em 19/09/2017

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
182
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
526
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 26/09/2017

Despacho

Indefiro a penhora da renda bruta diária, uma vez que é fato notório a inexistência de rendimentos passíveis de constrição, consoante diversas diligências realizadas pelo Juízo em feitos similares. Ao exequente para que informe como pretende prosseguir com a execução, em 05 dias, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 26/09/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4PQJ.K5AQ.K1W2.BFZR**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 27/09/2017 12:17:31
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
127
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 27/09/2017 e foi publicado em 29/09/2017 na(s) folha(s) 624/625 da edição: Ano 10 - n° 19 do DJE.

Proc. 0305983-40.2016.8.19.0001 - JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO (Adv(s). Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTRO (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928), Dr(a). RENATO KALINKE VICENTIN (OAB/PR-044342)Despacho: Indefiro a penhora da renda bruta diária, uma vez que é fato notório a inexistência de rendimentos passíveis de constrição, consoante diversas diligências realizadas pelo Juízo em feitos similares. Ao exequente para que informe como pretende prosseguir com a execução, em 05 dias, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2017
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
129
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, já qualificado nos autos da Ação Indenizatória em epígrafe proposta em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. E OUTRO**, vem, por seus advogados infra-assinados, em atenção ao r. Despacho de fls., requerer expedição de ofício a INFOJUD e RENAJUD para a verificação de bens em nome da Executada (1ª Ré) para a satisfação do débito.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

MARCELA SERRA
OAB/RJ 169.133

TJRJ CAP JC07 20170729178 3 05/10/17 12:08:20136012 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
185
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
531
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 05/10/2017

Despacho

Deixo de realizar as consultas aos sistemas Renajud / Infojud, uma vez que é fato notório a ausência de veículos cadastrados junto ao órgão de trânsito, bem como de declaração de bens junto à Receita Federal, consoante vem reiteradamente verificando este Juízo em feitos similares. Ao exequente para que diga como pretende prosseguir com a execução, em cinco dias, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 05/10/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **463B.IW47.TTYU.H8YR**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 06/10/2017 12:45:05
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
586
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, brasileiro, casado, técnico de mecânica, portador da carteira de identidade nº 08409599-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 018.641.057-39, residente e domiciliado na Rua Três Marias, casa 09 C, Inhaúma, nesta cidade, CEP. 21.061-020, vem perante V.Exa., por seu procurador *in fine* assinado, com supedâneo nos arts. 319 e 133, CPC/2015, apresentar

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
C.C. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78, com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006 nos autos da Ação supracitada, com fulcro nos artigos 143 do Código de Processual Civil de 2015, integrando, assim, no polo passivo, seus diretores, **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI, RG 05.996.532-7/Detran-RJ e CPF 724.023.777-04, residente e domiciliado na rua Maria Benjamin, 94, casa 101 frente – Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140; **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, economista, RG 20.575-3 4

TJRJ CAP JC07 201707550896 16/10/17 19:11:52136270 PROGER-VIRTUAL

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

e CPF 810.516.547-34, residente e domiciliado na Rua Pio Correia, nº. 92, bloco 01, apto 602 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.461-240; e **VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Benjamin de Magalhães, 145 – casa 103 – Pilares, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.750-170, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

I - DOS FATOS

Tem-se que se trata de cumprimento de sentença, em que a 1ª Executada foi condenada a devolver ao Exequente a quantia de R$ 21.345,20, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação e a pagar a quantia de R$ 3.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da leitura da sentença, cuja decisão transitou em julgado.

Desta feita, findo o prazo *in albis* para pagamento expontâneo, a parte Exequente pleiteou penhora *on-line*, que restou infrutífera. Por conseguinte, foi requerida penhora de faturamento, cujo pedido foi indeferido por este juízo, pois não houve êxito nestas diligências em outros feitos.

Em seguida foi requerido expedição de Ofício à INFOJUD e RENAJUD, sendo certo que o juiz também não deferiu o pedido, alegando que: "Deixo de realizar as consultas aos sistemas Renajud / Infojud, uma vez que é fato notório a ausência de veículos cadastrados junto ao órgão de trânsito, bem como de declaração de bens junto à Receita Federal, consoante vem reiteradamente verificando este Juízo em feitos similares.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
588
Carimbado Eletronicamente

Ao exequente para que diga como pretende prosseguir com a execução, em cinco dias, sob pena de extinção."

Desta feita, foram esgotadas todas as possibilidades jurídicas e legais, à disposição do Exequente, mostrando-se infrutíferos seus esforços, como provam os documentos ora juntados, na tentativa de localização do paradeiro da empresa Executada e de seus bens, para complementar a dívida faltante.

Outrossim, impende salientar que nos últimos anos, tornou-se prática espúria e ordinária no comércio, o encerramento de empresas sem a devida baixa nos órgãos competentes e sem a liquidação de todos os seus haveres, como determina a lei, causando graves e, às vezes, irreparáveis prejuízos aos seus Credores com claro intuito dos **SÓCIOS OU DIRETORES** de se locupletarem ilicitamente com suas atividades, em detrimento dos ditames legais e estatutários.

Neste viés, com a finalidade de frear a ganância desmedida, nosso Judiciário tem atuado de forma enérgica, ao se posicionar pela declaração da DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA de empresas, com a declaração da DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ILIMITADA DE SEUS SÓCIOS E ADMINISTRADORES (artigo 50, do Estatuto Civil), através do incidente previsto no art. 132, CPC/2015, que ora se suscita.

II – DO DIREITO

2.1. Da Legitimidade Passiva dos Diretores da 1ª Executada

É cediço que os 2º, 3º e 4º Requeridos são dietores da 1ª Executada, conforme comprovam os atos constitutivos em anexo, que foi

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

juntado pela própria pessoa jurídica na fase de conhecimento do feito principal a este incidente (documento anexo em fls. 187 *at usque* 202).

De acordo com o art. 134, §2º, CPC/2015, é facultado à parte Exequente indicar quem será demandado, podendo fazê-lo em face da pessoa jurídica OU dos seus sócios / diretores.

Assim, os 2º, 3º e 4º Requeridos possuem pertinência temática subjetiva para compor o polo passivo da presente demanda, uma vez que compõem o quadro estatutário da 1ª Executada.

2.2. DA APLICAÇÃO DO ART. 28, CDC
Da Aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova

Ab initio, há de se ressaltar que numa relação em que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra, o Código de Defesa do Consumidor, demonstra em seu artigo 6º, inciso VIII, que pode ocorrer a inversão do ônus da prova, seja pela hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança da alegação.

Logo, a parte Exequente pleiteou a aplicação do microssistema protetivo do CDC, que foi utilizado como parâmetro interpretativo ainda na fase de conhecimento, haja vista sua latente insuficiência técnica relativamente ao objeto da presente lide.

Desta feita, especificamente o Exequente requer a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, VII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente, uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado, bem como aplicação do art. 28, CDC, com aplicação da **teoria menor da penetração**, para todos os fins de direito, uma vez que caracterizado está o inadimplemento da 1ª Executada.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

2.3. Da Dissolução Irregular e da Inatividade da 1ª Executada

Cabe explicitar que a Lei nº 5.764/1971, estabelece as condições e possibilidades de dissolução legal e regular das cooperativas, bem como de sua liquidação.

Dessume-se, então, das provas constantes dos autos, que a empresa Executada fora utilizada e dissolvida de forma irregular e ilegal, encerrando suas atividades em detrimento às disposições legais supra citadas, inclusive contratuais, haja vista, que não fora procedida qualquer baixa junto aos órgãos competentes, tampouco, se deu a liquidação de seus haveres e obrigações, como está demonstrado na presente Execução, **além de não deixar quaisquer bens para garantia e liquidação de suas dívidas**.

O Código Civil de 2002, amplia e estende a responsabilização daqueles que, sob o manto da personalidade jurídica, praticam atos tendentes a fraudar credores. Assim, diz o Estatuto Civil:

> **"Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica."**

Da mesma forma, a Lei das Cooperativas possui previsão de responsabilização dos seus diretores, conofrme se verifica abaixo:

> **"Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Assim, da análise conjunta dos dispositivos supra, conclui-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica tem por fundamento os princípios gerais de proibição do abuso de direito, fraude à lei ou prejuízo a terceiro, permitindo que o magistrado, diante de determinadas circunstâncias, desconsidere a personalidade, atribuindo condutas e responsabilidades diretamente aos direitores e administradores. Sobre o assunto, ensina Rubens Requião:

> **"Não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso do direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude)". (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 1977, págs. 266 e segs)**

Na seara doutrinária, outra não é a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> **"(...) Por vezes a autonomia patrimonial da sociedade comercial dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', pela qual se autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade. Pressuposto não afastável da despersonalização episódica da pessoa jurídica, no entanto, é a ocorrência da fraude por meio da separação patrimonial. Não é suficiente a simples insolvência do ente coletivo, hipótese em quem não tendo havido fraude na utilização da separação patrimonial, as regras de limitação da responsabilidade dos sócios terão ampla vigência. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica que o pressupõe, portanto. O credor da sociedade que pretende a sua desconsideração deverá fazer prova da fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da devedora." *(In* "Manual de Direito Comercial", editora Saraiva, 8ª edição, 1997, pág. 113/114 - Grifo inovado)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Aduz-se que a teoria da desconsideração da pessoa jurídica **"tem a intenção de permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesses que se estabeleceu em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco"** (Direito Civil, Saraiva, 21ª ed., Parte Geral, vol. 1, SILVIO RODRIGUES, pág. 77 - grifo nosso).

A jurisprudência de nosso Estado acompanha o entendimento doutrinário acima exposto, confirma a tese já desenvolvida e, fulmina a questão digladiada, solucionando casos semelhantes ao da espécie em exame:

> **"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA. 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela ora agravada, em fase de cumprimento de sentença, cujo débito foi apontado à época como sendo R$ 506.165,68. 2. A decisão atacada deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para incluir a sócia administradora no polo passivo, que deverá ser intimada no endereço apontado na alteração contratual para oferecer bens à penhora, sob as penas da lei. 3. A nova regra de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Processo Civil de 2015 é aplicável somente a partir de sua vigência (18/03/2016), ao passo que a decisão atacada foi proferida em 22/02/2016. 4. A desconsideração da personalidade jurídica exige a ocorrência de abuso de direito, fraude contra credores, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. 5. Intimada a empresa devedora, não houve o pagamento do débito nem oferecimento de bens à penhora, sendo certo que restou infrutífera a tentativa de constrição "on line". 6. Outrossim, não logrou êxito em localizar bens passíveis de penhora por meio do sistema RENAJUD e certidões dos Distribuidores, conforme se verifica por meio de consulta eletrônica aos autos do processo principal. 7. O abuso do direito por desvio de função encontra-se consubstanciado no fato dos sócios terem abandonado a empresa sem adotar as providências operacionais e legais necessárias à regular liquidação da sociedade. 8. Julgados deste Tribunal no sentido de aplicar, por analogia, o verbete sumular nº 435 do STJ para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica. 9. Recurso desprovido." (TJ-RJ - AG 0045506-38.2016.8.19.0000. Des. MÔNICA MARIA COSTA DI PIERO - Julgamento: 14/03/2017 grifos nossos)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Não se olvide que há presunção de fraude, quando a pessoa jurídica devedora abandona seu domicílio fiscal, sem adimplir as obrigações pendentes, permitindo-se a aplicação da teoria do levantamento do véu. É o que se vê abaixo:

> **Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.**

Em robustecimento à tese ora digladiada, colacionamos as decisões do **Superior Tribunal de Justiça**, em casos símiles, *in verbis*:

> **"EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS PARTICULARES DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS EMPRESAS EXECUTADAS. CONSTRIÇÃO ADMISSÍVEL. O sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada responde com seus bens particulares por dívida da sociedade quando dissolvida esta de modo irregular. Incidência no caso dos arts. 592, II, 596 e 10 do Decreto. N. 3.708, de 10.1.1919. Recurso especial não conhecido." (REsp 140564/SP. Min. BARROS MONTEIRO – 21.10.04)**

> **"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. REJEIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE) A existência de indícios do encerramento irregular das atividades da empresa executada autoriza o redirecionamento do feito executório à pessoa do sócio (Precedentes: AgRg no REsp n.º 643.918/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16/05/2005; REsp n.º 462.440/RS, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18/10/2004; e REsp n.º 474.105/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19/12/2003). (...). (EDcl no REsp 750335. Min. LUIZ FUX – 28.03.06)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Da mesma forma, a desconsideração da personalidade jurídica, é plenamenente cabível às sociedades simples, inclusive cooperativas, bem como associações. Assim já foi decidido:

> **"Comprovado o encerramento irregular da executada, somado à inexistência de patrimônio penhorável (conforme se depreende dos autos, a exequente, ora agravante, tomou todas as providências razoáveis para obter dos devedores a garantia da execução, mas sem lograr êxito), legitima a desconsideração da personalidade da associação filantrópica, não para atingir seus associados, mas para atingir seus dirigentes, que a representam na forma dos estatutos" (Tribunal de Justiça de São Paulo. Ag 0271266- 83.2011.8.26.0000)**

Estes são os fundamentos que compõem a situação em foco, sendo certo que *in casu* é flagrante a inatividade da empresa, além do esvaziamento fraudulento da estrutura estatutária, *cabendo a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, para atingimento do patrimônio dos 2º, 3º e 4º Requeridos.*

III - DA TUTELA DE URGÊNCIA

Requer o Exequente à V.Exa. a concessão dos efeitos da tutela de urgência, com supedâneo no art. 300 do novo CPC, para que haja arresto das contas bancárias dos 2º, 3º e 4º Requeridos, através de penhora *on-line* no sistema BACEN-JUD, tendo em vista que como estes esvaziaram o patrimônio da 1ª Executada, é fato que há grande risco de que o mesmo ocorra com os bens dos sócios, o que ensejará frustração a este procedimento.

Frise-se que há o direito líquido, certo e favorável ao Exequente, uma vez que presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, que são basicamente: I) *periculum in mora*: existência

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
503
Carimbado Eletronicamente

de um dano potencial, um risco, que ocorre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte; II) *fumus boni iuris*: plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança; III) art. 301, CPC/2015: previsão legal expressa de arresto em sede de tutela de urgência.

Dessa forma, o Exequente requer à V.Exa. a concessão *inaudita altera pars* de **TUTELA DE URGÊNCIA**, com supedâneo no art. 300 do CPC/2015, para que seja realizado **arresto das contas bancárias dos 2º, 3º e 4º Requeridos, através de penhora *on-line* no sistema BACEN-JUD**.

Caso Vossa Excelência entenda necessário, prontifica-se o Exequente à prestar caução real ou fidejussória, *ex vi* do disposto no artigo 300, §1º, CPC/2015, tão logo haja realização de eventual bloqueio de dinheiro, com fins de cumprir o requisito de plena reversibilidade da medida aqui pretendida, de acordo com o previsto no art. 300, § 3º, CPC/2015.

IV - DOS PEDIDOS

Ex positis, o Exequente requer à Vossa Excelência, com base nos fundamentos acima explicitados, o que segue:

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que sejam arrestadas as contas bancárias dos 2º, 3º e 4º Requeridos, através de penhora *on-line* no sistema BACEN-JUD e, caso V. Exa. assim entenda, mediante respectiva caução;

- A aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova, nos termos dos arts. 6º, VIII e 28 do CDC;

- A intimação da 1ª Executada por diário eletrônico, uma vez que esta já possui advogado constituído no processo, bem como a citação

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

dos 2º, 3º e 4º Requeridos, para apresentar manifestação, nos termos do artigo 145 do CPC/2015, com determinação de que a diligência citatória seja realizada por Oficial de Justiça, contendo os benefícios legais insertos no Art. 212, parágrafo segundo do CPC/2015;

- Ao final, digne-se a DECRETAR A **DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA** da 1ª Executada - **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.**, integrando seus diretores (2º, 3º e 4º Requeridos): **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, acima qualificados, no polo passivo da presente execução, com reconhecimento da respectiva responsabilidade pessoal, possibilitando-se, assim, o alcance de bens dos mesmos, os quais garantirão o débito em litígio;

- Por conseguinte, requer bloqueio mediante sistema BACENJUD dos 2º, 3º e 4º Requeridos, caso o pedido de arresto não seja deferido (o que não acreditamos) e, se esta medida não for exitosa, a expedição de Ofício via Renajud, para que este informe a existência ou não de bens em nome das pessoas acima nominadas, promovendo imediatamente o bloqueio dos mesmos;

- Condenação dos Executados ao pagamento dos emolumentos judiciais, acrescidos de atualização, além dos honorários advocatícios na proporção de 10% (dez por cento) do valor da condenação, que devem ser escalonados em caso de interposição de recursos, na forma do CPC/2015.

Pleiteia, outrossim, pela produção de todos os meios de provas admitidas em direito, em especial documental, testemunhal e depoimento pessoal.

Esclarece o Exequente que seu advogado possui escritório na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar, Centro, nesta cidade, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações e comunicações atinentes

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

ao presente feito, requerendo a vinculação do nome do advogado **MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520, sócio da sociedade de advogados MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta e, para fins do art. 287, CPC/2015, indica o endereço eletrônico marcomedeiros@msaonline.adv.br.

Dá-se à causa o valor de R$ 24.345,20 (vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

MARCELA SERRA
OAB/RJ 169.133

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
198
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
547
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 17/10/2017

Despacho

A fim de se analisar o requerido, o autor deverá carrear aos autos a última alteração contratual da empresa ré, registrada na junta comercial competente, em 20 dias, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 17/10/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **47Y3.NEGJ.5Z5I.1G9S**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 18/10/2017 12:06:13
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
590
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

TJRJ CAP JC07 20170801414 3 31/10/17 17:04:13134967 PROGER-VIRTUAL

BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Processo nº. 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem à presença de Vossa Excelência, por sua advogada abaixo assinada, em atenção ao retro despacho, requerer a juntada da última alteração do contrato social que segue anexa.

Desta feita, requer o prosseguimento do feito, com a procedência do pedido de desconsideração da personalidade jurídica.

Termos em que,
P. Deferimento.
Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
200
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
571
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 01/11/2017

Decisão

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078/1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, defiro a desconsideração da personalidade jurídica da empresa e, por conseguinte, a realização da penhora on line na contas dos seus respectivos sócios, conforme ordem de bloqueio que segue.
Determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, Presidente, CPF nº 724.023.777-04; SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, Diretor Financediro, CPF nº 810.516.547-34 e MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, Direitor Técnico, CPF nº 025.745.067-07 , no polo passivo. Anote-se onde couber.
Decorrido o prazo, voltem para a consulta.

Rio de Janeiro, 01/11/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
201
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
572
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

---

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4B6T.BEXQ.Y1KK.EETS**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 06/11/2017 15:31:07
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
202
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
578
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 10/11/2017

Despacho

Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 10/11/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4EPX.MYBI.GYPH.CU1T**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 10/11/2017 17:03:02
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
200
Carimbado Eletronicamente

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	ejuai.vpacha sexta-feira, 10/11/2017

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20170006024651
Número do Processo:	03059834020168190001
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEI
Vara/Juízo:	4901 - VII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Valeria Pacha Bichara
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	018.641.057-39
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	JOSE ALEXANDRE DA SILVA NETO

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **025.745.067-07 - MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	06/11/2017 19:54

Nenhuma ação disponível

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	07/11/2017 20:32

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

\- **724.023.777-04 - JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
204
Carimbado Eletronicamente

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	06/11/2017 19:54
Nenhuma ação disponível						

BCO CITIBANK N.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	07/11/2017 16:54
Nenhuma ação disponível						

BCO CITIBANK/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	07/11/2017 16:54
Nenhuma ação disponível						

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	07/11/2017 05:56
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	07/11/2017 04:00
Nenhuma ação disponível						

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	07/11/2017 20:32
Nenhuma ação disponível						

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
202
Carimbado Eletronicamente

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

-

810.516.547-34 - SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	06/11/2017 19:54
Nenhuma ação disponível						

BCO CITIBANK N.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	07/11/2017 16:54
Nenhuma ação disponível						

BCO CITIBANK/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	07/11/2017 16:54
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	07/11/2017 04:00
Nenhuma ação disponível						

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
06/11/2017 15:30	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	24.345,20	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	07/11/2017 20:32
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
206
Carimbado Eletronicamente

	Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	JOSE ALEXANDRE DA SILVA NETO	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:	018.641.057-39	
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUAI. VPACHA

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
206
Carimbado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ.

BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra.,** vem à presença de V. Exa., por sua advogada *in fine* assinada, em atenção ao retro despacho, requerer expedição de ofício ao INFOJUD e ao RENAJUD em nome dos sócios da KEROCASA, para fins de verificação de outros bens em nome dos mesmos para satisfação do débito, tendo em vista que a penhora *on-line* realizada anteriormente restou negativa.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201708504815 21/11/17 17:38:52137539 PROGER-VIRTUAL

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 22/11/2017

Decisão

Defiro a consulta aos sistemas INFOJUD e RENAJUD em face dos sócios da ré, conforme resultado que segue. Ao exequente para ciência e para que diga como pretende prosseguir com a execução.

Rio de Janeiro, 22/11/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4KRN.A5R5.Z4QP.3CHT**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 28/11/2017 15:51:26
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
209
Carimbado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ.

BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, nos autos da ação de execução por quantia certa proposta em face de **RENATO KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra.,** vem à presença de V. Exa., por sua advogada *in fine* assinada, em atenção ao retro despacho, requerer a penhora do imóvel abaixo, que consta na declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física em nome do Executado SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA.

Informa o Exequente que já está providenciando a certidão de ônus reais do imóvel em comento, para os devidos fins de direito.

Imóvel: *1/3 do Apartamento situado na Rua Pio Correia, Nº 92, Apto 602, Bloco 1, no Jardim Botânico - RJ.*

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201709204678 14/12/17 15:28:16137290 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
210
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
615
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 14/12/2017

Despacho

O autor deverá acostar aos autos a certidão do RGI. Após, analisarei o pedido de fls. 613.

Rio de Janeiro, 18/12/2017.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4G4Q.6III.LG8U.W55U**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 18/12/2017 17:47:41
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
817
Carimbado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ.

BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, nos autos da ação de execução por quantia certa proposta em face de **RENATO KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra., em atenção ao retro despacho,** vem à presença de V. Exa., por sua advogada *in fine* assinada, informar e requerer o que segue:

Tendo em vista o requerimento da penhora do imóvel realizada na petição anterior, a parte Autora junta neste ato, certidão de RGI do imóvel *"apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado."*

Desta feita requer a **penhora de 1/3 do imóvel supracitado**, que está em nome do Executado **Sérgio Pereira Parente de Souza.**

Termos em que,
P. Deferimento.
Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2017.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201709377581 22/12/17 16:27:02138306 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
212
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
629
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 08/01/2018

Decisão

Defiro a penhora de 1/3 do imóvel indicado às fls. 623 considerando que restou comprovado nos autos a titularidade do executado SERGIO PEREIRA PARENTE sobre a referida fração ideal.
Lavre-se o termo e expeça-se certidão do respectivo ato para fim de registro da penhora nos termos do artigo 844 do NCPC, para que o autor possa promover o registro do mesmo junto ao RGI competente.
Após, aguarde-se em cartório a comprovação do registro da penhora para fins de regular prosseguimento da execução.
Intime-se o executado da penhora realizada. Dê-se ciência da penhora aos co-proprietários.

Rio de Janeiro, 09/01/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **476G.GGIJ.2BCT.1VAU**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:000021698 Assinado em 09/01/2018 15:53:14
Local: TJ-RJ

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
219
Carimbado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ.

BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, nos autos da ação de execução por quantia certa proposta em face de **RENATO KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra., em atenção ao retro despacho,** vem à presença de V. Exa., por sua advogada *in fine* assinada, requerer a juntada do substabelecimento anexo.

Termos em que,
P. Deferimento.
Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2018.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201800651385 01/02/18 16:47:59138305 PROGER-VIRTUAL

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
644
636
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO PARA O REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
(Art. 247 - CNCGJ)

Processo: **0305983-40.2016.8.19.0001** Distribuído em: 27/09/2016
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Rossana Dusi Vilela - Matr. 01/21460, Titular do Cartório do 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA**, nos termos do art. 844 do CPC, para fins de registro de penhora ou de arresto, que foi lavrado o **TERMO DE PENHORA OU ARRESTO**, assinado pelo M.M. Juiz(a) Valeria Pacha Bichara, no dia 25 de janeiro de 2018 nos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda, nº 0305983-40.2016.8.19.0001, em que são partes: **José Alexandre da Silva Neto Nacionalidade Brasileira CPF: 01864105739 RG: 084095991 Emissor: IFP Endereço: Avenida Itaóca, nº 9 C - CEP: 21061-020 - Bonsucesso - Rio de Janeiro - RJ** em face de **Sergio Pereira Parente de Souza - CPF: 81051654734 - Endereço não informado**, incidindo sobre o seguinte imóvel:**1/3 DO APARTAMENTO SITUADO NA RUA PIO CORREIA, Nº92 - APTO.602 DO BLOCO 1, JARDIM BOTANICO, ESTA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, INSCRITO SOB MATRICULA Nº 51232, FICHAS 1/5** , que ficará a disposição deste Juízo para a garantia da execução da dívida no **valor de R$ (R$ 24.345,20 (VINTE E QUATRO MIL E TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS))**. Certifico ainda que o **Sr. SERGIO PEREIRA PARENTE - CPF:810.516.547-34 foi nomeado depositário do bem**. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 2018. Eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460 a subscrevo.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2018.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

EU, LUIS FELIPE GOMES GABRIEL, INSCRITO NA OAB/RJ SOB O Nº 211.837, DECLARO TER RECEBIDO A CERTIDÃO REFERENTE À PENHORA DO PRESENTE PROCESSO.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
845
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
216
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
655
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 01/03/2018

Despacho

Ante os endereços juntados em fls. 652/653, cumpra-se fls. 629.

Rio de Janeiro, 01/03/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4E29.1DF1.VEWN.P3QV**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 02/03/2018 12:36:21
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
217
Carimbado Eletronicamente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME
EMANUELA SALLES PEREIRA

MATRÍCULA
088534 01 55 2015 1 00749 067 0156864 73

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO	DIA	MES	ANO
Vinte e seis de janeiro de dois mil e quinze	26	1	2015

HORA	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO
21:21	Rio de Janeiro - RJ

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	LOCAL DE NASCIMENTO	SEXO
Rio de Janeiro - RJ	Hospital	Feminino

FILIAÇÃO
JONATHAN DA SILVA PEREIRA
ANDREZA CRUZ SALLES

AVÓS
Avós paternos: ADEMIR AURELIO TEIXEIRA e MARIA APARECIDA DA SILVA. Avós maternos: JOAQUIM SALLES e NILCIA DAS GRAÇAS CRUZ SALLES. x-x-x

GÊMEO	NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS
NÃO	x-x-x

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO	Nº DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO
Vinte e seis de janeiro de dois mil e quinze	30657610439

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Nome grafado ao pronto com acordo expresso do declarante. Declaração de maternidade na forma do artigo 137 do Consolidado Normativo da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Local de Nascimento: ESPO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES SA - Rio de Janeiro - RJ. Foi declarante JONATHAN DA SILVA PEREIRA. Registro feito no Livro A-00749, Folha 067, Termo 0156864. x-x-x

10º Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca da Capital
Euclydes Pereira Cortez
Rio de Janeiro - RJ
Rua Carolina Maia, 21 - Méier
(21) 2591-2270

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2015.

SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
218
Carimbado Eletronicamente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

10º R C P N e Tabelionato da Comarca da Capital
Natália Pontes Beltrão
Escrevente

NOME
FERNANDA SALLES PEREIRA

Número do CPF
197.894.007-64

Número do RG/DIC-RJ
329381180

MATRÍCULA
088534 01 55 2017 1 00766 035 0161932 29

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBZA-13238 QEX
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

Vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezessete.

DIA	MES	ANO
24	2	2017

HORA: 12:20

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Rio de Janeiro - RJ

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Rio de Janeiro - RJ

LOCAL DE NASCIMENTO: Hospital

SEXO: Feminino

FILIAÇÃO

JONATHAN DA SILVA PEREIRA
ANDREZA CRUZ SALLES

AVÓS

Avós paternos: ADEMIR AURELIO PEREIRA e MARIA APARECIDA DA SILVA. Avós maternos: JOAQUIM SALLES e NILDA DAS GRAÇAS CRUZ SALLES. x-x-x

GÊMEO: NÃO

NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS: X-X-X

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

Dois de março de dois mil e dezessete.

Nº DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO: 30686984139

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Nome grafado de acordo com vontade expressa do declarante. Dispensadas as testemunhas, na forma do artigo 737 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Local de Nascimento: Hospital Naval Marcílio Dias - Rio de Janeiro - RJ. Foi declarante JONATHAN DA SILVA PEREIRA. Registro feito no Livro A-00766, Folha 035, Termo 161932. x-x-x

10º Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca da Capital
Euclydes Pereira Cortez
Rio de Janeiro - RJ
Rua Carolina Meier, 31 - Meier
(21) 22812270

Isento.

10 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DA COMARCA DA CAPITAL

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Rio de Janeiro, 02 de março de 2017

SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL

Natália Pontes Beltrão
Escrevente
CTPS: 60050-147RJ

Arpen rj - AA 003487847 - P

CONTRATO DE LOCAÇÃO IMÓVEL RESIDENCIAL

ESPÓLIO DE IVETTE RODRIGUES DE PAULO, inscrito no CPF sob o nº.909.161.239-87 e **ESPÓLIO DE ARLETE TEREZINHA DOMINGUES DE MATOS,** inscrito no CPF sob o nº.876.652.127-00, neste ato representados por seus herdeiros: **ALINE DOMINGUES DE MATOS**, brasileira, divorciada, portadora da carteira de identidade nº.3.907.812 emitida pelo SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº.909.161.239-87; **AMANDA DOMINGUES DE MATOS**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº.896.526.499-53; **ANDRÉ LUIZ DOMINGUES DE MATOS**, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº 3.099.533 emitida pelo SSP/SC e inscrito no CPF sob o n.º 896.525.509-06; e **ALEXANDRE DOMINGUES DE MATOS**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº.3.276.231-3 emitida pelo SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº.910.080.269-72, na qualidade de **LOCADORES**, **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, brasileiro, solteiro, militar da Marinha do Brasil, portador da carteira de identidade n.º 222737603 emitida pelo DIC, inscrito no CPF sob o n.º 131.965.897-06, na qualidade de **LOCATÁRIO,** ambos residentes e domiciliados nesta cidade, têm justo e contratada a Locação do imóvel sito à **RUA VILELA TAVARES, Nº 355, APT. 101, LINS DE VASCONCELOS, RJ, CEP: 20725-220, nesta cidade,** a reger-se pela Lei 8.245/91 e pelas cláusulas e condições a seguir expostas:

PRIMEIRA: O prazo da presente locação é de **30 (trinta) meses**, com início em **19 de janeiro de 2018** e término em **18 de julho de 2020**. Findo tal prazo, ocorrerá à resolução deste contrato, independente de notificação, aviso ou interpelação, judicial ou extrajudicial, no termo do art. 46 da Lei 8.245/91.

SEGUNDA: O aluguel mensal do imóvel ora locado é de **R$ 800,00 (oitocentos reais)**, acrescidos de Impostos, IPTU, Taxas, cotas condominiais comuns e extraordinárias (de manutenção e conservação), luz de serviço, água e esgoto (Cedae), taxa de lixo, taxa de incêndio, Luz, gás, prêmio de seguro contrafogo, e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto do presente contrato.
Parágrafo Primeiro: O LOCATÁRIO se obriga a pagar anualmente, prêmio de seguro contra incêndio do imóvel locado, estipulado em companhia seguradora da confiança dos **LOCADORES** pelo valor justo da época.

TERCEIRA: O aluguel, juntamente dos encargos locacionais, deverão ser pagos através de boleto bancário, emitido pelo escritório da Administradora dos **LOCADORES**, ou por qualquer outra forma devidamente notificada, expressamente, vencendo-se no dia **30 (trinta)** de cada mês e podendo ser pago até o **05 (cinco)** do mês subsequente ao vencido, **entretanto, quando este for sábado, domingo ou feriado, deverá ser pago no dia útil imediatamente anterior,** cabendo ao **LOCATÁRIO** o pagamento dos dias do início da locação.
Parágrafo Primeiro: Tendo em vista que as despesas de Condomínio e de IPTU são cobradas antecipadamente ao mês a que se refere, o **LOCATÁRIO** efetuará os pagamentos das mesmas antecipadamente. Consequentemente, o mesmo efetuará o pagamento das despesas proporcionais

condominiais e IPTU do mês base de **janeiro de 2018**, vencendo-se os meses subsequentes a cada dia **05** de cada mês a que se refere, devendo, entretanto, ser pagas no escritório do procurador dos **LOCADORES**, juntamente com o recibo de aluguel.

Parágrafo Segundo: Para fins de comodidade do **LOCATÁRIO**, os pagamentos poderão ser efetuados através de boleto bancário emitido pela **F. PINHEIRO ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, na sede da Rua Hemergarda n.º 80, Méier**, ou onde e a quem indicarem, por escrito, os **LOCADORES**. É certo que sobre os boletos, ficha de compensação, será acrescentada taxa emissão/porte/banco/correio, neste ato devidamente autorizada pelo **LOCATÁRIO**, o qual assume o pagamento. Destarte, tais recibos poderão ser emitidos via **internet**, com a **senha e login**, disponibilizado ao **LOCATÁRIO** desde o segundo mês, após o cadastro.

Parágrafo Terceiro: A não recepção do boleto bancário pelo **LOCATÁRIO**, não o exime da responsabilidade em caso de mora, haja vista, tem a mesma a opção de comparecer com antecedência, na sede do escritório da administradora, requisitando a emissão de uma **2.ª via** ou emitindo-a, diretamente, **via Internet**, através de seu **login e senha pessoal**, enviada junto com o recibo do segundo mês de aluguel.

Parágrafo Quarto: O **LOCATÁRIO** fica esclarecido que os **LOCADORES**, não têm nenhuma responsabilidade e/ou obrigação com as prestações de contas, quanto às cotas do Condomínio pertinentes ao imóvel ora locado, devendo esta ser pleiteada junto ao Síndico ou subsíndico vigente, ou à administradora, sob qual presta serviços administrativos ao Condomínio do presente imóvel.

QUARTA: As partes acordam desde já, estando ou não a locação sob prazo determinado, que o reajuste do aluguel será efetuado na menor periodicidade de tempo permitida em Lei, aplicando-se como índice para atualização do aluguel do imóvel a que alude este contrato, o **IGP-M/FGV** (considerando-se apenas as variações positivas), ou outro índice editado por Órgão Oficial, sempre de acordo com legislação então vigente. Em caso de omissão da Lei quanto à periodicidade dos reajustamentos, estipula-se desde já, que os reajustamentos passarão a ser mensais.

QUINTA: Na hipótese da Locação tornar-se por prazo indeterminado, as partes se obrigam em todas as cláusulas do presente contrato até a efetiva entrega das chaves, devendo esta ser precedida de um aviso por escrito não inferior a **30 (trinta dias)**, sob pena de pagamento de multa equivalente a três meses de alugueres vigentes.

SEXTA: É facultado ao **LOCATÁRIO** rescindir este contrato, unilateralmente, à avença, desde que pague a título de multa, o equivalente a três vezes o valor do aluguel mensal, vigente na época.

SÉTIMA: O imóvel objeto do presente contrato destina-se para fim exclusivo de residência do **LOCATÁRIO** e sua família, consoante ficha proposta, sendo vedada a sublocação total ou parcial, destinação diferente da prevista, transferência ou cessão, sem consentimento expresso dos **LOCADORES**.

OITAVA: Não poderá o **LOCATÁRIO** executar obras que acarretem modificações na estrutura do imóvel locado (interno ou externamente) ou afetem sua segurança. As obras porventura realizadas pelo **LOCATÁRIO** com autorização dos **LOCADORES** ficarão definitivamente incorporadas ao imóvel, sem que ao **LOCATÁRIO** caiba o direito de pleitear indenização, ou de retenção por benfeitorias.

NONA: É expressamente proibido promover reuniões religiosas, políticas ou de outro gênero no imóvel.

DÉCIMA: O **LOCATÁRIO** declara que visitou o imóvel e reconhece que recebeu o mesmo conforme Termo Laudo de Vistoria, assinado pelas partes, sendo certo que quanto às instalações elétricas e de gás as mesmas não puderam ser testadas, em face de estar desligado o fornecimento pelas respectivas fornecedoras, fatos estes de conhecimento do ora **LOCATÁRIO** e de total concordância. Eventuais vícios ocultos deverão ser comunicados por escrito e serem reparados por quem de direito, isentando a Administradora de toda e qualquer responsabilidade.

Parágrafo Primeiro: Caso haja obras úteis e necessárias no imóvel, autorizadas pelos **LOCADORES**, em que o **LOCATÁRIO** as assumam para posterior desconto no aluguel, as mesmas serão descontadas no teto limite de 30% do aluguel mensal.

Parágrafo Segundo: Para total entendimento desta cláusula os objetos e os utensílios com denominação **NOVO (a)**, significam comprados sem nenhum uso anterior e colocados à disposição de uso atual sem nunca antes ter sido manuseado por qualquer pessoa diferente da que foi designada para sua colocação, instalação, deixando só então a disposição para satisfazer a necessidade a qual foi adquirida. Impossível assim, de haver qualquer indício de má formação estética, usual, ficando assim o objeto, isento de qualquer defeito, arranhão, fissura, fenda, mancha ou outros similares, sendo o **LOCATÁRIO** a primeira pessoa a expô-lo a uso. Os objetos e utensílios em **excelente estado, perfeito estado de conservação e uso**, diferem do termo **NOVO**, apenas por já terem sido manuseados ou utilizados por terceiros, além dos que foram destinados à sua instalação, colocação.

Parágrafo Terceiro: O **LOCATÁRIO** é sabedor, que inobstante a total veracidade da descrição do bem, explicita no Termo Laudo de Vistoria, há ainda fotos comprobatórias descrevendo o estado do imóvel, gravadas em CD-R, sendo parte integrante e inequívoca do mesmo.

Parágrafo Quarto: Fica expressamente proibida toda e qualquer perfuração nos azulejos (revestimentos) de todo e qualquer cômodo e ou área externa, devendo o **LOCATÁRIO**, somente em caso de extrema necessidade e não havendo alternativa, perfurar com broca apropriada a junta e ou o rejuntamento entre os azulejos e ou revestimentos existentes, não danificando desta forma o material existente.

Parágrafo Quinto: O **LOCATÁRIO** se obriga a entregar o imóvel, quando finda ou rescindida a locação, no estado em que o receberam, sem se abster de responsabilidades por qualquer dano ocasionado por si ou por terceiros, seja por reparo ou mau uso do imóvel, cabendo reparar a vossas próprias custas qualquer estrago feito, deixando na condição em que o imóvel foi locado, substituindo peças e aparelhos de mesma qualidade que as anteriores.

Parágrafo Sexto: Quando da entrega das chaves do imóvel, para sua respectiva rescisão, será celebrada a vistoria sobre o estado do imóvel, que deverá estar em consonância com o Termo Laudo de Vistoria inicial, cuja divergência dará aos **LOCADORES** o direito de exigir a celebração dos reparos necessários, para subsequente quitação contratual, após o devido cumprimento.

DÉCIMA-PRIMEIRA: Aos **LOCADORES** cabem o direito de sempre que achar necessário, visitar, pôr si ou pôr pessoa de seu Procurador, o imóvel objeto desta locação, a fim de constatar se o **LOCATÁRIO** está observando fielmente as obrigações assumidas, no que concerne ao estado de conservação e asseio, sendo a visita previamente marcada.

DÉCIMA–SEGUNDA: Para fins rescisórios, quando da celebração da vistoria sobre o estado de conservação do imóvel, deverá o imóvel encontrar-se totalmente vazio de pessoas e objetos, com perfeito asseio (limpo) e de acordo com a cláusula décima deste contrato de locação.

Parágrafo Primeiro: A vistoria será celebrada até o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da entrega provisória das chaves, devendo imediatamente, após o decurso do prazo, o **LOCATÁRIO** comparecer pessoalmente, ou por preposto devidamente autorizado por procuração, com firma reconhecida,

na sede da Administradora a fim de tomar ciência do resultado ou autorizar receber o laudo por email quando da entrega das chaves.
Parágrafo Segundo: Caso a segunda vistoria não seja aprovada sobre o estado do imóvel, deverá o **LOCATÁRIO** cumprir as exigências pendentes e solicitar nova diligência a Administradora. Sendo certa que, arcará com os dias de alugueres e encargos até a efetiva rescisão. Destarte, para efetivação de nova diligência de vistoria, será cobrado o valor de 40% do salário mínimo federal.
Parágrafo Terceiro: Após a aprovação do estado do imóvel, proceder-se-á a rescisão contratual, com a entrega definitiva das chaves.

DÉCIMA-TERCEIRA: A simples entrega provisória das chaves do imóvel, não suspende a responsabilidade do **LOCATÁRIO** pelo contrato de locação, transcorrendo os dias de alugueres e encargos normalmente até a efetiva rescisão, excetuando-se apenas, a título de desconto, os **05 (cinco) dias úteis** utilizadas para vistoria, caso o imóvel seja devidamente aprovado na primeira diligência.

DÉCIMA-QUARTA: SOLIDARIAMENTE RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO PRESENTE CONTRATO, firma como **FIADORA** e **PRINCIPAL PAGADORA, ANDREA CRUZ SALLES**, brasileira, advogada, portadora da carteira de identidade n.º 96250 expedida pela OAB/RJ em 13/01/2009, inscrita no CPF sob o n.º 070.530.067-60, residente e domiciliada na Praia de Botafogo, nº. 422, apt. 601, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP.22.250-040, a qual presente a este ato, declara aceitar o compromisso não só durante o prazo contratual, mas, sobretudo, até a efetiva entrega das chaves, com desocupação do imóvel e a rescisão do contrato, responsabilizando-se também, por toda e qualquer despesa que seja efetuada para a propositura de qualquer Ação Judicial, em especial de Despejo ou Cobrança de alugueres, contra o **LOCATÁRIO**, inclusive custas judiciais, multas, honorários advocatícios, bem como demais penalidades e obrigações previstas no contrato. Renuncia por outro lado e segundo declara aos benefícios facultados pelo artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

DÉCIMA-QUINTA: LOCATÁRIO E FIADORA, já devidamente qualificados, outorgam irrevogável, mútua e reciprocamente, poderes especiais para recebimento da **CITAÇÃO INICIAL, INTIMAÇÃO e NOTIFICAÇÃO**, referente a quaisquer ações intentadas pelo inadimplemento do presente contrato, de sorte que a diligência efetivada por Oficial de Justiça ou por via postal, neste ato autorizada, a qualquer um dos mencionados, abrangerá aos demais contraentes, independentemente de qualquer outra formalidade legal, ficando, por conseguinte, completo o quadro citatório.

DÉCIMA-SEXTA: Em ocorrendo a morte do **LOCATÁRIO**, a fiança subsistirá em todo o seu teor, até que haja a rescisão do contrato.

DÉCIMA-SÉTIMA: Entre as cláusulas de rescisão do presente contrato, incluem-se a de morte, falência ou interdição da **FIADORA**, ou ainda, transferência de vossos domicílios para fora desta Cidade, desde que o **LOCATÁRIO** não apresente novo Fiador, de idoneidade comprovada a Juízo dos **LOCADORES**, dentro do prazo de quinze dias. No caso de morte da **FIADORA,** a fiança subsistirá sob responsabilidade dos herdeiros ou sucessores, até a substituição dos mesmos.

DÉCIMA-OITAVA: A infração de qualquer das cláusulas do presente contrato, sujeitará a parte infratora à multa correspondente a 03(três) vezes o aluguel vigente à época da infração e sujeitará o **LOCATÁRIO** à Competente Ação de Despejo, sendo rescindida a locação, ficando desde já avençada que a multa, em caso de procedimento Judicial, será por via de Execução.

DÉCIMA-NONA: A responsabilidade da **FIADORA** é extensiva às majorações dos alugueres, taxas e tributos, ou quaisquer encargos locacionais que resultem de Lei.

VIGÉSIMA: As partes contraentes obrigam-se por si, seus herdeiros e sucessores ao fiel cumprimento do presente contrato e estabelecem sua extensão e responsabilidade até a entrega efetiva do imóvel, depois de vistoriado, com os reparos ou indenizações, caso os **LOCADORES** aceitem, os danos porventura existentes, podendo a rescisão ser celebrada pelo **LOCATÁRIO** ou **FIADORA**. Acordam ainda as partes, que a simples entrega das chaves ao término da locação, pelo **LOCATÁRIO** ou pela **FIADORA**, neste ato autorizados, não desobriga o **LOCATÁRIO** e a **FIADORA** dos alugueres, encargos, reparações e demais penalidades previstas.

VIGÉSIMA-PRIMEIRA: O **LOCATÁRIO** se obriga a respeitar as posturas Municipais, Federais, Estaduais e Condominiais, bem como a cumprir todas as exigências legais, respondendo pôr quaisquer infrações cometidas pôr si ou seus familiares, quer resultante de Lei, presente ou futura, convenção condominial, regulamento interno. Obriga-se ainda, o **LOCATÁRIO** de fazer entrega aos **LOCADORES** ou seu Procurador de qualquer correspondência recebida, especialmente Impostos, Taxas, tarifas e demais encargos, sob pena de responder pelos prejuízos decorrentes.

VIGÉSIMA-SEGUNDA: Não poderá o **LOCATÁRIO,** utilizar as áreas de acesso comum e servidão do condomínio, para depósitos, colocação de objetos de vossa propriedade, ficando obrigada a respeitar todas as posturas de conduta e Leis, presentes ou futuras, convenção condominial e regulamento interno. Prevalecendo sempre o bom senso, com a moral e os bons costumes.

VIGÉSIMA-TERCEIRA: Acordam as partes que a falta de pagamento de aluguel mensal, acrescido de encargos locacionais, até a data do vencimento, nos termos pactuados, acarretará a multa convencional de **20% (vinte por cento)** ao mês, sobre o débito e, se o atraso for superior a 30 (trinta) dias, ficará sujeito à correção monetária, juros de **1% (um por cento ao mês)**, e honorários advocatícios, na base de **20%** sobre o total, sendo a cobrança judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei vigente

VIGÉSIMA-QUARTA: É de inteiro conhecimento do **LOCATÁRIO**, que a **LIGHT e CEG**, são concessionárias as quais prestam serviços direto aos consumidores, com o que, deverão contratar os serviços diretamente aos fornecedores, responsabilizando-se pelo consumo, durante todo o prazo contratual, até a efetiva rescisão do contrato de locação, cujas os pagamentos e cancelamento do responsável são exclusivos seus.

Parágrafo Primeiro: O **LOCATÁRIO** deve apresentar no prazo 30 (trinta) dias, após o início do contrato de locação, os respectivos comprovantes da conta de luz e gás já devidamente alterado com os nomes das mesmas.

Parágrafo Segundo: Na rescisão contratual o **LOCATÁRIO** deve apresentar a última conta quitada da luz e gás e com o protocolo de encerramento da Light, a fim de que seja confirmada tal obrigação.

Parágrafo Terceiro: E quanto a Ceg não poderão encerrar ou dar baixa do gás do respectivo fornecimento, devendo tão somente excluir suas responsabilidades, cuja cobrança virá em nome do "consumidor" e se houver consumo pelo **LOCATÁRIO**, serão cobrados no boleto do aluguel ou no ato da rescisão.

VIGÉSIMA-QUINTA: O LOCATÁRIO e a FIADORA autorizam a inclusão de vossos nomes em banco de dados de proteção ao crédito (SCPC, Serasa, SPI, etc.) enquanto perdurar a existência de eventual débito decorrente da presente locação.

VIGÉSIMA-SEXTA: As partes contraentes elegem o fórum Regional do Méier, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias, resultantes deste contrato e julgar as ações pertinentes, renunciando as partes a qualquer outro, ainda que futuro privilegiado, com expressa aceitação pela **FIADORA** do Foro escolhido.

Assim sendo, estando justos e contratados, firmam e assinam o presente, em três vias de igual teor e forma, juntamente das testemunhas abaixo-assinados, a fim de que produzam os seus devidos e legais efeitos.

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2018.



P/P Danielle C da Silva
ALINE DOMINGUES DE MATOS – Locadora

P/P Danielle C da Silva
AMANDA DOMINGUES DE MATOS – Locadora

P/P Danielle C da Silva
ANDRÉ LUIZ DOMINGUES DE MATOS – Locador

P/P Danielle C da Silva
ALEXANDRE DOMINGUES DE MATOS - Locador

JONATHAN DA SILVA PEREIRA - Locatário

ANDREA CRUZ SALLES – Fiadora

Testemunha

Rosana Maria Cardozo Penido
Testemunha

Rio de Janeiro, 19 / 01 / 2018.

Declaro que recebi 09 (nove) chaves do imóvel objeto deste contrato, sendo: 02 redondas prateadas grandes; 02 redondas azuis e 01 redonda amarela pequenas; 02 estilo flor uma vermelha e outra azul, todas da marca Gold. 02 chaves quadradas com capa preta da marca Papaiz.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA - Locatário

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
225
Carimbado Eletronicamente

CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA FUTURA ENTREGA DE CHAVES

Conforme cláusula contratual assinada e aceita por Vossa Senhoria, na entrega de chaves, findo prazo contratual, ou antes, seja por que motivo se der, após comunicarem-nos com 30 dias de antecedência o imóvel locado passará por uma minuciosa e detalhada vistoria **ficando a cargo de nossa empresa, aprovar ou não o aspecto apresentado pelo imóvel.** Como lida atentamente por Vossa Senhoria, esta cláusula contratual, já e sabido que **em nenhuma e qualquer hipótese** este imóvel **será aceito para rescisão contratual** caso não esteja rigorosamente no estado como foi locado, ou ainda que, mesmo sendo executada a manutenção exigida por lei para melhor apresentação do mesmo, esse **serviço seja prestado de maneira parcial, desleixada ou por qualquer pessoa incapaz** profissionalmente para fazê-lo.

NA INTENÇÃO EM AUXILIÁ-LO A POUPAR TEMPO E VALORES ESTAMOS COLABORANDO COM ALGUMAS DICAS QUE, PRECISAMENTE, PENDERÃO AO SEU FAVOR:

1. Nunca faça serviço com profissionais desqualificados. Se um amigo se oferecer a executar um bom trabalho gratuitamente, ótimo. Mas, se o amigo não for um profissional, o barato sairá muito caro. Após a execução, o serviço certamente apresentará sinais e aspectos desagradáveis, obrigando a quem vistoriar o imóvel a não aceitá-lo como serviço pronto. Sendo assim, todo o custo que Vossa Senhoria economizará na mão de obra será usado para refazer todo o serviço. **Antes de pintar cobre de seu profissional:**

a) Tapar todo e qualquer buraco em paredes, portas, ou azulejos com massa apropriada.
b) Retirar todos os espelhos de tomadas, interruptores de luz, maçanetas de portas, globos e plafuniers.
c) Forrar todo o chão com jornais ou plásticos, isolando também vidros, azulejos, portais e tudo que não poderá ser manchado por tinta.
d) Não procurar tintas com menor valor no mercado, pois baixa qualidade **exigirá o maior número de aplicações** até que as paredes, tetos e portas fiquem em estado de aceitação.

2. Verifique se não há vazamentos ou entupimentos em pias, descargas e tanques.
3. Verifique se todas as lâmpadas estão no lugar e se toda a rede elétrica está funcionando.
4. Entregue todas as cópias das chaves.
5. **Só aceitaremos reparos de responsabilidades da locadora, se os mesmos estiverem redigidos em documento assinado e datado por ambas as partes, no período de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato formalizando como um aditamento do mesmo, entretanto, os itens relacionados quanto ao estado da pintura são inquestionáveis.**
6. Lembre-se: Qualquer funcionário de nossa empresa não estará autorizado a qualquer negociação sobre as possíveis condições do imóvel. A confirmação da quitação do imóvel só será feita em nosso escritório, 24 horas após a vistoria. **Caso a vistoria não seja aprovada, não haverá rescisão do contrato continuando o aluguel por conta de Vossa Senhoria**. Escoteiros são geralmente crianças. Mas, mesmo crianças, esses meninos tem a filosofia de deixar o acampamento mais limpo do que encontraram. Vossa Senhoria não pode ter sido um escoteiro, mas certamente é uma pessoa honrada, educada e acima de tudo, limpa. Não nos deixem passar por situações que possamos aceitar acusar, ou pensar o contrário de Vossa Senhoria.

Para honrar nossa função e remuneração a que somos pagos,
Defenderemos seus direitos até o fim, cobraremos suas obrigações até depois do fim.

Declaro estar ciente, aceito e acordado.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro, de 2019.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA - Locatário

MARINHA DO BRASIL
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA (PAPEM)
Bilhete de Pagamento

SISPAG 2

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

Mês de Pagamento
Outubro / 2017

Nome				Posto	2º Posto	Situacao
JONATHAN DA SILVA PEREIRA				CE		A
Matrícula Financeira			CPF	OC	OM	END
NIP		VR				
15163016			13196589706	65702	65702	139
Banco	Agência	Conta	PASEP	Nº Dependentes IRRF		Isento IRRF
001	4457	328X	00000000000			

Descrição	Pagamentos	Descontos	Parâmetros 1	2	N	D	Data-Término
SOLDO	2.243,00		100				
AD MILITAR	291,59		013				
AD HABILIT	358,88		016				
COMP ORG R X	224,30		010	CE			
AUX TRANSP	602,80						
DES AUX TRAN		98,69					
SEDIME-HNMD		9,48					10/17
FUSMA TIT		56,11					
IND FARDA		56,80					02/18
IMP RENDA		104,44					
Totais em R$	**3.720,57**	**325,52**	**Total Líquido**				**3.395,05**

Código de Autenticação: C5AD01D2E7658967F7F4416C155312A1 **Data: 15/01/2018 Hora: 08:48:07**

Quadro de Avisos

1) PREVISAO DE PAGAMENTO: 03/NOV/2017.
2) SOCIEDADE AMIGOS DA MARINHA - SOAMAR PRESENTE EM TODO O TERRITORIO NACIONAL CONTRIBUINDO PARA A DISSEMINACAO DA MENTALIDADE MARITIMA VISITE: WWW.SOAMAR.ORG.
3) 09 A 16 DEZ - EXERCICIO DE APRESENTACAO DA RESERVA (EXAR) 2017.

MARINHA DO BRASIL
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA (PAPEM)
Bilhete de Pagamento

SISPAD2

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
227
Carimbado Eletronicamente

Mês de Pagamento
Novembro / 2017

Nome				Posto	2º Posto	Situacao
JONATHAN DA SILVA PEREIRA				CE		A
Matrícula Financeira			CPF	OC	OM	END
NIP		VR				
15163016			13196589706	65702	65702	139
Banco	Agência	Conta	PASEP	Nº Dependentes IRRF		Isento IRRF
001	4457	328X	00000000000			

Descrição	Pagamentos	Descontos	Parâmetros 1	2	N	D	Data-Término
SOLDO	2.243,00		100				
AD MILITAR	291,59		013				
AD HABILIT	358,88		016				
COMP ORG R X	224,30		010	CE			
AD NATALINO	3.117,77						
AUX TRANSP	602,80						
ADIAN NATAL		1.446,73					
DES AUX TRAN		98,69					
FUSMA TIT		56,11					
IND FARDA		56,80					02/18
IMP RENDA 13		112,86					
IMP RENDA		104,44					
Totais em R$	**6.838,34**	**1.875,63**	**Total Líquido**				**4.962,71**

Código de Autenticação: EC055799017D47BDFB57A905A9FA012F **Data: 15/01/2018 Hora: 08:47:52**

Quadro de Avisos

1) PREVISAO DE PAGAMENTO: 04/DEZ/2017.
2) ESCOLA NAVAL - A MAIS ANTIGA INSTITUICAO DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.

MARINHA DO BRASIL
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA (PAPEM)
Bilhete de Pagamento

SISPAD2

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

Mês de Pagamento
Dezembro / 2017

Nome				Posto	2º Posto	Situacao
JONATHAN DA SILVA PEREIRA				CE		A
Matrícula Financeira			CPF	OC	OM	END
NIP	VR					
15163016			13196589706	65702	65702	139
Banco	Agência	Conta	PASEP	Nº Dependentes IRRF		Isento IRRF
001	4457	328X	00000000000			

Descrição	Pagamentos	Descontos	Parâmetros 1	2	N	D	Data-Término
SOLDO	2.243,00		100				
AD MILITAR	291,59		013				
AD HABILIT	358,88		016				
COMP ORG R X	224,30		010	CE			
AUX TRANSP	602,80						
DES AUX TRAN		98,69					
INHOS HOSNSG		22,23					12/17
FUSMA TIT		56,11					
IND FARDA		56,80					02/18
IMP RENDA		104,44					
Totais em R$	**3.720,57**	**338,27**	**Total Líquido**				**3.382,30**

Código de Autenticação: A7C76BFA9480B4F632A6F823C5BF07CE **Data: 15/01/2018 Hora: 08:47:32**

Quadro de Avisos

1) PREVISAO DE PAGAMENTO: 03/JAN/2018.
2) NHI "SIRIUS": HA 60 ANOS A ESCOLA DE HIDROGRAFIA.
3) OPERACAO VERAO 2017/2018 - DIVULGUE PARA SUA FAMILIA E AMIGOS. SEGURANCA DA NAVEGACAO: QUEM VALORIZA A VIDA, RESPEITA. SEJA TAMBEM UM ELO DESSA CORRENTE! SAIBA MAIS EM:HTTP://WWW.DPC.MAR.MIL.BR/PT-BR/COMUNICACAO-SOCIAL/OP_VERAO17_18

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
229
Carimbado Eletronicamente

KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Central de Relacionamento: Av. Treze de Maio,23 sala 429- Centro Rio de janeiro - RJ
www.kerocasacooperativa.com.br
CNPJ 10.657.514/0001-78

PROPOSTA DE ASSOCIAÇÃO Nº 14581

Sirvo-me da presente para solicitar minha associação no Quadro Social desta Cooperativa

DADOS DO PROPONENTE

ASSOCIADO: JONATHAN DA SILVA PEREIRA

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: RUA TANIA GIMENES PARRA 127

BAIRRO: IOLANDA | CIDADE: NOVA IGUAÇU | UF: RJ | CEP: 2 -

TEL. RESIDENCIAL: 2151-7847 | TEL. COMERCIAL: | CELULAR: 983302806 | IDENTIDADE: 880887-2 | ÓRGÃO EMISSOR: MARINHA

CPF: 138658970-06 | SEXO: F [X] M [ ] | NASCIMENTO: 21/08/1989 | PROFISSÃO: MILITAR

DADOS DA SUBSCRIÇÃO

CAPITAL SUBSCRITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

Capital Subscrito	Antecipação Sup. Administrativo R$	% Amortização Mensal	Amortização Total	Emissão do Carnê
350.000,00	10.500,00	0,2375 % em 421 meses	100%	2º Parcela Para 10/01/18
Parcela Líquida Mensal R$	**Sup. Administrativo Mensal R$**	**Seguro Mensal R$**	**Tarifa Bancária Mensal R$**	**Parcela Total Mensal R$**
831,35	345,70	0,00	0,00	1.177,05

Estou ciente de que as despesas com avaliação do imóvel, certidões, impostos e outros encargos atinentes à aquisição do bem correrão por minha conta, quando da liberação do capital, assim como, de que a Cooperativa só me permitirá a aquisição de imóveis com situação cartorária regular. Se as referidas despesas forem pagas pela KEROCASA, serão deduzidas do Capital Subscrito, significando nesta hipótese, na redução do valor do Capital.

Rio de Janeiro, 13 de Dezembro de 2017

202

PROPONENTE:

MADUREIRA

2ª Via - Proponente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
230
Carimbado Eletronicamente

"REGIMENTO INTERNO"
KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.

CAPÍTULO I - DAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS.

- Art. 1º - Este Regimento Interno estabelece processos e procedimentos necessários ao funcionamento e administração da KEROCASA e regula-se pelas disposições legais e decisões tomadas pelos órgãos que a compõem, de acordo com o seu Estatuto Social.

CAPÍTULO II - ADMISSÃO DE SÓCIOS.

- Art. 2º - Para associar-se, o interessado deverá ter capacidade plena e preencher a respectiva proposta de adesão fornecida pela KEROCASA, devendo providenciar os seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, Comprovante de residência (cópias recentes e legíveis).

- Art. 3º - Cabe à Diretoria decidir sobre o ingresso do candidato, examinando sua ficha cadastral, inclusive quanto à quantidade e as condições de pagamento das quotas do capital social da KEROCASA que o candidato pretenda subscrever. Tendo subscrito as quotas do capital, na forma aprovada pela Diretoria Executiva, o candidato assinará, juntamente com o representante legal da KEROCASA, o termo de adesão e a ficha de Matrícula. Cumpridas essas formalidades, o sócio admitido na KEROCASA, adquire todos os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes da Lei 5764/71, do Estatuto Social vigente, do Regimento Interno e das deliberações das Assembléias Gerais e da Diretoria Executiva. Caso o interessado seja membro de outra(s) cooperativa(s), deverá apresentar carta de referências por ela(s) expedida(s).

- Art. 4º - A KEROCASA, tem por objetivo a sociedade de pessoas que reciprocamente se obriguem a contribuir para propiciar a aquisição de lotes urbanizados, a construção e aquisição de imóveis residenciais e comerciais, urbanos ou rurais, por compra, incorporação, construção, locação, ampliação, ou outra forma legal, para uso dos seus sócios, através dos programas definidos neste Regimento Interno, Realizar empreendimentos habitacionais com recursos próprios ou obtidos em instituições do Sistema Financeiro de Habitação e outros de interesse dos cooperados, quer sejam governamentais ou privados;

- Art. 5º - O sócio receberá periodicamente informativos sobre a projeção de futuros lançamentos habitacionais, resultados de apuração e novidades do sistema cooperativista.

- Art. 6º - É vedado ao sócio utilizar-se do nome da KEROCASA para mercantilizar em benefício próprio ou de terceiros; levar qualquer cliente a se desinteressar pelos serviços da KEROCASA; falar em nome da KEROCASA, ou ainda, interferir junto aos sócios, com a finalidade de obter vantagens pessoais; denegrir a imagem da KEROCASA ou de quaisquer de seus membros.

CAPÍTULO III - DA SELEÇÃO.

- Art. 7º - Respeitadas as condições estabelecidas nas seccionais, a seleção consiste na identificação dos sócios classificados e que terão preferência para indicar a compra pela KEROCASA, quando for o caso, do imóvel de sua escolha, por preço igual ou inferior ao Capital por cada um subscrito, com as

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
231
Carimbado Eletronicamente

variações previstas no artigo 30°, para preliminar ocupação em regime de Alienação Fiduciária até integralização do Capital Subscrito.

- Art. 8° - A seleção será processada com base nos dados financeiros apurados a partir do 5º (quint dia útil subseqüente ao vencimento da cota do mês, pela Diretoria, devendo ser destinados ao process os recursos disponíveis da KEROCASA, em contas especiais, provenientes da integralização do capit de cada sócio inscrito após cumprimento do estabelecido no artigo 3° deste Regimento Interno, quanc for o caso.

- Art. 9° - A seleção será procedida por Faixa de Pontuação, segundo os critérios definidos pela Diretori Executiva, nos termos deste Regimento Interno, conforme abaixo:

Serão selecionados sócios por Faixa de Pontuação, mensalmente, observadas as seguintes Faixas, p ordem de prioridade para distribuição dos imóveis:

5ª FAIXA	4ª FAIXA	3ª FAIXA	2ª FAIXA	1ª FAIXA
10 a 19,99%	20 a 39,99%	40 a 59,99%	60 a 79,99%	80 a 100%

Parágrafo único – Em cada Faixa será disponibilizado pelo menos um imóvel, cuja seleção se dará p concurso de antecipação de prestações, sendo vencedor aquele sócio que oferecer o maior percentu do valor do Capital Subscrito, acrescido das taxas administrativas.

- Art. 10° - Ao sócio selecionado serão atribuídos recursos correspondentes ao seu Capital Subscri atualizado, conforme Art. 30º, que serão utilizados como estabelecido em sua escolha. Assim, a cad mês serão selecionados e classificados para atendimento por Faixa de Pontuação, os sócios cu somatório de Capital Subscrito esteja nos limites dos recursos apurados naquele período. A sobra do recursos disponíveis, não sendo suficiente para atendimento de mais um sócio, respeitando a ordem d seleção da 1ª a 5ª Faixa, pela totalidade do seu Capital Subscrito, será levada à conta de distribuição d mês seguinte.

Parágrafo Único - Todas as despesas com a aquisição de imóveis, tais como Imposto de Transmissã Laudêmio se for o caso, Avaliação, Escritura e respectivo registro, Inclusão Territorial ou Predial e outra que venham a ser devidas, serão de responsabilidade do sócio. Se pagas pela Cooperativa, serã deduzidas do Capital Subscrito, significando nessa hipótese, na redução do valor do Capital.

- Art. 11° - Somente poderão ser selecionados por Faixa de Pontuação, os sócios que estiverem em d com as mensalidades que integralizam seu Capital Subscrito;

Parágrafo único - Concluído o processo de seleção a cada mês, os sócios não classificados serã submetidos a novo processo de seleção no mês seguinte, observado os mesmos critérios.

- Art. 12° - O resultado da seleção por Faixa de Pontuação previsto no artigo 9º, § único, ser proclamado, listado e afixado em cópias nos lugares comumente freqüentados pelos sócios na sede d KEROCASA, suas filiais, representantes e ainda editado no site www.kerocasacooperativa.com.br partir do 5º dia da apuração mensal;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
232
Carimbado Eletronicamente

ágrafo único - Os sócios selecionados serão comunicados do resultado da classificação e solicitado comparecimento à KEROCASA, para pagamento da Oferta de Antecipação de Parcelas e análise mental do imóvel escolhido.

ÍTULO IV - DA CONTAGEM DE PONTOS (%).

rt. 13°- Respeitadas as condições estabelecidas nas Seccionais, os sócios, enquanto se ontrarem na fase anterior a seleção, contarão pontos segundo os critérios definidos abaixo:

ágrafo Primeiro – Para agilizar o ingresso nas Faixas de pontuação, o sócio poderá ofertar o saldo seu FGTS e/ou poupança própria, que na sua totalidade servirá para contagem de pontos, conforme go 14°, § primeiro.

ágrafo segundo – A "Oferta de Antecipação de Parcelas" deverá ser formalizada inicialmente no ato preenchimento da Proposta de Adesão, em formulário próprio, e, caso seja necessário, repetida até o 20 do mês em que o sócio pretenda participar da apuração, para liberação do capital subscrito.

ágrafo Terceiro – A utilização do FGTS para ofertas de antecipação, seguirá as normas da CEF ixa Econômica Federal), não podendo, em hipótese alguma, a KEROCASA intermediar a liberação ses recursos.

rt. 14°- Estarão participando da seleção mensal por Faixa de Pontuação, os sócios que tiverem mulado com a soma das mensalidades pagas e a Oferta de Antecipação de Parcelas, no mínimo o ivalente em prestações a 10% (dez por cento) do valor do Capital Subscrito escolhido, acrescidos s Taxas Contratuais.

rágrafo Primeiro - A contagem de pontos para fins de seleção é feita multiplicando-se o número de stações já pagas + a Oferta de Antecipação de Parcelas por 100 (cem) e dividindo-se o resultado o prazo escolhido para o financiamento.

emplo: Prazo escolhido 200 meses, Prestações já pagas 3, e Oferta de Antecipação de Parcelas 40. ste caso o nº. de pontos do sócio será de: 43 multiplicados por 100 e o resultado dividido por 200 = ,5 pontos, que o classificam na 4ª Faixa de Pontuação (20 a 39,99%);

rágrafo Segundo – Se houver empate na contagem de pontos, adotar-se-á o seguinte critério de sempate para liberação do imóvel naquele mês, pela ordem de prioridade a seguir:

Maior percentual atingido com a soma das mensalidades já pagas e a Oferta de Antecipação de rcelas dentro de cada Faixa de Pontuação;

Maior Oferta de Antecipação de Parcelas entre os empatados de cada Faixa de Pontuação;

Menor valor de Capital Subscrito;

Matrícula do sócio mais antigo.

arágrafo Terceiro – Numa eventual opção por compra de imóveis usados só será liberado o Capital ubscrito para compra de imóveis quitados e totalmente documentados, possibilitando assim a ienação Fiduciária junto a KEROCASA.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
233
Carimbado Eletronicamente

- Art. 15° - Os sócios selecionados em cada mês pelo processo de classificação previsto nesta seçã passarão para a fase de atendimento.

- Art. 16° - O sócio poupador que completar em parcelas mensais e/ou antecipações de mensalidades, equivalente a 40% (quarenta por cento) do Capital Subscrito, acrescido dos encargos contratua correspondentes, e em dia com suas mensalidades, num prazo não inferior a 6 (seis) meses, s selecionado automaticamente para a etapa de atendimento para liberação do imóvel;

CAPÍTULO V - DO ATENDIMENTO.

- Art. 17° - Respeitadas as condições estabelecidas nas Seccionais, a KEROCASA atribuirá, par atender aos sócios selecionados em cada mês, o valor máximo de suas disponibilidade correspondentes ao Capital Subscrito e integralizado pelos sócios.

- Art. 18° - O valor total do investimento, escolhido pelo sócio, com concordância da KEROCASA, ficar limitado ao valor máximo do capital subscrito, com as variações previstas neste Regimento Interno subordinado, porém ao valor da avaliação procedida pela KEROCASA de forma a preservar a garanti da aplicação.

Parágrafo Primeiro – Quando a avaliação do imóvel for inferior, o valor excedente servirá para abate tantas parcelas for possível, do final do plano habitacional escolhido;

Parágrafo Segundo - Se o valor do investimento escolhido for superior ao valor do capital subscrito, sócio, querendo, poderá subscrever e imediatamente integralizar a diferença.

- Art. 19° - O investimento a ser feito por escolha do sócio selecionado em nome da KEROCASA, ser dado em Alienação Fiduciária ao sócio, nas condições a seguir estabelecidas pelo restante do praz que, adicionado a quantidade de meses já decorridos a partir da admissão ao quadro de sócios, result na soma do número de meses escolhido para integralização do capital.

CAPÍTULO VI - DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.

- Art. 20° - Ao indicar o imóvel de sua livre escolha, ou aderindo a um dos empreendimento mencionados no artigo 4º, e estando o mesmo livre e desembaraçado para tanto, o sócio na posse d bem, deverá o sócio respeitar as parcelas de integralização do Capital Social, liquidando-a pontualmente, acrescidas dos encargos previstos na proposta de adesão.

- Art. 21°- O sócio será imitido no ato da posse do bem imóvel, no ato da assinatura do documento d compra e venda com a garantia da Alienação Fiduciária, seja por instrumento Público ou Particular não estará eximido, de forma alguma, das obrigações estatutárias, além d pagamento da Taxa de Suporte Administrativo contratada pela KEROCASA, bem como os Impostos Taxas e serviços relativos à ocupação do Imóvel, obrigando-se ainda a instituir um seguro total contr danos que possam vir a alcançar o bem imóvel em sua posse.

- Art. 22° - A falta de pagamento das quotas de Capital a integralizar e demais encargos implicará n eliminação do sócio, nos termos e condições previstos no artigo 31° e seus incisos, ensejando KEROCASA o direito de retomada do imóvel.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
234
Carimbado Eletronicamente

- Art. 23º - Pagas todas as parcelas de integralização do capital, com os encargos estatutários implicam, conseqüentemente, na completa integralização do Capital Subscrito.

- Art. 24° - Detentor do número de quotas integralizadas que corresponda ao Capital Subscrito e ao valor do investimento, compulsoriamente, o sócio adquirirá e a KEROCASA transferirá a propriedade do imóvel, usando como moeda de pagamento do seu preço a totalidade do capital das quotas que possuir que serão baixadas do passivo da Cooperativa, na redução do capital e conseqüentemente do ativo, na rubrica relativa ao investimento.

Parágrafo Único - Durante o período da Alienação Fiduciária, o sócio poderá, a qualquer tempo, antecipar a integralização do Capital Subscrito, adquirindo a propriedade do imóvel nos termos do "caput" deste Artigo.

CAPÍTULO VII - DOS SEGUROS.

- Art. 25° - A KEROCASA poderá contratar seguros por morte ou invalidez permanente, de crédito e obrigações contratuais do sócio, de garantia para execução e conclusão de obras, condicionando à aprovação, aceitação e inclusão na relação dos garantidos pela Seguradora, para cobertura do valor correspondente ao saldo do capital por capitalizar, cuja eventual necessidade de cobertura, terá o seu valor aplicado na finalidade prevista, pelo que, embora de encargo do sócio, responsável pelo pagamento em dia, respeitado as condições das apólices, e terão a KEROCASA como beneficiária.

Parágrafo Único - Coberto o capital a realizar pela Seguradora, a KEROCASA, transferirá ao sócio, seu beneficiário ou aos seus herdeiros ou sucessores, a propriedade do imóvel e / ou a quitação de ônus existentes.

- Art. 26° - Os imóveis da KEROCASA, em poder dos sócios, serão objeto de seguro contra danos físicos nas condições da apólice a ser contratada com Seguradora aprovada pela Diretoria da Cooperativa, cabendo ao sócio à liquidação dos prêmios respectivos, sob pena de se responsabilizar pelos danos sofridos pelo bem, mesmo que derivado de caso fortuito ou de força maior.

- Art. 27° - Em caso de resistência do sócio quanto à liquidação dos prêmios supramencionados, poderá a Cooperativa lançar os valores correspondentes nas parcelas mensais de integralização do Capital, sem restituição de qualquer espécie.

CAPÍTULO VIII - DAS SUB-ROGAÇÕES DE COTAS PARTES.

Art. 28 - Os sócios poderão sub-rogar a terceiros as suas quotas-parte, desde que em dia com os seus pagamentos e que os sub-rogados preencham as condições e demais exigências do presente Regimento Interno, observados os seguintes critérios:

- Se o sócio sub-rogado estiver sendo admitido exclusivamente para assumir o Plano do sócio sub-rogador, assume os direitos e obrigações deste, contando o tempo decorrido desde a admissão deste último, os valores das cotas integralizadas e as obrigações das quotas-parte por integralizar, podendo inclusive assumir a posição de Comodatário se o alienante estiver nessa fase de atendimento;

I - Se o sub-rogado for sócio, com outro plano em desenvolvimento, com prazos e valores definidos, acumulará as quotas-parte integralizadas que se somarão as já por ele integralizadas, podendo optar

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
235
Carimbado Eletronicamente

pelo tempo decorrido do plano sub-rogado desde a admissão desprezando-se as quotas-parte do capi a integralizar do plano sub-rogado.

Parágrafo Primeiro - As sub-rogações para terem validade perante a KEROCASA, deverão obrigatoriamente contar com a interveniência e anuência de sua administração.

Parágrafo Segundo - A KEROCASA poderá cobrar Taxa de sub-rogação de 1% do valor do capi subscrito pelos serviços prestados.

CAPÍTULO IX - DA LOCAÇÃO DA SEDE E FILIAIS

- Art. 29° - A KEROCASA poderá alocar imóveis par a estabelecimento de sua Sede e Filiais, dentro d padrões de funcionalidade e melhor conforto para seus sócios, com autonomia total por parte de s Presidente.

CAPÍTULO X - DAS ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS.

- Art. 30º - Todas as obrigações assumidas pelo sócio sofrerão atualização monetária co periodicidades legais a partir da data da sua admissão, observados os índices permitidos por norm governamentais, tais como; IPC-M (FGV), INCC-M (FGV), IPCA (IBGE), INPC (IBGE) e IGP-M (FG sendo que será utilizado o índice de menor variação no período da sua atualização. As condições ac previstas serão automaticamente adaptadas a qualquer nova norma fixada pelo governo.

CAPÍTULO XI – DA REMUNERAÇÃO DA COOPERATIVA POR QUEBRA DE CONTRATO.

- Art. 31° - Ao retirar-se o sócio da Cooperativa, por solicitação própria de cancelamento, demissã eliminação ou exclusão, o valor correspondente as suas quotas-parte integralizadas do capital fica sujeito as seguintes condições:

I. No caso de solicitação própria de cancelamento, demissão ou eliminação:

a. Se o sócio estiver na fase de integralização do capital social, antes da fase de atendimento, o sal do valor das cotas-parte do capital subscrito, não terá liquidez por parte da KEROCASA. O sóc demissionário, pela ordem cronológica de solicitação, deverá aguardar, num prazo não inferior a 9 (noventa) dias, que a KEROCASA tenha suficiência de recursos para resgatar o saldo do val das quotas. Em caso de resgate será deduzida do valor das cotas pagas, suporte administrativ seguros, tarifa bancária, taxa de adesão e uma multa rescisória equivalente a 20% (vinte por cento) sobre a soma das parcelas líquidas e o saldo restante serão devolvidas em tantas prestações mensais e sucessivas quantas as utilizadas para integralização do capital liquidado;

b. Se o sócio estiver na posse do imóvel, respeitado o Art. 21º, indenizará a KEROCASA por tal perío de ocupação, na forma elencada pelas cláusulas lançadas em tal documento.

II. Na hipótese de exclusão:

a. por morte do sócio, dar-se-á a transferência para o beneficiário apontado na proposta de adesã conforme contrato com a seguradora.

b. Por incapacidade civil, será aplicada a regra anterior, conforme o caso;

c. Por ter o sócio atingido o seu objetivo, a exclusão se dará pela perda da sua condição de sócio, an a utilização de suas quotas-parte;

Parágrafo único - O valor líquido das cotas-parte se não procurado pelos sócios, após a comunicaçã efetuada pela KEROCASA, será aplicada a Taxa de 5% (cinco por cento) a cada período de 30 (trint dias, extinguindo-se a exigibilidade quando o valor for inferior a R$ 5,00 (cinco reais).

- Art. 32°- A responsabilidade de cada sócio pela obrigação social é subsidiária e limitado ao valor d suas quotas-parte do capital. O direito do ex-associado e liquidação de seus haveres prescreve em (dois) anos, a partir da data de cessação da qualidade de sócio.

- Art. 33 - A falta de pagamento das quotas de Capital a integralizar e demais encargos implicará r eliminação do sócio, ensejando a KEROCASA o direito de retomada do imóvel, obedecidas à condições do Artigo 31 inciso I.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
236
Impresso Eletronicamente

12/2017 - BANCO DO BRASIL - 13:28:42
011271 0190
COMPROVANTE DE TED

DOCUMENTO 315.458
A DA TRANSFERENCIA 13/12/2017
ETENTE JONATHAN DA SILVA PEREIRA
ORECIDO KEROCASA - COOPERATIVA HA
J 10.657.514/0001 78
CO 104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL
NCIA 3093 PEREIRA PASSOS CONTA 00000002437
ALIDADE 010 Credito em conta
GEM DO DEBITO CONTA CORRENTE
OR 10.677,05
OR TOTAL 10.677,05

AUTENTICACAO 4.F91.E55.71F.40D.F99
IFADA CONFORME RESOLUCAO BACEN 3.919.
A NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
RE OUTRAS INFORMACOES.
HAVENDO MOTIVO PARA DEVOLUCAO E O DEBITO
DO EFETIVADO NA CONTA DO REMETENTE, O CREDI-
SERA EFETIVADO NO MESMO DIA DA TRANSFERENCIA

ORMA DE GAMENT

EXIJA O DOCUMENTO FISCAL DE Nº INDICADO NO COMPROVANTE. Nº: cielo ICADO NESTE O. TIPO.

cielo
ELO
DEBITO A VISTA
xxxxxxx xxxx 2485
VIA CLIENTE / PDV: xxxx2223
CNPJ: 06.293.210/0002-82
HOMELAR
RIO DE JANEIRO RJ
DOC=457340 13/12/17 12:09 CNL-C
VENDA A DEBITO
VALOR: 1.000,00
EXIJA O DOCUMENTO FISCAL REFERENTE A ESTE COMPROVANTE

athan da Silva Pereira

_____, CPF nº 131.965.897-06,

___ os pagamentos abaixo descriminados:

)orte Administrativo: R$ 10.500,00

nhentos reais.)

B) Valor das Mensalidades Pagas: R$ 1.177,05

(Hum mil, cento e setenta e sete reais e cinco centavos)

Total Recebido (A+B): R$ 11.677,05

(Onze mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos.)

Modo:

( ) ESPÉCIE = _____

(x) CARTÃO = 1.000,00

( ) BOLETO = _____

( ) CHEQUE = _____

(x) Transferencia = 10.677,05

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 20 17.

MADEIRA

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.
CNPJ: 10.657.514/0001-78

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
237
Conferido Eletronicamente

FORMA DE PAGAMENT


cielo
DEBITO A VISTA
VIA CLIENTE / POS=00152923
CNPJ: 08.293.210/0002-82
HOMELAR
RIO DE JANEIRO RJ
DOC=457340 13/12/17 12:09 ONL-C
VENDA A DEBITO
VALOR: 1.000,00
EXIJA O DOCUMENTO FISCAL REFERENTE A ESTE COMPROVANTE
EXIJA O DOCUMENTO FISCAL DE Nº INDICADO NESTE COMPROVANTE. Nº TIPO:

Recebemos de Jonathan Victor Silva Pereira, CPF nº 131.965.897-06, proposta nº 14581 os pagamentos abaixo descriminados:

A) Antecipação do Suporte Administrativo: R$ 10.500,00
(Dez mil e quinhentos reais.)

B) Valor das Mensalidades Pagas: R$ 1.177,05
(Hum mil, cento e setenta e sete reais e cinco centavos)

Total Recebido (A+B): R$ 11.677,05
(Onze mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos.)

Modo:

( ) ESPÉCIE = _____
(X) CARTÃO = 1.000,00
( ) BOLETO = _____
( ) CHEQUE = _____
(X) Transferencia = 10.677,05

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 20 17.

MADUREIRA

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.
CNPJ: 10.657.514/0001-78

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
238
Carimbado Eletronicamente

JT363165548BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
09/10/2017 18:43 Nova Iguacu / RJ

09/10/2017 18:43 Nova Iguacu / RJ	**Objeto entregue ao destinatário**
09/10/2017 09:59 Nova Iguacu / RJ	**Objeto saiu para entrega ao destinatário**
02/10/2017 12:00 Sao Jose / SC	**Objeto postado**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
239
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
240
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Data	**03/05/2018**
Descrição	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
241
Carimbado Eletronicamente

KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Avenida Rio Branco, nº 151 413 - CEP: 20040-006 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001 - Processo Eletrônico**
Pela presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.

Ciente que deverá comparecer à audiência de conciliação que se realizará em **12/06/2018 10:40h** podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado que colherá as provas em audiência una, proferindo sentença.
Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:

1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).

2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.

3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.

4º Por se tratar de Processo Eletrônico e não tendo a parte ré realizado o cadastro presencial, o Advogado deverá comparecer à serventia de origem do processo, a fim efetivar o referido cadastramento no Sistema. (ATO NORMATIVO TJ Nº 30, de 07/12/2009).

5º Fica a parte ré ciente de que deverá peticionar através do sistema de petição eletrônica disponível no sítio do TJ/RJ. Assim, deverão ser juntados eletronicamente, os atos constitutivos, carta de preposto e instrumentos procuratórios até o início da audiência de conciliação; e a contestação, bem como qualquer prova documental, até o início da Audiência de Instrução e Julgamento, sob pena de revelia ¿ artigo 20 da Lei 9.099/95 c/c artigo 18 da Lei 11419/2006 c/c artigo 15, §§ 1º e 4º da Resolução

nº 16/2009 c/c artigo 6º Ato Executivo TJ nº 5877/2010.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
242
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
243
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**08/05/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**03/05/2018**
Data da Devolução	**04/05/2018**
Data do Despacho	**03/05/2018**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Sim**
Data do Expediente	**08/05/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
244
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 03/05/2018

Despacho

Intime-se a Patrona que subescreveu digitalmente a inicial para que verifique junto à Autoridade Certificadora o problema constatado em sua assinatura digital, para fins de regular prosseguimento do feito. Cumpra-se no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 03/05/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4A7C.5J8X.YFUQ.5KNX**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
245
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**11/05/2018**
Data da Juntada	**04/05/2018**
Tipo de Documento	**Petição**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
246
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA., já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** vem, perante Vossa Excelência, por seus advogados abaixo assinados, requerer a juntada do substabelecimento em anexo.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2018.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS
OAB/RJ 102.520

TJRJ CAP JC07 201803060894 03/05/18 16:22:50136010 PROGER-VIRTUAL

MSA
Advogados

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
247
Carimbado Eletronicamente

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço com **reservas de poderes**, os poderes a mim outorgados, por **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, a **Dra. Gabriela Mosciaro Padua**, inscrita na OAB/RJ 172.794, nos autos do processo de Nº 0102526-13.2018.8.19.0001, para que surtam os devidos e legais efeitos.

Rio de janeiro, 03 de maio de 2018.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 20180306089403/05/18 16:22:50136010 PROGER-VIRTUAL

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 08/05/2018 e foi publicado em 10/05/2018 na(s) folha(s) 419/420 da edição: Ano 10 - n° 159 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA)Despacho: Intime-se a Patrona que subescreveu digitalmente a inicial para que verifique junto à Autoridade Certificadora o problema constatado em sua assinatura digital, para fins de regular prosseguimento do feito. Cumpra-se no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
249
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**14/05/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
250
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA., já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** vem, perante Vossa Excelência, por seus advogados abaixo assinados, em observância ao Despacho publicado no dia 10/05/2018, ratificar os termos de sua Petição Inicial e comunicar que entrou em contato com a Autoridade Certificadora e foi informado de que não há qualquer problema com sua assinatura digital.

Dessa forma, conforme orientado pelo serventuário em diligência realizada no Cartório do 7º Juizado Especial Cível da Capital, informa não haver problema com seu Certificado Digital e requer o correto prosseguimento do feito.

Termos em que,

P. Deferimento.

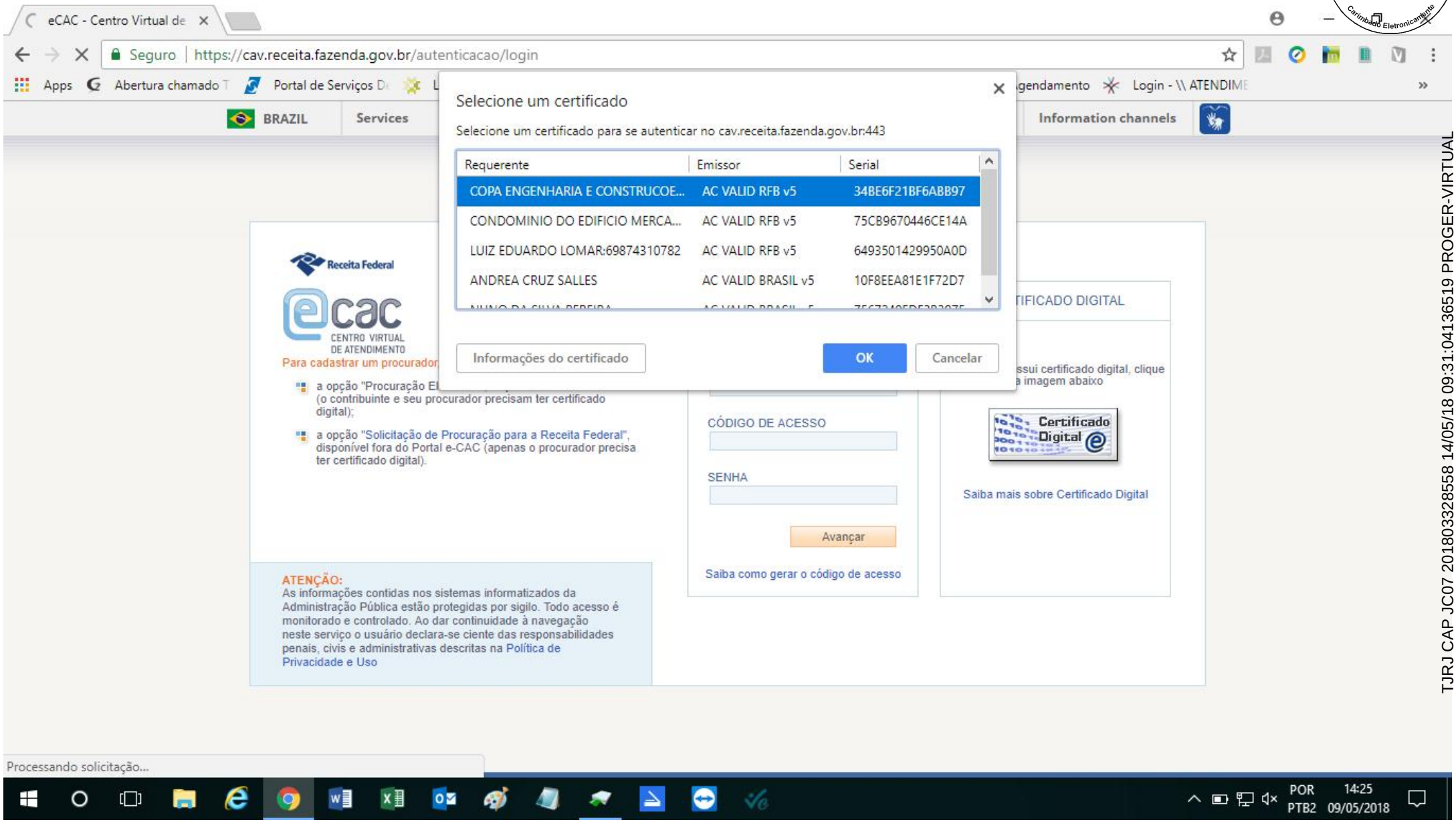
Rio de Janeiro, 11 de maio de 2018.

ANDREA SALLES

OAB/RJ 96.250

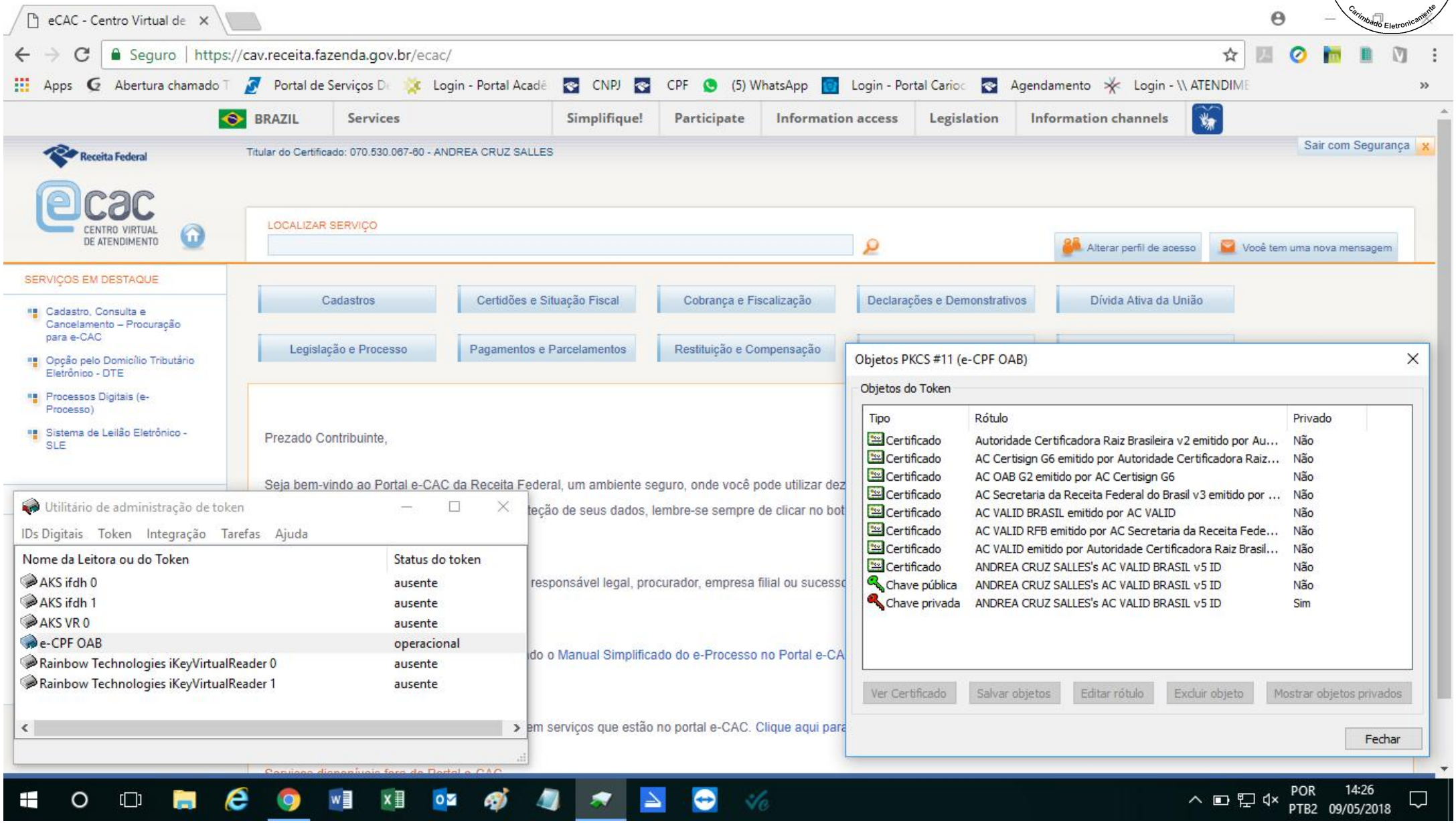
TJRJ CAP JC07 201803328558 14/05/18 09:31:04136519 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
251
Carimbado Eletronicamente

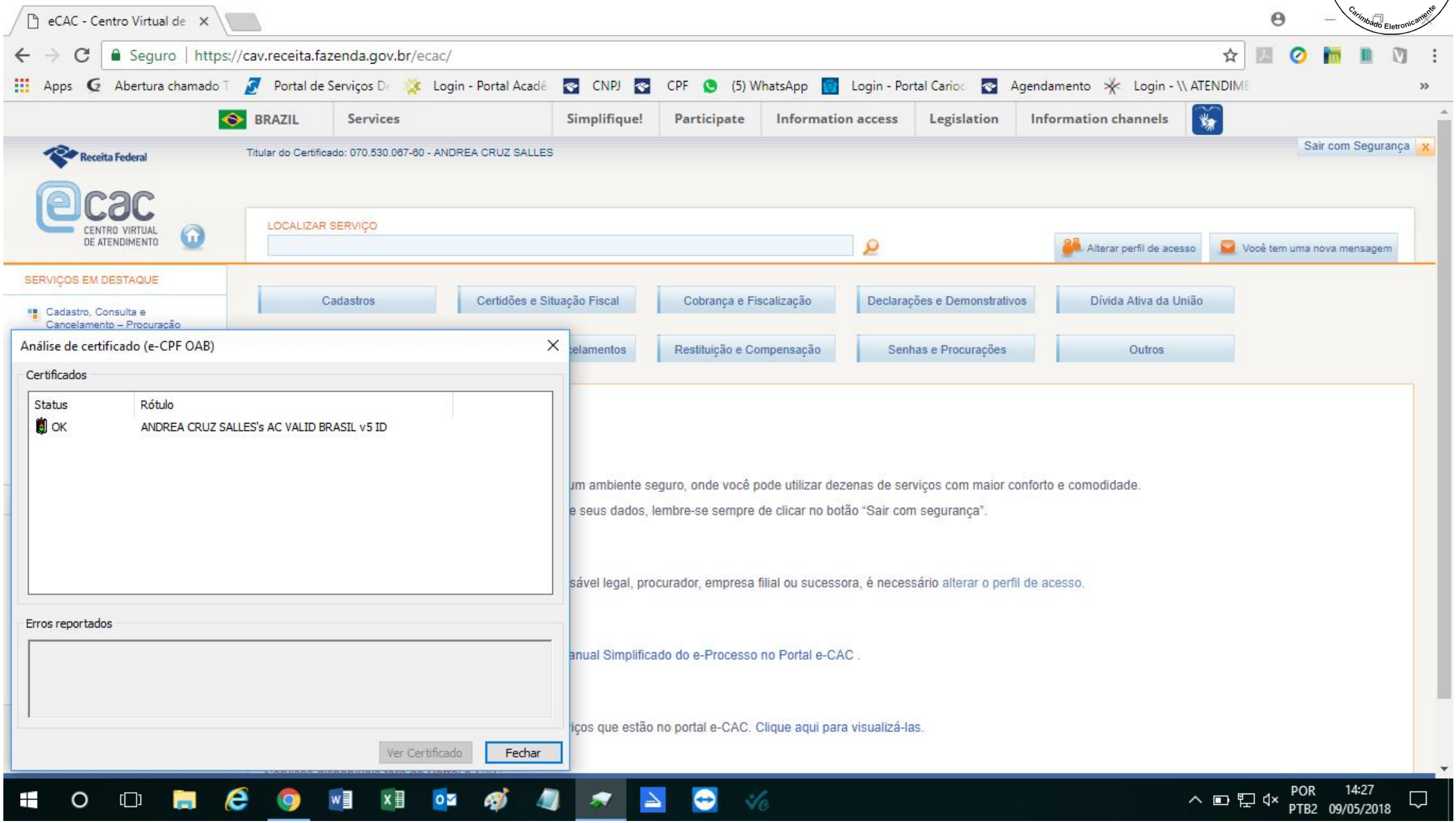


TJRJ CAP JC07 201803328558 14/05/18 09:31:04136519 PROGER-VIRTUAL

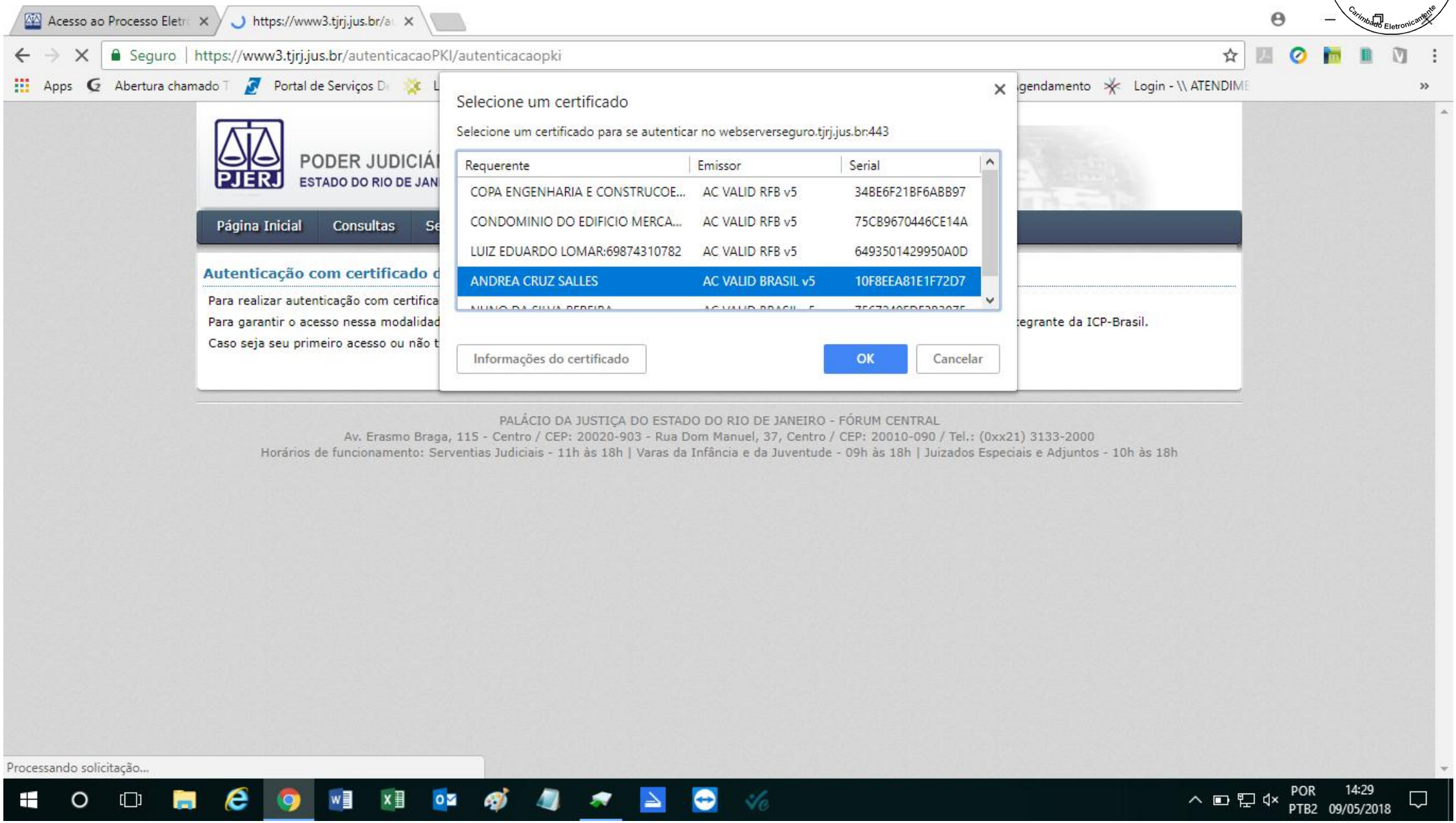
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
252
Carimbado Eletronicamente



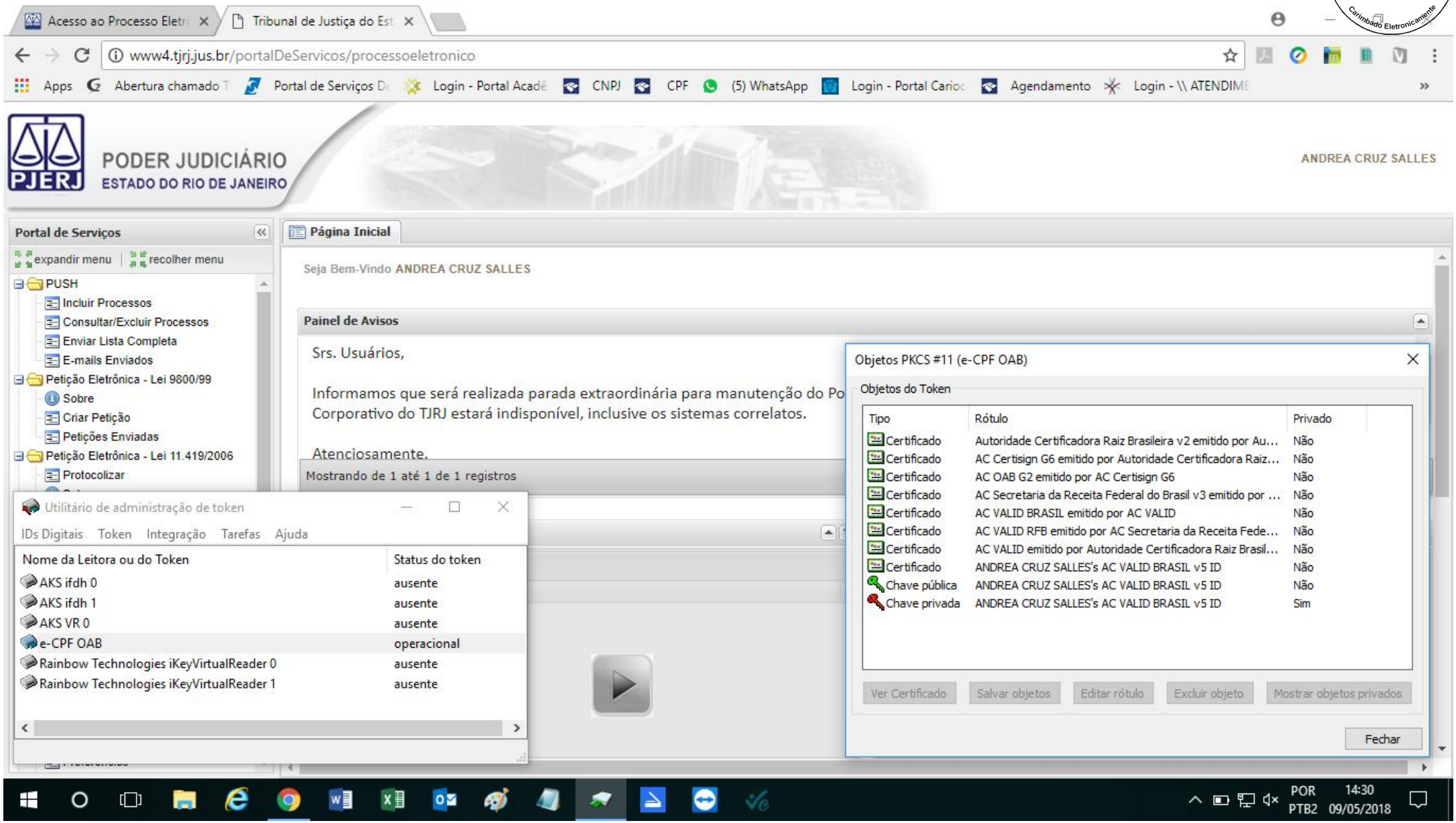
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
253
Carimbado Eletronicamente



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
254
Carimbado Eletronicamente



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
255
Carimbado Eletronicamente



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
256
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**15/05/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**14/05/2018**
Data da Devolução	**15/05/2018**
Data do Despacho	**14/05/2018**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Sim**
Data do Expediente	**15/05/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
257
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 14/05/2018

Despacho

Aguarde-se a audiência já designada.

Rio de Janeiro, 14/05/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **427E.RG9L.KIS7.4TXX**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 15/05/2018 e foi publicado em 17/05/2018 na(s) folha(s) 350/352 da edição: Ano 10 - n° 164 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDADespacho: Aguarde-se a audiência já designada.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
259
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Atualizado em	**18/05/2018**
Data da Juntada	**18/05/2018**
Situação	**Positivo**
Data da Intimação	**11/05/2018**

CORREIOS **CE** COMPROVAÇÃO DE ENTREGA
REMESSA LOCAL

DES
Nom KERCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Ende AVENTIDA Rio Branco 151, 413
CEP CEP 20.040-006 Centro Rio de Janeiro - RJ

ENDI 0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 12/06/2018 10:40
Remi
En
CE COMARCA DA CAPITAL
Cartorio do 7º Juizado Especial Civel
Erasmo Braga (Lamina I), 115 Corredor D;Sala 109
20.020-903) Castelo - Rio de Janeiro - RJ

DATA

CDD PRIMEIRO DE MARÇO
11 MAI 2018
Contrato: 9912314374
RIO DE JANEIRO/RJ

HELIO FERREIRA
Mat. 8318887-2

ASSINATURA DO RECEBEDOR DO OBJETO

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA DO OBJETO
11/05/18

7535-651-0327

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
261
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**11/06/2018**
Data da Juntada	**11/06/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
262
Carimbado Eletronicamente

EXMO SR. DR. JUIZ DO TRABALHO DO 7° JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** também já devidamente qualificado, vem através de seu advogado abaixo assinado, respeitosamente, a presença de V.Exa., requerer a juntada de Substabelecimento.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 11 de Junho de 2018.

CATARINA MAEL DE ANDRADE

OAB/RJ 141.215

TJRJ CAP JC07 201804127721 11/06/18 13:26:36137530 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
263
Carimbado Eletronicamente

Substabelecimento com reserva de poderes

Processo n° 0102526-13.2018.8.19.0001

Substabeleço os poderes a mim conferidos, nos autos do processo em questão para Dra. VANESSA ISADORA GENARO, OAB/RJ 90.829, para que surtam os devidos e legais efeitos.

Rio de Janeiro, 11 de Junho de 2018.

CATARINA MAEL

OAB/RJ 141.215

TJRJ CAP JC07 201804127721 11/06/18 13:26:36137530 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
264
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**11/06/2018**
Data da Juntada	**11/06/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente
265

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ.

PROCESSO Nº 0102526-13.2018.8.19.0001

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. Por seu advogado, infra-assinado, com endereço profissional na Avenida Rio Branco n.° 151, 4° andar, sala 414, Centro do Rio de Janeiro, CEP: 20.040.006, onde receberá notificações e intimações, e vem apresentar:

CONTESTAÇÃO

nos autos da ação pelo **rito especial** que lhe move **JONATHAN DA SILVA PEREIRA** pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

DA ALEGAÇÃO AUTORAL

A parte autora ingressou com a presente ação, posto que alega ter se associado ao sistema cooperativista, com a expectativa de compra futura de uma Unidade Habitacional, pronta ou em construção, vindo a desistir posteriormente, em razão de uma suposta falta de esclarecimento por parte do preposto da ré que lhe teria prometido a liberação do capital em curto lapso temporal, ou seja em uma semana, razão pela qual vem a esse R. Juízo pleitear a rescisão do contrato, a devolução dos valores pagos em dobro, bem como indenização pelos danos morais supostamente sofridos.

DO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIAPADA

O pedido de tutela antecipada requerido pela parte autora nos autos, não deve prosperar, pois como podemos observar não há o "3º" Réu informado na inicial e muito menos o imóvel pertence a Cooperativa Kerocasa. Se não vejamos;

TJRJ CAP JC07 201804134815 11/06/18 15:01:55135231 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
266
Carimbado Eletronicamente

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que seja arrestado o *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado*, de propriedade do 3º Réu;

Sendo assim, o Douto Juízo não deve acolher tal pedido, por falta condições necessários na ação para o consentimento do pedido de tutela antecipada.

MÉRITO

DA ALEGAÇÃO DE PUBLICIDADE ENGANOSA

É de currial sabença que toda que toda informação ou publicidade obrigatoriamente seja **"suficientemente precisa"** por força do disposto no art. 30 do CDC. Entretanto, é intuitivo que a recorrente, como cooperativa, não poderia assegurar crédito a todos aqueles que se dispusessem a fazer a entrega de um sinal e o pagamento de algumas prestações iniciais, que não se comprometeu conforme a dicção do contrato; portanto, não se pode admitir que esteja violada a norma do referido dispositivo do CDC, pois novamente esta exige que a informação ou publicidade seja **"suficientemente precisa"** por força do disposto no art. 30 do CDC. Observe que, o recorrido em nenhum momento faz prova de que a liberação do capital se daria em curto lapso temporal. **O que na verdade a despeito de crível que tenha havido falha de informação, o contrato deveria ter sido lido mais atentamente, pois nele, há informação das condições diferentes daquela sustentada pela parte autora, cabendo ao associado, em tais casos, ler, questionar, indagar e até mesmo recusar-se a celebrar o contrato em caso de dúvida; se assim não o faz, assume o risco de uma "facilidade" que destoa do ordinário, indiciando que também não agiu com a maior pureza d'alma, o que aponta para a desnecessidade de compensação por danos morais.**

Portanto, é de fácil percepção, que os fatos em que narra em sua inicial de que a preposta, tivesse prometido, liberação de capital em dois meses, não há qualquer comprovação documental ou testemunhal da promessa de curto lapso temporal, o que há em verdade, são situações criados pelo própria autor, a fim de auferir vantagem manifestamente excessiva, com intuito de enriquecimento ilícito, sem escopo na verdade.

DA SOCIEDADE COOPERATIVA

DA VALIDADE DA PROPOSTA DE ASSOCIAÇÃO CELEBRADA ENTRE AS PARTES - AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE, ILEGALIDADE NA ASSOCIAÇÃO.

O contrato celebrado entre o novo sócio cooperativado e a cooperativa é instituidor de uma relação **societária específica, caracterizada pela cooperação entre o sócio, visando a um fim comum**. Tendo a recorrida associado-se livremente aos quadros da cooperativa, ora recorrente, em

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
267
Carimbado Eletronicamente

consonância com as legislações vigentes e ajustadas dentro do espírito de livre negociação entre as partes.

Registre-se que a sua entrada aos quadros da recorrente, foi de **livre e espontânea vontade,** inexistindo qualquer vício de consentimento a maculá-los.

A liberdade de associação é plena, decorrente da liberdade individual, estando assegurada entre as garantias constitucionais dos direitos individuais (art. 5º, inciso XVII, da CF): **"art - 5º - XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar".**

Assim, entendendo que a sua associação foi de livre e espontânea vontade, entendemos o ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou, neste sentido dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil:

> **Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.**
>
> **§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.**

É certo que os contratos ***sub judice***, livremente pactuados entre as partes, são atos jurídicos perfeitos e como tais devem ser fielmente obedecidos, dentro do sagrado princípio do ***"pacta sunt servanda"***. Obedecendo aos critérios da boa-fé e da função social do contrato.

Em sua obra, Gagliano e Pamplona Filho (2006, p. 11), dão uma concepção mais moderna à clássica definição de contratos, quando incluem os princípios da função social e da boa-fé objetiva:

> **[...] entendemos que o contrato é *um negócio jurídico por meio do qual as partes declarantes, limitadas pelos princípios da função social e da boa-fé objetiva, autodisciplinam os efeitos patrimoniais que pretendem atingir, segundo a autonomia das suas próprias vontades* (grifos do autor). (GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil, volume IV: contratos, tomo 1: teoria geral. 2. ed. rev., atual., e reform. São Paulo: Saraiva, 2006)**.

Englobando os conceitos já elencados, pode-se dizer que o contrato é a manifestação de vontades entre as partes sobre o mesmo objeto, com o intuito de constituir, modificar, regular ou extinguir uma relação jurídica. Observados os princípios limitadores desta relação, terá validade o efeito jurídico desta pretensão.

Ora Nobre Julgador, diante tais conceitos o que mais podemos afirmar é que a recorrida teve a plena ciência de todo tramite cooperativista, bem como tinha plena e total ciência das características de sua proposta de associação, tanto é verossímil tal alegação da recorrente junta aos autos todos os documentos assinados pela recorrida, **em que a mesma junta contrato com suas assinaturas**. Diante desses argumentos existe alguma ofensa aos princípios basilares do código de defesa do consumidor, tais como o princípio da informação contidos nos artigos; decretos e leis a seguir!? **"art. 6, III; art. 31; Dec. 5.903, de 20-9-2006, regulamenta a Lei nº 10.962, de 11-10-2004".**

O contrato celebrado entre o novo sócio cooperativado e a cooperativa é instituidor de uma relação **societária específica, caracterizada pela cooperação entre os sócios, visando a um fim**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente
268

comum. Neste caso, não haverá a incidência do CDC por não ser estar à relação dotada de ultra-atividade que habilite a afastar as normas específicas, mormente, por tratar a presente hipótese de matéria societária.

Ressalte-se que os pagamentos feitos pelos cooperativados se destinam à formação do **fundo comum que a contestante administra**, em favor de todos os associados, e do qual provem o capital que lhes é concedido denominado "capital subscrito", no percentual atingido, para a aquisição das unidades habitacionais de livre escolha dos associados. (**doc's. 3, art. 9 e doc's. 4, cláusula 1ª**)

Destarte concluí-se que não constituem parcelas de financiamento (relação creditícia), nem prêmios (relação securitária), nem remuneração por serviços prestados (relação de consumo). Não se trata, portanto, de uma ampla oferta de serviços no mercado de consumo, mas tão somente da realização, pela sociedade, dos compromissos que firmou com seus associados. Portanto, tratando a presente hipótese, da adesão da parte autora a uma sociedade cooperativa, aplicando-se os dispositivos pertinentes do Código Civil e os da Lei Específica, a de nº 5.764/71, pelo princípio da especialidade e por determinação expressa do art. 1.093 do Novo Código Civil, em verbis.

> **Art. 1.093. A sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial.**

1. Inicialmente cumpre esclarecer, que a parte autora aderiu ao plano de Cooperativa Habitacional para aquisição de um imóvel de sua livre escolha no valor de R$ 350.000,00 em 421 meses, sob o contrato de número 14581, conforme foi indicado na Ficha de Matrícula (**doc. 1**), desde que dentro do valor do seu capital definido na Proposta de Associação (**doc's. 2**).

2. Cumpre informar, que não há em hipótese algum qualquer recusa da ré em restituir a parte autora os valores por si despendidos, tendo inclusive esta possibilidade prevista em seu regimento, Pois não desejando mais permanecer vinculado a esta cooperativa, o cooperado poderá requerer sua exclusão conforme estabelecido nas normais previstas em seu **REGIMENTO INTERNO (doc's 3 art.31),** Sendo, conclui-se que tal devolução não se aperfeiçoou, diante intransigência da parte autora que somente admite receber o valor integral sem qualquer abatimento dos encargos contratualmente ajustados no momento de sua associação.

3. Deste modo, não há um único indício de que a parte autora tenha sido alvo de propagando enganosa. Pois nenhum dos documentos juntados pelo mesmo, bem como pela contestante, contém indícios de que haveria liberação de verba 2 meses. O que temos nos autos, é a informação de que não houve por parte do preposto da ré qualquer promessa ou data para liberação do seu capital subscrito, onde consta inclusive no **REGIMENTO INTERNO (doc's 3 art. 7)** informação clara que os associados **"classificados terão preferência para indicar a compra pela KEROCASA quando for o caso, do imóvel de sua escolha, por preço igual ou inferior ao Capital por cada um subscrito..."**, a cooperativa ré se preocupando na transparência, boa fé e informação, disponibilizou ao seu associado no momento da celebração toda documentação referente ao tramite, comprovação esta que o associado em questão traz esses documentos junto a sua inicial. Contendo também esses documentos em anexo a esta peça de bloqueio, bem como disponibiliza em seu sitio na internet http://www.kerocasacooperativa.com.br/ para que tire todas dúvidas antes mesmo de se associar-se pois, nele há todas as informações necessárias para aderir ao plano cooperativista. Inclusive as informações sobre liberação do capital subscrito, estão descrito no art. 14 do mesmo **REGIMENTO INTERNO (doc's 3)**, in verbis:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Cartório Eleitoral
269

> **Art. 14 – "Estarão participando da seleção mensal por Faixa de Pontuação, os sócios que tiverem acumulado com a soma das mensalidades pagas e a oferta de Antecipação de parcelas, no mínimo, o equivalente em prestações a 10% (dez por cento) do valor do Capital Subscrito escolhido, acrescidos das Taxas Contratuais."**

4. Veja-se que no referido **TERMO DE DECLARAÇÃO** item 1, (**doc's 4**), a parte autora poderá enquadrar-se na faixa de pontuação ao qual deseja participar dependendo do valor que desejar ofertar e ao contrário do que foi afirmado pela mesma, não lhe foi prometido entrega de capital em qualquer data, mais sim que atingindo a sua faixa de pontuação pretendida, no caso da parte autora a 5ª faixa, ou seja, de 10% a 19,99% do capital subscrito, **estaria apta a concorrer com os demais associados, dentro é claro do montante arrecadado para a liberação dos capitais, respeitando o saldo disponível para liberação naquele mês.**

6. Cabe ressaltar ainda, que não obstante a ré ser regida pela lei de cooperativa (Lei 5.764/71) a mesma tem fundamentos e regimes constitucionais, conforme podemos destacar os incisos XVII, XVIII, XIX e XX, do artigo 5º e art. 146, III ¨c¨; 174 §§ 2o., 3o. e 4o. ; 187 VI da carta magna e finalmente artigo 47 §7º. da Lei das Disposições Constitucionais Transitórias.

7. Neste sentido é louvável afirmar que a relação que aqui se estabelece entre a parte autora e a cooperativa contestante é fundada em regime próprio das cooperativas sociais, fundamentada no princípio da especialidade e no art. 1.093 do Novo Código Civil/02, não se tratando de relação de consumo, pois a comunhão de esforços em relação ao mesmo objetivo. No caso específico a aquisição de casa própria. **Dessa forma, a relação do cooperado com a cooperativa e vice-versa é ato cooperativo, não havendo relação creditícia, securitária ou relação de consumo, pois todos são sócios desse negócio, portanto, não existe uma empresa ou um "empresário" visando lucro.**

8. A atividade cooperativa como já mencionado acima encontra guarida tanto no texto constitucional (onde é estimulada), quanto no novo Código Civil, além de merecer regulamentação por lei específica (Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971), sendo ainda vigente. No entanto, em face do novo ordenamento jurídico uma questão se estabeleceu quanto à exata natureza jurídica das cooperativas habitacionais no contexto das pessoas jurídicas. Com efeito, diz a Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, em seu art. 3º:

> **Art. 3° Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.**

9. Atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro; estas seriam as características das atividades das cooperativas. Sobre o tema, afirma o novo Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002):

> **Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.**

10. Segundo o novo Código Civil, conjunto mais recente de normas sobre o tema, as cooperativas devem ser tidas como sociedades simples (conforme art. 982, parágrafo único, da Lei n.º 10.406) – ou seja,

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
270
Carimbado Eletronicamente

como pessoas constituídas para o exercício de atividade econômica. Essa atividade econômica da sociedade cooperativa não deve, porém, por força de lei, ser de natureza empresarial, ou seja, não deve ter como finalidade a produção ou circulação de bens ou serviços, nem pode ter como objetivo o lucro, na forma do art. 3º da Lei das Cooperativas.

11. E por mais que Vossa Excelência entende-se que o caso em tela fosse objeto a ser abordado sob a ótica do código de defesa consumerista, estaria a referida cooperativa respeitando os direitos basilares do CDC, quais sejam, o princípio da informação em seu art. 6, III, c.c art. 30 e 31, tendo inclusive seus documentos impressos em consonância com a lei 11.785/2008, onde determinou tamanho mínimo da fonte em contrato de adesão, qual seja, de número doze, de modo a facilitar a sua compreensão pelo consumidor, alterando o art. 54, §3º do CDC. Nesse esteira, encontramos nada mais nada menos, que o acórdão da oitava câmara cível do Estado do Rio de Janeiro, através do relator **Desembargador CARLOS AZEREDO DE ARAÚJO**, cuja ementa segue, abaixo, sua íntegra anexo:

> Apelação Cível n.º 0137071-90.2010.8.19.0001.
> Apelante: GEISILANE ARAÚJO FRAZÃO.
> Apelado: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.
> Relator: DES. CARLOS AZEREDO DE ARAÚJO
>
> **APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PERDAS E DANOS. CDC. COOPERATIVA HABITACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SENTENÇA DO JUÍZO A QUO QUE ENTENDEU POR JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DA AUTORA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 37 DO CDC, TRANSPARÊNCIA E CLAREZA QUANTO A PROPAGANDA E O QUE FOI PACTUADO COM O COOPERATIVADO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. APLICAÇÃO O ENUNCIADO 75 DA SÚMULA DO TJRJ. MULTA RESCISÓRIA EM DISCREPÂNCIA COM O PRECEITUADO PELO STJ. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO ARTIGO 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.**
>
> **Acórdão de 04 de maio de 2012.**
>
> SÉTIMA CÂMARA CÍVEL
> Apelação Cível nº 0007293-03.2010.8.19.0087
> Apelante: PRISCILA DIAS BARRETO
> Apelada: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.
> Relator Desembargador Luciano Saboia Rinaldi de Carvalho
> Apelação Cível. Responsabilidade Civil.
>
> **Associação em cooperativa para a aquisição de imóvel. Condição de pagamento mínimo para liberação de capital que veio claramente estipulada no contrato, não se revelando abusiva. Dano moral inexistente. Negativa de seguimento do recurso, na forma do caput do art. 557 do CPC.**

12. Imperioso esclarecer, que tal atitude em preservar a clareza de suas informações no que tange aos meios publicitários, a ré cumpre cuidadosamente com os princípios da "boa-fé" e "transparência" e a "função social do contrato" estabelecidas, conforme art. 4, caput, III, do CDC, assegurando inclusive a dignidade da pessoa humana em seu estado de cidadania, em conformidade com o art. 1º, II, III da CRFB/1988. Logo se conclui que não são verdadeiras as articulações da parte autora.

13. No 8º item do **TERMO DE DECLARAÇÃO (doc's. 4)** fica claro que no caso de sua desistência, ocorrerá à rescisão do plano habitacional, sendo deduzido em tal ocasião, o valor inicial pago a título de Antecipação de Suporte Administrativo, taxa de administração mensal, além de cobrança da multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o saldo das parcelas liquidas; sendo certo que tais valores são vitais à própria

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
271
Carimbado Eletronicamente

manutenção da Cooperativa ré, uma vez que, por imposição legal (Lei na 5.764/71), as cooperativas não podem visar lucro no desempenho de suas atividades, constando assinatura da parte autora, onde consta ao lado da mesma, observação em negrito e sublinhado, a seguinte frase **"ATENÇÃO: NÃO ASSINE SEM LER".**

14. Para tanto, o **TERMO DE DECLARAÇÃO (doc's. 4)** que foi assinado pela parte autora no momento de sua associação a cooperativa é redigido de forma muito clara, em um português mais que coloquial, utilizando formatação padrão, e são óbvias quanto ao critério de liberação do Capital e devolução das parcelas pagas na hipótese de eventual desistência. É certo que à parte autora sabe ler e escrever demonstrando assim discernimento suficiente para entender muito bem o pacto firmado, não podendo alegar que foi induzido pelo preposto da ré a celebrar contrato com vício de vontade pelas "falsas" condições apresentadas. Fato este que novamente se Vossa Excelência entender da aplicabilidade do CDC, que é norma protecionista do hipossuficiente, veria que a empresa ré agiu com total transparência, inexistindo qualquer responsabilidade pelos danos causados, especialmente o artigo 14, parágrafo 3º, inciso I, no tocante a Responsabilidade pelo Fato do Serviço.

> **"Art. 14: O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.**
> **§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:**
> **I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;**
> **II – a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro."**

Somente os atos desconformes ao ordenamento, efetuados com desvio de conduta, devem submeter o agente á satisfação do dano causado a outrem. Nesse sentido, esclarece o **Prof. Rui Stocco**, in verbis:

> "... **Deve haver um comportamento do agente, positivo (ação) ou negativo (omissão) que, desrespeitando a ordem jurídica, cause prejuízo a outrem, pela ofensa a bem ou a direito deste."** , (in Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial, Revista dos Tribunais, pág. 41.).

DA INADMISSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

15. Conclui-se então, que os documentos juntados na peça de defesa comprovam que todas as informações passadas à parte autora foram de maneira clara e feita com seu conhecimento, tendo assim a ré prestado de maneira satisfatória todas as informações enquanto a parte autora se manteve cooperada, **razão pela qual os fatos transcritos visão somente a justificar uma desistência imotivada da demandante**. Assim, para averiguação da responsabilidade em razão da prestação de serviço defeituoso é preciso demonstrar a relação de causalidade entre o dano e o serviço prestado, o que não fora demonstrado pela parte autora, **pois no caso em tela, não deve operar a incidência do art. 6, VIII da lei 8.078/1990, e sim o art. 333, I do CPC. Pois em momento algum não há verossimilhança em seu alegado, não tendo sequer descrito a forma de como seria levado a erro, limitando-se a afirma simplesmente que ouve promessa por parte do preposto da ré, mais não descreveu a situação fática de como a situação se deu. Nessa linha, encube a parte autora os fatos constitutivos de seu direito, importando na ausência de prova.**

16. Por admitir que, em geral, o consumidor é a parte fraca no mercado de consumo, a lei inclui entre as medidas protetivas que lhe são proporcionadas a da possibilidade de inversão do ônus

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
272
Carimbado Eletronicamente

da prova, nos termos do artigo 6º., Inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, desde que verifique em concreto a verossimilhança das alegações ou a hipossuficiência, segundo as regras de experiência.

17. Por verossimilhança das alegações podemos afirmar que se trata da aparência lógica e veracidade nos fatos articulados pelo consumidor, verificável caso a caso através da valoração do conjunto de fatos e indícios que compõe a reclamação. Já a hipossuficiência pode ser verificada no caso em concreto, através de constatação da fragilidade técnica, econômica ou até mesmo cultural do consumidor, gerador de desequilíbrio no processo.

18. Tecidas tais considerações, de plano é possível observar que não há elementos nos autos que permitam concluir pela verossimilhança dos fatos articulados na inicial, tão pouco a hipossuficiência da recorrida, **ao contrário, a recorrida demonstrou nos autos ter conhecimento de todo processo cooperativista, tendo ciência de suas cláusulas, demonstrada pela sua assinatura em todo contrato a que teve vista e juntou aos autos.**

19. Ainda, cumpre esclarecer que, em se tratando de faculdade do juízo, a decretação de tal medida deverá ser valorada escorreitamente, diante do conjunto fático e argumentativo, evitando-se, com isso, a aplicação automática do instituto e o conseqüente cerceamento de defesa do requerido, conforme entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça:

> PROCESSO CIVIL E ADMININTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO. FACULDADE DO JULGADOR. CASUÍSTICA. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNSL A QUO. SÚMULA N.º 07/STJ. 1. **A inversão do ônus da prova, nas ações atinentes a direitos consumerista, como só em ser aquelas relativas ao fornecimento de energia elétrica, incumbe ao julgador, à luz da análise causística. Precedente: Resp 1085630/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 18/03/2009).** 2. [...] (Resp 1108057/RS, Min. Rel. Luiz Fux, 1ª. Turma, Data de Julgto. 10.05.2011).

20. Este é inclusive o entendimento do Tribunal do Rio de Janeiro, em relação a recorrente, como podemos observar no julgado abaixo:

> Processo nº: 0012769-47.2010.8.19.0208. [...] **É o relatório. Passo a decidir. Trata-se de ação de responsabilidade civil proposta por Heloisa Helena Brasil em face de Kerocasa ¿ Cooperativa Habitacional Ltda. em razão de suposto descumprimento do contrato. Todavia, inexiste qualquer prova neste sentido no processo, sendo certo que, in casu, tinha o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, ex vi do disposto no artigo 333, I, do Código de Processo Civil** [...]

21. Por conseguinte, requer o afastamento do pedido de decretação de inversão do ônus do probatório, tendo em vista o descumprimento dos requisitos elencados no **art. 6, VIII da lei 8.078/1990, devendo prevalecer o dispositivo do art. 333, I do CPC. Pois em momento algum não há verossimilhança em seu alegado, não tendo sequer descrito a forma de**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
273
Assinado Eletronicamente

como seria levado a erro, limitando-se a afirma simplesmente que ouve promessa por parte do preposto da recorrente, mais não descreveu a situação fática de como a situação se deu. Nessa linha, encube a recorrida provar os fatos constitutivos de seu direito, importando na ausência de prova.

22. Mas se assim Vossa Excelência não entender, é louvável trazer em tela, demonstrativo dos documentos de conhecimento da parte autora, com as suas assinaturas, conforme tabela abaixo e por determinação ao aviso 23/2008 em seu verbete 9.1.2, a parte contestante comprova em audiência todas as provas de sua excludente de qualquer ilicitude e de responsabilidade objetiva, demonstrando assim pleno conhecimento das cláusulas e procedimentos para liberação do capital por ele escolhido na hora de sua associação a cooperativa habitacional.

DOCUMENTOS JUNTADOS NA PEÇA DE BLOQUEIO	PEÇA DE BLOQUEIO
Ficha de Matrícula **-** Neste documento consta a seguinte informação: Pelo presente Termo de Admissão o abaixo assinado, supra qualificado, propõe o seu ingresso no quadro de Associados da KEROCASA, com sede nesta cidade na Avenida Rio Branco, n.° 151/403 – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF 10.657.514/0001-78 **aderindo ao Estatuto Social e Regimento Interno, cujo teor é o do seu inteiro conhecimento e lhe foi entregue cópia, a qual declara ter recebido.** O proponente declara ainda aprovar e aceitar o Estatuto Social e Regimento Interno em todos os seus termos e condições, que faz parte integrante e complementar do presente Termo, tendo sido alertado para os custos previstos no art. 6 e seus incisos, cujos valores constas nas condições da filha de matrícula acima. **O proponente declara-se ciente de que a data do seu ingresso contará do dia da aprovação pela diretoria da Kerocasa, quando será confirmado o número de Matrícula, mediante comprovação do pagamento da primeira parcela, cujo valor será devolvido se não aprovada a proposta pela cooperativa.**	**DOC. 1** **Documento assinado pela parte autora.**
Proposta de Associação - Estou ciente de que as despesas com avaliação do imóvel, certidões, impostos e outros encargos atinentes à aquisição do bem correrão por minha conta, quando da liberação do capital, assim como, de que a Cooperativa só me permitirá aquisição de imóveis com situação cartorária regular. Se as referidas despesas forem pagas pela KEROCASA, serão deduzidas do Capital Subscrito, significando nesta hipótese, na redução do valor do Capital.	**DOC 2** **Documento assinado pela parte autora.**
Regimento Interno **- art. 7** - Informa que aos sócios classificados e que terão preferência para indicar a compra pela KEROCASA, quando for o caso, do imóvel de sua escolha. **- art. 9** – consta a seleção de faixas para a liberação do capital **- art. 13, parágrafo primeiro** – consta à informação de que o associação querendo ofertar antecipação de valores para enquadramento de faixa, o mesmo poderá utilizar saldo do FGTS, ou recursos próprios. **- art. 14** – informa que somente poderá participar da seleção mensal por	**DOC 3** **Documento 1 informa que a parte autora recebeu cópia Regimento Interno no momento de sua associação**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
274
Carimbado Eletronicamente

faixa de pontuação para a liberação do capital, os sócios que tiverem com a sua mensalidade pagas somando a esta a oferta de antecipação, onde no mínimo deverá atingir o equivalente em prestações a 10% do valor do capital subscrito, por ele escolhido. **- art. 31** – da remuneração da cooperação por quebra de contrato, é equivalente ao quarto item do termo de declaração	
Termo de Declaração **- cláusula 1ª -** informação sobre as faixas de pontuação em que o associado poderá ter o seu capital liberado. **- cláusula 2ª –** informação de que a cooperativa não pode determinar data para liberação de capital para a compra de imóveis **- cláusula 4ª –** informação de que em hipótese alguma, a Kerocasa negociará imóvel com documentação irregular (posse, invasão, etc...) **- cláusula 8ª –** informação de que é uma cooperativa, portanto é vedada a mesma a auferir lucro, todavia explica o associado que seus custos operacionais estão assegurados pela retenção de 20% sobre as parcelas líquidas. *__Obs muito importante:__ Ao lado da assinatura da parte autora existe a seguinte informação. **"ATENÇÃO NÃO ASSINE SEM LER"**	**DOC 4** **Documento assinado pela parte autora.**
Posição do Associado **Contém:** **- Dados do Associado** **- Dados da Proposta** **- Dados da Classificação** - Dados do Imóvel (somente conterá informação quando o mesmo se classificar e a KEROCASA cooperativa habitacional adquirir mediante alienação fiduciária ao associado) - Dados da Venda - Mudança de Titularidade - Situação de Cobrança - Histórico de Outras Informações **- Parcelas Pendentes** - Débitos Diversos / Devolução de Cotas - Conta Corrente **- % Pago (valor correspondente a amortização).**	**DOC 6** **Todas as informações pertinentes a proposta do associado**

23. No caso a parte autora pagou até o momento de sua desistência, 01 (uma) parcela, com total amortizado de 0,2375 % do capital subscrito que corresponde ao seguinte valor conforme se comprova pela análise da posição do associado (**doc's. 5**): Valor líquido pago – R$ 831,35 **A Kerocasa é uma cooperativa, e, portanto, não tem fins lucrativos, todavia, sua existência tem custos que são pagos por cada associado, tais como: Salários, aluguéis, luz, telefones, impostos, manutenção do site, condomínios, material gráfico, correios, etc. Assim, em caso de desistência do Plano Habitacional, por qualquer motivo, o associado deverá aguardar um prazo não inferior a 90 (noventa) dias após a entrega por escrito do pedido de exclusão, para recebimento do valor devido, ciente ainda que, em hipótese alguma a Taxa de Associação e o valor referente a Suporte Administrativo Mensal serão devolvidos,**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

além da cobrança de multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o saldo das parcelas líquidas. TERMO DE DECLARAÇÃO (doc's. 4 item 8°) assinado pela parte autora ao lado da seguinte frase: "ATENÇÃO NÃO ASSINE SEM LER"

DA FLAGRANTE INEXISTÊNCIA DO ATO ILÍCITO

24. É necessário, em todo julgamento, antes de adentrar ao exame dos pressupostos da responsabilidade civil, perquirir a existência do ato ilícito. É o fato gerador da responsabilidade civil, de forma que sem ele, não existe dever de indenizar. **Os fatos Narrados pela parte autora não caracterizam dano moral. Pois, quanto muito os fatos aduzidos, geram mero dissabor. Não gerando de forma alguma abalo psicológico intenso, dor, vexame, sofrimento ou humilhação que foge a normalidade lhe causando desequilíbrio em seu bem estar.** Vide decisões devidamente atualizadas do Conselho Recursal.

TJ-RJ - Conselho Recursal - 13/04/2012 12:48:47

Turma Recursal: Primeira Turma Recursal Endereço: Av. Erasmo Braga, 115 sala 216, Lamina I, D Bairro: Castelo Cidade: Rio de Janeiro Relator: SIMONE DE ARAUJO ROLIM Processo de Origem: 0112406-73.2011.8.19.0001 Recurso(s) extraordinário(s): não há Assunto: Dano Material – Cdc Classe: Recurso Inominado Recorrente: Kerocasa Cooperativa Habitacional Ltda Advogado: Advogado(s): RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA RJ033700 - ANTONIO JOSÉ FEIJÓ DO NASCIMENTO Fase: Sessão de Julgamento Data da Sessão: 11/04/2012 13:00 Situação: Realizada Súmula: ...por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento... Ver íntegra da súmula Tipo de Súmula: Dar prov. parcial-UNAN Voto: SIMONE DE ARAUJO ROLIM Teor do voto: 1ª TURMA RECURSAL RECURSO Nº 0112406-73.2011.8.19.0001 RECORRENTE: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL RECORRIDO: JOSÉ LEITÃO VOTO Recurso Inominado da parte ré. A sentença merece parcial reforma. Os fatos narrados na inicial não caracterizam dano moral. O dano de ordem moral deve ser compreendido como dor, vexame, sofrimento ou humilhação que foge a normalidade e interfere na esfera psíquica do indivíduo lhe causando desequilíbrio efetivo em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento não tem o condão de provocar abalo moral pois que parte da vida diária de todos os indivíduos. Não se verifica lesão à direito da personalidade da parte autora. Isto posto, conheço do Recurso Inominado acima referenciado e lhe dou parcial provimento para excluir da condenação o montante referente à reparação de danos morais. Sem ônus sucumbenciais. Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2012. SIMONE DE ARAUJO ROLIM JUÍZA RELATORA

TJ-RJ - Conselho Recursal - 20/04/2012 17:50:21

Turma Recursal: Quinta Turma Recursal Endereço: Av. Erasmo Braga, 115 sala 216, Lamina I, D Bairro: Castelo Cidade: Rio de Janeiro Relator: SUZANE VIANA MACEDO Processo de Origem: 0073461-37.2010.8.19.0038 Recurso(s) extraordinário(s): não há Assunto: Dano Moral Outros – Cdc Classe: Recurso Inominado Recorrente: Kerocasa - Cooperativa Habitacional Ltda Recorrido: Antonio Candido dos Santos Filho Advogado(s): RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA RJ140544 - FABIO LUIZ TAVARES DA SILVA Fase: Sessão de Julgamento Data da Sessão: 19/04/2012 10:00 Situação: Realizada Súmula: .O<Sumula>Acordam os juízes que integram a Turma Recursal dos JECs, por unamidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento para excluir da sentença a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, pois a situação descrita nos autos se caracteriza como mero dissabor, aborrecimento quando muito, de forma alguma gerando abalo psicológico intenso, dor, vexame, sofrimento ou humilhação. Fica mantida, no mais, a D. sentença. Sem ônus sucumbenciais porque não verificada a hipótese prevista no artigo 55 caput da Lei 9099/95.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
276
Carimbado Eletronicamente

25. Veja-se que, tratando-se de responsabilidade objetiva, restringe-se a análise do fato à sua antijuridicidade, ou seja, a desconformidade do ato com os valores da ordem jurídica. **Sob essa ótica, percebe-se que, no caso em tela, a atitude do Contestante, por óbvio, não constitui ato ilícito.**

26. A parte Autora busca indenização por danos morais, em função de suposta falha decorrente do contrato de associação com a expectativa de compra futura de uma Unidade Habitacional, pronta ou em construção. Essa é a posição do **EGREGIO TRIBUNAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, que consolidou entendimento (Súmula 75) no sentido que o inadimplemento contratual é incapaz de gerar dano moral, editando, inclusive súmula, senão vejamos:

> "**Súmula 75. O simples descumprimento de dever legal ou contratual, por caracterizar mero aborrecimento, em princípio, não configura dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte**."

27. Outrossim, as Turmas Recursais do Rio de Janeiro firmaram posição (Enunciado nº. 14.4.3) que o simples inadimplemento contratual não enseja dano moral, exceto se atentar contra a dignidade da parte.

> **"Enunciado 14.4.3 - INADIMPLEMENTO CONTRATUAL - O inadimplemento contratual, por si só, não enseja o dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte".**

28. Tanto é que esses relatos acima são entendimentos atualizados já sedimentados dentro da turma recursal no que tange a abordagem dos sistemas cooperativistas, que trazemos algumas dessas para ilustrar nossos argumentos:

> Nessa esteira, a turma recursal entende da seguinte forma abaixo:
>
> **Julgado em 20 de setembro de 2012.**
>
> PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO QUINTA TURMA RECURSAL CÍVEL Recurso nº.: 0019179-92.2012.8.19.0001 Recorrente: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL Recorrida: ANA PAULA RODRIGUES NASCIMENTO VOTO Relação de consumo. Cooperativa de crédito habitacional. Associação para aquisição de casa própria. Alegação de propaganda enganosa. Desistência do negócio. Negativa de devolução integral do valor pago. Multa contratual abusiva. Dano moral não configurado. A autora afirma que em 09/01/2012 associou-se à cooperativa-ré para aquisição de casa própria, proposta de nº. 5119 (fls. 12), pagando o valor de R$ 2.467,83 (fls. 11), sob a promessa de que o valor da compra (R$65.000,00) seria depositado em sua conta corrente, o que não ocorreu. Sentindo-se vítima de propaganda enganosa, solicitou a rescisão contratual do negócio com a restituição do valor pago, o que lhe foi negado pela ré. Pleito de restituição do valor de R$ 2.467,83 e de indenização por danos morais. A sentença recorrida julgou procedentes os pedidos, para declarar rescindido o contrato entre as partes, condenar a ré ao pagamento de R$2.467,83 a título de danos materiais e de R$ 2.500,00 por danos morais (fls. 95-96). Recorre a ré pugnando pela improcedência dos pedidos (fls. 97-119). Ouso discordar da ilustre sentenciante. A proposta de associação de fls. 12, devidamente assinada pela autora, evidencia que esta livremente aderiu ao plano de cooperativa habitacional para aquisição de imóvel subscrevendo capital de R$ 65.000,00 a ser pago em 150 meses (fls. 12). Consta da cláusula 1ª do Termo de Declaração de fls. 13, também firmado pela autora, que o associado para ter direito a participar da apuração mensal com intenção de liberar o valor para compra futura do imóvel, deve ter pagado, no mínimo, o equivalente a 10% do capital subscrito, ingressando na 5ª faixa de pontuação. As cláusulas 7ª e 14ª do Regimento Interno anexado pela autora repetem as mesmas informações (fls. 15-16). Na hipótese, a autora só pagou a taxa de adesão e as duas primeiras mensalidades, num total de R$ 2.467,83 (fls. 11), equivalente a 0,6666% do capital subscrito (fls. 12). Em audiência de instrução e julgamento, foi anexado o CD relativo à contratação e liberação do imóvel, cuja transcrição do conteúdo encontra-se a fls. 21. A prova dos autos evidencia que os documentos assinados pela autora foram redigidos de forma clara e sem linguagem dúbia. **Forçoso concluir-se que a autora ao firmar o contrato estava plenamente ciente de que não era**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Documento Eletrônico
277

possível determinar-se data exata para liberação do capital, ao contrário do que afirmou na inicial. Considerando que o pagamento efetuado pela autora não atingiu o percentual mínimo fixado no referido termo e tendo em vista a clareza da redação das cláusulas contratuais relativas às condições para a obtenção do crédito, entendo que não restou demonstrada a alegada propaganda enganosa. Não há sequer falar em descumprimento contratual ou em violação ao dever de informar por parte da ré. **De igual modo, não veio aos autos prova mínima de que a autora tenha sido destratada ou humilhada por prepostos da ré, ônus que lhe incumbia (art. 333, I, do CPC). A hipótese trata de simples desistência, ou seja, de desinteresse da cooperada em se manter vinculada à ré pelo contrato de financiamento habitacional.** Nada há nos autos a indicar lesão a bem integrante da personalidade. Dano moral que, no caso, não decorre in re ipsa e dependia de demonstração, que inexistiu. Improcedência do pedido de indenização por danos imateriais que se impõe. É fato incontroverso que a autora desistiu do contrato, o que foi comunicado à recorrente. Quanto a danos materiais, entendo ser impossível a restituição do valor pago a título de taxa de associação, R$1.950,00 (fls. 12), pois a cláusula 8ª do termo de declaração, redigida em negrito, é clara ao estabelecer que tal valor em hipótese alguma será restituído ao associado. Contudo, entendo que não há falar em aplicação da multa rescisória de 20% que, no caso, se mostra abusiva, por colocar o consumidor em extrema desvantagem, em flagrante violação ao art. 51, IV, do CDC. A autora comprovou o pagamento R$ 2.467,83 (fls. 11), dos quais R$ 1.950,00 se referem à taxa de associação/suporte administrativo (fls. 12). Assim, faz jus à restituição do valor de R$ 517,83, referentes às duas mensalidades pagas. Ante o exposto, conheço do recurso interposto pelo réu e lhe dou parcial provimento para julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais e determinar que a ré restitua à autora o valor de R$ 517,83, corrigido monetariamente desde o desembolso e acrescido de juros legais de 1% ao mês desde a citação. Mantida no mais a sentença, tal como lançada. Sem ônus sucumbenciais, por se tratar de recurso com êxito. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2012. Marcia de Andrade Pumar Juíza Relatora

Julgado em 19 de abril de 2012.

Recurso nº.: 0021426-56.2011.8.19.0203 Recorrente: Kerocasa Cooperativa Habitacional Ltda. Recorrida: Fabiana Silva Martins VOTO Relação de consumo. Cooperativa de crédito habitacional. Associação para aquisição de casa própria. Alegação de propaganda enganosa. Desistência do negócio. Negativa de devolução integral do valor pago. Multa contratual abusiva. Dano moral não configurado. A autora afirma que em 21/02/2011 associou-se à cooperativa-ré para aquisição de casa própria, pagando o valor de R$ 2.425,50, relativo à taxa de associação e primeira e segunda mensalidades, sob a promessa de que a carta de crédito ser-lhe-ia entregue, o que não ocorreu. Sentindo-se vítima de propaganda enganosa, solicitou a rescisão contratual do negócio com a restituição do valor pago, o que lhe foi negado pela ré. Pleito de restituição do valor de R$ 2.425,50 e de indenização por danos morais. A sentença recorrida julgou procedentes os pedidos, para declarar rescindido o contrato entre as partes, condenar a ré ao pagamento de R$2.425,50 a título de danos materiais e de R$ 3.000,00 por danos morais (fls. 93-94). Recorre a ré pugnando pela improcedência dos pedidos. Ouso discordar da ilustre sentenciante. A proposta de associação de fls. 09, devidamente assinada pela autora, evidencia que esta livremente aderiu ao plano de cooperativa habitacional para aquisição de imóvel subscrevendo capital de R$ 45.000,00 a ser pago em 150 meses (fls. 09). Consta da cláusula 1ª do Termo de Declaração de fls. 09V, também firmado pela autora, que o associado para ter direito a participar da apuração mensal com intenção de liberar o valor para compra futura do imóvel, deve ter pago, no mínimo, o equivalente a 10% do capital subscrito, ingressando na 5ª faixa de pontuação. As cláusulas 7ª e 14ª do Regimento Interno anexado pela autora repetem as mesmas informações (fls. 14-16). Na hipótese, a autora só pagou ataxa de adesão e as duas primeiras mensalidades, num total de R$ 2.067,00 (fls. 10-11), equivalente a 0,6666% do capital subscrito (fls. 09). Em audiência de instrução e julgamento, foi anexado o CD relativo à contratação e liberação do imóvel, cuja transcrição do conteúdo encontra-se a fls. 49. A prova dos autos evidencia que os documentos assinados pela autora foram redigidos de forma clara e sem linguagem dúbia. Forçoso concluir-se que a autora ao firmar o contrato estava plenamente ciente de que não era possível determinar-se data exata para liberação do capital, ao contrário do que afirmou na inicial. Considerando que o pagamento efetuado pela autora não atingiu o percentual mínimo fixado no referido termo e tendo em vista a clareza da redação das cláusulas contratuais relativas às condições para a obtenção do crédito, entendo que não restou demonstrada a alegada propaganda enganosa. Não há sequer falar em descumprimento contratual ou em violação ao dever de informar por parte da ré. De igual modo, não veio aos autos prova mínima de que a autora tenha sido destratada ou humilhada por prepostos da ré, ônus que lhe incumbia (art. 333, I, do CPC). **A hipótese trata de simples desistência, ou seja, de desinteresse da cooperada em se manter vinculada à ré pelo contrato de financiamento habitacional. Nada há nos autos a indicar lesão a bem integrante da personalidade. Dano moral que, no caso, não decorre in re ipsa e dependia de demonstração que inexistiu. Improcedência do pedido de indenização por danos**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
278
Carimbado Eletronicamente

imateriais que se impõe. É fato incontroverso que a autora desistiu do contrato, o que foi comunicado à recorrente. Quanto a danos materiais, entendo ser impossível a restituição do valor pago a título de taxa de associação, R$1.350,00 (fls. 11 pois a cláusula 8ª do termo de declaração, redigida em negrito, é clara ao estabelecer que tal valor em hipótese alguma será restituído ao associado. Contudo, entendo que não há falar em aplicação da multa rescisória de 20% que, no caso, se mostra abusiva (art. 51 do CDC), por colocar o consumidor em extrema desvantagem. A autora comprovou o pagamento R$ 2.067,00 (fls. 10-11), dos quais R$ 1.350,00 se referem à taxa de associação/suporte administrativo (fls. 09). Assim, faz jus à restituição do valor de R$ 717,00, referentes a duas mensalidades. Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso interposto pela ré para julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais e determinar que a ré restitua à autora o valor de R$ 717,00, corrigido monetariamente desde o desembolso e acrescido de juros legais de 1% ao mês desde a citação. Mantida no mais a sentença, tal como lançada. Sem ônus sucumbenciais, por se tratar de recurso com êxito. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2012. Marcia de Andrade Pumar Juíza Relatora.

Julgado em 11 de abril de 2012.

Processo nº 0112406-73.2011.8.19.0001 1ª TURMA RECURSAL RECURSO Nº 0112406-73.2011.8.19.0001 RECORRENTE: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL RECORRIDO: JOSÉ LEITÃO VOTO Recurso Inominado da parte ré. A sentença merece parcial reforma. **Os fatos narrados na inicial não caracterizam dano moral. O dano de ordem moral deve ser compreendido como dor, vexame, sofrimento ou humilhação que foge a normalidade e interfere na esfera psíquica do indivíduo lhe causando desequilíbrio efetivo em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento não tem o condão de provocar abalo moral pois que parte da vida diária de todos os indivíduos. Não se verifica lesão à direito da personalidade da parte autora.** Isto posto, conheço do Recurso Inominado acima referenciado e lhe dou parcial provimento para excluir da condenação o montante referente à reparação de danos morais. Sem ônus sucumbenciais. Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2012. SIMONE DE ARAUJO ROLIM JUÍZA RELATORA

Julgado em 15 de março de 2012.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO QUINTA TURMA RECURSAL CÍVEL Recurso nº.: 0130531-75.2011.8.19.0038 Recorrente: CASA PRÓPRIA COOPERATIVA HABITACIONAL Recorrida: NATALIA ROMANA DE SOUZA MANHÃES VOTO Relação de consumo. Cooperativa de crédito habitacional. Adesão à associação para aquisição de casa própria. Alegação de propaganda enganosa. Desistência de manter-se associado. Negativa de devolução integral do valor pago. Multa contratual. Dano moral não configurado. A sentença recorrida julgou procedente em parte o pedido para condenar as rés, solidariamente, a restituírem à autora o valor de R$1.050,00 e ao pagamento de R$ 2.500,00, a título de danos morais (fls.67-68). Recorre o 1º réu, Casa Própria Cooperativa, pugnando pela reforma in totum da sentença, ao argumento de que não houve recusa na devolução de valores, tendo ocorrido a negativa da autora em receber valores com desconto de multa contratualmente prevista (fls. 68-71). Sentença que merece parcial reforma. Verifico que a autora teve ciência das cláusulas contratuais, quando da assinatura do contrato (fls. 36-38). A Carta de Participação e o questionário de boas vindas foram por ela assinados, evidenciando sua livre adesão ao plano de cooperativa habitacional para aquisição de imóvel. Consta do "Questionário de Boas Vindas" que o associado teria direito a participar da seleção para liberar do capital para compra futura do imóvel, somente a partir da 5ª faixa de pontuação. Na hipótese, a autora só pagou a taxa de adesão e a primeira mensalidade, totalizando R$ 2.657,05. A prova dos autos evidencia que os documentos assinados por ela foram redigidos de forma clara e direta, sem linguagem dúbia, inexistindo prova mínima de que a autora tenha sido informada acerca da liberação do montante de R$70.000,00 no terceiro mês de adesão, ônus que lhe cabia (art. 333, I, do CPC). Assim, não restou demonstrada a alegada propaganda enganosa. A hipótese trata de simples desistência, ou seja, desinteresse da cooperada em se manter vinculada à ré pelo contrato de financiamento habitacional. Nada há nos autos a indicar lesão a bem integrante da personalidade. Dano moral que, no caso, não decorre in re ipsa e dependia de demonstração que inexistiu. Improcedência do pedido de indenização por danos imateriais que se impõe, em relação às duas, ante a solidariedade. Incontroverso que a autora desistiu do contrato, o que foi comunicado à recorrente. Quanto a danos materiais, entendo impossível a restituição do valor pago a título de taxa de associação, R$ 507,05 (fls. 09 e 21 in fine), pois a autora preencheu questionário em que teve ciência inequívoca da retenção de tal valor em caso de distrato, inexistindo abusividade na estipulação, posto que a recorrente teve custos administrativos. Assim, afasto do dispositivo da sentença a condenação da recorrente à restituição do valor de R$ 507,05. Quanto à multa rescisória de 20%, na hipótese, as rés não demonstraram de modo inequívoco que a autora teve ciência da cláusula contratual expressa, não tendo anexado aos autos contrato ou outro documento equivalente assinado pela autora, a fim de comprovar sua

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
279
Carimbado Eletronicamente

anuência. Note-se que o "Termo de Declaração" de fls. 23, não foi assinado e não serve como prova de ciência inequívoca. Destaco que a simples resposta a perguntas de um questionário não equivale à cláusula contratual expressa. Ademais, ainda que tal cláusula existisse, ela seria abusiva e nula de pleno direito (art. 51 do CDC), por colocar o consumidor em extrema desvantagem. Permanece, portanto, a condenação da 2ª ré, na restituição do valor de R$ 1.050,00 (fls. 21). **Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso interposto pela 1ª ré para julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais em face das duas rés, e o de restituição do valor de R$ 507,05, mantida a sentença somente no que tange à condenação da 2ª ré ao pagamento de R$ 1.050,00. Sem ônus sucumbenciais, por se tratar de recurso com êxito. Rio de Janeiro, 15 de março de 2012. Marcia de Andrade Pumar Juíza Relatora.**

Julgado em 12 de janeiro de 2012.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO QUINTA TURMA RECURSAL CÍVEL Recurso nº 0286197-83.2011.8.19.0001 Recorrente: Kerocasa Cooperativa Habitacional Ltda Recorrida: Cláudia Rosa da Silva VOTO Relação de consumo. Cooperativa de crédito habitacional. Associação para aquisição de casa própria. Alegação de propaganda enganosa. Desistência do negócio. Negativa de devolução integral do valor pago. Multa contratual abusiva. Dano moral não configurado. A autora afirma que em 07/06/2011 se associou à cooperativa-ré para aquisição de casa própria, pagando o valor de R$ 2.278,00, relativo à taxa de associação e primeira mensalidade, sob a promessa de que o imóvel lhe seria entregue até o dia 10/07/2011, o que não ocorreu. Sentindo-se vítima de propaganda enganosa, solicitou o cancelamento do negócio com a restituição do valor pago, o que lhe foi negado ao argumento de que só teria direito à restituição da quantia de R$ 320,00, conformeprevisão contratual. Pleito de restituição do valor de R$ 2.278,00 e de indenização por danos morais. A sentença recorrida julgou procedente em parte o pedido para condenar a ré ao pagamento de R$2.278,00 a título de danos materiais e de R$ 2.000,00 por danos morais (fls. 109-111). Recorre a ré pugnando pela improcedência dos pedidos. Ouso discordar da ilustre sentenciante. A proposta de associação de fls. 15, devidamente assinada pela autora, evidencia que esta livremente aderiu ao plano de cooperativa habitacional para aquisição de imóvel subscrevendo capital de R$ 60.000,00 a ser pago em 150 meses (fls. 15). Consta da cláusula 1ª do Termo de Declaração de fls. 16, também firmado pela autora, que o associado para ter direito a participar da apuração mensal com intenção de liberar o valor para compra futura do imóvel, deve ter pagado, no mínimo, o equivalente a 10% do capital subscrito, ingressando na 5ª faixa de pontuação. As cláusulas 7ª e 14ª do Regimento Interno anexado pela autora repetem as mesmas informações (fls. 17 e 19). Na hipótese, a autora só pagou a taxa de adesão e a primeira mensalidade, num total R$ 2.278,00, equivalente a 0,6667% do capital subscrito (fls. 13-14). Em audiência de instrução e julgamento foi ouvido um CD relativo à contratação e liberação do imóvel, tendo a autora expressamente reconhecido como sua a voz da gravação (fls. 43), cujo conteúdo se encontra transcrito a fls. 72. A prova dos autos evidencia que os documentos assinados pela autora foram redigidos de forma clara e sem linguagem dúbia. Forçoso concluir-se que a autora ao firmar o contrato estava plenamente ciente de que não era possível determinar-se data exata para liberação do capital, ao contrário do que afirmou na inicial. Considerando que o pagamento efetuado pela autora não atingiu o percentual mínimo fixado no referido termo e tendo em vista a clareza da redação das cláusulas contratuais relativas às condições para a obtenção do crédito, entendo que não restou demonstrada a alegada propaganda enganosa. Não há sequer falar em descumprimento contratual ou em violação ao dever de informar por parte da ré. De igual modo, não veio aos autos prova mínima de que a autora tenha sido destratada ou humilhada por prepostos da ré, ônus que lhe incumbia (art. 333, I, do CPC). A hipótese trata de simples desistência, ou seja, de desinteresse da cooperada em se manter vinculada à ré pelo contrato de financiamento habitacional. Nada há nos autos a indicar lesão a bem integrante da personalidade. Dano moral que, no caso, não decorre in re ipsa e dependia de demonstração que inexistiu. Improcedência do pedido de indenização por danos imateriais que se impõe. É fato incontroverso que a autora desistiu do contrato, o que foi comunicado à recorrente. Quanto a danos materiais, entendo ser impossível a restituição do valor pago a título de taxa de associação, pois a cláusula 8ª do termo de declaração, redigida em negrito, é clara ao estabelecer que tal valor em hipótese alguma será restituído ao associado. Contudo, entendo que não há falar em aplicação da multa rescisória de 20% que, no caso, se mostra abusiva (art. 51 do CDC), por colocar o consumidor em extrema desvantagem. A autora pagou o valor total de R$ 2.278,00, dos quais R$ 1.800,00 se referem à taxa de associação (fls. 15). Assim, faz jus à restituição do valor de R$ 478,00. Ante o exposto, dou parcial provimento ao

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo Eletrônico
280

recurso interposto pela ré para julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais e determinar que a ré restitua à autora o valor de R$ 478,00, corrigido monetariamente desde o desembolso e acrescido de juros legais de 1% ao mês desde a citação. Sem ônus sucumbenciais, por se tratar de recurso com êxito. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2012. Marcia de Andrade Pumar Juíza Relatora

29. Não há relação de causa e efeito direta entre a atitude do Réu e os supostos danos sofridos pela parte Autora. De fato, não observa-se qualquer liame entre a conduta e o resultado. Nesse sentido, cumpre transcrever a definição de nexo causal fornecida por **DESEMBARGADOR SERGIO CAVALIERI FILHO**, em sua consagrada obra de responsabilidade civil:

> **"A relação causal, portanto, estabelece vínculo entre um determinado comportamento e um evento, permitindo concluir, com base nas leis naturais, se a ação ou omissão do agente foi ou não causa do dano. Determina se o resultado surge como conseqüência natural da voluntária conduta do agente. Em suma, o nexo causal é um elemento referencial entre a conduta e o resultado. É através dele que podemos concluir quem foi o causador do dano" (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil, 6ª ed. Editora Malheiros, fl.71.)**

30. Tratando-se de responsabilidade civil objetiva, exclui-se a necessidade de comprovação de culpa, no entanto, o nexo causal permanece como elemento indispensável para gerar o dever de indenizar. Entre as teorias do nexo causal, o nosso Código adotou a responsabilidade do dano direito e imediato, ou seja, é necessário que o dano se ligue diretamente à falta do réu e que tal relação não seja interrompida. Dessa forma, conclui-se indubitavelmente a inexistência do nexo causal entre a conduta do Réu e o dano moral supostamente sofrido pela Autora, razão pela qual, consequentemente, elimina-se o dever de indenizar. Aliás, doutrina e jurisprudência pátrias vêm rejeitando firmemente os abusos da chamada "indústria do dano moral", que tantos males faz à Justiça e à economia. A esse respeito, o ilustre **DESEMBARGADOR SERGIO CAVALIERI FILHO** se posicionou:

> **"(...) só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos." (Programa de Responsabilidade Civil, Ed. Malheiros, pg. 76)**

31. Por fim, na remota hipótese deste juízo entender ser a ré responsável por arcar por eventual indenização a título de danos morais, o que se admite apenas para argumentar, é necessário frisar que tal indenização deverá obedecer às regras gerais do princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

32. Em que pese a enorme improbabilidade da hipótese de condenação da cooperativa ré neste processo, é indispensável a abordagem da questão, em obediência ao princípio da eventualidade. Embora pleiteie indenização por danos morais por este D. Juízo, a parte autora deu a causa a quantia de R$ 31.520,00, que, provavelmente, é o valor que entende como devido para receber. Veja-se que o valor pleiteado é de todo irreal e desconectado de qualquer vestígio de razoabilidade.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente
281

33. Nesse sentido, veja-se o entendimento do ilustre **DESEMBARGADOR SERGIO CAVALIERI FILHO:**

> **"Creio que na fixação do *quantum debeatur* da indenização, mormente tratando-se de lucro cessante e dano moral, deve o juiz ter em mente o *princípio de que o dano não pode ser fonte de lucro*. A indenização, não há dúvida, deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia a maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano.**
> **(...)**
> **Não me parece, *data venia*, haver a menor parcela de bom senso, a menor parcela de razoabilidade, na fixação de uma indenização por dano moral em valor muito superior à indenização pelo dano material a que faria jus a vítima, durante toda a sua sobrevida, caso lhe resultasse a morte ou incapacidade total. Não vejo como uma indenização pelo dano moral possa ser superior àquilo que a vítima ganharia durante toda a sua vida." (Programa de Responsabilidade Civil, Ed. Malheiros, 5ª Edição, pg. 108)**

34. Sendo assim, ainda que não entenda esse MM. Juízo pela improcedência do pedido autoral, não há que se cogitar indenização em valor incompatível com a realidade, como pretende o Autora, sob pena de enriquecimento sem causa. Nesse sentido é o posicionamento do jurista **HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**:

> **"O mecanismo da inversão do ônus da prova se insere nessa política tutelar do consumidor e deve ser aplicado até quando seja necessário para superar a vulnerabilidade do consumidor e estabelecer seu equilíbrio processual em face do fornecedor. Não pode, evidentemente, ser um meio de impor um novo desequilíbrio na relação entre as partes, a tal ponto de atribuir ao fornecedor um encargo absurdo e insuscetível de desempenho." (Direitos do Consumidor. Humberto Theodoro Júnior. Ed. Forense. pag. 137)**

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a V. Exa.:

1 - seja julgado improcedente o pedido face à ré, porque todas as informações passadas à parte autora foram de maneira clara e feita com seu conhecimento, vez que a cooperativa contestante tem finalidade mutualista e por determinação legal, é sem fins lucrativos.

3 – se V. Exa. assim não entender, Requer que seja limitada a devolução dos valores pagos, respeitando os termos contratuais e do Regimento Interno da Cooperativa ré, art. 31, inciso I, alínea "a" do capítulo XI. Uma vez que a cooperativa contestante tem seus custos operacionais assegurados pela retenção de 20% sobre as parcelas liquida dos associados, determinação esta em que a parte autora tinha plena e total ciência, conforme ficou demonstrado nos doc.s anexo a peça de bloqueio.

4 - Destarte, uma vez que não ficou demonstrado a responsabilidade da cooperativa ré em submeter à parte autora a qualquer situação de ofensa a sua dignidade, passível de reparação de dano dessa natureza seja julgado improcedente o pedido de danos morais haja vista que tal condenação, não atinge a um empresário e sim a todos os associados que nela se encontram, prejudicando a liberação do capital subscrito para aquisição dos imóveis.

5 – A Condenação da parte autora em custas processuais e ônus de sucumbência na base de 20%, na forma do artigo 20 §3º e §4º do CPC.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente
282

6 – Por fim, requer que as publicações sejam enviadas para a imprensa oficial no nome do Dr. Pablo Alexander Marçal Cerqueira, inscrito na OAB/RJ sob o nº 157.408 e Dr. Marlon Martyr Neto OAB/RJ 156.928, conforme incluso mandato, bem como seja anotado na capa dos presentes autos e onde mais couber, sob pena de nulidade.

Protesta a ré por todos os meios de provas em direito admitidas, em especial a prova documental, testemunhal, bem como o depoimento pessoal da parte autora, na amplitude do art. 32 da lei 9.099/95.

N. Termos,
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2018

Dr. Pablo Alexander Marçal Cerqueira
OAB/RJ 157.408

Dr. Marlon Martyr Neto
OAB/RJ 156.928

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
283
Carimbado Eletronicamente

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, REALIZADA EM 29/03/2018.

CNPJ N°10.657.514/0001-78 **NIRE 33.4.0004968-3**

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às 11:00h, estando presentes 10 membros, conforme lista de presença em anexo, reuniram-se em 3ª e última convocação os cooperantes da kerocasa Cooperativa Habitacional Ltda., para a realização da Assembléia Geral Extraordinária. Iniciados os trabalhos o Sr. Jair Cássio Baptista de Moura assumiu a presidência da mesa convidando a Srª. Claudia Nunes da Silva Serra para secretária "ad hoc", o que foi aceito por unanimidade pela Assembléia Geral mediante aclamação, ficando assim constituída a mesa. A presente ATA é lavrada na forma de sumário de fatos contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas. O Presidente, dando início aos trabalhos, verificou a existência do quorum legal para instalação da Assembléia Geral Extraordinária e informou que o objetivo da AGE era o de deliberar sobre os pontos constantes da Ordem do Dia, solicitando a Srª. Claudia Nunes da Silva Serra (Secretária) a leitura do Edital de Convocação, publicado no Jornal Meia Hora no dia 09/03/2018 (sexta-feira): **"EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. CNPJ 10.657.514/0001-78 - NIRE – 33.4.0004968-3 - O Presidente da KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, convoca todos os seus Sócios-Cooperados para a Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 29/03/2018, em sua sede social situada na Avenida Rio Branco, 151 – sala 604 – Centro - RJ, com a 1ª chamada às 9:00h., com a presença de 2/3 dos sócios-cooperados em dia com suas obrigações; em 2ª convocação às 10:00 h. com a presença de metade mais um dos sócios-cooperados em dia e terceira e última convocação às 11:00h. com a presença de no mínimo 10 (dez) sócios-cooperados em dia com suas obrigações sociais, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I – Registrar o "pedido de demissão" de alguns associados fundadores; II Ratificar a responsabilidade administrativa do Presidente e do Diretor Financeiro; III Troca de endereço das filiais da cooperativa: IV Assuntos Gerais. Rio de Janeiro – RJ, 09 de março de 2018. Jair Cássio Baptista de Moura – Presidente"**. Após a leitura o presidente tomou a palavra passando a 1ª ordem do dia sob forma de sumário, nos seguintes termos: I – **Registrar o pedido de demissão de alguns sócios fundadores** – Após esclarecer que nenhum dos sócios fundadores abaixo relacionados jamais exerceu cargo na Diretoria ou recebeu pró-labore de qualquer natureza, informando ainda que todos os demissionários doaram suas cotas-partes para a cooperativa, comunicou a relação confirmada através de solicitações individuais originais assinadas, com firma reconhecida, a saber: **ALESSANDRA DE OLIVEIRA LIMA, CPF 080.610.227-61 (já registrado na AGE de 27/08/2010); MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA FIALHO, CPF 025.745.067-07; TIAGO GONÇALVES LEÔNCIO, CPF 111.255.657-56; LUCIA DAIANE MACEDO DA SILVA, CPF 124.115.537-22; PRISCILLA ALFRADIQUE DA SILVA, CPF 108.193.107-86; DIEGO WAGNO SERRA SILVA, CPF 090.447.757-66; SIDNEY CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA, 869.807.697-15; MILTON MEDEIROS CARNEIRO, CPF 011.698.907-68; SUELI CÁSSIA BAPTISTA MAGALHÃES, CPF 081.425.207-96; JOÃO BATISTA DIAS ROSA, CPF 071.574.737-12; BRUNO PEREIRA FERREIRA, CPF 104.468.617-07: FERNANDA SANTOS DE MOURA, CPF 119.493.157-03. II – Ratificar a responsabilidade administrativa do Presidente e do Diretor Financeiro** – Após verificar dúvidas em relação às atribuições e responsabilidades da Diretoria, o Presidente esclarece de maneira consolidada o que consta na Seção II – Da Competência dos Diretores, Artigo 34, Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro, do Estatuto Social da KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, que diz

TJRJ CAP JC07 201804134815 11/06/18 15:01:55135231 PROGER-VIRTUAL

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 3/16
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
284
Carimbado Eletronicamente

TEXTUALMENTE: ***"SEÇÃO II - Da Competência dos Diretores - Art. 34 Os Diretores desempenham as funções e atribuições previstas neste Estatuto e as definidas e hierarquizadas no Regimento Interno, aprovados pela Assembléia Geral. Parágrafo Primeiro - Ao Presidente compete supervisionar todas as atividades administrativas, técnicas, financeiras e comerciais da KEROCASA, e exercer a representação ativa e passiva da mesma, em juízo ou fora dele, de conformidade com a política e as diretrizes traçadas pela Diretoria. Parágrafo Segundo - Aos demais Diretores competem funções e atribuições típicas e características de cada Diretoria e igualmente definidas e hierarquizadas no Regimento Interno. Parágrafo Terceiro - A abertura e movimentação de contas em bancos, assinatura de cheques, Escrituras em geral, Contratos e Instrumento Particular em nome da KEROCASA, terá sempre a assinatura de 2 (dois) Diretores: o Presidente e o Diretor Financeiro, ou seus representantes legais".*** Assim, relatado e debatido pelos sócios presentes, ficou claro que somente os Diretores citados, ou seja, **Diretor Presidente** e **Diretor Financeiro**, que assinam em conjunto, são responsáveis pelos investimentos, manutenção dos custos fixos e pagamentos devidos de qualquer natureza, não sendo considerado justo por nenhum dos presentes, penhoras ou notificações de cobrança para outros associados que não têm poder de gestão, ficando ajustado maior investimento humano na Central de Relacionamentos, evitando possíveis litígios e demandas judiciais. **III Troca de endereço das filiais da cooperativa** – O Presidente comunicou as alterações de endereço da antiga filial Niterói, Rua da Conceição, 125 salas 810 e 811 – Centro, Niterói – RJ, para Avenida Treze de Maio, 13/1910 – Centro, Rio de Janeiro – RJ e da Central de Relacionamentos, Avenida Treze de Maio, 23/429 – Centro, Rio de janeiro – RJ, para a Avenida Rio Branco, 151/413 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, em ambos os casos por motivo de redução de custos, o que foi comemorado por todos. **IV Assuntos Gerais** – O Presidente informou aos presentes que a cooperativa já apresenta reação financeira, apesar da crise política que gerou uma grande inadimplência por parte dos associados ativos com o Bem, além da dificuldade de captação de novos associados. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Senhor Jair Cássio Baptista de Moura, encerrou os trabalhos às 13:45 horas, e eu, Claudia Nunes da Silva Serra, secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata, transcrita sem rasuras ou acréscimos, e seus documentos anexos: **I – Edital de Convocação; II - Lista de presença dos sócios; III – "Pedidos de demissão" dos acima relacionados sócios fundadores: IV – Ata de AGE 29/03/2018**, lida pelos sócios que a encontraram conforme, para que sejam devidamente registradas na Junta Comercial da Cidade do Rio de Janeiro, para que tenham efeitos legais. Rio de Janeiro, 29 de março de 2018.

Jair Cássio Baptista de Moura
Presidente

Claudia Nunes da Silva Serra
Secretária "ad hoc"

AEB15009 099507
RECONHECO POR AUTENTICIDADE 246 OFICIO DE NOTAS
(1) FIRMA(S) DE: AV. AI. Barroso, 139 C - (21)3553-6020
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA CLAUDIA NUNES DA SILVA SERRA
Valor Total: 15,76
SERVENTIA EM MEIO DIGITAL
Rio de Janeiro, 02/04/2018, VALENTIM ENTRINGER JUNIOR
GNHI9647-DXVF ECNH19648-OPP
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
RECONHECIMENTO DE FIRMA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 4/16
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
285
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **SUELI CÁSSIA BAPTISTA MAGALHÃES**, brasileira, casada, industriaria, RG 10.535.781-8 do IFP/RJ e CPF 081.425.207-96, residente e domiciliada na Estrada do Taquaral, 100 Bloco 03, Apto 205 – Bangu, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21.842-550, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivada por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócia Fundadora, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 10/10/2017.

Sueli CB Magalhães

Assinatura do demissionário

Assinatura do Presidente

31º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL
Rua Francisco Real, nº 1647 - Bangu - Rio de Janeiro - CEP: 21810-041 - Tel.: (21) 3333-7926
Email: 31oficiodenotas@gmail.com - Tabeliã: Marcos Aurélio Ribeiro Ramos
157859 AA41659
Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: SUELI CASSIA BAPTISTA
MAGALHAES (X00000138536)
Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2017
Em testemunho da verdade.
Conf. por:
Serventia: 5,4
TJ+FUNDOS: 1,9
Total: 7,30
Julia Ismerim dos Santos - Escrevente
ECHR-91795 ATS Consulte em http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
Julia Ismerim dos Santos
Escrevente
Mat.: 94-19728
Cartório do 31º Ofício de Notas da Capital/RJ

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

RECONHECO POR AUTENTICIDADE A(S) FIRMA(S) DE: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Valor total: 7,34
Rio de Janeiro, 10/10/2017.
ECHO66848EBUO
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
AE089226 24o OFICIO DE NOTAS
Av. Ala. Barroso, 139 C. (21) 3553-6020
CARLOS EDUARDO RINTO SILVA
RECONHECIMENTO DE FIRMA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 5/16

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
286
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **MILTON MEDEIROS CARNEIRO**, brasileiro, casado, contador, RG 013474-6 do CRC/RJ e CPF 011.698.907-68, residente e domiciliado na Rua Teixeira Júnior, 91 casa 01 – São Cristovão, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.921-405, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivada por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócio Fundador, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 10/10/2017.

Assinatura do demissionário

Assinatura do Presidente

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

AEBB9222
RECONHECO POR AUTENTICIDADE 24o OFICIO DE NOTAS
A(S) FIRMA(S) DE Av.Alm. Barroso, 139 C - (21)3553-6020
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA.....
Valor total: 7,34
Rio de Janeiro, 10/10/2017. CARLOS EDUARDO RITO SILVA
ECH066844-NJT
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
RECONHECIMENTO DE FIRMA

13o Ofício de Notas - Tabeliao Luiz Fernando Carvalho
Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423 - NO
Reconheco por semelhança a(s) firma(s) de
MILTON MEDEIROS CARNEIRO-166F/119-ECH16694/16946
705+HAP. # Valor(es) Autorizado
Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 2017 as 10:00:52
Em Testemunho da verdade.
1 - RONALD PEREIRA DIAS - Autorizado - GPG - 145
Valido somente com selo eletronico. Total R$7,14
ECH16705 HAP Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 6/16
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
287
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **SIDNEY CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, casado, guarda municipal, RG 07.316.464-2 do IFP/RJ e CPF 869.807.697-15, residente e domiciliado na Rua Frei Bento, 287 fundos – Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21.550-220, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz,** com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivada por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócio Fundador, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 10/10/2017.

Sidney Cássio Baptista de Moura.

Assinatura do demissionário

Assinatura do Presidente

31º Ofício de Notas da Comarca da Capital

31º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL
Rua Francisco Real, nº 1647 - Bangu - Rio de Janeiro - CEP: 21810-041 - Tels.: (21) 3332-7726
Email: 31oficiodenotas@gmail.com - Tabeliã Marcos Aurélio Ribeiro Ramos

157859
AM014845

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: SIDNEY CASSIO BAPTISTA DE MOURA (X000013BCCE)
Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2017. Conf por
Em testemunho _____ da verdade.
Serventia 5,41
TJ+FUNDOS+ISS 2,20
Total
Karine da Rocha Carvalho - Escrevente
CHZ-32403 OKD Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

31º Ofício
Karine da Rocha Carvalho
Escrevente
Mat. 94-1977

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

AE68922A
RECONHECO POR AUTENTICIDADE A(S) FIRMA(S) DE: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
24o OFICIO DE NOTAS Av. Alm. Barroso 139 Cj. 1 (21)3553-6020
Valor total: 7,34
Rio de Janeiro, 10/10/2017. CARLOS EDUARDO RIO DA SILVA
ECH066846-RYM
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
288
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **LUCIA DAIANE MACEDO DA SILVA**, brasileira, solteira, vendedora, RG 21.092.880-0 do IFP/RJ e CPF 124.115.537-22, residente e domiciliada na Avenida Dona Tereza Cristina, S/N, casa 03, Lote 8, Quadra 2B – Figueira, Duque de Caxias – RJ, CEP 25.230-480, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivada por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócia Fundadora, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 23/10/2017.

Lúcia Daiane Macedo da Silva

Assinatura do demissionário

Assinatura do Presidente

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).





Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
289
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **TIAGO GONÇALVES LEÔNCIO**, brasileiro, solteiro, vendedor lojista, RG 20.079.304-0 do IFP/RJ e CPF 111.255.657-56, residente e domiciliado na Rua União, 6 – Rio das Pedras – Jacarepaguá, Rio de Janeiro -RJ – RJ, CEP 22.753-700, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivada por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócio Fundador, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 23/10/2017.

Assinatura do demissionário

Assinatura do Presidente

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

RECONHECO POR SEMELHANCA 24o OF. DE NOTAS - JOSE MARIO
A(S) FIRMA(S) DE Av.Alm. Barroso, 139 C
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Valor total: 7,14
Rio de Janeiro, 24/10/2017.
ECHZ61773-WWW
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
VALENTIM ENTRINGER JUNIOR

27º OFÍCIO DE NOTAS DA COMARCA DA CAPITAL AA310930 157800
Tabelião: Tadeu Baquinho Diniz
Avenida Gerserario Bantas, no 1388, Loja B Freguesia-21 36273681
Reconheco a(s) firma(s) por Semelhanca(de:
TIAGO GONCALVES LEONCIO
Rio de Janeiro, 21/11/2017. Tab.: 22,3.B. Emols.: 5,26 Fetj: 1,05
Fnd.: 0,26 Fmp: 0,21 Pmc: 0,10 Iss: 0,26 Total: 7,40
RAPHAEL REBELLO BARBOSA DA SILVA, Escrevente
ECID 37650 FII https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
Rapha... Rebello Barbosa da Silva Escrevente
CPS. 9.944/157/RJ

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
290
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **FERNANDA SANTOS DE MOURA**, brasileira, auxiliar de planejamento, RG 21.894.649-9 do Detran/RJ e CPF 119.493.157-03, agora casada, assinando **FERNANDA DE MOURA FERREIRA**, residente e domiciliada na Rua Ministro Costa Manso, 34 apto 301 – Vista Alegre, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21.230-780, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivada por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócia Fundadora, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 10/10/2017.

Fernanda Santos de Moura

Assinatura do demissionário

Assinatura do Presidente

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

RECONHECO POR AUTENTICIDADE 24o OFICIO DE NOTAS
A(S) FIRMA(S) DE Av.Alm. Barroso, 139 C - (21)3553-6020
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Valor total: 7,34
Rio de Janeiro, 10/10/2017. CARLOS EDUARDO RIO E SILVA
ECH066842-TOO
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
AEBB9ZZO

34º Ofício de Notas
34º OFÍCIO DE NOTAS DA COMARCA DA CAPITAL / RJ - Paulo Nilo Oriandi de Lima - Tabelião
Av. Dom Hélder Câmara, nº 5474 Cosmos - Norte Shopping Loja 1301 - Rio de Janeiro/RJ - Tel.: (21) 3173-1334
Reconheço a(s) firma(s) de por AUTENTICIDADE
FERNANDA SANTOS DE MOURA
Em test _____ da verdade. Conf por
-MARLON CABRAL DE AGUIAR-ESCREVENTE
Rio de Janeiro, 08 de Março de 2018
Emolumentos: R$ 5,56 ISS: R$ 0,28 Total: R$ 7,34
ECMH86066-RUU
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
157883:A91375

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
291
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **BRUNO PEREIRA FERREIRA**, brasileiro, casado, motorista, RG 12.111.793-1 do Detran/RJ e CPF 104.468.617-07, residente e domiciliado na Rua Ministro Costa Manso, 34 apto 301 – Vista Alegre, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21.230-780, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivado por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócio Fundador, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 10/10/2017.

Assinatura do demissionário

Assinatura do Presidente

Cartório 16º Ofício de Notas
Ana Paula Barbosa Carvalho
Escrevente Autorizado

16º OFÍCIO de NOTAS AA612042 GBB658
Rua Visconde do Pirajá nº 82 - Lojas 205 e 206 - Ipanema - RJ
Tel./Fax: (21) 2247-8997 - Tabeliã: Olivia Motta Serrano Grosso
RECONHECO POR AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:
BRUNO PEREIRA FERREIRA
SELO(S): ECMG84945-GGI - Rio de Janeiro, 07/03/2018
FUNPERJ:0,27 FUNDEPERJ:0,27 FETJ:1,11 FUNARPEN:3,22 PMCMV:0,11 ISS:5,07 - 7,81
Em Testemunho da verdade.
ANA PAULA BARBOSA CARVALHO
Consulte em:https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

AE889218
RECONHECO POR AUTENTICIDADE 24o OFICIO DE NOTAS
A(S) FIRMA(S) DE Av.Ala. Barroso, 139 C - (21)3553-6020
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA.
SERVIÇO NOTARIAL
Carlos Eduardo Rio Silva
Tabelião - Substituto
Valor total: 7,34
Rio de Janeiro: 10/10/2017. CARLOS EDUARDO RIO SILVA.
ECH066840-DKV
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
RECONHECIMENTO DE FIRMA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
292
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Maria Benjamin, 94 casa 102 – Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivado por não desempenhar mais as funções como Diretor Técnico, integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócio Fundador, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 10/10/2017.

Marcus V. de O. Fialho

Assinatura do demissionário

30º OFÍCIO DE NOTAS

Assinatura do Presidente

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

RECONHECO POR AUTENTICIDADE
1(A(S) FIRMA(S) DE
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Valor total: 7,34
Rio de Janeiro, 10/10/2017.
ECH066850-XBW
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
AE089228
24o OFICIO DE NOTAS
Av. Ala. Barroso, 139 C - (21)3553-6020
CARLOS EDUARDO RITO SILVA
RECONHECIMENTO DE FIRMA

CARTÓRIO DO 30º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Dagmar da Fonseca, nº 106-A, Niterói, Rio de Janeiro, RJ, Tel.: (21) 3563-7762
157842AA716132
Reconheco a(s) firma(s) por Autenticidade:
MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO N.131334
RIO DE JANEIRO, 28/02/2018. Valor: 7.81
Em test. _____ da verdade. Conf. por: Escrevente / Matr.: 5472047
MAYARA KELLY V. BELMIRO
ECLY 28413 NPO https://www3.tjrj.jus.br/eltepublico
Mayara Kelly Vieira Belmiro
30º OFÍCIO DE NOTAS-R.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
293
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

ALESSANDRA DE OLIVEIRA LIMA, brasileira, casada, Supervisora de Loja, RG 10707184-7 do IFP/RJ e CPF 080.610.227-61, residente e domiciliada na Rua João Vicente, 545 casa 102 – Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro – RJ, Cep. 21.340-020, "solicito" minha demissão da **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – MATRIZ**, localizada nesta cidade na Avenida Rio Branco, nº. 151 – Sala 403 – Centro – RJ, Cep. 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivada por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal e Sócia Fundadora, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2010.

Alessandra de Oliveira Lima

Assinatura do Demissionário

Assinatura do Presidente

Valor da Quota-Parte: R$2.000,00.

Cartório do 14º C.R.C.P.N. - Tabelionato: Rua Dagmar da Fonseca, 110 - Madureira - RJ.
Tel.: 2452-4927 / Oficial e Tabelião: José Mauro Silva Dias
Reconheço por semelhança as firmas de: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e ALESSANDRA DE OLIVEIRA LIMA.
Cod: 012AD6964456
Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 2010. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.
Armando de Oliveira
Serventia 7,65
30% TJ+FUNDOS 2,29
Total 9,94

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMA POR SEMELHANÇA
1 ATO
RNZ
SGD51802
1 ATO
BJN
SGD51801

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
294
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **JOÃO BATISTA DIAS ROSA**, brasileiro, solteiro, motorista, RG 10.988.417-1 do IFP/RJ e CPF 071.574.737-12, residente e domiciliado na Estrada do Tereza, lote 8, S/N, Quadra 2, Bloco 2 – Figueira, Duque de Caxias – RJ, CEP 25.000-000, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivada por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócio Fundador, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 23/10/2017.

Assinatura do demissionário

Assinatura do Presidente

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

RECONHECO POR AUTENTICIDADE A(S) FIRMA(S) DE: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
SELO DE FISCALIZAÇÃO NOTARIAL
Valor total: 7,34
Rio de Janeiro, 23/10/2017. SANDRA AMARAU DOS ANJOS
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

1º Ofício de Notas
Rua Dr. Satamini, 24 - Barroso - Tel.: 2213-5553
Sandra Amaral dos Anjos
Tabeliã Substituta

Leticia Taina Correia da Silva-Escrevente
Rid 1 - FETJ R$: 1,11 - FUNDPERJ R$: 0,27 - FUNDPERJ R$: 0,27 - Total R$: 8,92
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/default.aspx?usuario=

RCPN e Tabelionato 2º Distrito de Duque de Caxias - RJ
Reconheço por autenticidade a(s) firma(s) de: JOAO BATISTA DIAS ROSA
00035042-04 Duque de Caxias-RJ, 09 de março de 2018. Confere por Similaridade.
Teste Da verdade.SelaDLR55235-LBC;

2º Distrito de Caxias - RJ
Leticia Taina Correia da Silva

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
NIRE: 334.0004968-3 Protocolo: 00-2018/070552-0 Data do protocolo: 05/04/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2018 SOB O NÚMERO 00003186538 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9C684CB93E872CA8A40FCBCEE81F4EF346BAEEBDDD0B28654066FD84E0B31A22
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
295
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **DIEGO WAGNO SERRA SILVA**, brasileiro, casado, técnico processamento de dados, RG 13.173.559-9 do IFP/RJ e CPF 090.447.757-66, residente e domiciliado na Rua Uberaba, 22 – Trindade, São Gonçalo – RJ, CEP 24.456-630, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivado por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócio Fundador, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 14/03/2018.

Assinatura do demissionário

Assinatura do Presidente

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

AE814926
089607

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE (1) FIRMA(S) DE JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA.....
24o OFÍCIO DE NOTAS
Av.Alm. Barroso, 139 C - (21)3553-8020
SERVIÇO NOTARIAL
Valor total: 7,82
Rio de Janeiro, 14/03/2018. SANDRA MARIA DOS ANJOS
ECM008269-ZPP
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIÃ
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro (21) 3233-2600 - Rio de Janeiro/RJ
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de:
DIEGO WAGNO SERRA SILVA.....
Rio de Janeiro, 13 de abril de 2018.
CHARLITON LIBANIA ROCHA - ESCREVENTE - Mat. 94-7685
Emolumentos R$ R$ 5,56 - Tx Fundos R$ 2,28 - Total R$ 7,84
Selo(s): ECNP47469-RSH
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
15º OFÍCIO DE NOTAS
Charliton Libania Rocha
Escrevente
Matr.: 94/00/685

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
296
Carimbado Eletronicamente

PEDIDO DE DEMISSÃO

Eu, **PRISCILLA ALFRADIQUE DA SILVA**, brasileira, casada, professora, RG 020.754.668-0 do IFP/RJ e CPF 108.193.107-86, residente e domiciliada na Rua Uberaba, 22 – Trindade, São Gonçalo -RJ – RJ, CEP 24.456-630, "solicito" minha demissão da **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA**, **CNPJ 10.657.514/0001-78 – Matriz**, com sede na Avenida Rio Branco, 151 sala 604 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.040-006, com fulcro no artigo 32 da Lei 5.764/71, motivada por não desempenhar mais as funções como integrante do Conselho Fiscal, Suplente e Sócia Fundadora, ficando também disponibilizadas na cooperativa a título de doação as minhas cotas-partes.

Data da Demissão:

Rio de Janeiro, RJ, 14/03/2018.

16 OFÍCIO-SG

Assinatura da demissionária

Assinatura do Presidente

Valor da Cota-parte: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

RECONHECO POR AUTENTICIDADE AE814927
9(S) FIRMA(S) DE 24o OFICIO DE NOTAS
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA. Av.Alm. Barroso, 139 C - (21)3553-6020
SERVIÇO NOTARIAL
Sandra Amaral dos Anjos
Valor total: 7,82 Substituta
Rio de Janeiro, 14/03/2018, SANDRA AMARAL DOS ANJOS
ECM008270-IVL
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Reconheco a(s) firma(s) por Autenticidade de:
PRISCILLA ALFRADIQUE DA SILVA
SAO GONCALO, 10/04/2018. Total: 7,82 Cod.
WAGNER L DOS REIS Mat. 94/
EDNA 7650 MED https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
Rua Silvio Romero, 18 - Loja 01 - Alcântara - São Gonçalo - Cep: 24.710-750 - Tels: (21) 2712-2644 / 2712-3172
São Gonçalo Cartório do 1º Ofício
090167AA190779

Wagner L. dos Reis
1º Ofício de São Gonçalo
Substituto
Mat. 94/

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
297
Carimbado Eletronicamente

PROCURAÇÃO

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78, situada a Avenida Rio Branco, nº. 151, 6° andar, Grupo 604, Centro do Rio de Janeiro, CEP: 20.040.006, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI/RJ, portador da carteira de identidade de nº. 05996532-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF 724.023.777-04, residente e domiciliado nesta cidade, com endereço comercial na sede desta cooperativa.

Pelo presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **1) PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº. 157.408, CPF 092.650.207-76, **2) MARLON MARTYR NETO**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº. 156.928, CPF 089.625.927-70, ambos com endereço profissional, junto a Av. Treze de Maio, nº. 23, Edifício Darke, Grupo 429, Centro do Rio de Janeiro, tendo como endereço eletrônico o e-mail: *juridicokerocasa@hotmail.com*; outorgando-lhes poderes para, em conjunto ou isoladamente, independente de ordem de nomeação, representar a Outorgante perante qualquer juízo, instância ou tribunal, outorgando-lhes os poderes contidos no Art. 105 do NCPC, inclusive transigir, desistir, renunciar, receber citação, **nomear preposto** e substabelecer.

Rio de Janeiro,

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

TJRJ CAP JC07 20180413048115 11/06/18 15:01:35 5136230 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
298
Carimbado Eletronicamente

CARTA DE PREPOSIÇÃO

Por intermédio do presente instrumento, **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA**, regularmente constituída e inscrita no CNPJ sob o nº 10.657.514/0001-78, com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, sala 604 - Centro , Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada por seu representante legal, **SR. JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis registrado no CRECI/RJ sob o nº 37.792, RG 05996532-7 do DETRAN-RJ e CPF nº 724.023.777-04, residente e domiciliado nesta cidade, com endereço comercial na sede da Outorgante, nomeia e constitui como seu preposto a Sra.Graziela Roberta Pedreira da Silva, CPF: 133.167.217-11, Sra. Gabrielle Cristina Kabarite Simões, portadora da identidade nr: 20.613.172-4, Sr. Rafael Batista Xavier Freire, portador da Identidade nr: 26405583-1, Sr. Diego Andcrade Cardoso, portador da Identidade nr: 27242402-9, com poderes para representá-la junto (a)ao_____, podendo para tanto, praticar todos os atos necessários, e especiais para, transigir, firmar compromisso, desistir, acordar e retirar mandados.

Rio de Janeiro,

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
(JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA)

TJRJ CAP JC07 201804134815 11/06/18 15:01:55135231 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
299
Carimbado Eletronicamente

CARTA DE PREPOSIÇÃO

Por intermédio do presente instrumento, **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA**, regularmente constituída e inscrita no CNPJ sob o nº 10.657.514/0001-78, com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, sala 403 - Centro , Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada por seu representante legal, **SR. JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis registrado no CRECI/RJ sob o nº 37.792, RG 05996532-7 do DETRAN-RJ e CPF nº 724.023.777-04, residente e domiciliado nesta cidade, com endereço comercial na sede da Outorgante, nomeia e constitui como seu preposto o Sr(a). JOÃO CARLOS FONSECA DA COSTA SILVA CPF: 099.208.647-43 com poderes para representá-la junto (a)ao _____, podendo para tanto, praticar todos os atos necessários, e especiais para, transigir, firmar compromisso, desistir, acordar e retirar mandados.

Rio de Janeiro,

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
(JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA)

TJRJ CAP JC07 201804134815 11/06/18 15:01:55135231 PROGER-VIRTUAL

Scanned by CamScanner

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
300
Carimbado Eletronicamente

KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Central de Relacionamento: Av. Treze de Maio,23 sala 429- Centro Rio de janeiro - RJ
www.kerocasacooperativa.com.br
CNPJ 10.657.514/0001-78

PROPOSTA DE ASSOCIAÇÃO Nº 14581

Sirvo-me da presente para solicitar minha associação no Quadro Social desta Cooperativa

DADOS DO PROPONENTE

ASSOCIADO				
JONATHAN DA SILVA PEREIRA				
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA				
RUA TANIA GIMENES PARRA 127				
BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	
JOLANDA	NOVA IGUAÇU	RJ	26270-040	
TEL. RESIDENCIAL	TEL. COMERCIAL	CELULAR	IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR
2151-7847		983302806	8808897-2	MARINHA
CPF	SEXO	NASCIMENTO	PROFISSÃO	
131965897-06	F M	21/08/1989	MILITAR	

DADOS DA SUBSCRIÇÃO GGRANPRIX@GMAIL.COM

CAPITAL SUBSCRITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

Capital Subscrito	Antecipação Sup. Administrativo R$	% Amortização Mensal	Amortização Total	Emissão do Carnê
350.000,00	10.500,00	0,2375% em 421 meses	100%	2º Parcela Para 10/01/18
Parcela Líquida Mensal R$	**Sup. Administrativo Mensal R$**	**Seguro Mensal R$**	**Tarifa Bancária Mensal R$**	**Parcela Total Mensal R$**
831,35	345,70	0,00	0,00	1.177,05

Estou ciente de que as despesas com avaliação do imóvel, certidões, impostos e outros encargos atinentes à aquisição do bem correrão por minha conta, quando da liberação do capital, assim como, de que a Cooperativa só me permitirá a aquisição de imóveis com situação cartorária regular. Se as referidas despesas forem pagas pela KEROCASA, serão deduzidas do Capital Subscrito, significando nesta hipótese, na redução do valor do Capital.

Rio de Janeiro, 13 de Dezembro de 2017

202

PROPONENTE:

MADUREIRA

1ª Via - KEROCASA

TJRJ CAP JC07 20180413481S 11/06/18 15:01:55135231 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
301
Carimbado Eletronicamente

TERMO DE DECLARAÇÃO

Por intermédio do presente, eu sou da média associado ao Quadro Social da Kerosene Cooperativa Habitacional Ltda., sob número de ordem Kerosene, declaro (a) ciência que:

1) A participação da operação normal com intenção de liberar o valor para compra futura do imóvel, é concedido pelo prazo até 180 (cento e oitenta) dias, **a contar**, em conformidade com o que dispõe o 10% (dez por cento) do Plano Habitacional escolhido, conforme o artigo 8º da **Taxa de Fruição** (%), conforme artigo 8º e parágrafo único do Regimento Interno;

2) A cooperativa não pode determinar data para liberação do Capital para compra do imóvel, pois vai que depende da arrecadação com os associados (do associado). Porém, o cliente ou dia com seus pagamentos poderá fazer uma Oferta de Antecipação de Parcelas, para acelerar o processo de liberação do Capital;

3) A operação normal acontece sempre **no último dia útil de cada mês**. Caso a liberação não ocorra no mês, o cliente poderá fazer uma Oferta de Antecipação de Parcelas, ou ficar ciente que ocorrerá a sua Oferta de Antecipação de Parcelas, ou ficar ciente e ciente ou mensalidade do Plano Habitacional escolhido, para se assim participar da operação do mês seguinte;

4) Somente o Departamento Jurídico da Kerosene poderá anexar documentação ao mutuário, que deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato. Se em hipótese alguma, a Kerosene negociará mais de uma documentação de espaço (apto) por mutuário;

5) Após a liberação do Capital, será aberto de ou mensalidade contratada e não devem ocorrer de três parcelas(as), para que em caso de ou atrasos ou inviáveis permanentes, o mutuário seja regularizado separadas, beneficiando assim as melhores taxas de mercado;

6) No caso de condomínios de casas ou apartamentos controlados pela Kerosene, ou associados que não tenham sido contemplados com a liberação do Capital, não poderão ser vendidos ou cessão de titularidade ou escritos (ou cessões hereditárias), desde que o valor de um Capital seja quitado (o mesmo do que o valor do referido imóvel);

7) É direito do associado, após a liberação do seu Capital, escolher o imóvel livremente no mercado imobiliário ou através da indicação de parceiros da Kerosene Consultorias, imobiliárias, construtoras, etc.);

8) A Kerosene é uma cooperativa, e, portanto, não tem fins lucrativos, sabendo, ou associado, que a Kerosene não se responsabiliza por atrasos de obras, vícios construtivos, ou vícios, imóveis, imóveis, assistência de seu condomínio, material público, cercas, etc. Também não se responsabiliza por atrasos de documentação do imóvel e o associado deverá aguardar um prazo não inferior a 90 (noventa) dias após a entrega de documentação do imóvel para liberação do Capital. Caso o associado não queira aguardar, ele poderá **optar pela Opção Ativa e Antecipada de Fundo Administrativo**, **Mutual** acrescido de **10% (dez por cento)** sobre o valor do Capital, **mais 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do Fundo Administrativo. Mutual** acima descritos, **além da** referente ao mês vencerá de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do Fundo.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 2021.

ASSOCIADO / PROPONENTE

ATENÇÃO: NÃO ASSINE SEM LER.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
302
Carimbado Eletronicamente

KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Central de Relacionamento: Av. Treze de Maio,23 sala 429- Centro Rio de janeiro - RJ
www.kerocasacooperativa.com.br
CNPJ 10.657.514/0001-78

Ficha de Matrícula

Nº 14581

Sirvo-me da presente para solicitar minha associação no Quadro Social desta Cooperativa

DADOS DO PROPONENTE

ASSOCIADO	JONATHAN DA SILVA PEREIRA			
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA	RUA JANUARIA GIMENES PARRA 197			
BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	
HOLANDA	NOVA IGUAÇU	RJ	2	-
TEL. RESIDENCIAL	TEL. COMERCIAL	CELULAR	IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR
21 5[illegible]-7647		98[illegible]2806	[illegible]	MAR. M-D
CPF	SEXO	NASCIMENTO	PROFISSÃO	
13[illegible]-06	F X M	21/08/1989	MILITAR	

DADOS DA SUBSCRIÇÃO

CAPITAL SUBSCRITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

Capital Subscrito	Antecipação Sup. Administrativo R$	% Amortização Mensal	Amortização Total	Emissão do Carnê
350.000,00	10.500,00	0,2375 % em 421 meses	100%	9ª Parcela Para 10/01/19
Parcela Líquida Mensal R$	**Sup. Administrativo Mensal R$**	**Seguro Mensal R$**	**Tarifa Bancária Mensal R$**	**Parcela Total Mensal R$**
331,35	345,70	0,00	0,00	1.177,05

Imóvel Pretendido ( ) Lote Urbanizado ( ) Loja ( ) Sala Comercial ( ) Casa ( ) Apartamento ( ) Outros ( )

Bairros de Preferência: 1. Meier 2. Cidade Rio de JANEIRO

OS VALORES DE SEGURO E TARIFA BANCÁRIA ESTÃO SUJEITOS À REGRAS PRÓPRIAS.
AVERBAÇÕES SERÃO FEITAS NO VERSO.

TERMO DE ADMISSÃO

Pelo presente Termo de Admissão, o abaixo assinado, supra qualificado, propõe o seu ingresso no quadro de Associados da KEROCASA, com sede nesta cidade na Avenida Rio Branco, 151/ 403 - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF 10.657.514/0001-78 aderindo ao Estatuto Social e Regimento Interno, cujo teor é o do seu inteiro conhecimento e lhe foi entregue cópia, a qual declara ter recebido. O proponente declara ainda que aprova e aceita o Estatuto Social e Regimento Interno em todos os seus termos e condições, que faz parte integrante e complementar do presente Termo, tendo sido alertado para os custos previstos no Art. 6° e seus incisos, cujos valores constam nas condições da Ficha de matrícula acima. **O Proponente declara-se ciente de que a data do seu ingresso contará do dia da Aprovação pela Diretoria da KEROCASA, quando será confirmado o número de Matrícula, mediante comprovação do pagamento da primeira parcela, cujo valor será devolvido se não aprovada a proposta pela Cooperativa.**

Rio de Janeiro, 13 **de** dezembro **de** 2017

PROPONENTE: _____

DIRETORIA: _____

Aprovado em ____/____/____

Via - KEROCASA

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
303
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
304
Carimbado Eletronicamente

"REGIMENTO INTERNO"
KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.

CAPÍTULO I - DAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS

- Art. 1º - Este Regimento Interno estabelece processos e procedimentos necessários ao funcionamento e administração da KEROCASA e regula-se pelas disposições legais e estatutos inmotivos pelos órgãos que a compõem, de acordo com o seu Estatuto Social.

CAPÍTULO II - ADMISSÃO DE SÓCIOS.

- Art. 2º - Para associar-se, o interessado deverá ter capacidade plena e preencher a respectiva proposta de adesão fornecida pela KEROCASA, devendo providenciar os seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, Comprovante de residência (várias months e legíveis).

- Art. 3º - Cabe à Diretoria decidir sobre o ingresso do candidato, examinando sua ficha cadastral, referências e outros dados que julgar necessários, podendo exigir do candidato a subscrição de cotas da KEROCASA que o contribuirá proporcionalmente. Tendo subscrito as quotas de capital, na forma aprovada pela Diretoria Executiva, e mantendo assinado juntamente com o representante legal da KEROCASA, o Termo de Compromisso, o candidato será considerado sócio admitido e passará a integrar os da KEROCASA, adquirindo todos os direitos e assumindo todos os deveres e obrigações decorrentes da Lei 5764/71, do Estatuto Social vigente, do Regimento Interno e das deliberações das Assembléias Gerais e da Diretoria Executiva. Os sócios admitidos nos membros de exercício cooperativo(a), deverá apresentar carta de referências por esso cooperativo.

- Art. 4º - A KEROCASA, tem por objetivo a sociedade de pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir para alcançar a aquisição de bens urbanizados, a construção e aquisição de imóveis residenciais, a serem destinados aos seus associados, sem fins lucrativos, de forma mutualista e na sua forma legal, para uso dos seus sócios, através dos programas definidos neste Regimento Interno, podendo também participar de programas de outras entidades ou órgãos em instituições do Sistema Financeiro de Habitação e outros de interesse dos cooperados, que vierem governamentais ou privados.

- Art. 5º - O sócio receberá periodicamente informativos sobre a projeção de futuros lançamentos habitacionais, resultados de aplicação e novidades do sistema cooperativista.

- Art. 6º - É vedado ao sócio utilizar-se do nome da KEROCASA para mercantilizar em benefícios próprio ou de terceiros, tirar qualquer cliente a ela discriminatório pelos serviços da KEROCASA, falar em nome da KEROCASA sem estar autorizado, ou praticar qualquer ato que possa lhe obter vantagens pessoais, desviar a imagem da KEROCASA ou de qualquer de seus membros.

CAPÍTULO III - DA SELEÇÃO

- Art. 7º - Respeitadas as condições estabelecidas nas seccionais, a seleção constará na identificação dos sócios classificados e que terão preferência para estruar a compra pela KEROCASA, quanto for o caso, do imóvel de sua escolha, por prazo igual ou inferior ao Capital por cada um subscrito, sem as

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
305
Carimbado Eletronicamente

variações previstas no artigo 30°, para preliminar ocupação em regime de Alienação Fiduciária até a integralização do Capital Subscrito.

- Art. 8° - A seleção será processada com base nos dados financeiros apurados a partir do 5º (quinto) dia útil subseqüente ao vencimento da cota do mês, pela Diretoria, devendo ser destinados ao processo os recursos disponíveis da KEROCASA, em contas especiais, provenientes da integralização do capital de cada sócio inscrito após cumprimento do estabelecido no artigo 3° deste Regimento Interno, quando for o caso.

- Art. 9° - A seleção será procedida por Faixa de Pontuação, segundo os critérios definidos pela Diretoria Executiva, nos termos deste Regimento Interno, conforme abaixo:

Serão selecionados sócios por Faixa de Pontuação, mensalmente, observadas as seguintes Faixas, por ordem de prioridade para distribuição dos imóveis:

5ª FAIXA	4ª FAIXA	3ª FAIXA	2ª FAIXA	1ª FAIXA
10 a 19,99%	20 a 39,99%	40 a 59,99%	60 a 79,99%	80 a 100%

Parágrafo único – Em cada Faixa será disponibilizado pelo menos um imóvel, cuja seleção se dará por concurso de antecipação de prestações, sendo vencedor aquele sócio que oferecer o maior percentual do valor do Capital Subscrito, acrescido das taxas administrativas.

- Art. 10° - Ao sócio selecionado serão atribuídos recursos correspondentes ao seu Capital Subscrito atualizado, conforme Art. 30º, que serão utilizados como estabelecido em sua escolha. Assim, a cada mês serão selecionados e classificados para atendimento por Faixa de Pontuação, os sócios cujo somatório de Capital Subscrito esteja nos limites dos recursos apurados naquele período. A sobra dos recursos disponíveis, não sendo suficiente para atendimento de mais um sócio, respeitando a ordem de seleção da 1ª a 5ª Faixa, pela totalidade do seu Capital Subscrito, será levada à conta de distribuição do mês seguinte.

Parágrafo Único - Todas as despesas com a aquisição de imóveis, tais como Imposto de Transmissão, Laudêmio se for o caso, Avaliação, Escritura e respectivo registro, Inclusão Territorial ou Predial e outras que venham a ser devidas, serão de responsabilidade do sócio. Se pagas pela Cooperativa, serão deduzidas do Capital Subscrito, significando nessa hipótese, na redução do valor do Capital.

- Art. 11° - Somente poderão ser selecionados por Faixa de Pontuação, os sócios que estiverem em dia com as mensalidades que integralizam seu Capital Subscrito;

Parágrafo único - Concluído o processo de seleção a cada mês, os sócios não classificados serão submetidos a novo processo de seleção no mês seguinte, observado os mesmos critérios.

- Art. 12° - O resultado da seleção por Faixa de Pontuação previsto no artigo 9º, § único, será proclamado, listado e afixado em cópias nos lugares comumente freqüentados pelos sócios na sede da KEROCASA, suas filiais, representantes e ainda editado no site www.kerocasacooperativa.com.br, a partir do 5º dia da apuração mensal;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
306
Carimbado Eletronicamente

Parágrafo Único - Os sócios selecionados serão comunicados do resultado da classificação e solicitado o comparecimento à KERDOASA, para pagamento da Oferta de Antecipação de Parcelas e análise documental do mutuo escritural.

CAPÍTULO IV - DA CONTAGEM DE PONTOS (%).

Art. 13º - Respeitadas as condições estabelecidas nas Seções(es), os sócios, enquanto se encontrarem no Seis anterior a seleção, somarão pontos segundo os critérios definidos abaixo:

Parágrafo Primeiro – Para ajustar o ingresso nas Faixas de pontuação, o sócio poderá alterar o valor de sua Oferta para compra unitária, que "in out" tolerável servirá para corrigeri de pontos, conforme Art. 14º, § 4º deste.

Parágrafo segundo – A "Oferta de Antecipação de Parcelas" deverá ser formalizada exclusivamente no ato do preenchimento de Proposta de Adesão, em valor(es) próximo a cada faixa de pontuação, de 1 a 20 (0 não em que o sócio pretenda participar da aquisição, para liberação do capital subscrito.

Parágrafo Terceiro – A utilização do FGTS para ofertas de antecipação, segundo as normas da CEF (Caixa Econômica Federal), não poderão, em hipótese alguma, a KERDOASA intermediar a liberação destes recursos.

Art. 14º - Estarão participando da seleção mensal por Faixa de Pontuação, os sócios que tiverem ascendido com o envio dos mencionados cargos e a Oferta de Antecipação de Parcelas, no mínimo o equivalente um prestações e 10% (dez por cento) do valor do Capital Subscrito escolhido, somandos dos Taxas Contratuais.

Parágrafo Primeiro - A contagem de pontos para fins de seleção é feita multiplicando-se o número de meses de atraso (Art. 13º) pela "Oferta de Antecipação de Parcelas por 100 (cem) e dividindo-se o resultado pelo preço escolhido para o financiamento.

Exemplo: Preço escolhido 200 meses. Prestações já pagas 3, a Oferta de Antecipação de Parcelas 40. Tendo sido o nº. de pontos do sócio será de: 40 multiplicados por 100 e o resultado dividido por 200 = 21,5 pontos, que o classificam na 4ª Faixa de Pontuação (20 a 39,9%).

Parágrafo Segundo – Se houver empate na contagem de pontos, acidar-se-á o seguinte critério de desempate para liberação do mútuo naquela rata, pela ordem de prioridade a seguir:

1º Maior percentual atingido com a soma das mensalidades já pagas e a Oferta de Antecipação de Parcelas dentro da sua Faixa de Pontuação;

2º Maior Oferta de Antecipação de Parcelas entre os empatados de cada Faixa de Pontuação;

3º Menor valor de Capital Subscrito;

4º Matrícula de sócio mais antigo.

Parágrafo Terceiro – Nome eventual ação por compra de imóveis usados só será liberado o Capital Subscrito para compra de imóveis avaliados e inteiramente documentados, possibilitando assim a Alienação Fiduciária junto a KERDOASA.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
307
Carimbado Eletronicamente

- Art. 15° - Os sócios selecionados em cada mês pelo processo de classificação previsto nesta seção passarão para a fase de atendimento.

- Art. 16° - O sócio poupador que completar em parcelas mensais e/ou antecipações de mensalidades, o equivalente a 40% (quarenta por cento) do Capital Subscrito, acrescido dos encargos contratuais correspondentes, e em dia com suas mensalidades, num prazo não inferior a 6 (seis) meses, será selecionado automaticamente para a etapa de atendimento para liberação do imóvel;

CAPÍTULO V - DO ATENDIMENTO.

- Art. 17° - Respeitadas as condições estabelecidas nas Seccionais, a KEROCASA atribuirá, para atender aos sócios selecionados em cada mês, o valor máximo de suas disponibilidades correspondentes ao Capital Subscrito e integralizado pelos sócios.

- Art. 18° - O valor total do investimento, escolhido pelo sócio, com concordância da KEROCASA, ficará limitado ao valor máximo do capital subscrito, com as variações previstas neste Regimento Interno, subordinado, porém ao valor da avaliação procedida pela KEROCASA de forma a preservar a garantia da aplicação.

Parágrafo Primeiro – Quando a avaliação do imóvel for inferior, o valor excedente servirá para abater tantas parcelas for possível, do final do plano habitacional escolhido;

Parágrafo Segundo - Se o valor do investimento escolhido for superior ao valor do capital subscrito, o sócio, querendo, poderá subscrever e imediatamente integralizar a diferença.

- Art. 19° - O investimento a ser feito por escolha do sócio selecionado em nome da KEROCASA, será dado em Alienação Fiduciária ao sócio, nas condições a seguir estabelecidas pelo restante do prazo que, adicionado a quantidade de meses já decorridos a partir da admissão ao quadro de sócios, resulte na soma do número de meses escolhido para integralização do capital.

CAPÍTULO VI - DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.

- Art. 20° - Ao indicar o imóvel de sua livre escolha, ou aderindo a um dos empreendimentos mencionados no artigo 4°, e estando o mesmo livre e desembaraçado para tanto, o sócio na posse do bem, deverá o sócio respeitar as parcelas de integralização do Capital Social, liquidando-as pontualmente, acrescidas dos encargos previstos na proposta de adesão.

- Art. 21°- O sócio será imitido no ato da posse do bem imóvel, no ato da assinatura do documento de compra e venda com a garantia da Alienação Fiduciária, seja por instrumento Público ou Particular e não estará eximido, de forma alguma, das obrigações estatutárias, além do pagamento da Taxa de Suporte Administrativo contratada pela KEROCASA, bem como os Impostos, Taxas e serviços relativos à ocupação do Imóvel, obrigando-se ainda a instituir um seguro total contra danos que possam vir a alcançar o bem imóvel em sua posse.

- Art. 22° - A falta de pagamento das quotas de Capital a integralizar e demais encargos implicará na eliminação do sócio, nos termos e condições previstos no artigo 31° e seus incisos, ensejando a KEROCASA o direito de retomada do imóvel.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
308
Carimbado Eletronicamente

- Art. 23º - Pagas todas as parcelas de integralização do capital, com os encargos estatutários, implicam, conseqüentemente, na completa integralização do Capital Subscrito.

- Art. 24° - Detentor do número de quotas integralizadas que corresponda ao Capital Subscrito e ao valor do investimento, compulsoriamente, o sócio adquirirá e a KEROCASA transferirá a propriedade do imóvel, usando como moeda de pagamento do seu preço a totalidade do capital das quotas que possuir que serão baixadas do passivo da Cooperativa, na redução do capital e conseqüentemente do ativo, na rubrica relativa ao investimento.

Parágrafo Único - Durante o período da Alienação Fiduciária, o sócio poderá, a qualquer tempo, antecipar a integralização do Capital Subscrito, adquirindo a propriedade do imóvel nos termos do "caput" deste Artigo.

CAPÍTULO VII - DOS SEGUROS.

- Art. 25° - A KEROCASA poderá contratar seguros por morte ou invalidez permanente, de crédito e obrigações contratuais do sócio, de garantia para execução e conclusão de obras, condicionando à aprovação, aceitação e inclusão na relação dos garantidos pela Seguradora, para cobertura do valor correspondente ao saldo do capital por capitalizar, cuja eventual necessidade de cobertura, terá o seu valor aplicado na finalidade prevista, pelo que, embora de encargo do sócio, responsável pelo pagamento em dia, respeitado as condições das apólices, e terão a KEROCASA como beneficiária.

Parágrafo Único - Coberto o capital a realizar pela Seguradora, a KEROCASA, transferirá ao sócio, seu beneficiário ou aos seus herdeiros ou sucessores, a propriedade do imóvel e / ou a quitação de ônus existentes.

- Art. 26° - Os imóveis da KEROCASA, em poder dos sócios, serão objeto de seguro contra danos físicos nas condições da apólice a ser contratada com Seguradora aprovada pela Diretoria da Cooperativa, cabendo ao sócio à liquidação dos prêmios respectivos, sob pena de se responsabilizar pelos danos sofridos pelo bem, mesmo que derivado de caso fortuito ou de força maior.

- Art. 27° - Em caso de resistência do sócio quanto à liquidação dos prêmios supramencionados, poderá a Cooperativa lançar os valores correspondentes nas parcelas mensais de integralização do Capital, sem restituição de qualquer espécie.

CAPÍTULO VIII - DAS SUB-ROGAÇÕES DE COTAS PARTES.

- Art. 28 - Os sócios poderão sub-rogar a terceiros as suas quotas-parte, desde que em dia com os seus pagamentos e que os sub-rogados preencham as condições e demais exigências do presente Regimento Interno, observados os seguintes critérios:

I - Se o sócio sub-rogado estiver sendo admitido exclusivamente para assumir o Plano do sócio sub-rogador, assume os direitos e obrigações deste, contando o tempo decorrido desde a admissão deste último, os valores das cotas integralizadas e as obrigações das quotas-parte por integralizar, podendo inclusive assumir a posição de Comodatário se o alienante estiver nessa fase de atendimento;

II - Se o sub-rogado for sócio, com outro plano em desenvolvimento, com prazos e valores definidos, acumulará as quotas-parte integralizadas que se somarão as já por ele integralizadas, podendo optar

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
309
Carimbado Eletronicamente

pelo tempo descontido do plano sub-rogado diante a admissão desprezando-se os quotas-parte do capital a integralizar do plano sub-rogado.

Parágrafo Primeiro - As disposições para terem validade perante a KERDCASA, deverão obrigatoriamente contar com a interveniência e anuência de sua administração.

Parágrafo Segundo - A KERDCASA poderá cobrar Taxa de sub-rogação de 1% do valor do capital sub-rogado, limitado a R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CAPÍTULO IX – DA LOCAÇÃO DA MORI E PLANI

- Art. 29º - A KERDCASA poderá alocar imóveis para o estabelecimento de sua Sede e Filiais, dentro dos padrões de funcionalidade e visando conforto para seus sócios, com autonomia total por parte de seu administrador.

CAPÍTULO X - DAS ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS

- Art. 30º – Todas as obrigações ensumidas pelo sócio sofrerão atualização monetária com periodicidades legais a partir da data da sua admissão, observadas as incisos permitidos por normas governamentais, utilizando-se o índice IPCA-E/IBGE ou outro que venha a substituí-lo, ou na falta deste, aquele que seja utilizado e todos de menor variação no período da sua atualização. As omissões aqui previstas serão automaticamente adaptadas a qualquer novo norma fixada pelo governo.

CAPÍTULO XI – DA RENUNCIAÇÃO DA COOPERATIA POR QUEBRA DE CONTRATO

- Art. 31º - Ao retirar-se o sócio da Cooperativa, por solicitação própria de cancelamento, demissão, eliminação ou exclusão, ser-lhe-á restituído o correspondente ao seu quotas-partes integralizadas do Capital Social sujeito as seguintes condições:

I. No caso de solicitação própria de cancelamento, demissão ou eliminação:

a. Se o sócio estiver em fase de integralização, do total do capital, na data de atendimento, o saldo devedor será descontado do valor a ser restituído, do seu quotas-parte da KERDCASA. O saldo devedor/credor, pela ordem cronológica de solicitação, deverá aguardar, num prazo não inferior a 90 (noventa) dias, que a KERDCASA tenha suficiência de recursos para resgatar o saldo do valor das quotas. Em caso de resgate será deduzido do valor das mais pagas, quando for o caso, importância correspondente a 10% (dez por cento) a título de multa rescisória e 20% (vinte por cento) sobre o como das parcelas liquidas e o saldo restante serão devolvidas em tantas prestações mensais e sucessivas quantas as utilizadas para integralização do capital liquidado.

b. Se o sócio estiver em dia com a integralização, do total do capital, na data de atendimento, a KERDCASA por lei período de avaliação, no forma referenda antes colocados integrais em 04 documento.

II. Na hipótese de exclusão:

a. Por morte, o saldo será transferirá para o beneficiário apontado na proposta do sócio falecido, conforme contrato com a seguradora.

b. Por incapacidade civil, será aplicado o regra anterior, conforme o caso;

c. Por ter o sócio atingido o seu objetivo, a exclusão se dará pela perda de sua condição de sócio, ante a utilização de suas quotas-partes.

d. Por ter o sócio atingido o seu objetivo, as suas quotas-parte se não precedido pelos sócios, após a comunicação efetuada pela KERDCASA, será aplicado a Taxa de 5% (cinco por cento) a cada período de 30 (trinta) dias, extinguindo-se a exigibilidade quando o valor for inferior a R$ 5,00 (cinco reais).

III. Por falecimento do associado, o saldo será transferido para o beneficiário. O direito ao valor de suas quotas-parte do capital. O direito de se associado a liquidação de seus haveres prescreve em 3 (três) anos, a partir da data da cessação da qualidade de sócio.

- Art. 32º - O pagamento das quotas de Capital a integralizar e demais encargos implicará na efetivação da sua integralização e KERDCASA o direito de reconsta de retirar, obedecidas as condições do Artigo 31 inciso I.

Posição do Associado

Data/Hora : **11/06/2018 12:56:09**
(V. 12 JAN/2014)
Página 1 de 2

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
310
Carimbado Eletronicamente

Proposta : **14581** Nome: **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**

Dados do Associado

Endereço: **RUA TANIA GIMENES PARREIRA, 127** Bairro : **IOLANDA**
Cidade: **Rio de Janeiro-RJ** UF: **RJ** CEP.: **26270040** Profissão **MILITAR**
Sexo: **M** Nascimento : **21/08/1989** CPF/CNPJ: **13196589706** RG : **8808872**
Telefones: **21517847** **983302806** E-mail: **ggranprix@gmail.com**

Dados da Proposta

Consultor : **Padrão** Loja: **Madureira**

Plano : **Crédito de R$ 350.000,00 em 421 meses** Data Ingresso : **13/12/2017** Data do Aditamento:
Parcela Liquida : **831,35** Tx.Adm.: **345,69** Seguro : Parc.Tot.: **1.177,05**

Oferta de Antecipação

Data da Oferta: FGTS: Espécie: Total:

Dados da Classificação

Situação : **Excluído** Último Reajuste : Cancelamento Classificação:
Data Classificação : Capital na Classificação :

Dados do Imóvel

Endereço / Empreendimento:
Número da Casa: Cidade: Bairro:

Documentos da Venda

Nº do Registro no RGI: Promessa de Compra e Venda: Cartório:
Livro: Folhas: Data da Escritura:

Mudança de Titularidade

Data da Transferência: Titular Anterior : CPF:

Situação de Cobrança

Situação : **AÇÃO CONTRA** Data do Congelamento :
Advogado : **Pablo Cerqueira** Nº do Proc : **01025261320188190001** Data de Entrada no PROCON
N° da Vara / JEC: **7° JEC - CAPITAL** Tipo de Audiencia: **AC** Data: **12/06/2018** Horário: **10:40**
Andamento Ação / Observações:

Histórico de Outras Informações

02/01/2018 - ASSOCIADO DISSE (P/TEL.) QUERER DIMINUIR O SEU PLANO, ANTERIORMENTE AO VENCIMENTO DE SUA 2ª PARCELA.

PARCELAS PENDENTES

	Parc.	Vencimento	Valor da Parcela	Multa	Juros	Honorários	Total a Pagar
VENCIDAS							
	2	10/01/2018	1.177,05	23,54	70,62	165,26	1.436,47
	3	10/02/2018	1.177,05	23,54	58,85	163,73	1.423,17
	4	10/03/2018	1.177,05	23,54	47,08	162,20	1.409,87
	5	10/04/2018	1.177,05	23,54	35,31	160,67	1.396,57
	6	10/05/2018	1.177,05	23,54	23,54	159,14	1.383,27
Sub-Total:		(5 parcelas)	**5.885,25**	**117,70**	**235,40**	**811,00**	**7.049,35**
Total Pendente:		(5 parcelas)	**5.885,25**	**117,70**	**235,40**	**811,00**	**7.049,35**

CONTA CORRENTE

Parc.	Dt.Venc.	Dt.Pagto.	Parc.Liq.	% Pago	Tx.Adm.	Seguro	Tarifa	Multa	Valor Pago	Capital
1	22/12/2017	22/12/2017	831,35	0,2375%	345,70				1.177,05	350.000,00

TJRJ CAP JC07 201804134815 11/06/18 15:01:55135231 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Página
311
Carimbado Eletronicamente

Total de Pagamentos :	**831,35**	**0,2375%**	**345,70**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.177,05**	**350.000,00**
Débitos Diversos :	**-0,00**	**0,0000%**						
Líquido :	**831,35**	**0,2375%**						
Saldo Devedor :	**349.210,76**	**99,7625%**	**145.209,41**					

Total p/ Quitação:	**494.420,17**
Juros + Multa:	**353,10**
Total Devedor:	**494.773,27**
Total Devedor + Seguro:	**494.420,85**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
312
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Audiência: Conciliação, Instrução e Julgamento	
Atualizado em	12/06/2018
Data	12/06/2018 10:40
Juiz(íza)	Tula Rodrigues Ferreira de Menezes
Resultado	Adiada - Ausência de Um dos Réus
Personagens	JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Autor); KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA (Réu);

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
313
Carimbado Eletronicamente

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Advogado: MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (RJ102520)
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Advogado: PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (RJ157408)
Advogado: MARLON MARTYR NETO (RJ156928)

Audiência : Conciliação, Instrução e Julgamento
Data da Audiência : 12/06/2018

ASSENTADA

Aos 12 de junho de 2018, às 10:50hs, na sala de audiências deste Juízo, foi aberta a audiência designada nos autos perante a Dra. JUÍZA LEIGA TULA RODRIGUES FERREIRA DE MENEZES.

Ao pregão, respondeu a parte autora, bem como o primeiro réu (Kerocasa). Ausente o segundo, terceiro e quarto réus, uma vez que não foi realizada a citação dos mesmos.

Assim, requer a parte autora a citação do segundo, terceiro e quarto réus nos endereços informados na inicial, bem como designação de nova audiência.

Pela Dra. Juíza Leiga, foi remetido o processo a conclusão para decisão da MM. Juíza Togada.

Nada mais havendo, foi encerrada a presente às 10:58hs.

Tula Rodrigues Ferreira de Menezes
Juiz Leigo

Código de Autenticação: **4UHS.1CXK.TX34.L3TY**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Data: 12/06/2018 11:00:15 Local TJ-RJ Motivo: Assinado por Tula Rodrigues Ferreira de Menezes

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
314
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**12/06/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**12/06/2018**
Data da Devolução	**Não devolvido.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
315
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 12/06/2018

Despacho

Incluam-se os réus discriminados na incial no polo passivo.
Redesigne-se data de audiência, intimando-se a ré KEROCASA e o autor e citando os demais réus.

Rio de Janeiro, 12/06/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **49RG.DDJJ.687M.HHTY**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
316
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**19/06/2018**
Data	**12/06/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
317
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Incluam-se os réus discriminados na incial no polo passivo.Redesigne-se data de audiência, intimando-se a ré KEROCASA e o autor e citando os demais réus.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
318
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Incluam-se os réus discriminados na incial no polo passivo.Redesigne-se data de audiência, intimando-se a ré KEROCASA e o autor e citando os demais réus.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
319
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 13/06/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Incluam-se os réus discriminados na incial no polo passivo.
Redesigne-se data de audiência, intimando-se a ré KEROCASA e o autor e citando os demais réus.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
320
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 13/06/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Incluam-se os réus discriminados na incial no polo passivo.
Redesigne-se data de audiência, intimando-se a ré KEROCASA e o autor e citando os demais réus.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 13/06/2018 e foi publicado em 15/06/2018 na(s) folha(s) 464/466 da edição: Ano 10 - n° 183 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Incluam-se os réus discriminados na incial no polo passivo.Redesigne-se data de audiência, intimando-se a ré KEROCASA e o autor e citando os demais réus.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
322
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**16/06/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
323
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. DIRETOR DA SECRETARIA DO VII JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo numero: 0102526-13.2018.8.0001

Grerj : 50621481740-64

Ref.: : JONATHAN DA SILVA PEREIRA X KEROCASA-COOERATIVA HABITACIONAL LTDA

GABRIELA MOSCIARO PADUA, inscrita na OAB/RJ 172794, nos autos da ação em epígrafe, vem requerer a V.Sa. que seja emitida certidão cartorária declarando a atuação da advogada subscritora da presente, **especificando o numero do processo, a petição em que atuou, numero devido do protocolo, numero das folhas em que referida petição se encontra nos autos, procuração/substabelecimento, numero da OAB/RJ, bem como a data em que atuou no processo,** de modo a comprovar o efetivo exercício de sua atividade profissional para fins de concurso público.

Nestes termos,
P.deferimento.
Rio de Janeiro 16 de Junho de 2018

Gabriela Mosciaro Padua
OAB/RJ 172794

TJRJ CAP JC07 201804316224 16/06/18 14:18:50138561 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
324
Carimbado Eletronicamente

GRERJ Eletrônica - Judicial

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GUIA DE RECOLHIMENTO DE RECEITA JUDICIÁRIA-GRERJ

NÚMERO DA GUIA: 50621481740-64

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO:	GABRIELA MOSCIARO PADUA
CNPJ OU CPF DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO:	109.614.717-35
JUIZO / CARTÓRIO:	Cartório do 7º Juizado Especial Cível
NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO:	CERTIDÃO
COMARCA:	Comarca da Capital

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:
PROCESSO: 0102526-13.2018.8.19.0001
RÉU: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA AUTOR: JONATHAN DA SILVA PEREIRA

TIPO DE RECEITA	RECEITA/CONTA	VALOR-R$	TIPO DE RECEITA	RECEITA/CONTA	VALOR-R$
ATOS JUIZADOS	1103-1	16,33	FUNDPERJ	6898-0000215-1	0,81
			FUNPERJ	6898-0000208-9	0,81
	SUBTOTAL	16,33			
CAARJ / IAB (10%)	**2001- 6**	1,63	**TOTAL**		**19,58**

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

VALIDADE PARA PAGAMENTO: 10/06/2018

PAGÁVEL SOMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO BRADESCO

86890000000 7 19582853873 8 42018061050 3 62148174064 4

BRADESCO

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS

DATA DO PAGAMENTO: 01/06/2018 HORA: 12:27:04
AGENCIA: 01434
AUTENTICACAO: 018 TERMINAL: 112 SEQ: 00729
COD TRANS: CB01
EMPRESA/ORGAO: TJRJ
CODIGO DE BARRAS:
86890000000-7 19582853873-8
42018061050-3 62148174064-4
CODIGO DO TRIBUTO: 00000
VALOR PRINCIPAL: 19,58
VALOR DA MULTA: 0,00
VALOR DOS JUROS: 0,00
VALOR DOS DESCONTOS: 0,00
VALOR DO PAGAMENTO: 19,58

BBD1434 112 018 010618C 19,58R CB01

A transação acima foi realizada por meio do Canal Terminal Financeiro

Este comprovante de pagamento devera ser guardado para apresentação ao Orgão competente, quando requisitado

Alo Bradesco
SAC - Servico de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamacoes e Informacoes
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira
das 8h as 18h, exceto feriados

TJRJ CAP JC07 201804316224 16/06/18 14:18:50138561 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
325
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**19/06/2018**
Data da Juntada	**19/06/2018**
Tipo de Documento	**Extrato da GRERJ**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
326
Carimbado Eletronicamente

Extrato de GRERJ ELETRÔNICA

GRERJ: 5062148174064 **Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001**

CPF/CNPJ: 10961471735 Autenticação: 01434112018

Pagamento: 01/06/2018

Nome de quem faz o recolhimento: GABRIELA MOSCIARO PADUA

Uso: GRERJ conferida correta

Data de utilização da GRERJ:

Informação complementar: RÉU: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA AUTOR: JONATHAN DA SILVA PEREIRA

Receita/Conta	Descrição	Valor
1103-1	Atos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais	R$16,33
2001-6	CAARJ / IAB	R$1,63
6898-0000215-1	OUTROS FUNDOS	R$0,81
6898-0000208-9	OUTROS FUNDOS	R$0,81
	Total:	**R$19,58**

Rio de Janeiro, 19-junho-2018

PAULO ROBERTO GOMES E SOUZA
29065

Observação: Cálculo do FUNDPERJ e do FUNPERJ -: 5% dos valores atinentes às custas judiciais e aos emolumentos de registro/baixa.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
327
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**19/06/2018**
Data	**19/06/2018**
Descrição	**Certifico que as custas foram recolhidas corretamente.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
328
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que as custas foram recolhidas corretamente.

Rio de Janeiro, 19/06/2018.

Paulo Roberto Gomes e Souza - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/29065

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
329
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**19/06/2018**
Data	**19/06/2018**
Descrição	**certidão de pratica juridica**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
330
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Distribuído em : 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Eu, Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460 CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo em meu poder e em cartório os autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, distribuída a este Juízo em 03/05/2018, por intermédio do 3º Ofício de Registro de Distribuição, registrada sob o nº 0102526-13.2018.8.19.0001, o que se segue: para fins comprovação de PRÁTICA JURÍDICA, consta que a DRA. GABRIELA MOSCIARO PADUA, OAB/RJ 172794, atuou no processo acima referido, subscrevendo a petição inicial , fls.03/239, em 12/03/2018, estando substabelecida à fls.247 .

O referido é verdade e dou fé. E para constar, lavrei a presente, que vai por mim assinada.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

GRERJ Nº. 50621481740-64 VALOR: 19,58
JUSTIÇA GRATUITA ( )

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
331
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**19/06/2018**
Data	**19/06/2018**
Publicado no DO	**Sim**
Data do Expediente	**19/06/2018**
Descrição	**ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 30/07/2018 ÁS 13:20 HRS.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
332
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 30/07/2018 ÁS 13:20 HRS.

Rio de Janeiro, 19/06/2018.

Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
333
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**19/06/2018**
Data	**19/06/2018**
Descrição	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
334
Carimbado Eletronicamente

INTIMAÇÃO VIA POSTAL

Processo Nº: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Destinatário: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Endereço: Rua Vilela Tavares, nº 355 101 - CEP: 20725-220 - Méier - Rio de Janeiro - RJ

Finalidade: INTIMAR A PARTE AUTORA PARA TOMAR CIÊNCIA DA ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 30/07/2018 ÁS 13:20 HRS.

De ordem do(a) MM. Dr(a). Juiz(íza) **Valeria Pacha Bichara** deverá V. Sª. comparecer pessoalmente neste Juízo no local e data acima mencionados, portando documento de identificação.

Eu,_____ Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387, digitei a presente. E eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, a subscrevo.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Código para Consulta do Documento/texto no portal do TJERJ: : **4TEV.NJ68.RUMK.I312**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
335
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
336
Carimbado Eletronicamente

INTIMAÇÃO VIA POSTAL

Processo Nº: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Destinatário: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Endereço: Avenida Rio Branco, nº 151 413 - CEP: 20040-006 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Finalidade: INTIMAR A PARTE RÉ PARA TOMAR CIÊNCIA DA ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 30/07/2018 ÁS 13:20 HRS.

De ordem do(a) MM. Dr(a). Juiz(íza) **Valeria Pacha Bichara** deverá V. Sª. comparecer pessoalmente neste Juízo no local e data acima mencionados, portando documento de identificação.

Eu,_____ Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387, digitei a presente. E eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, a subscrevo.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Código para Consulta do Documento/texto no portal do TJERJ: : **4NES.I8QE.KZYQ.I312**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
337
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
338
Carimbado Eletronicamente

SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Praça Pio Correia, nº 92 Bloco 01, Apto 602, - CEP: 22461-240 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109
CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Pelo presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.

Ciente de que deverá comparecer à audiência de **Conciliação, Instrução e Julgamento** que será realizada em **30/07/2018 13:20h**, podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado, oportunidade em que receberá as defesas apresentadas, bem como colherá as provas, inclusive testemunhais, em audiência una, proferindo sentença.

Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:
1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.
3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.
4º Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo. (Redação dada pelo Ato Executivo TJ nº 5156/2009).
5º A assistência de advogado será necessária sempre que a causa for de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, bem como quando houver nítido desequilíbrio e, ainda, obrigatoriamente, caso haja necessidade de interposição de recurso.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
339
Carimbado Eletronicamente

VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Rua Benjamim de Magalhães, nº 145 Casa 103 - CEP: 20750-170 - Pilares - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109
CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Pelo presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.

Ciente de que deverá comparecer à audiência de **Conciliação, Instrução e Julgamento** que será realizada em **30/07/2018 13:20h**, podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado, oportunidade em que receberá as defesas apresentadas, bem como colherá as provas, inclusive testemunhais, em audiência una, proferindo sentença.

Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:
1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.
3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.
4º Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo. (Redação dada pelo Ato Executivo TJ nº 5156/2009).
5º A assistência de advogado será necessária sempre que a causa for de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, bem como quando houver nítido desequilíbrio e, ainda, obrigatoriamente, caso haja necessidade de interposição de recurso.

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
340
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**19/06/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
341
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 30/07/2018 ÁS 13:20 HRS.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
342
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 30/07/2018 ÁS 13:20 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
343
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 19/06/2018 e foi publicado em 21/06/2018 na(s) folha(s) 544/545 da edição: Ano 10 - n° 187 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928) ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 30/07/2018 ÁS 13:20 HRS.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
344
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 20/06/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 30/07/2018 ÁS 13:20 HRS.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
345
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 20/06/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

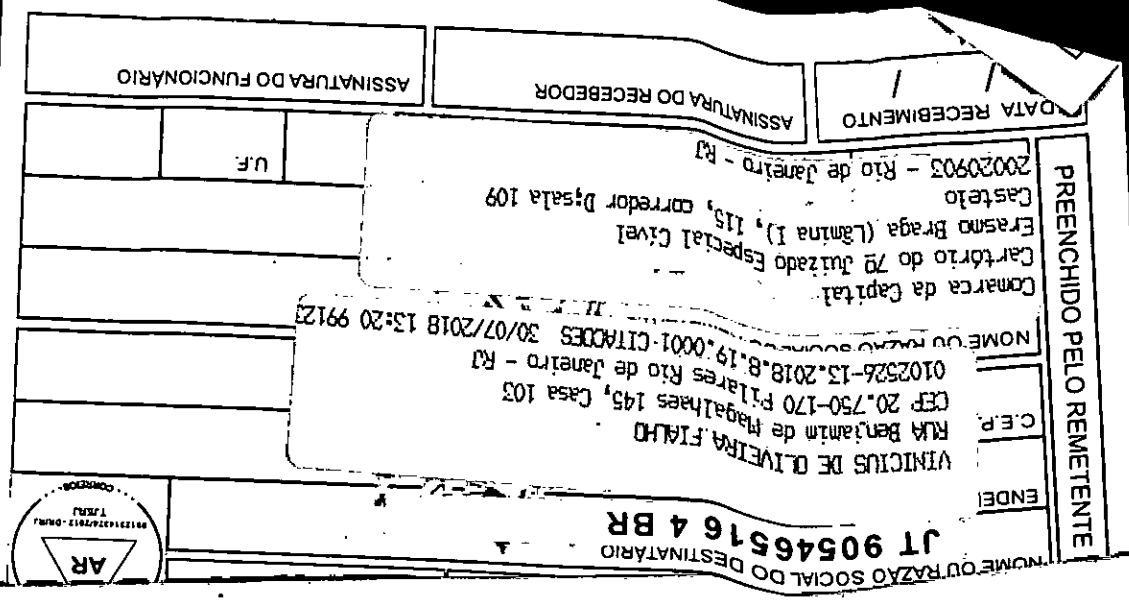
ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 30/07/2018 ÁS 13:20 HRS.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
346
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**03/07/2018**
Situação	



REMETENTE

PJERJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Carta
99123143742017 - 0R/RJ
PJERJ
Correios

VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
RUA Benjamim de Magalhaes 145, Casa 103
CEP 20.750-170 Pilares Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 CITAÇÕES 30/07/2018 13:20 99123

Mudou-se

Correios REGISTRADO URGENTE *registered priority* PESO (kg) *weight*
Recebedor AR MP
Assinatura Doc.
FCC310

JT 90546516 4 BR

7535-654-6981

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
348
Carimbado Eletronicamente

Envelope produzido
e gerido de
forma responsável
FSC
www.fsc.org
MISTO
FSC® C031357

26/06/18 17:28:43

MUDOU-SE
AUSENTE
NÃO EXISTE O Nº INDICADO
NÃO PROCURADO
ENDEREÇO INSUFICIENTE
DESCONHECIDO
RECUSADO
FALECIDO
ENTREGUE NO LOCAL
MUDOU-SE
NÃO EXISTE O Nº INDICADO
ENDEREÇO INSUFICIENTE
DESCONHECIDO
NÃO PROCURADO
RECUSADO
AUSENTE
FALECIDO
ENTREGUE NO LOCAL

Câmara da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor Direita 109
Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

26 JUN 2018
RIO C

CARIMBO

CARTA
IMPRESSO
ENCOMENDA
CECDGRAMA
.....

REEMBOLSO POSTAL
VALE
MÃO PRÓPRIA
SEDEX
.....

VALOR DECLARADO

VALOR DO VALE

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

OCORRÊNCIA

MUDOU-SE
NÃO EXISTE O Nº INDICADO
DESCONHECIDO
NÃO PROCURADO
ENDEREÇO INSUFICIENTE
RECUSADO
AUSENTE
FALECIDO
ENTREGUE NO LOCAL
_____

Sr. Carteiro, em caso de recusa, devolver imediatamente ao remetente.

UNIDADE DE DESTINO

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE
ENTREGUE PAGO

ASSINAR NO ANVERSO

DATA
/ /

CARIMBO

DEVOLVER PELA MAIS RÁPIDA (AÉREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
349
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**05/07/2018**
Situação	

CORREIOS

OBJETO DE SERVIÇO

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM

AR

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO

JT 90546518 1 BR

ENDEREÇO

KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
AVENIDA Rio Branco 151, 413
CEP 20.040-006 Centro Rio de Janeiro - RJ

C.E.P.

NOME OU RA 0102526-13.2018.8.19.0001 INTIMACOES 30/07/2018 13:20 991

EN Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109

C.E Castelo CIDADE
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

U.F.

HELIO FERREIRA
Mat. 331[illegible]

DATA RECEBIMENTO

26/06/18

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Athayde de O. Júnior
Av. Rio Branco, 151
Edifício Iracema

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

7535-651-0024

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
351
Corregedoria Eletrônica

	☐ CARTA ☐ IMPRESSO ☐ ENCOMENDA ☐ CECOGRAMA ☐	☐ REEMBDLSO POSTAL ☐ VALE ☐ MÃO PRÓPRIA ☐ SEDEX ☐ .....
CARIMBO	VALOR DECLARADO	VALOR DO VALE

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

OCORRÊNCIA

☐ MUDOU-SE	☐ NÃO PROCURADO	☐ AUSENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO	☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE	☐ FALECIDO
☐ DESCONHECIDO	☐ RECUSADO	☐ ENTREGUE NO LOCAL
Sr. Carteiro, em caso de recusa, devolver imediatamente ao remetente.		☐ _____

UNIDADE DE DESTINO
1º PRIMEIRO DE MARÇO
28 JUN 2013
CARIMBO

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE		DATA
☐ ENTREGUE ☐ PAGO	*ASSINAR NO ANVERSO*	/ /

DEVOLVER PELA MAIS RÁPIDA (AÉREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
352
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**05/07/2018**
Situação	

CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

Página 353

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº .	DATA DE POSTAGEM

AR

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO
JT 90546515 5 BR

ENDEREÇO

C.E.P.

SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
PRAÇA Pio Correia 92, Bloco 01, Apto 602,
CEP 22.461-240 Jardim Botanico Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 30/07/2018 13:20 [illegible]123

26 JUN 2018

NOME OU R

EN Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109

C.E Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

U.F.

DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA DO RECEBEDOR	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
26/06/18		Mat.: 8.954.229-0

7535-651-0024

354

CARIMBO

- ☐ CARTA
- ☐ IMPRESSO
- ☐ ENCOMENDA
- ☐ CECOGRAMA
- ☐ .....

- ☐ REEMBOLSO POSTAL
- ☐ VALE
- ☐ MÃO PRÓPRIA
- ☐ SEDEX
- ☐ .....

VALOR DECLARADO

VALOR DO VALE

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

OCORRÊNCIA

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ AUSENTE
- ☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- ☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
- ☐ FALECIDO
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ ENTREGUE NO LOCAL
- ☐ _____

Sr. Carteiro, em caso de recusa, devolver imediatamente ao remetente.

UNIDADE DE DESTINO

2 6 JUN 2018

CARIMBO

EMPRESA BRASIL

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE

- ☐ ENTREGUE
- ☐ PAGO

ASSINAR NO ANVERSO

DATA

/ /

DEVOLVER PELA MAIS RÁPIDA (AÉREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
355
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Audiência: Conciliação, Instrução e Julgamento	
Atualizado em	30/07/2018
Data	30/07/2018 13:20
Juiz(íza)	Erika Magioli
Resultado	Adiada - Ausência de Um dos Réus
Personagens	JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Autor); KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA (Réu); JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA (Réu); SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA (Réu); VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO (Réu);

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
356
Carimbado Eletronicamente

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Advogado: MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (RJ102520)
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Advogado: PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (RJ157408)
Advogado: MARLON MARTYR NETO (RJ156928)
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Audiência : Conciliação, Instrução e Julgamento
Data da Audiência : 30/07/2018

ASSENTADA

Em 30 de julho de 2018, às 13h20min, na sala de audiências do VII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, perante a Dra. JUIZA LEIGA ERIKA CRISTINA DE ALBUQUERQUE MAGIOLI, feito o pregão, presente a parte autora, acompanhada da sua patrona. Presente a parte Ré KEROCASA. Ausentes os Réus JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO.
Compulsando-se os autos, verifica-se que apesar de constar citação positiva em face do Réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA (fl. 353), o mesmo foi citado em pessoa diversa.
Em relação ao Réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, houve retorno negativo do AR, conforme documento de fl. 347, ao passo que em relação ao Réu JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, sequer houve expedição do mandado de citação.
Diante do exposto, pela parte autora foi requerido a renovação da citação dos Réu.
Requer que o Réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO seja citado à Rua André Rocha, nº 2299, Taquara, CEP 22710-567, Rio de Janeiro/RJ.
Em relação ao Réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, requer a renovação por oficial de justiça no endereço indicado na petição inicial, bem como a citação do Réu JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, no endereço já fornecido.
Sem proposta de acordo pela Ré KEROCASA.
Pela parte ré KEROCASA.foi juntada contestação nos autos do processo eletrônico, tendo sido dada vista a parte autora.

Pela parte autora foi dito que se reporta a inicial e demais peças constantes dos autos.

Pela parte ré KEROCASA. foi dito que se reporta à contestação e demais peças constantes dos autos. Requer que as futuras publicações sejam realizadas conforme defesa.

Diante do exposto, remeto os autos à conclusão.
Em nada mais havendo, a audiência se deu por encerrada às 13h30min.

Erika Magioli
Juiz Leigo

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
357
Carimbado Eletronicamente

Código de Autenticação: **4PHH.2SP2.FA8X.NA22**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Data: 30/07/2018 13:34:45 Local TJ-RJ Motivo: Assinado por Erika Magioli

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
358
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Data	**30/07/2018**
Descrição	**A(s) parte(s) abaixo não foram citada(s): VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Diga ao autor quanto a citação negativa.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
359
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**31/07/2018**
Data da Juntada	**31/07/2018**
Tipo de Documento	**Assentada**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
360
Carimbado Eletronicamente

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Advogado: MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (RJ102520)
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Advogado: PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (RJ157408)
Advogado: MARLON MARTYR NETO (RJ156928)
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Audiência : Conciliação, Instrução e Julgamento
Data da Audiência : 30/07/2018

ASSENTADA

Em 30 de julho de 2018, às 13h20min, na sala de audiências do VII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, perante a Dra. JUIZA LEIGA ERIKA CRISTINA DE ALBUQUERQUE MAGIOLI, feito o pregão, presente a parte autora, acompanhada da sua patrona. Presente a parte Ré KEROCASA. Ausentes os Réus JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO.
Compulsando-se os autos, verifica-se que apesar de constar citação positiva em face do Réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA (fl. 353), o mesmo foi citado em pessoa diversa.
Em relação ao Réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, houve retorno negativo do AR, conforme documento de fl. 347, ao passo que em relação ao Réu JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, sequer houve expedição do mandado de citação.
Diante do exposto, pela parte autora foi requerido a renovação da citação dos Réu.
Requer que o Réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO seja citado à Rua André Rocha, nº 2299, Taquara, CEP 22710-567, Rio de Janeiro/RJ.
Em relação ao Réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, requer a renovação por oficial de justiça no endereço indicado na petição inicial, bem como a citação do Réu JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, no endereço já fornecido.
Sem proposta de acordo pela Ré KEROCASA.
Pela parte ré KEROCASA.foi juntada contestação nos autos do processo eletrônico, tendo sido dada vista a parte autora.

Pela parte autora foi dito que se reporta a inicial e demais peças constantes dos autos.

Pela parte ré KEROCASA. foi dito que se reporta à contestação e demais peças constantes dos autos. Requer que as futuras publicações sejam realizadas conforme defesa.

Diante do exposto, remeto os autos à conclusão.
Em nada mais havendo, a audiência se deu por encerrada às 13h30min.

Erika Magioli

OAB/RJ 171990

1214

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
361
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**01/08/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**31/07/2018**
Data da Devolução	**01/08/2018**
Data do Despacho	**31/07/2018**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
362
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 31/07/2018

Despacho

Redesigne-se o ato. Citem-se os réus na forma requerida pela parte autora na assentada de fls.356 e intime-se devidamente.

Rio de Janeiro, 31/07/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **42QX.93J8.R48H.4C22**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
363
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Atualizado em	**01/08/2018**
Data da Juntada	**01/08/2018**
Situação	

CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE JUS
☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

364

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM

AR
00123143742912 - DR/RJ
TJERJ
CORREIOS

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO
JT 90546498 5 BR

ENDEREÇO

C.E.P.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA
RUA Vilela Tavares 355, 101
CEP 20.725-220 Meier Rio de JaneirD - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 INTIMACOES 30/07/2018 13:20 991

NOME OU RAZÃC

ENDEREÇO PARA DE

C.E.P.

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109
Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA DO RECEBEDOR	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
26/06/18	Maria da Conceição	

7535-651-0024

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
365
Conferido Eletronicamente

Na.

- [ ] CARTA
- [ ] IMPRESSO
- [ ] ENCOMENDA
- [ ] CECOGRAMA
- [ ] .....

- [ ] REEMBOLSO POSTAL
- [ ] VALE
- [ ] MÃO PRÓPRIA
- [ ] SEDEX
- [ ] .....

CARIMBO

VALOR DECLARADO

VALOR DO VALE

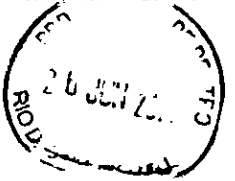
DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

OCORRÊNCIA

- [ ] MUDOU-SE
- [ ] NÃO PROCURADO
- [ ] AUSENTE
- [ ] NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- [ ] ENDEREÇO INSUFICIENTE
- [ ] FALECIDO
- [ ] DESCONHECIDD
- [ ] RECUSADO
- [ ] ENTREGUE NO LOCAL
- [ ] _____

Sr. Carteiro, em caso de recusa, devolver imediatamente ao remetente.

UNIDADE DE DESTINO



CARIMBD

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE

- [ ] ENTREGUE
- [ ] PAGO

ASSINAR NO ANVERSO

DATA

/ /

DEVOLVER PELA MAIS RÁPIDA (AÉREA DU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
366
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**01/08/2018**
Data	**01/08/2018**
Descrição	**CITAÇÃO POSTAL**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
367
Carimbado Eletronicamente

VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Rua André Rocha, nº 2299 - CEP: 22710-567 - Taquara - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109
CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Pelo presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.

Ciente de que deverá comparecer à audiência de **Conciliação, Instrução e Julgamento** que será realizada em **10/09/2018 14:40h**, podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado, oportunidade em que receberá as defesas apresentadas, bem como colherá as provas, inclusive testemunhais, em audiência una, proferindo sentença.

Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:
1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.
3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.
4º Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo. (Redação dada pelo Ato Executivo TJ nº 5156/2009).
5º A assistência de advogado será necessária sempre que a causa for de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, bem como quando houver nítido desequilíbrio e, ainda, obrigatoriamente, caso haja necessidade de interposição de recurso.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
368
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**01/08/2018**
Data	**01/08/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
369
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

833/2018/MND

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nome da Parte Ré : JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Local Diligência: Rua Maria Benjamim, nº 94 Casa 101, Frente - CEP: 20750-140 - Pilares - Rio de Janeiro - RJ
Data da Audiência: 10/09/2018 14:40h
Local da Audiência: Cartório do 7º Juizado Especial Cível - Sala de Audiências.

O MM. Juiz de Direito, **Dr.(a) Valeria Pacha Bichara** ***MANDA*** o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo supracitado dirigir-se ao local indicado, ou onde lhe for apontado e proceder à ***CITAÇÃO*** da parte ré para tomar conhecimento e defender-se do presente processo e ***INTIMAÇÃO*** para comparecer à audiência supra mencionada, podendo seguir-se imediatamente a audiência de instrução e julgamento, nela oferecendo defesa escrita ou oral e produzindo provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a), nos termos e de acordo com as peças fielmente transcritas, que ficam integrando este mandado. Que se cumpra na forma da lei. Eu, _____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Código de Autenticação: **4IYQ.75UN.5D83.RE22**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

ADVERTÊNCIAS:
1) Não comparecendo o demandado, pessoalmente, ou na hipótese de pessoa jurídica, através do representante legal ou preposto regularmente constituído, à sessão de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2) Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência de instrução e julgamento, em sua defesa, documentos e/ou até 03 testemunhas (indicá-las até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação).
3) As partes deverão portar documento de identidade e CPF, se pessoa física, e cópia do ato constitutivo, se pessoa jurídica.

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Mandado: 2018042097 Receb.: 01/08/2018 Limite: 29/08/2018 Oficial: Silvio Cesar Gomes Pontes

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL FÓRUM CENTRAL - RIO DE JANEIRO.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade n° 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o n° 131.965.897-06 (documentos anexos), residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, n° 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220 (documentos anexos), vem perante V.Exa., por seu procurador *in fine* assinado (instrumentos procuratórios anexos), com fulcro no artigo 319 e seguintes do NCPC c.c. arts. 186 e 927 do CC/2002, art. 6º e 17 da lei 8.078/1990 e na Lei nº 9.099/1995 propor

AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C.C. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78 (Cartão do CNPJ em anexo), com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006; **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI, RG 05.996.532-7/Detran-RJ e CPF 724.023.777-04, residente e domiciliado na rua Maria Benjamin, 94, casa

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

101 frente – Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140; **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, economista, RG 20.575-3 4 e CPF 810.516.547-34, residente e domiciliado na Rua Pio Correia, nº. 92, bloco 01, apto 602 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.461-240; e **VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Benjamin de Magalhães, 145 – casa 103 – Pilares, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.750-170 pelos fatos e fundamentos que passa a expender:

I – PRELIMINARMENTE

1.1. Da Competência

O Autor opta por propor a presente lide no endereço da Ré, cuja competência é do Juizado Especial Cível do Centro, por força do disposto no artigo 100, da Lei nº 8.078/1990, tendo em vista sua condição de consumidor perante os Réus.

1.2. Da Gratuidade de Justiça

Inicialmente, a parte Autoral vem requerer o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/1950 e nas alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, tendo em vista se encontra em extrema dificuldade financeira, pois além de suas despesas usuais, ainda tive o prejuízo causado pelos Réus.

Cabe frisar que o Réu possui 2 (dois) filhos menores impúberes, além de sua companheira, residindo em imóvel alugado no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), pagando condomínio, luz, IPTU, gás de cozinha,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

com diversas despesas que pesam em seu escasso orçamento familiar, tal como se denota nos docs. acostados nos autos.

O Autor é militar com um salário líquido de apenas R$ 3.395,00 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais), demonstrando de forma comprovada que não pode arcar com os custos do processo judicial.

A *mens legis* do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal é beneficiar pessoas exatamente no perfil do Autor, sob pena de negar-lhe acesso ao Poder Judiciário. Nesse sentido é o posicionamento adotado por este Tribunal, consoante emanado da Súmula nº 39 do Tribunal de Justiça deste Estado, verbis, "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (artigo 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade".

Diante disso e da comprovação da impossibilidade do Autor, pugna pela concessão da gratuidade de justiça consoante documentos acostados nos autos, uma vez que ele não pode arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, sem prejuízo da subsistência de sua família.

1.3. Do Litisconsórcio Passivo e Da Desconsideração da Personalidade Jurídica dos Sócios da 1ª Ré

Conforme se verifica na vasta lista de processos judiciais propostos em face da 1ª Ré, esta tem por hábito contumaz a lesão dos seus consumidores. Pior que isto, não efetua o pagamento vonluntário das suas condenações judiciais.

Desta feita, o Autor indica como exemplo o processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da 1ª Ré, em que houve desconsideração da personalidade jurídica incidentalmente, como se constata das cópias anexas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Assim, visando dar cumprimento aos princípios da efetividade, celeridade e economia processuais, o Autor entende que é o caso da aplicação do art. 134, §2º, CPC/2015, em que é facultado à parte indicar quem será demandado, podendo fazê-lo em face da pessoa jurídica OU dos seus sócios / diretores, nas hipóteses de cabimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

Desta feita, os 2º, 3º e 4º Rúes possuem pertinência temática subjetiva para compor o polo passivo da presente demanda, uma vez que compõem o quadro estatutário da 1ª Ré. Importante ressaltar que os 2º, 3º e 4º Réus são diretores da 1ª Ré, conforme comprovam os atos constitutivos em anexo.

1.3.1. Da Dissolução Irregular e da Inatividade da 1ª Ré

Cabe explicitar que a Lei nº 5.764/1971, estabelece as condições e possibilidades de dissolução legal e regular das cooperativas, bem como de sua liquidação.

Dessume-se, então, das provas constantes dos autos, que a empresa Executada fora utilizada e dissolvida de forma irregular e ilegal, encerrando suas atividades em detrimento às disposições legais supra citadas, inclusive contratuais, haja vista, que não fora procedida qualquer baixa junto aos órgãos competentes, tampouco, se deu a liquidação de seus haveres e obrigações, como está demonstrado na presente exordial, **além de não deixar quaisquer bens para garantia e liquidação de suas dívidas**.

O Código Civil de 2002 amplia e estende a responsabilização daqueles que, sob o manto da personalidade jurídica, praticam atos tendentes a fraudar credores. Assim, diz o Estatuto Civil:

> **Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.**

Da mesma forma, a Lei das Cooperativas possui previsão de responsabilização dos seus diretores, conofrme se verifica abaixo:

> **Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.**

Assim, da análise conjunta dos dispositivos supra, conclui-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica tem por fundamento os princípios gerais de proibição do abuso de direito, fraude à lei ou prejuízo a terceiro, permitindo que o magistrado, diante de determinadas circunstâncias, desconsidere a personalidade, atribuindo condutas e responsabilidades diretamente aos direitores e administradores. Sobre o assunto, ensina Rubens Requião:

> **"Não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso do direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude)". (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 1977, págs. 266 e segs)**

Na seara doutrinária, outra não é a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> **"(...) Por vezes a autonomia patrimonial da sociedade comercial dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', pela qual se**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade. Pressuposto não afastável da despersonalização episódica da pessoa jurídica, no entanto, é a ocorrência da fraude por meio da separação patrimonial. Não é suficiente a simples insolvência do ente coletivo, hipótese em quem não tendo havido fraude na utilização da separação patrimonial, as regras de limitação da responsabilidade dos sócios terão ampla vigência. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica que o pressupõe, portanto. O credor da sociedade que pretende a sua desconsideração deverá fazer prova da fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da devedora." *(In* "Manual de Direito Comercial", editora Saraiva, 8ª edição, 1997, pág. 113/114 - Grifo inovado)**

Aduz-se que a teoria da desconsideração da pessoa jurídica **"tem a intenção de permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesses que se estabeleceu em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco"** (Direito Civil, Saraiva, 21ª ed., Parte Geral, vol. 1, SILVIO RODRIGUES, pág. 77 - grifo nosso).

A jurisprudência de nosso Estado acompanha o entendimento doutrinário acima exposto, confirma a tese já desenvolvida e, fulmina a questão digladiada, solucionando casos semelhantes ao da espécie em exame:

> **"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA. 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela ora agravada, em fase de cumprimento de sentença, cujo débito foi apontado à época como sendo R$ 506.165,68. 2. A decisão atacada deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para incluir a sócia administradora no polo passivo, que deverá ser intimada no endereço apontado na alteração contratual para oferecer bens à penhora, sob as penas da lei. 3. A nova regra de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Processo Civil**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **de 2015 é aplicável somente a partir de sua vigência (18/03/2016), ao passo que a decisão atacada foi proferida em 22/02/2016. 4. A desconsideração da personalidade jurídica exige a ocorrência de abuso de direito, fraude contra credores, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. 5. Intimada a empresa devedora, não houve o pagamento do débito nem oferecimento de bens à penhora, sendo certo que restou infrutífera a tentativa de constrição "on line". 6. Outrossim, não logrou êxito em localizar bens passíveis de penhora por meio do sistema RENAJUD e certidões dos Distribuidores, conforme se verifica por meio de consulta eletrônica aos autos do processo principal. 7. O abuso do direito por desvio de função encontra-se consubstanciado no fato dos sócios terem abandonado a empresa sem adotar as providências operacionais e legais necessárias à regular liquidação da sociedade. 8. Julgados deste Tribunal no sentido de aplicar, por analogia, o verbete sumular nº 435 do STJ para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica. 9. Recurso desprovido." (TJ-RJ - AG 0045506-38.2016.8.19.0000. Des. MÔNICA MARIA COSTA DI PIERO - Julgamento: 14/03/2017 grifos nossos)**

Não se olvide que há presunção de fraude, quando a pessoa jurídica devedora abandona seu domicílio fiscal, sem adimplir as obrigações pendentes, permitindo-se a aplicação da teoria do levantamento do véu. É o que se vê abaixo:

> **Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.**

Em robustecimento à tese ora digladiada, colacionamos as decisões do **Superior Tribunal de Justiça**, em casos símiles, *in verbis*:

> **"EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS PARTICULARES DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS EMPRESAS EXECUTADAS. CONSTRIÇÃO ADMISSÍVEL. O sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada responde com seus bens particulares por dívida da sociedade quando dissolvida esta de modo irregular. Incidência no caso dos arts. 592, II, 596 e 10 do Decreto. N. 3.708, de 10.1.1919. Recurso**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

especial não conhecido." (REsp 140564/SP. Min. BARROS MONTEIRO – 21.10.04)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. REJEIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE) A existência de indícios do encerramento irregular das atividades da empresa executada autoriza o redirecionamento do feito executório à pessoa do sócio (Precedentes: AgRg no REsp n.º 643.918/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16/05/2005; REsp n.º 462.440/RS, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18/10/2004; e REsp n.º 474.105/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19/12/2003). (...). (EDcl no REsp 750335. Min. LUIZ FUX – 28.03.06)

Da mesma forma, a desconsideração da personalidade jurídica, é plenamenente cabível às sociedades simples, inclusive cooperativas, bem como associações. Assim já foi decidido:

"Comprovado o encerramento irregular da executada, somado à inexistência de patrimônio penhorável (conforme se depreende dos autos, a exequente, ora agravante, tomou todas as providências razoáveis para obter dos devedores a garantia da execução, mas sem lograr êxito), legitima a desconsideração da personalidade da associação filantrópica, não para atingir seus associados, mas para atingir seus dirigentes, que a representam na forma dos estatutos"
(TJ-SP - AG. INST. 0271266-83.2011.8.26.0000)

"Ação de rescisão contratual – Fase de execução de acordo judicial – Decisão que indeferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da Cooperativa agravada – Insurgência do autor – Desconsideração da personalidade jurídica que se mostra medida necessária, uma vez que há indícios robustos de abuso da personalidade jurídica para fraudar credores – Presença dos requisitos legais do artigo 50 do Código Civil – Recurso provido."
(TJ-SP - AI 2077601-29.2015.8.26.0000TJ-SP. Data de publicação: 26/06/2015)

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Estes são os fundamentos que compõem a situação em foco, sendo certo que, *in casu,* é flagrante a utilização da empresa com abuso de direito, realizando uma série de contratos de forma irregular, devendo ser aplicado ao caso em tela o **artigo 28, parágrafo 5˚, do CDC, tendo em vista que a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica,** apenas deve se auferir a mera insolvência, ou seja, o não ressarcimento dos valores com a correção monetária e os juros devidos, para atingir o patrimônio do Réu.

Inclusive é a TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, que melhor absorve o caso em tela, segundo a jurisprudência do STJ, em casos de referência como o da explosão do Shopping Osasco em São Paulo.

Assim, firmada está a pertinência subjetiva para a presente lide, uma vez que os 2º, 3º e 4º Réus concorreram para o evento danoso em desfavor da parte Autora, o que os tornam legitimados passivos à demanda em comento, devendo responder pelos danos causados.

1.4. Da Preliminar de Prova Emprestada

Note-se que, no atual Código de Processo Civil de 2015, há um capítulo referente às provas, que expressa, em seu art. 372, que:

> **O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.**

Assim, há uma permissibilidade legal para o juízo utilizar e validar a denominada "prova emprestada". Tal orientação coaduna com a jurisprudência dominante, que enuncia a prova emprestada como aquela produzida em outro processo, que possui como efeitos trazer ao processo temas que uma das partes pretende que sejam apreciados e

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

considerados válidos, tal como um processo diverso de outra parte, mas com temas correlatos ou já julgados e de relevância para a interpretação do juízo.

Com isso, autores como **Nelson Nery Jr.** enunciam que a prova emprestada é aquela que, embora produzida em outro processo, se pretende produza efeitos no processo em questão, sendo acompanhado de autores como Luiz Guilherme Marinoni e Eduardo J. Couture.

Dessa feita, a validade da prova emprestada, como um meio documental probatório, será conhecido por já ter sido a base de uma sentença transitada em julgado, sendo tal compartilhamento de prova admitido pelo sistema jurídico brasileiro.

Com isso, busca-se a utilização da prova como emprestada para atender os ditames da justiça no caso concreto, sem se afastar da observância do contraditório em relação aos litigantes. Inclusive, a prova emprestada é plenamente reconhecida nos tribunais pátrios, tal como se denota:

> **"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INVALIDEZ PERMANENTE CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PERÍCIA JUDICIAL REALIZADA. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE. JULGADOR.**
> **DESTINATÁRIO DAS PROVAS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N° 7/STJ.**
> **(...)**
> **2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.**
> **Revisão do entendimento esbarraria no óbice contido na Súmula n° 7/STJ.**
> **3. A prova pericial emprestada produzida em juízo é apta a comprovar, nos termos do artigo 372, do CPC/15, a presença da doença que acarreta a incapacidade permanente do segurado."**
> **4. Agravo interno a que se nega provimento.**
> **(STJ - AgInt no AREsp 1082454/DF, Rel. MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dessa feita, o deferimento de prova emprestada para aferir contratos de consumo, quando se refere ao mesmo caso concreto de forma similar ou a mesma base contratual em contratos de adesão, o que ocorre no presente caso.

Observa-se que o novo Código de Processo Civil ao frisar que a prova emprestada pode ser utilizada, está obedecendo ao princípio da efetividade processual, de forma a criar uma maior celeridade e economia na fluência do processo, com o respeito ao *due process of law.*

Com isso, pleiteia o Autor pelo deferimento da preliminar de prova emprestada, do **Processo n° Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS, em curso perante o 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL - RJ**.

1.5. Da Aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova

Ab initio, há de se ressaltar que numa relação em que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra, o Código de Defesa do Consumidor, demonstra em seu artigo 6º, inciso VIII, que pode ocorrer a inversão do ônus da prova, seja pela hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança da alegação.

Entende-se como hipossuficiência, não somente as condições econômicas desfavoráveis da parte, mas, também, ausência de recursos técnicos ou pelo fato da outra parte ter o monopólio das informações.

Logo, o Autor pleiteia a aplicação do microssistema protetivo do CDC, que deve ser aplicado como parâmetro interpretativo. Inclusive, especificamente o Autor requer a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, VII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado.

Desta feita, especificamente o Autor, também, a aplicação do art. 28, CDC, com aplicação da **teoria menor da penetração**, para todos os fins de direito.

II – DOS FATOS

O Autor, buscando o melhor para sua família e tentando realizar o sonho de todo brasileiro o "DIREITO À MORADIA", realizou um contrato de aquisição de imóvel com a Ré, para financiamento no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 13/12/2017, no qual realizou um depósito inicial no valor de R$ 10.677,05 (dez mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), pagando a 1ª mensalidade de R$ 1.177,05 (um mil, cento e setenta e sete reais e cinco centavos) conforme documentos acostados aos autos.

Contudo, após o envio da documentação por correio (documento anexo), o Autor solicitou a utilização do financiamento para a aquisição de um imóvel indicado pela 1ª Ré, mas foi surpeendido com a informação de que, na verdade, adquiriu contrato de adesão em uma cooperativa habitacional.

Ao questionar sobre as informações iniciais e a devolução dos valores acima, o Autor recebeu respostas vagas, constatando que foi induzido a erro, ou seja, não era um financiamento de imóvel tradicional como os existentes no mercado bancário.

Diante disso, pediu cancelamento do negócio, com devolução dos valores. Contudo, a 1ª Ré não realizou a rescisão contratual de forma amigável, nem devolveu os valores até a presente data.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Por isso, foram esgotadas as possibilidades de resolver o presente imbróglio. Dessa forma, a parte autoral, não vê alternativa, que não seja buscar a tutela jurisdicional, para que seja feita a mais lídima justiça.

III – DOS FUNDAMENTOS

3.1. Da Relação Jurídica Consumerista

Cumpre esclarecer que a presente lide se caracteriza como relação de consumo nos termos do CDC. Assim, vejamos o conceito de consumidor, a partir do Código de Defesa do Consumidor:

> **Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.**

Além disto, a Lei nº 8.078/1990, que trata do Direito do Consumidor, ao descrever os direitos essenciais deste, reconhece a necessidade da prestação adequada dos serviços pelos fornecedores contratados, sob pena de configuração de responsabilidade objetiva, nos termos do art. 14 CDC:

> **"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos"**

Salienta-se que a 1ª Ré é Sociedade Cooperativa, que tem suas normas definidas na Lei 5.764/1971. Importante frisar que a lei em questão, em nenhum de seus artigos exclui a aplicabilidade do Código de

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Defesa do Consumidor, sendo considerado fornecedor quaisquer modalidade de pessoa física ou jurídica, inclusive as Sociedades Cooperativas.

Diante disso, não resta qualquer dúvida quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor; deste mesmo diploma legal, mister discorrer sobre o artigo 6º, VI, que afirma ser direito básico do consumidor a reparação de danos patrimoniais e morais, entre outros.

3.2. Do Princípio da Boa-Fé e da Abusividade da Propaganda

O instituto da Boa-fé presente no direito brasileiro e ressaltado em vários artigos do código civil 2002, tem como real objetivo nortear a conduta social das pessoas fazendo com que esta esteja adequada aos parâmetros sociais vigentes, com supedâneo no artigo 113 do CC/02.

No campo dos contratos, vislumbra-se que o artigo 422 do CC/02, traz a boa-fé objetiva como uma obrigação que deve estar presente desde a fase preliminar, passando pela fase de execução ou contratual propriamente dita, até a fase pós-contratual.

Significa dizer que as relações interpessoais não devem se prender somente ao que está expresso no contrato, mas também ter intrínseco um dever moral e legal de não causar prejuízo à outra parte, agindo com honestidade e honrando todas as negociações realizadas, sejam elas verbais ou escritas, sob pena, até mesmo de estar cometendo ato ilícito, conforme expressa o artigo 187 do CC/02.

A política nacional de relações de consumo tem como pressuposto, entre outros, o princípio da boa-fé, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, que sem dúvida alguma foram desrespeitadas pelas Rés.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

No caso em tela, insta salientar que a 1ª Ré, atua no mercado como verdadeira agente imobiliária, fazendo com que as pessoas acreditem que estão contratando a intermediação para aquisição de um imóvel, enganando os consumidores, ao criar falsas expectativas e esperanças na realização do sonho de compra de imóvel.

É nítido que o contrato de adesão da 1ª Ré não é um contrato comum ou usual, tendo cláusulas confusas, bem como grandes restrições de crédito contra o consumidor. Ou seja, contém termos de difícil compreensão para pessoas leigas nos termos do direito.

Trata-se de um contrato com graves vícios, com cláusulas leoninas, conteúdo abusivo e lesivo ao consumidor, redigido de forma a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance, em afronta ao art. 46 e 51 e seus respectivos incisos do Código de Defesa do Consumidor, o que por si só já impõe o reconhecimento da sua nulidade ou rescisão contratual.

Não é demais ressaltar que o prestador de serviço tem a obrigação de apresentar informações claras e corretas, a respeito do serviço contratado. No entanto, como se vê pelas propagandas juntadas em anexo, estas induzem o Consumidor a erro, levando-o a crer que se trata de compra do imóvel, através de contrato de financiamento de imóvel, mas na verdade a real intenção é associação para cooperativa de crédito habitacional.

Mais que isso, é sabido que o vício de consentimento é causa de anulabilidade ou rescisão de qualquer negócio jurídico. Entre os vícios de consentimento, destacam-se o erro e o dolo. Ambos impedem que a vontade real de uma pessoa seja externada, tornando-a prejudicada no que tange ao negócio jurídico que se prestaria a validar. Sendo assim, o direito assiste à pessoa que, em determinada situação, teve sua vontade viciada, dando-lhe condições de em momento posterior provocar a anulação do ato.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Importante observar a lição de ORLANDO GOMES quanto aos requisitos, para que seja um negócio jurídico considerado perfeito:

> **"O negócio jurídico somente é perfeito quando a vontade é declarada de maneira lícita, livre e consciente, isto é, de acordo com a lei, sem pressões físicas e morais e com correta percepção da realidade." (Gomes, Orlando. Introdução ao Direito Civil, 18ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2001, p. 414)**

Ora, a correta percepção da realidade somente é possível se não houver erro ou dolo, no tocante à manifestação da vontade da parte Autora. Conforme ensina Caio Mário:

> **"Quando o agente, por desconhecimento ou falso conhecimento das circunstâncias, age de um modo que não seria a sua vontade, se conhecesse a verdadeira situação, diz-se que procede com erro." (Caio Mário, p. 326)**

Assim, relativamente ao conceito de erro, tem-se que há uma falsa noção da realidade, que pode ser inclusive em relação a um dos contratantes. O atual Código Civil assim dispõe acerca do erro:

> **"art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio."**

Colaciona-se o conceito de FLAVIO TARTUCE concernentemente ao instituto do erro:

> **"O erro é um engano fático, uma falsa noção, em relação a uma pessoa, ao objeto do negócio ou a um direito, que acomete a vontade de uma das partes que celebrou o negócio jurídico. De acordo com o art. 138 do atual CC, os negócios jurídicos celebrados com erro são anuláveis, desde que o erro seja substancial, podendo ser percebido por pessoa de diligência normal, em fase das circunstância em que o negócio foi celebrado."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Impende salientar ainda a I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, com a aprovação do Enunciado nº 12, cuja redação merece destaque:

> **"Na sistemática do art. 138, é irrelevante ser ou não escusável o erro, porque o dispositivo adota o princípio da confiança."**

Diante dos fatos, está cristalinamente caracterizado o erro, já que a vontade da parte Autora, cerca-se de falsa percepção da condição da Ré, bem como quanto às condições do negócio, sendo indiscutível que a contratação não teria sido realizada se o Autor conhecesse previamente do aqui narrado.

Por isso, estamos diante de anulação dos atos praticados, haja vista vício insanável, porque a realidade sobre o pagamento da 'entrada' realizado, sem o Autor saber das práticas abusivas que já eram praticadas pela 1ª Ré de forma dolosa em seus contratos, enseja a rescisão do contrato.

Por conseguinte, no que tange ao instituto do dolo, tem-se que houve erro por parte do Autor, mas indubitavelmente provocado em decorrência do dolo manifesto das contratações anteriores que a 1ª Ré realizava sem se atentar para a lealdade, boa-fé e a concretização da confiança depositada em quem assina tal contrato com intuito de adquirir imóvel em data futura.

Para que se caracterize o dolo, dois elementos devem ser conjugados: o elemento objetivo que corresponde ao comportamento ilícito de quem quer enganar e o elemento subjetivo que é a intenção de enganar, *animus decipiendi*. Assim dispõe o Código Civil:

> **Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **Art. 148. Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento (...).**

Cabe trazer à baila o conceito de dolo, conforme as lições de ORLANDO GOMES:

> **"consiste em manobras ou maquinações feitas com o propósito de obter uma declaração de vontade que não seria emitida se o declarante não fosse enganado. É a provocação intencional de um erro." Ainda: "nos negócios unilaterais, o dolo há de provir necessariamente de outrem que não o agente."(p. 421)**

Já segundo as palavras de FLAVIO TARTUCE:

> **"O dolo pode ser conceituado como sendo o artifício ardiloso empregado para enganar alguém, com intuito de benefício próprio. O dolo é a arma do estelionatário, como diziam os antigos civilistas. De acordo com o art. 145 do CC, o negócio praticado com o dolo é anulável, no caso de ser este a sua causa. Esse dolo, causa do negócio jurídico, é conceituado como dolo essencial, substancial ou principal (dolus causam). Em casos tais, uma das partes do negócio utiliza artifícios maliciosos, para levar a outra a praticar um ato que não praticaria normalmente, visando obter vantagem, geralmente com vistas ao enriquecimento sem causa.**
> **Para tanto, deve-se levar em conta a pessoa natural comum, o que antes era denominado como homem médio, a partir das regras de comportamento e de experiência, o que está de acordo com a teoria tridimensional de Reale. Em suma, deve-se ter como parâmetro a conduta do homem razoável ("reasonable man").**
> **Dolus malus (dolo mau) – este sim consiste em ações astuciosas ou maliciosas com o objetivo de enganar alguém e lhe causa prejuízo. Quando se tem o dolo mau, o negócio jurídico poderá ser anulado se houver prejuízo ao induzido e benefício ao autor do dolo ou a terceiro."**

Evidente que a 1ª Ré já tem agido dolosamente, pois o Autor assinou documentos e entregou depósito de sua poupança, acreditando em uma falsa noção da realidade inserida no caso em tela, que o conduziu

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

a erro, através de conduta dolosa da Ré, que se soubesse da real situação, com certeza não teria concretizado o pagamento, objeto desta lide.

Assim imperiosa se faz a determinação da **anulação ou a rescisão do negócio jurídico**, sendo tal situação assegurada pela jurisprudência pátria, conforme abaixo demonstrado:

> **"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. DEMANDAS CONEXAS. VÍCIO NO CONSENTIMENTO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. INADIMPLEMENTO. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO DO PREÇO DO IMÓVEL. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO ADQUIRENTE. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DOLO E MÁ-FÉ DA PARTE COMPRADORA. TRANSFERÊNCIA. REGISTRO IMOBILIÁRIO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. APELO PROVIDO. I. Hipótese na qual a documentação que instrui o processo evidencia que a parte que se comprometeu a comprar o imóvel, em vez que efetuar o pagamento, utilizou-se de manobras para transferir a titularidade do bem no registro imobiliário. II. Comprovado o dolo empregado para a realização do negócio jurídico, resultando na formalização de contrato de compra e venda não pretendido por uma das partes, a anulação do negócio jurídico se mostra necessária, sob pena de enriquecimento ilícito. III - Devida indenização por danos morais no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) pela locatária inadimplente desde janeiro de 2009, e que ainda registrou o imóvel em seu nome, valendo-se da inexperiência e pouca instrução das partes envolvidas, à locadora que saiu de seu imóvel para morar na casa de terceiros no afã de receber os alugueis. IV - Apelação provida."**
> **(TJ-MA - APL: 0012438-22.2011.8.10.0001, Rel. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/04/2014)**

Ressalta-se que o erro e o dolo aqui arguidos, advieram de uma propaganda enganosa perpetrada contra um consumidor, o que agrava ainda a ilicitude dos Résu. Assim, encontram-se claramente afrontadas as seguintes normas do Código de Defesa do Consumidor, lei 8.878/90, como segue:

> **Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:
I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)
III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (...)
IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. (...)
§ 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (...)
IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;
V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
II - subtraiam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;
III - transfiram responsabilidades a terceiros;
IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a eqüidade;
XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;
§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:
I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
II - restringe direito ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.
§ 4° É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
24
Carimbado Eletronicamente

> **contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.**

Na Hipótese em tela, restou devidamente demonstrado a falha na prestação do serviço, por vício de informação, cláusulas abusivas, bem como propaganda enganosa, o que acarreta a possibilidade de reconhecimento de **nulidade ou rescisão do negócio jurídico**, com ressarcimento dos respectivos prejuízos.

3.3. Dos Danos Materiais

Não é demais frisar que a Ré demonstrou comportamento abusivo e ilegal em desfavor do Autor, passível, portanto, de reparação pelos danos materiais, em decorrência do desfazimento da relação jurídica aqui discutida.

Dispõe o artigo 186 do novo código Civil Brasileiro, *in verbis*: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". E ainda, de acordo com o art. 927 e 944 do novo Código Civil:

> **Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**
>
> **Art. 944 – A indenização mede-se pela extensão do dano.**

Por outras palavras no dizer do Ilmo. Dr. Washington de Barros Monteiro, "o direito à indenização surge sempre que prejuízo resulte da atuação do agente". Assim, fica caracterizada a total responsabilidade das Rés supracitados pelo ressarcimento dos prejuízos causados ao Autor.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora, o contrato não se abstém na rescisão do negócio por desistência do contratante, mas prevê a retenção de toda a quantia paga, cobrando multa rescisória de 20% (vinte por cento), o que também é deveras abusivo, devendo ser tal cláusula afastada, haja vista a nulidade deste documento.

No caso em tela, o Autor desembolsou o valor da 'entrada', no importe de R$ 10.500,00, mais R$ 1.177,05, relativamente à 1ª parcela do financiamento do imóvel, o que foi pago através de boleto único no dia 13/12/2017.

Por causa disto, os Réus devem restituir o Autor pelos prejuízos materiais causados, na monta total de R$ 11.677,05, que deve ser paga com o acréscimo de correção monetária e juros legais, a partir do desembolso.

3.5 Do Dano Moral

De *prima facie*, deve-se analisar de forma escorreita o instituto do dano moral, que se caracteriza por ser a lesão de interesse não patrimonial de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo. Segundo o Dr. Aguiar Dias, "o dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão abstratamente considerada."

Logo, afirma-se que no momento em que os Réus descumpriram seu dever legal, não prestando corretamente as informações solicitadas, criou uma situação de constrangimento ao Autor, atingindo sua honra subjetiva, que segundo Eugenio Cuello Calón "designa o sentimento da própria dignidade moral, nascida da consciência de nossas virtudes ou de nosso valor moral, isto é, a honra em sentido estrito".

Isso sem contar que, no que tange à proteção e defesa do consumidor, a reparação dos danos baliza-se na responsabilização do

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

ofensor com vistas à satisfação pessoal ou econômica do consumidor, consistindo seu objetivo maior, na verdade, servir de desestímulo à prática lesiva nas relações de consumo, a exemplo da que ocorreu *in casu.*

Desta forma, o que se pode concluir é que o consumidor foi tratado com desrespeito, não se levando em conta a condição de cidadão, que é cumpridor de seus deveres, sendo certo que a conduta dos Réus ofendeu a sua dignidade, atingindo-lhe a personalidade e violando seu *status dignitatis*. A dignidade, por sua vez, é prevista como um princípio fundamental em nossa Constituição, uma cláusula pétrea inserida no artigo 1º, III, como princípio fundamental de nosso Estado Democrático de Direito.

Repita-se que os Réus deixaram de cumprir com o seu dever de cuidado, ao prestar informações enganosas, que causou muito mais que um mero prejuízo econômico, já que houve imensa perda de tempo com ligações, deslocamentos, idas e vindas. É certo que todo esse desgaste causou enorme abalo emocional ao Autor. Deveras absurdo!!!

Cristalino, Exª, que, caso os Réus persistam com a prática destes fatos, todos os seus consumidores que venham a vivenciar situações similares sofrerão enormes prejuízos, de modo que essa conduta deve ser desestimulada. Por fim, quanto à fixação do *quantum*, o MM. Julgador, ao qualificá-la, deve se ater à dimensão da ilegalidade do dano e a capacidade econômica do seu causador, que, na espécie, é considerável.

Portanto, quer deixar claro o Autor que não pretende aqui se locupletar, mas tão só que a verba indenizatória do dano moral venha amenizar o constrangimento por ele suportado, haja vista que a propaganda enganosa, foi muito além do prejuízo financeiro, pois houve enorme dispêndio de tempo e desgaste emocional, o que implica em dano moral *in re ipsa*.

O Superior Tribunal de Justiça tem decidido reiteradas vezes que na fixação do dano moral deve o julgado se ater a critérios, tais como o nível

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

cultural do causador do dano, condição sócio-econômica do ofensor e, no caso em tela, **a imensa margem de lucro de empresas que fazem parte de vasto e poderoso grupo econômico**. De outro lado, entretanto, tem-se um homem honesto, que apenas queria tirar sua família da comunidade violenta, que atualmente reside. Assim já julgou o STJ:

> **"DANO MORAL. REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR. CONDENAÇÃO ANTERIOR EM QUANTIA MENOR. [...] Ademais, a reparação deve ter fim também pedagógico, de modo a desestimulara prática de outros ilícitos similares, sem que sirva, entretanto, a condenação de contributo a enriquecimentos injustificáveis..."**

Inclusive, no presente caso, também se aplica a teoria do desvio produtivo do consumidor, que foi consolidada pelo STJ, através do REsp nº 1.260.458/SP, que deve ser considerado em casos similares ao presente, uma vez que o Autor teve grande dispêndio de tempo, na tentativa de resolver amigavelmente o presente problema.

Note-se, que, a prática reiterada da 1ª Ré, já é conhecida do Judiciário do Rio de Janeiro, havendo diversos julgados comprovando que ela age irrefreavelmente com violação ao princípio da boa-fé. É necessário trazer o posicionamento jurisprudencial recente de nosso Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao que tange a 1ª Ré (KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL), *in litteris*:

> **"Apelação. Cooperativa habitacional. Propaganda enganosa por omissão. Desfazimento do contrato sem retenção de quaisquer valores pagos. Dano moral. Jurisprudência. 1. O fornecedor de serviços, sobretudo de serviços massificados e contratados por adesão, deve utilizar a língua do seu público-alvo não só na publicidade que oferece vantagens inauditas, mas também nas entrelinhas que ressalvam as condições para seu desfrute, ou do contrário não estará assegurando "informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados"**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

(CDC, art. 31). 2. Que certas cláusulas contratuais sejam claras e compreensíveis ao operador de Direito, formado com o necessário instrumental jurídico, não significa que o sejam também para o cidadão leigo das classes mais baixas e mais vulneráveis à inculcação propagandística. 3. É enganosa, por omissão, a propaganda que deixa de anunciar dado essencial sobre a natureza do produto ou serviço, induzindo o consumidor, ainda que tacitamente, em erro quanto à conveniência da contratação para as suas necessidades pessoais. Tal é o caso da cooperativa habitacional que, funcionando quase à moda de um autêntico consórcio, e condicionando a liberação do capital subscrito à disponibilidade de recursos no mês, à integralização de um seu percentual e à proposta de antecipação de parcelas a vencer (o que se equipara a um lance), veicula publicidade que inculca no receptor a ilusão de que poderá rapidamente sair do aluguel, sem explicitação dos termos em que funciona o negócio ofertado. 4. Violação dos arts. 6º, inc. III, 31, 36, 37, caput e §§ 1º e 3º, e 39, inc. IV, do Código de Defesa do Consumidor. Impossibilidade de se admitir cláusula de retenção, nesse contexto. 5. A falha no dever de informação clara e adequada, que constitui direito básico do consumidor, pode configurar dano moral quando importe em frustração de legítimas expectativas do consumidor em relação a algum plano ou aspecto de vida considerado suficientemente relevante para impactar seus direitos de personalidade. Tal é o caso da aquisição imobiliária, que exige do consumidor o levantamento de recursos consideráveis, proporcionalmente a seus ganhos, e faz nele nutrir sonhos e planos que, desfeitos por culpa do fornecedor, não se podem considerar como meros dissabores corriqueiros. 6. Considerando o importe dos valores dispendidos pelo ludibriado consumidor; o impacto de tais somas em seu modesto orçamento; a extensão do dano decorrente da ilusão desfeita e a extrema gravidade da culpa do ofensor, afigura-se razoável o arbitramento da verba compensatória no valor de R$ 5.000,00. 7. Provimento do recurso. Data de julgamento: 24/02/2016. (TJ-RJ - AC 0013480-65.2013.8.19.0202. Des. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES. Data de Julgamento. Ré: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL C/C RESILIÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL. CONSUMIDORA QUE ADERIU À KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL COM O OBJETIVO DE OBTER FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL PARA DECLARAR A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO E CONDENAR A APELANTE A DEVOLVER R$ 6.826,62 A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS, E AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 A TÍTULO DE DANO MORAL. APELAÇÃO DA RÉ PUGNANDO PELO

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

RECONHECIMENTO DE VALIDADE DO CONTRATO. DESPROVIMENTO DO RECURSO, COM FULCRO NO ART. 557, CAPUT, DO CPC, CONFIRMANDO-SE A BEM LANÇADA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 1 - Afronta ao princípio da transparência e dever de informação ao consumidor, nos termos dos artigos 4º, caput, 6º, inc. III e 31 da Lei 8078/90, tendo em vista a utilização de termos de difícil compreensão, bem como a falta de informação adequada no material publicitário. 2 - Desrespeito à boa-fé objetiva e à função social do contrato que impõe sua nulidade, assim como a restituição dos valores pagos e a indenização a título de dano moral. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática." (TJ-RJ - AC 0351733-70.2013.8.19.0001. Des. ANTÔNIO CARLOS BITENCOURT - Julgamento: 20/10/2015)

"APELAÇÃO CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. RITO ORDINÁRIO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL KEROCASA. AUTORA QUE SE ASSOCIOU À RÉ NO INTUITO DE COMPRAR UMA CASA. APÓS ADIANTAR VALORES, DESISTIU E REQUEREU A RESCISÃO DO CONTRATO. SENTENÇA JULGANDO PROCEDENTES OS PEDIDOS. APELAÇÃO DA RÉ. PRETENSÃO DE RETER 20% DOS VALORES PAGOS, CONFORME PREVISÃO CONTRATUAL. IMPROCEDÊNCIA DOS DANOS MORAIS. A ré/apelante violou os princípios da transparência máxima, vulnerabilidade do consumidor e boa-fé objetiva, insculpidos no art. 4º, caput, I e III, do CDC. RESCISÃO DO CONTRATO SEM ÔNUS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM CONDENAÇÃO DA RÉ/APELANTE, NO QUAL FOI DECLARADA A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS, BEM COMO AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 DE DANOS MORAIS, VEZ QUE ATENTE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE QUE O CASO REQUER, levando-se em conta a angústia de ver frustrado seu sonho de adquirir a casa própria, além de ver negado o seu legítimo pedido de devolução integral dos valores pagos. RECURSO DA RÉ/APELANTE QUE SE CONHECE E SE NEGA SEGUIMENTO. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática - (TJ-RJ - AC 0024523-20.2013.8.19.0001. Des. NATACHA TOSTES OLIVEIRA - Julgamento: 21/05/2015)

In casu, a propaganda enganosa da Ré, submeteu o Autor a toda sorte de aborrecimentos e desgastes, fazendo com que o consumidor perdesse muito tempo, tentando resolver problemas decorrentes de práticas abusivas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora Exa., o tempo perdido e o desagaste com o prejuízo em tela, são imensuráveis, razão pela qual deve a Ré indenizar o Autor pelos danos morais que lhe foram causados, cuja fixação do valor indenizatório não deve ficar aquém de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA

Requer o Autor à V.Exa. a concessão dos efeitos da tutela de urgência, com supedâneo no art. 300 do novo CPC, para que haja arresto do imóvel *"**apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado**"*, de propriedade do 3º Réu, que será a 2ª penhora deste bem.

É cediço que os Réus esvaziaram o patrimônio da 1ª Ré, e é fato que há grande risco de que o mesmo ocorra com os bens dos sócios, o que ensejará frustração a este procedimento.

Frise-se que há o direito líquido, certo e favorável ao Autor, uma vez que presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, que são basicamente: I) *periculum in mora*: existência de um dano potencial, um risco, que ocorre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte; II) *fumus boni iuris*: plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança; III) art. 301, CPC/2015: previsão legal expressa de arresto em sede de tutela de urgência.

Dessa forma, o Autor requer à V.Exa. a concessão *inaudita altera pars* de **TUTELA DE URGÊNCIA**, com supedâneo no art. 300 do CPC/2015, para que seja realizado **arresto do seguinte imóvel do 3º Réu: *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção***

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado.

V - DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer o Autor à Vossa Excelência:

- Deferimento da Gratuidade de Justiça, nos moldes da legislação vigente;

- Deferimento do pedido de Prova Emprestada em relação ao feito nº **0305983-40.2016.8.19.0001**;

-Desconsideração da Personalidade Jurídica da Sociedade Cooperativa, para inclusão dos diretores da 1ª Ré, conforme art. 134, §2º, CPC/2015 e art. 28, CDC;

-Aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC;

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que seja arrestado o *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado*, de propriedade do 3º Réu;

-Citação dos Réus, **via postal com AR**, sendo a 1ª Ré na pessoa dos seus representantes legais para, querendo, responderem a presente sob pena de revelia, confissão e preclusão;

-Seja julgado procedente o pedido, com declaração da rescisão ou anulação do contrato em comento, condenando-se os Réus a restituírem todos os valores pagos pelo Autor, conforme fundamentação supra, totalizando o montante de **R$ 11.677,05 (onze mil, seiscentos e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

setenta e sete reais e cinco centavos), com incidência das atualizações legais a partir da data do respectivo pagamento;

- Condenação dos Réus em indenização por **DANOS MORAIS, em montante não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, em favor do Autor, pelos transtornos causados à honra subjetiva deste, na forma *in re ipsa*, com base no princípio da dignidade da pessoa humana e na teoria punitivo-satisfativa, em sintonia com a teoria satisfativa-compensatória e considerando a elevada posição econômica dos Réus, que devem ser pagos com acréscimos de correção monetária e juros legais, a contar do evento danoso, na forma da Súmula 54, STJ;

Condenação dos Réus ao pagamento da verba honorária na razão de 20% sobre o valor da condenação total, sem prejuízo do eventual reembolso relativo aos emolumentos judiciais despendidos, em caso de recurso.

Pleiteia, outrossim, pela produção de provas na amplitude do art. 369 do CPC/2015, especialmente, documental, documental superveniente, testemunhal e depoimento pessoal dos Réus, sendo a 1ª Ré na pessoa de seu representante legal, sob pena de confissão caso não compareça ou compareça e se recuse a depor.

Outrossim, o Autor esclarece que seu advogado possui escritório nesta cidade, na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar – Centro, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações, citações e comunicações atinentes ao presente, nos termos do artigo 106, I do CPC/2015, requerendo a vinculação neste feito do nome do advogado **MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520**, que compõe a sociedade de advogados **MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS,** para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta, cujo endereço eletrônico é **marcomedeiros@msaonline.adv.br**, para fins do art. 287, CPC/2015.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dá-se à causa o valor de R$ 21.677,05 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS
OAB/RJ 102.520

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

GABRIELA MOSCIARO PADUA
OAB/RJ 172.794

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
370
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

834/2018/MND

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nome da Parte Ré : SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Local da Diligência : Praça Pio Correia, nº 92 Bloco 01, Apto 602, - CEP: 22461-240 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ
Data da Audiência: 10/09/2018 14:40h
Local da Audiência: Cartório do 7º Juizado Especial Cível - Sala de Audiências.

O MM. Juiz de Direito, **Dr.(a) Valeria Pacha Bichara *MANDA*** o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo supracitado dirigir-se ao local indicado, ou onde lhe for apontado e proceder à ***CITAÇÃO*** da parte ré para tomar conhecimento e defender-se do presente processo e ***INTIMAÇÃO*** para comparecer à audiência supra mencionada, podendo seguir-se imediatamente a audiência de instrução e julgamento, nela oferecendo defesa escrita ou oral e produzindo provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a), nos termos e de acordo com as peças fielmente transcritas, que ficam integrando este mandado. Que se cumpra na forma da lei. Eu, _____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Código de Autenticação: **4WPQ.GP5I.KR95.RE22**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

ADVERTÊNCIAS:
1) Não comparecendo o demandado, pessoalmente, ou na hipótese de pessoa jurídica, através do representante legal ou preposto regularmente constituído, à sessão de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2) Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência de instrução e julgamento, em sua defesa, documentos e/ou até 03 testemunhas (indicá-las até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação).
3) As partes deverão portar documento de identidade e CPF, se pessoa física, e cópia do ato constitutivo, se pessoa jurídica.

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Mandado: 2018060006 Receb.: 01/08/2018 17:16:03 Limite: 29/08/2018 Oficial: Andréa Leal Figueiredo

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL FÓRUM CENTRAL - RIO DE JANEIRO.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade n° 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o n° 131.965.897-06 (documentos anexos), residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, n° 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220 (documentos anexos), vem perante V.Exa., por seu procurador *in fine* assinado (instrumentos procuratórios anexos), com fulcro no artigo 319 e seguintes do NCPC c.c. arts. 186 e 927 do CC/2002, art. 6º e 17 da lei 8.078/1990 e na Lei nº 9.099/1995 propor

AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C.C. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78 (Cartão do CNPJ em anexo), com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006; **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI, RG 05.996.532-7/Detran-RJ e CPF 724.023.777-04, residente e domiciliado na rua Maria Benjamin, 94, casa

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

101 frente – Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140; **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, economista, RG 20.575-3 4 e CPF 810.516.547-34, residente e domiciliado na Rua Pio Correia, nº. 92, bloco 01, apto 602 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.461-240; e **VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Benjamin de Magalhães, 145 – casa 103 – Pilares, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.750-170 pelos fatos e fundamentos que passa a expender:

I – PRELIMINARMENTE

1.1. Da Competência

O Autor opta por propor a presente lide no endereço da Ré, cuja competência é do Juizado Especial Cível do Centro, por força do disposto no artigo 100, da Lei nº 8.078/1990, tendo em vista sua condição de consumidor perante os Réus.

1.2. Da Gratuidade de Justiça

Inicialmente, a parte Autoral vem requerer o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/1950 e nas alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, tendo em vista se encontra em extrema dificuldade financeira, pois além de suas despesas usuais, ainda tive o prejuízo causado pelos Réus.

Cabe frisar que o Réu possui 2 (dois) filhos menores impúberes, além de sua companheira, residindo em imóvel alugado no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), pagando condomínio, luz, IPTU, gás de cozinha,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

com diversas despesas que pesam em seu escasso orçamento familiar, tal como se denota nos docs. acostados nos autos.

O Autor é militar com um salário líquido de apenas R$ 3.395,00 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais), demonstrando de forma comprovada que não pode arcar com os custos do processo judicial.

A *mens legis* do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal é beneficiar pessoas exatamente no perfil do Autor, sob pena de negar-lhe acesso ao Poder Judiciário. Nesse sentido é o posicionamento adotado por este Tribunal, consoante emanado da Súmula nº 39 do Tribunal de Justiça deste Estado, verbis, "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (artigo 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade".

Diante disso e da comprovação da impossibilidade do Autor, pugna pela concessão da gratuidade de justiça consoante documentos acostados nos autos, uma vez que ele não pode arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, sem prejuízo da subsistência de sua família.

1.3. Do Litisconsórcio Passivo e Da Desconsideração da Personalidade Jurídica dos Sócios da 1ª Ré

Conforme se verifica na vasta lista de processos judiciais propostos em face da 1ª Ré, esta tem por hábito contumaz a lesão dos seus consumidores. Pior que isto, não efetua o pagamento vonluntário das suas condenações judiciais.

Desta feita, o Autor indica como exemplo o processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da 1ª Ré, em que houve desconsideração da personalidade jurídica incidentalmente, como se constata das cópias anexas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Assim, visando dar cumprimento aos princípios da efetividade, celeridade e economia processuais, o Autor entende que é o caso da aplicação do art. 134, §2º, CPC/2015, em que é facultado à parte indicar quem será demandado, podendo fazê-lo em face da pessoa jurídica OU dos seus sócios / diretores, nas hipóteses de cabimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

Desta feita, os 2º, 3º e 4º Rúes possuem pertinência temática subjetiva para compor o polo passivo da presente demanda, uma vez que compõem o quadro estatutário da 1ª Ré. Importante ressaltar que os 2º, 3º e 4º Réus são diretores da 1ª Ré, conforme comprovam os atos constitutivos em anexo.

1.3.1. Da Dissolução Irregular e da Inatividade da 1ª Ré

Cabe explicitar que a Lei nº 5.764/1971, estabelece as condições e possibilidades de dissolução legal e regular das cooperativas, bem como de sua liquidação.

Dessume-se, então, das provas constantes dos autos, que a empresa Executada fora utilizada e dissolvida de forma irregular e ilegal, encerrando suas atividades em detrimento às disposições legais supra citadas, inclusive contratuais, haja vista, que não fora procedida qualquer baixa junto aos órgãos competentes, tampouco, se deu a liquidação de seus haveres e obrigações, como está demonstrado na presente exordial, **além de não deixar quaisquer bens para garantia e liquidação de suas dívidas**.

O Código Civil de 2002 amplia e estende a responsabilização daqueles que, sob o manto da personalidade jurídica, praticam atos tendentes a fraudar credores. Assim, diz o Estatuto Civil:

> **Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.**

Da mesma forma, a Lei das Cooperativas possui previsão de responsabilização dos seus diretores, conofrme se verifica abaixo:

> **Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.**

Assim, da análise conjunta dos dispositivos supra, conclui-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica tem por fundamento os princípios gerais de proibição do abuso de direito, fraude à lei ou prejuízo a terceiro, permitindo que o magistrado, diante de determinadas circunstâncias, desconsidere a personalidade, atribuindo condutas e responsabilidades diretamente aos direitores e administradores. Sobre o assunto, ensina Rubens Requião:

> **"Não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso do direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude)". (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 1977, págs. 266 e segs)**

Na seara doutrinária, outra não é a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> **"(...) Por vezes a autonomia patrimonial da sociedade comercial dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', pela qual se**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade. Pressuposto não afastável da despersonalização episódica da pessoa jurídica, no entanto, é a ocorrência da fraude por meio da separação patrimonial. Não é suficiente a simples insolvência do ente coletivo, hipótese em quem não tendo havido fraude na utilização da separação patrimonial, as regras de limitação da responsabilidade dos sócios terão ampla vigência. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica que o pressupõe, portanto. O credor da sociedade que pretende a sua desconsideração deverá fazer prova da fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da devedora." *(In* "Manual de Direito Comercial", editora Saraiva, 8ª edição, 1997, pág. 113/114 - Grifo inovado)**

Aduz-se que a teoria da desconsideração da pessoa jurídica **"tem a intenção de permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesses que se estabeleceu em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco"** (Direito Civil, Saraiva, 21ª ed., Parte Geral, vol. 1, SILVIO RODRIGUES, pág. 77 - grifo nosso).

A jurisprudência de nosso Estado acompanha o entendimento doutrinário acima exposto, confirma a tese já desenvolvida e, fulmina a questão digladiada, solucionando casos semelhantes ao da espécie em exame:

> **"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA. 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela ora agravada, em fase de cumprimento de sentença, cujo débito foi apontado à época como sendo R$ 506.165,68. 2. A decisão atacada deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para incluir a sócia administradora no polo passivo, que deverá ser intimada no endereço apontado na alteração contratual para oferecer bens à penhora, sob as penas da lei. 3. A nova regra de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Processo Civil**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **de 2015 é aplicável somente a partir de sua vigência (18/03/2016), ao passo que a decisão atacada foi proferida em 22/02/2016. 4. A desconsideração da personalidade jurídica exige a ocorrência de abuso de direito, fraude contra credores, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. 5. Intimada a empresa devedora, não houve o pagamento do débito nem oferecimento de bens à penhora, sendo certo que restou infrutífera a tentativa de constrição "on line". 6. Outrossim, não logrou êxito em localizar bens passíveis de penhora por meio do sistema RENAJUD e certidões dos Distribuidores, conforme se verifica por meio de consulta eletrônica aos autos do processo principal. 7. O abuso do direito por desvio de função encontra-se consubstanciado no fato dos sócios terem abandonado a empresa sem adotar as providências operacionais e legais necessárias à regular liquidação da sociedade. 8. Julgados deste Tribunal no sentido de aplicar, por analogia, o verbete sumular nº 435 do STJ para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica. 9. Recurso desprovido." (TJ-RJ - AG 0045506-38.2016.8.19.0000. Des. MÔNICA MARIA COSTA DI PIERO - Julgamento: 14/03/2017 grifos nossos)**

Não se olvide que há presunção de fraude, quando a pessoa jurídica devedora abandona seu domicílio fiscal, sem adimplir as obrigações pendentes, permitindo-se a aplicação da teoria do levantamento do véu. É o que se vê abaixo:

> **Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.**

Em robustecimento à tese ora digladiada, colacionamos as decisões do **Superior Tribunal de Justiça**, em casos símiles, *in verbis*:

> **"EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS PARTICULARES DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS EMPRESAS EXECUTADAS. CONSTRIÇÃO ADMISSÍVEL. O sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada responde com seus bens particulares por dívida da sociedade quando dissolvida esta de modo irregular. Incidência no caso dos arts. 592, II, 596 e 10 do Decreto. N. 3.708, de 10.1.1919. Recurso**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

especial não conhecido." (REsp 140564/SP. Min. BARROS MONTEIRO – 21.10.04)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. REJEIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE) A existência de indícios do encerramento irregular das atividades da empresa executada autoriza o redirecionamento do feito executório à pessoa do sócio (Precedentes: AgRg no REsp n.º 643.918/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16/05/2005; REsp n.º 462.440/RS, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18/10/2004; e REsp n.º 474.105/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19/12/2003). (...). (EDcl no REsp 750335. Min. LUIZ FUX – 28.03.06)

Da mesma forma, a desconsideração da personalidade jurídica, é plenamenente cabível às sociedades simples, inclusive cooperativas, bem como associações. Assim já foi decidido:

"Comprovado o encerramento irregular da executada, somado à inexistência de patrimônio penhorável (conforme se depreende dos autos, a exequente, ora agravante, tomou todas as providências razoáveis para obter dos devedores a garantia da execução, mas sem lograr êxito), legitima a desconsideração da personalidade da associação filantrópica, não para atingir seus associados, mas para atingir seus dirigentes, que a representam na forma dos estatutos"
(TJ-SP - AG. INST. 0271266-83.2011.8.26.0000)

"Ação de rescisão contratual – Fase de execução de acordo judicial – Decisão que indeferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da Cooperativa agravada – Insurgência do autor – Desconsideração da personalidade jurídica que se mostra medida necessária, uma vez que há indícios robustos de abuso da personalidade jurídica para fraudar credores – Presença dos requisitos legais do artigo 50 do Código Civil – Recurso provido."
(TJ-SP - AI 2077601-29.2015.8.26.0000TJ-SP. Data de publicação: 26/06/2015)

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Estes são os fundamentos que compõem a situação em foco, sendo certo que, *in casu,* é flagrante a utilização da empresa com abuso de direito, realizando uma série de contratos de forma irregular, devendo ser aplicado ao caso em tela o **artigo 28, parágrafo 5˚, do CDC, tendo em vista que a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica,** apenas deve se auferir a mera insolvência, ou seja, o não ressarcimento dos valores com a correção monetária e os juros devidos, para atingir o patrimônio do Réu.

Inclusive é a TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, que melhor absorve o caso em tela, segundo a jurisprudência do STJ, em casos de referência como o da explosão do Shopping Osasco em São Paulo.

Assim, firmada está a pertinência subjetiva para a presente lide, uma vez que os 2º, 3º e 4º Réus concorreram para o evento danoso em desfavor da parte Autora, o que os tornam legitimados passivos à demanda em comento, devendo responder pelos danos causados.

1.4. Da Preliminar de Prova Emprestada

Note-se que, no atual Código de Processo Civil de 2015, há um capítulo referente às provas, que expressa, em seu art. 372, que:

> **O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.**

Assim, há uma permissibilidade legal para o juízo utilizar e validar a denominada "prova emprestada". Tal orientação coaduna com a jurisprudência dominante, que enuncia a prova emprestada como aquela produzida em outro processo, que possui como efeitos trazer ao processo temas que uma das partes pretende que sejam apreciados e

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

considerados válidos, tal como um processo diverso de outra parte, mas com temas correlatos ou já julgados e de relevância para a interpretação do juízo.

Com isso, autores como **Nelson Nery Jr.** enunciam que a prova emprestada é aquela que, embora produzida em outro processo, se pretende produza efeitos no processo em questão, sendo acompanhado de autores como Luiz Guilherme Marinoni e Eduardo J. Couture.

Dessa feita, a validade da prova emprestada, como um meio documental probatório, será conhecido por já ter sido a base de uma sentença transitada em julgado, sendo tal compartilhamento de prova admitido pelo sistema jurídico brasileiro.

Com isso, busca-se a utilização da prova como emprestada para atender os ditames da justiça no caso concreto, sem se afastar da observância do contraditório em relação aos litigantes. Inclusive, a prova emprestada é plenamente reconhecida nos tribunais pátrios, tal como se denota:

> **"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INVALIDEZ PERMANENTE CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PERÍCIA JUDICIAL REALIZADA. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE. JULGADOR.**
> **DESTINATÁRIO DAS PROVAS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N° 7/STJ.**
> **(...)**
> **2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.**
> **Revisão do entendimento esbarraria no óbice contido na Súmula n° 7/STJ.**
> **3. A prova pericial emprestada produzida em juízo é apta a comprovar, nos termos do artigo 372, do CPC/15, a presença da doença que acarreta a incapacidade permanente do segurado."**
> **4. Agravo interno a que se nega provimento.**
> **(STJ - AgInt no AREsp 1082454/DF, Rel. MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dessa feita, o deferimento de prova emprestada para aferir contratos de consumo, quando se refere ao mesmo caso concreto de forma similar ou a mesma base contratual em contratos de adesão, o que ocorre no presente caso.

Observa-se que o novo Código de Processo Civil ao frisar que a prova emprestada pode ser utilizada, está obedecendo ao princípio da efetividade processual, de forma a criar uma maior celeridade e economia na fluência do processo, com o respeito ao *due process of law.*

Com isso, pleiteia o Autor pelo deferimento da preliminar de prova emprestada, do **Processo n° Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS, em curso perante o 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL - RJ**.

1.5. Da Aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova

Ab initio, há de se ressaltar que numa relação em que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra, o Código de Defesa do Consumidor, demonstra em seu artigo 6º, inciso VIII, que pode ocorrer a inversão do ônus da prova, seja pela hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança da alegação.

Entende-se como hipossuficiência, não somente as condições econômicas desfavoráveis da parte, mas, também, ausência de recursos técnicos ou pelo fato da outra parte ter o monopólio das informações.

Logo, o Autor pleiteia a aplicação do microssistema protetivo do CDC, que deve ser aplicado como parâmetro interpretativo. Inclusive, especificamente o Autor requer a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, VII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado.

Desta feita, especificamente o Autor, também, a aplicação do art. 28, CDC, com aplicação da **teoria menor da penetração**, para todos os fins de direito.

II – DOS FATOS

O Autor, buscando o melhor para sua família e tentando realizar o sonho de todo brasileiro o "DIREITO À MORADIA", realizou um contrato de aquisição de imóvel com a Ré, para financiamento no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 13/12/2017, no qual realizou um depósito inicial no valor de R$ 10.677,05 (dez mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), pagando a 1ª mensalidade de R$ 1.177,05 (um mil, cento e setenta e sete reais e cinco centavos) conforme documentos acostados aos autos.

Contudo, após o envio da documentação por correio (documento anexo), o Autor solicitou a utilização do financiamento para a aquisição de um imóvel indicado pela 1ª Ré, mas foi surpeendido com a informação de que, na verdade, adquiriu contrato de adesão em uma cooperativa habitacional.

Ao questionar sobre as informações iniciais e a devolução dos valores acima, o Autor recebeu respostas vagas, constatando que foi induzido a erro, ou seja, não era um financiamento de imóvel tradicional como os existentes no mercado bancário.

Diante disso, pediu cancelamento do negócio, com devolução dos valores. Contudo, a 1ª Ré não realizou a rescisão contratual de forma amigável, nem devolveu os valores até a presente data.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Por isso, foram esgotadas as possibilidades de resolver o presente imbróglio. Dessa forma, a parte autoral, não vê alternativa, que não seja buscar a tutela jurisdicional, para que seja feita a mais lídima justiça.

III – DOS FUNDAMENTOS

3.1. Da Relação Jurídica Consumerista

Cumpre esclarecer que a presente lide se caracteriza como relação de consumo nos termos do CDC. Assim, vejamos o conceito de consumidor, a partir do Código de Defesa do Consumidor:

> **Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.**

Além disto, a Lei nº 8.078/1990, que trata do Direito do Consumidor, ao descrever os direitos essenciais deste, reconhece a necessidade da prestação adequada dos serviços pelos fornecedores contratados, sob pena de configuração de responsabilidade objetiva, nos termos do art. 14 CDC:

> **"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos"**

Salienta-se que a 1ª Ré é Sociedade Cooperativa, que tem suas normas definidas na Lei 5.764/1971. Importante frisar que a lei em questão, em nenhum de seus artigos exclui a aplicabilidade do Código de

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Defesa do Consumidor, sendo considerado fornecedor quaisquer modalidade de pessoa física ou jurídica, inclusive as Sociedades Cooperativas.

Diante disso, não resta qualquer dúvida quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor; deste mesmo diploma legal, mister discorrer sobre o artigo 6º, VI, que afirma ser direito básico do consumidor a reparação de danos patrimoniais e morais, entre outros.

3.2. Do Princípio da Boa-Fé e da Abusividade da Propaganda

O instituto da Boa-fé presente no direito brasileiro e ressaltado em vários artigos do código civil 2002, tem como real objetivo nortear a conduta social das pessoas fazendo com que esta esteja adequada aos parâmetros sociais vigentes, com supedâneo no artigo 113 do CC/02.

No campo dos contratos, vislumbra-se que o artigo 422 do CC/02, traz a boa-fé objetiva como uma obrigação que deve estar presente desde a fase preliminar, passando pela fase de execução ou contratual propriamente dita, até a fase pós-contratual.

Significa dizer que as relações interpessoais não devem se prender somente ao que está expresso no contrato, mas também ter intrínseco um dever moral e legal de não causar prejuízo à outra parte, agindo com honestidade e honrando todas as negociações realizadas, sejam elas verbais ou escritas, sob pena, até mesmo de estar cometendo ato ilícito, conforme expressa o artigo 187 do CC/02.

A política nacional de relações de consumo tem como pressuposto, entre outros, o princípio da boa-fé, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, que sem dúvida alguma foram desrespeitadas pelas Rés.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

No caso em tela, insta salientar que a 1ª Ré, atua no mercado como verdadeira agente imobiliária, fazendo com que as pessoas acreditem que estão contratando a intermediação para aquisição de um imóvel, enganando os consumidores, ao criar falsas expectativas e esperanças na realização do sonho de compra de imóvel.

É nítido que o contrato de adesão da 1ª Ré não é um contrato comum ou usual, tendo cláusulas confusas, bem como grandes restrições de crédito contra o consumidor. Ou seja, contém termos de difícil compreensão para pessoas leigas nos termos do direito.

Trata-se de um contrato com graves vícios, com cláusulas leoninas, conteúdo abusivo e lesivo ao consumidor, redigido de forma a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance, em afronta ao art. 46 e 51 e seus respectivos incisos do Código de Defesa do Consumidor, o que por si só já impõe o reconhecimento da sua nulidade ou rescisão contratual.

Não é demais ressaltar que o prestador de serviço tem a obrigação de apresentar informações claras e corretas, a respeito do serviço contratado. No entanto, como se vê pelas propagandas juntadas em anexo, estas induzem o Consumidor a erro, levando-o a crer que se trata de compra do imóvel, através de contrato de financiamento de imóvel, mas na verdade a real intenção é associação para cooperativa de crédito habitacional.

Mais que isso, é sabido que o vício de consentimento é causa de anulabilidade ou rescisão de qualquer negócio jurídico. Entre os vícios de consentimento, destacam-se o erro e o dolo. Ambos impedem que a vontade real de uma pessoa seja externada, tornando-a prejudicada no que tange ao negócio jurídico que se prestaria a validar. Sendo assim, o direito assiste à pessoa que, em determinada situação, teve sua vontade viciada, dando-lhe condições de em momento posterior provocar a anulação do ato.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Importante observar a lição de ORLANDO GOMES quanto aos requisitos, para que seja um negócio jurídico considerado perfeito:

> **"O negócio jurídico somente é perfeito quando a vontade é declarada de maneira lícita, livre e consciente, isto é, de acordo com a lei, sem pressões físicas e morais e com correta percepção da realidade." (Gomes, Orlando. Introdução ao Direito Civil, 18ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2001, p. 414)**

Ora, a correta percepção da realidade somente é possível se não houver erro ou dolo, no tocante à manifestação da vontade da parte Autora. Conforme ensina Caio Mário:

> **"Quando o agente, por desconhecimento ou falso conhecimento das circunstâncias, age de um modo que não seria a sua vontade, se conhecesse a verdadeira situação, diz-se que procede com erro." (Caio Mário, p. 326)**

Assim, relativamente ao conceito de erro, tem-se que há uma falsa noção da realidade, que pode ser inclusive em relação a um dos contratantes. O atual Código Civil assim dispõe acerca do erro:

> **"art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio."**

Colaciona-se o conceito de FLAVIO TARTUCE concernentemente ao instituto do erro:

> **"O erro é um engano fático, uma falsa noção, em relação a uma pessoa, ao objeto do negócio ou a um direito, que acomete a vontade de uma das partes que celebrou o negócio jurídico. De acordo com o art. 138 do atual CC, os negócios jurídicos celebrados com erro são anuláveis, desde que o erro seja substancial, podendo ser percebido por pessoa de diligência normal, em fase das circunstância em que o negócio foi celebrado."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Impende salientar ainda a I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, com a aprovação do Enunciado nº 12, cuja redação merece destaque:

> **"Na sistemática do art. 138, é irrelevante ser ou não escusável o erro, porque o dispositivo adota o princípio da confiança."**

Diante dos fatos, está cristalinamente caracterizado o erro, já que a vontade da parte Autora, cerca-se de falsa percepção da condição da Ré, bem como quanto às condições do negócio, sendo indiscutível que a contratação não teria sido realizada se o Autor conhecesse previamente do aqui narrado.

Por isso, estamos diante de anulação dos atos praticados, haja vista vício insanável, porque a realidade sobre o pagamento da 'entrada' realizado, sem o Autor saber das práticas abusivas que já eram praticadas pela 1ª Ré de forma dolosa em seus contratos, enseja a rescisão do contrato.

Por conseguinte, no que tange ao instituto do dolo, tem-se que houve erro por parte do Autor, mas indubitavelmente provocado em decorrência do dolo manifesto das contratações anteriores que a 1ª Ré realizava sem se atentar para a lealdade, boa-fé e a concretização da confiança depositada em quem assina tal contrato com intuito de adquirir imóvel em data futura.

Para que se caracterize o dolo, dois elementos devem ser conjugados: o elemento objetivo que corresponde ao comportamento ilícito de quem quer enganar e o elemento subjetivo que é a intenção de enganar, *animus decipiendi*. Assim dispõe o Código Civil:

> **Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **Art. 148. Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento (...).**

Cabe trazer à baila o conceito de dolo, conforme as lições de ORLANDO GOMES:

> **"consiste em manobras ou maquinações feitas com o propósito de obter uma declaração de vontade que não seria emitida se o declarante não fosse enganado. É a provocação intencional de um erro." Ainda: "nos negócios unilaterais, o dolo há de provir necessariamente de outrem que não o agente."(p. 421)**

Já segundo as palavras de FLAVIO TARTUCE:

> **"O dolo pode ser conceituado como sendo o artifício ardiloso empregado para enganar alguém, com intuito de benefício próprio. O dolo é a arma do estelionatário, como diziam os antigos civilistas. De acordo com o art. 145 do CC, o negócio praticado com o dolo é anulável, no caso de ser este a sua causa. Esse dolo, causa do negócio jurídico, é conceituado como dolo essencial, substancial ou principal (dolus causam). Em casos tais, uma das partes do negócio utiliza artifícios maliciosos, para levar a outra a praticar um ato que não praticaria normalmente, visando obter vantagem, geralmente com vistas ao enriquecimento sem causa.**
> **Para tanto, deve-se levar em conta a pessoa natural comum, o que antes era denominado como homem médio, a partir das regras de comportamento e de experiência, o que está de acordo com a teoria tridimensional de Reale. Em suma, deve-se ter como parâmetro a conduta do homem razoável ("reasonable man").**
> **Dolus malus (dolo mau) – este sim consiste em ações astuciosas ou maliciosas com o objetivo de enganar alguém e lhe causa prejuízo. Quando se tem o dolo mau, o negócio jurídico poderá ser anulado se houver prejuízo ao induzido e benefício ao autor do dolo ou a terceiro."**

Evidente que a 1ª Ré já tem agido dolosamente, pois o Autor assinou documentos e entregou depósito de sua poupança, acreditando em uma falsa noção da realidade inserida no caso em tela, que o conduziu

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

a erro, através de conduta dolosa da Ré, que se soubesse da real situação, com certeza não teria concretizado o pagamento, objeto desta lide.

Assim imperiosa se faz a determinação da **anulação ou a rescisão do negócio jurídico**, sendo tal situação assegurada pela jurisprudência pátria, conforme abaixo demonstrado:

> **"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. DEMANDAS CONEXAS. VÍCIO NO CONSENTIMENTO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. INADIMPLEMENTO. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO DO PREÇO DO IMÓVEL. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO ADQUIRENTE. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DOLO E MÁ-FÉ DA PARTE COMPRADORA. TRANSFERÊNCIA. REGISTRO IMOBILIÁRIO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. APELO PROVIDO. I. Hipótese na qual a documentação que instrui o processo evidencia que a parte que se comprometeu a comprar o imóvel, em vez que efetuar o pagamento, utilizou-se de manobras para transferir a titularidade do bem no registro imobiliário. II. Comprovado o dolo empregado para a realização do negócio jurídico, resultando na formalização de contrato de compra e venda não pretendido por uma das partes, a anulação do negócio jurídico se mostra necessária, sob pena de enriquecimento ilícito. III - Devida indenização por danos morais no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) pela locatária inadimplente desde janeiro de 2009, e que ainda registrou o imóvel em seu nome, valendo-se da inexperiência e pouca instrução das partes envolvidas, à locadora que saiu de seu imóvel para morar na casa de terceiros no afã de receber os alugueis. IV - Apelação provida."**
> **(TJ-MA - APL: 0012438-22.2011.8.10.0001, Rel. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/04/2014)**

Ressalta-se que o erro e o dolo aqui arguidos, advieram de uma propaganda enganosa perpetrada contra um consumidor, o que agrava ainda a ilicitude dos Résu. Assim, encontram-se claramente afrontadas as seguintes normas do Código de Defesa do Consumidor, lei 8.878/90, como segue:

> **Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:
I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)
III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (...)
IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. (...)
§ 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (...)
IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;
V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
II - subtraiam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;
III - transfiram responsabilidades a terceiros;
IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a eqüidade;
XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;
§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:
I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
II - restringe direito ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.
§ 4° É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
24
Carimbado Eletronicamente

> **contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.**

Na Hipótese em tela, restou devidamente demonstrado a falha na prestação do serviço, por vício de informação, cláusulas abusivas, bem como propaganda enganosa, o que acarreta a possibilidade de reconhecimento de **nulidade ou rescisão do negócio jurídico**, com ressarcimento dos respectivos prejuízos.

3.3. Dos Danos Materiais

Não é demais frisar que a Ré demonstrou comportamento abusivo e ilegal em desfavor do Autor, passível, portanto, de reparação pelos danos materiais, em decorrência do desfazimento da relação jurídica aqui discutida.

Dispõe o artigo 186 do novo código Civil Brasileiro, *in verbis*: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". E ainda, de acordo com o art. 927 e 944 do novo Código Civil:

> **Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**
>
> **Art. 944 – A indenização mede-se pela extensão do dano.**

Por outras palavras no dizer do Ilmo. Dr. Washington de Barros Monteiro, "o direito à indenização surge sempre que prejuízo resulte da atuação do agente". Assim, fica caracterizada a total responsabilidade das Rés supracitados pelo ressarcimento dos prejuízos causados ao Autor.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora, o contrato não se abstém na rescisão do negócio por desistência do contratante, mas prevê a retenção de toda a quantia paga, cobrando multa rescisória de 20% (vinte por cento), o que também é deveras abusivo, devendo ser tal cláusula afastada, haja vista a nulidade deste documento.

No caso em tela, o Autor desembolsou o valor da 'entrada', no importe de R$ 10.500,00, mais R$ 1.177,05, relativamente à 1ª parcela do financiamento do imóvel, o que foi pago através de boleto único no dia 13/12/2017.

Por causa disto, os Réus devem restituir o Autor pelos prejuízos materiais causados, na monta total de R$ 11.677,05, que deve ser paga com o acréscimo de correção monetária e juros legais, a partir do desembolso.

3.5 Do Dano Moral

De *prima facie*, deve-se analisar de forma escorreita o instituto do dano moral, que se caracteriza por ser a lesão de interesse não patrimonial de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo. Segundo o Dr. Aguiar Dias, "o dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão abstratamente considerada."

Logo, afirma-se que no momento em que os Réus descumpriram seu dever legal, não prestando corretamente as informações solicitadas, criou uma situação de constrangimento ao Autor, atingindo sua honra subjetiva, que segundo Eugenio Cuello Calón "designa o sentimento da própria dignidade moral, nascida da consciência de nossas virtudes ou de nosso valor moral, isto é, a honra em sentido estrito".

Isso sem contar que, no que tange à proteção e defesa do consumidor, a reparação dos danos baliza-se na responsabilização do

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

ofensor com vistas à satisfação pessoal ou econômica do consumidor, consistindo seu objetivo maior, na verdade, servir de desestímulo à prática lesiva nas relações de consumo, a exemplo da que ocorreu *in casu.*

Desta forma, o que se pode concluir é que o consumidor foi tratado com desrespeito, não se levando em conta a condição de cidadão, que é cumpridor de seus deveres, sendo certo que a conduta dos Réus ofendeu a sua dignidade, atingindo-lhe a personalidade e violando seu *status dignitatis*. A dignidade, por sua vez, é prevista como um princípio fundamental em nossa Constituição, uma cláusula pétrea inserida no artigo 1º, III, como princípio fundamental de nosso Estado Democrático de Direito.

Repita-se que os Réus deixaram de cumprir com o seu dever de cuidado, ao prestar informações enganosas, que causou muito mais que um mero prejuízo econômico, já que houve imensa perda de tempo com ligações, deslocamentos, idas e vindas. É certo que todo esse desgaste causou enorme abalo emocional ao Autor. Deveras absurdo!!!

Cristalino, Exª, que, caso os Réus persistam com a prática destes fatos, todos os seus consumidores que venham a vivenciar situações similares sofrerão enormes prejuízos, de modo que essa conduta deve ser desestimulada. Por fim, quanto à fixação do *quantum*, o MM. Julgador, ao qualificá-la, deve se ater à dimensão da ilegalidade do dano e a capacidade econômica do seu causador, que, na espécie, é considerável.

Portanto, quer deixar claro o Autor que não pretende aqui se locupletar, mas tão só que a verba indenizatória do dano moral venha amenizar o constrangimento por ele suportado, haja vista que a propaganda enganosa, foi muito além do prejuízo financeiro, pois houve enorme dispêndio de tempo e desgaste emocional, o que implica em dano moral *in re ipsa*.

O Superior Tribunal de Justiça tem decidido reiteradas vezes que na fixação do dano moral deve o julgado se ater a critérios, tais como o nível

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

cultural do causador do dano, condição sócio-econômica do ofensor e, no caso em tela, **a imensa margem de lucro de empresas que fazem parte de vasto e poderoso grupo econômico**. De outro lado, entretanto, tem-se um homem honesto, que apenas queria tirar sua família da comunidade violenta, que atualmente reside. Assim já julgou o STJ:

> **"DANO MORAL. REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR. CONDENAÇÃO ANTERIOR EM QUANTIA MENOR. [...] Ademais, a reparação deve ter fim também pedagógico, de modo a desestimulara prática de outros ilícitos similares, sem que sirva, entretanto, a condenação de contributo a enriquecimentos injustificáveis..."**

Inclusive, no presente caso, também se aplica a teoria do desvio produtivo do consumidor, que foi consolidada pelo STJ, através do REsp nº 1.260.458/SP, que deve ser considerado em casos similares ao presente, uma vez que o Autor teve grande dispêndio de tempo, na tentativa de resolver amigavelmente o presente problema.

Note-se, que, a prática reiterada da 1ª Ré, já é conhecida do Judiciário do Rio de Janeiro, havendo diversos julgados comprovando que ela age irrefreavelmente com violação ao princípio da boa-fé. É necessário trazer o posicionamento jurisprudencial recente de nosso Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao que tange a 1ª Ré (KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL), *in litteris*:

> **"Apelação. Cooperativa habitacional. Propaganda enganosa por omissão. Desfazimento do contrato sem retenção de quaisquer valores pagos. Dano moral. Jurisprudência. 1. O fornecedor de serviços, sobretudo de serviços massificados e contratados por adesão, deve utilizar a língua do seu público-alvo não só na publicidade que oferece vantagens inauditas, mas também nas entrelinhas que ressalvam as condições para seu desfrute, ou do contrário não estará assegurando "informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados"**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

(CDC, art. 31). 2. Que certas cláusulas contratuais sejam claras e compreensíveis ao operador de Direito, formado com o necessário instrumental jurídico, não significa que o sejam também para o cidadão leigo das classes mais baixas e mais vulneráveis à inculcação propagandística. 3. É enganosa, por omissão, a propaganda que deixa de anunciar dado essencial sobre a natureza do produto ou serviço, induzindo o consumidor, ainda que tacitamente, em erro quanto à conveniência da contratação para as suas necessidades pessoais. Tal é o caso da cooperativa habitacional que, funcionando quase à moda de um autêntico consórcio, e condicionando a liberação do capital subscrito à disponibilidade de recursos no mês, à integralização de um seu percentual e à proposta de antecipação de parcelas a vencer (o que se equipara a um lance), veicula publicidade que inculca no receptor a ilusão de que poderá rapidamente sair do aluguel, sem explicitação dos termos em que funciona o negócio ofertado. 4. Violação dos arts. 6º, inc. III, 31, 36, 37, caput e §§ 1º e 3º, e 39, inc. IV, do Código de Defesa do Consumidor. Impossibilidade de se admitir cláusula de retenção, nesse contexto. 5. A falha no dever de informação clara e adequada, que constitui direito básico do consumidor, pode configurar dano moral quando importe em frustração de legítimas expectativas do consumidor em relação a algum plano ou aspecto de vida considerado suficientemente relevante para impactar seus direitos de personalidade. Tal é o caso da aquisição imobiliária, que exige do consumidor o levantamento de recursos consideráveis, proporcionalmente a seus ganhos, e faz nele nutrir sonhos e planos que, desfeitos por culpa do fornecedor, não se podem considerar como meros dissabores corriqueiros. 6. Considerando o importe dos valores dispendidos pelo ludibriado consumidor; o impacto de tais somas em seu modesto orçamento; a extensão do dano decorrente da ilusão desfeita e a extrema gravidade da culpa do ofensor, afigura-se razoável o arbitramento da verba compensatória no valor de R$ 5.000,00. 7. Provimento do recurso. Data de julgamento: 24/02/2016. (TJ-RJ - AC 0013480-65.2013.8.19.0202. Des. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES. Data de Julgamento. Ré: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL C/C RESILIÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL. CONSUMIDORA QUE ADERIU À KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL COM O OBJETIVO DE OBTER FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL PARA DECLARAR A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO E CONDENAR A APELANTE A DEVOLVER R$ 6.826,62 A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS, E AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 A TÍTULO DE DANO MORAL. APELAÇÃO DA RÉ PUGNANDO PELO

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

RECONHECIMENTO DE VALIDADE DO CONTRATO. DESPROVIMENTO DO RECURSO, COM FULCRO NO ART. 557, CAPUT, DO CPC, CONFIRMANDO-SE A BEM LANÇADA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 1 - Afronta ao princípio da transparência e dever de informação ao consumidor, nos termos dos artigos 4º, caput, 6º, inc. III e 31 da Lei 8078/90, tendo em vista a utilização de termos de difícil compreensão, bem como a falta de informação adequada no material publicitário. 2 - Desrespeito à boa-fé objetiva e à função social do contrato que impõe sua nulidade, assim como a restituição dos valores pagos e a indenização a título de dano moral. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática." (TJ-RJ - AC 0351733-70.2013.8.19.0001. Des. ANTÔNIO CARLOS BITENCOURT - Julgamento: 20/10/2015)

"APELAÇÃO CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. RITO ORDINÁRIO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL KEROCASA. AUTORA QUE SE ASSOCIOU À RÉ NO INTUITO DE COMPRAR UMA CASA. APÓS ADIANTAR VALORES, DESISTIU E REQUEREU A RESCISÃO DO CONTRATO. SENTENÇA JULGANDO PROCEDENTES OS PEDIDOS. APELAÇÃO DA RÉ. PRETENSÃO DE RETER 20% DOS VALORES PAGOS, CONFORME PREVISÃO CONTRATUAL. IMPROCEDÊNCIA DOS DANOS MORAIS. A ré/apelante violou os princípios da transparência máxima, vulnerabilidade do consumidor e boa-fé objetiva, insculpidos no art. 4º, caput, I e III, do CDC. RESCISÃO DO CONTRATO SEM ÔNUS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM CONDENAÇÃO DA RÉ/APELANTE, NO QUAL FOI DECLARADA A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS, BEM COMO AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 DE DANOS MORAIS, VEZ QUE ATENTE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE QUE O CASO REQUER, levando-se em conta a angústia de ver frustrado seu sonho de adquirir a casa própria, além de ver negado o seu legítimo pedido de devolução integral dos valores pagos. RECURSO DA RÉ/APELANTE QUE SE CONHECE E SE NEGA SEGUIMENTO. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática - (TJ-RJ - AC 0024523-20.2013.8.19.0001. Des. NATACHA TOSTES OLIVEIRA - Julgamento: 21/05/2015)

In casu, a propaganda enganosa da Ré, submeteu o Autor a toda sorte de aborrecimentos e desgastes, fazendo com que o consumidor perdesse muito tempo, tentando resolver problemas decorrentes de práticas abusivas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora Exa., o tempo perdido e o desagaste com o prejuízo em tela, são imensuráveis, razão pela qual deve a Ré indenizar o Autor pelos danos morais que lhe foram causados, cuja fixação do valor indenizatório não deve ficar aquém de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA

Requer o Autor à V.Exa. a concessão dos efeitos da tutela de urgência, com supedâneo no art. 300 do novo CPC, para que haja arresto do imóvel *"**apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado**"*, de propriedade do 3º Réu, que será a 2ª penhora deste bem.

É cediço que os Réus esvaziaram o patrimônio da 1ª Ré, e é fato que há grande risco de que o mesmo ocorra com os bens dos sócios, o que ensejará frustração a este procedimento.

Frise-se que há o direito líquido, certo e favorável ao Autor, uma vez que presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, que são basicamente: I) *periculum in mora*: existência de um dano potencial, um risco, que ocorre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte; II) *fumus boni iuris*: plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança; III) art. 301, CPC/2015: previsão legal expressa de arresto em sede de tutela de urgência.

Dessa forma, o Autor requer à V.Exa. a concessão *inaudita altera pars* de **TUTELA DE URGÊNCIA**, com supedâneo no art. 300 do CPC/2015, para que seja realizado **arresto do seguinte imóvel do 3º Réu: *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção***

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado.

V - DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer o Autor à Vossa Excelência:

- Deferimento da Gratuidade de Justiça, nos moldes da legislação vigente;

- Deferimento do pedido de Prova Emprestada em relação ao feito nº **0305983-40.2016.8.19.0001**;

-Desconsideração da Personalidade Jurídica da Sociedade Cooperativa, para inclusão dos diretores da 1ª Ré, conforme art. 134, §2º, CPC/2015 e art. 28, CDC;

-Aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC;

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que seja arrestado o *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado*, de propriedade do 3º Réu;

-Citação dos Réus, **via postal com AR**, sendo a 1ª Ré na pessoa dos seus representantes legais para, querendo, responderem a presente sob pena de revelia, confissão e preclusão;

-Seja julgado procedente o pedido, com declaração da rescisão ou anulação do contrato em comento, condenando-se os Réus a restituírem todos os valores pagos pelo Autor, conforme fundamentação supra, totalizando o montante de **R$ 11.677,05 (onze mil, seiscentos e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

setenta e sete reais e cinco centavos), com incidência das atualizações legais a partir da data do respectivo pagamento;

- Condenação dos Réus em indenização por **DANOS MORAIS, em montante não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, em favor do Autor, pelos transtornos causados à honra subjetiva deste, na forma *in re ipsa*, com base no princípio da dignidade da pessoa humana e na teoria punitivo-satisfativa, em sintonia com a teoria satisfativa-compensatória e considerando a elevada posição econômica dos Réus, que devem ser pagos com acréscimos de correção monetária e juros legais, a contar do evento danoso, na forma da Súmula 54, STJ;

Condenação dos Réus ao pagamento da verba honorária na razão de 20% sobre o valor da condenação total, sem prejuízo do eventual reembolso relativo aos emolumentos judiciais despendidos, em caso de recurso.

Pleiteia, outrossim, pela produção de provas na amplitude do art. 369 do CPC/2015, especialmente, documental, documental superveniente, testemunhal e depoimento pessoal dos Réus, sendo a 1ª Ré na pessoa de seu representante legal, sob pena de confissão caso não compareça ou compareça e se recuse a depor.

Outrossim, o Autor esclarece que seu advogado possui escritório nesta cidade, na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar – Centro, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações, citações e comunicações atinentes ao presente, nos termos do artigo 106, I do CPC/2015, requerendo a vinculação neste feito do nome do advogado **MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520**, que compõe a sociedade de advogados **MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS,** para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta, cujo endereço eletrônico é **marcomedeiros@msaonline.adv.br**, para fins do art. 287, CPC/2015.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dá-se à causa o valor de R$ 21.677,05 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS
OAB/RJ 102.520

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

GABRIELA MOSCIARO PADUA
OAB/RJ 172.794

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
371
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**02/08/2018**
Data	**02/08/2018**
Descrição	**ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 10/09/2018 14:40 HS**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
372
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 10/09/2018 14:40 HS

Rio de Janeiro, 02/08/2018.

Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
373
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**02/08/2018**
Data	**02/08/2018**
Descrição	**INTIMAÇÃO**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
374
Carimbado Eletronicamente

INTIMAÇÃO VIA POSTAL

Processo Nº: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Destinatário: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Endereço: Rua Vilela Tavares, nº 355 101 - CEP: 20725-220 - Méier - Rio de Janeiro - RJ

Finalidade: INTIMAR A PARTE AUTORA PARA TOMAR CIENCIA DA REDESIGNAÇÃO DA ACIJ PARA O DIA 10/09/2018 14:40 HS.

De ordem do(a) MM. Dr(a). Juiz(íza) **Valeria Pacha Bichara**deverá V. Sª. comparecer pessoalmente neste Juízo no local e data acima mencionados, portando documento de identificação.
.

Eu,_____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434, digitei a presente. E eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, a subscrevo.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2018.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Código para Consulta do Documento/texto no portal do TJERJ: : **475G.AGU2.5VDJ.BF22**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
375
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**15/08/2018**
Situação	

CORREIOS

...ENTO - AR

OBJETO DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

376

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM

AR

99123143742013 - DR/RJ TJERJ

CORREIOS

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU R... SOCIAL DO DESTINATÁRIO

JT 90323213 6 BR

ENDEREÇO

JONATHAN DA SILVA PEREIRA
RUA Vilela Tavares 355, 101

C.E.P.

CEP 20.725-220 Meier Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 INTIMACOES 10/09/2018 14:40 991

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE

Comarca da Capital

ENDEREÇO

Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109

C.E.P.

Castelo CIDADE
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

UF

DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA DO RECEBEDOR	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
8 / 1 / 19	Renata-Maria	

7535-651-0024

[redacted]

CARIMBO

☐ ...RESSO
☐ ENCOMENDA
☐ CECOGRAMA
☐ .....

☐ VALE
☐ MÃO PRÓPRIA
☐ SEDEX
☐ .....

VALOR DECLARADO

VALOR DO VALE

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

OCORRÊNCIA

☐ MUDOU-SE
☐ NÃO PROCURADO
☐ AUSENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ FALECIDO
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ ENTREGUE NO LOCAL
☐ _____

Sr. Carteiro, em caso de recusa, devolver imediatamente ao remetente.

UNIDADE DE DESTINO

08 AGO 2018

CARIMBO

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE			DATA
☐ ENTREGUE	☐ PAGO	***ASSINAR NO ANVERSO***	/ /

DEVOLVER PELA MAIS RÁPIDA (AÉREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
378
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**16/08/2018**
Situação	**Negativo**
Data da Intimação	**08/08/2018**

O REMI

CORREIOS

— AVISO DE RECEBIMENTO - AR -
OBJETO DE SERVIÇO

— TRIBUNAL DE JUSTIÇA
☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM
		/ /

AR

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO
JT 90323206 5 BR

ENDEREÇO
VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
RUA Andre Rocha 2299

C.E.P.
CEP 22.710-567 Taquara Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 10/09/2018 14:40 99123

NOME OU RA

Comarca da Capital
ENDER Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109
C.E.P. Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

U.F.

DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA DO RECEBEDOR	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
/ /		

7535-651-0024

FSC
www.fsc.org
MISTO
Envelope produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C031357

Página 378

Acusado

18557368

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
380
Carimbado Eletronicamente

Carta
891231437 4/2017 - DR/RJ
PJERJ
Correios

PJERJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
RUA Andre Rocha 2299
CEP 22.710-567 Taquara Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 10/09/2018 14:40 99123

Correios REGISTRADO URGENTE *registered priority* PESO (kg) *weight*
Recebedor
AR MP
Assinatura Doc.
1-CO110

JT 90323206 5 BR

7535-654-6981

AO REMETENTE

100177643 14

PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
381
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**22/08/2018**
Juiz	**Marco Antonio Azevedo Junior**
Data da Conclusão	**22/08/2018**
Data da Devolução	**Não devolvido.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
382
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 22/08/2018

Despacho

Intime-se o autor, através de seu patrono, eletronicamente, para que forneça novo endereço do réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 22/08/2018.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4A1F.SAEN.ZD5K.J432**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
383
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**22/08/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
384
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Intime-se o autor, através de seu patrono, eletronicamente, para que forneça novo endereço do réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
385
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Intime-se o autor, através de seu patrono, eletronicamente, para que forneça novo endereço do réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
386
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado

Data	**23/08/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
387
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2018060006
Documento: 834/2018/MND

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado, nesta data, às 10:00, compareci ao seguinte endereço: Rua Pio Correia nº 92, Bl. 01, apt. 602, Jardim Botânico/RJ, onde, **DEIXEI DE** citar e intimar "SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA" , em razão de ter comparecido ao local e lá ser informado pelo Sr. Arlindo de que o réu mudou-se do endereço acima, não sabendo o mesmo informações de seu paradeiro, motivo pelo qual, após cumprir as formalidades legais, devolvo o presente mandado ao cartório para o que for de direito. Conforme informação prestada por Sr. Arlindo, porteiro.
O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2018.

Andréa Leal Figueiredo - 01/28443

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
388
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**24/08/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**23/08/2018**
Data da Devolução	**Não devolvido.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
389
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 23/08/2018

Despacho

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer o endereço do réu SERGIO PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, para designação de nova audiência, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 24/08/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **49UK.IVBX.DMR4.N632**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
390
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**24/08/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
391
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer o endereço do réu SERGIO PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, para designação de nova audiência, sob pena de extinção.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
392
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer o endereço do réu SERGIO PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, para designação de nova audiência, sob pena de extinção.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 23/08/2018 e foi publicado em 27/08/2018 na(s) folha(s) 440/444 da edição: Ano 10 - n° 232 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Intime-se o autor, através de seu patrono, eletronicamente, para que forneça novo endereço do réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
394
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 23/08/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Intime-se o autor, através de seu patrono, eletronicamente, para que forneça novo endereço do réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
395
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 23/08/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Intime-se o autor, através de seu patrono, eletronicamente, para que forneça novo endereço do réu VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
396
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**30/08/2018**
Data	**27/08/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
397
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2018.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer o endereço do réu SERGIO PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, para designação de nova audiência, sob pena de extinção.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
398
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 27/08/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer o endereço do réu SERGIO PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, para designação de nova audiência, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
399
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 27/08/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer o endereço do réu SERGIO PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, para designação de nova audiência, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
400
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 27/08/2018 e foi publicado em 30/08/2018 na(s) folha(s) 411/415 da edição: Ano 10 - n° 235 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer o endereço do réu SERGIO PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, para designação de nova audiência, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
401
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Data	**30/08/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
402
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2018042097
Documento: 833/2018/MND

CERTIDÃO POSITIVA (EM CARTÓRIO)

Certifico que, em cumprimento ao Mandado anexo, nesta data, às 15:00, compareceu nesta Central de Mandados,Sr.(a) Jair Cassio Baptista de Moura, onde, preenchidas as formalidades legais, citei e intimei pelo inteiro teor do referido Mandado, que lhe foi lido, ficando de tudo ciente, tendo recebido a contrafé e exarado o ciente. Dou fé.

Observação:

Na pessoa de seu advogado João Carlos Ferreira da Costa Silva, procuração em anexo.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018.

Silvio Cesar Gomes Pontes - 01/21534

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

ROSSANA DUSI VILELA 21460 Assinado em 01/08/2018 17:16:02 Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
403
369
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor O;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

833/2018/MND

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Oano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE OE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nome da Parte Ré : JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Local Diligência: Rua Maria Benjamim, nº 94 Casa 101, Frente - CEP: 20750-140 - Pilares - Rio de Janeiro - RJ
Data da Audiência: 10/09/2018 14:40h
Local da Audiência: Cartório do 7º Juizado Especial Cível - Sala de Audiências.

O MM. Juiz de Direito, **Dr.(a) Valeria Pacha Bichara *MANDA*** o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo supracitado dirigir-se ao local indicado, ou onde lhe for apontado e proceder à ***CITAÇÃO*** da parte ré para tomar conhecimento e defender-se do presente processo e ***INTIMAÇÃO*** para comparecer à audiência supra mencionada, podendo seguir-se imediatamente a audiência de instrução e julgamento, nela oferecendo defesa escrita ou oral e produzindo provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a), nos termos e de acordo com as peças fielmente transcritas, que ficam integrando este mandado. Que se cumpra na forma da lei. Eu, _____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Código de Autenticação: **4IYQ.75UN.5D83.RE22**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

ADVERTÊNCIAS:
1) Não comparecendo o demandado, pessoalmente, ou na hipótese de pessoa jurídica, através do representante legal ou preposto regularmente constituído, à sessão de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2) Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência de instrução e julgamento, em sua defesa, documentos e/ou até 03 testemunhas (indicá-las até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação).
3) As partes deverão portar documento de identidade e CPF, se pessoa física, e cópia do ato constitutivo, se pessoa jurídica.

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Mandado: 2018042097 (Receb.: 01/08/2018 Limite: 29/08/2018 Oficial: Silvio Cesar Gomes Pontes

Recebi o original em 29.08.18
171850
João Carlos Ferreira

1049

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
404
Carimbado Eletronicamente

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Sr. JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o n.º 37792/CRECI, portador da carteira de identidade de n. 05996532-7, expedida por DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF 724.023.777-04, residente e domiciliado na Rua Francisco Vidal, nº 163, Casa 2 – Pilares – CEP: 20750-060 Rio de Janeiro - RJ

OUTORGADOS: Dr. JOÃO CARLOS FERREIRA DA COSTA SILVA, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB-RJ sob o **nº 171.850 Dr. PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-RJ sob o **nº 157.408, e DR. MARLOM MARTYR NETO,** brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB-RJ **sob o nº 156.928** todos com escritório na Av. Treze de Maio, 23, 429 –CENTRO - Rio de Janeiro - RJ –.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de mandato, o outorgante supra qualificado, nomeia e constitui, seus bastantes procuradores, os outorgados, igualmente supra qualificados, conferindo-lhes os poderes da cláusula *ad judicia et extra*, para praticar todos os atos permitidos em Direito perante ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROCESSO NUMERO:_____, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: receber citação, intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica,

Rio de Janeiro, 29 de AGOSTO de 2018

JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
405
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**31/08/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
406
Carimbado Eletronicamente

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** também já devidamente qualificado, vem através de seu advogado abaixo assinado, respeitosamente, a presença de V.Exa., expor e requerer o que segue:

Inicialmente requer a retificação do nome do 4º réu uma vez que constou equivocadamente como VINCIUS DE OLIVEIRA FIALHO devendo constar **MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**.

Quanto ao endereço, requer seja o mesmo citado a seguir: Rua André Rocha, nº 2299, ramal 1785, Taquara, Rio de Janeiro – RJ – CEP 22710567.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.

CATARINA MAEL DE ANDRADE

OAB/RJ 141.215

TJRJ CAP JC07 201806558285 31/08/18 14:54:17140355 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
407
Carimbado Eletronicamente

DADOS GERAIS

Documento	02574506707	
Nome	**MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**	45 Anos
Data de Nascimento	22/07/1973	**Signo:** Câncer
Óbito	Não	
Status do Documento	REGULAR em 01/01/2016	
Qtde Part. Empr	Ver Participações (1)	

CONTATO PREFERENCIAL	
Outros	(21) 99931.0351

FIXO

DDD	Telefone
Nada consta para o documento pesquisado	

CELULAR

DDD	Telefone		
Nada consta para o documento pesquisado			

OUTROS

DDD	Telefone
21	99931.0351
21	99527.3717
21	2429.1785
21	2593.9225

COMERCIAL

DDD	Telefone
21	2426.4077
21	2426.4093
21	2426.4104
21	2290.9683
21	2426.4090

ENDEREÇOS

Log	Rua	Num	Comp	Bairro	Cidade	UF	CEP

TJRJ CAP JC07 201806558285 31/08/18 14:54:17140355 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
408
Carimbado Eletronicamente

Log	Rua	Num	Comp	Bairro	Cidade	UF	CEP
Rua	ANDRÉ ROCHA	2299	RAMAL 1785	TAQUARA	RIO DE JANEIRO	RJ	22710567
Rua	ANA QUINTÃO	381	2 FD	PIEDADE	RIO DE JANEIRO	RJ	20751240
Rua	MARIA BENJAMIM	94	FD	PILARES	RIO DE JANEIRO	RJ	20750140

PARENTES

Nome	Provável Parentesco	Aposentado	
	ONADIR VALDEMIRA DE O FIALHO	mae	NÃO

CONTATO

Contato	Cep
SUELI CASSIA BAPTISTA MAGALHAES	20750330
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	20040030
SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA	22461240

MORAM NA MESMA RESIDÊNCIA

Nome
Nada consta para o documento pesquisado

E-MAILS

marcusfialho@gmail.com

As informações contidas neste relatório tem por objetivo auxiliar o contratante em suas decisões comerciais e assim minimizar fraudes ou eventuais dissabores nas relações de consumo. É terminantemente proibido o divulgação do conteúdo deste relatório para terceiros, conforme reza cláusula contratual. A Procob não se responsabilizará pela utilização indevida ou criminosa das informações obtidas, por parte da contratante, que será a única responsável pela destinação que der aos dados consultados.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
409
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**03/09/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**03/09/2018**
Data da Devolução	**Não devolvido.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
410
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 03/09/2018

Despacho

Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.

Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

Rio de Janeiro, 03/09/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4A2Q.7UA3.YPQC.3H32**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
411
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**04/09/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
412
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
413
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
414
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
415
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
416
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**04/09/2018**
Data da Juntada	**04/09/2018**
Tipo de Documento	**Petição**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
417
Carimbado Eletronicamente

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** em atenção a retro decisão, vem a presença de V.Exa, através de sua advogada abaixo assinada, requerer a citação do sócio, Sr. **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, no endereço abaixo indicado:

Rua Pio Correia, nº 9, AP/CJ 801, Jardim Botânico, CEP: 22461240, Rio de Janeiro.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2018.

CATARINA MAEL DE ANDRADE

OAB/RJ 141.215

TJRJ CAP JC07 201806642661 04/09/18 13:09:26139583 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
418
Carimbado Eletronicamente

DADOS GERAIS

Documento	81051654734	
Nome	**SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**	55 Anos
Data de Nascimento	20/05/1963	**Signo:** Touro
Óbito	Não	
Status do Documento	REGULAR em 04/05/2016	
Qtde Part. Empr	Ver Participações (4)	

CONTATO PREFERENCIAL	
Fixo	(21) 3596.2248
Celular	(21) 98294.6655
Outros	(21) 2535.4843

FIXO

DDD	Telefone
21	3596.2248

CELULAR

DDD	Telefone
21	98294.6655
21	99948.3581
21	99500.4454
21	99948.8990
21	98106.8801
21	99213.7611

OUTROS

DDD	Telefone
21	2535.4843
21	2536.4862

COMERCIAL

DDD	Telefone
Nada consta para o documento pesquisado	

ENDEREÇOS

TJRJ CAP JC07 201806642661 04/09/18 13:09:26139583 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
419
Carimbado eletronicamente

Log	Rua	Num	Comp	Bairro	Cidade	UF	CEP
Log	Rua	Num	Comp	Bairro	Cidade	UF	CEP
Rua	PIO CORREIA	9	AP/CJ 801	JARDIM BOTÂNICO	RIO DE JANEIRO	RJ	22461240
Rua	MÁRIO COVAS JÚNIOR	135	ED KEY BISCAYNE	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	RJ	22631030
Rua	PIO CORREIA	92602	BL 1	JARDIM BOTÂNICO	RIO DE JANEIRO	RJ	22461240
Rua	SÉRGIO BRANCO SOARES	401	2.3	RECREIO DOS BANDEIRANTES	RIO DE JANEIRO	RJ	22790560
Avenida	RIO BRANCO	151	sl 604	CENTRO	RIO DE JANEIRO	RJ	20040006
Estrada	DO GUANUMBI	108	CS 113	FREGUESIA (JACAREPAGUÁ)	RIO DE JANEIRO	RJ	22745200
Rua	MÁRIO COVAS JÚNIOR	13	ED KEY BISCAYNE	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	RJ	22631030
Rua	PIO CORREIA	92	602 bl 1	JARDIM BOTÂNICO	RIO DE JANEIRO	RJ	22461240

PARENTES

Nome	Provável Parentesco	Aposentado
ARACY PEREIRA PARENTE DE SOUZA	mae	SIM
LUIZ PHILIPE PEREIRA PARENTE DE SOUZA	irmao	SIM
GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA	irmao	NÃO

CONTATO

Contato	Cep
MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO	20751240
ARACY RAMOS PEREIRA DE SOUZA	22461240
ARACY PEREIRA PARENTE DE SOUZA	04078013
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	20751240

MORAM NA MESMA RESIDÊNCIA

Nome
Nada consta para o documento pesquisado

E-MAILS

Nada consta para o documento pesquisado

As informações contidas neste relatório tem por objetivo auxiliar o contratante em suas decisões comerciais e assim minimizar fraudes ou eventuais dissabores nas relações de consumo. É terminantemente proibido o divulgação do conteúdo deste relatório para terceiros, conforme reza cláusula contratual. A Procob não se

responsabilizará pela utilização indevida ou criminosa das informações obtidas, por parte da contratante, que será a única responsável pela destinação que der aos dados consultados.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
420
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
421
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**12/09/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**05/09/2018**
Data da Devolução	**Não devolvido.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
422
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 05/09/2018

Despacho

Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

Rio de Janeiro, 05/09/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4XTL.ZZR1.LZ6A.GR32**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
423
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**13/09/2018**
Data	**12/09/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
424
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
425
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
426
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
427
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
428
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 05/09/2018 e foi publicado em 10/09/2018 na(s) folha(s) 466/469 da edição: Ano 11 - n° 5 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
429
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**12/09/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
430
Carimbado Eletronicamente

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** em atenção a retro decisão, vem a presença de V.Exa, através de sua advogada abaixo assinada, esclarecer que o despacho de folhas 389 foi cumprido em 04/09/2018 (vide folhas 417 do processo).

Diante disso, reitera-se o endereço para citação do sócio **Sr. Sérgio Parente de Souza**, qual seja:

Rua Pio Correia, nº 9, AP/CJ 801, Jardim Botânico, CEP: 22461240, Rio de Janeiro.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2018.

CATARINA MAÉL DE ANDRADE

OAB/RJ 141.215

TJRJ CAP JC07 201806888810 12/09/18 16:32:05138312 PROGER-VIRTUAL

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
431
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
432
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 10/09/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer o endereço do réu SERGIO PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, para designação de nova audiência, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
433
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 05/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.

Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
434
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 05/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.

Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
435
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**13/09/2018**
Data	**13/09/2018**
Descrição	**ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
436
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.

Rio de Janeiro, 13/09/2018.

Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
437
Carimbado Eletronicamente

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**13/09/2018**
Data	**13/09/2018**
Descrição	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
438
Carimbado Eletronicamente

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Rua Maria Benjamim, nº 94 Casa 101, Frente - CEP: 20750-140 - Pilares - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109
CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Pelo presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.
Ciente de que deverá comparecer à audiência de **Conciliação, Instrução e Julgamento** que será realizada em **02/10/2018 11:20h**, podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado, oportunidade em que receberá as defesas apresentadas, bem como colherá as provas, inclusive testemunhais, em audiência una, proferindo sentença.

Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:
1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.
3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.
4º Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo. (Redação dada pelo Ato Executivo TJ nº 5156/2009).
5º A assistência de advogado será necessária sempre que a causa for de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, bem como quando houver nítido desequilíbrio e, ainda, obrigatoriamente, caso haja necessidade de interposição de recurso.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
439
Carimbado Eletronicamente

SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Praça Pio Correia, nº 9 Ap/cj 801 - CEP: 22461-240 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109
CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Pelo presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.
Ciente de que deverá comparecer à audiência de **Conciliação, Instrução e Julgamento** que será realizada em **02/10/2018 11:20h**, podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado, oportunidade em que receberá as defesas apresentadas, bem como colherá as provas, inclusive testemunhais, em audiência una, proferindo sentença.

Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:
1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.
3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.
4º Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo. (Redação dada pelo Ato Executivo TJ nº 5156/2009).
5º A assistência de advogado será necessária sempre que a causa for de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, bem como quando houver nítido desequilíbrio e, ainda, obrigatoriamente, caso haja necessidade de interposição de recurso.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
440
Carimbado Eletronicamente

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Rua André Rocha, nº 2299 Ramal 1785 - CEP: 22710-567 - Taquara - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109
CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Pelo presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.
Ciente de que deverá comparecer à audiência de **Conciliação, Instrução e Julgamento** que será realizada em **02/10/2018 11:20h**, podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado, oportunidade em que receberá as defesas apresentadas, bem como colherá as provas, inclusive testemunhais, em audiência una, proferindo sentença.

Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:
1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.
3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.
4º Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo. (Redação dada pelo Ato Executivo TJ nº 5156/2009).
5º A assistência de advogado será necessária sempre que a causa for de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, bem como quando houver nítido desequilíbrio e, ainda, obrigatoriamente, caso haja necessidade de interposição de recurso.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
441
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**13/09/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
442
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
443
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
444
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
445
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
446
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 13/09/2018 e foi publicado em 17/09/2018 na(s) folha(s) 490/493 da edição: Ano 11 - n° 10 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
447
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 17/09/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.

Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
448
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 17/09/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Fls. 406: Retifique-se o polo passivo, conforme requerido.

Ao autor, em derradeira oportunidade, para que cumpra o despacho de fls. 389, em cinco dias.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
449
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 18/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
450
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 18/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
451
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 18/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
452
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 18/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
453
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 24/09/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
454
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 24/09/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 02/10/2018 ÁS 11:20 HRS.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
455
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 24/09/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
456
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 24/09/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Redesigne-se ACIJ. Citem-se os Réus Marcus Vinicius de Oliveira Fialho no endereço fornecido às fls.406 e Sérgio Pereira Parente de Souza naquele fornecido às fls.419. Intimem-se o Autor e os demais Réus para ciência e comparecimento.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
457
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**24/09/2018**
Situação	

CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM

AR
05123574742012 - DR/RJ
UERJ
CORREIOS

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO
JT 90323277 1 BR

ENDEREÇO

C.E.P.

SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
PRAÇA Pio Correia 9, Ap/cj 801
CEP 22.461-240 Jardim Botanico Rio de Janeiro - RJ

CEDHAC - NIT
17 SET 2018
RIO DE JANEIRO - RJ

NOME OU RA 0102526-13.2018.8.19.0001 CITAÇÕES 02/10/2018 11

Comarca da Capital
ENDERE Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D; sala 109
Castelo
C.E.P. 20020903 - Rio de Janeiro - RJ U.F.

Leonardo Vieira

DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA DO RECEBEDOR	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
17/09/18		

7535-651-0024

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Impresso
Página
459
Conferido Eletronicamente

AGÊNCIA DE POSTAGEM

CARIMBO

NATUREZA

- ☐ CARTA
- ☐ IMPRESSO
- ☐ ENCOMENDA
- ☐ CECOGRAMA
- ☐ .....

- ☐ REEMBOLSO POSTAL
- ☐ VALE
- ☐ MÃO PRÓPRIA
- ☐ SEDEX
- ☐ .....

VALOR DECLARADO

VALOR DO VALE

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

OCORRÊNCIA

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ AUSENTE
- ☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- ☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
- ☐ FALECIDO
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ ENTREGUE NO LOCAL
- ☐ _____

Sr. Carteiro, em caso de recusa, devolver imediatamente ao remetente.

UNIDADE DE DESTINO

CARIMBO

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE

☐ ENTREGUE ☐ PAGO

ASSINAR NO ANVERSO

DATA

/ /

DEVOLVER PELA MAIS RÁPIDA (AÉREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
460
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**25/09/2018**
Situação	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
461
Carimbado Eletronicamente

CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM

AR
99123143742013 - DR/RJ
TJERJ
CORREIOS

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO
JT 90323276 8 BR

ENDEREÇO
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
RUA Maria Benjamim 94, Casa 101, Frente

C.E.P.
CEP 20.750-140 Pilares Rio de Janeiro - RJ

NOME OU R... 0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 02/10/2018 11:20 99123

Comarca da Capital

ENDERE Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109

C.E.P. Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

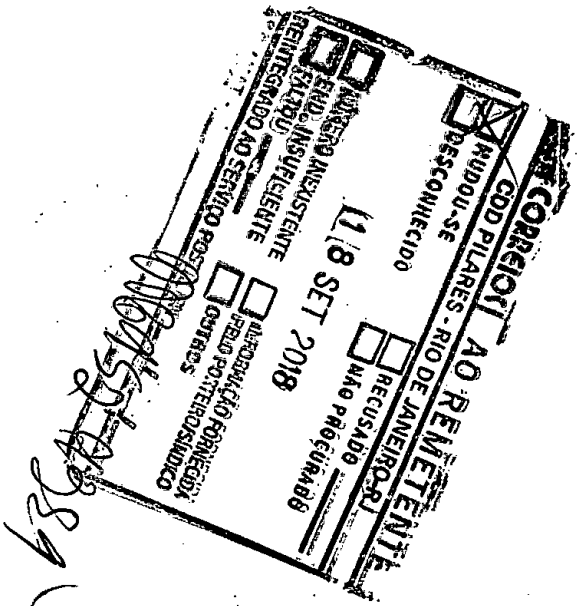
U.F.

DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA DO RECEBEDOR	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
/ /		

7535-651-0024

Envelope produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C081820

Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109
Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
462
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**26/09/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**26/09/2018**
Data da Devolução	**Não devolvido.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
463
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 26/09/2018

Despacho

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.
No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.
Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta.
Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 26/09/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4DGX.8417.698X.N942**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
464
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**27/09/2018**
Data	**26/09/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
465
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta.Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
466
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta.Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
467
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta.Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
468
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta.Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
469
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**27/09/2018**
Data	**27/09/2018**
Descrição	**ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
470
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.

Rio de Janeiro, 27/09/2018.

Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
471
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**27/09/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
472
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

1077/2018/MND

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nome da Parte Ré : SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Local da Diligência : Praça Pio Correia, nº 9 Ap/cj 801 - CEP: 22461-240 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ
Data da Audiência: 29/10/2018 13:00h
Local da Audiência: Cartório do 7º Juizado Especial Cível - Sala de Audiências.

O MM. Juiz de Direito, **Dr.(a) Valeria Pacha Bichara** ***MANDA*** o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo supracitado dirigir-se ao local indicado, ou onde lhe for apontado e proceder à ***CITAÇÃO*** da parte ré para tomar conhecimento e defender-se do presente processo e ***INTIMAÇÃO*** para comparecer à audiência supra mencionada, podendo seguir-se imediatamente a audiência de instrução e julgamento, nela oferecendo defesa escrita ou oral e produzindo provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a), nos termos e de acordo com as peças fielmente transcritas, que ficam integrando este mandado. Que se cumpra na forma da lei. Eu, _____ Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2018.

Rossana Dusi Vilela Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460
Assino por ordem do MM. Juiz de Direito

Código de Autenticação: **4VTD.RQYK.5S75.FB42**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

ADVERTÊNCIAS:
1) Não comparecendo o demandado, pessoalmente, ou na hipótese de pessoa jurídica, através do representante legal ou preposto regularmente constituído, à sessão de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2) Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência de instrução e julgamento, em sua defesa, documentos e/ou até 03 testemunhas (indicá-las até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação).
3) As partes deverão portar documento de identidade e CPF, se pessoa física, e cópia do ato constitutivo, se pessoa jurídica.

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Mandado: 2018078249 Receb.: 27/09/2018 12:40:38 Limite: 26/10/2018 Oficial: Andréa Leal Figueiredo

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
463
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 26/09/2018

Despacho

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.
No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.
Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta.
Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 26/09/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4DGX.8417.698X.N942**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL FÓRUM CENTRAL - RIO DE JANEIRO.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade n° 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o n° 131.965.897-06 (documentos anexos), residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, n° 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220 (documentos anexos), vem perante V.Exa., por seu procurador *in fine* assinado (instrumentos procuratórios anexos), com fulcro no artigo 319 e seguintes do NCPC c.c. arts. 186 e 927 do CC/2002, art. 6º e 17 da lei 8.078/1990 e na Lei nº 9.099/1995 propor

AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C.C. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78 (Cartão do CNPJ em anexo), com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006; **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI, RG 05.996.532-7/Detran-RJ e CPF 724.023.777-04, residente e domiciliado na rua Maria Benjamin, 94, casa

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

101 frente – Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140; **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, economista, RG 20.575-3 4 e CPF 810.516.547-34, residente e domiciliado na Rua Pio Correia, nº. 92, bloco 01, apto 602 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.461-240; e **VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Benjamin de Magalhães, 145 – casa 103 – Pilares, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.750-170 pelos fatos e fundamentos que passa a expender:

I – PRELIMINARMENTE

1.1. Da Competência

O Autor opta por propor a presente lide no endereço da Ré, cuja competência é do Juizado Especial Cível do Centro, por força do disposto no artigo 100, da Lei nº 8.078/1990, tendo em vista sua condição de consumidor perante os Réus.

1.2. Da Gratuidade de Justiça

Inicialmente, a parte Autoral vem requerer o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/1950 e nas alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, tendo em vista se encontra em extrema dificuldade financeira, pois além de suas despesas usuais, ainda tive o prejuízo causado pelos Réus.

Cabe frisar que o Réu possui 2 (dois) filhos menores impúberes, além de sua companheira, residindo em imóvel alugado no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), pagando condomínio, luz, IPTU, gás de cozinha,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

com diversas despesas que pesam em seu escasso orçamento familiar, tal como se denota nos docs. acostados nos autos.

O Autor é militar com um salário líquido de apenas R$ 3.395,00 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais), demonstrando de forma comprovada que não pode arcar com os custos do processo judicial.

A *mens legis* do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal é beneficiar pessoas exatamente no perfil do Autor, sob pena de negar-lhe acesso ao Poder Judiciário. Nesse sentido é o posicionamento adotado por este Tribunal, consoante emanado da Súmula nº 39 do Tribunal de Justiça deste Estado, verbis, "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (artigo 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade".

Diante disso e da comprovação da impossibilidade do Autor, pugna pela concessão da gratuidade de justiça consoante documentos acostados nos autos, uma vez que ele não pode arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, sem prejuízo da subsistência de sua família.

1.3. Do Litisconsórcio Passivo e Da Desconsideração da Personalidade Jurídica dos Sócios da 1ª Ré

Conforme se verifica na vasta lista de processos judiciais propostos em face da 1ª Ré, esta tem por hábito contumaz a lesão dos seus consumidores. Pior que isto, não efetua o pagamento vonluntário das suas condenações judiciais.

Desta feita, o Autor indica como exemplo o processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da 1ª Ré, em que houve desconsideração da personalidade jurídica incidentalmente, como se constata das cópias anexas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Assim, visando dar cumprimento aos princípios da efetividade, celeridade e economia processuais, o Autor entende que é o caso da aplicação do art. 134, §2º, CPC/2015, em que é facultado à parte indicar quem será demandado, podendo fazê-lo em face da pessoa jurídica OU dos seus sócios / diretores, nas hipóteses de cabimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

Desta feita, os 2º, 3º e 4º Rúes possuem pertinência temática subjetiva para compor o polo passivo da presente demanda, uma vez que compõem o quadro estatutário da 1ª Ré. Importante ressaltar que os 2º, 3º e 4º Réus são diretores da 1ª Ré, conforme comprovam os atos constitutivos em anexo.

1.3.1. Da Dissolução Irregular e da Inatividade da 1ª Ré

Cabe explicitar que a Lei nº 5.764/1971, estabelece as condições e possibilidades de dissolução legal e regular das cooperativas, bem como de sua liquidação.

Dessume-se, então, das provas constantes dos autos, que a empresa Executada fora utilizada e dissolvida de forma irregular e ilegal, encerrando suas atividades em detrimento às disposições legais supra citadas, inclusive contratuais, haja vista, que não fora procedida qualquer baixa junto aos órgãos competentes, tampouco, se deu a liquidação de seus haveres e obrigações, como está demonstrado na presente exordial, **além de não deixar quaisquer bens para garantia e liquidação de suas dívidas**.

O Código Civil de 2002 amplia e estende a responsabilização daqueles que, sob o manto da personalidade jurídica, praticam atos tendentes a fraudar credores. Assim, diz o Estatuto Civil:

> **Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.**

Da mesma forma, a Lei das Cooperativas possui previsão de responsabilização dos seus diretores, conofrme se verifica abaixo:

> **Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.**

Assim, da análise conjunta dos dispositivos supra, conclui-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica tem por fundamento os princípios gerais de proibição do abuso de direito, fraude à lei ou prejuízo a terceiro, permitindo que o magistrado, diante de determinadas circunstâncias, desconsidere a personalidade, atribuindo condutas e responsabilidades diretamente aos direitores e administradores. Sobre o assunto, ensina Rubens Requião:

> **"Não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso do direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude)". (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 1977, págs. 266 e segs)**

Na seara doutrinária, outra não é a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> **"(...) Por vezes a autonomia patrimonial da sociedade comercial dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', pela qual se**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade. Pressuposto não afastável da despersonalização episódica da pessoa jurídica, no entanto, é a ocorrência da fraude por meio da separação patrimonial. Não é suficiente a simples insolvência do ente coletivo, hipótese em quem não tendo havido fraude na utilização da separação patrimonial, as regras de limitação da responsabilidade dos sócios terão ampla vigência. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica que o pressupõe, portanto. O credor da sociedade que pretende a sua desconsideração deverá fazer prova da fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da devedora." *(In* "Manual de Direito Comercial", editora Saraiva, 8ª edição, 1997, pág. 113/114 - Grifo inovado)**

Aduz-se que a teoria da desconsideração da pessoa jurídica **"tem a intenção de permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesses que se estabeleceu em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco"** (Direito Civil, Saraiva, 21ª ed., Parte Geral, vol. 1, SILVIO RODRIGUES, pág. 77 - grifo nosso).

A jurisprudência de nosso Estado acompanha o entendimento doutrinário acima exposto, confirma a tese já desenvolvida e, fulmina a questão digladiada, solucionando casos semelhantes ao da espécie em exame:

> **"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA. 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela ora agravada, em fase de cumprimento de sentença, cujo débito foi apontado à época como sendo R$ 506.165,68. 2. A decisão atacada deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para incluir a sócia administradora no polo passivo, que deverá ser intimada no endereço apontado na alteração contratual para oferecer bens à penhora, sob as penas da lei. 3. A nova regra de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Processo Civil**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **de 2015 é aplicável somente a partir de sua vigência (18/03/2016), ao passo que a decisão atacada foi proferida em 22/02/2016. 4. A desconsideração da personalidade jurídica exige a ocorrência de abuso de direito, fraude contra credores, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. 5. Intimada a empresa devedora, não houve o pagamento do débito nem oferecimento de bens à penhora, sendo certo que restou infrutífera a tentativa de constrição "on line". 6. Outrossim, não logrou êxito em localizar bens passíveis de penhora por meio do sistema RENAJUD e certidões dos Distribuidores, conforme se verifica por meio de consulta eletrônica aos autos do processo principal. 7. O abuso do direito por desvio de função encontra-se consubstanciado no fato dos sócios terem abandonado a empresa sem adotar as providências operacionais e legais necessárias à regular liquidação da sociedade. 8. Julgados deste Tribunal no sentido de aplicar, por analogia, o verbete sumular nº 435 do STJ para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica. 9. Recurso desprovido." (TJ-RJ - AG 0045506-38.2016.8.19.0000. Des. MÔNICA MARIA COSTA DI PIERO - Julgamento: 14/03/2017 grifos nossos)**

Não se olvide que há presunção de fraude, quando a pessoa jurídica devedora abandona seu domicílio fiscal, sem adimplir as obrigações pendentes, permitindo-se a aplicação da teoria do levantamento do véu. É o que se vê abaixo:

> **Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.**

Em robustecimento à tese ora digladiada, colacionamos as decisões do **Superior Tribunal de Justiça**, em casos símiles, *in verbis*:

> **"EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS PARTICULARES DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS EMPRESAS EXECUTADAS. CONSTRIÇÃO ADMISSÍVEL. O sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada responde com seus bens particulares por dívida da sociedade quando dissolvida esta de modo irregular. Incidência no caso dos arts. 592, II, 596 e 10 do Decreto. N. 3.708, de 10.1.1919. Recurso**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

especial não conhecido." (REsp 140564/SP. Min. BARROS MONTEIRO – 21.10.04)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. REJEIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE) A existência de indícios do encerramento irregular das atividades da empresa executada autoriza o redirecionamento do feito executório à pessoa do sócio (Precedentes: AgRg no REsp n.º 643.918/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16/05/2005; REsp n.º 462.440/RS, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18/10/2004; e REsp n.º 474.105/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19/12/2003). (...). (EDcl no REsp 750335. Min. LUIZ FUX – 28.03.06)

Da mesma forma, a desconsideração da personalidade jurídica, é plenamenente cabível às sociedades simples, inclusive cooperativas, bem como associações. Assim já foi decidido:

"Comprovado o encerramento irregular da executada, somado à inexistência de patrimônio penhorável (conforme se depreende dos autos, a exequente, ora agravante, tomou todas as providências razoáveis para obter dos devedores a garantia da execução, mas sem lograr êxito), legitima a desconsideração da personalidade da associação filantrópica, não para atingir seus associados, mas para atingir seus dirigentes, que a representam na forma dos estatutos"
(TJ-SP - AG. INST. 0271266-83.2011.8.26.0000)

"Ação de rescisão contratual – Fase de execução de acordo judicial – Decisão que indeferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da Cooperativa agravada – Insurgência do autor – Desconsideração da personalidade jurídica que se mostra medida necessária, uma vez que há indícios robustos de abuso da personalidade jurídica para fraudar credores – Presença dos requisitos legais do artigo 50 do Código Civil – Recurso provido."
(TJ-SP - AI 2077601-29.2015.8.26.0000TJ-SP. Data de publicação: 26/06/2015)

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Estes são os fundamentos que compõem a situação em foco, sendo certo que, *in casu,* é flagrante a utilização da empresa com abuso de direito, realizando uma série de contratos de forma irregular, devendo ser aplicado ao caso em tela o **artigo 28, parágrafo 5˚, do CDC, tendo em vista que a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica,** apenas deve se auferir a mera insolvência, ou seja, o não ressarcimento dos valores com a correção monetária e os juros devidos, para atingir o patrimônio do Réu.

Inclusive é a TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, que melhor absorve o caso em tela, segundo a jurisprudência do STJ, em casos de referência como o da explosão do Shopping Osasco em São Paulo.

Assim, firmada está a pertinência subjetiva para a presente lide, uma vez que os 2º, 3º e 4º Réus concorreram para o evento danoso em desfavor da parte Autora, o que os tornam legitimados passivos à demanda em comento, devendo responder pelos danos causados.

1.4. Da Preliminar de Prova Emprestada

Note-se que, no atual Código de Processo Civil de 2015, há um capítulo referente às provas, que expressa, em seu art. 372, que:

> **O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.**

Assim, há uma permissibilidade legal para o juízo utilizar e validar a denominada "prova emprestada". Tal orientação coaduna com a jurisprudência dominante, que enuncia a prova emprestada como aquela produzida em outro processo, que possui como efeitos trazer ao processo temas que uma das partes pretende que sejam apreciados e

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

considerados válidos, tal como um processo diverso de outra parte, mas com temas correlatos ou já julgados e de relevância para a interpretação do juízo.

Com isso, autores como **Nelson Nery Jr.** enunciam que a prova emprestada é aquela que, embora produzida em outro processo, se pretende produza efeitos no processo em questão, sendo acompanhado de autores como Luiz Guilherme Marinoni e Eduardo J. Couture.

Dessa feita, a validade da prova emprestada, como um meio documental probatório, será conhecido por já ter sido a base de uma sentença transitada em julgado, sendo tal compartilhamento de prova admitido pelo sistema jurídico brasileiro.

Com isso, busca-se a utilização da prova como emprestada para atender os ditames da justiça no caso concreto, sem se afastar da observância do contraditório em relação aos litigantes. Inclusive, a prova emprestada é plenamente reconhecida nos tribunais pátrios, tal como se denota:

> **"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INVALIDEZ PERMANENTE CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PERÍCIA JUDICIAL REALIZADA. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE. JULGADOR.**
> **DESTINATÁRIO DAS PROVAS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N° 7/STJ.**
> **(...)**
> **2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.**
> **Revisão do entendimento esbarraria no óbice contido na Súmula n° 7/STJ.**
> **3. A prova pericial emprestada produzida em juízo é apta a comprovar, nos termos do artigo 372, do CPC/15, a presença da doença que acarreta a incapacidade permanente do segurado."**
> **4. Agravo interno a que se nega provimento.**
> **(STJ - AgInt no AREsp 1082454/DF, Rel. MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dessa feita, o deferimento de prova emprestada para aferir contratos de consumo, quando se refere ao mesmo caso concreto de forma similar ou a mesma base contratual em contratos de adesão, o que ocorre no presente caso.

Observa-se que o novo Código de Processo Civil ao frisar que a prova emprestada pode ser utilizada, está obedecendo ao princípio da efetividade processual, de forma a criar uma maior celeridade e economia na fluência do processo, com o respeito ao *due process of law.*

Com isso, pleiteia o Autor pelo deferimento da preliminar de prova emprestada, do **Processo n° Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS, em curso perante o 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL - RJ**.

1.5. Da Aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova

Ab initio, há de se ressaltar que numa relação em que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra, o Código de Defesa do Consumidor, demonstra em seu artigo 6º, inciso VIII, que pode ocorrer a inversão do ônus da prova, seja pela hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança da alegação.

Entende-se como hipossuficiência, não somente as condições econômicas desfavoráveis da parte, mas, também, ausência de recursos técnicos ou pelo fato da outra parte ter o monopólio das informações.

Logo, o Autor pleiteia a aplicação do microssistema protetivo do CDC, que deve ser aplicado como parâmetro interpretativo. Inclusive, especificamente o Autor requer a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, VII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado.

Desta feita, especificamente o Autor, também, a aplicação do art. 28, CDC, com aplicação da **teoria menor da penetração**, para todos os fins de direito.

II – DOS FATOS

O Autor, buscando o melhor para sua família e tentando realizar o sonho de todo brasileiro o "DIREITO À MORADIA", realizou um contrato de aquisição de imóvel com a Ré, para financiamento no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 13/12/2017, no qual realizou um depósito inicial no valor de R$ 10.677,05 (dez mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), pagando a 1ª mensalidade de R$ 1.177,05 (um mil, cento e setenta e sete reais e cinco centavos) conforme documentos acostados aos autos.

Contudo, após o envio da documentação por correio (documento anexo), o Autor solicitou a utilização do financiamento para a aquisição de um imóvel indicado pela 1ª Ré, mas foi surpeendido com a informação de que, na verdade, adquiriu contrato de adesão em uma cooperativa habitacional.

Ao questionar sobre as informações iniciais e a devolução dos valores acima, o Autor recebeu respostas vagas, constatando que foi induzido a erro, ou seja, não era um financiamento de imóvel tradicional como os existentes no mercado bancário.

Diante disso, pediu cancelamento do negócio, com devolução dos valores. Contudo, a 1ª Ré não realizou a rescisão contratual de forma amigável, nem devolveu os valores até a presente data.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Por isso, foram esgotadas as possibilidades de resolver o presente imbróglio. Dessa forma, a parte autoral, não vê alternativa, que não seja buscar a tutela jurisdicional, para que seja feita a mais lídima justiça.

III – DOS FUNDAMENTOS

3.1. Da Relação Jurídica Consumerista

Cumpre esclarecer que a presente lide se caracteriza como relação de consumo nos termos do CDC. Assim, vejamos o conceito de consumidor, a partir do Código de Defesa do Consumidor:

> **Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.**

Além disto, a Lei nº 8.078/1990, que trata do Direito do Consumidor, ao descrever os direitos essenciais deste, reconhece a necessidade da prestação adequada dos serviços pelos fornecedores contratados, sob pena de configuração de responsabilidade objetiva, nos termos do art. 14 CDC:

> **"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos"**

Salienta-se que a 1ª Ré é Sociedade Cooperativa, que tem suas normas definidas na Lei 5.764/1971. Importante frisar que a lei em questão, em nenhum de seus artigos exclui a aplicabilidade do Código de

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Defesa do Consumidor, sendo considerado fornecedor quaisquer modalidade de pessoa física ou jurídica, inclusive as Sociedades Cooperativas.

Diante disso, não resta qualquer dúvida quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor; deste mesmo diploma legal, mister discorrer sobre o artigo 6º, VI, que afirma ser direito básico do consumidor a reparação de danos patrimoniais e morais, entre outros.

3.2. Do Princípio da Boa-Fé e da Abusividade da Propaganda

O instituto da Boa-fé presente no direito brasileiro e ressaltado em vários artigos do código civil 2002, tem como real objetivo nortear a conduta social das pessoas fazendo com que esta esteja adequada aos parâmetros sociais vigentes, com supedâneo no artigo 113 do CC/02.

No campo dos contratos, vislumbra-se que o artigo 422 do CC/02, traz a boa-fé objetiva como uma obrigação que deve estar presente desde a fase preliminar, passando pela fase de execução ou contratual propriamente dita, até a fase pós-contratual.

Significa dizer que as relações interpessoais não devem se prender somente ao que está expresso no contrato, mas também ter intrínseco um dever moral e legal de não causar prejuízo à outra parte, agindo com honestidade e honrando todas as negociações realizadas, sejam elas verbais ou escritas, sob pena, até mesmo de estar cometendo ato ilícito, conforme expressa o artigo 187 do CC/02.

A política nacional de relações de consumo tem como pressuposto, entre outros, o princípio da boa-fé, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, que sem dúvida alguma foram desrespeitadas pelas Rés.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

No caso em tela, insta salientar que a 1ª Ré, atua no mercado como verdadeira agente imobiliária, fazendo com que as pessoas acreditem que estão contratando a intermediação para aquisição de um imóvel, enganando os consumidores, ao criar falsas expectativas e esperanças na realização do sonho de compra de imóvel.

É nítido que o contrato de adesão da 1ª Ré não é um contrato comum ou usual, tendo cláusulas confusas, bem como grandes restrições de crédito contra o consumidor. Ou seja, contém termos de difícil compreensão para pessoas leigas nos termos do direito.

Trata-se de um contrato com graves vícios, com cláusulas leoninas, conteúdo abusivo e lesivo ao consumidor, redigido de forma a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance, em afronta ao art. 46 e 51 e seus respectivos incisos do Código de Defesa do Consumidor, o que por si só já impõe o reconhecimento da sua nulidade ou rescisão contratual.

Não é demais ressaltar que o prestador de serviço tem a obrigação de apresentar informações claras e corretas, a respeito do serviço contratado. No entanto, como se vê pelas propagandas juntadas em anexo, estas induzem o Consumidor a erro, levando-o a crer que se trata de compra do imóvel, através de contrato de financiamento de imóvel, mas na verdade a real intenção é associação para cooperativa de crédito habitacional.

Mais que isso, é sabido que o vício de consentimento é causa de anulabilidade ou rescisão de qualquer negócio jurídico. Entre os vícios de consentimento, destacam-se o erro e o dolo. Ambos impedem que a vontade real de uma pessoa seja externada, tornando-a prejudicada no que tange ao negócio jurídico que se prestaria a validar. Sendo assim, o direito assiste à pessoa que, em determinada situação, teve sua vontade viciada, dando-lhe condições de em momento posterior provocar a anulação do ato.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Importante observar a lição de ORLANDO GOMES quanto aos requisitos, para que seja um negócio jurídico considerado perfeito:

> **"O negócio jurídico somente é perfeito quando a vontade é declarada de maneira lícita, livre e consciente, isto é, de acordo com a lei, sem pressões físicas e morais e com correta percepção da realidade." (Gomes, Orlando. Introdução ao Direito Civil, 18ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2001, p. 414)**

Ora, a correta percepção da realidade somente é possível se não houver erro ou dolo, no tocante à manifestação da vontade da parte Autora. Conforme ensina Caio Mário:

> **"Quando o agente, por desconhecimento ou falso conhecimento das circunstâncias, age de um modo que não seria a sua vontade, se conhecesse a verdadeira situação, diz-se que procede com erro." (Caio Mário, p. 326)**

Assim, relativamente ao conceito de erro, tem-se que há uma falsa noção da realidade, que pode ser inclusive em relação a um dos contratantes. O atual Código Civil assim dispõe acerca do erro:

> **"art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio."**

Colaciona-se o conceito de FLAVIO TARTUCE concernentemente ao instituto do erro:

> **"O erro é um engano fático, uma falsa noção, em relação a uma pessoa, ao objeto do negócio ou a um direito, que acomete a vontade de uma das partes que celebrou o negócio jurídico. De acordo com o art. 138 do atual CC, os negócios jurídicos celebrados com erro são anuláveis, desde que o erro seja substancial, podendo ser percebido por pessoa de diligência normal, em fase das circunstância em que o negócio foi celebrado."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Impende salientar ainda a I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, com a aprovação do Enunciado nº 12, cuja redação merece destaque:

> **"Na sistemática do art. 138, é irrelevante ser ou não escusável o erro, porque o dispositivo adota o princípio da confiança."**

Diante dos fatos, está cristalinamente caracterizado o erro, já que a vontade da parte Autora, cerca-se de falsa percepção da condição da Ré, bem como quanto às condições do negócio, sendo indiscutível que a contratação não teria sido realizada se o Autor conhecesse previamente do aqui narrado.

Por isso, estamos diante de anulação dos atos praticados, haja vista vício insanável, porque a realidade sobre o pagamento da 'entrada' realizado, sem o Autor saber das práticas abusivas que já eram praticadas pela 1ª Ré de forma dolosa em seus contratos, enseja a rescisão do contrato.

Por conseguinte, no que tange ao instituto do dolo, tem-se que houve erro por parte do Autor, mas indubitavelmente provocado em decorrência do dolo manifesto das contratações anteriores que a 1ª Ré realizava sem se atentar para a lealdade, boa-fé e a concretização da confiança depositada em quem assina tal contrato com intuito de adquirir imóvel em data futura.

Para que se caracterize o dolo, dois elementos devem ser conjugados: o elemento objetivo que corresponde ao comportamento ilícito de quem quer enganar e o elemento subjetivo que é a intenção de enganar, *animus decipiendi*. Assim dispõe o Código Civil:

> **Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **Art. 148. Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento (...).**

Cabe trazer à baila o conceito de dolo, conforme as lições de ORLANDO GOMES:

> **"consiste em manobras ou maquinações feitas com o propósito de obter uma declaração de vontade que não seria emitida se o declarante não fosse enganado. É a provocação intencional de um erro." Ainda: "nos negócios unilaterais, o dolo há de provir necessariamente de outrem que não o agente."(p. 421)**

Já segundo as palavras de FLAVIO TARTUCE:

> **"O dolo pode ser conceituado como sendo o artifício ardiloso empregado para enganar alguém, com intuito de benefício próprio. O dolo é a arma do estelionatário, como diziam os antigos civilistas. De acordo com o art. 145 do CC, o negócio praticado com o dolo é anulável, no caso de ser este a sua causa. Esse dolo, causa do negócio jurídico, é conceituado como dolo essencial, substancial ou principal (dolus causam). Em casos tais, uma das partes do negócio utiliza artifícios maliciosos, para levar a outra a praticar um ato que não praticaria normalmente, visando obter vantagem, geralmente com vistas ao enriquecimento sem causa.**
> **Para tanto, deve-se levar em conta a pessoa natural comum, o que antes era denominado como homem médio, a partir das regras de comportamento e de experiência, o que está de acordo com a teoria tridimensional de Reale. Em suma, deve-se ter como parâmetro a conduta do homem razoável ("reasonable man").**
> **Dolus malus (dolo mau) – este sim consiste em ações astuciosas ou maliciosas com o objetivo de enganar alguém e lhe causa prejuízo. Quando se tem o dolo mau, o negócio jurídico poderá ser anulado se houver prejuízo ao induzido e benefício ao autor do dolo ou a terceiro."**

Evidente que a 1ª Ré já tem agido dolosamente, pois o Autor assinou documentos e entregou depósito de sua poupança, acreditando em uma falsa noção da realidade inserida no caso em tela, que o conduziu

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

a erro, através de conduta dolosa da Ré, que se soubesse da real situação, com certeza não teria concretizado o pagamento, objeto desta lide.

Assim imperiosa se faz a determinação da **anulação ou a rescisão do negócio jurídico**, sendo tal situação assegurada pela jurisprudência pátria, conforme abaixo demonstrado:

> **"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. DEMANDAS CONEXAS. VÍCIO NO CONSENTIMENTO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. INADIMPLEMENTO. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO DO PREÇO DO IMÓVEL. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO ADQUIRENTE. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DOLO E MÁ-FÉ DA PARTE COMPRADORA. TRANSFERÊNCIA. REGISTRO IMOBILIÁRIO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. APELO PROVIDO. I. Hipótese na qual a documentação que instrui o processo evidencia que a parte que se comprometeu a comprar o imóvel, em vez que efetuar o pagamento, utilizou-se de manobras para transferir a titularidade do bem no registro imobiliário. II. Comprovado o dolo empregado para a realização do negócio jurídico, resultando na formalização de contrato de compra e venda não pretendido por uma das partes, a anulação do negócio jurídico se mostra necessária, sob pena de enriquecimento ilícito. III - Devida indenização por danos morais no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) pela locatária inadimplente desde janeiro de 2009, e que ainda registrou o imóvel em seu nome, valendo-se da inexperiência e pouca instrução das partes envolvidas, à locadora que saiu de seu imóvel para morar na casa de terceiros no afã de receber os alugueis. IV - Apelação provida."**
> **(TJ-MA - APL: 0012438-22.2011.8.10.0001, Rel. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/04/2014)**

Ressalta-se que o erro e o dolo aqui arguidos, advieram de uma propaganda enganosa perpetrada contra um consumidor, o que agrava ainda a ilicitude dos Résu. Assim, encontram-se claramente afrontadas as seguintes normas do Código de Defesa do Consumidor, lei 8.878/90, como segue:

> **Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:
I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)
III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (...)
IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. (...)
§ 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (...)
IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;
V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
II - subtraiam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;
III - transfiram responsabilidades a terceiros;
IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a eqüidade;
XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;
§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:
I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
II - restringe direito ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.
§ 4° É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
24
Carimbado Eletronicamente

> **contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.**

Na Hipótese em tela, restou devidamente demonstrado a falha na prestação do serviço, por vício de informação, cláusulas abusivas, bem como propaganda enganosa, o que acarreta a possibilidade de reconhecimento de **nulidade ou rescisão do negócio jurídico**, com ressarcimento dos respectivos prejuízos.

3.3. Dos Danos Materiais

Não é demais frisar que a Ré demonstrou comportamento abusivo e ilegal em desfavor do Autor, passível, portanto, de reparação pelos danos materiais, em decorrência do desfazimento da relação jurídica aqui discutida.

Dispõe o artigo 186 do novo código Civil Brasileiro, *in verbis*: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". E ainda, de acordo com o art. 927 e 944 do novo Código Civil:

> **Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**
>
> **Art. 944 – A indenização mede-se pela extensão do dano.**

Por outras palavras no dizer do Ilmo. Dr. Washington de Barros Monteiro, "o direito à indenização surge sempre que prejuízo resulte da atuação do agente". Assim, fica caracterizada a total responsabilidade das Rés supracitados pelo ressarcimento dos prejuízos causados ao Autor.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora, o contrato não se abstém na rescisão do negócio por desistência do contratante, mas prevê a retenção de toda a quantia paga, cobrando multa rescisória de 20% (vinte por cento), o que também é deveras abusivo, devendo ser tal cláusula afastada, haja vista a nulidade deste documento.

No caso em tela, o Autor desembolsou o valor da 'entrada', no importe de R$ 10.500,00, mais R$ 1.177,05, relativamente à 1ª parcela do financiamento do imóvel, o que foi pago através de boleto único no dia 13/12/2017.

Por causa disto, os Réus devem restituir o Autor pelos prejuízos materiais causados, na monta total de R$ 11.677,05, que deve ser paga com o acréscimo de correção monetária e juros legais, a partir do desembolso.

3.5 Do Dano Moral

De *prima facie*, deve-se analisar de forma escorreita o instituto do dano moral, que se caracteriza por ser a lesão de interesse não patrimonial de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo. Segundo o Dr. Aguiar Dias, "o dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão abstratamente considerada."

Logo, afirma-se que no momento em que os Réus descumpriram seu dever legal, não prestando corretamente as informações solicitadas, criou uma situação de constrangimento ao Autor, atingindo sua honra subjetiva, que segundo Eugenio Cuello Calón "designa o sentimento da própria dignidade moral, nascida da consciência de nossas virtudes ou de nosso valor moral, isto é, a honra em sentido estrito".

Isso sem contar que, no que tange à proteção e defesa do consumidor, a reparação dos danos baliza-se na responsabilização do

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

ofensor com vistas à satisfação pessoal ou econômica do consumidor, consistindo seu objetivo maior, na verdade, servir de desestímulo à prática lesiva nas relações de consumo, a exemplo da que ocorreu *in casu.*

Desta forma, o que se pode concluir é que o consumidor foi tratado com desrespeito, não se levando em conta a condição de cidadão, que é cumpridor de seus deveres, sendo certo que a conduta dos Réus ofendeu a sua dignidade, atingindo-lhe a personalidade e violando seu *status dignitatis*. A dignidade, por sua vez, é prevista como um princípio fundamental em nossa Constituição, uma cláusula pétrea inserida no artigo 1º, III, como princípio fundamental de nosso Estado Democrático de Direito.

Repita-se que os Réus deixaram de cumprir com o seu dever de cuidado, ao prestar informações enganosas, que causou muito mais que um mero prejuízo econômico, já que houve imensa perda de tempo com ligações, deslocamentos, idas e vindas. É certo que todo esse desgaste causou enorme abalo emocional ao Autor. Deveras absurdo!!!

Cristalino, Exª, que, caso os Réus persistam com a prática destes fatos, todos os seus consumidores que venham a vivenciar situações similares sofrerão enormes prejuízos, de modo que essa conduta deve ser desestimulada. Por fim, quanto à fixação do *quantum*, o MM. Julgador, ao qualificá-la, deve se ater à dimensão da ilegalidade do dano e a capacidade econômica do seu causador, que, na espécie, é considerável.

Portanto, quer deixar claro o Autor que não pretende aqui se locupletar, mas tão só que a verba indenizatória do dano moral venha amenizar o constrangimento por ele suportado, haja vista que a propaganda enganosa, foi muito além do prejuízo financeiro, pois houve enorme dispêndio de tempo e desgaste emocional, o que implica em dano moral *in re ipsa*.

O Superior Tribunal de Justiça tem decidido reiteradas vezes que na fixação do dano moral deve o julgado se ater a critérios, tais como o nível

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

cultural do causador do dano, condição sócio-econômica do ofensor e, no caso em tela, **a imensa margem de lucro de empresas que fazem parte de vasto e poderoso grupo econômico**. De outro lado, entretanto, tem-se um homem honesto, que apenas queria tirar sua família da comunidade violenta, que atualmente reside. Assim já julgou o STJ:

> **"DANO MORAL. REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR. CONDENAÇÃO ANTERIOR EM QUANTIA MENOR. [...] Ademais, a reparação deve ter fim também pedagógico, de modo a desestimulara prática de outros ilícitos similares, sem que sirva, entretanto, a condenação de contributo a enriquecimentos injustificáveis..."**

Inclusive, no presente caso, também se aplica a teoria do desvio produtivo do consumidor, que foi consolidada pelo STJ, através do REsp nº 1.260.458/SP, que deve ser considerado em casos similares ao presente, uma vez que o Autor teve grande dispêndio de tempo, na tentativa de resolver amigavelmente o presente problema.

Note-se, que, a prática reiterada da 1ª Ré, já é conhecida do Judiciário do Rio de Janeiro, havendo diversos julgados comprovando que ela age irrefreavelmente com violação ao princípio da boa-fé. É necessário trazer o posicionamento jurisprudencial recente de nosso Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao que tange a 1ª Ré (KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL), *in litteris*:

> **"Apelação. Cooperativa habitacional. Propaganda enganosa por omissão. Desfazimento do contrato sem retenção de quaisquer valores pagos. Dano moral. Jurisprudência. 1. O fornecedor de serviços, sobretudo de serviços massificados e contratados por adesão, deve utilizar a língua do seu público-alvo não só na publicidade que oferece vantagens inauditas, mas também nas entrelinhas que ressalvam as condições para seu desfrute, ou do contrário não estará assegurando "informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados"**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

(CDC, art. 31). 2. Que certas cláusulas contratuais sejam claras e compreensíveis ao operador de Direito, formado com o necessário instrumental jurídico, não significa que o sejam também para o cidadão leigo das classes mais baixas e mais vulneráveis à inculcação propagandística. 3. É enganosa, por omissão, a propaganda que deixa de anunciar dado essencial sobre a natureza do produto ou serviço, induzindo o consumidor, ainda que tacitamente, em erro quanto à conveniência da contratação para as suas necessidades pessoais. Tal é o caso da cooperativa habitacional que, funcionando quase à moda de um autêntico consórcio, e condicionando a liberação do capital subscrito à disponibilidade de recursos no mês, à integralização de um seu percentual e à proposta de antecipação de parcelas a vencer (o que se equipara a um lance), veicula publicidade que inculca no receptor a ilusão de que poderá rapidamente sair do aluguel, sem explicitação dos termos em que funciona o negócio ofertado. 4. Violação dos arts. 6º, inc. III, 31, 36, 37, caput e §§ 1º e 3º, e 39, inc. IV, do Código de Defesa do Consumidor. Impossibilidade de se admitir cláusula de retenção, nesse contexto. 5. A falha no dever de informação clara e adequada, que constitui direito básico do consumidor, pode configurar dano moral quando importe em frustração de legítimas expectativas do consumidor em relação a algum plano ou aspecto de vida considerado suficientemente relevante para impactar seus direitos de personalidade. Tal é o caso da aquisição imobiliária, que exige do consumidor o levantamento de recursos consideráveis, proporcionalmente a seus ganhos, e faz nele nutrir sonhos e planos que, desfeitos por culpa do fornecedor, não se podem considerar como meros dissabores corriqueiros. 6. Considerando o importe dos valores dispendidos pelo ludibriado consumidor; o impacto de tais somas em seu modesto orçamento; a extensão do dano decorrente da ilusão desfeita e a extrema gravidade da culpa do ofensor, afigura-se razoável o arbitramento da verba compensatória no valor de R$ 5.000,00. 7. Provimento do recurso. Data de julgamento: 24/02/2016. (TJ-RJ - AC 0013480-65.2013.8.19.0202. Des. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES. Data de Julgamento. Ré: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL C/C RESILIÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL. CONSUMIDORA QUE ADERIU À KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL COM O OBJETIVO DE OBTER FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL PARA DECLARAR A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO E CONDENAR A APELANTE A DEVOLVER R$ 6.826,62 A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS, E AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 A TÍTULO DE DANO MORAL. APELAÇÃO DA RÉ PUGNANDO PELO

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

RECONHECIMENTO DE VALIDADE DO CONTRATO. DESPROVIMENTO DO RECURSO, COM FULCRO NO ART. 557, CAPUT, DO CPC, CONFIRMANDO-SE A BEM LANÇADA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 1 - Afronta ao princípio da transparência e dever de informação ao consumidor, nos termos dos artigos 4º, caput, 6º, inc. III e 31 da Lei 8078/90, tendo em vista a utilização de termos de difícil compreensão, bem como a falta de informação adequada no material publicitário. 2 - Desrespeito à boa-fé objetiva e à função social do contrato que impõe sua nulidade, assim como a restituição dos valores pagos e a indenização a título de dano moral. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática." (TJ-RJ - AC 0351733-70.2013.8.19.0001. Des. ANTÔNIO CARLOS BITENCOURT - Julgamento: 20/10/2015)

"APELAÇÃO CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. RITO ORDINÁRIO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL KEROCASA. AUTORA QUE SE ASSOCIOU À RÉ NO INTUITO DE COMPRAR UMA CASA. APÓS ADIANTAR VALORES, DESISTIU E REQUEREU A RESCISÃO DO CONTRATO. SENTENÇA JULGANDO PROCEDENTES OS PEDIDOS. APELAÇÃO DA RÉ. PRETENSÃO DE RETER 20% DOS VALORES PAGOS, CONFORME PREVISÃO CONTRATUAL. IMPROCEDÊNCIA DOS DANOS MORAIS. A ré/apelante violou os princípios da transparência máxima, vulnerabilidade do consumidor e boa-fé objetiva, insculpidos no art. 4º, caput, I e III, do CDC. RESCISÃO DO CONTRATO SEM ÔNUS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM CONDENAÇÃO DA RÉ/APELANTE, NO QUAL FOI DECLARADA A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS, BEM COMO AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 DE DANOS MORAIS, VEZ QUE ATENTE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE QUE O CASO REQUER, levando-se em conta a angústia de ver frustrado seu sonho de adquirir a casa própria, além de ver negado o seu legítimo pedido de devolução integral dos valores pagos. RECURSO DA RÉ/APELANTE QUE SE CONHECE E SE NEGA SEGUIMENTO. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática - (TJ-RJ - AC 0024523-20.2013.8.19.0001. Des. NATACHA TOSTES OLIVEIRA - Julgamento: 21/05/2015)

In casu, a propaganda enganosa da Ré, submeteu o Autor a toda sorte de aborrecimentos e desgastes, fazendo com que o consumidor perdesse muito tempo, tentando resolver problemas decorrentes de práticas abusivas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora Exa., o tempo perdido e o desagaste com o prejuízo em tela, são imensuráveis, razão pela qual deve a Ré indenizar o Autor pelos danos morais que lhe foram causados, cuja fixação do valor indenizatório não deve ficar aquém de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA

Requer o Autor à V.Exa. a concessão dos efeitos da tutela de urgência, com supedâneo no art. 300 do novo CPC, para que haja arresto do imóvel *"**apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado**"*, de propriedade do 3º Réu, que será a 2ª penhora deste bem.

É cediço que os Réus esvaziaram o patrimônio da 1ª Ré, e é fato que há grande risco de que o mesmo ocorra com os bens dos sócios, o que ensejará frustração a este procedimento.

Frise-se que há o direito líquido, certo e favorável ao Autor, uma vez que presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, que são basicamente: I) *periculum in mora*: existência de um dano potencial, um risco, que ocorre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte; II) *fumus boni iuris*: plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança; III) art. 301, CPC/2015: previsão legal expressa de arresto em sede de tutela de urgência.

Dessa forma, o Autor requer à V.Exa. a concessão *inaudita altera pars* de **TUTELA DE URGÊNCIA**, com supedâneo no art. 300 do CPC/2015, para que seja realizado **arresto do seguinte imóvel do 3º Réu: *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção***

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado.

V - DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer o Autor à Vossa Excelência:

- Deferimento da Gratuidade de Justiça, nos moldes da legislação vigente;

- Deferimento do pedido de Prova Emprestada em relação ao feito nº **0305983-40.2016.8.19.0001**;

-Desconsideração da Personalidade Jurídica da Sociedade Cooperativa, para inclusão dos diretores da 1ª Ré, conforme art. 134, §2º, CPC/2015 e art. 28, CDC;

-Aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC;

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que seja arrestado o *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado*, de propriedade do 3º Réu;

-Citação dos Réus, **via postal com AR**, sendo a 1ª Ré na pessoa dos seus representantes legais para, querendo, responderem a presente sob pena de revelia, confissão e preclusão;

-Seja julgado procedente o pedido, com declaração da rescisão ou anulação do contrato em comento, condenando-se os Réus a restituírem todos os valores pagos pelo Autor, conforme fundamentação supra, totalizando o montante de **R$ 11.677,05 (onze mil, seiscentos e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

setenta e sete reais e cinco centavos), com incidência das atualizações legais a partir da data do respectivo pagamento;

- Condenação dos Réus em indenização por **DANOS MORAIS, em montante não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, em favor do Autor, pelos transtornos causados à honra subjetiva deste, na forma *in re ipsa*, com base no princípio da dignidade da pessoa humana e na teoria punitivo-satisfativa, em sintonia com a teoria satisfativa-compensatória e considerando a elevada posição econômica dos Réus, que devem ser pagos com acréscimos de correção monetária e juros legais, a contar do evento danoso, na forma da Súmula 54, STJ;

Condenação dos Réus ao pagamento da verba honorária na razão de 20% sobre o valor da condenação total, sem prejuízo do eventual reembolso relativo aos emolumentos judiciais despendidos, em caso de recurso.

Pleiteia, outrossim, pela produção de provas na amplitude do art. 369 do CPC/2015, especialmente, documental, documental superveniente, testemunhal e depoimento pessoal dos Réus, sendo a 1ª Ré na pessoa de seu representante legal, sob pena de confissão caso não compareça ou compareça e se recuse a depor.

Outrossim, o Autor esclarece que seu advogado possui escritório nesta cidade, na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar – Centro, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações, citações e comunicações atinentes ao presente, nos termos do artigo 106, I do CPC/2015, requerendo a vinculação neste feito do nome do advogado **MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520**, que compõe a sociedade de advogados **MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS,** para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta, cujo endereço eletrônico é **marcomedeiros@msaonline.adv.br**, para fins do art. 287, CPC/2015.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dá-se à causa o valor de R$ 21.677,05 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS
OAB/RJ 102.520

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

GABRIELA MOSCIARO PADUA
OAB/RJ 172.794

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
473
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

1078/2018/MND

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nome da Parte Ré : MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Local da Diligência : Rua André Rocha, nº 2299 Ramal 1785 - CEP: 22710-567 - Taquara - Rio de Janeiro - RJ
Data da Audiência: 29/10/2018 13:00h
Local da Audiência: Cartório do 7º Juizado Especial Cível - Sala de Audiências.

O MM. Juiz de Direito, **Dr.(a) Valeria Pacha Bichara *MANDA*** o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo supracitado dirigir-se ao local indicado, ou onde lhe for apontado e proceder à ***CITAÇÃO*** da parte ré para tomar conhecimento e defender-se do presente processo e ***INTIMAÇÃO*** para comparecer à audiência supra mencionada, podendo seguir-se imediatamente a audiência de instrução e julgamento, nela oferecendo defesa escrita ou oral e produzindo provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a), nos termos e de acordo com as peças fielmente transcritas, que ficam integrando este mandado. Que se cumpra na forma da lei. Eu, _____ Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2018.

Rossana Dusi Vilela Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460
Assino por ordem do MM. Juiz de Direito

Código de Autenticação: **458Y.AYLX.3H5A.FB42**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

ADVERTÊNCIAS:
1) Não comparecendo o demandado, pessoalmente, ou na hipótese de pessoa jurídica, através do representante legal ou preposto regularmente constituído, à sessão de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2) Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência de instrução e julgamento, em sua defesa, documentos e/ou até 03 testemunhas (indicá-las até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação).
3) As partes deverão portar documento de identidade e CPF, se pessoa física, e cópia do ato constitutivo, se pessoa jurídica.

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
463
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 26/09/2018

Despacho

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.
No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.
Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta.
Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 26/09/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4DGX.8417.698X.N942**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL FÓRUM CENTRAL - RIO DE JANEIRO.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade n° 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o n° 131.965.897-06 (documentos anexos), residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, n° 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220 (documentos anexos), vem perante V.Exa., por seu procurador *in fine* assinado (instrumentos procuratórios anexos), com fulcro no artigo 319 e seguintes do NCPC c.c. arts. 186 e 927 do CC/2002, art. 6º e 17 da lei 8.078/1990 e na Lei nº 9.099/1995 propor

AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C.C. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78 (Cartão do CNPJ em anexo), com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006; **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI, RG 05.996.532-7/Detran-RJ e CPF 724.023.777-04, residente e domiciliado na rua Maria Benjamin, 94, casa

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

101 frente – Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140; **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, economista, RG 20.575-3 4 e CPF 810.516.547-34, residente e domiciliado na Rua Pio Correia, nº. 92, bloco 01, apto 602 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.461-240; e **VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Benjamin de Magalhães, 145 – casa 103 – Pilares, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.750-170 pelos fatos e fundamentos que passa a expender:

I – PRELIMINARMENTE

1.1. Da Competência

O Autor opta por propor a presente lide no endereço da Ré, cuja competência é do Juizado Especial Cível do Centro, por força do disposto no artigo 100, da Lei nº 8.078/1990, tendo em vista sua condição de consumidor perante os Réus.

1.2. Da Gratuidade de Justiça

Inicialmente, a parte Autoral vem requerer o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/1950 e nas alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, tendo em vista se encontra em extrema dificuldade financeira, pois além de suas despesas usuais, ainda tive o prejuízo causado pelos Réus.

Cabe frisar que o Réu possui 2 (dois) filhos menores impúberes, além de sua companheira, residindo em imóvel alugado no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), pagando condomínio, luz, IPTU, gás de cozinha,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

com diversas despesas que pesam em seu escasso orçamento familiar, tal como se denota nos docs. acostados nos autos.

O Autor é militar com um salário líquido de apenas R$ 3.395,00 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais), demonstrando de forma comprovada que não pode arcar com os custos do processo judicial.

A *mens legis* do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal é beneficiar pessoas exatamente no perfil do Autor, sob pena de negar-lhe acesso ao Poder Judiciário. Nesse sentido é o posicionamento adotado por este Tribunal, consoante emanado da Súmula nº 39 do Tribunal de Justiça deste Estado, verbis, "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (artigo 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade".

Diante disso e da comprovação da impossibilidade do Autor, pugna pela concessão da gratuidade de justiça consoante documentos acostados nos autos, uma vez que ele não pode arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, sem prejuízo da subsistência de sua família.

1.3. Do Litisconsórcio Passivo e Da Desconsideração da Personalidade Jurídica dos Sócios da 1ª Ré

Conforme se verifica na vasta lista de processos judiciais propostos em face da 1ª Ré, esta tem por hábito contumaz a lesão dos seus consumidores. Pior que isto, não efetua o pagamento vonluntário das suas condenações judiciais.

Desta feita, o Autor indica como exemplo o processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da 1ª Ré, em que houve desconsideração da personalidade jurídica incidentalmente, como se constata das cópias anexas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Assim, visando dar cumprimento aos princípios da efetividade, celeridade e economia processuais, o Autor entende que é o caso da aplicação do art. 134, §2º, CPC/2015, em que é facultado à parte indicar quem será demandado, podendo fazê-lo em face da pessoa jurídica OU dos seus sócios / diretores, nas hipóteses de cabimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

Desta feita, os 2º, 3º e 4º Rúes possuem pertinência temática subjetiva para compor o polo passivo da presente demanda, uma vez que compõem o quadro estatutário da 1ª Ré. Importante ressaltar que os 2º, 3º e 4º Réus são diretores da 1ª Ré, conforme comprovam os atos constitutivos em anexo.

1.3.1. Da Dissolução Irregular e da Inatividade da 1ª Ré

Cabe explicitar que a Lei nº 5.764/1971, estabelece as condições e possibilidades de dissolução legal e regular das cooperativas, bem como de sua liquidação.

Dessume-se, então, das provas constantes dos autos, que a empresa Executada fora utilizada e dissolvida de forma irregular e ilegal, encerrando suas atividades em detrimento às disposições legais supra citadas, inclusive contratuais, haja vista, que não fora procedida qualquer baixa junto aos órgãos competentes, tampouco, se deu a liquidação de seus haveres e obrigações, como está demonstrado na presente exordial, **além de não deixar quaisquer bens para garantia e liquidação de suas dívidas**.

O Código Civil de 2002 amplia e estende a responsabilização daqueles que, sob o manto da personalidade jurídica, praticam atos tendentes a fraudar credores. Assim, diz o Estatuto Civil:

> **Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.**

Da mesma forma, a Lei das Cooperativas possui previsão de responsabilização dos seus diretores, conofrme se verifica abaixo:

> **Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.**

Assim, da análise conjunta dos dispositivos supra, conclui-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica tem por fundamento os princípios gerais de proibição do abuso de direito, fraude à lei ou prejuízo a terceiro, permitindo que o magistrado, diante de determinadas circunstâncias, desconsidere a personalidade, atribuindo condutas e responsabilidades diretamente aos direitores e administradores. Sobre o assunto, ensina Rubens Requião:

> **"Não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso do direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude)". (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 1977, págs. 266 e segs)**

Na seara doutrinária, outra não é a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> **"(...) Por vezes a autonomia patrimonial da sociedade comercial dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', pela qual se**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade. Pressuposto não afastável da despersonalização episódica da pessoa jurídica, no entanto, é a ocorrência da fraude por meio da separação patrimonial. Não é suficiente a simples insolvência do ente coletivo, hipótese em quem não tendo havido fraude na utilização da separação patrimonial, as regras de limitação da responsabilidade dos sócios terão ampla vigência. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica que o pressupõe, portanto. O credor da sociedade que pretende a sua desconsideração deverá fazer prova da fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da devedora." *(In* "Manual de Direito Comercial", editora Saraiva, 8ª edição, 1997, pág. 113/114 - Grifo inovado)**

Aduz-se que a teoria da desconsideração da pessoa jurídica **"tem a intenção de permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesses que se estabeleceu em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco"** (Direito Civil, Saraiva, 21ª ed., Parte Geral, vol. 1, SILVIO RODRIGUES, pág. 77 - grifo nosso).

A jurisprudência de nosso Estado acompanha o entendimento doutrinário acima exposto, confirma a tese já desenvolvida e, fulmina a questão digladiada, solucionando casos semelhantes ao da espécie em exame:

> **"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA. 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela ora agravada, em fase de cumprimento de sentença, cujo débito foi apontado à época como sendo R$ 506.165,68. 2. A decisão atacada deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para incluir a sócia administradora no polo passivo, que deverá ser intimada no endereço apontado na alteração contratual para oferecer bens à penhora, sob as penas da lei. 3. A nova regra de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Processo Civil**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **de 2015 é aplicável somente a partir de sua vigência (18/03/2016), ao passo que a decisão atacada foi proferida em 22/02/2016. 4. A desconsideração da personalidade jurídica exige a ocorrência de abuso de direito, fraude contra credores, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. 5. Intimada a empresa devedora, não houve o pagamento do débito nem oferecimento de bens à penhora, sendo certo que restou infrutífera a tentativa de constrição "on line". 6. Outrossim, não logrou êxito em localizar bens passíveis de penhora por meio do sistema RENAJUD e certidões dos Distribuidores, conforme se verifica por meio de consulta eletrônica aos autos do processo principal. 7. O abuso do direito por desvio de função encontra-se consubstanciado no fato dos sócios terem abandonado a empresa sem adotar as providências operacionais e legais necessárias à regular liquidação da sociedade. 8. Julgados deste Tribunal no sentido de aplicar, por analogia, o verbete sumular nº 435 do STJ para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica. 9. Recurso desprovido." (TJ-RJ - AG 0045506-38.2016.8.19.0000. Des. MÔNICA MARIA COSTA DI PIERO - Julgamento: 14/03/2017 grifos nossos)**

Não se olvide que há presunção de fraude, quando a pessoa jurídica devedora abandona seu domicílio fiscal, sem adimplir as obrigações pendentes, permitindo-se a aplicação da teoria do levantamento do véu. É o que se vê abaixo:

> **Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.**

Em robustecimento à tese ora digladiada, colacionamos as decisões do **Superior Tribunal de Justiça**, em casos símiles, *in verbis*:

> **"EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS PARTICULARES DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS EMPRESAS EXECUTADAS. CONSTRIÇÃO ADMISSÍVEL. O sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada responde com seus bens particulares por dívida da sociedade quando dissolvida esta de modo irregular. Incidência no caso dos arts. 592, II, 596 e 10 do Decreto. N. 3.708, de 10.1.1919. Recurso**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

especial não conhecido." (REsp 140564/SP. Min. BARROS MONTEIRO – 21.10.04)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. REJEIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE) A existência de indícios do encerramento irregular das atividades da empresa executada autoriza o redirecionamento do feito executório à pessoa do sócio (Precedentes: AgRg no REsp n.º 643.918/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16/05/2005; REsp n.º 462.440/RS, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18/10/2004; e REsp n.º 474.105/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19/12/2003). (...). (EDcl no REsp 750335. Min. LUIZ FUX – 28.03.06)

Da mesma forma, a desconsideração da personalidade jurídica, é plenamenente cabível às sociedades simples, inclusive cooperativas, bem como associações. Assim já foi decidido:

"Comprovado o encerramento irregular da executada, somado à inexistência de patrimônio penhorável (conforme se depreende dos autos, a exequente, ora agravante, tomou todas as providências razoáveis para obter dos devedores a garantia da execução, mas sem lograr êxito), legitima a desconsideração da personalidade da associação filantrópica, não para atingir seus associados, mas para atingir seus dirigentes, que a representam na forma dos estatutos"
(TJ-SP - AG. INST. 0271266-83.2011.8.26.0000)

"Ação de rescisão contratual – Fase de execução de acordo judicial – Decisão que indeferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da Cooperativa agravada – Insurgência do autor – Desconsideração da personalidade jurídica que se mostra medida necessária, uma vez que há indícios robustos de abuso da personalidade jurídica para fraudar credores – Presença dos requisitos legais do artigo 50 do Código Civil – Recurso provido."
(TJ-SP - AI 2077601-29.2015.8.26.0000TJ-SP. Data de publicação: 26/06/2015)

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Estes são os fundamentos que compõem a situação em foco, sendo certo que, *in casu,* é flagrante a utilização da empresa com abuso de direito, realizando uma série de contratos de forma irregular, devendo ser aplicado ao caso em tela o **artigo 28, parágrafo 5˚, do CDC, tendo em vista que a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica,** apenas deve se auferir a mera insolvência, ou seja, o não ressarcimento dos valores com a correção monetária e os juros devidos, para atingir o patrimônio do Réu.

Inclusive é a TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, que melhor absorve o caso em tela, segundo a jurisprudência do STJ, em casos de referência como o da explosão do Shopping Osasco em São Paulo.

Assim, firmada está a pertinência subjetiva para a presente lide, uma vez que os 2º, 3º e 4º Réus concorreram para o evento danoso em desfavor da parte Autora, o que os tornam legitimados passivos à demanda em comento, devendo responder pelos danos causados.

1.4. Da Preliminar de Prova Emprestada

Note-se que, no atual Código de Processo Civil de 2015, há um capítulo referente às provas, que expressa, em seu art. 372, que:

> **O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.**

Assim, há uma permissibilidade legal para o juízo utilizar e validar a denominada "prova emprestada". Tal orientação coaduna com a jurisprudência dominante, que enuncia a prova emprestada como aquela produzida em outro processo, que possui como efeitos trazer ao processo temas que uma das partes pretende que sejam apreciados e

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

considerados válidos, tal como um processo diverso de outra parte, mas com temas correlatos ou já julgados e de relevância para a interpretação do juízo.

Com isso, autores como **Nelson Nery Jr.** enunciam que a prova emprestada é aquela que, embora produzida em outro processo, se pretende produza efeitos no processo em questão, sendo acompanhado de autores como Luiz Guilherme Marinoni e Eduardo J. Couture.

Dessa feita, a validade da prova emprestada, como um meio documental probatório, será conhecido por já ter sido a base de uma sentença transitada em julgado, sendo tal compartilhamento de prova admitido pelo sistema jurídico brasileiro.

Com isso, busca-se a utilização da prova como emprestada para atender os ditames da justiça no caso concreto, sem se afastar da observância do contraditório em relação aos litigantes. Inclusive, a prova emprestada é plenamente reconhecida nos tribunais pátrios, tal como se denota:

> **"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INVALIDEZ PERMANENTE CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PERÍCIA JUDICIAL REALIZADA. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE. JULGADOR.**
> **DESTINATÁRIO DAS PROVAS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N° 7/STJ.**
> **(...)**
> **2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.**
> **Revisão do entendimento esbarraria no óbice contido na Súmula n° 7/STJ.**
> **3. A prova pericial emprestada produzida em juízo é apta a comprovar, nos termos do artigo 372, do CPC/15, a presença da doença que acarreta a incapacidade permanente do segurado."**
> **4. Agravo interno a que se nega provimento.**
> **(STJ - AgInt no AREsp 1082454/DF, Rel. MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dessa feita, o deferimento de prova emprestada para aferir contratos de consumo, quando se refere ao mesmo caso concreto de forma similar ou a mesma base contratual em contratos de adesão, o que ocorre no presente caso.

Observa-se que o novo Código de Processo Civil ao frisar que a prova emprestada pode ser utilizada, está obedecendo ao princípio da efetividade processual, de forma a criar uma maior celeridade e economia na fluência do processo, com o respeito ao *due process of law.*

Com isso, pleiteia o Autor pelo deferimento da preliminar de prova emprestada, do **Processo n° Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS, em curso perante o 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL - RJ**.

1.5. Da Aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova

Ab initio, há de se ressaltar que numa relação em que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra, o Código de Defesa do Consumidor, demonstra em seu artigo 6º, inciso VIII, que pode ocorrer a inversão do ônus da prova, seja pela hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança da alegação.

Entende-se como hipossuficiência, não somente as condições econômicas desfavoráveis da parte, mas, também, ausência de recursos técnicos ou pelo fato da outra parte ter o monopólio das informações.

Logo, o Autor pleiteia a aplicação do microssistema protetivo do CDC, que deve ser aplicado como parâmetro interpretativo. Inclusive, especificamente o Autor requer a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, VII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado.

Desta feita, especificamente o Autor, também, a aplicação do art. 28, CDC, com aplicação da **teoria menor da penetração**, para todos os fins de direito.

II – DOS FATOS

O Autor, buscando o melhor para sua família e tentando realizar o sonho de todo brasileiro o "DIREITO À MORADIA", realizou um contrato de aquisição de imóvel com a Ré, para financiamento no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 13/12/2017, no qual realizou um depósito inicial no valor de R$ 10.677,05 (dez mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), pagando a 1ª mensalidade de R$ 1.177,05 (um mil, cento e setenta e sete reais e cinco centavos) conforme documentos acostados aos autos.

Contudo, após o envio da documentação por correio (documento anexo), o Autor solicitou a utilização do financiamento para a aquisição de um imóvel indicado pela 1ª Ré, mas foi surpeendido com a informação de que, na verdade, adquiriu contrato de adesão em uma cooperativa habitacional.

Ao questionar sobre as informações iniciais e a devolução dos valores acima, o Autor recebeu respostas vagas, constatando que foi induzido a erro, ou seja, não era um financiamento de imóvel tradicional como os existentes no mercado bancário.

Diante disso, pediu cancelamento do negócio, com devolução dos valores. Contudo, a 1ª Ré não realizou a rescisão contratual de forma amigável, nem devolveu os valores até a presente data.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Por isso, foram esgotadas as possibilidades de resolver o presente imbróglio. Dessa forma, a parte autoral, não vê alternativa, que não seja buscar a tutela jurisdicional, para que seja feita a mais lídima justiça.

III – DOS FUNDAMENTOS

3.1. Da Relação Jurídica Consumerista

Cumpre esclarecer que a presente lide se caracteriza como relação de consumo nos termos do CDC. Assim, vejamos o conceito de consumidor, a partir do Código de Defesa do Consumidor:

> **Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.**

Além disto, a Lei nº 8.078/1990, que trata do Direito do Consumidor, ao descrever os direitos essenciais deste, reconhece a necessidade da prestação adequada dos serviços pelos fornecedores contratados, sob pena de configuração de responsabilidade objetiva, nos termos do art. 14 CDC:

> **"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos"**

Salienta-se que a 1ª Ré é Sociedade Cooperativa, que tem suas normas definidas na Lei 5.764/1971. Importante frisar que a lei em questão, em nenhum de seus artigos exclui a aplicabilidade do Código de

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Defesa do Consumidor, sendo considerado fornecedor quaisquer modalidade de pessoa física ou jurídica, inclusive as Sociedades Cooperativas.

Diante disso, não resta qualquer dúvida quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor; deste mesmo diploma legal, mister discorrer sobre o artigo 6º, VI, que afirma ser direito básico do consumidor a reparação de danos patrimoniais e morais, entre outros.

3.2. Do Princípio da Boa-Fé e da Abusividade da Propaganda

O instituto da Boa-fé presente no direito brasileiro e ressaltado em vários artigos do código civil 2002, tem como real objetivo nortear a conduta social das pessoas fazendo com que esta esteja adequada aos parâmetros sociais vigentes, com supedâneo no artigo 113 do CC/02.

No campo dos contratos, vislumbra-se que o artigo 422 do CC/02, traz a boa-fé objetiva como uma obrigação que deve estar presente desde a fase preliminar, passando pela fase de execução ou contratual propriamente dita, até a fase pós-contratual.

Significa dizer que as relações interpessoais não devem se prender somente ao que está expresso no contrato, mas também ter intrínseco um dever moral e legal de não causar prejuízo à outra parte, agindo com honestidade e honrando todas as negociações realizadas, sejam elas verbais ou escritas, sob pena, até mesmo de estar cometendo ato ilícito, conforme expressa o artigo 187 do CC/02.

A política nacional de relações de consumo tem como pressuposto, entre outros, o princípio da boa-fé, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, que sem dúvida alguma foram desrespeitadas pelas Rés.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

No caso em tela, insta salientar que a 1ª Ré, atua no mercado como verdadeira agente imobiliária, fazendo com que as pessoas acreditem que estão contratando a intermediação para aquisição de um imóvel, enganando os consumidores, ao criar falsas expectativas e esperanças na realização do sonho de compra de imóvel.

É nítido que o contrato de adesão da 1ª Ré não é um contrato comum ou usual, tendo cláusulas confusas, bem como grandes restrições de crédito contra o consumidor. Ou seja, contém termos de difícil compreensão para pessoas leigas nos termos do direito.

Trata-se de um contrato com graves vícios, com cláusulas leoninas, conteúdo abusivo e lesivo ao consumidor, redigido de forma a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance, em afronta ao art. 46 e 51 e seus respectivos incisos do Código de Defesa do Consumidor, o que por si só já impõe o reconhecimento da sua nulidade ou rescisão contratual.

Não é demais ressaltar que o prestador de serviço tem a obrigação de apresentar informações claras e corretas, a respeito do serviço contratado. No entanto, como se vê pelas propagandas juntadas em anexo, estas induzem o Consumidor a erro, levando-o a crer que se trata de compra do imóvel, através de contrato de financiamento de imóvel, mas na verdade a real intenção é associação para cooperativa de crédito habitacional.

Mais que isso, é sabido que o vício de consentimento é causa de anulabilidade ou rescisão de qualquer negócio jurídico. Entre os vícios de consentimento, destacam-se o erro e o dolo. Ambos impedem que a vontade real de uma pessoa seja externada, tornando-a prejudicada no que tange ao negócio jurídico que se prestaria a validar. Sendo assim, o direito assiste à pessoa que, em determinada situação, teve sua vontade viciada, dando-lhe condições de em momento posterior provocar a anulação do ato.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Importante observar a lição de ORLANDO GOMES quanto aos requisitos, para que seja um negócio jurídico considerado perfeito:

> **"O negócio jurídico somente é perfeito quando a vontade é declarada de maneira lícita, livre e consciente, isto é, de acordo com a lei, sem pressões físicas e morais e com correta percepção da realidade." (Gomes, Orlando. Introdução ao Direito Civil, 18ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2001, p. 414)**

Ora, a correta percepção da realidade somente é possível se não houver erro ou dolo, no tocante à manifestação da vontade da parte Autora. Conforme ensina Caio Mário:

> **"Quando o agente, por desconhecimento ou falso conhecimento das circunstâncias, age de um modo que não seria a sua vontade, se conhecesse a verdadeira situação, diz-se que procede com erro." (Caio Mário, p. 326)**

Assim, relativamente ao conceito de erro, tem-se que há uma falsa noção da realidade, que pode ser inclusive em relação a um dos contratantes. O atual Código Civil assim dispõe acerca do erro:

> **"art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio."**

Colaciona-se o conceito de FLAVIO TARTUCE concernentemente ao instituto do erro:

> **"O erro é um engano fático, uma falsa noção, em relação a uma pessoa, ao objeto do negócio ou a um direito, que acomete a vontade de uma das partes que celebrou o negócio jurídico. De acordo com o art. 138 do atual CC, os negócios jurídicos celebrados com erro são anuláveis, desde que o erro seja substancial, podendo ser percebido por pessoa de diligência normal, em fase das circunstância em que o negócio foi celebrado."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Impende salientar ainda a I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, com a aprovação do Enunciado nº 12, cuja redação merece destaque:

> **"Na sistemática do art. 138, é irrelevante ser ou não escusável o erro, porque o dispositivo adota o princípio da confiança."**

Diante dos fatos, está cristalinamente caracterizado o erro, já que a vontade da parte Autora, cerca-se de falsa percepção da condição da Ré, bem como quanto às condições do negócio, sendo indiscutível que a contratação não teria sido realizada se o Autor conhecesse previamente do aqui narrado.

Por isso, estamos diante de anulação dos atos praticados, haja vista vício insanável, porque a realidade sobre o pagamento da 'entrada' realizado, sem o Autor saber das práticas abusivas que já eram praticadas pela 1ª Ré de forma dolosa em seus contratos, enseja a rescisão do contrato.

Por conseguinte, no que tange ao instituto do dolo, tem-se que houve erro por parte do Autor, mas indubitavelmente provocado em decorrência do dolo manifesto das contratações anteriores que a 1ª Ré realizava sem se atentar para a lealdade, boa-fé e a concretização da confiança depositada em quem assina tal contrato com intuito de adquirir imóvel em data futura.

Para que se caracterize o dolo, dois elementos devem ser conjugados: o elemento objetivo que corresponde ao comportamento ilícito de quem quer enganar e o elemento subjetivo que é a intenção de enganar, *animus decipiendi*. Assim dispõe o Código Civil:

> **Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **Art. 148. Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento (...).**

Cabe trazer à baila o conceito de dolo, conforme as lições de ORLANDO GOMES:

> **"consiste em manobras ou maquinações feitas com o propósito de obter uma declaração de vontade que não seria emitida se o declarante não fosse enganado. É a provocação intencional de um erro." Ainda: "nos negócios unilaterais, o dolo há de provir necessariamente de outrem que não o agente."(p. 421)**

Já segundo as palavras de FLAVIO TARTUCE:

> **"O dolo pode ser conceituado como sendo o artifício ardiloso empregado para enganar alguém, com intuito de benefício próprio. O dolo é a arma do estelionatário, como diziam os antigos civilistas. De acordo com o art. 145 do CC, o negócio praticado com o dolo é anulável, no caso de ser este a sua causa. Esse dolo, causa do negócio jurídico, é conceituado como dolo essencial, substancial ou principal (dolus causam). Em casos tais, uma das partes do negócio utiliza artifícios maliciosos, para levar a outra a praticar um ato que não praticaria normalmente, visando obter vantagem, geralmente com vistas ao enriquecimento sem causa.**
> **Para tanto, deve-se levar em conta a pessoa natural comum, o que antes era denominado como homem médio, a partir das regras de comportamento e de experiência, o que está de acordo com a teoria tridimensional de Reale. Em suma, deve-se ter como parâmetro a conduta do homem razoável ("reasonable man").**
> **Dolus malus (dolo mau) – este sim consiste em ações astuciosas ou maliciosas com o objetivo de enganar alguém e lhe causa prejuízo. Quando se tem o dolo mau, o negócio jurídico poderá ser anulado se houver prejuízo ao induzido e benefício ao autor do dolo ou a terceiro."**

Evidente que a 1ª Ré já tem agido dolosamente, pois o Autor assinou documentos e entregou depósito de sua poupança, acreditando em uma falsa noção da realidade inserida no caso em tela, que o conduziu

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

a erro, através de conduta dolosa da Ré, que se soubesse da real situação, com certeza não teria concretizado o pagamento, objeto desta lide.

Assim imperiosa se faz a determinação da **anulação ou a rescisão do negócio jurídico**, sendo tal situação assegurada pela jurisprudência pátria, conforme abaixo demonstrado:

> **"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. DEMANDAS CONEXAS. VÍCIO NO CONSENTIMENTO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. INADIMPLEMENTO. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO DO PREÇO DO IMÓVEL. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO ADQUIRENTE. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DOLO E MÁ-FÉ DA PARTE COMPRADORA. TRANSFERÊNCIA. REGISTRO IMOBILIÁRIO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. APELO PROVIDO. I. Hipótese na qual a documentação que instrui o processo evidencia que a parte que se comprometeu a comprar o imóvel, em vez que efetuar o pagamento, utilizou-se de manobras para transferir a titularidade do bem no registro imobiliário. II. Comprovado o dolo empregado para a realização do negócio jurídico, resultando na formalização de contrato de compra e venda não pretendido por uma das partes, a anulação do negócio jurídico se mostra necessária, sob pena de enriquecimento ilícito. III - Devida indenização por danos morais no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) pela locatária inadimplente desde janeiro de 2009, e que ainda registrou o imóvel em seu nome, valendo-se da inexperiência e pouca instrução das partes envolvidas, à locadora que saiu de seu imóvel para morar na casa de terceiros no afã de receber os alugueis. IV - Apelação provida."**
> **(TJ-MA - APL: 0012438-22.2011.8.10.0001, Rel. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/04/2014)**

Ressalta-se que o erro e o dolo aqui arguidos, advieram de uma propaganda enganosa perpetrada contra um consumidor, o que agrava ainda a ilicitude dos Résu. Assim, encontram-se claramente afrontadas as seguintes normas do Código de Defesa do Consumidor, lei 8.878/90, como segue:

> **Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:
I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)
III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (...)
IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. (...)
§ 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (...)
IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;
V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
II - subtraiam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;
III - transfiram responsabilidades a terceiros;
IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a eqüidade;
XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;
§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:
I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
II - restringe direito ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.
§ 4° É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
24
Carimbado Eletronicamente

> **contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.**

Na Hipótese em tela, restou devidamente demonstrado a falha na prestação do serviço, por vício de informação, cláusulas abusivas, bem como propaganda enganosa, o que acarreta a possibilidade de reconhecimento de **nulidade ou rescisão do negócio jurídico**, com ressarcimento dos respectivos prejuízos.

3.3. Dos Danos Materiais

Não é demais frisar que a Ré demonstrou comportamento abusivo e ilegal em desfavor do Autor, passível, portanto, de reparação pelos danos materiais, em decorrência do desfazimento da relação jurídica aqui discutida.

Dispõe o artigo 186 do novo código Civil Brasileiro, *in verbis*: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". E ainda, de acordo com o art. 927 e 944 do novo Código Civil:

> **Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**
>
> **Art. 944 – A indenização mede-se pela extensão do dano.**

Por outras palavras no dizer do Ilmo. Dr. Washington de Barros Monteiro, "o direito à indenização surge sempre que prejuízo resulte da atuação do agente". Assim, fica caracterizada a total responsabilidade das Rés supracitados pelo ressarcimento dos prejuízos causados ao Autor.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora, o contrato não se abstém na rescisão do negócio por desistência do contratante, mas prevê a retenção de toda a quantia paga, cobrando multa rescisória de 20% (vinte por cento), o que também é deveras abusivo, devendo ser tal cláusula afastada, haja vista a nulidade deste documento.

No caso em tela, o Autor desembolsou o valor da 'entrada', no importe de R$ 10.500,00, mais R$ 1.177,05, relativamente à 1ª parcela do financiamento do imóvel, o que foi pago através de boleto único no dia 13/12/2017.

Por causa disto, os Réus devem restituir o Autor pelos prejuízos materiais causados, na monta total de R$ 11.677,05, que deve ser paga com o acréscimo de correção monetária e juros legais, a partir do desembolso.

3.5 Do Dano Moral

De *prima facie*, deve-se analisar de forma escorreita o instituto do dano moral, que se caracteriza por ser a lesão de interesse não patrimonial de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo. Segundo o Dr. Aguiar Dias, "o dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão abstratamente considerada."

Logo, afirma-se que no momento em que os Réus descumpriram seu dever legal, não prestando corretamente as informações solicitadas, criou uma situação de constrangimento ao Autor, atingindo sua honra subjetiva, que segundo Eugenio Cuello Calón "designa o sentimento da própria dignidade moral, nascida da consciência de nossas virtudes ou de nosso valor moral, isto é, a honra em sentido estrito".

Isso sem contar que, no que tange à proteção e defesa do consumidor, a reparação dos danos baliza-se na responsabilização do

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

ofensor com vistas à satisfação pessoal ou econômica do consumidor, consistindo seu objetivo maior, na verdade, servir de desestímulo à prática lesiva nas relações de consumo, a exemplo da que ocorreu *in casu.*

Desta forma, o que se pode concluir é que o consumidor foi tratado com desrespeito, não se levando em conta a condição de cidadão, que é cumpridor de seus deveres, sendo certo que a conduta dos Réus ofendeu a sua dignidade, atingindo-lhe a personalidade e violando seu *status dignitatis*. A dignidade, por sua vez, é prevista como um princípio fundamental em nossa Constituição, uma cláusula pétrea inserida no artigo 1º, III, como princípio fundamental de nosso Estado Democrático de Direito.

Repita-se que os Réus deixaram de cumprir com o seu dever de cuidado, ao prestar informações enganosas, que causou muito mais que um mero prejuízo econômico, já que houve imensa perda de tempo com ligações, deslocamentos, idas e vindas. É certo que todo esse desgaste causou enorme abalo emocional ao Autor. Deveras absurdo!!!

Cristalino, Exª, que, caso os Réus persistam com a prática destes fatos, todos os seus consumidores que venham a vivenciar situações similares sofrerão enormes prejuízos, de modo que essa conduta deve ser desestimulada. Por fim, quanto à fixação do *quantum*, o MM. Julgador, ao qualificá-la, deve se ater à dimensão da ilegalidade do dano e a capacidade econômica do seu causador, que, na espécie, é considerável.

Portanto, quer deixar claro o Autor que não pretende aqui se locupletar, mas tão só que a verba indenizatória do dano moral venha amenizar o constrangimento por ele suportado, haja vista que a propaganda enganosa, foi muito além do prejuízo financeiro, pois houve enorme dispêndio de tempo e desgaste emocional, o que implica em dano moral *in re ipsa*.

O Superior Tribunal de Justiça tem decidido reiteradas vezes que na fixação do dano moral deve o julgado se ater a critérios, tais como o nível

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

cultural do causador do dano, condição sócio-econômica do ofensor e, no caso em tela, **a imensa margem de lucro de empresas que fazem parte de vasto e poderoso grupo econômico**. De outro lado, entretanto, tem-se um homem honesto, que apenas queria tirar sua família da comunidade violenta, que atualmente reside. Assim já julgou o STJ:

> **"DANO MORAL. REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR. CONDENAÇÃO ANTERIOR EM QUANTIA MENOR. [...] Ademais, a reparação deve ter fim também pedagógico, de modo a desestimulara prática de outros ilícitos similares, sem que sirva, entretanto, a condenação de contributo a enriquecimentos injustificáveis..."**

Inclusive, no presente caso, também se aplica a teoria do desvio produtivo do consumidor, que foi consolidada pelo STJ, através do REsp nº 1.260.458/SP, que deve ser considerado em casos similares ao presente, uma vez que o Autor teve grande dispêndio de tempo, na tentativa de resolver amigavelmente o presente problema.

Note-se, que, a prática reiterada da 1ª Ré, já é conhecida do Judiciário do Rio de Janeiro, havendo diversos julgados comprovando que ela age irrefreavelmente com violação ao princípio da boa-fé. É necessário trazer o posicionamento jurisprudencial recente de nosso Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao que tange a 1ª Ré (KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL), *in litteris*:

> **"Apelação. Cooperativa habitacional. Propaganda enganosa por omissão. Desfazimento do contrato sem retenção de quaisquer valores pagos. Dano moral. Jurisprudência. 1. O fornecedor de serviços, sobretudo de serviços massificados e contratados por adesão, deve utilizar a língua do seu público-alvo não só na publicidade que oferece vantagens inauditas, mas também nas entrelinhas que ressalvam as condições para seu desfrute, ou do contrário não estará assegurando "informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados"**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

(CDC, art. 31). 2. Que certas cláusulas contratuais sejam claras e compreensíveis ao operador de Direito, formado com o necessário instrumental jurídico, não significa que o sejam também para o cidadão leigo das classes mais baixas e mais vulneráveis à inculcação propagandística. 3. É enganosa, por omissão, a propaganda que deixa de anunciar dado essencial sobre a natureza do produto ou serviço, induzindo o consumidor, ainda que tacitamente, em erro quanto à conveniência da contratação para as suas necessidades pessoais. Tal é o caso da cooperativa habitacional que, funcionando quase à moda de um autêntico consórcio, e condicionando a liberação do capital subscrito à disponibilidade de recursos no mês, à integralização de um seu percentual e à proposta de antecipação de parcelas a vencer (o que se equipara a um lance), veicula publicidade que inculca no receptor a ilusão de que poderá rapidamente sair do aluguel, sem explicitação dos termos em que funciona o negócio ofertado. 4. Violação dos arts. 6º, inc. III, 31, 36, 37, caput e §§ 1º e 3º, e 39, inc. IV, do Código de Defesa do Consumidor. Impossibilidade de se admitir cláusula de retenção, nesse contexto. 5. A falha no dever de informação clara e adequada, que constitui direito básico do consumidor, pode configurar dano moral quando importe em frustração de legítimas expectativas do consumidor em relação a algum plano ou aspecto de vida considerado suficientemente relevante para impactar seus direitos de personalidade. Tal é o caso da aquisição imobiliária, que exige do consumidor o levantamento de recursos consideráveis, proporcionalmente a seus ganhos, e faz nele nutrir sonhos e planos que, desfeitos por culpa do fornecedor, não se podem considerar como meros dissabores corriqueiros. 6. Considerando o importe dos valores dispendidos pelo ludibriado consumidor; o impacto de tais somas em seu modesto orçamento; a extensão do dano decorrente da ilusão desfeita e a extrema gravidade da culpa do ofensor, afigura-se razoável o arbitramento da verba compensatória no valor de R$ 5.000,00. 7. Provimento do recurso. Data de julgamento: 24/02/2016. (TJ-RJ - AC 0013480-65.2013.8.19.0202. Des. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES. Data de Julgamento. Ré: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL C/C RESILIÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL. CONSUMIDORA QUE ADERIU À KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL COM O OBJETIVO DE OBTER FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL PARA DECLARAR A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO E CONDENAR A APELANTE A DEVOLVER R$ 6.826,62 A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS, E AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 A TÍTULO DE DANO MORAL. APELAÇÃO DA RÉ PUGNANDO PELO

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

RECONHECIMENTO DE VALIDADE DO CONTRATO. DESPROVIMENTO DO RECURSO, COM FULCRO NO ART. 557, CAPUT, DO CPC, CONFIRMANDO-SE A BEM LANÇADA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 1 - Afronta ao princípio da transparência e dever de informação ao consumidor, nos termos dos artigos 4º, caput, 6º, inc. III e 31 da Lei 8078/90, tendo em vista a utilização de termos de difícil compreensão, bem como a falta de informação adequada no material publicitário. 2 - Desrespeito à boa-fé objetiva e à função social do contrato que impõe sua nulidade, assim como a restituição dos valores pagos e a indenização a título de dano moral. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática." (TJ-RJ - AC 0351733-70.2013.8.19.0001. Des. ANTÔNIO CARLOS BITENCOURT - Julgamento: 20/10/2015)

"APELAÇÃO CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. RITO ORDINÁRIO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL KEROCASA. AUTORA QUE SE ASSOCIOU À RÉ NO INTUITO DE COMPRAR UMA CASA. APÓS ADIANTAR VALORES, DESISTIU E REQUEREU A RESCISÃO DO CONTRATO. SENTENÇA JULGANDO PROCEDENTES OS PEDIDOS. APELAÇÃO DA RÉ. PRETENSÃO DE RETER 20% DOS VALORES PAGOS, CONFORME PREVISÃO CONTRATUAL. IMPROCEDÊNCIA DOS DANOS MORAIS. A ré/apelante violou os princípios da transparência máxima, vulnerabilidade do consumidor e boa-fé objetiva, insculpidos no art. 4º, caput, I e III, do CDC. RESCISÃO DO CONTRATO SEM ÔNUS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM CONDENAÇÃO DA RÉ/APELANTE, NO QUAL FOI DECLARADA A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS, BEM COMO AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 DE DANOS MORAIS, VEZ QUE ATENTE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE QUE O CASO REQUER, levando-se em conta a angústia de ver frustrado seu sonho de adquirir a casa própria, além de ver negado o seu legítimo pedido de devolução integral dos valores pagos. RECURSO DA RÉ/APELANTE QUE SE CONHECE E SE NEGA SEGUIMENTO. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática - (TJ-RJ - AC 0024523-20.2013.8.19.0001. Des. NATACHA TOSTES OLIVEIRA - Julgamento: 21/05/2015)

In casu, a propaganda enganosa da Ré, submeteu o Autor a toda sorte de aborrecimentos e desgastes, fazendo com que o consumidor perdesse muito tempo, tentando resolver problemas decorrentes de práticas abusivas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora Exa., o tempo perdido e o desagaste com o prejuízo em tela, são imensuráveis, razão pela qual deve a Ré indenizar o Autor pelos danos morais que lhe foram causados, cuja fixação do valor indenizatório não deve ficar aquém de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA

Requer o Autor à V.Exa. a concessão dos efeitos da tutela de urgência, com supedâneo no art. 300 do novo CPC, para que haja arresto do imóvel *"**apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado**"*, de propriedade do 3º Réu, que será a 2ª penhora deste bem.

É cediço que os Réus esvaziaram o patrimônio da 1ª Ré, e é fato que há grande risco de que o mesmo ocorra com os bens dos sócios, o que ensejará frustração a este procedimento.

Frise-se que há o direito líquido, certo e favorável ao Autor, uma vez que presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, que são basicamente: I) *periculum in mora*: existência de um dano potencial, um risco, que ocorre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte; II) *fumus boni iuris*: plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança; III) art. 301, CPC/2015: previsão legal expressa de arresto em sede de tutela de urgência.

Dessa forma, o Autor requer à V.Exa. a concessão *inaudita altera pars* de **TUTELA DE URGÊNCIA**, com supedâneo no art. 300 do CPC/2015, para que seja realizado **arresto do seguinte imóvel do 3º Réu: *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção***

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado.

V - DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer o Autor à Vossa Excelência:

- Deferimento da Gratuidade de Justiça, nos moldes da legislação vigente;

- Deferimento do pedido de Prova Emprestada em relação ao feito nº **0305983-40.2016.8.19.0001**;

-Desconsideração da Personalidade Jurídica da Sociedade Cooperativa, para inclusão dos diretores da 1ª Ré, conforme art. 134, §2º, CPC/2015 e art. 28, CDC;

-Aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC;

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que seja arrestado o *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado*, de propriedade do 3º Réu;

-Citação dos Réus, **via postal com AR**, sendo a 1ª Ré na pessoa dos seus representantes legais para, querendo, responderem a presente sob pena de revelia, confissão e preclusão;

-Seja julgado procedente o pedido, com declaração da rescisão ou anulação do contrato em comento, condenando-se os Réus a restituírem todos os valores pagos pelo Autor, conforme fundamentação supra, totalizando o montante de **R$ 11.677,05 (onze mil, seiscentos e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

setenta e sete reais e cinco centavos), com incidência das atualizações legais a partir da data do respectivo pagamento;

- Condenação dos Réus em indenização por **DANOS MORAIS, em montante não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, em favor do Autor, pelos transtornos causados à honra subjetiva deste, na forma *in re ipsa*, com base no princípio da dignidade da pessoa humana e na teoria punitivo-satisfativa, em sintonia com a teoria satisfativa-compensatória e considerando a elevada posição econômica dos Réus, que devem ser pagos com acréscimos de correção monetária e juros legais, a contar do evento danoso, na forma da Súmula 54, STJ;

Condenação dos Réus ao pagamento da verba honorária na razão de 20% sobre o valor da condenação total, sem prejuízo do eventual reembolso relativo aos emolumentos judiciais despendidos, em caso de recurso.

Pleiteia, outrossim, pela produção de provas na amplitude do art. 369 do CPC/2015, especialmente, documental, documental superveniente, testemunhal e depoimento pessoal dos Réus, sendo a 1ª Ré na pessoa de seu representante legal, sob pena de confissão caso não compareça ou compareça e se recuse a depor.

Outrossim, o Autor esclarece que seu advogado possui escritório nesta cidade, na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar – Centro, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações, citações e comunicações atinentes ao presente, nos termos do artigo 106, I do CPC/2015, requerendo a vinculação neste feito do nome do advogado **MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520**, que compõe a sociedade de advogados **MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS,** para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta, cujo endereço eletrônico é **marcomedeiros@msaonline.adv.br**, para fins do art. 287, CPC/2015.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dá-se à causa o valor de R$ 21.677,05 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS
OAB/RJ 102.520

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

GABRIELA MOSCIARO PADUA
OAB/RJ 172.794

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
474
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**27/09/2018**
Data	**27/09/2018**
Descrição	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
475
Carimbado Eletronicamente

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Rua Maria Benjamim, nº 94 Casa 101, Frente - CEP: 20750-140 - Pilares - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109
CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Pelo presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.
Ciente de que deverá comparecer à audiência de **Conciliação, Instrução e Julgamento** que será realizada em **29/10/2018 13:00h**, podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado, oportunidade em que receberá as defesas apresentadas, bem como colherá as provas, inclusive testemunhais, em audiência una, proferindo sentença.

Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:
1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.
3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.
4º Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo. (Redação dada pelo Ato Executivo TJ nº 5156/2009).
5º A assistência de advogado será necessária sempre que a causa for de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, bem como quando houver nítido desequilíbrio e, ainda, obrigatoriamente, caso haja necessidade de interposição de recurso.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
476
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**28/09/2018**
Data	**27/09/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
477
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
478
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
479
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
480
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
481
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 27/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.
No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.
Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta. Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
482
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 27/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.
No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.
Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta. Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
483
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**28/09/2018**
Situação	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
484
Carimbado Eletronicamente

CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM

AR
99123143742013 - DR/RJ
TJERJ
CORREIOS

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO
JT 90323309 1 BR

ENDEREÇO
MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
RUA Andre Rocha 2299, Ramal 1785
C.E.P. CEP 22.710-567 Taquara Rio de Janeiro - RJ

NOME OU RA 0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 02/10/2018 11:20 99123
Comarca da Capital
ENDER Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109
C.E.P. Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ
U.F.

RECEBIMENTO
/

ASSINATURA DO RECEBEDOR

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

FSC FSC® C091820

Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109
Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

MUDOU-SE
ENDEREÇO INSUFICIENTE
FALECIDO
RECUSADO
AUSENTE
NÃO PROCURADO
OUTROS

NOTIFICAÇÃO PRESTADA PELO
PORTEIRO OU SÍNDICO
REINTEGRAÇÃO C/SERVIÇO
POSTAL EM

DATA 18/09/2018

18 SET 2018

18 SET 2018

18/09/2018

RECUSADO

Rua André Rocha, 2299
☐ Mudou-se
☐ Desconhecido
☐ Outros

PJERJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Carta

9912314374/2017 - DR/RJ
PJERJ
Correios

Recebido

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
RUA Andre Rocha 2299, Ramal 1785
CEP 22.710-567 Taquara Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 02/10/2018 11:20 99123

AO REMETENTE

AO REMETENTE

Correios REGISTRADO URGENTE *registered priority* PESO (kg) *weight*
Recebedor
AR MP
Assinatura Doc.
FCC910
JT 90323309 1 BR
7535-655-8442

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
485
Conferido Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
486
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 27/09/2018 e foi publicado em 01/10/2018 na(s) folha(s) 450/454 da edição: Ano 11 - n° 20 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta.Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
487
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 28/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
488
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 28/09/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
489
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/10/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
490
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/10/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 29/10/2018 ÁS 13:00 HRS.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
491
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/10/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.
No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.
Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta. Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
492
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/10/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Nada a prover quanto ao retorno negativo do AR, fls. 461, posto que o réu Jair Cássio Baptista de Moura já foi devidamente citado, conforme fls. 402.
No que tange ao réu Sergio Pereira Parente de Souza, verifico que o AR foi assinado por terceiro estranho ao feito, fls. 458/459.
Desta forma, ante a exiguidade do prazo para se renovar a diligência, retire-se o feito de pauta. Redesigne-se data, citando os réus Sergio Pereira Parente de Souza e Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, por OJA, nos endereços de fls. 439 e 440, respectivamente. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
493
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**08/10/2018**
Situação	

CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
494
AR
Digitalizado Eletronicamente
TJERJ
CORREIOS

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO
JT 97785592 4 BR

ENDEREÇO
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
RUA Maria Benjamim 94, Casa 101, Frente

C.E.P.
CEP 20.750-140 Pilares Rio de Janeiro - RJ

0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 29/10/2018 13:00 9912

NOME OU RAZÃO
Comarca da Capital

ENDEREÇO
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109

C.E.P.
Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA DO RECEBEDOR	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
/ /		

7535-651-0024

FSC MISTO
Envelope produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C081820

Comarca da Capital
7º Juizado Especial Cível
(Lâmina I), 115, corredor D;sala 109
de Janeiro - RJ

MUDOU-SE
DESCONHECIDO
AUSENTE
NÃO EXISTE O Nº INDICADO
RECUSADO
INFORMAÇÃO FORNECIDA PELO PORTEIRO/SÍNDICO

28 SET 2018

TELÉGRAFOS
27 OUT 2018

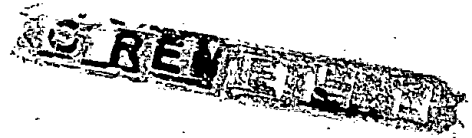
08 [illegible] 4

PJERJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Carta
9912314374/2017 - DR/RJ
PJERJ
Correios

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
RUA Maria Benjamim 94, Casa 101, Frente
CEP 20.750-140 Pilares Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 29/10/2018 13:00 9912



Mudou-se

Correios REGISTRADO URGENTE *registered priority* PESO (kg) *weight*
Recebedor
AR MP
Assinatura Doc.
FC0910
JT 97785592 4 BR
7535-655-8442

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
495
Conferido Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
496
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**19/10/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**18/10/2018**
Data da Devolução	**Não devolvido.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
497
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 18/10/2018

Despacho

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

Rio de Janeiro, 19/10/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4JBG.WX1Q.V616.H252**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
498
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**22/10/2018**
Data	**22/10/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
499
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
500
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
501
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
502
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
503
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada de Mandado	
Data	**22/10/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
504
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2018056654
Documento: 1078/2018/MND

CERTIDÃO POSITIVA - PESSOA FÍSICA

Certifico que, em cumprimento ao mandado anexo, nesta data, às 15:15, compareci ao seguinte endereço: Estrada dos Bandeirantes, 1200, Taquara, Rio de Janeiro Refrescos Ltda. - Coca-Cola, onde, preenchidas as formalidades legais, citei e intimei o(a) Sr.(a) Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, que recebeu a contrafé e exarou o ciente. Dou fé.

Observação:

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2018.

Marcos Alexandre Rodrigues Fernandes - 01/17315

Data: 19/10/2018 17:00:07 Local TJ-RJ Motivo: Assinado por MARCOSFERNANDES

ROSSANA DUSI VILELA 21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
505
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: -
cap07jeciv@tjrj.jus.br
1078/2018/MND

2018056654 28/09/2018 Data Limite: 26/10/2018
0102526-13.2018.8.19.0001
Parte: Marcus Vinicius de Oliveira Fialho
Oficial: Marcos Alexandre Rodrigues Fernandes

01/10

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

18/10

Nome da Parte Ré : MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Local da Diligência : Rua André Rocha, nº 2299 Ramal 1785 - CEP: 22710-567 - Taquara - Rio de Janeiro - RJ
Data da Audiência: 29/10/2018 13:00h
Local da Audiência: Cartório do 7º Juizado Especial Cível - Sala de Audiências.

15:15h

O MM. Juiz de Direito, **Dr.(a) Valeria Pacha Bichara** ***MANDA*** o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo supracitado dirigir-se ao local indicado, ou onde lhe for apontado e proceder à ***CITAÇÃO*** da parte ré para tomar conhecimento e defender-se do presente processo e ***INTIMAÇÃO*** para comparecer à audiência supra mencionada, podendo seguir-se imediatamente a audiência de instrução e julgamento, nela oferecendo defesa escrita ou oral e produzindo provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a), nos termos e de acordo com as peças fielmente transcritas, que ficam integrando este mandado. Que se cumpra na forma da lei. Eu, _____ Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2018.

Rossana Dusi Vilela Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460
Assino por ordem do MM. Juiz de Direito

Código de Autenticação: 458Y.AYLX.3H5A.FB42
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br -- Serviços -- Validação de documentos)

ADVERTÊNCIAS:
1) Não comparecendo o demandado, pessoalmente, ou na hipótese de pessoa jurídica, através do representante legal ou preposto regularmente constituído, à sessão de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2) Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência de instrução e julgamento, em sua defesa, documentos e/ou até 03 testemunhas (indicá-las até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação).
3) As partes deverão portar documento de identidade e CPF, se pessoa física, e cópia do ato constitutivo, se pessoa jurídica.

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

1049

CPF 025745067-05

ASSINADO DIGITALMENTE

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
506
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 23/10/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
507
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 23/10/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
508
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 23/10/2018 e foi publicado em 25/10/2018 na(s) folha(s) 372/375 da edição: Ano 11 - n° 37 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
509
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Data	**25/10/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
510
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2018078249
Documento: 1077/2018/MND

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico que, em cumprimento ao mandado, nesta data, às 09:00, compareci ao seguinte endereço: Rua Pio Correia nº 92, apt. 801, Jardim Botanico/RJ (certifico que não localizei Praça Pio Correio nº 9), onde, **DEIXEI DE** CITAR E INTIMAR "SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA" , em razão de ter comparecido ao local e lá ser informada pelo Sr. Leonardo, porteiro, de que o réu mudou-se do endereço acima há aproximadamente 2 anos, não tendo o mesmo informações de seu paradeiro. Diante do exposto e após cumprir as formalidades legais, devolvo o presente mandado ao cartório para o que for de direito. Conforme informação prestada por Sr. Leonardo, porteiro.
O referido é verdade e dou fé.

Observação:

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2018.

Andréa Leal Figueiredo - 01/28443

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
511
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**25/10/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**25/10/2018**
Data da Devolução	**Não devolvido.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
512
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 25/10/2018

Despacho

Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 25/10/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4GXY.KKN4.234A.J952**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
513
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**29/10/2018**
Data	**26/10/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
514
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
515
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
516
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
517
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
518
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**26/10/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
519
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** também já devidamente qualificado, vem através de sua advogada abaixo assinada, respeitosamente, a presença de V.Exa., expor os endereços de **Jair Cassio Baptista de Moura** e **Marcus Vinícius de Oliveira Fialho**.

Quanto aos endereços, requer que os mesmos sejam citados nas ruas a seguir:

Jair Cassio: Avenida Rio Branco, nº151, 401 AP/CJ 401, Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040006.

Marcus Vinícius: Rua André Rocha, nº 2.299, ramal 1.785, Taquara, Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22710567.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2018.

CATARINA MAEL DE ANDRADE

OAB/RJ 141.215

TJRJ CAP JC07 201808244497 26/10/18 18:31:25136017 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
520
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 29/10/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
521
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 29/10/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
522
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 29/10/2018 e foi publicado em 31/10/2018 na(s) folha(s) 343/347 da edição: Ano 11 - n° 41 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
523
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 05/11/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
524
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 05/11/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Ao autor, para trazer novo endereço do réu JAIR CÁSSIO e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, em cinco dias, sob pena de extinção para estes réus.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
525
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**05/11/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA Advogados

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
526
Carimbado Eletronicamente

S U B S T A B E L E C I M E N T O

Eu, **Catarina Maél de Andrade Carvalho**, inscrita na **OAB/RJ sob o nº 141.215**, substabeleço, com reservas, os poderes que a mim foram outorgados por **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, para **Fabiana Vianna Ferrão**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF nº.078.622.267-04.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2018.



TJRJ CAP JC07 201808456381 05/11/18 16:11:46137031 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
527
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**05/11/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
528
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** em atenção a retro decisão, vem a presença de V.Exa, através de sua advogada abaixo assinada, requerer a citação do sócio, Sr. SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, no endereço abaixo indicado:

Rua Márcio Covas Júnior, nº 135, Edifício Key Biscayne, Barra da Tijuca, CEP: 22631030, Rio de Janeiro.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2018.

CATARINA MAÉL DE ANDRADE

OAB/RJ 141.215

TJRJ CAP JC07 201808457288 05/11/18 16:21:23136779 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
529
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 06/11/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
530
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 06/11/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ao autor para que traga novo endereço do réu SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, em cinco dias, sob pena de extinção do feito em face deste.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
531
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**06/11/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**06/11/2018**
Data da Devolução	**Não devolvido.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
532
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 06/11/2018

Despacho

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 06/11/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4Y3P.I9LP.76H1.ML52**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
533
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**07/11/2018**
Data	**07/11/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
534
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
535
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
536
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
537
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
538
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**08/11/2018**
Data	**08/11/2018**
Descrição	**ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
539
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.

Rio de Janeiro, 08/11/2018.

Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
540
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**08/11/2018**
Data	**08/11/2018**
Descrição	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
541
Carimbado Eletronicamente

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Rua Maria Benjamim, nº 94 Casa 101, Frente - CEP: 20750-140 - Pilares - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109
CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Pelo presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.
Ciente de que deverá comparecer à audiência de **Conciliação, Instrução e Julgamento** que será realizada em **12/12/2018 - 11:40h**, podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado, oportunidade em que receberá as defesas apresentadas, bem como colherá as provas, inclusive testemunhais, em audiência una, proferindo sentença.

Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:
1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.
3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.
4º Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo. (Redação dada pelo Ato Executivo TJ nº 5156/2009).
5º A assistência de advogado será necessária sempre que a causa for de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, bem como quando houver nítido desequilíbrio e, ainda, obrigatoriamente, caso haja necessidade de interposição de recurso.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
542
Carimbado Eletronicamente

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Rua André Rocha, nº 2299 Ramal 1785 - CEP: 22710-567 - Taquara - Rio de Janeiro - RJ

Poder Judiciário Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109
CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Pelo presente, fica Vossa Senhoria citado(a) para os termos do pedido formulado por Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, conforme os fatos e fundamentos constantes da petição inicial que acompanha o presente.
Ciente de que deverá comparecer à audiência de **Conciliação, Instrução e Julgamento** que será realizada em **12/12/2018 - 11:40h**, podendo ser convertida em instrução e julgamento presidida por Juiz Togado, oportunidade em que receberá as defesas apresentadas, bem como colherá as provas, inclusive testemunhais, em audiência una, proferindo sentença.

Tratando-se de pessoa jurídica, deverá estar representada pelo sócio que deverá trazer o contrato social ou preposto devidamente credenciado pela respectiva carta (Art. 9 parágrafo 4º da Lei 9.099/95)

Advertências:
1º Não comparecendo o demandado, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de Plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2º Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência, em sua defesa, todas as provas disponíveis para demonstração de suas alegações, tais como documental, fotográfica, testemunhal (no máximo de três testemunhas, indicadas até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação, Art. 34 paragrafo 1o. e 2o. da Lei no. 9.099/95). Se necessária prova técnica, deverá apresentar laudo particular ou orçamento, por descaber perícia em sede deste Juizado Cível.
3º O comparecimento das partes é indispensável e nas causas de valor até 20 salários mínimos, a assistência de advogado não é necessária. Nas reclamações de valor entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória - Art. 9o. da Lei 9.099/95.
4º Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo. (Redação dada pelo Ato Executivo TJ nº 5156/2009).
5º A assistência de advogado será necessária sempre que a causa for de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, bem como quando houver nítido desequilíbrio e, ainda, obrigatoriamente, caso haja necessidade de interposição de recurso.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
543
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**08/11/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
544
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

1256/2018/MND

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nome da Parte Ré : SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Local da Diligência : Rua Mário Covas Júnior, nº 135 Edificio Key Biscayne - CEP: 22631-030 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ
Data da Audiência: 12/12/2018 - 11:40h
Local da Audiência: Cartório do 7º Juizado Especial Cível - Sala de Audiências.

O MM. Juiz de Direito, **Dr.(a) Valeria Pacha Bichara *MANDA*** o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo supracitado dirigir-se ao local indicado, ou onde lhe for apontado e proceder à ***CITAÇÃO*** da parte ré para tomar conhecimento e defender-se do presente processo e ***INTIMAÇÃO*** para comparecer à audiência supra mencionada, podendo seguir-se imediatamente a audiência de instrução e julgamento, nela oferecendo defesa escrita ou oral e produzindo provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a), nos termos e de acordo com as peças fielmente transcritas, que ficam integrando este mandado. Que se cumpra na forma da lei. Eu, _____ Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2018.

Rossana Dusi Vilela Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460
Assino por ordem do MM. Juiz de Direito

Código de Autenticação: **49BW.X1ZQ.7QRH.KP52**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

ADVERTÊNCIAS:
1) Não comparecendo o demandado, pessoalmente, ou na hipótese de pessoa jurídica, através do representante legal ou preposto regularmente constituído, à sessão de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2) Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência de instrução e julgamento, em sua defesa, documentos e/ou até 03 testemunhas (indicá-las até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação).
3) As partes deverão portar documento de identidade e CPF, se pessoa física, e cópia do ato constitutivo, se pessoa jurídica.

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
532
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 06/11/2018

Despacho

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 06/11/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4Y3P.I9LP.76H1.ML52**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL FÓRUM CENTRAL - RIO DE JANEIRO.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade n° 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o n° 131.965.897-06 (documentos anexos), residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, n° 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220 (documentos anexos), vem perante V.Exa., por seu procurador *in fine* assinado (instrumentos procuratórios anexos), com fulcro no artigo 319 e seguintes do NCPC c.c. arts. 186 e 927 do CC/2002, art. 6º e 17 da lei 8.078/1990 e na Lei nº 9.099/1995 propor

AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C.C. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78 (Cartão do CNPJ em anexo), com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006; **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI, RG 05.996.532-7/Detran-RJ e CPF 724.023.777-04, residente e domiciliado na rua Maria Benjamin, 94, casa

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

101 frente – Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140; **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, economista, RG 20.575-3 4 e CPF 810.516.547-34, residente e domiciliado na Rua Pio Correia, nº. 92, bloco 01, apto 602 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.461-240; e **VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Benjamin de Magalhães, 145 – casa 103 – Pilares, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.750-170 pelos fatos e fundamentos que passa a expender:

I – PRELIMINARMENTE

1.1. Da Competência

O Autor opta por propor a presente lide no endereço da Ré, cuja competência é do Juizado Especial Cível do Centro, por força do disposto no artigo 100, da Lei nº 8.078/1990, tendo em vista sua condição de consumidor perante os Réus.

1.2. Da Gratuidade de Justiça

Inicialmente, a parte Autoral vem requerer o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/1950 e nas alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, tendo em vista se encontra em extrema dificuldade financeira, pois além de suas despesas usuais, ainda tive o prejuízo causado pelos Réus.

Cabe frisar que o Réu possui 2 (dois) filhos menores impúberes, além de sua companheira, residindo em imóvel alugado no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), pagando condomínio, luz, IPTU, gás de cozinha,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

com diversas despesas que pesam em seu escasso orçamento familiar, tal como se denota nos docs. acostados nos autos.

O Autor é militar com um salário líquido de apenas R$ 3.395,00 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais), demonstrando de forma comprovada que não pode arcar com os custos do processo judicial.

A *mens legis* do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal é beneficiar pessoas exatamente no perfil do Autor, sob pena de negar-lhe acesso ao Poder Judiciário. Nesse sentido é o posicionamento adotado por este Tribunal, consoante emanado da Súmula nº 39 do Tribunal de Justiça deste Estado, verbis, "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (artigo 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade".

Diante disso e da comprovação da impossibilidade do Autor, pugna pela concessão da gratuidade de justiça consoante documentos acostados nos autos, uma vez que ele não pode arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, sem prejuízo da subsistência de sua família.

1.3. Do Litisconsórcio Passivo e Da Desconsideração da Personalidade Jurídica dos Sócios da 1ª Ré

Conforme se verifica na vasta lista de processos judiciais propostos em face da 1ª Ré, esta tem por hábito contumaz a lesão dos seus consumidores. Pior que isto, não efetua o pagamento vonluntário das suas condenações judiciais.

Desta feita, o Autor indica como exemplo o processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da 1ª Ré, em que houve desconsideração da personalidade jurídica incidentalmente, como se constata das cópias anexas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Assim, visando dar cumprimento aos princípios da efetividade, celeridade e economia processuais, o Autor entende que é o caso da aplicação do art. 134, §2º, CPC/2015, em que é facultado à parte indicar quem será demandado, podendo fazê-lo em face da pessoa jurídica OU dos seus sócios / diretores, nas hipóteses de cabimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

Desta feita, os 2º, 3º e 4º Rúes possuem pertinência temática subjetiva para compor o polo passivo da presente demanda, uma vez que compõem o quadro estatutário da 1ª Ré. Importante ressaltar que os 2º, 3º e 4º Réus são diretores da 1ª Ré, conforme comprovam os atos constitutivos em anexo.

1.3.1. Da Dissolução Irregular e da Inatividade da 1ª Ré

Cabe explicitar que a Lei nº 5.764/1971, estabelece as condições e possibilidades de dissolução legal e regular das cooperativas, bem como de sua liquidação.

Dessume-se, então, das provas constantes dos autos, que a empresa Executada fora utilizada e dissolvida de forma irregular e ilegal, encerrando suas atividades em detrimento às disposições legais supra citadas, inclusive contratuais, haja vista, que não fora procedida qualquer baixa junto aos órgãos competentes, tampouco, se deu a liquidação de seus haveres e obrigações, como está demonstrado na presente exordial, **além de não deixar quaisquer bens para garantia e liquidação de suas dívidas**.

O Código Civil de 2002 amplia e estende a responsabilização daqueles que, sob o manto da personalidade jurídica, praticam atos tendentes a fraudar credores. Assim, diz o Estatuto Civil:

> **Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.**

Da mesma forma, a Lei das Cooperativas possui previsão de responsabilização dos seus diretores, conofrme se verifica abaixo:

> **Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.**

Assim, da análise conjunta dos dispositivos supra, conclui-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica tem por fundamento os princípios gerais de proibição do abuso de direito, fraude à lei ou prejuízo a terceiro, permitindo que o magistrado, diante de determinadas circunstâncias, desconsidere a personalidade, atribuindo condutas e responsabilidades diretamente aos direitores e administradores. Sobre o assunto, ensina Rubens Requião:

> **"Não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso do direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude)". (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 1977, págs. 266 e segs)**

Na seara doutrinária, outra não é a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> **"(...) Por vezes a autonomia patrimonial da sociedade comercial dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', pela qual se**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade. Pressuposto não afastável da despersonalização episódica da pessoa jurídica, no entanto, é a ocorrência da fraude por meio da separação patrimonial. Não é suficiente a simples insolvência do ente coletivo, hipótese em quem não tendo havido fraude na utilização da separação patrimonial, as regras de limitação da responsabilidade dos sócios terão ampla vigência. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica que o pressupõe, portanto. O credor da sociedade que pretende a sua desconsideração deverá fazer prova da fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da devedora." *(In* "Manual de Direito Comercial", editora Saraiva, 8ª edição, 1997, pág. 113/114 - Grifo inovado)**

Aduz-se que a teoria da desconsideração da pessoa jurídica **"tem a intenção de permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesses que se estabeleceu em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco"** (Direito Civil, Saraiva, 21ª ed., Parte Geral, vol. 1, SILVIO RODRIGUES, pág. 77 - grifo nosso).

A jurisprudência de nosso Estado acompanha o entendimento doutrinário acima exposto, confirma a tese já desenvolvida e, fulmina a questão digladiada, solucionando casos semelhantes ao da espécie em exame:

> **"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA. 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela ora agravada, em fase de cumprimento de sentença, cujo débito foi apontado à época como sendo R$ 506.165,68. 2. A decisão atacada deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para incluir a sócia administradora no polo passivo, que deverá ser intimada no endereço apontado na alteração contratual para oferecer bens à penhora, sob as penas da lei. 3. A nova regra de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Processo Civil**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **de 2015 é aplicável somente a partir de sua vigência (18/03/2016), ao passo que a decisão atacada foi proferida em 22/02/2016. 4. A desconsideração da personalidade jurídica exige a ocorrência de abuso de direito, fraude contra credores, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. 5. Intimada a empresa devedora, não houve o pagamento do débito nem oferecimento de bens à penhora, sendo certo que restou infrutífera a tentativa de constrição "on line". 6. Outrossim, não logrou êxito em localizar bens passíveis de penhora por meio do sistema RENAJUD e certidões dos Distribuidores, conforme se verifica por meio de consulta eletrônica aos autos do processo principal. 7. O abuso do direito por desvio de função encontra-se consubstanciado no fato dos sócios terem abandonado a empresa sem adotar as providências operacionais e legais necessárias à regular liquidação da sociedade. 8. Julgados deste Tribunal no sentido de aplicar, por analogia, o verbete sumular nº 435 do STJ para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica. 9. Recurso desprovido." (TJ-RJ - AG 0045506-38.2016.8.19.0000. Des. MÔNICA MARIA COSTA DI PIERO - Julgamento: 14/03/2017 grifos nossos)**

Não se olvide que há presunção de fraude, quando a pessoa jurídica devedora abandona seu domicílio fiscal, sem adimplir as obrigações pendentes, permitindo-se a aplicação da teoria do levantamento do véu. É o que se vê abaixo:

> **Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.**

Em robustecimento à tese ora digladiada, colacionamos as decisões do **Superior Tribunal de Justiça**, em casos símiles, *in verbis*:

> **"EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS PARTICULARES DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS EMPRESAS EXECUTADAS. CONSTRIÇÃO ADMISSÍVEL. O sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada responde com seus bens particulares por dívida da sociedade quando dissolvida esta de modo irregular. Incidência no caso dos arts. 592, II, 596 e 10 do Decreto. N. 3.708, de 10.1.1919. Recurso**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

especial não conhecido." (REsp 140564/SP. Min. BARROS MONTEIRO – 21.10.04)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. REJEIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE) A existência de indícios do encerramento irregular das atividades da empresa executada autoriza o redirecionamento do feito executório à pessoa do sócio (Precedentes: AgRg no REsp n.º 643.918/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16/05/2005; REsp n.º 462.440/RS, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18/10/2004; e REsp n.º 474.105/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19/12/2003). (...). (EDcl no REsp 750335. Min. LUIZ FUX – 28.03.06)

Da mesma forma, a desconsideração da personalidade jurídica, é plenamenente cabível às sociedades simples, inclusive cooperativas, bem como associações. Assim já foi decidido:

"Comprovado o encerramento irregular da executada, somado à inexistência de patrimônio penhorável (conforme se depreende dos autos, a exequente, ora agravante, tomou todas as providências razoáveis para obter dos devedores a garantia da execução, mas sem lograr êxito), legitima a desconsideração da personalidade da associação filantrópica, não para atingir seus associados, mas para atingir seus dirigentes, que a representam na forma dos estatutos"
(TJ-SP - AG. INST. 0271266-83.2011.8.26.0000)

"Ação de rescisão contratual – Fase de execução de acordo judicial – Decisão que indeferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da Cooperativa agravada – Insurgência do autor – Desconsideração da personalidade jurídica que se mostra medida necessária, uma vez que há indícios robustos de abuso da personalidade jurídica para fraudar credores – Presença dos requisitos legais do artigo 50 do Código Civil – Recurso provido."
(TJ-SP - AI 2077601-29.2015.8.26.0000TJ-SP. Data de publicação: 26/06/2015)

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Estes são os fundamentos que compõem a situação em foco, sendo certo que, *in casu,* é flagrante a utilização da empresa com abuso de direito, realizando uma série de contratos de forma irregular, devendo ser aplicado ao caso em tela o **artigo 28, parágrafo 5˚, do CDC, tendo em vista que a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica,** apenas deve se auferir a mera insolvência, ou seja, o não ressarcimento dos valores com a correção monetária e os juros devidos, para atingir o patrimônio do Réu.

Inclusive é a TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, que melhor absorve o caso em tela, segundo a jurisprudência do STJ, em casos de referência como o da explosão do Shopping Osasco em São Paulo.

Assim, firmada está a pertinência subjetiva para a presente lide, uma vez que os 2º, 3º e 4º Réus concorreram para o evento danoso em desfavor da parte Autora, o que os tornam legitimados passivos à demanda em comento, devendo responder pelos danos causados.

1.4. Da Preliminar de Prova Emprestada

Note-se que, no atual Código de Processo Civil de 2015, há um capítulo referente às provas, que expressa, em seu art. 372, que:

> **O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.**

Assim, há uma permissibilidade legal para o juízo utilizar e validar a denominada "prova emprestada". Tal orientação coaduna com a jurisprudência dominante, que enuncia a prova emprestada como aquela produzida em outro processo, que possui como efeitos trazer ao processo temas que uma das partes pretende que sejam apreciados e

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

considerados válidos, tal como um processo diverso de outra parte, mas com temas correlatos ou já julgados e de relevância para a interpretação do juízo.

Com isso, autores como **Nelson Nery Jr.** enunciam que a prova emprestada é aquela que, embora produzida em outro processo, se pretende produza efeitos no processo em questão, sendo acompanhado de autores como Luiz Guilherme Marinoni e Eduardo J. Couture.

Dessa feita, a validade da prova emprestada, como um meio documental probatório, será conhecido por já ter sido a base de uma sentença transitada em julgado, sendo tal compartilhamento de prova admitido pelo sistema jurídico brasileiro.

Com isso, busca-se a utilização da prova como emprestada para atender os ditames da justiça no caso concreto, sem se afastar da observância do contraditório em relação aos litigantes. Inclusive, a prova emprestada é plenamente reconhecida nos tribunais pátrios, tal como se denota:

> **"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INVALIDEZ PERMANENTE CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PERÍCIA JUDICIAL REALIZADA. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE. JULGADOR.**
> **DESTINATÁRIO DAS PROVAS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N° 7/STJ.**
> **(...)**
> **2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.**
> **Revisão do entendimento esbarraria no óbice contido na Súmula n° 7/STJ.**
> **3. A prova pericial emprestada produzida em juízo é apta a comprovar, nos termos do artigo 372, do CPC/15, a presença da doença que acarreta a incapacidade permanente do segurado."**
> **4. Agravo interno a que se nega provimento.**
> **(STJ - AgInt no AREsp 1082454/DF, Rel. MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dessa feita, o deferimento de prova emprestada para aferir contratos de consumo, quando se refere ao mesmo caso concreto de forma similar ou a mesma base contratual em contratos de adesão, o que ocorre no presente caso.

Observa-se que o novo Código de Processo Civil ao frisar que a prova emprestada pode ser utilizada, está obedecendo ao princípio da efetividade processual, de forma a criar uma maior celeridade e economia na fluência do processo, com o respeito ao *due process of law.*

Com isso, pleiteia o Autor pelo deferimento da preliminar de prova emprestada, do **Processo n° Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS, em curso perante o 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL - RJ**.

1.5. Da Aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova

Ab initio, há de se ressaltar que numa relação em que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra, o Código de Defesa do Consumidor, demonstra em seu artigo 6º, inciso VIII, que pode ocorrer a inversão do ônus da prova, seja pela hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança da alegação.

Entende-se como hipossuficiência, não somente as condições econômicas desfavoráveis da parte, mas, também, ausência de recursos técnicos ou pelo fato da outra parte ter o monopólio das informações.

Logo, o Autor pleiteia a aplicação do microssistema protetivo do CDC, que deve ser aplicado como parâmetro interpretativo. Inclusive, especificamente o Autor requer a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, VII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado.

Desta feita, especificamente o Autor, também, a aplicação do art. 28, CDC, com aplicação da **teoria menor da penetração**, para todos os fins de direito.

II – DOS FATOS

O Autor, buscando o melhor para sua família e tentando realizar o sonho de todo brasileiro o "DIREITO À MORADIA", realizou um contrato de aquisição de imóvel com a Ré, para financiamento no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 13/12/2017, no qual realizou um depósito inicial no valor de R$ 10.677,05 (dez mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), pagando a 1ª mensalidade de R$ 1.177,05 (um mil, cento e setenta e sete reais e cinco centavos) conforme documentos acostados aos autos.

Contudo, após o envio da documentação por correio (documento anexo), o Autor solicitou a utilização do financiamento para a aquisição de um imóvel indicado pela 1ª Ré, mas foi surpeendido com a informação de que, na verdade, adquiriu contrato de adesão em uma cooperativa habitacional.

Ao questionar sobre as informações iniciais e a devolução dos valores acima, o Autor recebeu respostas vagas, constatando que foi induzido a erro, ou seja, não era um financiamento de imóvel tradicional como os existentes no mercado bancário.

Diante disso, pediu cancelamento do negócio, com devolução dos valores. Contudo, a 1ª Ré não realizou a rescisão contratual de forma amigável, nem devolveu os valores até a presente data.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Por isso, foram esgotadas as possibilidades de resolver o presente imbróglio. Dessa forma, a parte autoral, não vê alternativa, que não seja buscar a tutela jurisdicional, para que seja feita a mais lídima justiça.

III – DOS FUNDAMENTOS

3.1. Da Relação Jurídica Consumerista

Cumpre esclarecer que a presente lide se caracteriza como relação de consumo nos termos do CDC. Assim, vejamos o conceito de consumidor, a partir do Código de Defesa do Consumidor:

> **Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.**

Além disto, a Lei nº 8.078/1990, que trata do Direito do Consumidor, ao descrever os direitos essenciais deste, reconhece a necessidade da prestação adequada dos serviços pelos fornecedores contratados, sob pena de configuração de responsabilidade objetiva, nos termos do art. 14 CDC:

> **"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos"**

Salienta-se que a 1ª Ré é Sociedade Cooperativa, que tem suas normas definidas na Lei 5.764/1971. Importante frisar que a lei em questão, em nenhum de seus artigos exclui a aplicabilidade do Código de

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Defesa do Consumidor, sendo considerado fornecedor quaisquer modalidade de pessoa física ou jurídica, inclusive as Sociedades Cooperativas.

Diante disso, não resta qualquer dúvida quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor; deste mesmo diploma legal, mister discorrer sobre o artigo 6º, VI, que afirma ser direito básico do consumidor a reparação de danos patrimoniais e morais, entre outros.

3.2. Do Princípio da Boa-Fé e da Abusividade da Propaganda

O instituto da Boa-fé presente no direito brasileiro e ressaltado em vários artigos do código civil 2002, tem como real objetivo nortear a conduta social das pessoas fazendo com que esta esteja adequada aos parâmetros sociais vigentes, com supedâneo no artigo 113 do CC/02.

No campo dos contratos, vislumbra-se que o artigo 422 do CC/02, traz a boa-fé objetiva como uma obrigação que deve estar presente desde a fase preliminar, passando pela fase de execução ou contratual propriamente dita, até a fase pós-contratual.

Significa dizer que as relações interpessoais não devem se prender somente ao que está expresso no contrato, mas também ter intrínseco um dever moral e legal de não causar prejuízo à outra parte, agindo com honestidade e honrando todas as negociações realizadas, sejam elas verbais ou escritas, sob pena, até mesmo de estar cometendo ato ilícito, conforme expressa o artigo 187 do CC/02.

A política nacional de relações de consumo tem como pressuposto, entre outros, o princípio da boa-fé, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, que sem dúvida alguma foram desrespeitadas pelas Rés.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

No caso em tela, insta salientar que a 1ª Ré, atua no mercado como verdadeira agente imobiliária, fazendo com que as pessoas acreditem que estão contratando a intermediação para aquisição de um imóvel, enganando os consumidores, ao criar falsas expectativas e esperanças na realização do sonho de compra de imóvel.

É nítido que o contrato de adesão da 1ª Ré não é um contrato comum ou usual, tendo cláusulas confusas, bem como grandes restrições de crédito contra o consumidor. Ou seja, contém termos de difícil compreensão para pessoas leigas nos termos do direito.

Trata-se de um contrato com graves vícios, com cláusulas leoninas, conteúdo abusivo e lesivo ao consumidor, redigido de forma a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance, em afronta ao art. 46 e 51 e seus respectivos incisos do Código de Defesa do Consumidor, o que por si só já impõe o reconhecimento da sua nulidade ou rescisão contratual.

Não é demais ressaltar que o prestador de serviço tem a obrigação de apresentar informações claras e corretas, a respeito do serviço contratado. No entanto, como se vê pelas propagandas juntadas em anexo, estas induzem o Consumidor a erro, levando-o a crer que se trata de compra do imóvel, através de contrato de financiamento de imóvel, mas na verdade a real intenção é associação para cooperativa de crédito habitacional.

Mais que isso, é sabido que o vício de consentimento é causa de anulabilidade ou rescisão de qualquer negócio jurídico. Entre os vícios de consentimento, destacam-se o erro e o dolo. Ambos impedem que a vontade real de uma pessoa seja externada, tornando-a prejudicada no que tange ao negócio jurídico que se prestaria a validar. Sendo assim, o direito assiste à pessoa que, em determinada situação, teve sua vontade viciada, dando-lhe condições de em momento posterior provocar a anulação do ato.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Importante observar a lição de ORLANDO GOMES quanto aos requisitos, para que seja um negócio jurídico considerado perfeito:

> **"O negócio jurídico somente é perfeito quando a vontade é declarada de maneira lícita, livre e consciente, isto é, de acordo com a lei, sem pressões físicas e morais e com correta percepção da realidade." (Gomes, Orlando. Introdução ao Direito Civil, 18ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2001, p. 414)**

Ora, a correta percepção da realidade somente é possível se não houver erro ou dolo, no tocante à manifestação da vontade da parte Autora. Conforme ensina Caio Mário:

> **"Quando o agente, por desconhecimento ou falso conhecimento das circunstâncias, age de um modo que não seria a sua vontade, se conhecesse a verdadeira situação, diz-se que procede com erro." (Caio Mário, p. 326)**

Assim, relativamente ao conceito de erro, tem-se que há uma falsa noção da realidade, que pode ser inclusive em relação a um dos contratantes. O atual Código Civil assim dispõe acerca do erro:

> **"art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio."**

Colaciona-se o conceito de FLAVIO TARTUCE concernentemente ao instituto do erro:

> **"O erro é um engano fático, uma falsa noção, em relação a uma pessoa, ao objeto do negócio ou a um direito, que acomete a vontade de uma das partes que celebrou o negócio jurídico. De acordo com o art. 138 do atual CC, os negócios jurídicos celebrados com erro são anuláveis, desde que o erro seja substancial, podendo ser percebido por pessoa de diligência normal, em fase das circunstância em que o negócio foi celebrado."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Impende salientar ainda a I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, com a aprovação do Enunciado nº 12, cuja redação merece destaque:

> **"Na sistemática do art. 138, é irrelevante ser ou não escusável o erro, porque o dispositivo adota o princípio da confiança."**

Diante dos fatos, está cristalinamente caracterizado o erro, já que a vontade da parte Autora, cerca-se de falsa percepção da condição da Ré, bem como quanto às condições do negócio, sendo indiscutível que a contratação não teria sido realizada se o Autor conhecesse previamente do aqui narrado.

Por isso, estamos diante de anulação dos atos praticados, haja vista vício insanável, porque a realidade sobre o pagamento da 'entrada' realizado, sem o Autor saber das práticas abusivas que já eram praticadas pela 1ª Ré de forma dolosa em seus contratos, enseja a rescisão do contrato.

Por conseguinte, no que tange ao instituto do dolo, tem-se que houve erro por parte do Autor, mas indubitavelmente provocado em decorrência do dolo manifesto das contratações anteriores que a 1ª Ré realizava sem se atentar para a lealdade, boa-fé e a concretização da confiança depositada em quem assina tal contrato com intuito de adquirir imóvel em data futura.

Para que se caracterize o dolo, dois elementos devem ser conjugados: o elemento objetivo que corresponde ao comportamento ilícito de quem quer enganar e o elemento subjetivo que é a intenção de enganar, *animus decipiendi*. Assim dispõe o Código Civil:

> **Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **Art. 148. Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento (...).**

Cabe trazer à baila o conceito de dolo, conforme as lições de ORLANDO GOMES:

> **"consiste em manobras ou maquinações feitas com o propósito de obter uma declaração de vontade que não seria emitida se o declarante não fosse enganado. É a provocação intencional de um erro." Ainda: "nos negócios unilaterais, o dolo há de provir necessariamente de outrem que não o agente."(p. 421)**

Já segundo as palavras de FLAVIO TARTUCE:

> **"O dolo pode ser conceituado como sendo o artifício ardiloso empregado para enganar alguém, com intuito de benefício próprio. O dolo é a arma do estelionatário, como diziam os antigos civilistas. De acordo com o art. 145 do CC, o negócio praticado com o dolo é anulável, no caso de ser este a sua causa. Esse dolo, causa do negócio jurídico, é conceituado como dolo essencial, substancial ou principal (dolus causam). Em casos tais, uma das partes do negócio utiliza artifícios maliciosos, para levar a outra a praticar um ato que não praticaria normalmente, visando obter vantagem, geralmente com vistas ao enriquecimento sem causa.**
> **Para tanto, deve-se levar em conta a pessoa natural comum, o que antes era denominado como homem médio, a partir das regras de comportamento e de experiência, o que está de acordo com a teoria tridimensional de Reale. Em suma, deve-se ter como parâmetro a conduta do homem razoável ("reasonable man").**
> **Dolus malus (dolo mau) – este sim consiste em ações astuciosas ou maliciosas com o objetivo de enganar alguém e lhe causa prejuízo. Quando se tem o dolo mau, o negócio jurídico poderá ser anulado se houver prejuízo ao induzido e benefício ao autor do dolo ou a terceiro."**

Evidente que a 1ª Ré já tem agido dolosamente, pois o Autor assinou documentos e entregou depósito de sua poupança, acreditando em uma falsa noção da realidade inserida no caso em tela, que o conduziu

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

a erro, através de conduta dolosa da Ré, que se soubesse da real situação, com certeza não teria concretizado o pagamento, objeto desta lide.

Assim imperiosa se faz a determinação da **anulação ou a rescisão do negócio jurídico**, sendo tal situação assegurada pela jurisprudência pátria, conforme abaixo demonstrado:

> **"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. DEMANDAS CONEXAS. VÍCIO NO CONSENTIMENTO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. INADIMPLEMENTO. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO DO PREÇO DO IMÓVEL. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO ADQUIRENTE. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DOLO E MÁ-FÉ DA PARTE COMPRADORA. TRANSFERÊNCIA. REGISTRO IMOBILIÁRIO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. APELO PROVIDO. I. Hipótese na qual a documentação que instrui o processo evidencia que a parte que se comprometeu a comprar o imóvel, em vez que efetuar o pagamento, utilizou-se de manobras para transferir a titularidade do bem no registro imobiliário. II. Comprovado o dolo empregado para a realização do negócio jurídico, resultando na formalização de contrato de compra e venda não pretendido por uma das partes, a anulação do negócio jurídico se mostra necessária, sob pena de enriquecimento ilícito. III - Devida indenização por danos morais no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) pela locatária inadimplente desde janeiro de 2009, e que ainda registrou o imóvel em seu nome, valendo-se da inexperiência e pouca instrução das partes envolvidas, à locadora que saiu de seu imóvel para morar na casa de terceiros no afã de receber os alugueis. IV - Apelação provida."**
> **(TJ-MA - APL: 0012438-22.2011.8.10.0001, Rel. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/04/2014)**

Ressalta-se que o erro e o dolo aqui arguidos, advieram de uma propaganda enganosa perpetrada contra um consumidor, o que agrava ainda a ilicitude dos Résu. Assim, encontram-se claramente afrontadas as seguintes normas do Código de Defesa do Consumidor, lei 8.878/90, como segue:

> **Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:
I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)
III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (...)
IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. (...)
§ 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (...)
IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;
V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
II - subtraiam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;
III - transfiram responsabilidades a terceiros;
IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a eqüidade;
XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;
§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:
I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
II - restringe direito ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.
§ 4° É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
24
Carimbado Eletronicamente

> **contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.**

Na Hipótese em tela, restou devidamente demonstrado a falha na prestação do serviço, por vício de informação, cláusulas abusivas, bem como propaganda enganosa, o que acarreta a possibilidade de reconhecimento de **nulidade ou rescisão do negócio jurídico**, com ressarcimento dos respectivos prejuízos.

3.3. Dos Danos Materiais

Não é demais frisar que a Ré demonstrou comportamento abusivo e ilegal em desfavor do Autor, passível, portanto, de reparação pelos danos materiais, em decorrência do desfazimento da relação jurídica aqui discutida.

Dispõe o artigo 186 do novo código Civil Brasileiro, *in verbis*: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". E ainda, de acordo com o art. 927 e 944 do novo Código Civil:

> **Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**
>
> **Art. 944 – A indenização mede-se pela extensão do dano.**

Por outras palavras no dizer do Ilmo. Dr. Washington de Barros Monteiro, "o direito à indenização surge sempre que prejuízo resulte da atuação do agente". Assim, fica caracterizada a total responsabilidade das Rés supracitados pelo ressarcimento dos prejuízos causados ao Autor.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora, o contrato não se abstém na rescisão do negócio por desistência do contratante, mas prevê a retenção de toda a quantia paga, cobrando multa rescisória de 20% (vinte por cento), o que também é deveras abusivo, devendo ser tal cláusula afastada, haja vista a nulidade deste documento.

No caso em tela, o Autor desembolsou o valor da 'entrada', no importe de R$ 10.500,00, mais R$ 1.177,05, relativamente à 1ª parcela do financiamento do imóvel, o que foi pago através de boleto único no dia 13/12/2017.

Por causa disto, os Réus devem restituir o Autor pelos prejuízos materiais causados, na monta total de R$ 11.677,05, que deve ser paga com o acréscimo de correção monetária e juros legais, a partir do desembolso.

3.5 Do Dano Moral

De *prima facie*, deve-se analisar de forma escorreita o instituto do dano moral, que se caracteriza por ser a lesão de interesse não patrimonial de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo. Segundo o Dr. Aguiar Dias, "o dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão abstratamente considerada."

Logo, afirma-se que no momento em que os Réus descumpriram seu dever legal, não prestando corretamente as informações solicitadas, criou uma situação de constrangimento ao Autor, atingindo sua honra subjetiva, que segundo Eugenio Cuello Calón "designa o sentimento da própria dignidade moral, nascida da consciência de nossas virtudes ou de nosso valor moral, isto é, a honra em sentido estrito".

Isso sem contar que, no que tange à proteção e defesa do consumidor, a reparação dos danos baliza-se na responsabilização do

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

ofensor com vistas à satisfação pessoal ou econômica do consumidor, consistindo seu objetivo maior, na verdade, servir de desestímulo à prática lesiva nas relações de consumo, a exemplo da que ocorreu *in casu.*

Desta forma, o que se pode concluir é que o consumidor foi tratado com desrespeito, não se levando em conta a condição de cidadão, que é cumpridor de seus deveres, sendo certo que a conduta dos Réus ofendeu a sua dignidade, atingindo-lhe a personalidade e violando seu *status dignitatis*. A dignidade, por sua vez, é prevista como um princípio fundamental em nossa Constituição, uma cláusula pétrea inserida no artigo 1º, III, como princípio fundamental de nosso Estado Democrático de Direito.

Repita-se que os Réus deixaram de cumprir com o seu dever de cuidado, ao prestar informações enganosas, que causou muito mais que um mero prejuízo econômico, já que houve imensa perda de tempo com ligações, deslocamentos, idas e vindas. É certo que todo esse desgaste causou enorme abalo emocional ao Autor. Deveras absurdo!!!

Cristalino, Exª, que, caso os Réus persistam com a prática destes fatos, todos os seus consumidores que venham a vivenciar situações similares sofrerão enormes prejuízos, de modo que essa conduta deve ser desestimulada. Por fim, quanto à fixação do *quantum*, o MM. Julgador, ao qualificá-la, deve se ater à dimensão da ilegalidade do dano e a capacidade econômica do seu causador, que, na espécie, é considerável.

Portanto, quer deixar claro o Autor que não pretende aqui se locupletar, mas tão só que a verba indenizatória do dano moral venha amenizar o constrangimento por ele suportado, haja vista que a propaganda enganosa, foi muito além do prejuízo financeiro, pois houve enorme dispêndio de tempo e desgaste emocional, o que implica em dano moral *in re ipsa*.

O Superior Tribunal de Justiça tem decidido reiteradas vezes que na fixação do dano moral deve o julgado se ater a critérios, tais como o nível

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

cultural do causador do dano, condição sócio-econômica do ofensor e, no caso em tela, **a imensa margem de lucro de empresas que fazem parte de vasto e poderoso grupo econômico**. De outro lado, entretanto, tem-se um homem honesto, que apenas queria tirar sua família da comunidade violenta, que atualmente reside. Assim já julgou o STJ:

> **"DANO MORAL. REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR. CONDENAÇÃO ANTERIOR EM QUANTIA MENOR. [...] Ademais, a reparação deve ter fim também pedagógico, de modo a desestimulara prática de outros ilícitos similares, sem que sirva, entretanto, a condenação de contributo a enriquecimentos injustificáveis..."**

Inclusive, no presente caso, também se aplica a teoria do desvio produtivo do consumidor, que foi consolidada pelo STJ, através do REsp nº 1.260.458/SP, que deve ser considerado em casos similares ao presente, uma vez que o Autor teve grande dispêndio de tempo, na tentativa de resolver amigavelmente o presente problema.

Note-se, que, a prática reiterada da 1ª Ré, já é conhecida do Judiciário do Rio de Janeiro, havendo diversos julgados comprovando que ela age irrefreavelmente com violação ao princípio da boa-fé. É necessário trazer o posicionamento jurisprudencial recente de nosso Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao que tange a 1ª Ré (KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL), *in litteris*:

> **"Apelação. Cooperativa habitacional. Propaganda enganosa por omissão. Desfazimento do contrato sem retenção de quaisquer valores pagos. Dano moral. Jurisprudência. 1. O fornecedor de serviços, sobretudo de serviços massificados e contratados por adesão, deve utilizar a língua do seu público-alvo não só na publicidade que oferece vantagens inauditas, mas também nas entrelinhas que ressalvam as condições para seu desfrute, ou do contrário não estará assegurando "informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados"**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

(CDC, art. 31). 2. Que certas cláusulas contratuais sejam claras e compreensíveis ao operador de Direito, formado com o necessário instrumental jurídico, não significa que o sejam também para o cidadão leigo das classes mais baixas e mais vulneráveis à inculcação propagandística. 3. É enganosa, por omissão, a propaganda que deixa de anunciar dado essencial sobre a natureza do produto ou serviço, induzindo o consumidor, ainda que tacitamente, em erro quanto à conveniência da contratação para as suas necessidades pessoais. Tal é o caso da cooperativa habitacional que, funcionando quase à moda de um autêntico consórcio, e condicionando a liberação do capital subscrito à disponibilidade de recursos no mês, à integralização de um seu percentual e à proposta de antecipação de parcelas a vencer (o que se equipara a um lance), veicula publicidade que inculca no receptor a ilusão de que poderá rapidamente sair do aluguel, sem explicitação dos termos em que funciona o negócio ofertado. 4. Violação dos arts. 6º, inc. III, 31, 36, 37, caput e §§ 1º e 3º, e 39, inc. IV, do Código de Defesa do Consumidor. Impossibilidade de se admitir cláusula de retenção, nesse contexto. 5. A falha no dever de informação clara e adequada, que constitui direito básico do consumidor, pode configurar dano moral quando importe em frustração de legítimas expectativas do consumidor em relação a algum plano ou aspecto de vida considerado suficientemente relevante para impactar seus direitos de personalidade. Tal é o caso da aquisição imobiliária, que exige do consumidor o levantamento de recursos consideráveis, proporcionalmente a seus ganhos, e faz nele nutrir sonhos e planos que, desfeitos por culpa do fornecedor, não se podem considerar como meros dissabores corriqueiros. 6. Considerando o importe dos valores dispendidos pelo ludibriado consumidor; o impacto de tais somas em seu modesto orçamento; a extensão do dano decorrente da ilusão desfeita e a extrema gravidade da culpa do ofensor, afigura-se razoável o arbitramento da verba compensatória no valor de R$ 5.000,00. 7. Provimento do recurso. Data de julgamento: 24/02/2016. (TJ-RJ - AC 0013480-65.2013.8.19.0202. Des. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES. Data de Julgamento. Ré: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL C/C RESILIÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL. CONSUMIDORA QUE ADERIU À KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL COM O OBJETIVO DE OBTER FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL PARA DECLARAR A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO E CONDENAR A APELANTE A DEVOLVER R$ 6.826,62 A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS, E AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 A TÍTULO DE DANO MORAL. APELAÇÃO DA RÉ PUGNANDO PELO

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

RECONHECIMENTO DE VALIDADE DO CONTRATO. DESPROVIMENTO DO RECURSO, COM FULCRO NO ART. 557, CAPUT, DO CPC, CONFIRMANDO-SE A BEM LANÇADA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 1 - Afronta ao princípio da transparência e dever de informação ao consumidor, nos termos dos artigos 4º, caput, 6º, inc. III e 31 da Lei 8078/90, tendo em vista a utilização de termos de difícil compreensão, bem como a falta de informação adequada no material publicitário. 2 - Desrespeito à boa-fé objetiva e à função social do contrato que impõe sua nulidade, assim como a restituição dos valores pagos e a indenização a título de dano moral. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática." (TJ-RJ - AC 0351733-70.2013.8.19.0001. Des. ANTÔNIO CARLOS BITENCOURT - Julgamento: 20/10/2015)

"APELAÇÃO CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. RITO ORDINÁRIO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL KEROCASA. AUTORA QUE SE ASSOCIOU À RÉ NO INTUITO DE COMPRAR UMA CASA. APÓS ADIANTAR VALORES, DESISTIU E REQUEREU A RESCISÃO DO CONTRATO. SENTENÇA JULGANDO PROCEDENTES OS PEDIDOS. APELAÇÃO DA RÉ. PRETENSÃO DE RETER 20% DOS VALORES PAGOS, CONFORME PREVISÃO CONTRATUAL. IMPROCEDÊNCIA DOS DANOS MORAIS. A ré/apelante violou os princípios da transparência máxima, vulnerabilidade do consumidor e boa-fé objetiva, insculpidos no art. 4º, caput, I e III, do CDC. RESCISÃO DO CONTRATO SEM ÔNUS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM CONDENAÇÃO DA RÉ/APELANTE, NO QUAL FOI DECLARADA A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS, BEM COMO AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 DE DANOS MORAIS, VEZ QUE ATENTE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE QUE O CASO REQUER, levando-se em conta a angústia de ver frustrado seu sonho de adquirir a casa própria, além de ver negado o seu legítimo pedido de devolução integral dos valores pagos. RECURSO DA RÉ/APELANTE QUE SE CONHECE E SE NEGA SEGUIMENTO. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática - (TJ-RJ - AC 0024523-20.2013.8.19.0001. Des. NATACHA TOSTES OLIVEIRA - Julgamento: 21/05/2015)

In casu, a propaganda enganosa da Ré, submeteu o Autor a toda sorte de aborrecimentos e desgastes, fazendo com que o consumidor perdesse muito tempo, tentando resolver problemas decorrentes de práticas abusivas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora Exa., o tempo perdido e o desagaste com o prejuízo em tela, são imensuráveis, razão pela qual deve a Ré indenizar o Autor pelos danos morais que lhe foram causados, cuja fixação do valor indenizatório não deve ficar aquém de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA

Requer o Autor à V.Exa. a concessão dos efeitos da tutela de urgência, com supedâneo no art. 300 do novo CPC, para que haja arresto do imóvel *"**apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado**"*, de propriedade do 3º Réu, que será a 2ª penhora deste bem.

É cediço que os Réus esvaziaram o patrimônio da 1ª Ré, e é fato que há grande risco de que o mesmo ocorra com os bens dos sócios, o que ensejará frustração a este procedimento.

Frise-se que há o direito líquido, certo e favorável ao Autor, uma vez que presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, que são basicamente: I) *periculum in mora*: existência de um dano potencial, um risco, que ocorre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte; II) *fumus boni iuris*: plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança; III) art. 301, CPC/2015: previsão legal expressa de arresto em sede de tutela de urgência.

Dessa forma, o Autor requer à V.Exa. a concessão *inaudita altera pars* de **TUTELA DE URGÊNCIA**, com supedâneo no art. 300 do CPC/2015, para que seja realizado **arresto do seguinte imóvel do 3º Réu: *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção***

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado.

V - DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer o Autor à Vossa Excelência:

- Deferimento da Gratuidade de Justiça, nos moldes da legislação vigente;

- Deferimento do pedido de Prova Emprestada em relação ao feito nº **0305983-40.2016.8.19.0001**;

-Desconsideração da Personalidade Jurídica da Sociedade Cooperativa, para inclusão dos diretores da 1ª Ré, conforme art. 134, §2º, CPC/2015 e art. 28, CDC;

-Aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC;

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que seja arrestado o *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado*, de propriedade do 3º Réu;

-Citação dos Réus, **via postal com AR**, sendo a 1ª Ré na pessoa dos seus representantes legais para, querendo, responderem a presente sob pena de revelia, confissão e preclusão;

-Seja julgado procedente o pedido, com declaração da rescisão ou anulação do contrato em comento, condenando-se os Réus a restituírem todos os valores pagos pelo Autor, conforme fundamentação supra, totalizando o montante de **R$ 11.677,05 (onze mil, seiscentos e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

setenta e sete reais e cinco centavos), com incidência das atualizações legais a partir da data do respectivo pagamento;

- Condenação dos Réus em indenização por **DANOS MORAIS, em montante não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, em favor do Autor, pelos transtornos causados à honra subjetiva deste, na forma *in re ipsa*, com base no princípio da dignidade da pessoa humana e na teoria punitivo-satisfativa, em sintonia com a teoria satisfativa-compensatória e considerando a elevada posição econômica dos Réus, que devem ser pagos com acréscimos de correção monetária e juros legais, a contar do evento danoso, na forma da Súmula 54, STJ;

Condenação dos Réus ao pagamento da verba honorária na razão de 20% sobre o valor da condenação total, sem prejuízo do eventual reembolso relativo aos emolumentos judiciais despendidos, em caso de recurso.

Pleiteia, outrossim, pela produção de provas na amplitude do art. 369 do CPC/2015, especialmente, documental, documental superveniente, testemunhal e depoimento pessoal dos Réus, sendo a 1ª Ré na pessoa de seu representante legal, sob pena de confissão caso não compareça ou compareça e se recuse a depor.

Outrossim, o Autor esclarece que seu advogado possui escritório nesta cidade, na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar – Centro, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações, citações e comunicações atinentes ao presente, nos termos do artigo 106, I do CPC/2015, requerendo a vinculação neste feito do nome do advogado **MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520**, que compõe a sociedade de advogados **MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS,** para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta, cujo endereço eletrônico é **marcomedeiros@msaonline.adv.br**, para fins do art. 287, CPC/2015.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dá-se à causa o valor de R$ 21.677,05 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS
OAB/RJ 102.520

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

GABRIELA MOSCIARO PADUA
OAB/RJ 172.794

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
545
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**09/11/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
546
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

1264/2018/MND

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Oficial:

Nome da Parte Ré : SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Local da Diligência : Rua Mário Covas Júnior, nº 135 Edificio Key Biscayne - CEP: 22631-030 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ
Data da Audiência: 12/12/2018 - 11:40h
Local da Audiência: Cartório do 7º Juizado Especial Cível - Sala de Audiências.

O MM. Juiz de Direito, **Dr.(a) Valeria Pacha Bichara** ***MANDA*** o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo supracitado dirigir-se ao local indicado, ou onde lhe for apontado e proceder à ***CITAÇÃO*** da parte ré para tomar conhecimento e defender-se do presente processo e ***INTIMAÇÃO*** para comparecer à audiência supra mencionada, podendo seguir-se imediatamente a audiência de instrução e julgamento, nela oferecendo defesa escrita ou oral e produzindo provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a), nos termos e de acordo com as peças fielmente transcritas, que ficam integrando este mandado. Que se cumpra na forma da lei. Eu, _____ Mariana da Silva Gomes - Estagiário - Matr. 120000023387 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2018.

Rossana Dusi Vilela Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460
Assino por ordem do MM. Juiz de Direito

Código de Autenticação: **4971.YTZP.MYUA.5R52**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

ADVERTÊNCIAS:
1) Não comparecendo o demandado, pessoalmente, ou na hipótese de pessoa jurídica, através do representante legal ou preposto regularmente constituído, à sessão de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais e será proferido o julgamento de plano (Art. 20 da Lei 9.099/95).
2) Fica o réu ciente de que poderá trazer à audiência de instrução e julgamento, em sua defesa, documentos e/ou até 03 testemunhas (indicá-las até 05 dias antes da audiência, se necessária a intimação).
3) As partes deverão portar documento de identidade e CPF, se pessoa física, e cópia do ato constitutivo, se pessoa jurídica.

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
532
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 06/11/2018

Despacho

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 06/11/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4Y3P.I9LP.76H1.ML52**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
3
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL FÓRUM CENTRAL - RIO DE JANEIRO.

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade n° 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o n° 131.965.897-06 (documentos anexos), residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, n° 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220 (documentos anexos), vem perante V.Exa., por seu procurador *in fine* assinado (instrumentos procuratórios anexos), com fulcro no artigo 319 e seguintes do NCPC c.c. arts. 186 e 927 do CC/2002, art. 6º e 17 da lei 8.078/1990 e na Lei nº 9.099/1995 propor

AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C.C. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78 (Cartão do CNPJ em anexo), com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006; **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI, RG 05.996.532-7/Detran-RJ e CPF 724.023.777-04, residente e domiciliado na rua Maria Benjamin, 94, casa

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

101 frente – Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140; **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, economista, RG 20.575-3 4 e CPF 810.516.547-34, residente e domiciliado na Rua Pio Correia, nº. 92, bloco 01, apto 602 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.461-240; e **VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Benjamin de Magalhães, 145 – casa 103 – Pilares, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.750-170 pelos fatos e fundamentos que passa a expender:

I – PRELIMINARMENTE

1.1. Da Competência

O Autor opta por propor a presente lide no endereço da Ré, cuja competência é do Juizado Especial Cível do Centro, por força do disposto no artigo 100, da Lei nº 8.078/1990, tendo em vista sua condição de consumidor perante os Réus.

1.2. Da Gratuidade de Justiça

Inicialmente, a parte Autoral vem requerer o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/1950 e nas alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, tendo em vista se encontra em extrema dificuldade financeira, pois além de suas despesas usuais, ainda tive o prejuízo causado pelos Réus.

Cabe frisar que o Réu possui 2 (dois) filhos menores impúberes, além de sua companheira, residindo em imóvel alugado no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), pagando condomínio, luz, IPTU, gás de cozinha,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

com diversas despesas que pesam em seu escasso orçamento familiar, tal como se denota nos docs. acostados nos autos.

O Autor é militar com um salário líquido de apenas R$ 3.395,00 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais), demonstrando de forma comprovada que não pode arcar com os custos do processo judicial.

A *mens legis* do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal é beneficiar pessoas exatamente no perfil do Autor, sob pena de negar-lhe acesso ao Poder Judiciário. Nesse sentido é o posicionamento adotado por este Tribunal, consoante emanado da Súmula nº 39 do Tribunal de Justiça deste Estado, verbis, "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (artigo 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade".

Diante disso e da comprovação da impossibilidade do Autor, pugna pela concessão da gratuidade de justiça consoante documentos acostados nos autos, uma vez que ele não pode arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, sem prejuízo da subsistência de sua família.

1.3. Do Litisconsórcio Passivo e Da Desconsideração da Personalidade Jurídica dos Sócios da 1ª Ré

Conforme se verifica na vasta lista de processos judiciais propostos em face da 1ª Ré, esta tem por hábito contumaz a lesão dos seus consumidores. Pior que isto, não efetua o pagamento vonluntário das suas condenações judiciais.

Desta feita, o Autor indica como exemplo o processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da 1ª Ré, em que houve desconsideração da personalidade jurídica incidentalmente, como se constata das cópias anexas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Assim, visando dar cumprimento aos princípios da efetividade, celeridade e economia processuais, o Autor entende que é o caso da aplicação do art. 134, §2º, CPC/2015, em que é facultado à parte indicar quem será demandado, podendo fazê-lo em face da pessoa jurídica OU dos seus sócios / diretores, nas hipóteses de cabimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

Desta feita, os 2º, 3º e 4º Rúes possuem pertinência temática subjetiva para compor o polo passivo da presente demanda, uma vez que compõem o quadro estatutário da 1ª Ré. Importante ressaltar que os 2º, 3º e 4º Réus são diretores da 1ª Ré, conforme comprovam os atos constitutivos em anexo.

1.3.1. Da Dissolução Irregular e da Inatividade da 1ª Ré

Cabe explicitar que a Lei nº 5.764/1971, estabelece as condições e possibilidades de dissolução legal e regular das cooperativas, bem como de sua liquidação.

Dessume-se, então, das provas constantes dos autos, que a empresa Executada fora utilizada e dissolvida de forma irregular e ilegal, encerrando suas atividades em detrimento às disposições legais supra citadas, inclusive contratuais, haja vista, que não fora procedida qualquer baixa junto aos órgãos competentes, tampouco, se deu a liquidação de seus haveres e obrigações, como está demonstrado na presente exordial, **além de não deixar quaisquer bens para garantia e liquidação de suas dívidas**.

O Código Civil de 2002 amplia e estende a responsabilização daqueles que, sob o manto da personalidade jurídica, praticam atos tendentes a fraudar credores. Assim, diz o Estatuto Civil:

> **Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.**

Da mesma forma, a Lei das Cooperativas possui previsão de responsabilização dos seus diretores, conofrme se verifica abaixo:

> **Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.**

Assim, da análise conjunta dos dispositivos supra, conclui-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica tem por fundamento os princípios gerais de proibição do abuso de direito, fraude à lei ou prejuízo a terceiro, permitindo que o magistrado, diante de determinadas circunstâncias, desconsidere a personalidade, atribuindo condutas e responsabilidades diretamente aos direitores e administradores. Sobre o assunto, ensina Rubens Requião:

> **"Não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso do direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude)". (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 1977, págs. 266 e segs)**

Na seara doutrinária, outra não é a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> **"(...) Por vezes a autonomia patrimonial da sociedade comercial dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', pela qual se**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade. Pressuposto não afastável da despersonalização episódica da pessoa jurídica, no entanto, é a ocorrência da fraude por meio da separação patrimonial. Não é suficiente a simples insolvência do ente coletivo, hipótese em quem não tendo havido fraude na utilização da separação patrimonial, as regras de limitação da responsabilidade dos sócios terão ampla vigência. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica que o pressupõe, portanto. O credor da sociedade que pretende a sua desconsideração deverá fazer prova da fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da devedora." *(In* "Manual de Direito Comercial", editora Saraiva, 8ª edição, 1997, pág. 113/114 - Grifo inovado)**

Aduz-se que a teoria da desconsideração da pessoa jurídica **"tem a intenção de permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesses que se estabeleceu em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco"** (Direito Civil, Saraiva, 21ª ed., Parte Geral, vol. 1, SILVIO RODRIGUES, pág. 77 - grifo nosso).

A jurisprudência de nosso Estado acompanha o entendimento doutrinário acima exposto, confirma a tese já desenvolvida e, fulmina a questão digladiada, solucionando casos semelhantes ao da espécie em exame:

> **"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA. 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela ora agravada, em fase de cumprimento de sentença, cujo débito foi apontado à época como sendo R$ 506.165,68. 2. A decisão atacada deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para incluir a sócia administradora no polo passivo, que deverá ser intimada no endereço apontado na alteração contratual para oferecer bens à penhora, sob as penas da lei. 3. A nova regra de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Processo Civil**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **de 2015 é aplicável somente a partir de sua vigência (18/03/2016), ao passo que a decisão atacada foi proferida em 22/02/2016. 4. A desconsideração da personalidade jurídica exige a ocorrência de abuso de direito, fraude contra credores, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. 5. Intimada a empresa devedora, não houve o pagamento do débito nem oferecimento de bens à penhora, sendo certo que restou infrutífera a tentativa de constrição "on line". 6. Outrossim, não logrou êxito em localizar bens passíveis de penhora por meio do sistema RENAJUD e certidões dos Distribuidores, conforme se verifica por meio de consulta eletrônica aos autos do processo principal. 7. O abuso do direito por desvio de função encontra-se consubstanciado no fato dos sócios terem abandonado a empresa sem adotar as providências operacionais e legais necessárias à regular liquidação da sociedade. 8. Julgados deste Tribunal no sentido de aplicar, por analogia, o verbete sumular nº 435 do STJ para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica. 9. Recurso desprovido." (TJ-RJ - AG 0045506-38.2016.8.19.0000. Des. MÔNICA MARIA COSTA DI PIERO - Julgamento: 14/03/2017 grifos nossos)**

Não se olvide que há presunção de fraude, quando a pessoa jurídica devedora abandona seu domicílio fiscal, sem adimplir as obrigações pendentes, permitindo-se a aplicação da teoria do levantamento do véu. É o que se vê abaixo:

> **Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.**

Em robustecimento à tese ora digladiada, colacionamos as decisões do **Superior Tribunal de Justiça**, em casos símiles, *in verbis*:

> **"EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS PARTICULARES DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS EMPRESAS EXECUTADAS. CONSTRIÇÃO ADMISSÍVEL. O sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada responde com seus bens particulares por dívida da sociedade quando dissolvida esta de modo irregular. Incidência no caso dos arts. 592, II, 596 e 10 do Decreto. N. 3.708, de 10.1.1919. Recurso**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

especial não conhecido." (REsp 140564/SP. Min. BARROS MONTEIRO – 21.10.04)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. REJEIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE) A existência de indícios do encerramento irregular das atividades da empresa executada autoriza o redirecionamento do feito executório à pessoa do sócio (Precedentes: AgRg no REsp n.º 643.918/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16/05/2005; REsp n.º 462.440/RS, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18/10/2004; e REsp n.º 474.105/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19/12/2003). (...). (EDcl no REsp 750335. Min. LUIZ FUX – 28.03.06)

Da mesma forma, a desconsideração da personalidade jurídica, é plenamenente cabível às sociedades simples, inclusive cooperativas, bem como associações. Assim já foi decidido:

"Comprovado o encerramento irregular da executada, somado à inexistência de patrimônio penhorável (conforme se depreende dos autos, a exequente, ora agravante, tomou todas as providências razoáveis para obter dos devedores a garantia da execução, mas sem lograr êxito), legitima a desconsideração da personalidade da associação filantrópica, não para atingir seus associados, mas para atingir seus dirigentes, que a representam na forma dos estatutos"
(TJ-SP - AG. INST. 0271266-83.2011.8.26.0000)

"Ação de rescisão contratual – Fase de execução de acordo judicial – Decisão que indeferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da Cooperativa agravada – Insurgência do autor – Desconsideração da personalidade jurídica que se mostra medida necessária, uma vez que há indícios robustos de abuso da personalidade jurídica para fraudar credores – Presença dos requisitos legais do artigo 50 do Código Civil – Recurso provido."
(TJ-SP - AI 2077601-29.2015.8.26.0000TJ-SP. Data de publicação: 26/06/2015)

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Estes são os fundamentos que compõem a situação em foco, sendo certo que, *in casu,* é flagrante a utilização da empresa com abuso de direito, realizando uma série de contratos de forma irregular, devendo ser aplicado ao caso em tela o **artigo 28, parágrafo 5˚, do CDC, tendo em vista que a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica,** apenas deve se auferir a mera insolvência, ou seja, o não ressarcimento dos valores com a correção monetária e os juros devidos, para atingir o patrimônio do Réu.

Inclusive é a TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, que melhor absorve o caso em tela, segundo a jurisprudência do STJ, em casos de referência como o da explosão do Shopping Osasco em São Paulo.

Assim, firmada está a pertinência subjetiva para a presente lide, uma vez que os 2º, 3º e 4º Réus concorreram para o evento danoso em desfavor da parte Autora, o que os tornam legitimados passivos à demanda em comento, devendo responder pelos danos causados.

1.4. Da Preliminar de Prova Emprestada

Note-se que, no atual Código de Processo Civil de 2015, há um capítulo referente às provas, que expressa, em seu art. 372, que:

> **O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.**

Assim, há uma permissibilidade legal para o juízo utilizar e validar a denominada "prova emprestada". Tal orientação coaduna com a jurisprudência dominante, que enuncia a prova emprestada como aquela produzida em outro processo, que possui como efeitos trazer ao processo temas que uma das partes pretende que sejam apreciados e

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

considerados válidos, tal como um processo diverso de outra parte, mas com temas correlatos ou já julgados e de relevância para a interpretação do juízo.

Com isso, autores como **Nelson Nery Jr.** enunciam que a prova emprestada é aquela que, embora produzida em outro processo, se pretende produza efeitos no processo em questão, sendo acompanhado de autores como Luiz Guilherme Marinoni e Eduardo J. Couture.

Dessa feita, a validade da prova emprestada, como um meio documental probatório, será conhecido por já ter sido a base de uma sentença transitada em julgado, sendo tal compartilhamento de prova admitido pelo sistema jurídico brasileiro.

Com isso, busca-se a utilização da prova como emprestada para atender os ditames da justiça no caso concreto, sem se afastar da observância do contraditório em relação aos litigantes. Inclusive, a prova emprestada é plenamente reconhecida nos tribunais pátrios, tal como se denota:

> **"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INVALIDEZ PERMANENTE CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PERÍCIA JUDICIAL REALIZADA. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE. JULGADOR.**
> **DESTINATÁRIO DAS PROVAS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N° 7/STJ.**
> **(...)**
> **2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.**
> **Revisão do entendimento esbarraria no óbice contido na Súmula n° 7/STJ.**
> **3. A prova pericial emprestada produzida em juízo é apta a comprovar, nos termos do artigo 372, do CPC/15, a presença da doença que acarreta a incapacidade permanente do segurado."**
> **4. Agravo interno a que se nega provimento.**
> **(STJ - AgInt no AREsp 1082454/DF, Rel. MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dessa feita, o deferimento de prova emprestada para aferir contratos de consumo, quando se refere ao mesmo caso concreto de forma similar ou a mesma base contratual em contratos de adesão, o que ocorre no presente caso.

Observa-se que o novo Código de Processo Civil ao frisar que a prova emprestada pode ser utilizada, está obedecendo ao princípio da efetividade processual, de forma a criar uma maior celeridade e economia na fluência do processo, com o respeito ao *due process of law.*

Com isso, pleiteia o Autor pelo deferimento da preliminar de prova emprestada, do **Processo n° Processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001, proposto em face da KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS, em curso perante o 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL - RJ**.

1.5. Da Aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova

Ab initio, há de se ressaltar que numa relação em que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra, o Código de Defesa do Consumidor, demonstra em seu artigo 6º, inciso VIII, que pode ocorrer a inversão do ônus da prova, seja pela hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança da alegação.

Entende-se como hipossuficiência, não somente as condições econômicas desfavoráveis da parte, mas, também, ausência de recursos técnicos ou pelo fato da outra parte ter o monopólio das informações.

Logo, o Autor pleiteia a aplicação do microssistema protetivo do CDC, que deve ser aplicado como parâmetro interpretativo. Inclusive, especificamente o Autor requer a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, VII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente,

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado.

Desta feita, especificamente o Autor, também, a aplicação do art. 28, CDC, com aplicação da **teoria menor da penetração**, para todos os fins de direito.

II – DOS FATOS

O Autor, buscando o melhor para sua família e tentando realizar o sonho de todo brasileiro o "DIREITO À MORADIA", realizou um contrato de aquisição de imóvel com a Ré, para financiamento no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 13/12/2017, no qual realizou um depósito inicial no valor de R$ 10.677,05 (dez mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), pagando a 1ª mensalidade de R$ 1.177,05 (um mil, cento e setenta e sete reais e cinco centavos) conforme documentos acostados aos autos.

Contudo, após o envio da documentação por correio (documento anexo), o Autor solicitou a utilização do financiamento para a aquisição de um imóvel indicado pela 1ª Ré, mas foi surpeendido com a informação de que, na verdade, adquiriu contrato de adesão em uma cooperativa habitacional.

Ao questionar sobre as informações iniciais e a devolução dos valores acima, o Autor recebeu respostas vagas, constatando que foi induzido a erro, ou seja, não era um financiamento de imóvel tradicional como os existentes no mercado bancário.

Diante disso, pediu cancelamento do negócio, com devolução dos valores. Contudo, a 1ª Ré não realizou a rescisão contratual de forma amigável, nem devolveu os valores até a presente data.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Por isso, foram esgotadas as possibilidades de resolver o presente imbróglio. Dessa forma, a parte autoral, não vê alternativa, que não seja buscar a tutela jurisdicional, para que seja feita a mais lídima justiça.

III – DOS FUNDAMENTOS

3.1. Da Relação Jurídica Consumerista

Cumpre esclarecer que a presente lide se caracteriza como relação de consumo nos termos do CDC. Assim, vejamos o conceito de consumidor, a partir do Código de Defesa do Consumidor:

> **Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.**

Além disto, a Lei nº 8.078/1990, que trata do Direito do Consumidor, ao descrever os direitos essenciais deste, reconhece a necessidade da prestação adequada dos serviços pelos fornecedores contratados, sob pena de configuração de responsabilidade objetiva, nos termos do art. 14 CDC:

> **"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos"**

Salienta-se que a 1ª Ré é Sociedade Cooperativa, que tem suas normas definidas na Lei 5.764/1971. Importante frisar que a lei em questão, em nenhum de seus artigos exclui a aplicabilidade do Código de

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Defesa do Consumidor, sendo considerado fornecedor quaisquer modalidade de pessoa física ou jurídica, inclusive as Sociedades Cooperativas.

Diante disso, não resta qualquer dúvida quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor; deste mesmo diploma legal, mister discorrer sobre o artigo 6º, VI, que afirma ser direito básico do consumidor a reparação de danos patrimoniais e morais, entre outros.

3.2. Do Princípio da Boa-Fé e da Abusividade da Propaganda

O instituto da Boa-fé presente no direito brasileiro e ressaltado em vários artigos do código civil 2002, tem como real objetivo nortear a conduta social das pessoas fazendo com que esta esteja adequada aos parâmetros sociais vigentes, com supedâneo no artigo 113 do CC/02.

No campo dos contratos, vislumbra-se que o artigo 422 do CC/02, traz a boa-fé objetiva como uma obrigação que deve estar presente desde a fase preliminar, passando pela fase de execução ou contratual propriamente dita, até a fase pós-contratual.

Significa dizer que as relações interpessoais não devem se prender somente ao que está expresso no contrato, mas também ter intrínseco um dever moral e legal de não causar prejuízo à outra parte, agindo com honestidade e honrando todas as negociações realizadas, sejam elas verbais ou escritas, sob pena, até mesmo de estar cometendo ato ilícito, conforme expressa o artigo 187 do CC/02.

A política nacional de relações de consumo tem como pressuposto, entre outros, o princípio da boa-fé, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, que sem dúvida alguma foram desrespeitadas pelas Rés.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

No caso em tela, insta salientar que a 1ª Ré, atua no mercado como verdadeira agente imobiliária, fazendo com que as pessoas acreditem que estão contratando a intermediação para aquisição de um imóvel, enganando os consumidores, ao criar falsas expectativas e esperanças na realização do sonho de compra de imóvel.

É nítido que o contrato de adesão da 1ª Ré não é um contrato comum ou usual, tendo cláusulas confusas, bem como grandes restrições de crédito contra o consumidor. Ou seja, contém termos de difícil compreensão para pessoas leigas nos termos do direito.

Trata-se de um contrato com graves vícios, com cláusulas leoninas, conteúdo abusivo e lesivo ao consumidor, redigido de forma a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance, em afronta ao art. 46 e 51 e seus respectivos incisos do Código de Defesa do Consumidor, o que por si só já impõe o reconhecimento da sua nulidade ou rescisão contratual.

Não é demais ressaltar que o prestador de serviço tem a obrigação de apresentar informações claras e corretas, a respeito do serviço contratado. No entanto, como se vê pelas propagandas juntadas em anexo, estas induzem o Consumidor a erro, levando-o a crer que se trata de compra do imóvel, através de contrato de financiamento de imóvel, mas na verdade a real intenção é associação para cooperativa de crédito habitacional.

Mais que isso, é sabido que o vício de consentimento é causa de anulabilidade ou rescisão de qualquer negócio jurídico. Entre os vícios de consentimento, destacam-se o erro e o dolo. Ambos impedem que a vontade real de uma pessoa seja externada, tornando-a prejudicada no que tange ao negócio jurídico que se prestaria a validar. Sendo assim, o direito assiste à pessoa que, em determinada situação, teve sua vontade viciada, dando-lhe condições de em momento posterior provocar a anulação do ato.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Importante observar a lição de ORLANDO GOMES quanto aos requisitos, para que seja um negócio jurídico considerado perfeito:

> **"O negócio jurídico somente é perfeito quando a vontade é declarada de maneira lícita, livre e consciente, isto é, de acordo com a lei, sem pressões físicas e morais e com correta percepção da realidade." (Gomes, Orlando. Introdução ao Direito Civil, 18ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2001, p. 414)**

Ora, a correta percepção da realidade somente é possível se não houver erro ou dolo, no tocante à manifestação da vontade da parte Autora. Conforme ensina Caio Mário:

> **"Quando o agente, por desconhecimento ou falso conhecimento das circunstâncias, age de um modo que não seria a sua vontade, se conhecesse a verdadeira situação, diz-se que procede com erro." (Caio Mário, p. 326)**

Assim, relativamente ao conceito de erro, tem-se que há uma falsa noção da realidade, que pode ser inclusive em relação a um dos contratantes. O atual Código Civil assim dispõe acerca do erro:

> **"art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio."**

Colaciona-se o conceito de FLAVIO TARTUCE concernentemente ao instituto do erro:

> **"O erro é um engano fático, uma falsa noção, em relação a uma pessoa, ao objeto do negócio ou a um direito, que acomete a vontade de uma das partes que celebrou o negócio jurídico. De acordo com o art. 138 do atual CC, os negócios jurídicos celebrados com erro são anuláveis, desde que o erro seja substancial, podendo ser percebido por pessoa de diligência normal, em fase das circunstância em que o negócio foi celebrado."**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Impende salientar ainda a I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, com a aprovação do Enunciado nº 12, cuja redação merece destaque:

> **"Na sistemática do art. 138, é irrelevante ser ou não escusável o erro, porque o dispositivo adota o princípio da confiança."**

Diante dos fatos, está cristalinamente caracterizado o erro, já que a vontade da parte Autora, cerca-se de falsa percepção da condição da Ré, bem como quanto às condições do negócio, sendo indiscutível que a contratação não teria sido realizada se o Autor conhecesse previamente do aqui narrado.

Por isso, estamos diante de anulação dos atos praticados, haja vista vício insanável, porque a realidade sobre o pagamento da 'entrada' realizado, sem o Autor saber das práticas abusivas que já eram praticadas pela 1ª Ré de forma dolosa em seus contratos, enseja a rescisão do contrato.

Por conseguinte, no que tange ao instituto do dolo, tem-se que houve erro por parte do Autor, mas indubitavelmente provocado em decorrência do dolo manifesto das contratações anteriores que a 1ª Ré realizava sem se atentar para a lealdade, boa-fé e a concretização da confiança depositada em quem assina tal contrato com intuito de adquirir imóvel em data futura.

Para que se caracterize o dolo, dois elementos devem ser conjugados: o elemento objetivo que corresponde ao comportamento ilícito de quem quer enganar e o elemento subjetivo que é a intenção de enganar, *animus decipiendi*. Assim dispõe o Código Civil:

> **Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

> **Art. 148. Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento (...).**

Cabe trazer à baila o conceito de dolo, conforme as lições de ORLANDO GOMES:

> **"consiste em manobras ou maquinações feitas com o propósito de obter uma declaração de vontade que não seria emitida se o declarante não fosse enganado. É a provocação intencional de um erro." Ainda: "nos negócios unilaterais, o dolo há de provir necessariamente de outrem que não o agente."(p. 421)**

Já segundo as palavras de FLAVIO TARTUCE:

> **"O dolo pode ser conceituado como sendo o artifício ardiloso empregado para enganar alguém, com intuito de benefício próprio. O dolo é a arma do estelionatário, como diziam os antigos civilistas. De acordo com o art. 145 do CC, o negócio praticado com o dolo é anulável, no caso de ser este a sua causa. Esse dolo, causa do negócio jurídico, é conceituado como dolo essencial, substancial ou principal (dolus causam). Em casos tais, uma das partes do negócio utiliza artifícios maliciosos, para levar a outra a praticar um ato que não praticaria normalmente, visando obter vantagem, geralmente com vistas ao enriquecimento sem causa.**
> **Para tanto, deve-se levar em conta a pessoa natural comum, o que antes era denominado como homem médio, a partir das regras de comportamento e de experiência, o que está de acordo com a teoria tridimensional de Reale. Em suma, deve-se ter como parâmetro a conduta do homem razoável ("reasonable man").**
> **Dolus malus (dolo mau) – este sim consiste em ações astuciosas ou maliciosas com o objetivo de enganar alguém e lhe causa prejuízo. Quando se tem o dolo mau, o negócio jurídico poderá ser anulado se houver prejuízo ao induzido e benefício ao autor do dolo ou a terceiro."**

Evidente que a 1ª Ré já tem agido dolosamente, pois o Autor assinou documentos e entregou depósito de sua poupança, acreditando em uma falsa noção da realidade inserida no caso em tela, que o conduziu

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

a erro, através de conduta dolosa da Ré, que se soubesse da real situação, com certeza não teria concretizado o pagamento, objeto desta lide.

Assim imperiosa se faz a determinação da **anulação ou a rescisão do negócio jurídico**, sendo tal situação assegurada pela jurisprudência pátria, conforme abaixo demonstrado:

> **"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. DEMANDAS CONEXAS. VÍCIO NO CONSENTIMENTO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. INADIMPLEMENTO. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO DO PREÇO DO IMÓVEL. FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO ADQUIRENTE. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DOLO E MÁ-FÉ DA PARTE COMPRADORA. TRANSFERÊNCIA. REGISTRO IMOBILIÁRIO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. APELO PROVIDO. I. Hipótese na qual a documentação que instrui o processo evidencia que a parte que se comprometeu a comprar o imóvel, em vez que efetuar o pagamento, utilizou-se de manobras para transferir a titularidade do bem no registro imobiliário. II. Comprovado o dolo empregado para a realização do negócio jurídico, resultando na formalização de contrato de compra e venda não pretendido por uma das partes, a anulação do negócio jurídico se mostra necessária, sob pena de enriquecimento ilícito. III - Devida indenização por danos morais no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) pela locatária inadimplente desde janeiro de 2009, e que ainda registrou o imóvel em seu nome, valendo-se da inexperiência e pouca instrução das partes envolvidas, à locadora que saiu de seu imóvel para morar na casa de terceiros no afã de receber os alugueis. IV - Apelação provida."**
> **(TJ-MA - APL: 0012438-22.2011.8.10.0001, Rel. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/04/2014)**

Ressalta-se que o erro e o dolo aqui arguidos, advieram de uma propaganda enganosa perpetrada contra um consumidor, o que agrava ainda a ilicitude dos Résu. Assim, encontram-se claramente afrontadas as seguintes normas do Código de Defesa do Consumidor, lei 8.878/90, como segue:

> **Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:
I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)
III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (...)
IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. (...)
§ 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (...)
IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;
V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
II - subtraiam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;
III - transfiram responsabilidades a terceiros;
IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a eqüidade;
XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;
§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:
I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
II - restringe direito ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.
§ 4° É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
24
Carimbado Eletronicamente

> **contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.**

Na Hipótese em tela, restou devidamente demonstrado a falha na prestação do serviço, por vício de informação, cláusulas abusivas, bem como propaganda enganosa, o que acarreta a possibilidade de reconhecimento de **nulidade ou rescisão do negócio jurídico**, com ressarcimento dos respectivos prejuízos.

3.3. Dos Danos Materiais

Não é demais frisar que a Ré demonstrou comportamento abusivo e ilegal em desfavor do Autor, passível, portanto, de reparação pelos danos materiais, em decorrência do desfazimento da relação jurídica aqui discutida.

Dispõe o artigo 186 do novo código Civil Brasileiro, *in verbis*: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". E ainda, de acordo com o art. 927 e 944 do novo Código Civil:

> **Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**
>
> **Art. 944 – A indenização mede-se pela extensão do dano.**

Por outras palavras no dizer do Ilmo. Dr. Washington de Barros Monteiro, "o direito à indenização surge sempre que prejuízo resulte da atuação do agente". Assim, fica caracterizada a total responsabilidade das Rés supracitados pelo ressarcimento dos prejuízos causados ao Autor.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora, o contrato não se abstém na rescisão do negócio por desistência do contratante, mas prevê a retenção de toda a quantia paga, cobrando multa rescisória de 20% (vinte por cento), o que também é deveras abusivo, devendo ser tal cláusula afastada, haja vista a nulidade deste documento.

No caso em tela, o Autor desembolsou o valor da 'entrada', no importe de R$ 10.500,00, mais R$ 1.177,05, relativamente à 1ª parcela do financiamento do imóvel, o que foi pago através de boleto único no dia 13/12/2017.

Por causa disto, os Réus devem restituir o Autor pelos prejuízos materiais causados, na monta total de R$ 11.677,05, que deve ser paga com o acréscimo de correção monetária e juros legais, a partir do desembolso.

3.5 Do Dano Moral

De *prima facie*, deve-se analisar de forma escorreita o instituto do dano moral, que se caracteriza por ser a lesão de interesse não patrimonial de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo. Segundo o Dr. Aguiar Dias, "o dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão abstratamente considerada."

Logo, afirma-se que no momento em que os Réus descumpriram seu dever legal, não prestando corretamente as informações solicitadas, criou uma situação de constrangimento ao Autor, atingindo sua honra subjetiva, que segundo Eugenio Cuello Calón "designa o sentimento da própria dignidade moral, nascida da consciência de nossas virtudes ou de nosso valor moral, isto é, a honra em sentido estrito".

Isso sem contar que, no que tange à proteção e defesa do consumidor, a reparação dos danos baliza-se na responsabilização do

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

ofensor com vistas à satisfação pessoal ou econômica do consumidor, consistindo seu objetivo maior, na verdade, servir de desestímulo à prática lesiva nas relações de consumo, a exemplo da que ocorreu *in casu.*

Desta forma, o que se pode concluir é que o consumidor foi tratado com desrespeito, não se levando em conta a condição de cidadão, que é cumpridor de seus deveres, sendo certo que a conduta dos Réus ofendeu a sua dignidade, atingindo-lhe a personalidade e violando seu *status dignitatis*. A dignidade, por sua vez, é prevista como um princípio fundamental em nossa Constituição, uma cláusula pétrea inserida no artigo 1º, III, como princípio fundamental de nosso Estado Democrático de Direito.

Repita-se que os Réus deixaram de cumprir com o seu dever de cuidado, ao prestar informações enganosas, que causou muito mais que um mero prejuízo econômico, já que houve imensa perda de tempo com ligações, deslocamentos, idas e vindas. É certo que todo esse desgaste causou enorme abalo emocional ao Autor. Deveras absurdo!!!

Cristalino, Exª, que, caso os Réus persistam com a prática destes fatos, todos os seus consumidores que venham a vivenciar situações similares sofrerão enormes prejuízos, de modo que essa conduta deve ser desestimulada. Por fim, quanto à fixação do *quantum*, o MM. Julgador, ao qualificá-la, deve se ater à dimensão da ilegalidade do dano e a capacidade econômica do seu causador, que, na espécie, é considerável.

Portanto, quer deixar claro o Autor que não pretende aqui se locupletar, mas tão só que a verba indenizatória do dano moral venha amenizar o constrangimento por ele suportado, haja vista que a propaganda enganosa, foi muito além do prejuízo financeiro, pois houve enorme dispêndio de tempo e desgaste emocional, o que implica em dano moral *in re ipsa*.

O Superior Tribunal de Justiça tem decidido reiteradas vezes que na fixação do dano moral deve o julgado se ater a critérios, tais como o nível

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

cultural do causador do dano, condição sócio-econômica do ofensor e, no caso em tela, **a imensa margem de lucro de empresas que fazem parte de vasto e poderoso grupo econômico**. De outro lado, entretanto, tem-se um homem honesto, que apenas queria tirar sua família da comunidade violenta, que atualmente reside. Assim já julgou o STJ:

> **"DANO MORAL. REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR. CONDENAÇÃO ANTERIOR EM QUANTIA MENOR. [...] Ademais, a reparação deve ter fim também pedagógico, de modo a desestimulara prática de outros ilícitos similares, sem que sirva, entretanto, a condenação de contributo a enriquecimentos injustificáveis..."**

Inclusive, no presente caso, também se aplica a teoria do desvio produtivo do consumidor, que foi consolidada pelo STJ, através do REsp nº 1.260.458/SP, que deve ser considerado em casos similares ao presente, uma vez que o Autor teve grande dispêndio de tempo, na tentativa de resolver amigavelmente o presente problema.

Note-se, que, a prática reiterada da 1ª Ré, já é conhecida do Judiciário do Rio de Janeiro, havendo diversos julgados comprovando que ela age irrefreavelmente com violação ao princípio da boa-fé. É necessário trazer o posicionamento jurisprudencial recente de nosso Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao que tange a 1ª Ré (KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL), *in litteris*:

> **"Apelação. Cooperativa habitacional. Propaganda enganosa por omissão. Desfazimento do contrato sem retenção de quaisquer valores pagos. Dano moral. Jurisprudência. 1. O fornecedor de serviços, sobretudo de serviços massificados e contratados por adesão, deve utilizar a língua do seu público-alvo não só na publicidade que oferece vantagens inauditas, mas também nas entrelinhas que ressalvam as condições para seu desfrute, ou do contrário não estará assegurando "informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados"**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

(CDC, art. 31). 2. Que certas cláusulas contratuais sejam claras e compreensíveis ao operador de Direito, formado com o necessário instrumental jurídico, não significa que o sejam também para o cidadão leigo das classes mais baixas e mais vulneráveis à inculcação propagandística. 3. É enganosa, por omissão, a propaganda que deixa de anunciar dado essencial sobre a natureza do produto ou serviço, induzindo o consumidor, ainda que tacitamente, em erro quanto à conveniência da contratação para as suas necessidades pessoais. Tal é o caso da cooperativa habitacional que, funcionando quase à moda de um autêntico consórcio, e condicionando a liberação do capital subscrito à disponibilidade de recursos no mês, à integralização de um seu percentual e à proposta de antecipação de parcelas a vencer (o que se equipara a um lance), veicula publicidade que inculca no receptor a ilusão de que poderá rapidamente sair do aluguel, sem explicitação dos termos em que funciona o negócio ofertado. 4. Violação dos arts. 6º, inc. III, 31, 36, 37, caput e §§ 1º e 3º, e 39, inc. IV, do Código de Defesa do Consumidor. Impossibilidade de se admitir cláusula de retenção, nesse contexto. 5. A falha no dever de informação clara e adequada, que constitui direito básico do consumidor, pode configurar dano moral quando importe em frustração de legítimas expectativas do consumidor em relação a algum plano ou aspecto de vida considerado suficientemente relevante para impactar seus direitos de personalidade. Tal é o caso da aquisição imobiliária, que exige do consumidor o levantamento de recursos consideráveis, proporcionalmente a seus ganhos, e faz nele nutrir sonhos e planos que, desfeitos por culpa do fornecedor, não se podem considerar como meros dissabores corriqueiros. 6. Considerando o importe dos valores dispendidos pelo ludibriado consumidor; o impacto de tais somas em seu modesto orçamento; a extensão do dano decorrente da ilusão desfeita e a extrema gravidade da culpa do ofensor, afigura-se razoável o arbitramento da verba compensatória no valor de R$ 5.000,00. 7. Provimento do recurso. Data de julgamento: 24/02/2016. (TJ-RJ - AC 0013480-65.2013.8.19.0202. Des. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES. Data de Julgamento. Ré: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL C/C RESILIÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL. CONSUMIDORA QUE ADERIU À KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL COM O OBJETIVO DE OBTER FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL PARA DECLARAR A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO E CONDENAR A APELANTE A DEVOLVER R$ 6.826,62 A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS, E AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 A TÍTULO DE DANO MORAL. APELAÇÃO DA RÉ PUGNANDO PELO

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

RECONHECIMENTO DE VALIDADE DO CONTRATO. DESPROVIMENTO DO RECURSO, COM FULCRO NO ART. 557, CAPUT, DO CPC, CONFIRMANDO-SE A BEM LANÇADA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 1 - Afronta ao princípio da transparência e dever de informação ao consumidor, nos termos dos artigos 4º, caput, 6º, inc. III e 31 da Lei 8078/90, tendo em vista a utilização de termos de difícil compreensão, bem como a falta de informação adequada no material publicitário. 2 - Desrespeito à boa-fé objetiva e à função social do contrato que impõe sua nulidade, assim como a restituição dos valores pagos e a indenização a título de dano moral. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática." (TJ-RJ - AC 0351733-70.2013.8.19.0001. Des. ANTÔNIO CARLOS BITENCOURT - Julgamento: 20/10/2015)

"APELAÇÃO CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. RITO ORDINÁRIO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COOPERATIVA HABITACIONAL KEROCASA. AUTORA QUE SE ASSOCIOU À RÉ NO INTUITO DE COMPRAR UMA CASA. APÓS ADIANTAR VALORES, DESISTIU E REQUEREU A RESCISÃO DO CONTRATO. SENTENÇA JULGANDO PROCEDENTES OS PEDIDOS. APELAÇÃO DA RÉ. PRETENSÃO DE RETER 20% DOS VALORES PAGOS, CONFORME PREVISÃO CONTRATUAL. IMPROCEDÊNCIA DOS DANOS MORAIS. A ré/apelante violou os princípios da transparência máxima, vulnerabilidade do consumidor e boa-fé objetiva, insculpidos no art. 4º, caput, I e III, do CDC. RESCISÃO DO CONTRATO SEM ÔNUS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM CONDENAÇÃO DA RÉ/APELANTE, NO QUAL FOI DECLARADA A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS, BEM COMO AO PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 DE DANOS MORAIS, VEZ QUE ATENTE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE QUE O CASO REQUER, levando-se em conta a angústia de ver frustrado seu sonho de adquirir a casa própria, além de ver negado o seu legítimo pedido de devolução integral dos valores pagos. RECURSO DA RÉ/APELANTE QUE SE CONHECE E SE NEGA SEGUIMENTO. INTEIRO TEOR Decisão Monocrática - (TJ-RJ - AC 0024523-20.2013.8.19.0001. Des. NATACHA TOSTES OLIVEIRA - Julgamento: 21/05/2015)

In casu, a propaganda enganosa da Ré, submeteu o Autor a toda sorte de aborrecimentos e desgastes, fazendo com que o consumidor perdesse muito tempo, tentando resolver problemas decorrentes de práticas abusivas.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Ora Exa., o tempo perdido e o desagaste com o prejuízo em tela, são imensuráveis, razão pela qual deve a Ré indenizar o Autor pelos danos morais que lhe foram causados, cuja fixação do valor indenizatório não deve ficar aquém de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA

Requer o Autor à V.Exa. a concessão dos efeitos da tutela de urgência, com supedâneo no art. 300 do novo CPC, para que haja arresto do imóvel *"**apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado**"*, de propriedade do 3º Réu, que será a 2ª penhora deste bem.

É cediço que os Réus esvaziaram o patrimônio da 1ª Ré, e é fato que há grande risco de que o mesmo ocorra com os bens dos sócios, o que ensejará frustração a este procedimento.

Frise-se que há o direito líquido, certo e favorável ao Autor, uma vez que presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, que são basicamente: I) *periculum in mora*: existência de um dano potencial, um risco, que ocorre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte; II) *fumus boni iuris*: plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança; III) art. 301, CPC/2015: previsão legal expressa de arresto em sede de tutela de urgência.

Dessa forma, o Autor requer à V.Exa. a concessão *inaudita altera pars* de **TUTELA DE URGÊNCIA**, com supedâneo no art. 300 do CPC/2015, para que seja realizado **arresto do seguinte imóvel do 3º Réu: *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção***

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado.

V - DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer o Autor à Vossa Excelência:

- Deferimento da Gratuidade de Justiça, nos moldes da legislação vigente;

- Deferimento do pedido de Prova Emprestada em relação ao feito nº **0305983-40.2016.8.19.0001**;

-Desconsideração da Personalidade Jurídica da Sociedade Cooperativa, para inclusão dos diretores da 1ª Ré, conforme art. 134, §2º, CPC/2015 e art. 28, CDC;

-Aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC;

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que seja arrestado o *apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado*, de propriedade do 3º Réu;

-Citação dos Réus, **via postal com AR**, sendo a 1ª Ré na pessoa dos seus representantes legais para, querendo, responderem a presente sob pena de revelia, confissão e preclusão;

-Seja julgado procedente o pedido, com declaração da rescisão ou anulação do contrato em comento, condenando-se os Réus a restituírem todos os valores pagos pelo Autor, conforme fundamentação supra, totalizando o montante de **R$ 11.677,05 (onze mil, seiscentos e**

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

setenta e sete reais e cinco centavos), com incidência das atualizações legais a partir da data do respectivo pagamento;

- Condenação dos Réus em indenização por **DANOS MORAIS, em montante não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, em favor do Autor, pelos transtornos causados à honra subjetiva deste, na forma *in re ipsa*, com base no princípio da dignidade da pessoa humana e na teoria punitivo-satisfativa, em sintonia com a teoria satisfativa-compensatória e considerando a elevada posição econômica dos Réus, que devem ser pagos com acréscimos de correção monetária e juros legais, a contar do evento danoso, na forma da Súmula 54, STJ;

Condenação dos Réus ao pagamento da verba honorária na razão de 20% sobre o valor da condenação total, sem prejuízo do eventual reembolso relativo aos emolumentos judiciais despendidos, em caso de recurso.

Pleiteia, outrossim, pela produção de provas na amplitude do art. 369 do CPC/2015, especialmente, documental, documental superveniente, testemunhal e depoimento pessoal dos Réus, sendo a 1ª Ré na pessoa de seu representante legal, sob pena de confissão caso não compareça ou compareça e se recuse a depor.

Outrossim, o Autor esclarece que seu advogado possui escritório nesta cidade, na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar – Centro, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações, citações e comunicações atinentes ao presente, nos termos do artigo 106, I do CPC/2015, requerendo a vinculação neste feito do nome do advogado **MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520**, que compõe a sociedade de advogados **MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS,** para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta, cujo endereço eletrônico é **marcomedeiros@msaonline.adv.br**, para fins do art. 287, CPC/2015.

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Dá-se à causa o valor de R$ 21.677,05 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS
OAB/RJ 102.520

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

GABRIELA MOSCIARO PADUA
OAB/RJ 172.794

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 08/11/2018 e foi publicado em 12/11/2018 na(s) folha(s) 384/386 da edição: Ano 11 - n° 48 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
548
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 09/11/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
549
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 09/11/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
550
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**12/11/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
551
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
552
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
553
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
554
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
555
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Atualizado em	**23/11/2018**
Data da Juntada	**22/11/2018**
Situação	**Negativo**
Data da Intimação	**14/11/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
556
Carimbado Eletronicamente

CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM

AR
99123*43*4 2013 DR.R.
TJERJ
CORREIOS

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO
JT 97785717 9 BR

ENDEREÇO
MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
C E P RUA Andre Rocha 2299. Ramal 1785
CEP 22.710-367 Taquara Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 12/12/2018 11:40 99123

NOME OU R.

ENDEREÇO

C.E.P.

DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA DO RECEBEDOR	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
/ /		

7535-651-0024

RECUSADO PELO JURIDICO DA EMPRESA.

MISTO
Envelope produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C015899

PJERJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Carta
9912314374/2017 - DR/RJ
PJERJ
Correios

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
RUA Andre Rocha 2299, Ramal 1785
CEP 22.710-567 Taquara Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 CITACOES 12/12/2018 11:40 99123

Correios REGISTRADO URGENTE *registered priority* PESO (kg) *weight*
Recebedor AR MP
Assinatura Doc.
FC1613

JT 97785717 9 BR

7535-655-6994

PROCESSO EM NOME DE TERCEIROS
13 11 2018

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
558
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 23/11/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
559
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 23/11/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
560
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 13/11/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
561
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 13/11/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

ACIJ REDESIGNADA PARA O DIA 12/12/2018 ÁS 11:40 HRS.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
562
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 19/11/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
563
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 19/11/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Redesigne-se data de audiência, citando o réu Sergio Pereira Parente de Souza, por OJA, no endereço de fls. 528. Intimem-se os demais.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
564
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**05/12/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
565
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. E OUTROS,** também já devidamente qualificado, vem através de sua advogada abaixo assinada, respeitosamente, a presença de V.Exa., expor e requerer o que segue.

Conforme se verifica dos autos as fls. 556, o AR referente a citação do réu Marcus Vinicius de Oliveira Fialho, retornou negativo.

É certo ainda que até o momento, não houve retorno do mandado de citação de fls. 546, enviado para cumprimento pela Central da Barra da Tijuca, referente ao réu Sergio Pereira Parente de Souza.

Diante do exposto, a fim de se evitar o deslocamento desnecessário das partes, **requer seja retirada de pauta a audiência designada para o dia 12/12/2018 as 11 horas e 40 minutos, com urgência, a fim de se viabilizar a ciência antecipada das partes.**

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

FABIANA VIANNA FERRÃO

OAB-RJ 126-296

TJRJ CAP JC07 201809280355 05/12/18 11:12:42134726 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
566
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**05/12/2018**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**05/12/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
567
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 05/12/2018

Despacho

Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

Rio de Janeiro, 05/12/2018.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **417R.LP22.GZ91.AI62**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
568
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**06/12/2018**
Data	**05/12/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
569
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
570
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
571
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
572
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
573
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Data	**11/12/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
574
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Central de Cumprimento de Mandados da Barra da Tijuca da Barra da Tijuca

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2018054490
Documento: 1264/2018/MND

Certifico e dou fé, que em cumprimento ao r. mandado, me dirigi ao local indicado, e nã obstante o endereço estar incompleto, fui informada pela recepcionista , Sra. Ana Lúcia Lima, ident.08779858-3 IFP, após proceder a busca no sistema do condomínio, de que não tem morador e nem funcionário com esse nome no local, motivo pelo qual deixei de proceder a citação/intimação.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

Maria Elisa Santos de Andrade Mello - 01/17159

Data: 10/12/2018 21:49:46 Local: TJ-RJ Motivo: Assinado por MARIAELISA

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
575
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Data	**11/12/2018**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
576
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Central de Cumprimento de Mandados da Barra da Tijuca da Barra da Tijuca

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2018054244
Documento: 1256/2018/MND

Certifico e dou fé,que em cumprimento ao r. mandado,me dirigi ao local indicado, e não obstante o endereço estar incompleto, fui informada pela recepcionista, Sra. Ana Lúcia Lima, ident. 08779858-3 IFP, após proceder a busca no sistema do condomínio, de que não tem morador e nem funcionário com esse nome no local, motivo pelo qual deixei de proceder a citação/intimação.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

Maria Elisa Santos de Andrade Mello - 01/17159

Data: 10/12/2018 22:00:31 Local: TJ-RJ Motivo: Assinado por MARIAELISA

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
577
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 06/12/2018 e foi publicado em 11/12/2018 na(s) folha(s) 425/432 da edição: Ano 11 - n° 67 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
578
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**12/12/2018**
Data da Juntada	**11/12/2018**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
579
Capturado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CCCOMARCA DA CAPITAL - DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO NO 0102526-13.2018.8.19.0001

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. por seus advogados, infra-assinados, perante a este juízo informar a proposta de acordo com objetivo de por fim a demanda, nos termos seguintes:.

A parte RÉ PROPÕE A TÍTULO DE ACORDO O PAGAMENTO DE R$ 10.000,00 (dez mil reais) em 8 (oito) parcelas iguais no valor de R$ 1.250,00 (hum mil duzentos e cinquenta reais) através de ID depósito, ou depósito na conta a ser fornecida pela parte, fica estipulada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de cada parcela, caso haja descumprimento ou atraso da obrigação pecuniária, **solicitando ainda a parte autora ou seu patrono deverá entrar em contato pelo telefone: 2220-3738 – departamento jurídico – PARA CONVENCIONAR AS DATAS PARA PAGAMENTO DO ACORDO,** ou se preferirem pelo email juridicokerocasa@hotmail.com.

Requer, que a parte Autora seja intimada a fim de que diga se aceita o presente termo de acordo para que possa dar celeridade ao presente processo.

Por derradeiro, requer-se que todas as publicações dos atos processuais sejam efetuadas em nome dos advogados Dr. Marlon Martyr Neto OAB/RJ 156.928 e Dr. Pablo Alexander Marçal Cerqueira OAB/RJ 157.408, sob pena de nulidade.

N. Termos,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2018.

_____

Dr. Pablo Alexander

OAB/RJ 157.408

TJRJ CAP JC07 201809460581 11/12/18 14:55:18136266 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
580
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 17/12/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
581
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 17/12/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
582
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 17/12/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
583
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 17/12/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Retire-se o feito de pauta. Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 546 e, após, aguarde-se a manifestação da parte autora, sobre os resultados obtidos das citações.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2018
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
584
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**29/01/2019**
Data	**29/01/2019**
Descrição	**Certifico que não houve manifestação da parte interessada.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
585
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que não houve manifestação da parte interessada.

Rio de Janeiro, 29/01/2019.

Raul de Souza Antunes - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/31380

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
586
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**29/01/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**29/01/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
587
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 29/01/2019

Despacho

Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.

Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

Rio de Janeiro, 29/01/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4MLE.F7RL.1I8T.S282**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
588
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**30/01/2019**
Data	**29/01/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
589
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
590
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
591
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
592
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
593
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 30/01/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.

Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
594
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 30/01/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.

Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
595
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**31/01/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
596
Carimbado Eletronicamente

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** vem a presença de V.Exa, através de sua advogada abaixo assinada, em atenção ao despacho de fls. 587, expor o que segue.

1 - Da proposta ofertada:

Em que pese a proposta de acordo da executada nos moldes estabelecidos em fls. 579, cumpre informar que não há o interesse de estabelecer um acordo nos moldes ofertados.

Neste sentido, salienta-se que o exequente buscou contato com a executada através de telefone e e-mails, insistentemente, porém, sem obter êxito.

2 – Do arresto:

Conforme se depreende do item IV da exordial, foi requerido, em sede de tutela de urgência, o arresto do seguinte imóvel:

"apartamento 602 do bloco I do edifício em construção situado na rua Correa nº.92, com direito a uma vaga na garagem, localizada no

TJRJ CAP JC07 201900661653 31/01/19 17:58:42138050 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
597
Carimbado Eletronicamente

pavimento de acesso/ 1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado".

Esclarece o autor que o imóvel é de propriedade do 3º réu Sergio Pereira Parente de Souza, e que a 1ª ré (KEROCASA) não possui bens a executar, tendo em vista que seus sócios esvaziaram o patrimônio da mesma, conforme farta documentação anexada aos autos e fundamentação exposta na exordial.

Assim, presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, merece análise o pleito formulado desde a peça de ingresso no tocante ao arresto do imóvel supramencionado.

3 – Da intimação do réu Sergio Pereira Parente de Souza:

Quanto ao fornecimento de novo endereço para intimação do réu supramencionado, cumpre salientar que o autor buscou todos os meios possíveis até o presente momento, sem obter sucesso.

Neste sentido, é de se destacar também que no processo **0305983-40.2016.8.19.0001 (cujo prova emprestada foi requerida em exordial),** que tramita neste mesmo Juizado, o referido réu Sergio Pereira Parente de Souza compõe o polo passivo.

Na referida ação, restaram infrutíferas todas as tentativas de citação/intimação do mesmo, razão pela qual, ocorreu a aplicação por analogia ao Enunciado 37, FONAJE, determinando a intimação do réu Sergio Pereira Parente de Souza por edital, conforme despacho de fls. 753 do referido processo, ora transcrito:

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

> ***"Considerando que o feito encontra-se em fase de execução e, ante diversas tentativas infrutíferas de intimação do réu e dos coproprietários do imóvel penhorado, por analogia ao Enunciado 37, FONAJE, determino a intimação editalícia do executado Sergio Pereira Parente de Souza e dos coproprietários Gilberto Pereira Parente de Souza e Luiz Philipe Pereira Parente de Souza acerca da decisão proferida às fls. 629."***

Diante do exposto, requer seja aplicado o referido enunciado, expedindo-se a citação por edital do réu Sergio Pereira Parente de Souza.

Por fim reitera o pedido de Tutela de Urgência formulado desde a peça de ingresso no tocante ao arresto do imóvel supramencionado.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO

OAB/RJ 126.296

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 30/01/2019 e foi publicado em 01/02/2019 na(s) folha(s) 351/354 da edição: Ano 11 - n° 101 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
600
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**06/02/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**01/02/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
601
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 01/02/2019

Despacho

Considerando que o feito se arrasta há quase 01 ano sem que se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução.
No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.
Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

Rio de Janeiro, 01/02/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
602
Carimbado Eletronicamente

Código de Autenticação: **42VI.BMFY.SRRT.MC82**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
603
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**07/02/2019**
Data	**07/02/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
604
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Considerando que o feito se arrasta há quase 01 ano sem que se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução. No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
605
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Considerando que o feito se arrasta há quase 01 ano sem que se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução. No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
606
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Considerando que o feito se arrasta há quase 01 ano sem que se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução. No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
607
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Considerando que o feito se arrasta há quase 01 ano sem que se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução. No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
608
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 07/02/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Considerando que o feito se arrasta há quase 01 ano sem que se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução.
No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.
Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
609
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 07/02/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Considerando que o feito se arrasta há quase 01 ano sem que se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução.
No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.
Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
610
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 11/02/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.

Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
611
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 11/02/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Fls. 579: Ao autor, em cinco dias, para dizer se anui com a proposta de acordo da ré.

Em caso negativo, deverá informar novo endereço do réu Sergio Pereira Parente de Souza, em cinco dias, considerando as certidões negativas de fls. 574 e 576.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
612
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 08/02/2019 e foi publicado em 12/02/2019 na(s) folha(s) 340/343 da edição: Ano 11 - n° 108 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: ...se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução. No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
613
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 18/02/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Considerando que o feito se arrasta há quase 01 ano sem que se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução.
No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.
Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
614
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 18/02/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Considerando que o feito se arrasta há quase 01 ano sem que se consiga angularizar a relação processual e diante da notória dificuldade em se localizar os administradores da Cooperativa Habitacional (1ª Ré - já citada), esclareça a parte Autora o interesse na permanência destes no pólo passivo, uma vez que no sistema dos Juizados Especiais não se vislumbra eficácia prática na utilização do disposto no § 2º do art. 134 do CPC, pois o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no microssistema dispensa a instauração de incidente, conforme já pacificado pelo Conselho Recursal e, sobretudo, em razão dos princípios que norteiam os procedimentos que aqui tramitam. Ademais, para citação/intimação dos administradores não há que se falar em aplicação do Enunciado 37 do FONAJE na fase de conhecimento, visto que este só se aplica na fase de execução.
No mais, venha a certidão do RGI para análise do pedido de tutela de urgência, compreendido no arresto cautelar do imóvel indicado.
Prestados os esclarecimentos devidos, voltem para decisão.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
615
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**18/02/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
616
Carimbado Eletronicamente

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** vem à presença de V.Exa, por sua advogada infra assinada, em cumprimento ao r. despacho de fl. 601, expor e requerer o que segue:

Conforme perfeita análise da D. Magistrada, esclarece o Autor que desiste da presente ação em relação aos segundo, terceiro e quarto Réus, devendo prosseguir a presente apenas em face da primeira Ré, já citada.

Quanto à certidão do RGI, para análise do pedido de tutela de urgência, o Autor requer a juntada neste ato, conforme cópia anexa.

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, com a prolação de sentença, tendo em vista que restou infrutífera a tentativa

TJRJ CAP JC07 201901180211 18/02/19 19:08:59135496 PROGER-VIRTUAL

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

de conciliação, vez que o valor proposto pela Ré à fl. 579 se encontra muito aquém da pretensão autoral, conforme já manifestado nos autos às fls. 596/598.

Termos em que, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
618
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO Nº 17/029683

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 01

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL
REGISTRO DE IMÓVEIS - 2.º OFÍCIO

IMÓVEL: Apartamento 602 do Bloco I do edifício em construção situado na Rua Pio Correa nº 92, com direito a 01 vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado, indiscriminadamente e sua correspondente fração ideal de 0,00676 do terreno onde ainda existe o prédio nº 92 da mesma rua, a ser demolido, medindo: .... 24,75m de frente, nos fundos 11,74m, mais 40,00m (configurando com a medida anterior um angulo obtuso externo), mais 45,00m (configurando com a medida anterior um angulo obtuso interno); à direita 48,00m, mais 19,50m (alargando o terreno), mais 54,00m (configurando com a medida anterior um angulo obtuso interno); e à esquerda 8,08m, mais 44,40m (configurando um angulo obtuso interno), mais 8,80m (alargando o terreno), mais 38,60m (aprofundando o terreno e fechando o perimetro); confrontando na frente com a Rua Pio Correa, à direita com o imóvel 98 da Rua Pio Correa, à esquerda com o lote 1 do PA. 38.826 e nos fundos com terrenos dos prédios 292 e 282 da Rua Humaitá. Inscrito no FRE sob o nº 1.229.758 - CL 8624 (MP). PROPRIETÁRIA: Veplan Indústria Imobiliária do Rio de Janeiro Ltda., com sede nesta cidade na Avenida Atlântica nº 2600, CGC nº 30.527.170/0001-90. TITULOS AQUISITIVOS: Atos R-4 das matrículas 42.409 e 42.410, em 22.06.82; R-5 das matrículas 40.795 a ... 40.800; R-5 das matrículas 41.156 e 41.157; R-6 da matrícula 41.158; R-5 das matrículas 41.159 a 41.161; R-5 das matrículas 40.802 a 40.806, todos em 13.07.82. Rio de Janeiro, 10 JUN. 1983

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut
Matrícula 1.633.534

AV-1- 51.232 - SERVIDÃO DE TRÂNSITO DE VEÍCULOS: O imóvel é dominante de servidão de transito de veículos em que é serviente o lote 1 do PA. 38.826, conforme atos R-5 da matrícula 48.634 e AV-2 da matrícula 48.639. Rio de Janeiro, 10 JUN. 1983

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut
Matrícula 1.633.534

AV-2- 51.232 - SERVIDÃO DE TRÂNSITO DE PESSOAS E VEÍCULOS, ESTES EM UM ÚNICO SENTIDO: O imóvel é dominante de servidão de transito de pessoas e veículos, estes em um único sentido, em que é serviente o lote 3 do PA. 38.826 onde existem os prédios 304 e 296, conforme registro constante dos atos R-2

CONTINUA NO VERSO

Luiza H. L. Menescal Fabricio Matr. 94/16424

115

Emol:	71,30
Ressag:	1,42
FETJ:	14,26
Fundperj:	3,56
Funperj:	3,56
Funarpen:	2,85
Mútua:	0,00
Acoterj:	0,00
Total:	96,95

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça

Selo Eletrônico de Fiscalização
ECDU 19803 NAL

Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

VIRGINIA L. ERBISTE DA GAMA
5º Substituto
Matr. 94/1527

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado
TJRJ CAP JC07 201901180211 18/02/19 19:08:59135496 PROGER-VIRTUAL
AAA 95320755

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 01 VERSO

da matrícula 48.636 e AV-3 da matrícula 48.635, Rio de Janeiro, 10 JUN. 1983 - Shirlly E. X. Lopes - Escrev. Aut. Matrícula 1.633.538

AV-3- 51.232 - MEMORIAL: O imóvel integra o Memorial de Incorporação Imobiliária, conforme ato R-5 da matrícula 48.635. Rio de Janeiro, 10 JUN. 1983 - Shirlly E. X. Lopes - Escrev. Aut. Matrícula 1.633.538

AV-4- 51.232 - DEMOLIÇÃO: Nos termos do requerimento de 21.07.83, instruido pela certidão nº 230.524, expedida em 08.07.83 pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da Prefeitura desta cidade, protocolados neste cartório sob o nº 116.873, fica averbada a demolição do prédio residencial com dois pavimentos que existia no terreno onde está sendo construido o edifício. Rio de Janeiro, 28 JUL. 1983 - Shirlly E. X. Lopes - Escrev. Aut. Matrícula 1.633.538

AV-5-51.232 - ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO SOCIAL: Nos termos do requerimento de 04.12.86, instruído pela alteração contratual de 01.09.83, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado sob o nº 223.224, em 19.09.83, protocolados neste Cartório sob o nº 165.918, em 10.12.86, fica averbado que Veplan — Indústria Imobiliária do Rio de Janeiro Ltda. teve a sua denominação social alterada para Veplan Indústria Imobiliária Ltda. Rio de Janeiro, 06 JAN 1987 - Shirlly E. X. Lopes - Escrev. Aut. Matrícula 1.633.538

CONTINUA NA FICHA N.: 02

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
620
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO Nº 17/029683

[redacted]

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 · FICHA 02

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIARIO - COMARCA DA CAPITAL
REGISTRO DE IMOVEIS - 2º OFÍCIO

AV-6- 51.232 - ALTERAÇÃO E REVALIDAÇÃO DO MEMORIAL REFERIDO NO ATO AV-3: Nos termos do requerimento de 04.11.86, protocolado neste Cartório sob o numero-164.619, em 06.11.86, Veplan Indústria Imobiliária Ltda, não tendo concretizado, no prazo legal, a incorporação referida no ato AV-3 , e tendo realizado algumas modificações no projeto arquitetônico e especificações, revalidou-a, sujeitando-a no entanto a prazo de carência de 180 dias, findo o qual será lícito à requerente desistir do empreendimento se não tiverem sido comercializadas 70% das unidades autônomas projetadas. Tendo sido uma parte do terreno invadida pelo vizinho morador da casa da Rua Pio Correa 102, está em curso na 3ª Vara Cível desta cidade, ação de reintegração de posse, sendo - autora Veplan Indústria Imobiliária S/A e como réus William Costa Prado e sua mulher Helena Barbosa Costa Prado, tendo a incorporadora declarado que, se o Poder Judiciário der ganho de causa ao invasor, diminuindo, consequentemente, a área do terreno em que se assentará o edifício, nenhuma reivindicação ou postulação poderão formular os adquirentes dos apartamentos frente à incorporadora, desde que o respectivo projeto arquitetônico não seja, por - isso, alterado, obrigando-se a incorporadora a fazer constar dos títulos de alienação do empreendimento, a existência da ação em foco. A incorporadora - juntou ao Memorial requerimento e planta indicando a área "sub judice". Rio-de Janeiro, 04 JUN 1987.

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut.
Matricula 1.633.536

R-7 -51.232- TÍTULO: Incorporação. FORMA DO TÍTULO: Escritura do 18º Ofício de Notas, desta cidade, livro 4.792, fl. 185 de 29.02.88 e requerimentos de 10.03.88 e 22.03.88, protocolados neste Cartório sob o nº 179.525, em 10.03.88. VALOR: Cz$785.000,00 , pela fração e Cz$386.369,70 , pelas benfeitorias TRANSMISSÃO: Não incidente de imposto de transmissão, conforme processo E-04/001.815/88, de conformidade com o art. 73, inciso I do Decreto-Lei nº 5/75 e redação do Decreto-Lei nº 413/79. TRANSMITENTE: Veplan Indústria Imobiliária Ltda., CGC nº 30.527.170/0001-90, com sede nesta cidade na Rua Buenos Aires nº 68/21º andar (parte). ADQUIRENTE: Quatro de Janeiro Administração e Participações Ltda., CGC nº 31.894.926/0001-00, com sede nesta cidade na Rua Buenos Aires nº 68 - 21º andar (parte). Rio de Janeiro, 25 MAR 1988

FERNANDO B. FALEAD - Matrícula 06/1930
Oficial em exercício

CONTINUA NO VERSO

2/5

VIRGINIA L. ERBISTE DA GAMA
5º Substituto
Matr. 94/1527

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado
AAA 95320741

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
621
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 02 VERSO

AV-8-51.232- ALTERAÇÃO E REVALIDAÇÃO DO MEMORIAL REFERIDO NO ATO AV-3: Nos termos do requerimento de 04.08.89, protocolado neste Cartório sob o nº 196.740, em 08.08.89, fica averbado que a Quatro de Janeiro Administração e Participações Ltda, atual proprietária de todo o empreendimento, alterou e revalidou o referido Memorial de Incorporação, declarando inexistir prazo de carência, em nada modificando, no entanto, os elementos consignados na matrícula com relação ao presente imóvel. Foi comprovado também que a sentença da ação de reintegração de posse mencionada no ato AV-6, foi julgada procedente e transitou em julgado. Rio de Janeiro, 08 SET 1989

FERNANDO B. FALCÃO Matrícula 08/1530
Oficial Titular

R-9-51.232- TÍTULO: Hipoteca. FORMA DO TÍTULO: Instrumento particular de 10.08.89, protocolado neste Cartório sob o nº 197.213, em 23.08.89. VALOR: NCZ$5.877.200,00, reajustável nos casos e condições previstas no título, incluindo outras unidades. JUROS: 10% ao ano. PRAZO: A dívida será paga em 10.04.91. DEVEDORA: Quatro de Janeiro Administração e Participações Ltda., com sede nesta cidade na Rua do Ouvidor nº 121, 8º andar-parte, CGC nº 31.894.926/0001-00. CREDOR: Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº - Osasco/SP, CGC nº 60.746.948/0001-12. Rio de Janeiro, 08 SET 1989

FERNANDO B. FALCÃO Matrícula 08/1530
Oficial Titular

AV-10-51.232 - ALTERAÇÃO DO MEMORIAL DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA REFERIDO NO ATO AV-3: Nos termos dos requerimentos datados de 21.01.91, 30.01.91 e 01.02.91, instruído pelo Alvará nº 49.072, expedido em 18.10.90, com validade até 25.01.91, protocolados neste Cartório sob o nº 209.612, em 21.01.91, fica averbado que a incorporadora alterou o referido Memorial reduzindo o nº de vagas da garagem, passando de 164 vagas para 157 vagas, sendo 71 vagas no 1º pavimento garagem e 86 vagas no 2º pavimento garagem, esclarecendo que as 7 vagas foram subtraídas do apartamento 901 do Bloco I, que possuía 11 vaga de garagem. Rio de Janeiro, 22 FEV 1991 -

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut
Matrícula 1.633.538

CONTINUA NA FICHA Nº 03.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
622
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO Nº 17/029683

[redacted]

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 03

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL
REGISTRO DE IMÓVEIS - 2º OFÍCIO

AV-11-51.232 - CONSTRUÇÃO: Nos termos do requerimento de 21.01.91, instruído pela Certidão nº 291.897, expedida em 14.01.91 pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - Superintendência de Parcelamento e Editorações da Prefeitura desta cidade e pela Certidão Negativa de Débito - CND nº 347.544, expedida em 16.01.91 pelo IAPAS, protocolados neste Cartório sob o nº 209.613, em 21.01.91, fica averbada a construção do apartamento, tendo o seu "habite-se" sido concedido em 14.01.91. Rio de Janeiro, 22 FEV 1991

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut.
Matrícula 1.633.538

AV-12-51.232 - CONVENÇÃO: Nos termos da escritura do 14º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3771, fl. 002, de 21.03.91, protocolada neste Cartório sob o nº 212.068, em 09.05.91, fica averbado que a convenção de condomínio do edifício do qual faz parte o imóvel encontra-se registrada em ficha Auxiliar sob o nº 3/02.399. Rio de Janeiro, 12 JUN 1991

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut
Matrícula 1.633.538

AV-13-51.232 - DESLIGAMENTO DA HIPOTECA OBJETO DO ATO R-9: Nos termos do requerimento de 29.01.92, Banco Bradesco S.A. autorizou o desligamento do imóvel da referida hipoteca. Rio de Janeiro, 17 FEV 1992

Ticarina de Souza Magalhães - Escrev. Aut
Matrícula 06/3141 (PERJ)

AV-14-51.232 - ADITAMENTO AO ATO PRECEDENTE: Fica aditado o referido ato para constar que o documento nele referido foi protocolado neste Cartório sob o nº 219.819, em 31.01.92. Rio de Janeiro, 17 FEV 1992

Ticarina de Souza Magalhães - Escrev. Aut
Matrícula 06/3141 (PERJ)

continua no verso

3/5

VIRGINIA L. ERBISTE DA GAMA
5º Substituto
Matr. 94/1527

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO
Associação dos Notários e Registradores do Estado
AAA 95320731

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
623
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRICULA 51232 | FICHA 03 VERSO

R-15-51.232 -TÍTULO:Compra e venda.FORMA DO TÍTULO:Escritura do 14º Ofício de Notas desta cidade, livro 3846, fl. 160 de 29.01.93 protocolada neste cartório sob o nº 234.821, em 20.08.93.VALOR:.. CR$ 426.000.000,00.TRANSMISSÃO:Guia nº 136.346, em 26.01.93.TRANSMITENTE:Quatro de Janeiro Administração e Participações Ltda.,com sede nesta cidade na Rua do Ouvidor nº 121 - 8º andar (parte), já qualificada no ato R-7.ADQUIRENTES:1)-Gilberto Pereira Parente de Souza,brasileiro,engenheiro,CPF.nº 610.697.447-00,casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Patricia Barbosa Schmall Parente; 2)-Luiz Philipe Pereira Parente de Souza,brasileiro,solteiro,médico,CPF.nº 743.812.377-49; e, 3)-Sergio Pereira Parente de Souza,brasileiro,solteiro,maior,economista,CPF.nº 810.516.547-34, todos residentes e domiciliados nesta cidade. (na proporção de 1/3 para cada um). Rio de Janeiro, 26 AGO 1993

Cicerina de Souza Magalhães
Escrev. Autorizado
Matrícula 06/3141 - (IPERJ)

AV-16-51.232 -ALTERAÇÃO DA MATRICULA:Nos termos do documento mencionado no ato precedente, fica alterada a matrícula para constar que o imóvel está inscrito no FRE sob o nº 1.915.239-6,CL.08.6249 Rio de Janeiro, 26 AGO 1993

Cicerina de Souza Magalhães
Escrevente
Matrícula 06/3141 - (IPERJ)

CONTINUA NA FICHA Nº 4

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
624
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO Nº 17/029683

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º Ofício do Registro de Imóveis
Av. Nilo Peçanha, 26 - 5º andar - Rio de Janeiro - RJ

AV-17-51.232- EXCLUSÃO DE 1/3 DO IMÓVEL DA COMUNHÃO: Nos termos da Carta de Sentença expedida em 24.05.2011, pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, Foro Regional III - Jabaquara, Comarca de São Paulo-SP, extraída dos autos da ação de separação consensual entre GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e PATRICIA BARBOSA SCHMALL PARENTE, protocolada sob o nº 446.247, em 10.10.2011, fica averbado que de acordo com a sentença proferida em 25.02.2011, 1/3 do imóvel da presente matrícula, pertence exclusivamente ao cônjuge varão, pois foi adquirido com recursos oriundos da venda de outro imóvel que ele possuía desde solteiro, e, portanto, não sendo objeto de partilha, nos termos do artigo 1659, incisos I e II, do Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14760

AV-18-51.232- SEPARAÇÃO CONSENSUAL: Nos termos do requerimento de 28.12.2009, instruído pela Certidão de Casamento expedida em 19.03.2007, pela 5ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato desta cidade, protocolados sob o nº 446.248, em 10.10.2011, fica averbada a separação consensual de GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e PATRICIA BARBOSA SCHMALL PARENTE, homologada por sentença proferida em 15.12.1993, pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Família do Foro Regional III - Jabaguara - SP, voltando ela a usar seu nome de solteira, PATRICIA BARBOSA SCHMALL. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14760

AV-19-51.232- DIVÓRCIO: Nos termos dos documentos mencionados no ato precedente, fica averbado o divórcio de GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e PATRICIA BARBOSA SCHMALL, homologado por sentença proferida em 24.04.1995, pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões do Foro

Continua no Verso...

MODELO 12

4/5

VIRGINIA L. ERBISTE DA GAMA
5º Substituto
Matr. 94/1527

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado
AAA 95320722

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
625
Carimbado Eletronicamente

Regional III - Jabaguara/Saúde - SP. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14760

AV-20-51.232- PACTO ANTENUPCIAL: Nos termos do requerimento de 28.12.2009, instruído pela escritura do 22º Tabelionato de Notas da Comarca de São Paulo - SP, livro 2872, fl. 244, de 17.10.1995 e pela Certidão expedida em 20.07.1998 pelo 14º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo - SP, protocolados sob o nº 446.248, em 10.10.2011, fica averbado que o pacto antenupcial celebrado entre GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e MARIA DOLORES GONÇALVES, convencionando que o regime de bens a vigorar entre eles, após a realização de seu casamento, será o da **separação total de bens**, na forma do artigo 276 e seguinte do Código Civil Brasileiro; conseqüentemente os bens serão incomunicáveis, em razão do que, cada cônjuge terá o exclusivo domínio e posse dos bens presentes e dos aquestos, ou daqueles que na constância do casamento vier a adquirir, a qualquer título, cabendo a cada cônjuge administrá-los livremente na parte que lhe diga respeito. Sendo incomunicáveis os bens, inclusive os que de futuro vierem a adquirir, consoante se disse acima, claro é que os bens de um deles em caso ou hipótese alguma, responderão por encargos ou dívidas do outro, sejam estes anteriores ou posteriores ao casamento, encontra-se registrado no 14º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo - SP, no Livro 3 na Ficha Auxiliar nº 6.926. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14760

AV-21-51.232- CASAMENTO: Nos termos do requerimento de 28.12.2009, instruído pela Certidão de Casamento expedida em 21.08.2009, pelo Registro Civil das Pessoas Naturais do 24º Subdistrito de Indianópolis - SP, protocolados sob o nº 446.248, em 10.10.2011, fica averbado o casamento de GILBERTO PEREIRA

Continua na Próxima Ficha...

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
626
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO Nº 17/029683

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º Ofício do Registro de Imóveis
Av. Nilo Peçanha, 26 - 5º andar - Rio de Janeiro - RJ

PARENTE DE SOUZA e MARIA DOLORES GONÇALVES, realizado em 09.12.1995, pelo regime da **separação total de bens**, continuando ela a usar seu nome de solteira. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Caterina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14768

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Av. Nilo Peçanha, nº 26 - 5º andar - Capital

CERTIDÃO Nº 17/029683

Certifico que a presente certidão é reprodução autêntica da matrícula nº 51232, extraída conforme o disposto no § 1º do art. 19, da Lei nº 6.015/73, dela constando todos os eventuais ônus, registros de citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias, ou indisponibilidades que recaiam sobre o imóvel. Rio de Janeiro, 18/12/2017. Busca efetuada até 14/12/2017.

5/5

VIRGINIA L. ERBISTE DA GAMA - 5º Substituto - Mat. 94/1527

MODELO 12

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO
Associação dos Notários e Registradores do Estado
AAA 95320071

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
627
Carimbado Eletronicamente

EM BRANCO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
628
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**20/02/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**19/02/2019**
Data da Devolução	**20/02/2019**
Data da Decisão	**20/02/2019**
Tipo da Decisão	**Deferimento de Medidas Cautelares**
Publicado no DO	**Sim**
Data do Expediente	**21/02/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
629
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 19/02/2019

Decisão

Defiro, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629 objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34. Lavre-se o termo de Arresto Cautelar. Expeça-se certidão para o registro do ato, que deverá ser providenciado pelo Autor, no intuito de tornar a constrição oponível à terceiros.

Rio de Janeiro, 20/02/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **41KV.DPIX.747Q.9V82**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
630
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**20/02/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
631
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Defiro, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629 objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34. Lavre-se o termo de Arresto Cautelar. Expeça-se certidão para o registro do ato, que deverá ser providenciado pelo Autor, no intuito de tornar a constrição oponível à terceiros.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
632
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Defiro, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629 objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34. Lavre-se o termo de Arresto Cautelar. Expeça-se certidão para o registro do ato, que deverá ser providenciado pelo Autor, no intuito de tornar a constrição oponível à terceiros.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
633
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZARéu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Defiro, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629 objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34. Lavre-se o termo de Arresto Cautelar. Expeça-se certidão para o registro do ato, que deverá ser providenciado pelo Autor, no intuito de tornar a constrição oponível à terceiros.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
634
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**20/02/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**20/02/2019**
Data da Devolução	**20/02/2019**
Data da Sentença	**20/02/2019**
Tipo da Sentença	**Extinto o processo por desistência**
Publicado no DO	**Não**
Sentença Após o Recurso	**Sem valor líquido / Não se aplica**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
635
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 20/02/2019

Sentença

Tendo em vista a desistência manifestada pela parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no art. 485,VIII do CPC para JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA E MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Sem ônus sucumbenciais, por força do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juiz leigo que presidiu a audiência, para elaboração de projeto de sentença em face da 1ª Ré, uma vez que esta já foi devidamente citada, compareceu a ACIJ e apresentou a sua defesa.

Antes, porém, cumpra o cartório a decisão de fls. 629 com a lavratura do termo e expedição da certidão.

Rio de Janeiro, 20/02/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4RGM.VDEZ.G4R6.BV82**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
636
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**20/02/2019**
Data	**20/02/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
637
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Tendo em vista a desistência manifestada pela parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no art. 485,VIII do CPC para JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA E MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Sem ônus sucumbenciais, por força do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juiz leigo que presidiu a audiência, para elaboração de projeto de sentença em face da 1ª Ré, uma vez que esta já foi devidamente citada, compareceu a ACIJ e apresentou a sua defesa.

Antes, porém, cumpra o cartório a decisão de fls. 629 com a lavratura do termo e expedição da certidão.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
638
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Tendo em vista a desistência manifestada pela parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no art. 485,VIII do CPC para JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA E MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Sem ônus sucumbenciais, por força do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juiz leigo que presidiu a audiência, para elaboração de projeto de sentença em face da 1ª Ré, uma vez que esta já foi devidamente citada, compareceu a ACIJ e apresentou a sua defesa.

Antes, porém, cumpra o cartório a decisão de fls. 629 com a lavratura do termo e expedição da certidão.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
639
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Tendo em vista a desistência manifestada pela parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no art. 485,VIII do CPC para JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA E MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Sem ônus sucumbenciais, por força do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juiz leigo que presidiu a audiência, para elaboração de projeto de sentença em face da 1ª Ré, uma vez que esta já foi devidamente citada, compareceu a ACIJ e apresentou a sua defesa.

Antes, porém, cumpra o cartório a decisão de fls. 629 com a lavratura do termo e expedição da certidão.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
640
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Tendo em vista a desistência manifestada pela parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no art. 485,VIII do CPC para JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA E MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Sem ônus sucumbenciais, por força do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juiz leigo que presidiu a audiência, para elaboração de projeto de sentença em face da 1ª Ré, uma vez que esta já foi devidamente citada, compareceu a ACIJ e apresentou a sua defesa.

Antes, porém, cumpra o cartório a decisão de fls. 629 com a lavratura do termo e expedição da certidão.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
641
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**21/02/2019**
Data	**21/02/2019**
Descrição	**TERMO DE ARRESTO E RGI**

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
642
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO PARA O REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
(Art. 247 - CNCGJ)

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Rossana Dusi Vilela - Matr. 01/21460, Titular do Cartório do 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA**, nos termos do art. 844 do CPC, para fins de registro de arresto cautelar, que foi lavrado o **TERMO DE ARRESTO CAUTELAR**, assinado pelo M.M. Juiz(a) Valeria Pacha Bichara, no dia 21 de fevereiro de 2019 nos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, nº 0102526-13.2018.8.19.0001, em que são partes: **Jonathan da Silva PereiraNacionalidade Brasileira Profissão: Militar em Geral Estado Civil: Casado Data de Nascimento: 21/08/1989 Idade: 29 CPF: 13196589706 RG: 222737603 Emissor: DIC Endereço: Rua Vilela Tavares,**
nº 355 101 - CEP: 20725-220 - Méier - Rio de Janeiro - RJ em face de **Sergio Pereira Parente de Souza - CPF: 81051654734 - IFP/DETRAN: 2057534 Emissor: IFP/DETRAN - Endereço: Rua Mário Covas Júnior, nº 135 Edificio Key Biscayne - CEP: 22631-030 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ**, incidindo sobre o seguinte imóvel: **APARTAMENTO 602 DO BLOCO 1 DO EDIFICIO localizado à RUA PIO CORREA Nº 92, RIO DE JANEIRO, RJ, matrícula nº 51232, ficha01 conforme certidão do 2ºRGI acostada às fls.618/626**, que ficará a disposição deste Juízo para a garantia da execução da dívida. Certifico ainda que o **Sr. Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34 foi nomeado depositário do bem**. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 2019. Eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460 a subscrevo.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2019.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
643
Carimbado Eletronicamente

TERMO DE ARRESTO CAUTELAR

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Termo de arresto cautelar na forma do Art. 845, parágrafo 1º do Código de Processo Civil.

21/02/2019, no Cartório deste Juízo e nos autos da Ação Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, ora em fase de cumprimento de sentença, foi lavrado o presente Termo de **ARRESTO CAUTELAR de 1/3 do imóvel** de propriedade do sócio da empresa ré/executada (**Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34**), composto pelo **APARTAMENTO 602 DO BLOCO 1 DO EDIFICIO localizado à RUA PIO CORREA Nº 92, RIO DE JANEIRO, RJ, matrícula nº 51232, ficha01** conforme **certidão do 2ºRGI acostada às fls.618/626** destes autos, ficando nomeado **depositário o devedor (sócio Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34**). . Para constar lavrei o presente termo que, lido e achado de acordo, vai devidamente assinado. Eu, _____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Executado: Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4PGU.MMKE.HYWS.2W82**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
644
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Remessa ao Juiz Leigo	
Atualizado em	**28/06/2019**
Juiz	**Tula Rodrigues Ferreira de Menezes**
Data da Remessa	**21/02/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
645
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo:0102526-13.2018.8.19.0001

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

PROJETO DE SENTENÇA

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001
AUTOR: JOHATHAN DA SILVA PEREIRA
RÉU: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.
RÉU: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
RÉU: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
RÉU: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO

PROJETO DE S E N T E N Ç A

Trata-se de demanda indenizatória proposta pelo rito especial da Lei 9099/95, na qual pretende a parte autora a rescisão do contrato, a devolução dos valores pagos, bem como indenização por danos morais.

Alega, em síntese, a parte autora que com a intenção de adquirir uma casa própria celebrou contrato com a primeira ré, em 13/12/2017, para compra de um imóvel, no valor de R$ 350.000,00, tendo pago, através de depósito o valor de R$ 10.667,05. Afirma que após o pagamento da entrada e uma parcela de R$ 1.177,05, bem como enviar os documentos necessários para a ré, esta informou que na realidade, o contrato era de uma cooperativa habitacional, tendo, por tal razão, requerido o cancelamento do contrato e a devolução dos valores pagos, contudo, a ré deu somente respostas vagas e não restituiu qualquer valor até a presente data.

Em contestação, a primeira ré (Kerocasa) pugna pela improcedência dos pedidos autorais, alegando ausência de ato ilícito a ensejar o dever de reparar, tendo em vista que a parte autora teve ciência das regras contratuais quando da contratação do negócio jurídico, em observância ao princípio da informação. Ainda, ausência de danos morais.

É o breve relatório, o que a lei não veda. Passo a decidir.

Inegável que a relação jurídica existente entre as partes é de consumo, sendo aplicáveis as normas estatuídas no Código de Defesa do Consumidor, que consagram a presunção de sua boa-fé e o direito à informação. A responsabilidade civil da ré é objetiva, assim, não se faz necessário analisar a culpa do fornecedor no caso concreto para a aferição da sua responsabilidade pelos danos suportados pelo consumidor.

O cerne da questão é aferir se houve violação ou não ao direito do consumidor de ser adequadamente informado sobre o serviço contratado, uma vez que se trata de contrato de adesão.
Com efeito, a parte autora aderiu a um contrato, mediante promessa de conseguir um imóvel para sua moradia. Para tanto, no dia 13/12/2017, formalizou proposta de associação que indica o valor da adesão/subscrição no valor de R$ 350.000,00 (fls. 229/235).

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
646
Carimbado Eletronicamente

Na hipótese, o sistema da ré, como é sabido, não é de um financiamento nem de uma empresa de concessão de crédito, mas sim uma cooperativa habitacional onde o consumidor é supostamente informado que não havia prazo certo para a liberação de crédito, pois o resultado só pode ser apurado conforme o fluxo de caixa da cooperativa.

De igual forma, é sabido que nas propostas de associação nesse tipo de negócio, bem como no estatuto social constam informações truncadas ao consumidor quando menciona os termos ¿Capital Subscrito¿, ¿Amortizações Mensais¿ e ¿número de quotas subscritas¿. Também não é inteligível à pessoa leiga as expressões constantes nos termos de declaração juntado aos autos, não havendo nos autos qualquer comprovação de que a parte autora tenha recebido informação clara e adequada sobre a forma e prazo de liberação do crédito.

Nesse contexto, é possível concluir que a parte autora foi induzida a erro, pois acreditou que em curto espaço de tempo obteria o imóvel necessário à aquisição da casa própria, o que não refletia a realidade. Neste sentido:

Processo : 2013.700.009708-3 Juiz(a) Juiz(a) SIMONE DE FREITAS MARREIROS - Julgamento: 28/11/2013 A parte autora interpôs recurso inominado de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido. No caso, o autor afirma ter celebrado com o réu, em 20/09/2011, contrato para financiamento de imóvel, no valor de R$ 30.000,00. Sustenta ter dado o valor de R$ 1.139,00 no ato da assinatura do contrato e já ter quitado a segunda parcela, no valor de 239,00, contudo a requerida não cumpriu o pactuado, não tendo liberado o valor para o financiamento do imóvel. Pretende a rescisão contratual, devolução dos valores pagos, em dobro, e danos morais. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, declarando rescindido o contrato e condenando o réu a restituir a quantia de R$ 478,00. Reforma parcial da sentença. A parte autora alega que pactuou contrato de financiamento de imóvel com a ré, pagando um valor de entrada e mais uma parcela, sem que a quantia contratada para a compra do bem tenha sido liberada. O réu, por outro lado, afirma que o requerente aderiu a plano de cooperativa habitacional e que não foi fixado prazo para a concessão do valor financiado. Da análise dos autos, dúvidas não restam de que o autor, ao contratar com a ré, não pretendia se associar a ela, mas sim obter financiamento para realizar o "sonho da casa própria", não havendo qualquer comprovação de que tenha recebido informação clara e adequada sobre a forma e prazo de liberação de tal crédito. Entendo, portanto, que os valores pagos devem ser restituídos, já que o réu não chegou a prestar qualquer serviço para o autor, contudo, na forma simples, eis que não se trata de hipótese prevista no parágrafo único do art. 42 do CDC. Assim, deve o requerente receber restituição total no valor de R$ 1.378,00. Danos morais configurados, diante da falsa expectativa criada pelo requerido de que o requerente estaria pactuando contrato para aquisição da "casa própria", mostrando-se a quantia de R$4.000,00 compatível com a repercussão e natureza do dano sofrido. Diante do exposto, voto no sentido de conhecer e dar parcial provimento ao recurso para condenar a ré a: 1) restituir ao autor a quantia de R$ 1.378,00 (um mil trezentos e setenta e oito reais), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação; e 2) pagar ao autor o valor de R$ R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente a partir desta data e acrescido de juros de mora de 1% ao mês da citação até o efetivo pagamento. Mantida, no mais, a sentença como lançada. Sem ônus sucumbenciais.

Em consequência, a parte autora faz jus à devolução dos valores pagos, com o afastamento da cláusula que prevê a retenção de 20% da quantia a título de multa e taxa de administração, em caso de desistência, vez que se trata de contrato de adesão sendo a cláusula abusiva, bem como deve o contrato em questão ser rescindido.

Logo, deve ser devolvido à parte autora o valor de R$ 11.677,05 (fls. 236/237). A devolução deve se dar forma simples, já que o presente caso não se enquadra na hipótese do parágrafo único, do artigo 42, do CDC.

No que tange aos danos morais, tem-se que restaram configurados, diante da falsa expectativa criada de que a parte autora estaria pactuando contrato para aquisição da "casa própria", não tendo as rés

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
647
Carimbado Eletronicamente

comprovado que prestaram esclarecimentos suficientemente claros quanto ao negócio que estava sendo celebrado. Diante de tal situação, a quantia de R$ 4.000,00, mostra-se compatível com a repercussão e natureza do dano sofrido.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE OS PEDIDOS, com fundamento no artigo 487, I do CPC, para: 1) condenar a primeira ré (Kerocasa) ao pagamento da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, acrescida de juros de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir da publicação dessa sentença; 2) condenar a primeira ré (Kerocasa) ao pagamento do valor de R$ 11.677,05 (onze mil seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), a título de devolução, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir do vencimento das parcelas; 3) declarar rescindido o contrato celebrado entre as partes referente a proposta número 14581, encerrando-se todos os débitos. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

A referida quantia deve ser depositada em até 15 (quinze) dias a contar do trânsito em julgado desta sentença, sob pena de multa de 10% do valor fixado na forma do art. 523, §1º do CPC c/c Enunciado Jurídico n° 08 oriundo do VIII Encontro de Juizados Especiais Cíveis e Turmas Recursais, publicado através do Aviso nº 36/2016. Fica ciente a parte que o juízo procederá, de imediato, ao protesto extrajudicial da certidão de crédito elaborada pelo Cartório, na forma do art. 517 do CPC, o que deverá preceder à prática de qualquer outro ato executivo, salvo se a parte expressamente manifestar se em sentido contrário.

Publicações, intimações conforme requerido pelas partes.

Desde já submeto o presente projeto de sentença à homologação do juiz togado na forma do art. 40 da Lei 9099/95.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2019.

TULA RODRIGUES FERREIRA DE MENEZES
Juíza Leiga

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2019.

Tula Rodrigues Ferreira de Menezes

Código de Autenticação:
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Data: 28/06/2019 13:03:01 Local TJ-RJ Motivo: Assinado por Tula Rodrigues Ferreira de Menezes

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
648
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**28/06/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**28/06/2019**
Data da Devolução	**28/06/2019**
Data da Sentença	**28/06/2019**
Tipo da Sentença	**Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória**
Publicado no DO	**Sim**
Data do Expediente	**01/07/2019**
Sentença Após o Recurso	**Sem valor líquido / Não se aplica**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
649
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 28/06/2019

Sentença

HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95. Após o transito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, aguarde-se por 30 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se à baixa e ao arquivamento. Ficam as partes cientes, desde já, de que, após 90 dias da data do arquivamento definitivo, os autos serão incinerados, nos termos do Ato Normativo Conjunto 01/2005. Expeça-se mandado de pagamento, se for o caso. P.R.I.

Rio de Janeiro, 28/06/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4HN1.YQYG.3877.VDD2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
650
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**02/07/2019**
Data	**28/06/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
651
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95. Após o transito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, aguarde-se por 30 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se à baixa e ao arquivamento. Ficam as partes cientes, desde já, de que, após 90 dias da data do arquivamento definitivo, os autos serão incinerados, nos termos do Ato Normativo Conjunto 01/2005. Expeça-se mandado de pagamento, se for o caso. P.R.I.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
652
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95. Após o transito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, aguarde-se por 30 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se à baixa e ao arquivamento. Ficam as partes cientes, desde já, de que, após 90 dias da data do arquivamento definitivo, os autos serão incinerados, nos termos do Ato Normativo Conjunto 01/2005. Expeça-se mandado de pagamento, se for o caso. P.R.I.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que a decisão abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 21/02/2019 e foi publicado em 25/02/2019 na(s) folha(s) 416/417 da edição: Ano 11 - n° 117 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Decisão: Defiro, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629 objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34. Lavre-se o termo de Arresto Cautelar. Expeça-se certidão para o registro do ato, que deverá ser providenciado pelo Autor, no intuito de tornar a constrição oponível à terceiros.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
654
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 21/02/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Defiro, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629 objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34. Lavre-se o termo de Arresto Cautelar. Expeça-se certidão para o registro do ato, que deverá ser providenciado pelo Autor, no intuito de tornar a constrição oponível à terceiros.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
655
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 21/02/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Defiro, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629 objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34. Lavre-se o termo de Arresto Cautelar. Expeça-se certidão para o registro do ato, que deverá ser providenciado pelo Autor, no intuito de tornar a constrição oponível à terceiros.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
656
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 07/03/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Defiro, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629 objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34. Lavre-se o termo de Arresto Cautelar. Expeça-se certidão para o registro do ato, que deverá ser providenciado pelo Autor, no intuito de tornar a constrição oponível à terceiros.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
657
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 21/02/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Tendo em vista a desistência manifestada pela parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no art. 485,VIII do CPC para JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA E MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Sem ônus sucumbenciais, por força do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juiz leigo que presidiu a audiência, para elaboração de projeto de sentença em face da 1ª Ré, uma vez que esta já foi devidamente citada, compareceu a ACIJ e apresentou a sua defesa.

Antes, porém, cumpra o cartório a decisão de fls. 629 com a lavratura do termo e expedição da certidão.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
658
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 07/03/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Tendo em vista a desistência manifestada pela parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no art. 485,VIII do CPC para JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA E MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Sem ônus sucumbenciais, por força do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juiz leigo que presidiu a audiência, para elaboração de projeto de sentença em face da 1ª Ré, uma vez que esta já foi devidamente citada, compareceu a ACIJ e apresentou a sua defesa.

Antes, porém, cumpra o cartório a decisão de fls. 629 com a lavratura do termo e expedição da certidão.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
659
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 21/02/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Tendo em vista a desistência manifestada pela parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no art. 485,VIII do CPC para JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA E MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Sem ônus sucumbenciais, por força do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juiz leigo que presidiu a audiência, para elaboração de projeto de sentença em face da 1ª Ré, uma vez que esta já foi devidamente citada, compareceu a ACIJ e apresentou a sua defesa.

Antes, porém, cumpra o cartório a decisão de fls. 629 com a lavratura do termo e expedição da certidão.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
660
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 07/03/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Tendo em vista a desistência manifestada pela parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no art. 485,VIII do CPC para JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA E MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO. Sem ônus sucumbenciais, por força do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juiz leigo que presidiu a audiência, para elaboração de projeto de sentença em face da 1ª Ré, uma vez que esta já foi devidamente citada, compareceu a ACIJ e apresentou a sua defesa.

Antes, porém, cumpra o cartório a decisão de fls. 629 com a lavratura do termo e expedição da certidão.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
661
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 01/07/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95. Após o transito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, aguarde-se por 30 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se à baixa e ao arquivamento. Ficam as partes cientes, desde já, de que, após 90 dias da data do arquivamento definitivo, os autos serão incinerados, nos termos do Ato Normativo Conjunto 01/2005. Expeça-se mandado de pagamento, se for o caso. P.R.I.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
662
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 01/07/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95. Após o transito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, aguarde-se por 30 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se à baixa e ao arquivamento. Ficam as partes cientes, desde já, de que, após 90 dias da data do arquivamento definitivo, os autos serão incinerados, nos termos do Ato Normativo Conjunto 01/2005. Expeça-se mandado de pagamento, se for o caso. P.R.I.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
663
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que a sentença abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 01/07/2019 e foi publicado em 03/07/2019 na(s) folha(s) 309/311 da edição: Ano 11 - n° 197 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Sentença: HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95. Após o transito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, aguarde-se por 30 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se à baixa e ao arquivamento. Ficam as partes cientes, desde já, de que, após 90 dias da data do arquivamento definitivo, os autos serão incinerados, nos termos do Ato Normativo Conjunto 01/2005. Expeça-se mandado de pagamento, se for o caso. P.R.I.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
664
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**03/07/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
665
Carimbado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ.

PROCESSO Nº 0102526-13.2018.8.19.0001

TJRJ CAP JC07 201905053499 03/07/19 15:57:41138570 PROGER-VIRTUAL

KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, nos autos da ação em que move **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. por seu advogado, infra-assinado, observando-se o procedimento do artigo 48 da lei 9.099/95 e com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), opor os presentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

em face da decisão de fls..., pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1 - DA SÍNTESE PROCESSUAL E DA DECISÃO EMBARGADA

A Embargante sofreu ajuizamento de ação, cujo objetivo é penalizar a Embargante pelos danos supostamente vivenciados pelo associado pelo não cumprimento do contrato razão pelo qual ficará demonstrado fartamente neste recurso.

2 - A REFERIDA SENTENÇA *A QUO* FOI DA SEGUINTE FORMA.

"...Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE OS PEDIDOS, com fundamento no artigo 487, I do CPC, para: 1) condenar a primeira ré (Kerocasa) ao pagamento da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
666
Carimbado Eletronicamente

título de danos morais, acrescida de juros de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir da publicação dessa sentença; 2) condenar a primeira ré (Kerocasa) ao pagamento do valor de R$ 11.677,05 (onze mil seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), a título de devolução, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir do vencimento das parcelas; 3) declarar rescindido o contrato celebrado entre as partes referente a proposta número 14581, encerrando-se todos os débitos. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95. A referida quantia deve ser depositada em até 15 (quinze) dias a contar do trânsito em julgado desta sentença, sob pena de multa de 10% do valor fixado na forma do art. 523, §1º do CPC c/c Enunciado Jurídico n° 08 oriundo do VIII Encontro de Juizados Especiais Cíveis e Turmas Recursais, publicado através do Aviso nº 36/2016...”

Ou seja, no documento 3 da peça de defesa, em seu art. 14 restou claro e evidente de que a parte Embargada deveria amortizar o mínimo de 10% contratualmente previsto, corroborando ainda nessa mesma linha de raciocínio, no documento 4 na cláusula 1ª, existe a mesma informação. Detalhe maior, este último documento além de constar a assinatura da parte autora, existe ao lado da mesma, a seguinte frase em letras garrafas e negrito (**NÃO ASSINE SEM LER**).

Ante o exposto, considerando que a pretensão da embargante encontra arrimo no artigo 48 da lei 9.099/95 e com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), requer-se o acolhimento do presente embargo, com escopo de que esclareça este magistrado com relação a **“contradição”** da r. sentença apresentada, tal falha, vem a prejudicando o direito de defesa do réu, ferindo o princípio mais importante de nossa carta magna, qual seja, o princípio da ampla defesa e do contraditório, conforme art. 5, LV, sendo após a análise, Requer que seja limitada a devolução dos valores pagos, respeitando os termos contratuais e do Regimento Interno da Cooperativa ré, art. 31, inciso I, alínea “a” do capítulo XI, não sendo de forma integral.

N. Termos,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
667
Carimbado Eletronicamente

Dr. Pablo Alexander Marçal Cerqueira
OAB/RJ 157.408

Dr. Marlon Martyr Neto
OAB/RJ 156.928

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
668
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**04/07/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
669
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95. Após o transito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, aguarde-se por 30 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se à baixa e ao arquivamento. Ficam as partes cientes, desde já, de que, após 90 dias da data do arquivamento definitivo, os autos serão incinerados, nos termos do Ato Normativo Conjunto 01/2005. Expeça-se mandado de pagamento, se for o caso. P.R.I.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
670
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**04/07/2019**
Data	**04/07/2019**
Descrição	**Certifico que os embargos de declaração às fls. 665 são tempestivos.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
671
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que os embargos de declaração às fls. 665 são tempestivos.

Rio de Janeiro, 04/07/2019.

Paulo Roberto Gomes e Souza - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/29065

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
672
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**04/07/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**04/07/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
673
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 04/07/2019

Sentença

Recebo os embargos de fls. 665/667 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 04/07/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4TZX.TX87.14Z3.SLD2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
674
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**05/07/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
675
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Recebo os embargos de fls. 665/667 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
676
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Recebo os embargos de fls. 665/667 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
677
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Recebo os embargos de fls. 665/667 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
678
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**05/07/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
679
Carimbado Eletronicamente

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. **0102526-13.2018.8.19.0001**

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção à retro decisão de fls., tempestivamente opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Com arrimo no artigo 1022 do Diploma Processual Civil de 2015, em razão da retro decisão apresentar contradição e obscuridade em ponto de extrema relevância, o qual, V. Exa. deve se pronunciar, de acordo com as razões a seguir alinhadas:

DA OMISSÃO QUANTO À CONFIRMAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA

Não obstante a perfeita conclusão da D. Magistrada ao julgar procedente em parte a presente ação, requer o Embargante seja suprida a omissão quanto ao pedido de tutela de urgência, deferido à fl. 629, porém não confirmado em sentença.

TJRJ CAP JC07 201905153736 05/07/19 18:33:24135759 PROGER-VIRTUAL

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

Cabe ressaltar que foi deferido o arresto de 1/3 do imóvel pertencente ao sócio da empresa ré, conforme decisão a seguir transcrita:

> **"Defiro, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629 objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34. Lavre-se o termo de Arresto Cautelar. Expeça-se certidão para o registro do ato, que deverá ser providenciado pelo Autor, no intuito de tornar a constrição oponível à terceiros."**

No entanto, na r. sentença, não houve a devida análise para confirmação do deferimento do pleito em tela, o que se espera e requer.

DOS REQUERIMENTOS

Ex positis, requer o Embargante que V. Exa., usando toda a sensibilidade e saber jurídico que inegavelmente possui, ante as razões trazidas nesta peça e com fulcro nos artigos 494, II e 1.022 do Diploma Processual Civil de 2015, receba e dê provimento aos presentes Embargos, para suprir a omissão acima suscitada, a fim de que seja confirmada a tutela deferida, mantendo-se o arresto sobre o imóvel situado na Rua Pio Correa, 92, Bloco I, apto. 602, nos termos da decisão de fl. 629.

Termos em que,
P. Deferimento.
Rio de Janeiro, 5 de julho de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
681
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**08/07/2019**
Data	**08/07/2019**
Descrição	**Certifico que os embargos de declaração às fls. 679 são tempestivos.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
682
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que os embargos de declaração às fls. 679 são tempestivos.

Rio de Janeiro, 08/07/2019.

Paulo Roberto Gomes e Souza - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/29065

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
683
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**08/07/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**08/07/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
684
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 08/07/2019

Sentença

Recebo os embargos de fls. 679/680 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 08/07/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4HA8.639L.PPE7.MPD2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
685
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**09/07/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
686
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Recebo os embargos de fls. 679/680 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
687
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Recebo os embargos de fls. 679/680 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
688
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Recebo os embargos de fls. 679/680 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
689
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**10/07/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
690
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. **0102526-13.2018.8.19.0001**

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, proposto em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção à retro decisão de fls., tempestivamente opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Com arrimo no artigo 1022 do Diploma Processual Civil de 2015, em razão da decisão de fls. 684 apresentar omissão em ponto de extrema relevância, o qual, V. Exa. deve se pronunciar, de acordo com as razões a seguir alinhadas:

DAS RAZÕES DOS PRESENTES EMBARGOS

Imprescindível se torna o esclarecimento quanto à decisão proferida em fls. 684, tendo em vista que o embargante não pretende a reforma da sentença, mas que apenas seja apreciado o pedido de tutela do arresto de 1/3 do imóvel pertencente ao sócio da empresa ré, que muito embora deferida em fls. 629, não foi confirmada na sentença de fls. 645/647.

Reitera o embargante que nas fls. 31, há o pedido inaugural quanto ao arresto de 1/3 do imóvel pertencente ao sócio da empresa ré, em sede de tutela. Em fls. 596/598 foi reiterado o pedido da referida tutela, sendo deferida em fls. 629, inclusive sendo expedidos a certidão para o RGI e o termo de arresto cautelar em fls. 642/643 respectivamente.

TJRJ CAP JC07 201905267933 10/07/19 13:18:03138050 PROGER-VIRTUAL

Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Entretanto, a sentença de fls. 645/647 foi omissa quanto ao referido pedido de tutela, não confirmando a mesma, ou mesmo o contrário.

Logo, repita-se não há o interesse de reforma da sentença, mas sim apenas a apreciação do pedido constante da exordial, com fulcro no artigo 48 da Lei 9099/95 e artigo 1022, inciso II do CPC:

> "Art. 48. **Caberão embargos de declaração** contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil."
> "Art. 1.022. **Cabem embargos de declaração** contra qualquer decisão judicial para:
> II - **suprir omissão** de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;"

DOS REQUERIMENTOS

Ex positis, requer o Embargante que V. Exa., usando toda a sensibilidade e saber jurídico que inegavelmente possui, ante as razões trazidas nesta peça e com fulcro no artigo 1.022 do Diploma Processual Civil de 2015, receba e dê provimento aos presentes Embargos, para suprir a omissão acima suscitada, a fim de que seja confirmada a tutela deferida, mantendo-se o arresto sobre o imóvel situado na Rua Pio Correa, 92, Bloco I, apto. 602, nos termos da decisão de fl. 629.

Termos em que,
P. Deferimento.
Rio de Janeiro, 10 de julho de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
692
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**10/07/2019**
Data	**10/07/2019**
Descrição	**Certifico que os Embargos de fls.690/691 opostos da r. sentença de fls.689 são tempestivos.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
693
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que os Embargos de fls.690/691 opostos da r. sentença de fls.689 são tempestivos.

Rio de Janeiro, 10/07/2019.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
694
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**15/07/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**10/07/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
695
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 10/07/2019

Sentença

Rejeito os Embargos de Declaração por não vislumbrar na sentença embargada qualquer vício passível de ser sanado pela via eleita. Saliento ademais que a medida deferida em caráter cautelar, somente poderá ser confirmada por ocasião da deflagração da execxução e eventual desconsideração da personalidade jurídica da empresa, se for o caso. I-se.

Rio de Janeiro, 15/07/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4RTN.TK1Z.UV8Z.SYD2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
696
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**16/07/2019**
Data	**15/07/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
697
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Rejeito os Embargos de Declaração por não vislumbrar na sentença embargada qualquer vício passível de ser sanado pela via eleita. Saliento ademais que a medida deferida em caráter cautelar, somente poderá ser confirmada por ocasião da deflagração da execxução e eventual desconsideração da personalidade jurídica da empresa, se for o caso. I-se.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
698
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Rejeito os Embargos de Declaração por não vislumbrar na sentença embargada qualquer vício passível de ser sanado pela via eleita. Saliento ademais que a medida deferida em caráter cautelar, somente poderá ser confirmada por ocasião da deflagração da execxução e eventual desconsideração da personalidade jurídica da empresa, se for o caso. I-se.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
699
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Rejeito os Embargos de Declaração por não vislumbrar na sentença embargada qualquer vício passível de ser sanado pela via eleita. Saliento ademais que a medida deferida em caráter cautelar, somente poderá ser confirmada por ocasião da deflagração da execxução e eventual desconsideração da personalidade jurídica da empresa, se for o caso. I-se.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
700
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 16/07/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Recebo os embargos de fls. 665/667 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
701
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 16/07/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Rejeito os Embargos de Declaração por não vislumbrar na sentença embargada qualquer vício passível de ser sanado pela via eleita. Saliento ademais que a medida deferida em caráter cautelar, somente poderá ser confirmada por ocasião da deflagração da execxução e eventual desconsideração da personalidade jurídica da empresa, se for o caso. I-se.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
702
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 16/07/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Rejeito os Embargos de Declaração por não vislumbrar na sentença embargada qualquer vício passível de ser sanado pela via eleita. Saliento ademais que a medida deferida em caráter cautelar, somente poderá ser confirmada por ocasião da deflagração da execxução e eventual desconsideração da personalidade jurídica da empresa, se for o caso. I-se.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
703
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 09/07/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Recebo os embargos de fls. 665/667 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
704
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 10/07/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Recebo os embargos de fls. 679/680 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
705
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 15/07/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei 9099/95. Após o transito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, aguarde-se por 30 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se à baixa e ao arquivamento. Ficam as partes cientes, desde já, de que, após 90 dias da data do arquivamento definitivo, os autos serão incinerados, nos termos do Ato Normativo Conjunto 01/2005. Expeça-se mandado de pagamento, se for o caso. P.R.I.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
706
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 09/07/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Recebo os embargos de fls. 665/667 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
707
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 10/07/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Recebo os embargos de fls. 679/680 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
708
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 22/07/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Recebo os embargos de fls. 679/680 e, no mérito, nego-lhes provimento, uma vez que inexiste na sentença proferida qualquer dos vícios elencados no art. 48 da Lei n. 9099/95. Outrossim, ressalto que esta não é a via adequada para parte obter a reforma da sentença proferida.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
709
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 26/07/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Rejeito os Embargos de Declaração por não vislumbrar na sentença embargada qualquer vício passível de ser sanado pela via eleita. Saliento ademais que a medida deferida em caráter cautelar, somente poderá ser confirmada por ocasião da deflagração da execxução e eventual desconsideração da personalidade jurídica da empresa, se for o caso. I-se.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
710
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**19/08/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
711
Carimbado Eletronicamente

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** vem à presença de V.Exa., por sua advogada infra-assinada, expor e requerer o que segue:

Conforme perfeita sentença exarada pela D. Magistrada, a ré deveria efetuar o depósito da quantia determinada em fls. 647 em até 15 dias a contar do trânsito em julgado da sentença, sob pena de multa de 10% do valor fixado na forma do Art. 526, §1º do CPC.

Neste sentido, consta em fls. 661/662 a intimação da ré referente a determinação de fls. 647, entretanto, com interposição de Embargos de Declaração, houve a interrupção do prazo supramencionado.

Salienta-se que a publicação da sentença rejeitando os últimos Embargos interpostos ocasionou o retorno do prazo supramencionado, constando certidão de intimação da ré da referida sentença em fls. 701/702, com regular intimação dos seus patronos na data de 16/07/2019.

TJRJ CAP JC07 201906552282 19/08/19 15:48:24139594 PROGER-VIRTUAL

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Sendo assim, após o início deste prazo, a ré não se manifestou, tampouco efetuou o depósito da quantia determinada nos itens 1 e 2 de fls. 647, mesmo após o trânsito em julgado da sentença supra.

Cumpre informar ainda, que a ré não realizou a obrigação de fazer do item 3 de fls. 647, o qual declarou rescindido o contrato celebrado entre as partes referente à proposta número 14581, encerrando-se todos os débitos.

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, sendo certificado o trânsito em julgado da sentença supramencionada, e o inicio da execução, com a ativação do sistema Bacenjud, realizando penhora online no valor de R$ 20.857,06 (vinte mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e seis centavos), conforme planilha anexa.

Por oportuno, requer que seja fixada multa diária pelo descumprimento da obrigação de fazer do item 3 de fls. 647, declarando rescindido o contrato celebrado entre as partes referente à proposta número 14581, encerrando-se todos os débitos.

Termos em que,
pede deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

PEDRO ALEXANDRE S.N.
OAB/RJ 216.731-E

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: agosto/2019

Indexador utilizado: TJ/RJ (Tabela Tribunal Just RJ)

Juros moratórios legais

Acréscimo de 10,00% referente a multa.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 10,00%	TOTAL
1	Dano Moral	16/7/2019	4.000,00	4.000,00	600,99	460,10	5.061,09
2	Devolução	13/12/2017	11.677,05	12.484,25	1.875,72	1.436,00	15.795,97

Sub-Total **R$ 20.857,06**

TOTAL GERAL **R$ 20.857,06**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
714
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**19/08/2019**
Data	**19/08/2019**
Descrição	**Certifico que a sentença transitou em julgado.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
715
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que a sentença transitou em julgado.

Rio de Janeiro, 19/08/2019.

Paulo Roberto Gomes e Souza - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/29065

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
716
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**26/08/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**19/08/2019**
Data da Devolução	**26/08/2019**
Data da Decisão	**19/08/2019**
Tipo da Decisão	**Determinado o bloqueio/penhora on line**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
717
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 19/08/2019

Decisão

Defiro a penhora on line, no valor de R$ 20.587,06 nas contas da ré, conforme ordem de bloqueio que segue. Decorrido o prazo, voltem para consulta.

Rio de Janeiro, 19/08/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **44W6.GCFX.9HKR.YLF2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
718
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Início da Execução	
Data	**27/08/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
719
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**27/08/2019**
Data da Juntada	**27/08/2019**
Tipo de Documento	**Documento**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
720
Carimbado Eletronicamente

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	EJUAI.VPACHA segunda-feira, 26/08/2019

Minutas | **Protocolamento** | **Ordens judiciais** | **Delegações** | **Não Respostas** | **Contatos de I. Financeira** | **Relatórios Gerenciais** | **Ajuda** | **Sair**

Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras** As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.
Número do Protocolo:	20190008749497
Data/Horário de protocolamento:	26/08/2019 12h42
Número do Processo:	01025261320188190001
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEI
Vara/Juízo:	4901 - VII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Valeria Pacha Bichara
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	131.965.897-06
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Deseja bloquear conta-salário?	Não

Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	**Valor a Bloquear**	**Contas e Aplicações Financeiras Atingidas**
10.657.514/0001-78 : KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA	20.587,06	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

Voltar para a tela inicial do sistema

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
721
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**30/08/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**29/08/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
722
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 29/08/2019

Despacho

Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 30/08/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4TPT.76FY.J6AX.2UF2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
723
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**30/08/2019**
Data da Juntada	**30/08/2019**
Tipo de Documento	**Documento**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
724
Carimbado Eletronicamente

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	EJUAI.VPACHA sexta-feira, 30/08/2019

Minutas | **Protocolamento** | **Ordens judiciais** | **Delegações** | **Não Respostas** | **Contatos de I. Financeira** | **Relatórios Gerenciais** | **Ajuda** | **Sair**

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

O Comitê Gestor do Bacen Jud Informa:

- As corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (instituições financeiras que custodiam investimentos de devedores) já estão respondendo ordens de bloqueio de valores mobiliários pelo sistema BACENJUD 2.0.

Até que sejam criados códigos específicos de resposta para o bloqueio e transferência dos ativos sob a responsabilidade desses novos participantes, os quais podem não ser líquidos (apuração imediata do valor), convencionou-se como resposta padrão a mensagem "bloqueio: R$0,01 - um centavo", via sistema. Nesses casos, SUGERE-SE NÃO DESBLOQUEAR a ordem, e aguardar o prazo de 30 dias, pois provavelmente as instituições financeiras encaminharão ofício, via Correios, com mais informações.

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20190008749497
Número do Processo:	01025261320188190001
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEI
Vara/Juízo:	4901 - VII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Valeria Pacha Bichara
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	131.965.897-06
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Deseja bloquear conta-salário?	Não

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **10.657.514/0001-78 - KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA** [**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
26/08/2019 12:42	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	20.587,06	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26/08/2019 20:06

Nenhuma ação disponível

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

				Resultado (R$)		

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
725
Carimbado Eletronicamente

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)		Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
26/08/2019 12:42	Bloq. Valor	Valeria Pacha Bichara	20.587,06	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27/08/2019 03:35
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	JONATHAN DA SILVA PEREIRA	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:	131.965.897-06	
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUAI. VPACHA

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
726
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**02/09/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
727
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
728
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**05/09/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
729
Carimbado Eletronicamente

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** vem à presença de V.Exa., por sua advogada infra-assinada, em atenção ao despacho de fls. 722, expor e requerer o que segue:

Tendo em vista que a penhora realizada restou infrutífera, o autor requer a ativação dos convênios INFOJUD E RENAJUD.

Diante do exposto, requer o prosseguimento da execução através da ativação dos convênios INFOJUD E RENAJUD.

Termos em que,
pede deferimento.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

PEDRO ALEXANDRE S.N.
OAB/RJ 216.731-E

TJRJ CAP JC07 201907169530 05/09/19 16:24:45138569 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
730
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**06/09/2019**
Juiz	**Marco Antonio Azevedo Junior**
Data da Conclusão	**05/09/2019**
Data da Devolução	**06/09/2019**
Data do Despacho	**05/09/2019**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
731
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 05/09/2019

Despacho

Considerando a existência de diversas ações semelhantes face à esta ré e as diversas buscas efetuadas no RENAJUD e INFOJUD com resultados negativos, resta inútil mover a máquina judicial diante de tal opção inócua.
Intime-se o exequente para que seja alertado quanto à eficiência e utilidade da adoção do procedimento do protesto do título judicial definitivo, manifestando-se expressamente quanto ao seu efetivo interesse na utilização do instrumento, de acordo com o art.517 do NCPC e do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, alterado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº18/2016, publicado no DJE em 11.11.2016.
Diga o mesmo como pretende prosseguir com a execução, em cinco dias, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 05/09/2019.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4C8T.NCF4.KZSP.J4G2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
732
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
733
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**06/09/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
734
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Considerando a existência de diversas ações semelhantes face à esta ré e as diversas buscas efetuadas no RENAJUD e INFOJUD com resultados negativos, resta inútil mover a máquina judicial diante de tal opção inócua.
Intime-se o exequente para que seja alertado quanto à eficiência e utilidade da adoção do procedimento do protesto do título judicial definitivo, manifestando-se expressamente quanto ao seu efetivo interesse na utilização do instrumento, de acordo com o art.517 do NCPC e do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, alterado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº18/2016, publicado no DJE em 11.11.2016.
Diga o mesmo como pretende prosseguir com a execução, em cinco dias, sob pena de extinção.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
735
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 13/09/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
736
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**19/09/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
737
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da carteira de identidade nº 222737603, expedida pelo DIC, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.965.897-06, residente e domiciliado na Rua Vilela Tavares, nº 355, aptº. 101, Lins de Vasconcelos, nesta cidade, CEP. 20.725-220, vem perante V.Exa., por seu procurador *in fine* assinado, com supedâneo nos arts. 319 e 133, CPC/2015, apresentar

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
C.C. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78, com sede na Avenida Rio Branco, nº 151, Sala 413, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.040-006 nos autos da Ação supracitada, com fulcro nos artigos 143 do Código de Processual Civil de 2015, integrando, assim, no polo passivo, seus diretores, **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis sob o nº. 37792/CRECI, RG 05.996.532-7/Detran-RJ e CPF 724.023.777-04, residente e domiciliado na rua Maria Benjamin, 94, casa 101 frente –

TJRJ CAP JC07 201907645574 19/09/19 19:21:37139091 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
738
Carimbado Eletronicamente

Pilares, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.750-140; **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, economista, RG 20.575-3 4 e CPF 810.516.547-34, residente e domiciliado estrada do Guanumbi, nº 108, casa 113, Freguesia, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.745-200; e **VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, brasileiro, casado, digitador, RG 09.834.553-1 do IFP/RJ e CPF 025.745.067-07, residente e domiciliado na Rua Ana Quintão, 381, nº 2, fundos, Piedade, Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.751-240, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

I - DOS FATOS

Trata-se de cumprimento de sentença, em que a 1ª Executada foi condenada a devolver ao Exequente a quantia de R$ 11.677,05, na forma simples, a título de dano material, corrigida monetariamente desde o desembolso e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação e a pagar a quantia de R$ 4.000,00 a título de dano moral, acrescida de juros a contar da citação e corrigida desde a data da publicação da sentença, cuja decisão transitou em julgado.

Desta feita, findo o prazo *in albis* para pagamento espontâneo, a parte Exequente pleiteou penhora *on-line*, no valor atualizado de R$ 20.587,06, que restou infrutífera. Por conseguinte, foi determinado por este juízo que o exequente demonstre como pretende prosseguir com a execução. "Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção."

Neste sentido, foram esgotadas todas as possibilidades jurídicas e legais, à disposição do Exequente, mostrando-se infrutíferos seus esforços na tentativa de localização do paradeiro da empresa Executada e de seus bens, sendo assim, o exequente pretende prosseguir com a execução face aos sócios, através da desconsideração da personalidade jurídica

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
739
Carimbado Eletronicamente

Cumpre informar que consta nos autos o requerimento, através de tutela, do arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629, objeto da matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente, sendo deferido em fls. 629, com certidão para o R.G.I. às fls. 642 e termo de arresto às fls. 643.

Tratando-se do imóvel em referência, cumpre anexar o **laudo de avaliação indireta** realizado no **processo** de nº **0305983-40.2016.8.19.0001**, que tramita neste mesmo juizado, o qual avaliou o **imóvel no valor de R$ 850.000,00** (oitocentos e cinquenta mil reais).

Contudo, a sentença de fls. 645/649 não tornou definitivo o arresto deferido, inclusive negando embargos por omissão neste sentido.

Outrossim, impende salientar que nos últimos anos, tornou-se prática espúria e ordinária no comércio, o encerramento de empresas sem a devida baixa nos órgãos competentes e sem a liquidação de todos os seus haveres, como determina a lei, causando graves e, às vezes, irreparáveis prejuízos aos seus Credores com claro intuito dos **SÓCIOS OU DIRETORES** de se locupletarem ilicitamente com suas atividades, em detrimento dos ditames legais e estatutários.

Neste viés, com a finalidade de frear a ganância desmedida, nosso Judiciário tem atuado de forma enérgica, ao se posicionar pela declaração da DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA de empresas, com a declaração da DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ILIMITADA DE SEUS SÓCIOS E ADMINISTRADORES (artigo 50, do Estatuto Civil), através do incidente previsto no art. 132, CPC/2015, que ora se suscita.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
740
Carimbado Eletronicamente

II – DO DIREITO

2.1. Da Legitimidade Passiva dos Diretores da 1ª Executada

É cediço que os 2º, 3º e 4º Requeridos são dietores da 1ª Executada, conforme comprovam os atos constitutivos em anexo, que foi juntado pela própria pessoa jurídica na fase de conhecimento do feito principal a este incidente (documento anexo em fls. 187 *at usque* 202).

De acordo com o art. 134, §2º, CPC/2015, é facultado à parte Exequente indicar quem será demandado, podendo fazê-lo em face da pessoa jurídica OU dos seus sócios / diretores.

Assim, os 2º, 3º e 4º Requeridos possuem pertinência temática subjetiva para compor o polo passivo da presente demanda, uma vez que compõem o quadro estatutário da 1ª Executada.

2.2. DA APLICAÇÃO DO ART. 28, CDC
Da Aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova

Ab initio, há de se ressaltar que numa relação em que uma das partes seja hipossuficiente em relação à outra, o Código de Defesa do Consumidor, demonstra em seu artigo 6º, inciso VIII, que pode ocorrer a inversão do ônus da prova, seja pela hipossuficiência de uma das partes ou pela verossimilhança da alegação.

Logo, a parte Exequente pleiteou a aplicação do microssistema protetivo do CDC, que foi utilizado como parâmetro interpretativo ainda na fase de conhecimento, haja vista sua latente insuficiência técnica relativamente ao objeto da presente lide.

Desta feita, especificamente o Exequente requer a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, VII, do CDC, por ser pessoa hipossuficiente juridicamente, uma vez que não detém os meios necessários para provar, em parte, o alegado, bem como aplicação do art. 28, CDC, com aplicação da **teoria menor da penetração**, para todos os

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
741
Carimbado Eletronicamente

fins de direito, uma vez que caracterizado está o inadimplemento da 1ª Executada.

2.3. Do Arresto do imóvel

Conforme consta nestes autos, foi requerido em sede de tutela, através da exordial, o arresto do apartamento 602 do bloco I, situado na rua Pio Correa nº. 92, o qual não foi apreciado em um primeiro momento.

Após novo pedido reiterando a apreciação da tutela em fls.596-598, foi determinada a apresentação de nova certidão de RGI do imóvel.

Com a juntada da certidão aos autos, em fls. 629, foi deferido, ad cautelam, o arresto de 1/3 do imóvel descrito às fls. 618/629, matrícula 51.232 do 2º RGI e pertencente ao Sócio da Empresa Ré - Sérgio Pereira Parente, determinado a lavratura do termo e certidão para o RGI.

Consta ainda em fls. 642 a certidão para o R.G.I. e em fls. 643 o termo de arresto cautelar do referido imóvel.

Entretanto, a sentença de fls. 645/649 não tornou definitivo o referido arresto, mesmo após interposição de embargos por omissão.

Ressalta-se que a sentença de fls. 695, a qual rejeitou os 2º embargos interpostos, menciona o seguinte trecho:

> **"Saliento ademais que a medida deferida em caráter cautelar, somente poderá ser confirmada por ocasião da deflagração da execução e eventual desconsideração da personalidade jurídica da empresa, se for o caso."**

Ora, é justamente o caso que estamos tratando aqui, tendo em vista que a execução se iniciou em 27/08/2019, conforme fls. 718, e através desta peça, pleiteia-se a desconsideração da personalidade jurídica da empresa.

Sendo assim, pelos motivos supramencionados, o arresto cautelar do referido imóvel deve ser confirmado e efetivado.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
742
Carimbado Eletronicamente

2.4. Da Dissolução Irregular e da Inatividade da 1ª Executada

Cabe explicitar que a Lei nº 5.764/1971, estabelece as condições e possibilidades de dissolução legal e regular das cooperativas, bem como de sua liquidação.

Dessume-se, então, das provas constantes dos autos, que a empresa Executada fora utilizada e dissolvida de forma irregular e ilegal, encerrando suas atividades em detrimento às disposições legais supra citadas, inclusive contratuais, haja vista, que não fora procedida qualquer baixa junto aos órgãos competentes, tampouco, se deu a liquidação de seus haveres e obrigações, como está demonstrado na presente Execução, **além de não deixar quaisquer bens para garantia e liquidação de suas dívidas**.

O Código Civil de 2002, amplia e estende a responsabilização daqueles que, sob o manto da personalidade jurídica, praticam atos tendentes a fraudar credores. Assim, diz o Estatuto Civil:

> **"Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica."**

Da mesma forma, a Lei das Cooperativas possui previsão de responsabilização dos seus diretores, conofrme se verifica abaixo:

> **"Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade."**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
743
Carimbado Eletronicamente

Assim, da análise conjunta dos dispositivos supra, conclui-se que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica tem por fundamento os princípios gerais de proibição do abuso de direito, fraude à lei ou prejuízo a terceiro, permitindo que o magistrado, diante de determinadas circunstâncias, desconsidere a personalidade, atribuindo condutas e responsabilidades diretamente aos direitores e administradores. Sobre o assunto, ensina Rubens Requião:

> **"Não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso do direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude)". (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 1977, págs. 266 e segs)**

Na seara doutrinária, outra não é a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> **"(...) Por vezes a autonomia patrimonial da sociedade comercial dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', pela qual se autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude. Ignorando a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar-se, direta, pessoal e ilimitadamente, o sócio por obrigação que, originariamente, cabia à sociedade. Pressuposto não afastável da despersonalização episódica da pessoa jurídica, no entanto, é a ocorrência da fraude por meio da separação patrimonial. Não é suficiente a simples insolvência do ente coletivo, hipótese em quem não tendo havido fraude na utilização da separação patrimonial, as regras de limitação da responsabilidade dos sócios terão ampla vigência. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica que o pressupõe, portanto. O credor da sociedade que pretende a sua desconsideração deverá fazer prova da fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da devedora." *(In* "Manual de Direito Comercial", editora Saraiva, 8ª edição, 1997, pág. 113/114 - Grifo inovado)**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
744
Carimbado Eletronicamente

Aduz-se que a teoria da desconsideração da pessoa jurídica **"tem a intenção de permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesses que se estabeleceu em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco"** (Direito Civil, Saraiva, 21ª ed., Parte Geral, vol. 1, SILVIO RODRIGUES, pág. 77 - grifo nosso).

A jurisprudência de nosso Estado acompanha o entendimento doutrinário acima exposto, confirma a tese já desenvolvida e, fulmina a questão digladiada, solucionando casos semelhantes ao da espécie em exame:

> **"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA. 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela ora agravada, em fase de cumprimento de sentença, cujo débito foi apontado à época como sendo R$ 506.165,68. 2. A decisão atacada deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para incluir a sócia administradora no polo passivo, que deverá ser intimada no endereço apontado na alteração contratual para oferecer bens à penhora, sob as penas da lei. 3. A nova regra de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Processo Civil de 2015 é aplicável somente a partir de sua vigência (18/03/2016), ao passo que a decisão atacada foi proferida em 22/02/2016. 4. A desconsideração da personalidade jurídica exige a ocorrência de abuso de direito, fraude contra credores, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. 5. Intimada a empresa devedora, não houve o pagamento do débito nem oferecimento de bens à penhora, sendo certo que restou infrutífera a tentativa de constrição "on line". 6. Outrossim, não logrou êxito em localizar bens passíveis de penhora por meio do sistema RENAJUD e certidões dos Distribuidores, conforme se verifica por meio de consulta eletrônica aos autos do processo principal. 7. O abuso do direito por desvio de função encontra-se consubstanciado no fato dos sócios terem abandonado a empresa sem adotar as providências operacionais e legais necessárias à regular liquidação da sociedade. 8. Julgados deste Tribunal no sentido de aplicar, por analogia, o verbete sumular nº 435 do STJ para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica. 9. Recurso desprovido." (TJ-RJ - AG 0045506-38.2016.8.19.0000. Des. MÔNICA MARIA COSTA DI PIERO - Julgamento: 14/03/2017 grifos nossos)**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
745
Carimbado Eletronicamente

Não se olvide que há presunção de fraude, quando a pessoa jurídica devedora abandona seu domicílio fiscal, sem adimplir as obrigações pendentes, permitindo-se a aplicação da teoria do levantamento do véu. É o que se vê abaixo:

> **Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.**

Em robustecimento à tese ora digladiada, colacionamos as decisões do **Superior Tribunal de Justiça**, em casos símiles, *in verbis*:

> **"EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS PARTICULARES DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS EMPRESAS EXECUTADAS. CONSTRIÇÃO ADMISSÍVEL. O sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada responde com seus bens particulares por dívida da sociedade quando dissolvida esta de modo irregular. Incidência no caso dos arts. 592, II, 596 e 10 do Decreto. N. 3.708, de 10.1.1919. Recurso especial não conhecido." (REsp 140564/SP. Min. BARROS MONTEIRO – 21.10.04)**

> **"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. REJEIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE) A existência de indícios do encerramento irregular das atividades da empresa executada autoriza o redirecionamento do feito executório à pessoa do sócio (Precedentes: AgRg no REsp n.º 643.918/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16/05/2005; REsp n.º 462.440/RS, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18/10/2004; e REsp n.º 474.105/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19/12/2003). (...). (EDcl no REsp 750335. Min. LUIZ FUX – 28.03.06)**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
746
Carimbado Eletronicamente

Da mesma forma, a desconsideração da personalidade jurídica, é plenamenente cabível às sociedades simples, inclusive cooperativas, bem como associações. Assim já foi decidido:

> **"Comprovado o encerramento irregular da executada, somado à inexistência de patrimônio penhorável (conforme se depreende dos autos, a exequente, ora agravante, tomou todas as providências razoáveis para obter dos devedores a garantia da execução, mas sem lograr êxito), legitima a desconsideração da personalidade da associação filantrópica, não para atingir seus associados, mas para atingir seus dirigentes, que a representam na forma dos estatutos" (Tribunal de Justiça de São Paulo. Ag 0271266- 83.2011.8.26.0000)**

Estes são os fundamentos que compõem a situação em foco, sendo certo que *in casu* é flagrante a inatividade da empresa, além do esvaziamento fraudulento da estrutura estatutária, *cabendo a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, para atingimento do patrimônio dos 2º, 3º e 4º Requeridos.*

III - DA TUTELA DE URGÊNCIA

Requer o Exequente à V.Exa. a concessão dos efeitos da tutela de urgência, com supedâneo no art. 300 do novo CPC, para que haja arresto das contas bancárias dos 2º, 3º e 4º Requeridos, através de penhora *on-line* no sistema BACEN-JUD. Tendo em vista o esvaziamento do patrimônio da 1ª Executada, é fato que há grande risco de que o mesmo ocorra com os bens dos sócios, o que ensejará frustração a este procedimento.

Frise-se que há o direito líquido, certo e favorável ao Exequente, uma vez que presentes os requisitos para alcançar uma providência de natureza liminar, que são basicamente: I) *periculum in mora*: existência de um dano potencial, um risco, que ocorre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte; II) *fumus boni iuris*: plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
747
Carimbado Eletronicamente

segurança; III) art. 301, CPC/2015: previsão legal expressa de arresto em sede de tutela de urgência.

Dessa forma, o Exequente requer à V.Exa. a concessão *inaudita altera pars* de **TUTELA DE URGÊNCIA**, com supedâneo no art. 300 do CPC/2015, para que seja realizado **arresto das contas bancárias dos 2º, 3º e 4º Requeridos, através de penhora *on-line* no sistema BACEN-JUD**.

IV - DOS PEDIDOS

Ex positis, o Exequente requer à Vossa Excelência, com base nos fundamentos acima explicitados, o que segue:

- A concessão de TUTELA DE URGÊNCIA, para que sejam arrestadas as contas bancárias dos 2º, 3º e 4º Requeridos, através de penhora *on-line* no sistema BACEN-JUD;

- A aplicação do CDC, com a inversão do ônus da prova, nos termos dos arts. 6º, VIII e 28 do CDC;

- **A confirmação do arresto do imóvel de fls. 618/629**, com a lavratura de novo termo de arresto e expedição de certidão para o R.G.I.;

- A intimação da 1ª Executada por diário eletrônico, uma vez que esta já possui advogado constituído no processo, bem como a citação dos 2º, 3º e 4º Requeridos, para apresentar manifestação, nos termos do artigo 145 do CPC/2015, com determinação de que a diligência citatória seja realizada por Oficial de Justiça, contendo os benefícios legais insertos no Art. 212, parágrafo segundo do CPC/2015;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
748
Carimbado Eletronicamente

- Ao final, digne-se a DECRETAR A **DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA** da 1ª Executada - **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.**, integrando seus diretores (2º, 3º e 4º Requeridos): **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO**, acima qualificados, no polo passivo da presente execução, com reconhecimento da respectiva responsabilidade pessoal, possibilitando-se, assim, o alcance de bens dos mesmos, os quais garantirão o débito em litígio;

- Por conseguinte, requer bloqueio mediante sistema BACENJUD dos 2º, 3º e 4º Requeridos, caso o pedido de arresto não seja deferido (o que não acreditamos) e, se esta medida não for exitosa, a expedição de Ofício via Renajud, para que este informe a existência ou não de bens em nome das pessoas acima nominadas, promovendo imediatamente o bloqueio dos mesmos;

- Condenação dos Executados ao pagamento dos emolumentos judiciais, acrescidos de atualização, além dos honorários advocatícios na proporção de 10% (dez por cento) do valor da condenação, que devem ser escalonados em caso de interposição de recursos, na forma do CPC/2015.

Pleiteia, outrossim, pela produção de todos os meios de provas admitidas em direito, em especial documental, testemunhal e depoimento pessoal.

Esclarece o Exequente que seu advogado possui escritório na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar, Centro, nesta cidade, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações e comunicações atinentes ao presente feito, requerendo a vinculação do nome do advogado **MARCO**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
749
Carimbado Eletronicamente

AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520, sócio da sociedade de advogados MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS, para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta e, para fins do art. 287, CPC/2015, indica o endereço eletrônico marcomedeiros@msaonline.adv.br.

Dá-se à causa o valor de R$ 21.085,06 (vinte e um mil, oitenta e cinco reais e seis centavos).

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

PEDRO ALEXANDRE S.N.
OAB/RJ 216.731-E

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
750
Carimbado Eletronicamente

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: setembro/2019
Indexador utilizado: TJ/RJ (Tabela Tribunal Just RJ)
Juros moratórios legais
Acréscimo de 10,00% referente a multa.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 10,00%	TOTAL
1	Dano Moral	16/7/2019	4.000,00	4.000,00	0,00	61,81	406,18	4.467,99
2	Dano Material	13/12/2017	11.677,05	12.484,25	0,00	2.622,72	1.510,70	16.617,67

Sub-Total	**R$ 21.085,66**

TOTAL GERAL	**R$ 21.085,66**

TJRJ CAP JC07 201907645574 19/09/19 19:21:37139091 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
751
Carimbado Eletronicamente

7º Juizado Especial Cível da Capital

Proc: 0305983-40.2016.8.19.0001

Mandado: 50694/2019

LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA

TJRJ CAP JC07 201907645574 19/09/19 19:21:37139091 PROGER-VIRTUAL

JUSTIFICATIVA

Não foi possível o acesso ao interior do imóvel, embora esta OJA tenha comparecido ao endereço do mandado, sendo recebido na portaria do edifício pelo porteiro Sr. Leonardo, que informou que o Sr. Sergio Pereira Parente de Souza mudou-se do local há mais de 2 anos. Assim sendo, cumprindo o mandado já expedido e em conformidade com o aviso nº 02/2016 da CCMVC bem como art. 357 da CNCGJ, procedo à avaliação indireta do mesmo.

CARACTERIZAÇÃO DO BEM AVALIADO

Classificação: Apartamento

Endereço: Rua Pio Correia nº 92, apt. 602 BL. 01 – Jardim Botânico

Matrícula: 51232 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do RJ

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
752
Carimbado Eletronicamente

Apartamento 602, Bl 01, medindo cerca de 79 m², conforme espelho do IPTU sob o nº 1.915.239-6. Imóvel devidamente dimensionado e caracterizado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, sob a matrícula 51232, situado em prédio com portaria e segurança 24h, rua silenciosa e arborizada, com direito a uma vaga de garagem. Prédio com vagas para visitante e infraestrutura de lazer, com direito a serviços de limpeza incluídos na cota do condomínio.

DA REGIÃO

Prédio bem localizado, em logradouro tranquilo, silencioso e arborizado, servido por todos os melhoramentos públicos do município, relativamente próximo a instituições bancárias, restaurantes, comércio em geral e serviços de transporte público.

METODOLOGIA AVALIATÓRIA

Essa avaliação foi feita de forma indireta, sem acesso ao interior do imóvel, utilizando-se o método comparativo de imóveis assemelhados, direto de dados do mercado imobiliário da região bem como dados do IPTU/ITBI da prefeitura do RJ, nesta data.

Valor: Atribuo ao bem imóvel, **indiretamente**, o valor de **R$ 850.000,00 (Oitocentos e cinquenta mil reais)**

Rio de Janeiro, 08 de JULHO de 2019

Andréa Leal Figueiredo

OJA mat. 01/28.443

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
753
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 17/09/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Considerando a existência de diversas ações semelhantes face à esta ré e as diversas buscas efetuadas no RENAJUD e INFOJUD com resultados negativos, resta inútil mover a máquina judicial diante de tal opção inócua.
Intime-se o exequente para que seja alertado quanto à eficiência e utilidade da adoção do procedimento do protesto do título judicial definitivo, manifestando-se expressamente quanto ao seu efetivo interesse na utilização do instrumento, de acordo com o art.517 do NCPC e do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, alterado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº18/2016, publicado no DJE em 11.11.2016.
Diga o mesmo como pretende prosseguir com a execução, em cinco dias, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
754
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**01/10/2019**
Juiz	**Marco Antonio Azevedo Junior**
Data da Conclusão	**20/09/2019**
Data da Devolução	**01/10/2019**
Data da Decisão	**20/09/2019**
Tipo da Decisão	**Determinado o bloqueio/penhora on line**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
755
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Marco Antonio Azevedo Junior

Em 20/09/2019

Decisão

1) Ad cautelam, defiro o arresto, no valor de R$ 21.085,66 em desfavor dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA , CPF nº 724.023.777-04, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF 810.516.547-34, e determino a intimação da Ré para que se manifeste, no prazo de 05 dias, sobre o pleito de desconsideração da personalidade jurídica. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e voltem conclusos.

2)Neste ato, procedi ao arresto online. Aguarde-se o resultado.
Protocolo : 20190010883504

Rio de Janeiro, 20/09/2019.

Marco Antonio Azevedo Junior - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Marco Antonio Azevedo Junior

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4MQL.82LS.F1RY.92H2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
756
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**03/10/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
757
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

1) Ad cautelam, defiro o arresto, no valor de R$ 21.085,66 em desfavor dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA , CPF nº 724.023.777-04, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF 810.516.547-34, e determino a intimação da Ré para que se manifeste, no prazo de 05 dias, sobre o pleito de desconsideração da personalidade jurídica. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e voltem conclusos.

2)Neste ato, procedi ao arresto online. Aguarde-se o resultado.
Protocolo : 20190010883504

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
758
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

1) Ad cautelam, defiro o arresto, no valor de R$ 21.085,66 em desfavor dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA , CPF nº 724.023.777-04, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF 810.516.547-34, e determino a intimação da Ré para que se manifeste, no prazo de 05 dias, sobre o pleito de desconsideração da personalidade jurídica. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e voltem conclusos.

2)Neste ato, procedi ao arresto online. Aguarde-se o resultado.
Protocolo : 20190010883504

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
759
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 04/10/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

1) Ad cautelam, defiro o arresto, no valor de R$ 21.085,66 em desfavor dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA , CPF nº 724.023.777-04, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF 810.516.547-34, e determino a intimação da Ré para que se manifeste, no prazo de 05 dias, sobre o pleito de desconsideração da personalidade jurídica. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e voltem conclusos.

2)Neste ato, procedi ao arresto online. Aguarde-se o resultado.
Protocolo : 20190010883504

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
760
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 04/10/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

1) Ad cautelam, defiro o arresto, no valor de R$ 21.085,66 em desfavor dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA , CPF nº 724.023.777-04, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF 810.516.547-34, e determino a intimação da Ré para que se manifeste, no prazo de 05 dias, sobre o pleito de desconsideração da personalidade jurídica. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e voltem conclusos.

2)Neste ato, procedi ao arresto online. Aguarde-se o resultado.
Protocolo : 20190010883504

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
761
Carimbado Eletronicamente

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**25/10/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**25/10/2019**
Data da Devolução	**25/10/2019**
Data da Decisão	**25/10/2019**
Tipo da Decisão	**Determinada a desconsideração da personalidade jurídica**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
762
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 25/10/2019

Decisão

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078 /1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA e determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA - CPF nº 724.023.777-04 e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA - CPF 810.516.547-34,no polo passivo.
Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 25/10/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
763
Carimbado Eletronicamente

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4SE6.L7YG.SNJS.22I2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
764
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**29/10/2019**
Data da Juntada	**29/10/2019**
Tipo de Documento	**Documento**

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

EJUAI.VPACHA
Página
sexta-feira, 25/10/2019
765

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

O Comitê Gestor do Bacen Jud Informa:

- As corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (instituições financeiras que custodiam investimentos de devedores) já estão respondendo ordens de bloqueio de valores mobiliários pelo sistema BACENJUD 2.0.

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20190010883504
Número do Processo:	0102526-13.2018.8.19.0001
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEI
Vara/Juízo:	4901 - VII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Marco Antonio Azevedo Junior
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	jonathan da silva
Deseja bloquear conta-salário?	Não

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **724.023.777-04 - JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 1]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
01/10/2019 13:47	Bloq. Valor	Marco Antonio Azevedo Junior	21.085,66	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	01/10/2019 20:24

Nenhuma ação disponível

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
01/10/2019 13:47	Bloq. Valor	Marco Antonio Azevedo Junior	21.085,66	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	02/10/2019 10:17

Nenhuma ação disponível

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento

01/10/2019 13:47	Bloq. Valor	Marco Antonio Azevedo Junior	21.085,66	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	02/10/2019 20:39

Nenhuma ação disponível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
766
Carimbado Eletronicamente

Não Respostas (exibir|ocultar)

-

810.516.547-34 - SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
01/10/2019 13:47	Bloq. Valor	Marco Antonio Azevedo Junior	21.085,66	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	01/10/2019 20:24

Nenhuma ação disponível

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
01/10/2019 13:47	Bloq. Valor	Marco Antonio Azevedo Junior	21.085,66	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	01/10/2019 23:08

Nenhuma ação disponível

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
01/10/2019 13:47	Bloq. Valor	Marco Antonio Azevedo Junior	21.085,66	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	02/10/2019 20:39

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência

Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência: -

Usar IF e agência padrã

Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:	
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	jonathan da silva
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:	
Tipo de Crédito Judicial:	-

Código de Depósito Judicial:	-

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
767
Carimbado Eletronicamente

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUAI. VPACHA

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
768
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**29/10/2019**
Data	**29/10/2019**
Descrição	**Certifico que a r. Decisão fls.762 foi cumprida , com a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA no sistema de cadastro do DCP referente ao presente feito.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
769
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que a r. Decisão fls.762 foi cumprida , com a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA no sistema de cadastro do DCP referente ao presente feito.

Rio de Janeiro, 29/10/2019.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
770
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**29/10/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
771
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078 /1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA e determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA - CPF nº 724.023.777-04 e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA - CPF 810.516.547-34,no polo passivo.
Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
772
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078 /1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA e determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA - CPF nº 724.023.777-04 e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA - CPF 810.516.547-34,no polo passivo.
Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
773
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078 /1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA e determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA - CPF nº 724.023.777-04 e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA - CPF 810.516.547-34,no polo passivo.
Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
774
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2019.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078 /1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA e determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA - CPF nº 724.023.777-04 e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA - CPF 810.516.547-34,no polo passivo.
Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
775
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**29/10/2019**
Data	**29/10/2019**
Descrição	**INTIMAÇÃO DOS SÓCIOS**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
776
Carimbado Eletronicamente

INTIMAÇÃO VIA POSTAL

Processo Nº: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Endereço: R. Maria Benjamim, nº 94 Casa 101, Frente- CEP:20750-140- Pilares- Rio de Janeiro - RJ

Finalidade: INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ DA DECISÃO DE FLS.762. CÓPIA EM ANEXO.

De ordem do(a) MM. Dr(a). Juiz(íza) **Maria Daniella Binato de Castro**deverá V. Sª. comparecer pessoalmente neste Juízo no local e data acima mencionados, portando documento de identificação.

.

Eu,_____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434, digitei a presente. E eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, a subscrevo.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2019.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Código para Consulta do Documento/texto no portal do TJERJ: : **49LA.8CDI.TIFB.G4I2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
777
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
778
Carimbado Eletronicamente

INTIMAÇÃO VIA POSTAL

Processo Nº: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Endereço: Rua Mário Covas Júnior, nº 135 Edificio Key Biscayne - CEP: 22631-030 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ

Finalidade: INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ DA DECISÃO DE FLS.762. CÓPIA EM ANEXO.

De ordem do(a) MM. Dr(a). Juiz(íza) **Valeria Pacha Bichara**.
.

Eu,_____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434, digitei a presente. E eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, a subscrevo.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2019.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Código para Consulta do Documento/texto no portal do TJERJ: : **4NNH.UEX7.SM3Z.G4I2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
779
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
780
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**30/10/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
781
Carimbado Eletronicamente

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro| RJ |CEP.: 20090-003 |Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72| Conjunto 63| São Paulo| SP |CEP.: 04739-010 |Tel.: 55 11 4063-7516

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA.,** vem a presença de V.Exa, através de sua advogada abaixo assinada, em atenção ao despacho de fls. 762, informar que pretende prosseguir com a execução na forma pleiteada na Inicial do IDPJ.

Diante do exposto, requer seja confirmado **o arresto do imóvel de fls. 618/629**, com a lavratura de novo termo de arresto e expedição de certidão para o R.G.I.;

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO

OAB/RJ 126.296

TJRJ CAP JC07 201908886204 30/10/19 12:57:57138313 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
782
Carimbado Eletronicamente

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
Rua Nove de Julho, nº 72 | Conjunto 63 | São Paulo | SP | CEP.: 04739-010 | Tel.: 55 11 4063-7516

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
783
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**06/11/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**30/10/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
784
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 30/10/2019

Decisão

Defiro a penhora de 1/3 do imóvel indicado em fls.618/627, considerando que restou comprovada a titularidade do réu. Lavre-se o termo. Expeça-se certidão do respectivo ato para fins de registro da penhora, nos termos do art. 844 do CPC, visando que o autor possa promover o registro do mesmo junto ao RGI competente. Após, aguarde-se em cartório a comprovação do registro da penhora, para fins de regular prosseguimento da execução. Intime-se o executado da penhora realizada.

Rio de Janeiro, 30/10/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **46YD.QALU.LCTE.NDI2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
785
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**07/11/2019**
Data	**07/11/2019**
Descrição	**TERMO DE PENHORA**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
786
Carimbado Eletronicamente

TERMO DE PENHORA

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Termo de penhora na forma do Art. 845, parágrafo 1º do Código de Processo Civil.

No dia 07/11/2019 no Cartório deste Juízo e nos autos da Ação Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, ora em fase de cumprimento de sentença, foi lavrado o presente **Termo de Penhora de 1/3 do imóvel** de propriedade do réu/executado, **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA CPF: 810.516.547-34 localizado na RUA PIO CORREA Nº92, APARTAMENTO 602 DO BLOCO 1, RIO DE JANEIRO, RJ, MATRICULA 51232, conforme certidão acostada às fls.618/627 destes autos, ficando nomeado depositário o devedor** . Para constar lavrei o presente termo que, lido e achado de acordo, vai devidamente assinado. Eu, _____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Executado: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA CPF: 810.516.547-34

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4JDR.7K6Z.PZ3Z.IGI2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
787
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
788
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 11/11/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078 /1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA e determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA - CPF nº 724.023.777-04 e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA - CPF 810.516.547-34,no polo passivo.
Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
789
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 11/11/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078 /1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA e determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA - CPF nº 724.023.777-04 e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA - CPF 810.516.547-34,no polo passivo.
Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
790
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**11/11/2019**
Situação	**Negativo**
Data da Intimação	**04/11/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
791
Carimbado Eletronicamente

CORREIOS CE COMPROVAÇÃO DE ENTREGA

REMESSA LOCAL

SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
RUA Mario Covas Junior 135, Edificio Key Biscayne
CEP 22.631-030 Barra da Tijuca Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 INTIMACOES 9912314374

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109
Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

CE
/2012 - DR/RJ
UERJ
RREIOS

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

BARRA DA TIJUCA
04 NOV 2019
RIO DE JANEIRO (RJ)

ÁREA DE COLA NO VERSO

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- [ ] MUDOU-SE
- [ ] DESCONHECIDO
- [x] ENDEREÇO INSUFICIENTE
- [ ] RECUSADO
- [ ] NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- [ ] AUSENTE
- [ ] FALECIDO
- [ ] NÃO PROCURADO
- [ ] OUTROS Falou Advº

- [ ] INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
- [ ] REINTEGRADO PELO SERVIÇO POSTAL EM

DATA 04.11.19

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

8955504

ASSINATURA DO RECEBEDOR DO OBJETO

DATA DA ENTREGA DO OBJETO

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

____/____/____

7535-651-0327

MISTO
Envelope produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C015899
FSC www.fsc.org

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
792
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de AR	
Data da Juntada	**11/11/2019**
Situação	**Negativo**
Data da Intimação	**04/11/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
793
Carimbado Eletronicamente

CORREIOS AR COMPROVAÇÃO DE ENTREGA

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
RUA Maria Benjamim 94, Casa 101, Frente
CEP 20.750-140 Pilares Rio de Janeiro - RJ
0102526-13.2018.8.19.0001 INTIMACOES

AO REMETENTE

Cartório do 79 Ju... Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109
Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

ÁREA DE COLA NO VERSO

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- [ ] MUDOU-SE
- [ ] ENDEREÇO INSUFICIENTE
- [ ] NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- [ ] FALECIDO
- [ ] OUTROS
- [ ] DESCONHECIDO
- [ ] RECUSADO
- [ ] AUSENTE
- [ ] NÃO PROCURADO
- [x] INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
- [ ] REINTEGRADO PELO SERVIÇO POSTAL EM

Informado por porteiro

DATA 04.11.19

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

CDD PILARES
RIO DE JANEIRO-SE/RJ

Matrícula: 3952935-9
CDD Pilares
JOÃO JOSÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR DO OBJETO

DATA DA ENTREGA DO OBJETO 04.11.19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

7535-651-0327

MISTO
Envelope produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C015899

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
794
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**11/11/2019**
Data	**11/11/2019**
Descrição	**CERTIDÃO AO RGI**

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
795
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO PARA O REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
(Art. 247 - CNCGJ)

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Rossana Dusi Vilela - Matr. 01/21460, Titular do Cartório do 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA**, nos termos do art. 844 do CPC, para fins de registro de penhora ou de arresto, que foi lavrado o **TERMO DE PENHORA**, assinado pelo M.M. Juiz(a) Valeria Pacha Bichara, no dia 12 de novembro de 2019 nos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, nº 0102526-13.2018.8.19.0001, em que são partes: **Jonathan da Silva Pereira CPF: 13196589706 IFP/DETRAN: 222737603 Emissor: IFP/DETRAN Endereço não informado** em face de **Sergio Pereira Parente de Souza - CPF: 81051654734 - IFP/DETRAN: 2057534 Emissor: IFP/DETRAN - Endereço: Rua Mário Covas Júnior, nº 135 Edificio Key Biscayne - CEP: 22631-030 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ**, incidindo sobre o seguinte imóvel: **1/3 DO APARTAMENTO 602 DO BLOCO 1 DA RUA PIO CORREA Nº92, RIO DE JANEIRO, RJ, MATRICULA 51232,** conforme **certidão acostada às fls.618/627** destes autos, que ficará a disposição deste Juízo para a garantia da execução da dívida no valor de **R$ 21.085,66 (VINTE E UM MIL E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)**. Certifico ainda que o **Sr. SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA CPF: 810.516.547-34 foi nomeado depositário do bem.** O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 2019. Eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460 a subscrevo.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2019.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
796
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**11/11/2019**
Data	**11/11/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
797
Carimbado Eletronicamente

1401/2019/MND

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nome da parte: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Local da diligência: Rua Mário Covas Júnior, nº 135 Edificio Key Biscayne - CEP: 22631-030 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ

Finalidade: INTIMAR A PARTE RÉ DA PENHORA REALIZADA SOBRE O IMÓVEL DE FLS. 786/787 DE SUA PROPRIEDADE. CÓPIAS EM ANEXO.

O MM. Juiz de Direito, Dr(a). **Valeria Pacha Bichara**, ***MANDA*** que o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo acima referido, dirigir-se ao local acima indicado, ou onde lhe for apontado, e proceder à diligência ora ordenada, Eu, _____Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e conferi.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2019.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **46L6.L4TT.237V.YKI2**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Mandado: 2019055919 Receb.: 11/11/2019 Limite: 11/12/2019 Oficial: Alcimone Teles Machado Ruiz Vida

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
798
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
786
Carimbado Eletronicamente

TERMO DE PENHORA

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Termo de penhora na forma do Art. 845, parágrafo 1º do Código de Processo Civil.

No dia 07/11/2019 no Cartório deste Juízo e nos autos da Ação Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, ora em fase de cumprimento de sentença, foi lavrado o presente **Termo de Penhora de 1/3 do imóvel** de propriedade do réu/executado, **SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA CPF: 810.516.547-34 localizado na RUA PIO CORREA Nº92, APARTAMENTO 602 DO BLOCO 1, RIO DE JANEIRO, RJ, MATRICULA 51232, conforme certidão acostada às fls.618/627 destes autos, ficando nomeado depositário o devedor** . Para constar lavrei o presente termo que, lido e achado de acordo, vai devidamente assinado. Eu, _____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Executado: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA CPF: 810.516.547-34

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4JDR.7K6Z.PZ3Z.IGI2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
787
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
784
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 30/10/2019

Decisão

Defiro a penhora de 1/3 do imóvel indicado em fls.618/627, considerando que restou comprovada a titularidade do réu. Lavre-se o termo. Expeça-se certidão do respectivo ato para fins de registro da penhora, nos termos do art. 844 do CPC, visando que o autor possa promover o registro do mesmo junto ao RGI competente. Após, aguarde-se em cartório a comprovação do registro da penhora, para fins de regular prosseguimento da execução. Intime-se o executado da penhora realizada.

Rio de Janeiro, 30/10/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **46YD.QALU.LCTE.NDI2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
799
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**12/11/2019**
Data	**12/11/2019**
Descrição	**Ao autor para retirar termo de penhora e certidão ao RGI**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
800
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**25/11/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
801
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por sua advogada infra assinada, expor e requerer o que segue:

O Exequente foi intimado para retirar o termo de penhora e a certidão para o registro geral de imóveis de fl. 795.

Ocorre que o Exequente pleiteia nesta ação a gratuidade de justiça, ainda não apreciada. Contudo, se mostra imprescindível tal deferimento, tendo em vista que o Exequente não possui condições de arcar com as custas do processo e nem mesmo para o registro da averbação da penhora.

Desta forma, reitera o Exequente o pedido de gratuidade de justiça, ainda não apreciado, levando-se em consideração a declaração já anexada aos autos desde a distribuição da presente, bem como os fundamentos para tal pleito, constantes de fls. 4/5.

Deferida a gratuidade, requer o Exequente seja expedida nova certidão ao registro geral de imóveis, constando tal deferimento, tendo em vista que, pela certidão de fl. 795, ao Exequente será exigido o pagamento dos emolumentos para a averbação, que superam o valor de

TJRJ CAP JC07 201909639146 25/11/19 15:29:55140105 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
802
Carimbado Eletronicamente

R$ 500,00, montante este que o Exequente não poderá arcar sem prejuízo do seu sustento e o de sua família.

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
803
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**25/11/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**25/11/2019**
Data da Devolução	**25/11/2019**
Data do Despacho	**25/11/2019**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Sim**
Data do Expediente	**26/11/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
804
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 25/11/2019

Despacho

A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

Rio de Janeiro, 25/11/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4GUD.SGAS.GN1K.E2J2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
805
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**26/11/2019**
Data	**25/11/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
806
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
807
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
808
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
809
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRARéu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDARéu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURARéu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
810
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 26/11/2019 e foi publicado em 28/11/2019 na(s) folha(s) 286/287 da edição: Ano 12 - n° 60 do DJE.

Proc. 0102526-13.2018.8.19.0001 - JONATHAN DA SILVA PEREIRA (Adv(s). Dr(a). CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO (OAB/RJ-141215), Dr(a). MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS (OAB/RJ-102520) X KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS (Adv(s). Dr(a). PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA (OAB/RJ-157408), Dr(a). MARLON MARTYR NETO (OAB/RJ-156928)Despacho: A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
811
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 30/10/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078 /1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA e determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA - CPF nº 724.023.777-04 e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA - CPF 810.516.547-34,no polo passivo.
Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
812
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 30/10/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

A controvérsia deve ser dirimida com atenção às normas elencadas na Lei n. 8.078 /1990, pois as partes envolvidas adequam-se aos conceitos de consumidor e fornecedor nela previstos. Portanto, aplicável ao caso o disposto no artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo esta teoria mais ampla e benéfica ao consumidor do que a teoria maior (prevista no art. 50 do CC), uma vez que não exige prova de fraude ou de abuso de direito. Para essa teoria também não é necessária a prova da confusão patrimonial entre os bens da pessoa física e jurídica, bastando ao consumidor a demonstração do estado de insolvência do fornecedor ou a de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados. Essa é a teoria adotada pelo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor.
Sendo reconhecida a natureza consumerista da relação obrigacional e encontrando-se a Ré obrigada ao pagamento de quantia certa, bem como restando evidente os empecilhos impostos à parte mais vulnerável para a satisfação de sua pretensão, já que a executada não possui valores depositados em suas contas bancárias, bem como mudou de endereço sem comunicação ao Juízo, estão presentes os requisitos legalmente preconizados para o levantamento do véu corporativo, aplicando-se ao caso a teoria defendida pelo Código de Defesa do Consumidor.
Pelo exposto, DEFIRO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA e determino a inclusão dos sócios JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA - CPF nº 724.023.777-04 e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA - CPF 810.516.547-34,no polo passivo.
Junte-se aos autos o detalhamento da ordem judicial de bloqueio dos valores, observando-se que a mesma restou infrutífera.
Assim, diga o exequente, no prazo de 05 dias, como pretende prosseguir na execução, sob pena de extinção.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
813
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi regularmente intimado(a) pelo portal em 03/12/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
814
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 03/12/2019, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
815
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 06/12/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
816
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 06/12/2019, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

A fim de se analisar o pedido de gratuidade de justiça, o autor deverá acostar aos autos as duas últimas declarações de IR, entregues à SRF.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2019
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
817
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Data	**10/12/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
818
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2019055919
Documento: 1401/2019/MND

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico que, em cumprimento ao mandado, nesta data, às 09:14, compareci ao seguinte endereço: RUA MARIO COVAS JUNIOR, 135, BARRA DA TIJUCA, onde, **DEIXEI DE** INTIMAR SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA , em razão de ter obtido informação que não consta na lista de moradores atuais. O mandado não informa o número do apartamento. A porteira Sra Ana buscou na lista em todos os apartamentos e não há o nome do réu.. Conforme informação prestada por PORTARIA SRA. ANA LUCIA.
O referido é verdade e dou fé.

Observação:

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2019.

Alcimone Teles Machado Ruiz Vidal - 01/20193

Data: 09/12/2019 12:50:14 Local TJ-RJ Motivo: Assinado por ALCIMONEVIDAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
819
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**10/12/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**10/12/2019**
Data da Devolução	**10/12/2019**
Data do Despacho	**10/12/2019**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
820
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 10/12/2019

Despacho

Certifique-se quanto à manifestação autoral sobre fls. 804.

Rio de Janeiro, 10/12/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4TQS.7FST.UTA8.TMJ2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
821
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**12/12/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
822
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por sua advogada infra assinada, inicialmente, reiterar o pedido de gratuidade de justiça, conforme despacho de fls. 804, juntando as duas últimas declarações de IR.

Cabe informar, que, nos dois últimos anos que compreendem os exercícios de 2017 e 2018, referentes às declarações de IR anexas, o exequente exercia função Militar na Marinha do Brasil. Contudo, sua atual função empregatícia é diversa, tendo em vista que exerce função de Guarda Municipal na Prefeitura do Rio do Janeiro, onde percebe a quantia líquida de R$ 1.606,89, conforme contracheques anexos.

Além disto, o Exequente custeia a mensalidade escolar das duas filhas, bem como aluguel e as demais despesas que cidadãos comuns necessitam para sobrevivência.

TJRJ CAP JC07 201910237000 12/12/19 16:17:01135986 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
823
Carimbado Eletronicamente

Diante do exposto, reitera o pedido de gratuidade de justiça, tendo em vista que não possui condições de suportar as despesas com as custas judiciais.

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
824
Carimbado Eletronicamente



RIO DE JANEIRO
contracheque

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Serviços Compartilhados

Coordenadoria Especial de Recursos Humanos

MATRÍCULA 456.815-2		**N.D** 0	**NOME** JONATHAN DA SILVA PEREIRA			**FOLHA** NORMAL
REFERÊNCIA Setembro/2019	**ADMISSÃO** 13.02.2019	**LOTAÇÃO** GM-RIO/45062	**SIGLA** GM/IG/DOP/SUBDOC/CRS/UOP - CATETE	**OP_IN** 0	**OP_IR** 0	**OP_SF** 2
BANCO 33	**AGÊNCIA** 03453	**CONTA** 710098185	**PREFIXO** 30	**REGIME JURÍDICO** EFETIVO		
NÍVEL GM2	**COD.CARGO** 1200		**CARGO - FUNÇÃO** GUARDA MUNICIPAL			**PIS - PASEP** 20470087778

VERBA	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTO	COMPETÊNCIA	PROVENTOS	DESCONTOS
1	VENCIMENTO BASICO		09/2019	1.652,98	
385	AUX TRANSP INDIR		09/2019	178,20	
484	GRAT ATIVIDADE DE RISCO		09/2019	826,49	
543	GRAT DESEMP GDP		08/2019	100,00	
847	BANCO SANTANDER BRASIL (3/120)	EMPRESTIMO_01	09/2019		906,54
627	IMPOSTO DE RENDA		09/2019		29,38
665	FUNPREVI 3 LEI 3344/01		08/2019		283,74

SALÁRIO BRUTO	DESCONTOS	SALÁRIO LÍQUIDO
2.757,67	1.219,66	1.538,01

Este contracheque tem fé pública, valendo como original em todo território nacional, de acordo com o Decreto Rio nº 43.451, de 18 de julho de 2017. O titular do presente documento é responsável por sua guarda, estando ciente de que fraudar documento público é crime previsto em lei, ficando o fraudador sujeito às sanções penais e administrativas.

gerado pelo

Após a impressão, você poderá consultar o seu Contracheque num prazo de 30 dias pela URL:
http://validacontracheque.rio.rj.gov.br/
Informe na consulta o código desta impressão:

1J6O6T

IPLANRIO

TJRJ CAP JC07 201910237000 12/12/19 16:17:01135986 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
825
Carimbado Eletronicamente



PREFEITURA DO
RIO DE JANEIRO
contracheque

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Serviços Compartilhados

Coordenadoria Especial de Recursos Humanos

MATRÍCULA 858.915-2		**N.D** 0	**NOME** JONATHAN DA SILVA PEREIRA			**FOLHA** NORMAL
REFERÊNCIA Outubro/2019	**ADMISSÃO** 13.02.2019	**LOTAÇÃO** GM-RIO/45062	**SIGLA** GM/IG/DOP/SUBDOC/CRS/UOP - CATETE	**DP.IN** 0	**DP.IR** 0	**DP.SF** 2
BANCO 33	**AGÊNCIA** 03453	**CONTA** 710098185	**PREFIXO** 30	**REGIME JURÍDICO** EFETIVO		
NÍVEL GM1	**COD.CARGO** 1203		**CARGO - FUNÇÃO** GUARDA MUNICIPAL			**PIS - PASEP** 20470087778

VERBA	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTO	COMPETÊNCIA	PROVENTOS	DESCONTOS
1	VENCIMENTO BASICO		10/2019	1.652,98	
254	ADICIONAL NOTURNO		09/2019	54,10	
385	AUX TRANSP INDIR		10/2019	178,20	
484	GRAT ATIVIDADE DE RISCO		10/2019	826,49	
847	BANCO SANTANDER BRASIL (4/120)	EMPRESTIMO_01	10/2019		871,99
627	IMPOSTO DE RENDA		10/2019		26,76
685	FUNPREVI 3 LEI 3344/01		10/2019		272,74

SALÁRIO BRUTO	DESCONTOS	SALÁRIO LÍQUIDO
2.711,77	1.171,49	1.540,28

Este contracheque tem fé pública, valendo como original em todo território nacional, de acordo com o Decreto Rio nº 43.451, de 18 de julho de 2017. O titular do presente documento é responsável por sua guarda, estando ciente de que fraudar documento público é crime previsto em lei, ficando o fraudador sujeito às sanções penais e administrativas.

gerado pela

Após a impressão, você poderá consultar o seu Contracheque num prazo de 35 dias pela URL:
http://validacontracheque.rio.rj.gov.br/
Informe na consulta o código desta impressão:

1JEPNV

IPLANRIO

TJRJ CAP JC07 201910237000 12/12/19 16:17:01 1135606 - NÃO SERVIRÁ COMO CERTIDÃO VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
826
Carimbado Eletronicamente



RIO DE JANEIRO
contracheque

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Serviços Compartilhados

Coordenadoria Especial de Recursos Humanos

MATRÍCULA 456.815-2		**N.D** 0	**NOME** JONATHAN DA SILVA PEREIRA			**FOLHA** NORMAL
REFERÊNCIA Setembro/2019	**ADMISSÃO** 13.02.2019	**LOTAÇÃO** GM-RIO/45062	**SIGLA** GM/IG/DGP/SUBDOC/CRS/UOP - CATETE	**DP_IN** 0	**DP_IR** 0	**DP_SF** 2
BANCO 33	**AGÊNCIA** 03453	**CONTA** 710098185	**PREFIXO** 30	**REGIME JURÍDICO** EFETIVO		
NÍVEL GM2	**COD.CARGO** 1200		**CARGO - FUNÇÃO** GUARDA MUNICIPAL			**PIS - PASEP** 20470087778

VERBA	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTO	COMPETÊNCIA	PROVENTOS	DESCONTOS
1	VENCIMENTO BASICO		09/2019	1.652,98	
385	AUX TRANSP INDIR		09/2019	178,20	
484	GRAT ATIVIDADE DE RISCO		09/2019	826,49	
543	GRAT DESEMP GDP		08/2019	100,00	
847	BANCO SANTANDER BRASIL (3/120)	EMPRESTIMO_01	09/2019		906,54
627	IMPOSTO DE RENDA		09/2019		29,38
665	FUNPREVI 3 LEI 3344/01		08/2019		283,74

SALÁRIO BRUTO	DESCONTOS	SALÁRIO LÍQUIDO
2.757,67	1.219,66	1.538,01

Este contracheque tem fé pública, valendo como original em todo território nacional, de acordo com o Decreto Rio nº 43.451, de 18 de julho de 2017. O titular do presente documento é responsável por sua guarda, estando ciente de que fraudar documento público é crime previsto em lei, ficando o fraudador sujeito às sanções penais e administrativas.

gerado pelo

Após a impressão, você poderá consultar o seu Contracheque num prazo de 30 dias pela URL:
http://validacontracheque.rio.rj.gov.br/
Informe na consulta o código desta impressão:

1J6O6T

IPLANRIO

TJRJ CAP JC07 201910237000 12/12/19 16:17:01135986 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
827
Carimbado Eletronicamente



PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO
contracheque

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Serviços Compartilhados

Coordenadoria Especial de Recursos Humanos

MATRÍCULA 858.015-2		N.D 0	NOME JONATHAN DA SILVA PEREIRA			FOLHA NORMAL
REFERÊNCIA Setembro/2019	ADMISSÃO 13.02.2019	LOTAÇÃO GM-RIO/4SIM2	SIGLA GM/SUBDGP/SUBDGC/CRS/UOP - CATETE	DP_IN 0	DP_IR 0	DP_SF 2
BANCO 33	AGÊNCIA 03453	CONTA 710098185	PREFIXO 30	REGIME JURÍDICO EFETIVO		
NÍVEL GM1	COD.CARGO 1200		CARGO – FUNÇÃO GUARDA MUNICIPAL			PIS - PASEP 20470057778

VERBA	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTO	COMPETÊNCIA	PROVENTOS	DESCONTOS
1	VENCIMENTO BASICO		09/2019	1.652,96	
385	AUX TRANSP INDIR		09/2019	178,20	
484	GRAT ATIVIDADE DE RISCO		09/2019	826,49	
543	GRAT DESEMP GOP		08/2019	100,00	
847	BANCO SANTANDER BRASIL (3/120)	EMPRESTIMO_31	09/2019		956,54
627	IMPOSTO DE RENDA		09/2019		29,36
685	FUNPREVI 3 LEI 3344/01		08/2019		263,74

SALÁRIO BRUTO	DESCONTOS	SALÁRIO LÍQUIDO
2.757,67	1.219,64	1.538,31

Este contracheque tem fé pública, valendo como original em todo território nacional, de acordo com o Decreto Rio nº 42.451, de 18 de julho de 2017. O titular da presente documenta a responsáveis por sua guarda, estando ciente de que fraudar documento público é crime previsto em lei. Ficarão o fraudador sujeito às sanções penais e administrativas.

Serão pos

Após a impressão, você poderá consultar o seu Contracheque num prazo de 30 dias pela URL:
http://validacontracheque.rio.rj.gov.br/
Informe na consulta o código desta impressão:

1J6O6T

IPLANRIO

TJRJ CAP JC07 20191023 0007 PM12/19 16:17:01135866 PROCERJ / BETIM

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
828
Carimbado Eletronicamente



PREFEITURA DO
RIO DE JANEIRO
contracheque

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Serviços Compartilhados

Coordenadoria Especial de Recursos Humanos

MATRÍCULA 858.015-2		**N.D** 0	**NOME** JONATHAN DA SILVA PEREIRA			**FOLHA** NORMAL
REFERÊNCIA Outubro/2019	**ADMISSÃO** 13.02.2019	**LOTAÇÃO** GM-RIO/45062	**SIGLA** GM/IG/DOP/SUBDOC/CRS/UOP - CATETE	**DP_IN** 0	**DP_IR** 0	**DP_SF** 2
BANCO 33	**AGÊNCIA** 03453	**CONTA** 710098185	**PREFIXO** 30	**REGIME JURÍDICO** EFETIVO		
NÍVEL GM3	**COD.CARGO** 1200		**CARGO - FUNÇÃO** GUARDA MUNICIPAL			**PIS - PASEP** 20470087778

VERBA	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTO	COMPETÊNCIA	PROVENTOS	DESCONTOS
1	VENCIMENTO BASICO		10/2019	1.652,98	
254	ADICIONAL NOTURNO		09/2019	54,10	
385	AUX TRANSP INDIR		10/2019	176,20	
484	GRAT ATIVIDADE DE RISCO		10/2019	826,49	
847	BANCO SANTANDER BRASIL (4/120)	EMPRESTIMO_01	10/2019		871,99
627	IMPOSTO DE RENDA		10/2019		26,76
685	FUNPREVI 3 LEI 3344/01		10/2019		272,74

SALÁRIO BRUTO:	DESCONTOS:	SALÁRIO LÍQUIDO:
2.711,77	1.171,49	1.540,28

Este contracheque tem fé pública, valendo como original em todo território nacional, de acordo com o Decreto Rio nº 43.451, de 18 de julho de 2017. O titular do presente documento é responsável por sua guarda, estando ciente de que fraudar documento público é crime previsto em lei, ficando o fraudador sujeito às sanções penais e administrativas.

gerado p

Após a impressão, você poderá consultar o seu Contracheque num prazo de 30 dias pela URL:
http://validacontracheque.rio.rj.gov.br/
Informe na consulta o código desta impressão:

1JEPNV

IPLANRIO

TJRJ CAP JC07 201910237000 12/12/19 16:17:01135986 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
829
Carimbado Eletronicamente

Nota Fiscal/Conta de Fornecimento de Gás

Nome: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
CPF: 131.965.897-06
Endereço: RUA VILELA TAVARES 355 / 101
Bairro: LINS DE VASCONCELOS

Nº Cliente

JONATHAN DA SILVA PEREIRA
R VILELA TAVARES 355 AP 101
LINS DE VASCONCELOS / RIO DE JANEIRO
RJ
CEP 20725-220

Light. Sempre com você, 24 horas!

Nome:
CPF:
Assinatura:
End.:

Este modo é inusual e em caso de eventual premiação não é permitido sua divisão a mais de um beneficiário.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, sugestões, reclamações e agenda). Deficiente auditivo ou de fala: 0800 726 2492. Ouvidoria: 0800 725 7474. Acesse: www.caixa.gov.br

Loterias CAIXA

Classe / Subclasse: Residencial/Residencial		Medidor: Monofásico Nº: 3373520
Grupo: B	Subgrupo: B1	
TENSÃO NOMINAL EM VOLTS Disp.: 127/22 Lim. mín.: 117/202 V Lim. máx.: 133/231	Referência Bancária: 010108220096	Número da Fatura: 603106335587

DATA DA EMISSÃO	15/10/2019
DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA	13/11/2019

Reservado ao Fisco

5F8E.7779.B1C3.2EC4.90EC.8F73.824E.7163
Nota Fiscal - Série 01 no. 0467738
CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
RE PROC. 04/053.359/09 - IFE
SEPD - Autorização n. 08-2005/0006384-9

Light

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA
AV MAL FLORIANO 168 RIO DE JANEIRO RJ CEP 20080-002
CNPJ 60.444.437/0001-46
INSC. ESTADUAL 81.380.023 INSC. MUNICIPAL 00794678

Energia ativa	Medição Atual Data	Leitura	Medição Anterior Data	Leitura	Const. Medidor	Consumo kWh	Nº Dias
Tarifa Convencional	15/10/2019	1.065	13/09/2019	859	1	206	33

REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
OUT/2019	05/11/2019	R$ 186,55

JONATHAN DA SILVA PEREIRA
R VILELA TAVARES 355 AP 101
LINS DE VASCONCELOS / RIO DE JANEIRO, RJ
CEP 20725-220
CPF 131.965.897-06

CÓDIGO DO CLIENTE	CÓDIGO DA INSTALAÇÃO
33063887	0413395528

MENSAGENS

Itens de fatura	CFOP	Unidade	Quant.	preço unit (R$)	Valor (R$)
Energia Elétrica kWh	5.258	kWh	206	0,84871	174,80
Contrib. Custeio Ilum Pública					11,75
Subtotal Faturamento (veja abaixo)					174,80
Subtotal Outros					11,75

Após o vencimento haverá multa de 2%, juros e atualização de IGP-M, cobrados em conta posterior (Res. ANEEL nº 414 de 09/09/10 e Lei 10.762 de 11/11/2003)

Tributo	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor (R$)
ICMS	174,80	18%	31,46
PIS/PASEP	174,80	0,880%	1,53
COFINS	174,80	4,070%	7,11

PIS/COFINS (alíquota efetiva) – valores das contribuições sociais já incluídas no preço. (PIS - Lei 10.637/02 / COFINS- Lei 10.833/03 / REH ANEEL vigente)

Total da Nota Fiscal (R$)	Tarifa sem Tributos (R$)
174,80	0,65393125

( ) ( ) (X) SETEMBRO 2019 - BANDEIRA VERMELHA
( ) (X) ( ) OUTUBRO 2019 - BANDEIRA AMARELA

Adicional bandeiras já incluso no valor a pagar

BANDEIRA	VALOR (R$)
Bandeira Amarela	1,86
Bandeira Vermelha	5,67

Tarifas em R$ kWh (com impostos)

TUSD +TE	
0,62969	BANDEIRA VERDE
0,84085	BANDEIRA AMARELA
0,86585	BANDEIRA VERMELHA

CONSUMO / kWh

	Consumo
OUT/18	208
SET/18	150
AGO/18	253
JUL/18	203
JUN/18	288
MAI/18	296
ABR/18	276
MAR/18	217
FEV/18	287
JAN/18	302
DEZ/18	330
NOV/18	264
OUT/18	260

MANTER SEU CADASTRO ATUALIZADO

- Facilita a nossa comunicação com você
- Simplifica o cadastro em débito automático
- Agiliza o seu atendimento
- Garante a entrega correta da conta de luz por email ou na sua casa
- Confira em sua conta se seus dados cadastrais estão em dia

Para atualizar: www.light.com.br | Aplicativo Light Clientes | Agências Comerciais

TJRJ CAP JC07 20191023700O 12/12/19 16:17:01135986 PROGER-VIRTUAL

Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Comando de Operações Especiais

CAIXA

Este recibo é um título ao portador de grande valor. Guarde em local seguro.
LGPD PESSOAL E INTRANSFERÍVEL. PRESERVE SEUS DADOS.

Nome:
CPF:
Assinatura:
Este recibo é indicado e em caso de extravio, comunique-o imediatamente e solicite a 2ª via. Ligue 0800 726 0101 (informações, sugestões, reclamações e acesso à Ouvidoria) ou de fax 0800 726 2492. Cadastre-se em www.caixa.gov.br

F. PINHEIRO ADMINISTRAÇÃO DI

Naturgy

Nota Fiscal/Conta de Fornecimento de Gás

Titular: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
CPF: 131 965 897-06
Endereço: RUA VILELA TAVARES 355 / 101
Bairro: LINS DE VASCONCELOS
Município: RIO DE JANEIRO CEP: 20725-220

Tipo de gás: NATURAL Classe: RESIDENCIAL Leit. leitura: 10
Data da leitura: 09/10/2019 Data da leitura anterior: 10/09/2019
Outras informações:

NAO CONSTA DIVIDA ATE A DATA DE EMISSAO DA PRESENTE FATURA.

N. Cliente	8530273-5
Mês	Outubro/2019
Valor a Pagar R$	42,89
N. Fatura	203773327
N. N. Fiscal	019425620
Emissão	14/10/2019
Apresentação	22/10/2019
Vencimento	05/11/2019

Fornecimento

Medidor	Leitura atual	Leitura anterior	Consumo	Fator de correção	Consumo corrigido
C17L00770300	132	128	4	1,012	4

Total de fornecimento [m³]: 4

Faturamento

FORNECIMENTO GAS NATURAL		42,89
VALOR DOS TRIBUTOS	9,12	

Total de faturamento: R$ 42,89

Impostos incluídos no total do faturamento	CMS Base de cálculo	28,59	Alíquota	18,00%	Valor 5,15
	ISS Base de cálculo		Alíquota		Valor
	ISS Base de cálculo		Alíquota		Valor

PAGAMENTO NOS BANCOS CONVENIADOS MESMO APOS O VENCIMENTO
DATA DA PROXIMA LEITURA 07/11/2019

Após o vencimento, haverá multa e acréscimos legais, estando o fornecimento passível de suspensão na forma da legislação vigente

Reservado ao fisco

dd3e.cbae.bdb5.c293.45ac.9864.4269.a362

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Fale conosco

Comercial 0800 024 7766
Especial 0800 031 0234 (Deficiente Auditivo ou de Fala)
Emergência 0800 024 0197
Agências Endereços no site

Minha Naturgy Emita 2ª via da conta de gás, cadastrar débito automático www.naturgy.com.br
Ouvidoria ouvidoria@naturgy.com
Se você perceber alguma coisa errada com instalações do gás natural, faça a coisa certa: denuncie

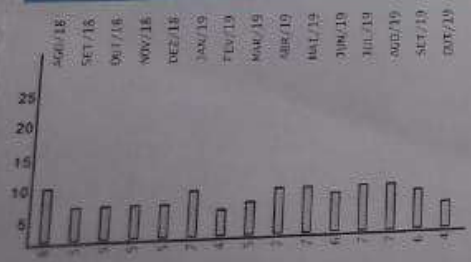
Facebook /Naturgybrasil
Instagram @Naturgybrasil
Twitter @Naturgybrasil
YouTube /Naturgybr

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA - 0800 024 9040

Via Cliente - Cópia

Nota Fiscal emitida nos termos do Artigo 23, da Lei nº 10.833

Consumo em m³



Entenda como é feito o cálculo do fornecimento de gás da sua conta:

Faixa de consumo	Consumo Corrigido	Fator de conversão m³ para kg	Consumo equivalente kg	Tarifa	R$ por faixa
0-7	4,00			6,1267	42,89

Total Fornecimento: 4,00

Folha
831

F. PINHEIRO

F. PINHEIRO ADMINISTRAÇÃO DI

Recibo do Pagador

Local de Pagamento
Após Vencimento, Somente no ITAU

Parcela: 001/001 | Vencimento: 05/12/2019

Beneficiário
FPINHEIRO ADMINISTRAÇAO DE IMOVEIS

CNPJ: 03.087.199/0001-25

Agência / Código Beneficiário: 0309/26554-4

Data Documento	Número do Documento	Espécie doc	Aceite	Data processamento
29/11/2019	298015	RC	N	28/11/2019

Nosso Número: 109/00298015-8

Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Qtde Moeda	Valor
	109	R$		

(=) Valor do Documento: 1.289,50

Instruções(Texto de responsabilidade do Beneficiário)

aluguel	11/2019 Vencto:05/12/2019 Periodo de 01/11/2019 até 30/11/2019	860,40
condominio	12/2019 JETRO ADM/L.2000500006 S.2956/ED.DALIAS	420,00
tx bancaria	12/2019	9,10

(-) Descontos

(-) Outras Deduções / Abatimentos

(+) Mora/Multa/Juros

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

Identificação: 87FA0C27

Opções de pagamento
Até 05/12/2019 Normal R$ 1.289,50
Após 05/12/2019 Multa 20,00% R$ 257,90 Mensal
Apos 06/01/2020 Juros 1,00% R$ 12,90 Mensal
O CLIENTE PODE OPTAR EM NAO PAGAR O LANÇAMENTO OPCIONAL.

Observações — Login: 4156460001 Senha: 5044

ESTE RECIBO NAO QUITA PORVENTURA DEBITOS ANTERIORES.
NA CAIXA, APOS 31/12/2019 PAGAR SOMENTE NO ESCRITORIO DA ADMINISTRADORA.
NA CAIXA, SOMENTE SERA ABATIDO OS ITENS AUTORIZADOS COMO OPCIONAL
PREZADOS SOLICITAMOS CONTATO DAQUELES QUE PREFERIREM PAGAR O IPTU 2020 EM COTA UNICA.
AGRADECEMOS A CONFIANÇA E DESEJAMOS A TODOS BOAS FESTAS E UM 2020 ABENÇOADO! FPINHEIRO.

Pagador: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Rua Vilela Tavares, 355 Apto 101 - Lins de Vasconcelos - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20725220 Vencto: 05/12/2019
Sacador / Avalista Correio

UID Rec: 221A0707-105B-48F8-93F2-A73CED90A0B4
Código: [1339] Identificação: 87FA0C27
Proprietário: ALINE DOMINGUES DE MATOS E OUTROS
CPF Sacador: 909.161.239-87

Autenticação Mecânica

ITAÚ **341-7** 34191.09008 29801.580308 92655.440003 1 80940000128950

Local de Pagamento
Após Vencimento, Somente no ITAU

Parcela: 001/001 | Vencimento: 05/12/2019

Beneficiário
FPINHEIRO ADMINISTRAÇAO DE IMOVEIS

CNPJ: 03.087.199/0001-25

Agência / Código Beneficiário: 0309/26554-4

Data Documento	Número do Documento	Espécie doc	Aceite	Data processamento
29/11/2019	298015	RC	N	28/11/2019

Nosso Número: 109/00298015-8

Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Qtde Moeda	Valor
	109	R$		

(=) Valor do Documento: 1.289,50

Instruções TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO

Até 05/12/2019 Normal R$ 1.289,50
Após 05/12/2019 Multa 20,00% R$ 257,90 Mensal
Apos 06/01/2020 Juros 1,00% R$ 12,90 Mensal
O CLIENTE PODE OPTAR EM NAO PAGAR O LANÇAMENTO OPCIONAL.

(-) Descontos

(-) Outras Deduções/ Abatimentos

(+) Mora/Multa/Juros

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

Identificação: 87FA0C27

Pagador: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Rua Vilela Tavares, 355 Apto 101 - Lins de Vasconcelos - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20725220 Vencto: 05/12/2019
Sacador / Avalista Correio

CPF Pagador: 131.955.897-06
UID Rec: 221A0707-105B-48F8-93F2-A73CED90A0B4
Código: [1339] Identificação: 87FA0C27
Proprietário: ALINE DOMINGUES DE MATOS E OUTROS
CPF Sacador: 909.161.239-87

Autenticação Mecânica / FICHA DE COMPENSAÇÃO

TJRJ CAP JC07 20191023700012121 16:17:01135986 PROGER VIRTUAL

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Fls. nº
832
Comarca de Sepetiba - Mat. 1

F. PINHEIRO

F. PINHEIRO ADMINISTRAÇÃO DI

Recibo do Pagador

Local de Pagamento
Após Vencimento, Somente no ITAU

Beneficiário
FPINHEIRO ADMINISTRAÇAO DE IMOVEIS
CNPJ 03.087.199/0001-25

Data Documento	Número do Documento	Espécie doc	Aceite	Data processamento
29/11/2019	298015	RC	N	28/11/2019

Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Qtde Moeda	Valor
	109	R$		

Parcela 001/001 | Vencimento 05/12/2019
Agência / Código Beneficiário 0309/26554-4
Nosso Número 109/00298015-8
(=) Valor do Documento 1.289,50

Instruções(Texto de responsabilidade do Beneficiário)

aluguel	11/2019 Vencto:05/12/2019 Periodo de 01/11/2019 até 30/11/2019	860,40
condominio	12/2019 JETRO ADM/L.2000500006 B.2856/ED.DALIAS	420,00
tx bancaria	12/2019	9,10

(-) Descontos
(-) Outras Deduções / Abatimentos
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Identificação: 87FA0C27

Opções de pagamento
Até 05/12/2019 Normal R$ 1.289,50
Após 05/12/2019 Multa 20,00% R$ 257,90 Mensal
Apos 06/01/2020 Juros 1,00% R$ 12,90 Mensal
O CLIENTE PODE OPTAR EM NAO PAGAR O LANÇAMENTO OPCIONAL.

Observações Login: 4156460001 Senha 5044
ESTE RECIBO NAO QUITA PORVENTURA DEBITOS ANTERIORES.
NA CAIXA, APOS 31/12/2019 PAGAR SOMENTE NO ESCRITORIO DA ADMINISTRADORA.
NA CAIXA, SOMENTE SERA ACEITO OS ITENS AUTORIZADOS COMO OPCIONAL.
PREZADOS,SOLICITAMOS CONTATO DAQUELES QUE PREFERIREM PAGAR O IPTU 2020 EM COTA UNICA.
AGRADECEMOS A CONFIANÇA E DESEJAMOS A TODOS BOAS FESTAS E UM 2020 ABENÇOADO! FPINHEIRO

Pagador JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Rua Vilela Tavares, 355 Apto 101 - Lins de Vasconcelos - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20725220
Sacador / Avalista

Vencto 05/12/2019
Correio

UID Rec: 221A0707-105B-46F8-93F2-A73CED90A0B4
Código [1339] Identificação 87FA0C27
Proprietário ALINE DOMINGUES DE MATOS E OUTROS
CPF Sacador 909.161.239-87

Autenticação Mecânica

ITAÚ **341-7** 34191.09008 29801.580308 92655.440003 1 80940000128950

Local de Pagamento
Após Vencimento, Somente no ITAU

Beneficiário
FPINHEIRO ADMINISTRAÇAO DE IMOVEIS
CNPJ 03.087.199/0001-25

Data Documento	Número do Documento	Espécie doc	Aceite	Data processamento
29/11/2019	298015	RC	N	28/11/2019

Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Qtde Moeda	Valor
	109	R$		

Parcela 001/001 | Vencimento 05/12/2019
Agência / Código Beneficiário 0309/26554-4
Nosso Número 109/00298015-8
(=) Valor do Documento 1.289,50

Instruções "TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO"
Até 05/12/2019 Normal R$ 1.289,50
Após 05/12/2019 Multa 20,00% R$ 257,90 Mensal
Apos 06/01/2020 Juros 1,00% R$ 12,90 Mensal
O CLIENTE PODE OPTAR EM NAO PAGAR O LANÇAMENTO OPCIONAL.

(-) Descontos
(-) Outras Deduções/ Abatimentos
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Identificação: 87FA0C27

Pagador JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Rua Vilela Tavares, 355 Apto 101 - Lins de Vasconcelos - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20725220
Sacador / Avalista

Vencto 05/12/2019
Correio

CPF Pagador 131.965.897-06
UID Rec: 221A0707-105B-46F8-93F2-A73CED90A0B4
Código [1339] Identificação 87FA0C27
Proprietário ALINE DOMINGUES DE MATOS E OUTROS
CPF Sacador 909.161.239-87

Autenticação Mecânica/ **FICHA DE COMPENSAÇÃO**

TJRJ CAP JC07 20191023700012/12/19 16:17 0113866 PROCESSO VIRTUAL

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
Página
833
Defendendo Sempre Mais

Beneficiário			Agência/Código Beneficiário	Vencimento
CENTRO EDUCACIONAL FRANCO RODRIGUES LTDA CNPJ: 05.694.090/0001-81			3090-2/00012087-1	10/12/2019
Pagador			Número do Documento	Nosso Número
Jonathan da Silva Pereira			00030241	28283190000024771
Espécie	Quantidade	(x) Valor	(=) Valor do Documento	(-) Desconto / Abatimento
R$			1.206,06	
Demonstrativo:			(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Cobrado

Série: P1 - RGM: 00587 - Aluno: Emanuela Salles Pereira
Até o dia 05/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.
Até o dia 10/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.
ATENÇÃO SOMENTE APÓS O DIA 10:
COBRAR VALOR DO DOCUMENTO ACRESCIDO DE MULTA DE 2,00% MORA DE 0,033 AO DIA

Autenticação Mecânica

Corte Aqui

BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00190.00009 02828.319000 00024.771172 9 80990000120606

Local de Pagamento						Vencimento
Até o vencimento pagável em qualquer banco do sistema de compensação						10/12/2019
Beneficiário						Agência/Código Beneficiário
CENTRO EDUCACIONAL FRANCO RODRIGUES LTDA CNPJ: 05.694.090/0001-81						3090-2/00012087-1
Data Documento	Número do Documento		Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
26/11/2019	00030241		DM	N	26/11/2019	28283190000024771
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade		(x) Valor	(=) Valor do Documento
	17/019	R$				1.206,06

Instruções (texto de responsabilidade do beneficiário)	
Até o dia 05/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.	(-) Desconto / Abatimento
Até o dia 10/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.	(+) Mora/Multa
ATENÇÃO SOMENTE APÓS O DIA 10:	(+) Outros Acréscimos
COBRAR VALOR DO DOCUMENTO ACRESCIDO DE MULTA DE 2,00% MORA DE 0,033 AO DIA	(=) Valor Cobrado

Pagador Jonathan da Silva Pereira — CPF: 131.965.897-06
Rua Vilela Tavares Méier Rio de Janeiro RJ 20725-220
Sacador/Avalista — Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica

Recibo do Pagador

TJRJ CAP JC 07 201910237000 12/12/19 16:17:01135986 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Fls.
834
Comarca Capital

Beneficiário			Agência/Código Beneficiário	Vencimento
CENTRO EDUCACIONAL FRANCO RODRIGUES LTDA CNPJ: 05.694.090/0001-81			3090-2/00012087-1	10/12/2019
Pagador			Número do Documento	Nosso Número
Jonathan da Silva Pereira			00030241	28283190000024771
Espécie	Quantidade	(x) Valor	(=) Valor do Documento	(-) Desconto / Abatimento
R$			1.206,06	
Demonstrativo:			(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Cobrado

Série P1 - RGM: 00587 - Aluno: Emanuela Salles Pereira
Até o dia 05/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.
Até o dia 10/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.
ATENÇÃO SOMENTE APÓS O DIA 10:
COBRAR VALOR DO DOCUMENTO ACRESCIDO DE MULTA DE 2,00% MORA DE 0,033 AO DIA

Autenticação Mecânica

Corte Aqui

BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00190.00009 02828.319000 00024.771172 9 80990000120606

Local de Pagamento						Vencimento
Até o vencimento pagável em qualquer banco do sistema de compensação						10/12/2019
Beneficiário						Agência/Código Beneficiário
CENTRO EDUCACIONAL FRANCO RODRIGUES LTDA CNPJ: 05.694.090/0001-81						3090-2/00012087-1
Data Documento	Número do Documento		Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
26/11/2019	00030241		DM	N	26/11/2019	28283190000024771
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade		(x) Valor	(=) Valor do Documento
	17/019	R$				1.206,06

Instruções (texto de responsabilidade do beneficiário)
Até o dia 05/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.
Até o dia 10/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.
ATENÇÃO SOMENTE APÓS O DIA 10:
COBRAR VALOR DO DOCUMENTO ACRESCIDO DE MULTA DE 2,00% MORA DE 0,033 AO DIA

(-) Desconto / Abatimento
(+) Mora/Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador Jonathan da Silva Pereira
Rua Vilela Tavares Méier Rio de Janeiro RJ 20725-220
CPF: 131.965.897-06
Sacador/Avalista

Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica

TJRJ CAPITAL07 20191023700D 12/12/19 16:17:01135986 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
835
Carimbado Eletronicamente

Beneficiário CENTRO EDUCACIONAL FRANCO RODRIGUES LTDA CNPJ: 07.694.090/0001-81			Agência/Código Beneficiário 3090-2/00012087-1	Vencimento 10/12/2019
Pagador Jonathan da Silva Pereira			Número do Documento 00030241	Nosso Número 282831900000024771
Espécie R$	Quantidade	(x) Valor	(=) Valor do Documento 1.206,06	(-) Desconto / Abatimento
Demonstrativo:			(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Cobrado

Série: P1 - PGM: 00587 - Aluno: Emanuela Salles Pereira
Até o dia 05/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.
Até o dia 10/12/2019 cobrar R$ 964,85 sobre o valor do documento.
ATENÇÃO SOMENTE APÓS O DIA 10:
COBRAR VALOR DO DOCUMENTO ACRESCIDO DE MULTA DE 2,00% MORA DE 0,033 AO DIA

TJRJ CAP JC07 201910237000 12/12/19 16:17:01135986 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
836
Carimbado Eletronicamente

Receita Federal

MIDAS

Módulo de Impressão de Declarações Assinadas

Usuário: 001131545
Data/Hora de impressão: 05/12/2019 09:18:34

CPF do declarante: 131.965.897-06
ND: 07/03.653.490
Data/Hora Entrega: 18/03/2019 16:49:25
Meio de Entrega: RECEITANET
Modelo: SIMPLIFICADO
Tipo de documento: ORIGINAL
Situação: FINALIZADA
Entregue com certificado: NÃO

FOLHA DE ROSTO

TJRJ CAP JC07 201910237000 12/12/19 16:17:01135986 PROGER-VIRTUAL

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
837
Carimbado Eletronicamente

NOME: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
CPF: 131.965.897-06
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2019 ANO-CALENDÁRIO 2018

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome:	JONATHAN DA SILVA PEREIRA	CPF:	131.965.897-06
Data de Nascimento:	21/06/1989	Título Eleitoral:	
Possui cônjuge ou companheiro(a)?	Não		
Houve mudança de endereço?	Não		

Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não

Endereço:	RUA VILELA TAVARES	Número:	355
Complemento:	AP 101	Bairro/Distrito:	LINS DE VASCONCELOS
Município:	RIO DE JANEIRO	UF:	RJ
CEP:	20725-220	DDD/Telefone:	
E-mail:		DDD/Celular:	(21) 98330-2808

Natureza da Ocupação:	51 Militar
Ocupação Principal:	030 Militar da Marinha
Tipo de declaração:	Declaração de Ajuste Anual Original

Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2019:

DEPENDENTES

CÓDIGO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF
21	FERNANDA SALLES PEREIRA	24/02/2017	197.894.007-64
21	EMANUELA SALLES PEREIRA	25/01/2015	211.335.007-65

TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES: 4.550,16

ALIMENTANDOS

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA CNPJ/CPF: 00.394.502/0436-97	42.075,90	1.240,68	1.640,58	3.246,30	155,81
TOTAL	42.075,90	1.240,68	1.640,58	3.246,30	155,81

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
838
Carimbado Eletronicamente

NOME: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
CPF: 131.965.897-06
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2019 **ANO-CALENDÁRIO 2018**

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

26. Outros 7.064,46

Beneficiário	CPF	CPF/CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Descrição	Valor
Titular	131.965.897-06	00.394.502/0438-97	PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA	IND ALIMENTACAO	360,00
Titular	131.965.897-06	00.394.502/0438-97	PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA	OUTROS RENDIMENTOS NAO TRIBUTAVEIS	6.704,46

TOTAL 7.064,46

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

01. 13º salário	3.248,30
TOTAL	3.248,30

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

(Valores em Reais)

01. Imposto complementar	0,00
02. Imposto pago no exterior	0,00
Imposto devido com os rendimentos no exterior	0,00
Imposto devido sem os rendimentos no exterior	0,00
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal)	0,00
03. Imposto de renda na fonte (Lei 11.033/2004)	0,00
04. Imposto retido na fonte do titular	1.640,68
05. Imposto retido na fonte dos dependentes	0,00
06. Carnê-Leão do titular	0,00
07. Carnê-Leão dos dependentes	0,00

PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ DO BENEFICIÁRIO	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
Titular					

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
839
Carimbado Eletronicamente

PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ DO BENEFICIÁRIO	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
26	DFM - FUNDO NAVAL	00.394.502/0473-70		51,67	0,00

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem Informações

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM 31/12/2017	SITUAÇÃO EM 31/12/2018
21	FINANCIAMENTO FIAT/SIENA ATTRACT 1.0 - KYZ8573 / ANO 2018 - PARCELA 1.063,11 105 - Brasil RENAVAM: 01150635103	1.063,11	1.063,11
TOTAL		1.063,11	1.063,11

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Sem Informações

ESPÓLIO

Sem Informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
840
Carimbado Eletronicamente

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADE RURAL - BRASIL

DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL EXPLORADO - BRASIL

Sem Informações

RECEITAS E DESPESAS - BRASIL

Sem Informações

APURAÇÃO DO RESULTADO - BRASIL

Sem Informações

MOVIMENTAÇÃO DO REBANHO - BRASIL

Sem Informações

BENS DA ATIVIDADE RURAL - BRASIL

Sem Informações

DÍVIDAS VINCULADAS À ATIVIDADE RURAL - BRASIL

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
841
Carimbado Eletronicamente

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADE RURAL - EXTERIOR

DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL EXPLORADO - EXTERIOR

Sem Informações

RECEITAS E DESPESAS - EXTERIOR

Sem Informações

APURAÇÃO DO RESULTADO - EXTERIOR

Sem Informações

MOVIMENTAÇÃO DO REBANHO - EXTERIOR

Sem Informações

BENS DA ATIVIDADE RURAL - EXTERIOR

Sem Informações

DÍVIDAS VINCULADAS À ATIVIDADE RURAL - EXTERIOR

Sem Informações

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DOS GANHOS DE CAPITAL

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
842
Carimbado Eletronicamente

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAYTRADE - TITULAR

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - JAN

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - FEV

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - MAR

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - ABR

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - MAI

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - JUN

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - JUL

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - AGO

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - SET

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - OUT

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - NOV

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - DEZ

Sem Informações

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - TITULAR

Sem Informações

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - DEPENDENTES

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
843
Carimbado Eletronicamente

RESUMO — TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO O DESCONTO SIMPLIFICADO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E DESCONTO SIMPLIFICADO	
Recebidos de Pessoa Jurídica pelo Titular	42.075,90
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos Dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo Titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos Dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL DE RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	42.075,90
Desconto Simplificado	8.415,18
Base de cálculo do Imposto	33.660,72
Imposto devido	810,97
Imposto devido RRA	0,00
Alíquota efetiva (%)	1,92
Total do imposto devido	810,97
IMPOSTO PAGO	
Imposto retido na fonte do titular	1.640,68
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leao do titular	0,00
Carnê-Leao dos dependentes	0,00
Imposto Complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	1.640,68
IMPOSTO A RESTITUIR	829,71
SALDO IMPOSTO A PAGAR	0,00
PARCELAMENTO	
Valor da quota	0,00
Número de Quotas	0
INFORMAÇÕES BANCÁRIAS	
Banco	001
Agência (sem DV)	4399
Conta para crédito	328 X

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
844
Carimbado Eletronicamente

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e direitos em 31/12/2017	1.063,11
Bens e direitos em 31/12/2018	1.063,11
Dívidas e ônus reais em 31/12/2017	0,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2018	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	7.064,46
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	3.248,30
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
845
Carimbado Eletronicamente

Receita Federal

MIDAS

Módulo de Impressão de Declarações Assinadas

Usuário: 001131545
Data/Hora de impressão: 05/12/2019 09:16:07

CPF do declarante: 131.965.897-06
ND: 07/32.964.065
Data/Hora Entrega: 11/04/2018 13:51:34
Meio de Entrega: RECEITANET
Modelo: SIMPLIFICADO
Tipo de documento: ORIGINAL
Situação: RETIFICADA
Entregue com certificado: NÃO

FOLHA DE ROSTO

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
846
Carimbado Eletronicamente

NOME: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
CPF: 131.965.897-06
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2018 **Ano-Calendário 2017**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome:	JONATHAN DA SILVA PEREIRA	CPF:	131.965.897-06
Data de Nascimento:	21/08/1989	Título Eleitoral:	
Possui cônjuge ou companheiro(a)?	Não		
Houve mudança de endereço?	Sim		
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental?		Não	

Endereço:	RUA VILELA TAVARES	Número:	355
Complemento:	APT 101	Bairro/Distrito:	LINS DE VACSONCELOS
Município:	RIO DE JANEIRO	UF:	RJ
CEP:	20.725-220	DDD/Telefone:	
E-mail:		DDD/Celular:	(21) 98330-2806

Natureza da Ocupação:	51 Militar
Ocupação Principal:	030 Militar da Marinha
Tipo de declaração:	Declaração de Ajuste Anual Original
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2017:	

DEPENDENTES

CÓDIGO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF
21	EMANUELA SALLES PEREIRA	26/01/2015	
21	FERNANDA SALLES PEREIRA	24/02/2017	
TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES			4.550,16

ALIMENTANDOS

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA CNPJ/CPF 00.394.502/0438-97	37.878,67	598,67	1.901,47	3.423,79	112,86
TOTAL	37.878,67	598,67	1.901,47	3.423,79	112,86

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

26. Outros

Beneficiário	CPF	CPF/CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Descrição	Valor
Titular	131.965.897-06	00.394.502/0438-97	PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA	OUTROS	1.512,33
Titular	131.965.897-06	00.394.502/0438-97	PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA	IND. ALIMENTACAO	135,00

TOTAL 1.647,33

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

01. 13º salário	3.423,79
TOTAL	3.423,79

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

(Valores em Reais)

01. Imposto complementar:	0,00
02. Imposto pago no exterior	0,00
Imposto devido com os rendimentos no exterior:	0,00
Imposto devido sem os rendimentos no exterior:	0,00
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal):	0,00
03. Imposto de renda na fonte (Lei 11.033/2004)	0,00
04. Imposto retido na fonte do titular	1.901,47
05. Imposto retido na fonte dos dependentes	0,00
06. Carnê-Leão do titular	0,00
07. Carnê-Leão dos dependentes	0,00

PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ DO BENEFICIÁRIO	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
Titular					

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ DO BENEFICIÁRIO	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
26	DFM- FUNDO NAVAL (IND HOSPITALARES)	00.394.502/0473-70		17,70	0,00

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem Informações

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

Sem Informações

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Sem Informações

ESPÓLIO

Sem Informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
849
Carimbado Eletronicamente

RESUMO — TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO O DESCONTO SIMPLIFICADO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E DESCONTO SIMPLIFICADO

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo Titular	37.878,67
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos Dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo Titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos Dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL DE RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	37.878,67
Desconto Simplificado	7.575,73
Base de cálculo do Imposto	30.302,94
Imposto devido	559,14
Imposto devido RRA	0,00
Alíquota efetiva (%)	1,47
Total do imposto devido	559,14

IMPOSTO PAGO

Imposto retido na fonte do titular	1.901,47
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leao do titular	0,00
Carnê-Leao dos dependentes	0,00
Imposto Complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	1.901,47

IMPOSTO A RESTITUIR	1.342,33
SALDO IMPOSTO A PAGAR	0,00

PARCELAMENTO

Valor da quota	0,00
Número de Quotas	0

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Banco	001
Agência (sem DV)	4457
Conta para crédito	328 X

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e direitos em 31/12/2016	0,00
Bens e direitos em 31/12/2017	0,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2016	0,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2017	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	1.647,33
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	3.423,79
Rendimentos tributáveis - Imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direcos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente

Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
851
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**13/12/2019**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**12/12/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
852
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 12/12/2019

Despacho

Ante a documentação apresentada, renove-se a diligência de fls.795 incluindo ali o deferimento por este juízo de extensão da gratuidade, deferida ao exequente, aos emolumentos cartorários, na forma do art. 3º da Lei nº 1.060/50, a fim de que seja procedido o registro da penhora.

Rio de Janeiro, 12/12/2019.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4EAV.8RFR.FZX1.LRJ2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
853
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
854
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**13/12/2019**
Data	**13/12/2019**
Descrição	**certidão RGI**

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
855
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO PARA O REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
(Art. 247 - CNCGJ)

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Rossana Dusi Vilela - Matr. 01/21460, Titular do Cartório do 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA**, nos termos do art. 844 do CPC, para fins de registro de penhora, que foi lavrado o **TERMO DE PENHORA**, assinado pelo M.M. Juiz(a) Valeria Pacha Bichara, no dia 13 de dezembro de 2019 nos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, nº 0102526-13.2018.8.19.0001, em que são partes: **Jonathan da Silva Pereira CPF:13196589706 IFP/DETRAN: 222737603 Emissor: IFP/DETRAN** Endereço não informado em face de **Sergio Pereira Parente de Souza - CPF: 81051654734 - IFP/DETRAN: 2057534 Emissor: IFP/DETRAN - Endereço: Rua Mário Covas Júnior, nº 135 Edificio Key Biscayne - CEP: 22631-030 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ**, incidindo sobre o seguinte imóvel: **1/3 DO APARTAMENTO 602 DO BLOCO 1 DA RUA PIO CORREA Nº92, RIO DE JANEIRO, RJ, MATRICULA 51232,** conforme **certidão acostada às fls.618/627** destes autos, que ficará a disposição deste Juízo para a garantia da execução da dívida no valor de **R$21.085,66 (VINTE E UM MIL E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)**. Certifico ainda que o **Sr. SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA CPF: 810.516.547-34 foi nomeado depositário do bem e que FOI CONCEDIDA GRATUIDADE DE JUSTIÇA EXTENSIVA À PRATICA DOS AUTOS EXTRAJUDICIAIS NA FORMA DO ART.3º DA LEI Nº1.060/50.**.O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 2019. Eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460 a subscrevo.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2019.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
856
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**13/12/2019**
Data	**13/12/2019**
Descrição	**AO AUTOR ´PARA RETIRAR CERTIDÃO AO RGI**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
857
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

AO AUTOR ´PARA RETIRAR CERTIDÃO AO RGI

Rio de Janeiro, 13/12/2019.

Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
858
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**13/01/2020**
Data	**13/12/2019**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
859
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

AO AUTOR ´PARA RETIRAR CERTIDÃO AO RGI

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
860
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2019.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

AO AUTOR ´PARA RETIRAR CERTIDÃO AO RGI

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
861
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**18/12/2019**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
862
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por sua advogada infra assinada, requerer a juntada do substabelecimento anexo, a fim de que produza os devidos efeitos legais.

Termos em que
P. Deferimento.
Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

TJRJ CAP JC07 201910401514 18/12/19 12:18:01135483 PROGER-VIRTUAL

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
863
Carimbado Eletronicamente

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **com reservas**, os poderes a mim outorgados por **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, para a **Dra. Helena Terra Moreira**, inscrita na **OAB/RJ sob o nº 151.790**, nos autos do processo de nº 0102526-13.2018.8.19.0001.

Rio de janeiro, 18 de dezembro de 2019.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 201910401514 18/12/19 12:18:01135483 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
864
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**18/12/2019**
Data da Juntada	**18/12/2019**
Tipo de Documento	**Certidão**

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
865
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO PARA O REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
(Art. 247 - CNCGJ)

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Rossana Dusi Vilela - Matr. 01/21460, Titular do Cartório do 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA**, nos termos do art. 844 do CPC, para fins de registro de arresto cautelar, que foi lavrado o **TERMO DE ARRESTO CAUTELAR**, assinado pelo M.M. Juiz(a) Valeria Pacha Bichara, no dia 21 de fevereiro de 2019 nos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, nº 0102526-13.2018.8.19.0001, em que são partes: **Jonathan da Silva PereiraNacionalidade Brasileira Profissão: Militar em Geral Estado Civil: Casado Data de Nascimento: 21/08/1989 Idade: 29 CPF: 13196589706 RG: 222737603 Emissor: DIC Endereço: Rua Vilela Tavares, nº 355 101 - CEP: 20725-220 - Méier - Rio de Janeiro - RJ** em face de **Sergio Pereira Parente de Souza - CPF: 81051654734 - IFP/DETRAN: 2057534 Emissor: IFP/DETRAN - Endereço: Rua Mário Covas Júnior, nº 135 Edificio Key Biscayne - CEP: 22631-030 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ**, incidindo sobre o seguinte imóvel: **APARTAMENTO 602 DO BLOCO 1 DO EDIFICIO localizado à RUA PIO CORREA Nº 92, RIO DE JANEIRO, RJ, matrícula nº 51232, ficha01 conforme certidão do 2ºRGI acostada às fls.618/626**, que ficará a disposição deste Juízo para a garantia da execução da dívida. Certifico ainda que o **Sr. Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34 foi nomeado depositário do bem**. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 2019. Eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460 a subscrevo.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2019.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Recebido em 18/12/2019
OABRJ 151490

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
866
Carimbado Eletronicamente
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
643
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

TERMO DE ARRESTO CAUTELAR

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA

Termo de arresto cautelar na forma do Art. 845, parágrafo 1º do Código de Processo Civil.

21/02/2019, no Cartório deste Juízo e nos autos da Ação Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, ora em fase de cumprimento de sentença, foi lavrado o presente Termo de **ARRESTO CAUTELAR de 1/3 do imóvel** de propriedade do sócio da empresa ré/executada (**Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34**), composto pelo **APARTAMENTO 602 DO BLOCO 1 DO EDIFICIO localizado à RUA PIO CORREA Nº 92, RIO DE JANEIRO, RJ, matrícula nº 51232, ficha01** conforme **certidão do 2ºRGI acostada às fls.618/626** destes autos, ficando nomeado **depositário o devedor (sócio Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34**). . Para constar lavrei o presente termo que, lido e achado de acordo, vai devidamente assinado. Eu, _____ Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, o subscrevo.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Executado: Sérgio Pereira Parente - CPF 810.516.547-34

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4PGU.MMKE.HYWS.2W82**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Recebido em
18/12/2019
OABRJ 151790

ALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 22/02/2019 12:05:25
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
867
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**13/01/2020**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
868
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por sua advogada infra assinada, informar que efetuou o registro do termo de penhora desde 20 de dezembro de 2019, conforme documento anexo.

Termos em que
P. Deferimento.
Rio de Janeiro, 13 de janeirode 2019.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

TJRJ CAP JC07 202000141647 13/01/20 14:00:30134187 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
869
Carimbado Eletronicamente

2º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 27.109.511/0001-00

Av. Nilo Peçanha, 26 / 5º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2533-4180 -www.2rgi-rj.com.br

Horário de Funcionamento de 2ª à 6ª das 10:00h às 17:00h

Data do Protocolo:**20/12/2019** Protocolo: **522489**

Título: **Oficio, referente a OFÍCIO DE PENHORA**
Apres.: **MARIA EDUARDA DE REZENDE PAIM**
Data previsão de entrega: **03/01/2020**

EMOLUMENTOS DEPOSITADOS

Tipo Cobrança	Valor
Emolumentos	R$ 0,00
Lei 6370/12	R$ 0,00
Lei 3217/99	R$ 0,00
FUNDPERJ	R$ 0,00
FUNPERJ	R$ 0,00
FUNARPEN	R$ 0,00
ISS	R$ 0,00
Deposito Inicial	R$ 0,00

PROCESSO ENCERRADO
07 JAN 2020
Franklim C. da Silva
Mat. 01/18

Recebemos nesta data o valor de R$ 0,00 como depósito prévio.

Emolumentos sujeitos a revisão

Observações:

I- Este documento só é válido como recibo quando sem emendas, rasuras ou ressalvas.
II - A Lei de Registros Públicos estabelece que o título apresentado será registrado no prazo máximo de 30 dias, salvo se houver exigência a atender. O cartório efetua os serviços que lhe são afetos em prazos inferiores aos legais, sendo os mesmos indicados no balcão de atendimento. Deverá o apresentante, assim, voltar ao cartório, munido deste protocolo dentro do prazo que lhe for indicado, a fim de inteirar-se de eventuais exigências. Não se conformando o apresentante com as exigências, ou não as podendo satisfazer, será o titulo, a seu requerimento, remetido ao MM. Juiz de Direito da Vara de Registros Publicos, para a competente solução. Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 dias do seu lançamento no Livro de Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
III - Não sendo possível o registro ou a averbação, o interessado deverá comparecer ao serviço para retirar o título apresentado e reembolso dos emolumentos depositados, deduzida a quantia correspondente ao ato de cancelamento, a prenotação, às buscas e aos processos utilizados pelo serviço, com obediência à tabela de emolumentos em vigor à época do depósito, sem qualquer tipo de correção.
IV - Não há "taxa de urgência", nem quaisquer pagamentos "extras". Pague somente o indicado neste recibo, que deverá coincidir com o Regimento de Custas, afixado no balcão de atendimento. Em caso de dúvida, dirija-se ao Oficial ou ao Oficial Substituto.
V - O depósito referente aos emolumentos é sempre conferido antes de encerrado o processo. Assim, o depósito está sujeito a alteração, para mais ou menos. A quantia eventualmente depositada a mais será restituída ao apresentante, ao qual incumbirá, quando for o caso, completar a quantia depositada a menos.
VI - Não serão feitos exames de títulos no balcão de atendimento ao público, pois o mesmo destina-se somente à apresentação e entrega de documentos.
VII - Não se desfaça deste recibo. Só ao seu portador será entregue o documento apresentado e devolvida a importância eventualmente depositada a mais.
VIII - Este documento se apaga com o tempo. Tire uma cópia caso necessite guardar por longo período.
IX - Evite contato com plásticos e óleo.
X - Não exponha-o ao sol, lâmpadas e fontes de calor.
XI - O direito à restituição dos emolumentos prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data do pagamento (Proc.nº 2018-060909, da CGJ-RJ-D.Justiça de 13/11/2018, pág.33)

TJRJ CAP JC07 202000141647 13/01/20 14:00:30134187 PROGER-VIRTUAL

p/ apreciação do Dr. Oficial

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
870
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Isento Cr
Gratuidade de Justiça
23.12.19

CERTIDÃO PARA O REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
(Art. 247 - CNCGJ)

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Rossana Dusi Vilela - Matr. 01/21460, Titular do Cartório do 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA**, nos termos do art. 844 do CPC, para fins de registro de penhora, que foi lavrado o **TERMO DE PENHORA**, assinado pelo M.M. Juiz(a) Valeria Pacha Bichara, no dia 13 de dezembro de 2019 nos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral, nº 0102526-13.2018.8.19.0001, em que são partes: **Jonathan da Silva Pereira CPF:13196589706 IFP/DETRAN: 222737603 Emissor: IFP/DETRAN** Endereço não informado em face de **Sergio Pereira Parente de Souza - CPF: 81051654734 - IFP/DETRAN: 2057534 Emissor: IFP/DETRAN - Endereço: Rua Mário Covas Júnior, nº 135 Edificio Key Biscayne - CEP: 22631-030 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ**, incidindo sobre o seguinte imóvel: **1/3 DO APARTAMENTO 602 DO BLOCO 1 DA RUA PIO CORREA Nº92, RIO DE JANEIRO, RJ, MATRICULA 51232,** conforme **certidão acostada às fls.618/627** destes autos, que ficará a disposição deste Juízo para a garantia da execução da dívida no valor de **R$21.085,66 (VINTE E UM MIL E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)**. Certifico ainda que o **Sr. SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA CPF: 810.516.547-34 foi nomeado depositário do bem e que FOI CONCEDIDA GRATUIDADE DE JUSTIÇA EXTENSIVA À PRATICA DOS AUTOS EXTRAJUDICIAIS NA FORMA DO ART.3º DA LEI Nº1.060/50.**.O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 2019. Eu, _____ Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460 a subscrevo.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2019.

Rossana Dusi Vilela

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

2º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Av. Nilo Peçanha, 26 – 5º andar – Centro – RJ - CEP: 20020-100
Fone: (21) 2533-4180 / 2533-9655 – www.2rgi-rj.com.br
088914AA082471
Protocolo Nº 522489 de 20/12/2019
(Não comprova o registro ou averbação)
Certifico que o presente documento foi prenotado
Selo Nº:EDBT98834 IFK
Consulte em: https://www3.tjrj.jus.br/site_publico
Matheus Estevo da Silva
Matr. 01/20452

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
871
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**14/01/2020**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**13/01/2020**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
872
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 13/01/2020

Despacho

Intime-se o exequente para dizer como pretende prosseguir com a execução.

Rio de Janeiro, 13/01/2020.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **41Q9.VAXQ.CCL1.3FK2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
873
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
874
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**11/02/2020**
Data	**21/01/2020**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
875
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2020.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Intime-se o exequente para dizer como pretende prosseguir com a execução.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
876
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 07/01/2020, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

AO AUTOR ´PARA RETIRAR CERTIDÃO AO RGI

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2020
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
877
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 07/01/2020, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

AO AUTOR ´PARA RETIRAR CERTIDÃO AO RGI

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2020
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
878
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 03/02/2020, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Intime-se o exequente para dizer como pretende prosseguir com a execução.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2020
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
879
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**12/02/2020**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA
Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
880
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por sua advogada infra assinada, em resposta ao despacho de fl. 872, expor e requerer o que segue:

Inicialmente, informa o Exequente que o imóvel sobre o qual a penhora recai nestes autos, conforme fl. 869, já possui outras penhoras e se encontra em fase de leilão, nos autos do **processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001**, que tramita perante este Juizado.

Conforme se verifica do documento anexo, já houve a arrematação de 1/3 do imóvel, com depósito no valor de R$ 155.833,33.

Desta forma, requer o bloqueio do valor da dívida executada (atualizada nesta data em R$ 22.730,20, conforme planilha abaixo) junto aos autos do processo nº **0305983-40.2016.8.19.0001.**

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2020.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

TJRJ CAP JC07 202001114807 12/02/20 18:44:20134715 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
881
Carimbado Eletronicamente

DANO MORAL

Valor a ser atualizado:	R$ 4.000,00
Período de atualização monetária:	de 25/02/2019 até 07/02/2020 (342 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 07/02/2020 (619 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,03913946**
Valor corrigido:	**R$ 4.156,56**
Valor dos juros:	**R$ 857,64**
Valor corrigido + juros:	**R$ 5.014,20**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 5.014,20**
Total em UFIR:	**1.410,46**

DANO MATERIAL

Valor a ser atualizado:	R$ 11.677,05
Período de atualização monetária:	de 13/12/2017 até 07/02/2020 (774 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 07/02/2020 (619 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,11097222**
Valor corrigido:	**R$ 12.972,88**
Valor dos juros:	**R$ 2.676,74**
Valor corrigido + juros:	**R$ 15.649,62**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 15.649,62**
Total em UFIR:	**4.402,20**

TOTAL 20.663,82 + 10% = 22.730,20

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
13827
Carimbado Eletronicamente

1/3 de Apto nº 602, a.u 79m², 1 vaga, Jardim Botânico - Rio de Janeiro/SP



Vídeo do lote | Mapa do lote | Street View | Edital do leilão | Documentos do lote

VENDIDO

135384 pessoas visitaram este lote!

Praça Única:	11/02/2020 às 13:40 R$ 155.833,33

Incremento mínimo: R$ 5.000,00

Modalidade: Online

Fechado há

1	01	6	59
Dias	Horas	Minutos	Segundos

Maior lance:

Confirme o próximo lance no valor de:
R$ 160.833,33

HABILITAÇÃO AUDITÓRIO

Últimos lances:

Usuário	Valor	Data	Tipo
Aracy	R$ 155.833,33	11/02/20 13:35:21	M

Área de lances:

pri

.....

LEMBRAR SENHA ENTRAR

CADASTRE-SE

Lista de lotes

Compartilhe esta oportunidade:

Localização:
Rua Pio Correa, nº: 92, apto.: 602, Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ

Tipo: Apartamentos

Fórum: Comarca da Capital/RJ

Vara: 7° Juizado Especial Cível

Número do Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Autor: José Alexandre da Silva Neto

Réu:
Kerocasa – Coop. Habitacional Ltda; Zap Emp. Imob. Ltda.; Sérgio Pereira Parente de Souza; Marcus Vinícius de Oliveira Fialho; Jair Cássio Baptista Mourão

Tipo de ação: Anulação Contratual por Prática Abusiva

ID Leilão: 6897

Nº Lote: 01

Habilitados: 3

TJRJ CAP JC07 202001102 12/02/20 16:13:20 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1883
Carimbado Eletronicamente

Visitas: 135840

Descrição:

1/3 do Apartamento 602 do Bloco I do edifício em construção situado na Rua Pio Correa nº: 92, com direito a 01 vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado, indiscriminadamente e sua correspondente fração ideal de 0,00676 do terreno onde ainda existe o prédio nº: 92 da mesma rua, a ser demolido, medindo: 24,75m de frente, nos fundos 11,74m, mais 40,00m (configurando com a medida anterior um ângulo obtuso externo), mais 45,00m (configurando com a medida anterior um ângulo obtuso interno); e a à direita 48,00m, mais 19,50m (alargando o terreno, mais 54,00m (configurando com a medida anterior um ângulo obtuso interno);e à esquerda 8,08m, mais 44,40m (configurando um ângulo obtuso interno), mais 8,08m (alargando o terreno), mais 38,60m (aprofundando o terreno e fechando o perímetro); confrontando na frente

com a Rua Pio Correa, à direita com o imóvel 98 da Rua Pio Correa, à esquerda com o lote 1 do PA 38.826 e nos fundos com os terrenos dos prédios 292 e 282 da Rua Humaitá. Inscrição municipal nº: 1915239-6. Matriculado sob o nº: 51.232 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital/RJ.

ÔNUS: R.22 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente dos presentes autos; R.23 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0298669-43.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 4º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.24 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0251582-91.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 4º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.25 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0298706-70.20168.19.0001 em trâmite pelo 23º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.26 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº:0081772-84.2017.8.19.0001 em trâmite pelo 7º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.27 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0298725-76.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 7º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.28 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0432015-90.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 7º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.29 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0146085-88.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 23º Juizado Especial Cível da Capital/RJ. Constam débitos de IPTU no valor de R$ 2.237,38, atualizado até dezembro/19. Não constam débitos de condomínio, atualizado até outubro/19. Não constam débitos de taxa de incêndio (Funesbom), atualizado até dezembro/19.

Avaliado total do bem: R$ 935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil reais).

Lance mínimo aceito para 1/3 do bem: R$ 155.833,33 (cento e cinquenta e cinco mil e oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Edital do Leilão

Documentos do Lote

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
18849
Carimbado Eletronicamente

(13) 3384-8000 / 0800-780-8000

Avenida Miguel Estéfano, 3335, Guarujá/SP - CEP 11440-533

adriano@lancejudicial.com.br

Cadastre-se para receber NEWSLETTER

Interesse em: Móvel Imóvel

Nome

Receba novidades por E-mail

Receba informativos dos leilões via SMS

Receba novidades por SMS

INDIQUE-NOS

TERMOS DE USO

COMO PARTICIPAR

QUERO VENDER

QUERO COMPRAR

DÚVIDAS

Todos os direitos reservados Lance Judicial 2020. Proibido a reprodução total ou parcial do layout, seleção, organização e disposição do conteúdo audiovisual deste software nos termos da Lei n. 9.609/98 e 9.610/98.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
13356
Carimbado Eletronicamente

12/02/2020 - BANCO DO BRASIL - 10:08:03
486617084 0013

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: GILBERTO P P SOUZA
AGENCIA: 4385-0 CONTA: 1.446-X

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090283658500682673693170382240015583333
BENEFICIARIO.:
BANCO DO BRASIL SA
NOME FANTASIA.:
S. PUBLICO R. JANEIRO (RJ)
CNPJ: 00.000.000/4906-95
PAGADOR.:
GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
CPF: 610.697.447-00

NR. DOCUMENTO	486.617.084.021.202
NOSSO NUMERO	28365850082673693
CONVENIO	02836585
DATA DE VENCIMENTO	13/04/2020
DATA DO PAGAMENTO	12/02/2020
VALOR DO DOCUMENTO	155.833,33
VALOR COBRADO	155.833,33

NR.AUTENTICACAO 4.CAD.756.72B.878.329
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

TJRJ CAP JC07 20200110 0002 12/02/20 16:11:20 13715 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
Carimbado Eletronicamente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: JOSE ALEXANDRE DA SILVA NETO

Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITAC

Comarca da Capital - Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001 - ID 081010000062890818

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciario>Guia Dep. Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente para efetivação do depósito.

TJRJ CAP JC07 20200112002 12/02/20 16:13:20135715 PROGER-VIRTUAL

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585006 82673.693170 3 82240015583333**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SO CPF: 610.697.447-00
TRIBUNAL DE JUSTICA.RJ - PROCESSO: 0305983-40.2016.8.19.0001, Comarca da Capital - Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Sacador/Avalista

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28365850082673693	81010000062890818	13/04/2020	155.833,33	155.833,33

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S/A

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585006 82673.693170 3 82240015583333**

Local de Pagamento
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Data de Vencimento
13/04/2020

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
BANCO DO BRASIL S/A

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento	Nosso-Número
11/02/2020	81010000062890818	ND	N	11/02/2020	28365850082673693

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
81010000062890818	17	R$			155.833,33

Informações de Responsabilidade do Beneficiário
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081010000062890818 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br, opção Setor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado
155.833,33

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SO CPF: 610.697.447-00
TRIBUNAL DE JUSTICA.RJ - PROCESSO: 0305983-40.2016.8.19.0001, Comarca da Capital - Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Sacador/Avalista

Código de Baixa
Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1887
Carimbado Eletronicamente

AUTO DE LEILÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO(A) 7º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ

PROCESSO No. 0305983-40.2016.8.19.0001

Partes:

José Alexandre da Silva Neto

Kerocasa – Coop. Habitacional Ltda; Zap Emp. Imob. Ltda.; Sérgio Pereira Parente de Souza; Marcus Vinícius de Oliveira Fialho; Jair Cássio Baptista Mourão

Em onze de fevereiro de dois mil e vinte foi(ram) levado(s) à leilão/praça através do portal do Leiloeiro Oficial THIAGO DE MIRANDA CARVALHO, matriculado na JUCERJA sob o nº: 199, www.mirandacarvalholeiloes.com.br (www.lancejudicial.com.br), o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), ao seu final, restando COM LANCES, sendo o maior lance ofertado por: GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA portador(a) da cédula de identidade RG nº. 3784385 e inscrito(a) no CPF sob o nº. 610.697.447-00, residente e domiciliado(a) à Alameda Jauaperi, número: 887, complemento: apartamento 11, Bairro: Indianópolis, CEP: 04523-014, São Paulo/SP, no importe de R$ 155.833,33 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Lote no.:	0001
Descrição Completa:	1/3 do Apartamento 602 do Bloco I do edifício em construção situado na Rua Pio Correa nº: 92, com direito a 01 vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado, indiscriminadamente e sua correspondente fração ideal de 0,00676 do terreno onde ainda existe o prédio nº: 92 da mesma rua, a ser demolido, medindo: 24,75m de frente, nos fundos 11,74m, mais 40,00m (configurando com a medida anterior um ângulo obtuso externo), mais 45,00m (configurando com a medida anterior um ângulo obtuso interno); e a à direita 48,00m, mais 19,50m (alargando o terreno, mais 54,00m (configurando com a medida anterior um ângulo obtuso interno);e à esquerda 8,08m, mais 44,40m (configurando um ângulo obtuso interno), mais 8,08m (alargando o terreno), mais 38,60m (aprofundando o terreno e fechando o perímetro); confrontando na frente com a Rua Pio Correa, à direita com o imóvel 98 da Rua Pio Correa, à esquerda com o lote 1 do PA 38.826 e nos fundos com os terrenos dos prédios 292 e 282 da Rua Humaitá. Inscrição municipal nº: 1915239-6. Matriculado sob o nº: 51.232 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital/RJ. ÔNUS: R.22 PENHORA de um 1/3 do bem proveniente dos presentes autos; R.23 PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0298669-43.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 4º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.24 PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0251582-91.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 4º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.25 PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0298706-70.20168.19.0001 em trâmite pelo 23º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.26 PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº:0081772-84.2017.8.19.0001 em trâmite pelo 7º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.27 PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0298725-76.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 7º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.28 PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0432015-90.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 7º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.29 PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0146085-88.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 23º Juizado Especial Cível da Capital/RJ. Constam débitos de IPTU no valor de R$ 2.237,38, atualizado até dezembro/19. Não constam débitos de condomínio, atualizado até outubro/19. Não constam débitos de taxa de incêndio (Funesbom), atualizado até dezembro/19. Avaliado total do bem: R$ 935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil reais). Lance mínimo aceito para 1/3 do bem: R$ 155.833,33 (cento e cinquenta e cinco mil e oitocentos e trinta e três reais e trinta centavos)

TJRJ CAP JC07 202001104002 12/02/20 18:41:20135715 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1383
Carimbado Eletronicamente

Valor do Lance:	R$ 155.833,33 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)		
Total de Lances	Valor do maior lance	% da avaliação	Encerramento (d/h)
1	155.833,33	50%	11/02/20 13h40

É o que cumpria informar,

THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
JUCERJA 199

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
Carimbado Eletronicamente

PODER JUDICIÁRIO
7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ
Av. Erasmo Braga, nº: 115, corredor D, sala 109, Castelo, Rio de Janeiro/RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

AUTO DE ARREMATAÇÃO

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte foi levado a pregão eletrônico o(s) bem(ns) descrito(s) abaixo, por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito, VALÉRIA PACHA BICHARA que acompanhou em tempo real, pela internet, no portal do Leiloeiro Oficial THIAGO DE MIRANDA CARVALHO, JUCERJA sob o nº: 199, **www.mirandacarvalholeiloes.com.br** (www.lancejudicial.com.br), onde ocorreu o pregão público virtual, nos autos do(s) processo(s) abaixo relacionado(s), contra o(s) Executado(s) a seguir:

Processo	**Executado**
0305983-40.2016.8.19.0001	Kerocasa – Coop. Habitacional Ltda; Zap Emp. Imob. Ltda.; Sérgio Pereira Parente, Marcus Vinícius de Oliveira Fialho; Jair Cássio Baptista Mourão

DESCRIÇÃO DO BEM: 1/3 do Apartamento 602 do Bloco I do edifício em construção situado na Rua Pio Correa nº: 92, com direito a 01 vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado, indiscriminadamente e sua correspondente fração ideal de 0,00676 do terreno onde ainda existe o prédio nº: 92 da mesma rua, a ser demolido, medindo: 24,75m de frente, nos fundos 11,74m, mais 40,00m (configurando com a medida anterior um ângulo obtuso externo), mais 45,00m (configurando com a medida anterior um ângulo obtuso interno); e a à direita 48,00m, mais 19,50m (alargando o terreno, mais 54,00m (configurando com a medida anterior um ângulo obtuso interno);e à esquerda 8,08m, mais 44,40m (configurando um ângulo obtuso interno), mais 8,08m (alargando o terreno), mais 38,60m (aprofundando o terreno e fechando o perímetro); confrontando na frente com a Rua Pio Correa, à direita com o imóvel 98 da Rua Pio Correa, à esquerda com o lote 1 do PA 38.826 e nos fundos com os terrenos dos prédios 292 e 282 da Rua Humaitá. Inscrição municipal nº: 1915239-6. **Matriculado sob o nº: 51.232 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital/RJ.** ÔNUS: R.22 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente dos presentes autos; R.23 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0298669-43.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 4º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.24 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0251582-91.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 4º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.25 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0298706-70.20168.19.0001 em trâmite pelo 23º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.26 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº:0081772-84.2017.8.19.0001 em trâmite pelo 7º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.27 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0298725-76.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 7º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.28 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0432015-90.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 7º Juizado Especial Cível da Capital/RJ; R.29 – PENHORA de um 1/3 do bem proveniente do processo nº: 0146085-88.2016.8.19.0001 em trâmite pelo 23º Juizado Especial Cível da Capital/RJ. Constam débitos de IPTU no valor de R$ 2.237,38, atualizado até dezembro/19. Não constam débitos de condomínio, atualizado até outubro/19. Não constam débitos de taxa de incêndio (Funesbom), atualizado até dezembro/19.

AVALIAÇÃO TOTAL DO BEM: R$ 935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil reais).

VALOR DO LANCE PARA 1/3 DO BEM: R$ 155.833,33 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e tres reais e trinta e tres centavos, que corresponde a 17% do valor da avaliação

Cumprindo determinação do(a) MM. Juiz(a), foi(ram) apregoado(s) o(s) bem(ns), por razoável espaço de tempo, on line, sendo comunicado ao final que foi ofertado lance no valor de **R$ 155.833,33** (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) por GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, portador(a) da cédula de identidade RG nº. 3784385 e inscrito(a) no CPF sob o nº. 610.697.447-00, residente e domiciliado(a) à Alameda Jauaperi, número: 887, complemento: apartamento 11, Bairro: Indianópolis, CEP: 04523-014, São Paulo/SP.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
189104
Carimbado Eletronicamente

Face a comprovação do depósito do lanço e da comissão devida, expeça-se a carta de arrematação, mandado de entrega dos bens ou competente ofício. Para constar, lavrei o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

_____

VALÉRIA PACHA BICHARA

Juiz(a) de Direito

Data da assinatura:_____

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
19910
Carimbado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ

GRERJ ARREMATAÇÃO: 20111002169-64
GRERJ CARTA DE ARREMATAÇÃO: 20112002410-27

Processo nº: 0305983-40.2016.8.19.0001

THIAGO DE MIRANDA CARVALHO, Leiloeiro Oficial, matriculado na JUCERJA sob o nº 199 e devidamente credenciado no TJ-RJ, honrado com a sua nomeação nos autos da Ação de Anulação Contratual por Prática Abusiva promovida por **JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO** em face de **KEROCASA – COOP. HABITACIONAL LTDA; ZAP EMP. IMOB. LTDA.; SÉRGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA; MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA FIALHO; JAIR CÁSSIO BAPTISTA MOURÃO**, vem, permissa máxima vênia, a presença de V.Exa., requerer o que segue:

1. a juntada da súmula de leilão positivo, dos comprovantes de pagamento e do auto de arrematação a ser assinado por V. Exa..

2. a juntada da página eletrônica onde realizaram as praças, contendo fotos, valores, número de visitas, a descrição detalhada do lote, capa dos autos, laudo de avaliação, matrícula imobiliária atualizada, mapa de localização e a classificação de lances (apelido/cidade que foi inserido o lance).

Termos em que, respeitosamente, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.

_____

THIAGO DE MIRANDA CARVALHO

LEILOEIRO OFICIAL – JUCERJA Nº: 199

TJRJ CAP JC07 202001104002 12/02/20 18:13:20135715 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
892
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**14/02/2020**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**13/02/2020**
Data da Devolução	**14/02/2020**
Data da Decisão	**13/02/2020**
Tipo da Decisão	**Determinado o saneamento do processo**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
893
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 13/02/2020

Decisão

Defiro a realização de penhora no rosto dos autos nº 0305983-40.2016.8.19.0001, em trâmite neste Juizado, até o valor total da execução objeto dos presentes autos, fls. 880/881.
Ao cartório para as providências de estilo.

Rio de Janeiro, 13/02/2020.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4A7U.76KF.7ABC.3LL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
894
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
895
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**14/02/2020**
Data	**14/02/2020**
Descrição	**Certifico que cumpri o determinado no despacho de fls. retro conforme certidão em anexo.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
896
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que cumpri o determinado no despacho de fls. retro conforme certidão em anexo.

Rio de Janeiro, 14/02/2020.

Raul de Souza Antunes - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/31380

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
897
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**12/03/2020**
Data da Juntada	**14/02/2020**
Tipo de Documento	**Documento**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
898
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0305983-40.2016.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Atos Ordinatórios

Certifico que cumpri o despacho de fls.893 do processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001 conforme planilha de fls.880/881 juntados na presente data.

Rio de Janeiro, 14/02/2020.

Raul de Souza Antunes - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/31380

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
899
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**08/04/2020**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
900
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por sua advogada infra assinada, expor e requerer o que segue:

Certo é que já foi deferida a penhora no rosto dos autos do **processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001**, que tramita perante este Juizado. Ocorre que, conforme se depreende do despacho proferido nos referidos autos, a D. Juíza assim determinou, em relação à penhora efetivada:

> "*Observe o credor com penhora no rosto dos autos que a eventual satisfação do seu crédito dependerá da existência de valores remanescentes após atendidas todas as penhoras com registro precedente (art. 908 do CPC), uma vez que não há nos autos até o presente momento qualquer evidência da constrição prévia à seu favor do bem de raiz levado a hasta pública*."

Contudo, o Exequente anexa, nesta oportunidade, a certidão de ônus reais em que se comprova a constrição prévia do bem levado à hasta pública, em favor do mesmo.

TJRJ CAP JC07 202002373652 08/04/20 21:30:10135481 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
901
Carimbado Eletronicamente

Ainda assim existem outros valores depositados nos autos do processo nº 0305983-40.2016.8.19.0001 (R$ 24.345,20 e R$ 5.543,96), que se mostram suficientes para a integralização do débito do Exequente.

Requer, por oportuno, seja observada a prioridade do presente pleito, diante do que dispõe **o PROVIMENTO CGJ Nº. 21/2020, no artigo 3º, §§ 1º e2º:**

> Art. 3º. Durante o período de vigência do RDAU, as serventias judiciais de todo o estado deverão priorizar o pagamento de condenações e honorários advocatícios e periciais, nos processos eletrônicos, preferencialmente por meio de transferência bancária para a conta corrente indicada nos autos.
>
> §1º Será dada prioridade à expedição de mandados de pagamento já deferidos, bem como à apreciação dos requerimentos de levantamento já formulados antes do período de suspensão de que trata o Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 5/2020.
>
> §2º Os juízes deverão avaliar a possibilidade de determinar o pagamento mediante transferência direta para a conta corrente do advogado, quando já cadastrada e autorizada e, ao interessado que ainda não possua conta bancária indicada nos autos, caberá indicá-la, sem a necessidade de intimação para tal finalidade.

Assim, com fulcro na norma acima, requer o Exequente seja priorizado pleito, a fim de que seja agilizada a expedição de mandado de pagamento, mediante transferência direta para a conta corrente do advogado, Dr. MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ nº 102.520, CPF 070.398.907-39, no valor de R$ 23.113,32, bem como dos devidos acréscimos da conta judicial criada para esse fim.

Diante do exposto, requer seja informada nos autos do processo nº **0305983-40.2016.8.19.0001** a juntada da certidão de ônus reais atualizada, ora anexada, bem como seja requerida a remessa do valor atualizado (**R$ 23.113,32),** conforme planilha anexa, para os presentes autos, a fim de que, posteriormente seja expedido o mandado de pagamento, conforme fundamentação supra.

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 2020.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
902
Carimbado Eletronicamente

DANO MORAL

Valor a ser atualizado:	R$ 4.000,00
Período de atualização monetária:	de 25/02/2019 até 08/04/2020 (403 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 08/04/2020 (680 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,03913946**
Valor corrigido:	**R$ 4.156,56**
Valor dos juros:	**R$ 942,15**
Valor corrigido + juros:	**R$ 5.098,71**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 5.098,71**
Total em UFIR:	**1.434,24**

DANO MATERIAL

Valor a ser atualizado:	R$ 11.677,05
Período de atualização monetária:	de 13/12/2017 até 08/04/2020 (835 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 08/04/2020 (680 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,11097222**
Valor corrigido:	**R$ 12.972,88**
Valor dos juros:	**R$ 2.940,52**
Valor corrigido + juros:	**R$ 15.913,40**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 15.913,40**
Total em UFIR:	**4.476,34**

TOTAL 21.012,11 + 10% = 23.113,32

TJRJ CAP JC07 202002373652 08/04/20 21:30:10135481 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
903
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO Nº 20/005308

REGISTRO GERAL

MATRICULA 51232 | FICHA 01

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL
REGISTRO DE IMÓVEIS - 2.º OFÍCIO

Luiza Helena L.M. Fabricio Matr. 94/16424

IMÓVEL: Apartamento 602 do Bloco I do edifício em construção situado na Rua Pio Correa nº 92, com direito a 01 vaga na garagem, localizada no pavimento de acesso/1º pavimento garagem e/ou 2º pavimento garagem elevado, indiscriminadamente e sua correspondente fração ideal de 0,00676 do terreno onde ainda existe o prédio nº 92 da mesma rua, a ser demolido, medindo: .... 24,75m de frente, nos fundos 11,74m, mais 40,00m (configurando com a medida anterior um angulo obtuso externo), mais 45,00m (configurando com a medida anterior um angulo obtuso interno); à direita 48,00m, mais 19,50m (alargando o terreno), mais 54,00m (configurando com a medida anterior um angulo obtuso interno); e à esquerda 8,08m, mais 44,40m (configurando um angulo obtuso interno), mais 8,80m (alargando o terreno), mais 38,60m (aprofundando o terreno e fechando o perimetro); confrontando na frente com a Rua Pio Correa, à direita com o imóvel 98 da Rua Pio Correa, à esquerda com o lote 1 do PA. 38.826 e nos fundos com terrenos dos prédios 292 e 282 da Rua Humaitá. Inscrito no FRE sob o nº 1.229.758 - CL 8624 (MP). PROPRIETÁRIA: Veplan Industria Imobiliária do Rio de Janeiro Ltda., com sede nesta cidade na Avenida Atlântica nº 2600, CGC nº 30.527.170/0001-90. TITULOS AQUISITIVOS: Atos R-4 das matrículas 42.409 e 42.410, em 22.06.82; R-5 das matrículas 40.795 a ... 40.800; R-5 das matrículas 41.156 e 41.157; R-6 da matrícula 41.158; R-5 das matrículas 41.159 a 41.161; R-5 das matrículas 40.802 a 40.806, todos em ... 13.07.82. Rio de Janeiro, 10 JUN. 1983

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut
Matrícula 1.633.536

AV-1- 51.232 - SERVIDÃO DE TRÂNSITO DE VEÍCULOS: O imóvel é dominante de servidão de transsito de veículos em que é serviente o lote 1 do PA. 38.826, conforme atos R-5 da matrícula 48.634 e AV-2 da matrícula 48.635. Rio de Janeiro, 10 JUN. 1983

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut
Matrícula 1.633.536

AV-2- 51.232 - SERVIDÃO DE TRÂNSITO DE PESSOAS E VEÍCULOS, ESTES EM UM ÚNICO SENTIDO: O imóvel é dominante de servidão de trânsito de pessoas e veículos, estes em um único sentido, em que é serviente o lote 3 do PA. 38.826 onde existem os prédios 304 e 296, conforme registro constante dos atos R-2

CONTINUA NO VERSO

1/

CLAUDIO NOGUEIRA ABAURRE
3º Substituto
Matr. 94/3763

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDEV 56834 AJX
Consulte a validade do selo em:
www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Emol.: 79,20
Ressag: 1,58
FETJ: 15,84
Fundperj: 3,96
Funperj: 3,96
Funarpen: 3,16
ISS: 4,25
Total: 111,95

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

TJRJ CAP JC07 202002373652 08/04/20 21:30:10135481 PROGER-VIRTUAL

AAA 017457082

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
904
Carimbado Eletronicamente

[redacted]

REGISTRO GERAL

MATRICULA 51232 | FICHA 01 VERSO

da matrícula 48.636 e AV-3 da matrícula 48.635, Rio de Janeiro, 10 JUN. 1983 - Shirlly E. X. Lopes

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Autº
Matrícula 1.633.538

AV-3- 51.232 - MEMORIAL: O imóvel integra o Memorial de Incorporação Imobiliária, conforme ato R-5 da matrícula 48.635. Rio de Janeiro, 10 JUN. 1983 - Shirlly E. X. Lopes

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Autº
Matrícula 1.633.538

AV-4- 51. 232 - DEMOLIÇÃO: Nos termos do requerimento de 21.07.83, instruido pela certidão nº 230.524, expedida em 08.07.83 pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da Prefeitura desta cidade, protocolados neste cartório sob o nº 116.873, fica averbada a demolição do prédio residencial com dois pavimentos que existia no terreno onde está sendo construido o edifício. Rio de Janeiro, 28 JUL. 1983 - Shirlly E. X. Lopes

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Autº
Matrícula 1.633.538

AV-5-51.232 - ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO SOCIAL: Nos termos do requerimento de 04.12.86, instruído pela alteração contratual de 01.09.83, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado sob o nº 223.224, em 19.09.83, protocolados neste Cartório sob o nº 165.918, em 10.12.86, fica averbado que Veplan — Indústria Imobiliária do Rio de Janeiro Ltda. teve a sua denominação social alterada para Veplan Indústria Imobiliária Ltda., Rio de Janeiro, 06 JAN 1987 - Shirlly E. X. Lopes

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Autº
Matrícula 1.633.538

CONTINUA NA FICHA Nº 02

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C108334

CERTIDÃO Nº 20/005308

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
905
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 · FICHA 02

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIARIO - COMARCA DA CAPITAL
REGISTRO DE IMOVEIS - 2º OFÍCIO

AV-6- 51.232 - ALTERAÇÃO E REVALIDAÇÃO DO MEMORIAL REFERIDO NO ATO AV-3: Nos termos do requerimento de 04.11.86, protocolado neste Cartório sob o numero-164.619, em 06.11.86, Veplan Indústria Imobiliária Ltda, não tendo concretizado, no prazo legal, a incorporação referida no ato AV-3 , e tendo realizado algumas modificações no projeto arquitetônico e especificações, revalidou-a, sujeitando-a no entanto a prazo de carência de 180 dias, findo o qual será lícito à requerente desistir do empreendimento se não tiverem sido comercializadas 70% das unidades autônomas projetadas. Tendo sido uma parte do terreno invadida pelo vizinho morador da casa da Rua Pio Correa 102, está em curso na 3ª Vara Cível desta cidade, ação de reintegração de posse, sendo - autora Veplan Indústria Imobiliária S/A e como réus William Costa Prado e sua mulher Helena Barbosa Costa Prado, tendo a incorporadora declarado que, se o Poder Judiciário der ganho de causa ao invasor, diminuindo, consequentemente, a área do terreno em que se assentará o edifício, nenhuma reivindicação ou postulação poderão formular os adquirentes dos apartamentos frente à incorporadora, desde que o respectivo projeto arquitetônico não seja, por - isso, alterado, obrigando-se a incorporadora a fazer constar dos títulos de alienação do empreendimento, a existência da ação em foco. A incorporadora - juntou ao Memorial requerimento e planta indicando a área "sub judice". Rio de Janeiro, 04 JUN 1987.

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut.
Matricula 1.633.538

R-7 -51.232- TÍTULO: Incorporação. FORMA DO TÍTULO: Escritura do 18º Ofício de Notas, desta cidade, livro 4.792, fl. 185, de 29.02.88 e requerimentos de 10.03.88 e 22.03.88, protocolados neste Cartório sob o nº 179.525, em 10.03.88. VALOR: CZ$785.000,00 , pela fração e CZ$386.369,70 , pelas benfeitorias TRANSMISSÃO: Não incidente de imposto de transmissão, conforme processo E-04/001.815/88, de conformidade com o art. 73, inciso I do Decreto-Lei nº 5/75 e redação do Decreto-Lei nº 413/79. TRANSMITENTE: Veplan Indústria Imobiliária Ltda., CGC nº 30.527.170/0001-90, com sede nesta cidade na Rua Buenos Aires nº 68/21º andar (parte). ADQUIRENTE: Quatro de Janeiro Administração e Participações Ltda., CGC nº 31.894.926/0001-00, com sede nesta cidade na Rua Buenos Aires nº 68 - 21º andar (parte). Rio de Janeiro, 25 MAR 1988

FERNANDO B. FALCÃO - Matricula 06/1630
Oficial em exercicio

CONTINUA NO VERSO

2/

CLAUDIO NOGUEIRA ABAURRE
3º Substituto
Matr. 94/3763

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 017457081
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
906
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 02 VERSO

AV-8-51.232- ALTERAÇÃO E REVALIDAÇÃO DO MEMORIAL REFERIDO NO ATO AV-3: Nos termos do requerimento de 04.08.89, protocolado neste Cartório sob o nº 196.740, em 08.08.89, fica averbado que a Quatro de Janeiro Administração e Participações Ltda, atual proprietária de todo o empreendimento, alterou e revalidou o referido Memorial de Incorporação, declarando inexistir prazo de carência, em nada modificando, no entanto, os elementos consignados na matrícula com relação ao presente imóvel. Foi comprovado também que a sentença da ação de reintegração de posse mencionada no ato AV-6, foi julgada procedente e transitou em julgado. Rio de Janeiro, 08 SET 1989

FERNANDO B. FALCÃO - Matrícula 08/1530
Oficial Titular

R-9-51.232- TÍTULO: Hipoteca. FORMA DO TÍTULO: Instrumento particular de 10.08.89, protocolado neste Cartório sob o nº 197.213, em 23.08.89. VALOR: NCZ$5.877.200,00, reajustável nos casos e condições previstas no título, incluindo outras unidades. JUROS: 10% ao ano. PRAZO: A dívida será paga em 10.04.91. DEVEDORA: Quatro de Janeiro Administração e Participações Ltda., com sede nesta cidade na Rua do Ouvidor nº 121, 8º andar-parte, CGC nº 31.894.926/0001-00. CREDOR: Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº - Osasco/SP, CGC nº 60.746.948/0001-12. Rio de Janeiro, 08 SET 1989

FERNANDO B. FALCÃO - Matrícula 08/1530
Oficial Titular

AV-10-51.232 - ALTERAÇÃO DO MEMORIAL DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA REFERIDO NO ATO AV-3: Nos termos dos requerimentos datados de 21.01.91, 30.01.91 e 01.02.91, instruído pelo Alvará nº 49.072, expedido em 18.10.90, com validade até 25.01.91, protocolados neste Cartório sob o nº 209.612, em 21.01.91, fica averbado que a incorporadora alterou o referido Memorial reduzindo o nº de vagas da garagem, passando de 164 vagas para 157 vagas, sendo 71 vagas no 1º pavimento garagem e 86 vagas no 2º pavimento garagem, esclarecendo que as 7 vagas foram subtraídas do apartamento 901 do Bloco I, que possuía 11 vaga de garagem. Rio de Janeiro, 22 FEV 1991

CHARLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut
Matrícula 1.633.538

CONTINUA NA FICHA Nº 03.

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C108334

CERTIDÃO Nº 20/005308

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
907
Carimbado Eletronicamente

[redacted]

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 - FICHA 03

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL
REGISTRO DE IMÓVEIS - 2.º OFÍCIO

AV-11-51.232 - CONSTRUÇÃO: Nos termos do requerimento de 21.01.91, instruído pela Certidão nº 291.897, expedida em 14.01.91 pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - Superintendência de Parcelamento e Editorações da Prefeitura desta cidade e pela Certidão Negativa de Débito - CND nº 347.544, expedida em 16.01.91 pelo IAPAS, protocolados neste Cartório sob o nº 209.613, em 21.01.91, fica averbada a construção do apartamento, tendo o seu "habite-se" sido concedido em 14.01.91. Rio de Janeiro, 22 FEV 1991.

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut
Matrícula 1.633.538

AV-12-51.232 - CONVENÇÃO: Nos termos da escritura do 14º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3771, fl. 002, de 21.03.91, protocolada neste Cartório sob o nº 212.068, em 09.05.91, fica averbado que a convenção de condomínio do edifício do qual faz parte o imóvel encontra-se registrada em ficha Auxiliar sob o nº 3/02.389. Rio de Janeiro, 12 JUN 1991.

SHIRLLY E. X. LOPES - Escrev. Aut
Matrícula 1.633.538

AV-13-51.232 - DESLIGAMENTO DA HIPOTECA OBJETO DO ATO R-9: Nos termos do requerimento de 29.01.92, Banco Bradesco S.A. autorizou o desligamento do imóvel da referida hipoteca. Rio de Janeiro, 17 FEV 1992

Cicerina de Souza Magalhães - Escrev. Aut
Matrícula 06/3141 (IPERJ)

AV-14-51.232 - ADITAMENTO AO ATO PRECEDENTE: Fica aditado o referido ato para constar que o documento nele referido foi protocolado neste Cartório sob o nº 219.819, em 31.01.92. Rio de Janeiro, 17 FEV 1992.

Cicerina de Souza Magalhães - Escrev. Aut
Matrícula 06/3141 (IPERJ)

continua no verso

3/

CLAUDIO NOGUEIRA ABAURRE
3º Substituto
Matr. 94/3763

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 01745708O
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
908
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRICULA 51232 | FICHA 03 VERSO

R-15-51.232 -TÍTULO:Compra e venda.FORMA DO TÍTULO:Escritura do 14º Ofício de Notas desta cidade, livro 3846, fl. 160 de 29.01.93 protocolada neste cartório sob o nº 234.821, em 20.08.93.VALOR:.. CR$ 426.000.000,00.TRANSMISSÃO:Guia nº 136.346, em 26.01.93.TRANSMITENTE:Quatro de Janeiro Administração e Participações Ltda.,com sede nesta cidade na Rua do Ouvidor nº 121 - 8º andar (parte), já qualificada no ato R-7.ADQUIRENTES:1)-Gilberto Pereira Parente de Souza,brasileiro,engenheiro,CPF.nº 610.697.447-00,casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Patricia Bárbosa Schmall Parente; 2)-Luiz Philipe Pereira Parente de Souza,brasileiro,solteiro,médico,CPF.nº 743.812.377-49; e, 3)-Sergio Pereira Parente de Souza,brasileiro,solteiro,maior,economista,CPF.nº 810.516.547-34, todos residentes e domiciliados nesta cidade. (na proporção de 1/3 para cada um). Rio de Janeiro, 26 AGO 1993

Cicerina de Souza Magalhães
Escrev. Autorizado
Matricula 06/3141 - (IPERJ)

AV-16-51.232 -ALTERAÇÃO DA MATRICULA:Nos termos do documento mencionado no ato precedente, fica alterada a matrícula para constar que o imóvel está inscrito no FRE sob o nº 1.915.239-6,CL.08.624-9 Rio de Janeiro, 26 AGO 1993

Cicerina de Souza Magalhães
Escrevente
Matricula 06/3141 - (IPERJ)

CONTINUA NA FICHA Nº 4

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de florestas responsáveis
FSC® C108334

CERTIDÃO Nº 20/005308

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
909
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º Ofício do Registro de Imóveis
Av. Nilo Peçanha, 26 - 5º andar - Rio de Janeiro - RJ

AV-17-51.232- EXCLUSÃO DE 1/3 DO IMÓVEL DA COMUNHÃO: Nos termos da Carta de Sentença expedida em 24.05.2011, pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, Foro Regional III - Jabaquara, Comarca de São Paulo-SP, extraída dos autos da ação de separação consensual entre GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e PATRICIA BARBOSA SCHMALL PARENTE, protocolada sob o nº 446.247, em 10.10.2011, fica averbado que de acordo com a sentença proferida em 25.02.2011, 1/3 do imóvel da presente matrícula, pertence exclusivamente ao cônjuge varão, pois foi adquirido com recursos oriundos da venda de outro imóvel que ele possuía desde solteiro, e, portanto, não sendo objeto de partilha, nos termos do artigo 1659, incisos I e II, do Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14760

AV-18-51.232- SEPARAÇÃO CONSENSUAL: Nos termos do requerimento de 28.12.2009, instruído pela Certidão de Casamento expedida em 19.03.2007, pela 5ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato desta cidade, protocolados sob o nº 446.248, em 10.10.2011, fica averbada a separação consensual de GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e PATRICIA BARBOSA SCHMALL PARENTE, homologada por sentença proferida em 15.12.1993, pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Família do Foro Regional III - Jabaguara - SP, voltando ela a usar seu nome de solteira, PATRICIA BARBOSA SCHMALL. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14760

AV-19-51.232- DIVÓRCIO: Nos termos dos documentos mencionados no ato precedente, fica averbado o divórcio de GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e PATRICIA BARBOSA SCHMALL, homologado por sentença proferida em 24.04.1995, pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões do Foro

Continua no Verso..

MODELO 12

4 /

CLAUDIO NOGUEIRA ABAURRE
3º Substituto
Matr. 94/3763

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 01745079
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
910
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA	FICHA
51232	4 VERSO

Regional III - Jabaguara/Saúde - SP. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14760

AV-20-51.232- PACTO ANTENUPCIAL: Nos termos do requerimento de 28.12.2009, instruído pela escritura do 22º Tabelionato de Notas da Comarca de São Paulo - SP, livro 2872, fl. 244, de 17.10.1995 e pela Certidão expedida em 20.07.1998 pelo 14º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo - SP, protocolados sob o nº 446.248, em 10.10.2011, fica averbado que o pacto antenupcial celebrado entre GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e MARIA DOLORES GONÇALVES, convencionando que o regime de bens a vigorar entre eles, após a realização de seu casamento, será o da **separação total de bens**, na forma do artigo 276 e seguinte do Código Civil Brasileiro; conseqüentemente os bens serão incomunicáveis, em razão do que, cada cônjuge terá o exclusivo domínio e posse dos bens presentes e dos aquestos, ou daqueles que na constância do casamento vier a adquirir, a qualquer título, cabendo a cada cônjuge administrá-los livremente na parte que lhe diga respeito. Sendo incomunicáveis os bens, inclusive os que de futuro vierem a adquirir, consoante se disse acima, claro é que os bens de um deles em caso ou hipótese alguma, responderão por encargos ou dívidas do outro, sejam estes anteriores ou posteriores ao casamento, encontra-se registrado no 14º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo - SP, no Livro 3 na Ficha Auxiliar nº 6.926. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14760

AV-21-51.232- CASAMENTO: Nos termos do requerimento de 28.12.2009, instruído pela Certidão de Casamento expedida em 21.08.2009, pelo Registro Civil das Pessoas Naturais do 24º Subdistrito de Indianópolis - SP, protocolados sob o nº 446.248, em 10.10.2011, fica averbado o casamento de GILBERTO PEREIRA

Continua na Próxima Ficha..

MODELO 12

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C108334

CERTIDÃO Nº 20/005308

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
911
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º Ofício do Registro de Imóveis
Av. Nilo Peçanha, 26 - 5º andar - Rio de Janeiro - RJ

PARENTE DE SOUZA e MARIA DOLORES GONÇALVES, realizado em 09.12.1995, pelo regime da **separação total de bens**, continuando ela a usar seu nome de solteira. Rio de Janeiro, 25/11/2011.

Cizerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Matrícula 94/14760

R-22-51232- TÍTULO: Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Certidão expedida em 25/01/2018, pelo Juízo de Direito do 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital - RJ, extraída dos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário, Compra e Venda, Processo nº 0305983/40.2016.8.19.0001, proposta por JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO em face de KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, contendo termo de penhora de 25/01/2018, funcionando como depositário SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, protocolada sob o nº 506381, em 19/02/2018. **VALOR:** R$24.345,20. **DEVEDOR:** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF nº 810.516.547-34, já qualificado no ato R-15. **CREDOR:** JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO, brasileiro, identidade nº 084095991, IFP, CPF nº 018.641.057-39, residente e domiciliado nesta cidade. Rio de Janeiro, 28/02/2018.

Selo de Fiscalização Eletrônico: **ECHE 92316 CCJ**

Cizerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Mat. 94/14760

R-23-51232- **TÍTULO:** Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Certidão expedida em 01/11/2018, pelo Juízo de Direito do 4º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital - RJ. extraída dos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Pagamento Indevido -

Continua no Verso

MODELO 12

5 /

CLAUDIO NOGUEIRA ABAURRE
3º Substituto
Matr. 94/3763

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 017457078
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
912
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 5 VERSO

Repetição de Indébito, Processo nº 0298669-43.2016.8.19.0001, proposta por MANOEL LINO NETO em face de KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, HOMELAR IMÓVEIS CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-ME, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA E SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, contendo termo de penhora de 01/11/2018, funcionando como depositário SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, protocolado sob o nº 513.075, em 21/11/2018. **VALOR:** R$6.300,00. **DEVEDOR:** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, identidade nº 205753, IFP/RJ, CPF número 810.516.547-34, residente na Rua Pio Correa nº 92, apartamento 602, Bloco 1, já qualificado no ato R-15. **CREDOR:** MANOEL LINO NETO, brasileiro, CPF nº 014.294.687-77, residente na Rua Canhamo nº 123, nesta cidade. Rio de Janeiro, 29/11/2018.
Selo de Fiscalização Eletrônico: **ECNX 24130 RRZ**

Virgínia L. Erbiste da Gama
5º Substituto
Mat. 94/1527

R-24-51232- TÍTULO: Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Termo de penhora de 31/10/2018 e Certidão expedida em 23/11/2018 pelo 4º Juízado Especial Cível da Comarca da Capital - RJ, extraídos dos autos de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário-Pagamento indevido/ Repetição de Indébito (Processo nº 0251582-91.2016.8.19.0001) proposto por RODRIGO ANTONIO SOARES, em face de KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, HOMELAR IMÓVEIS CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-ME, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA E SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, funcionando como depositário SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, protocolado sob o nº 513378, em 04/12/2018. **VALOR:** R$11.000,00. **DEVEDOR:** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, brasileiro, identidade nº 205753, IFP, CPF nº 810.516.547-34. **CREDOR:** RODRIGO ANTONIO SOARES, brasileiro, CPF

Continua na Próxima Ficha...

MODELO 12

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C108334

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
913
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO Nº 20/005308

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º Ofício do Registro de Imóveis
Av. Nilo Peçanha, 26 - 5º andar - Rio de Janeiro - RJ

nº 116.252.007-81, com endereço na Rua Cavalcanti Junior nº 123, nesta cidade. Rio de Janeiro, 13/12/2018.

Selo de Fiscalização Eletrônico: **ECRE 32200 XKZ**

Virginia L. Erbiste da Gama
5º Substituto
Mat. 94/1527

R-25-51232- TÍTULO: Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Ofício nº 1549/2018/OF expedido em 09/11/2018 e Ofício nº 1616/2018/OF expedido em 07/12/2018, ambos pelo Juízo de Direito do 23º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital - RJ, extraídos dos autos de Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Pagamento Indevido/ Repetição de Indébito, Processo nº 0298706-70.2016.8.19.0001, proposto por CLEBER DA CONCEICAO FERREIRA em face de KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, HOMELAR IMÓVEIS CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-ME, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA FIALHO, contendo termo de penhora de 09/11/2018, funcionando como depositário SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, protocolados sob o nº 513034, em 16/11/2018. **VALOR:** R$18.484,63. **DEVEDOR:** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF nº 810.516.547-34, já qualificado no ato R-15. **CREDOR:** CLEBER DA CONCEIÇÃO FERREIRA, CPF nº 057.873.137-12. Rio de Janeiro, 28/12/2018.

Selo de Fiscalização Eletrônico: **ECRE 42356 EHN**

Virginia L. Erbiste da Gama
5º Substituto
Mat. 94/1527

R-26-51232- TÍTULO: Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Certidão expedida em 07/01/2019, pelo 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital-RJ, extraído dos autos do Procedimento do Juizado Especial Cível/

Continua no Verso

6 /

CLAUDIO NOGUEIRA ABAURRE
3º Substituto
Matr. 94/3763

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 01745707 7
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
914
Carimbado Eletronicamente

Fazendário, Honorários Advocatícios, Sucumbência, Processo nº 0081772/84.2017.8.19.0001, proposto por ROSEMARY DA SILVA ALVES em face de KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. HOMELAR IMOVEIS CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA-ME, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, contendo termo de penhora de 07/01/2019, funcionando como depositário Sergio Pereira Parente de Souza, protocolada sob o nº 514551, em 23/01/2019. **VALOR:** R$13.092,34. **DEVEDOR:** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, brasileiro, CPF nº 810.516.547-34, residente na rua Pio Correia nº 92, bloco 1, aptº 602, nesta cidade. **CREDORA:** ROSEMARY DA SILVA ALVES, brasileira, CPF nº 942.468.157/72, casada com Fernando Roberto Kraichete, residente e domiciliada na Rua Maria Martinha Carreiro, s/nº Lt 465, Niterói-RJ. Rio de Janeiro, 31/01/2019.

Selo de Fiscalização Eletrônico: **ECRE 40998 QYG**

Virgínia L. Erbiste da Gama
5º Substituto
Mat. 94/1527

R-27-51232- TÍTULO: Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Certidão expedida em 07/01/2019, pelo 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital-RJ, extraído dos autos do Procedimento do Juizado Especial Cível/ Fazendário, Pagamento Indevido, Repetição de Indébito, Processo nº 0298725/76.2016.8.19.0001, proposta por LUIS CARLOS DO AMARAL MATOS em face de KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. HOMELAR IMOVEIS CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA-ME, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, contendo termo de penhora de 07/01/2019, funcionando como depositário Sergio Pereira Parente de Souza, protocolada sob o nº 514553, em 23/01/2019. **VALOR:** R$27.637,61. **DEVEDOR:** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, brasileiro, CPF nº 810.516.547-34, residente na rua Pio

Continua na Próxima Ficha...

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C108334

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
915
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO Nº 20/005308

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º Ofício do Registro de Imóveis
Av. Nilo Peçanha, 26 - 5º andar - Rio de Janeiro - RJ

Correia nº 92, bloco 1, aptº 602, nesta cidade. **CREDOR:** LUIS CARLOS DO AMARAL MATOS, brasileiro, CPF nº 111.222.907-80, residente e domiciliado na Rua Fernando Saboya de Fiuza nº 123, nesta cidade. Rio de Janeiro, 31/01/2019.

Selo de Fiscalização Eletrônico: **ECRE 40999 NHD**

Virgínia L. Erbiste da Gama
5º Substituto
Mat. 94/1527

R-28-51232- TÍTULO: Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Termo de Penhora e Certidão expedidos em 07/01/2019 pelo 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital-RJ, extraídos dos autos do Procedimento do Juizado Especial Cível/ Fazendário, Pagamento Indevido, Repetição de Indébito, Processo nº 0432015/90.2016.8.19.0001, proposto por ANDERSON ALVES MUNIZ em face de KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, HOMELAR IMOVEIS CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA-ME, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, funcionando como depositário Sergio Pereira Parente de Souza, protocolados sob o nº 514552, em 23/01/2019. **VALOR:** R$13.200,00. **DEVEDOR:** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, brasileiro, CPF nº 810.516.547-34, residente na rua Pio Correia nº 92, bloco 1, aptº 602, nesta cidade. **CREDOR:** ANDERSON ALVES MUNIZ, brasileiro, CPF nº 145.286.827-10, residente na Rua Cavalcanti Júnior nº 123, nesta cidade. Rio de Janeiro, 31/01/2019.

Selo de Fiscalização Eletrônico: **ECRE 41000 TKO**

Virgínia L. Erbiste da Gama
5º Substituto
Mat. 94/1527

R-29-51232- TÍTULO: Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Ofício nº 110/2019/OF expedido em 14/02/2019, pelo Juízo de Direito do 23º

Continua no Verso...

7/

CLAUDIO NOGUEIRA ABAURRE
3º Substituto
Matr. 94/3763

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 01745707 6
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
916
Carimbado Eletronicamente

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA	FICHA
51232	7 VERSO

Juizado Especial Cível da Comarca da Capital-RJ, extraído dos autos do Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário, Pagamento Indevido, Repetição de Indébito, Processo nº 0146085-88.2016.8.19.0001, proposto por JONAS FELIX DE OLIVEIRA em face de KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, HOMELAR IMÓVEIS CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-ME, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA e MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO, contendo termo de penhora de 09/11/2018, protocolado sob o nº 515533, em 15/03/2019. **VALOR:** R$15.656,46. **DEVEDOR:** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF nº 810.516.547-34 , já qualificado no ato R-15. **CREDOR:** JONAS FELIX DE OLIVEIRA. **AVISO:** Os emolumentos referentes a este ato serão recolhidos ao final, pelo interessado, observados os valores vigentes na época do pagamento(§ 2º do art. 38, da Lei nº 3350/99, com a redação dada pelo art. 4º, da Lei nº 6370/2012) . Rio de Janeiro, 25/03/2019. Selo de Fiscalização Eletrônico: **ECRE 43786 XDU**

Virgínia L. Erbiste da Gama
5º Substituto
Mat. 94/1527

R-30-51232- TÍTULO: Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Ofícios nºs 1494/2018/OF e 420/2019/OF, expedidos, respectivamente, em 26/10/2018 e 21/05/2019, ambos pelo Juízo de Direito do 23º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital - RJ, extraídos dos autos do Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Pagamento Indevido - Repetição de Indébito, Processo nº 0252123-27.2016.8.19.0001, proposto por FELIPE DA SILVA SANT'ANNA em face de KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros, contendo termo de penhora de 26/10/2018, funcionando como depositário FELIPE DA SILVA SANT'ANNA, protocolados sob o nº 512.788, em 06/11/2018. **VALOR:** R$6.050,00. **DEVEDOR(ES):** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF nº 810.516.547-34, já qualificado no ato R-15.

Continua na Próxima Ficha..

FSC
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C108334

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
917
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO Nº 20/005308

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 51232 | FICHA 8

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º Ofício do Registro de Imóveis
Av. Nilo Peçanha, 26 - 5º andar - Rio de Janeiro - RJ

CREDOR(ES): FELIPE DA SILVA SANT'ANNA, CNH nº 05069866735, DETRAN/RJ, CPF nº 145.169.467-93. Rio de Janeiro, 06/06/2019.
Selo de Fiscalização Eletrônico: **ECUW 09455 XIG**

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Mat. 94/14760

R-31-51232- TÍTULO: Penhora de 1/3 do imóvel. **FORMA DO TÍTULO:** Certidão expedida em 13/12/2019, pelo Juízo de Direito do 7º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital - RJ, extraída dos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível / Fazendário - Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral, Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001, proposta por JONATHAN DA SILVA PEREIRA em face de KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, contendo termo de penhora de 07/11/2019, funcionando como depositário SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, protocolado sob o nº 522.489, em 20/12/2019. **VALOR:** R$21.085,66. **DEVEDOR(ES):** SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA, CPF nº 810.516.547-34, já qualificado no ato R-15. **CREDOR(ES):** JONATHAN DA SILVA PEREIRA, identidade nº 222737603, IFP/DETRAN, CPF nº 131.965.897-06, com endereço na Rua Mário Covas Júnior nº 135, nesta cidade. Rio de Janeiro, 02/01/2020.
Selo de Fiscalização Eletrônico: **EDBU 07743 GQQ**

Cicerina de Souza Magalhães
2º Substituto
Mat. 94/14760

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Av. Nilo Peçanha, nº 26 - 5º andar - Capital

CERTIDÃO Nº 20/005308

Certifico que a presente certidão é reprodução autêntica da matrícula nº 51232, extraída conforme o disposto no § 1º do art. 19, da Lei nº 6.015/73, dela constando todos os eventuais ônus reais, registros de citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias, ou indisponibilidades que recaiam sobre o imóvel. Rio de Janeiro, 12/03/2020. Busca efetuada até 10/03/2020.

CLÁUDIO NOGUEIRA ABAURRE - 3º Substituto - Mat. 94/3763

MODELO 12

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 017457075
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
918
Carimbado Eletronicamente

EM BRANCO

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C108334

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
919
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**13/04/2020**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**13/04/2020**
Data da Devolução	**13/04/2020**
Data do Despacho	**13/04/2020**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
920
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 13/04/2020

Despacho

Ciente da planilha atualizada e do registro da penhora. No mais, a despeito da orientação de priorização dos mandados de pagamento durante as medidas restritivas atinentes ao momento PANDEMIA-COVID-19 deve o credor observar que o atendimento do seu crédito somente poderá ser realizado após o atendimento dos credores prioritários e, ainda, caso exista saldo suficiente para o respectivo pagamento.

Assim, aguarde-se o regular processamento do concurso singular de credores nos autos do processo 0305983-40.

Rio de Janeiro, 13/04/2020.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4I5R.RN9Y.KH9J.W2N2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
921
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**25/05/2020**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
922
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por sua advogada infra assinada, expor e requerer o que segue:

Conforme se verifica da certidão exarada às fls. 1.281/1.282 dos autos do processo nº **0305983-40.2016.8.19.0001**, que tramita perante este Juizado, o somatório dos valores liquidados em cada um dos processos, no que se refere aos credores da Executada, constantes da certidão de ônus reais, **totaliza o valor de R$ 158.484,55**, já excetuado o crédito recebido por JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO,

Em contrapartida, às fl. 1.284 foi anexado o saldo atual da conta judicial vinculada àqueles autos, que apresenta o valor de **R$ 146.199,44**.

Desta forma, verifica-se que não será possível quitar apenas parcialmente o crédito do exequente com o valor em questão, vez que restará o importe de R$ 12.285,11. Contudo, desde já requer o Exequente a liberação do valor de **R$ 10.828,21**, que corresponderá à parte do Exequente (R$ 23.113,32 – R$ 12.285,11).

Quando ao saldo remanescente, de R$ 12.285,11, o Exequente pretende o prosseguimento da execução, mediante solicitação de remessa para estes autos dos valores disponíveis nos seguintes processos:

TJRJ CAP JC07 202003200332 25/05/20 16:47:27136752 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
923
Carimbado Eletronicamente

- nos autos do processo nº **0298669-43.2016.8.19.0001**, o valor disponível atualizado, referente à guia de depósito de **R$ 1.890,00**, paga desde 20/05/2019, conforme documento anexo, valor este ainda não levantado e que perderá o objeto, diante do valor que será remetido dos autos de nº 0305983-40.2016 para o referido processo;

- nos autos do processo nº **0252123-27.2016.8.19.0001**, o valor de **R$ 6.050,00,** referente à guia de depósito, paga a título de garantia do juízo, certificada nos autos, conforme extrato de andamento anexo, sendo certo que não foi possível a juntada da guia, tendo em vista que os autos se encontram em segredo de justiça. Contudo, haverá a mera substituição da garantia;

- nos autos do processo nº **0298725-76.2016.8.19.0001**, o valor de R$ 2.670,30, disponível por meio de guia paga desde 13/10/2017, conforme documentos anexos.

Requer, por oportuno, seja observada a prioridade do presente pleito, diante do que dispõe **o PROVIMENTO CGJ Nº. 21/2020, no artigo 3º, §§ 1º e2º:**

Art. 3º. Durante o período de vigência do RDAU, as serventias judiciais de todo o estado deverão priorizar o pagamento de condenações e honorários advocatícios e periciais, nos processos eletrônicos, preferencialmente por meio de transferência bancária para a conta corrente indicada nos autos.

§1º Será dada prioridade à expedição de mandados de pagamento já deferidos, bem como à apreciação dos requerimentos de levantamento já formulados antes do período de suspensão de que trata o Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 5/2020.

§2º Os juízes deverão avaliar a possibilidade de determinar o pagamento mediante transferência direta para a conta corrente do advogado, quando já cadastrada e autorizada e, ao interessado que ainda não possua conta bancária indicada nos autos, caberá indicá-la, sem a necessidade de intimação para tal finalidade.

Outro agravante é que o Exequente encontra-se em situação de saúde extremamente delicada, por ser mais um dos milhares de

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
924
Carimbado Eletronicamente

infectados neste país, pelo coronavírus, conforme documentos anexos.

Assim, além da situação de dificuldade financeira, encontra-se acamado e extremamente necessitado de tal quantia.

Diante da norma acima citada, aliada à realidade vivenciada pelo Exequente, reitera-se a apreciação prioritária do presente pleito, a fim de que **seja agilizada a expedição de mandado de pagamento, mediante transferência direta para a conta corrente do advogado,** Dr. MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ nº 102.520, CPF 070.398.907-39, **no valor de R$ 10.828,21**, bem como dos devidos acréscimos da conta judicial criada para esse fim.

Por fim, requer, após a liberação do valor incontroverso, acima especificado, que este Juízo solicite a remessa dos valores depositados nos autos dos processos supracitados.

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2020.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
925
Carimbado Eletronicamente

Unidade: _____ Clínica/Serviço: _____

IDENTIFICAÇÃO

AV2195

Hospital Naval Marcilio Dias

Precrição Médica de Uso Imediato

2º via

Data: 26/04/2020

Nip: 15163016 Nome: JONATHAN DA SILVA PEREIRA Idade: 30

Clinica: CLÍNICA DE DOENÇAS Post/Grad: 3S Tipo: ATIVA

Andar: 2 Ala: PCF Quarto: TRO Leito: 2041 Sit: Internado

Descrição	UN	Via	Qtd	Dose	Hora
HIDROXICLOROQUINA 400MG COMPRIMIDO - 01 comp. vo de 12/12h até 02/05 - 26/04/20 ATÉ 02/05/20	MG	ORAL	2	400	12/12

Data / Rubrica

Data / Rubrica

Observações :

11 (JAG) Renata Vieira
Infectologista
CRM 52.0111872-2

Rodrigo Diniz de Souza
Primeiro - Tenente (RM2-S)
Farmacêutico
CRF RJ 22757

Médico Responsavel

Tecnico Responsavel

Posto: IT Médico: RENATA DE MAGALHAES VIEIRA

Registro: 52.0111872-2

TJRJ CAP JC07 202003200332 25/05/20 16:47:27136752 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
926
Carimbado Eletronicamente

Saúde Naval®

Receituário

Unidade: _____ Clínica/Serviço: _____

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Jonathan Silva Bruno

NIP: _____ Posto/Graduação: _____ OM: _____

Atestado médico

Atesto para os devidos fins que Jonathan da Silva Bruno, NIP: (15163016) necessita de 10 dias de afastamento a contar de hoje data e horário de internação recente.

CID: B34.2

26/04/20
Data

Bruno Medeiros RÁCIO SILVA
CM MÉDICO
CRM RJ 52.01116907-0
NIP: 20.0378.11

Assinatura/Carimbo do Profissional

Lembre de passar no **SeDiMe** e consultar a disponibilidade do medicamento prescrito.
Medicamentos vencidos deverão ser descartados em **ecopontos** distribuídos nas unidades de saúde.

UNIDADES

HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS (HNMD)
R. Cesar Zama, 185 - Lins de Vasconcelos - Tel.: 2599-5599

POLICLÍNICA NAVAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (PNNSG)
Rua Conde de Bonfim, 54 - Tijuca
Tel.: 2566-1299

POLICLÍNICA NAVAL DE CAMPO GRANDE (PNCG)
Av. Brasil, 44.878 - Campo Grande
Tel.: 3394-1071

AMBULATÓRIO NAVAL DA PENHA (ANP)
Av. Brasil, 10.946 - Penha
Tel.: 2584-0078

HOSPITAL CENTRAL DA MARINHA (HCM)
Ilha das Cobras, s/nº
Parte Alta – Centro
Tel.: 2126-5383

ODONTOCLÍNICA CENTRAL DA MARINHA (OCM)
Pç. Barão de Ladário, s/nº - Centro
Tel.: 2104-6606

UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE MENTAL (UISM)
R. Marechal Serejo, 539 - Pechincha
Tel.: 3312-4936 / 3312-4958

POLICLÍNICA NAVAL DE NITERÓI (PNN)
R. Barão de Jaceguai, s/nº
Ponta D'Areia – Niterói, RJ
Tel.: 2189-3372

SANATÓRIO NAVAL DE NOVA FRIBURGO (SNNF)
Av. Governador Geremias de Mattos Fontes, s/nº - Centro
Nova Friburgo, RJ
Tel.: (22) 2525-9521

00762819-1

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
927
Carimbado Eletronicamente

GOVERNO DO Rio de Janeiro

Unidade de Pronto Atendimento
Botafogo

SUS

Receituário

aciente: JONATHAN DA SILVA PEREIRA **Idade:**30

ata: 09/05/2020 18:18:25 **Sexo**Masculino **CPF**:13196589706 **BAE**:293162

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE PACIENTE ACIMA NECESSITA DE 14 DIAS DE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS COTIDIANAS

Drª. PAULA FERNANDA RODRIGUES DE MATTOS CARDOSO
01056131/RJ

SES RJ UPA 24H BOTAFOGO
R. São Clemente, S/N - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, 22260-000

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
928
Carimbado Eletronicamente

GOVERNO DO Rio de Janeiro

UPA 24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

USO EXCLUSIVO DA FARMÁCIA
MINUTOS

RECEITUÁRIO

UNIDADE: _____

NOME: Dorotha da Silva

Data de nascimento: __/__/____

Uso Oral:

① Hytos plus Xarope
Tomar 10ml 8/8h 7D

② Prednisolona 20 mg 5D
Tomar 1 cp ao dia pela manhã

③ Cetoprofeno 100mg
Tomar 1 cp 12/12h

④ Ranitidina 150mg
Tomar 1 cp à noite.

Data: __/__/____

CARIMBO

UNIDADE

Dr. [illegible] Martins
Médico
CRM 52 [illegible]

COLETA DE EXAME
Data da coleta: __/__/__
Hora da coleta: :

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
929
Carimbado Eletronicamente

GOVERNO DO Rio de Janeiro

UPA 24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

USO EXCLUSIVO DA FARMÁCIA
MINUTOS

RECEITUÁRIO

UNIDADE: _____

NOME: Jonatha da Silva

Data de nascimento: __/__/____

Soluto:

① Sorologia (IgM e IgG) covid 19

Data: __/__/____

CARIMBO

UNIDADE

Dr. Lucas Martins
Médico
CRM: 52.112322-9

COLETA DE EXAME
Data da coleta: __/__/__
Hora da coleta: :

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
930
Carimbado Eletronicamente

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0298725-76.2016.8.19.0001

TJ/RJ - 25/05/2020 13:11:57 - Primeira instância - Distribuído em 21/09/2016

Processo eletrônico - clique aqui para visualizar.

Visualização dos Históricos dos Mandados

Comarca da Capital	**7º Juizado Especial Cível** **Cartório do 7º Juizado Especial Cível**
Endereço:	Erasmo Braga (Lâmina I) 115 corredor D;sala 109
Bairro:	Castelo
Cidade:	Rio de Janeiro
Ofício de Registro:	3º Ofício de Registro de Distribuição
Ação:	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito
Assunto:	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral C/C Dano Material - Cdc C/C Pagamento Indevido - Repetição de Indébito C/C Cooperativa / Espéci de Sociedades C/C Honorários Advocatícios / Sucumbência C/C Assistência Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores
Classe:	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário
Autor	LUIS CARLOS DO AMARAL MATOS
Réu	KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outro(s)...
Interessado	GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Advogado(s):	RJ166407 - DANIEL BARROS CELESTINO RJ168656 - DAVIDSON CAETANO DOS SANTOS RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA RJ156928 - MARLON MARTYR NETO RJ171850 - JOÃO CARLOS FERREIRA DA COSTA SILVA
Tipo do Movimento:	**Recebimento**
Data de Recebimento:	05/05/2020
Tipo do Movimento:	**Despacho - Proferido despacho de mero expediente**
Data Despacho:	05/05/2020
Descrição:	À Srª R.E. para providenciar o cumprimento da determinação de fls. 791 última parte. Oportunamente, venham conclusos, naqueles autos. Visualizar Ato Assinado Digitalmente
Tipo do Movimento:	**Conclusão ao Juiz**
Data da conclusão:	04/05/2020
Juiz:	VALERIA PACHA BICHARA
Processo(s) no Conselho Recursal:	Não há.
Localização na serventia:	Aguardando
Mandado de Pagamento:	
Nº Mandado:	744664
Situação Mandado:	Pago
Guia de Depósito:	
Nº Guia:	081010000040354689
Situação da guia:	Disponível
Valor Pago:	R$ 2.670,30
Data Pagamento:	13/10/2017

Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo.

TJRJ CAP JC07 202003200332 25/05/20 16:47:27136752 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
931
Carimbado Eletronicamente

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0298669-43.2016.8.19.0001

TJ/RJ - 20/05/2020 18:14:24 - Primeira instância - Distribuído em 21/09/2016

Processo eletrônico - clique aqui para visualizar.

Visualização dos Históricos dos Mandados

Comarca da Capital	**4º Juizado Especial Cível** **Cartório do 4º Juizado Especial Cível**
Endereço:	Av. Erasmo Braga 115 salas 103- D e 106
Bairro:	Centro
Cidade:	Rio de Janeiro
Ofício de Registro:	4º Ofício de Registro de Distribuição
Ação:	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito
Assunto:	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral C/C Dano Material - Cdc C/C Pagamento Indevido - Repetição de Indébito C/C Cooperativa / Espéci de Sociedades C/C Honorários Advocatícios / Sucumbência C/C Assistência Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores
Classe:	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário
Autor	MANOEL LINO NETO
Réu	KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outro(s)... Listar todos os personagens
Advogado(s):	RJ166407 - DANIEL BARROS CELESTINO RJ168656 - DAVIDSON CAETANO DOS SANTOS RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA RJ156928 - MARLON MARTYR NETO
Tipo do Movimento:	**Ato Ordinatório Praticado**
Data:	05/05/2020
Descrição:	Certifico que encaminhei email ao vii jec nesta data.
Processo(s) Apensado(s):	**0155122-37.2019.8.19.0001**
Processo(s) no Conselho Recursal:	**0298669-43.2016.8.19.0001**
Localização na serventia:	Aguardando Cumprimento de Mandado
Guia de Depósito:	
Nº Guia:	081010000054164500
Situação da guia:	Disponível
Valor Pago:	R$ 1.890,00
Data Pagamento:	22/05/2019

Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo.

TJRJ CAP JC07 202003200332 25/05/20 16:47:27136752 PROGER-VIRTUAL

11978 - 21.01.19. 17

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
932
Carimbado Eletronicamente

[bb.com.br] - Boleto gerado pelo sistema . 21/03/2019 18:38:23

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: MANOEL LINO NETO

Réu: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIO

Comarca da Capital - Cartório do 4º Juizado Especial Cível

Processo: 0298669-43.2016.8.19.0001 - ID 081010000054164500

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciario>Guia Dep. Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente para efetivação do depósito.

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585006 75106.575170 9 78950000189000**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
KEROCASA - COOPERATIVA HABITAC CNPJ: 10.657.514/0001-78
TRIBUNAL DE JUSTICA.RJ - PROCESSO: 0298669-43.2016.8.19.0001, Comarca da Capital - Cartório do 4º Juizado Especial Cível

Sacador/Avalista

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28365850075106575	81010000054164500	20/05/2019	1.890,00	1.890,00

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S/A

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

3093 - PEREIRA PASSOS,-RJ
DATA: 21/05/2019 HORA: 16:06:47
TERMINAL: 1103 NSU: 000527 AUT.: 0071

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
BOLETO COM CODIGO DE BARRAS

REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS
00190.00009 02836.585006
75106.575170 9 78950000189000

INSTITUICAO EMISSORA:001-BANCO DO BRASIL S/A

BENEFICIARIO
NOME FANTASIA: BANCO DO BRASIL S.A. . SETOR PUBLICO RJ
NOME/RAZAO SOCIAL: BANCO DO BRASIL S.A. . SETOR PUBLICO RJ
CPF/CNPJ: 00.000.000/4906-95

PAGADOR
NOME: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CPF/CNPJ: 28.538.734/0001-48

DATA DE VENCIMENTO: 20/05/2019

VALOR NOMINAL: 1.890,00
VALOR TOTAL: 1.890,00
VALOR PAGO: 1.890,00
VALOR DINHEIRO: 1.890,00

Informações, reclamações, sugestões e elogios
SAC CAIXA 0800 726 0101
Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474
www.caixa.gov.br

2a Via - Via Cliente

TJRJ CAP JC04 20200320000230 29/05/20 16:30:29136782 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
933
Carimbado Eletronicamente

MERITÍSSIMO JUÍZO DO 4° JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL

PROC.: 0298669-43.2016.8.19.0001

MANOEL LINO NETO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por seu advogado, em razão da arrematação do imóvel objeto da penhora, no **processo 0305983-40.2016.8.19.0001**, REQUERER seja EXPEDIDO PEDIDO DE **RESERVA DE VALORES**, no valor de **R$ 8.336,05**, com vistas a satisfação da presente execução.

Termos em que,
Espera o deferimento,
Rio de Janeiro, 04 de Maio de 2020

DAVIDSON CAETANO DOS SANTOS
OAB/RJ - 168.656

DANIEL BARROS CELESTINO
OAB/RJ - 166.407

TJRJ CAP JC04 202003209362 05/05/20 06:41:29 0052 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
934
Carimbado Eletronicamente

I – PLANILHA DE CÁLCULO ARITMÉTICO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Cálculo de Débitos Judiciais

Valor a ser atualizado:	R$ 6.300,00
Período de atualização monetária:	de 15/06/2018 até 03/05/2020 (678 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 15/06/2018 até 03/05/2020 (678 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,07926774**
Valor corrigido:	**R$ 6.799,39**
Valor dos juros:	**R$ 1.536,66**
Valor corrigido + juros:	**R$ 8.336,05**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 8.336,05**

* ATUALIZADA até o dia 03.05.2020
* R$ 6.300,00 = acordo inadimplido
* 15.06.2018 – data do cumprimento do acordo.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
935
Carimbado Eletronicamente

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0252123-27.2016.8.19.0001

TJ/RJ - 20/05/2020 17:59:11 - Primeira instância - Distribuído em 01/08/2016

Processo eletrônico - clique aqui para visualizar.

Caso deseje visualizar os atos decisórios de processo que tramitam em segredo de justiça clique aqui.

Comarca da Capital	**23º Juizado Especial Cível** **Cartório do 23º Juizado Especial Cível**
Endereço:	Av. Erasmo Braga 115 LI Corr D Sl 106/110
Bairro:	Centro
Cidade:	Rio de Janeiro
Ofício de Registro:	3º Ofício de Registro de Distribuição
Ação:	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito
Assunto:	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral C/C Dano Material - Cdc C/C Cooperativa / Espécies de Sociedades C/C Pagamento Indevido Repetição de Indébito C/C Assistência Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores C/C Honorários Advocatícios / Sucumbência
Classe:	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário
Advogado(s):	RJ166407 - DANIEL BARROS CELESTINO RJ168656 - DAVIDSON CAETANO DOS SANTOS RJ156928 - MARLON MARTYR NETO RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA
Tipo do Movimento:	**Recebimento**
Data de Recebimento:	26/03/2020
Tipo do Movimento:	**Decisão - Recebido o recurso Com efeito suspensivo**
Data Decisão:	26/03/2020
Tipo do Movimento:	**Conclusão ao Juiz**
Data da conclusão:	26/03/2020
Juiz:	ANTONIO CARLOS MAISONNETTE PEREIRA
Tipo do Movimento:	**Ato Ordinatório Praticado**
Data:	23/03/2020
Descrição:	certifico que foram opostos embargos a execução tempestivamente e o juizo encontra-se garantido a fls. 550.
Tipo do Movimento:	**Juntada - Petição**
Data da juntada:	19/03/2020
Descrição da juntada:	Documento eletrônico juntado de forma automática.
Tipo do Movimento:	**Ato Ordinatório Praticado**
Data:	19/02/2020
Descrição:	APEPO
Tipo do Movimento:	**Juntada de Mandado**
Data da juntada:	19/02/2020
Tipo do Movimento:	**Envio de Documento Eletrônico**
Data da remessa:	19/12/2019
Documentos Digitados:	Mandado de Intimação p/ fins diversos.
Nome da Central Destinatária:	JACAREPAGUA REGIONAL CENTRAL DE CUMP MANDADOS Data de Recebimento pelo OJA: 13/01/2020 Data de Devolução pelo OJA: 18/02/2020
Tipo do Movimento:	**Recebidos os autos**
Data do recebimento:	19/12/2019
Tipo do Movimento:	**Remessa**
Destinatário:	Cartório
Data da remessa:	05/12/2019
Prazo:	15 dia(s)
Tipo do Movimento:	**Envio de Documento Eletrônico**
Data da remessa:	04/12/2019
Tipo do Movimento:	**Publicado Decisão**
Data da publicação:	09/12/2019
Folhas do DJERJ.:	400/402
Tipo do Movimento:	**Enviado para publicação**
Data do expediente:	05/12/2019
Tipo do Movimento:	**Recebimento**
Data de Recebimento:	04/12/2019
Tipo do Movimento:	**Decisão - Decisão Determinação**
Data Decisão:	03/12/2019
Tipo do Movimento:	**Conclusão ao Juiz**

TJRJ CAP JC07 202003200332 25/05/20 16:47:27136752 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
936
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**26/05/2020**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
937
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2020.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ciente da planilha atualizada e do registro da penhora. No mais, a despeito da orientação de priorização dos mandados de pagamento durante as medidas restritivas atinentes ao momento PANDEMIA-COVID-19 deve o credor observar que o atendimento do seu crédito somente poderá ser realizado após o atendimento dos credores prioritários e, ainda, caso exista saldo suficiente para o respectivo pagamento.

Assim, aguarde-se o regular processamento do concurso singular de credores nos autos do processo 0305983-40.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
938
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/06/2020, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ciente da planilha atualizada e do registro da penhora. No mais, a despeito da orientação de priorização dos mandados de pagamento durante as medidas restritivas atinentes ao momento PANDEMIA-COVID-19 deve o credor observar que o atendimento do seu crédito somente poderá ser realizado após o atendimento dos credores prioritários e, ainda, caso exista saldo suficiente para o respectivo pagamento.

Assim, aguarde-se o regular processamento do concurso singular de credores nos autos do processo 0305983-40.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2020
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
939
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**22/06/2020**
Data da Juntada	**22/06/2020**
Tipo de Documento	**Documento**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
940
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0305983-40.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda

Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: ZAP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA
Réu: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA FIALHO
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Arrematante: GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 18/06/2020

Decisão

Trata-se de Ação de Reparação de Danos, em fase de cumprimento da sentença, em que foi realizado o Leilão do bem imóvel objeto da constrição, com Arrematação positiva, estando à disposição deste Juízo o valor objeto da referida alienação judicial.

Verificado nos autos que à época da alienação haviam diversas penhoras averbadas à margem da matrícula do bem de raiz levado à hasta pública, impõe-se a instauração do Concurso Singular de Credores conforme dispõe o art. 908 do CPC, verbis: "Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências"

Com exclusão do Autor/Exequente que ostentava a qualidade de credor prioritário para satisfação do crédito, em razão da primeira penhora realizada e registrada (R-22), já tendo a sua execução sido integralmente satisfeita e extinta conforme sentença de fls. 1175, foi determinado pelo Juízo às fls. 1135/1136 itens 5 e 6 a certificação dos valores atualizados das demais constrições incidentes sobre o bem, para viabilizar a decisão acerca dos respectivos levantamentos e/ou transferências do produto da alienação.

Às fls. 1163 manifestação do Sr. Leiloeiro no sentido da inexistência de despesas a serem ressarcidas, noticiando ainda a quitação integral de sua comissão por ocasião do leilão.

Certidão cartorária às fls. 1281 dando conta dos valores das execuções objeto das penhoras R-22 até R-31, valendo aqui ressaltar que a maioria dos valores foram obtidos através de consulta aos respectivos processos eletrônicos através do sistema informatizado, considerando que a despeito das solicitações encaminhadas pelo cartório aos mais diversos Juízos, não houve oportuna resposta.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
941
Carimbado Eletronicamente

Às fls. 1317 consta decisão atendendo à solicitação do Arrematante, para expedição do ofício ao RGI, reconhecendo que as penhoras R-30 e R-31 muito embora não mencionadas no Auto de Leilão e no Auto de Arrematação, não impediam a realização do Registro, uma vez que tendo as mesmas sido realizadas antes da hasta pública sub-rogam-se no preço da alienação que já está à disposição deste Juízo.

Feito o breve histórico do essencial, passo à análise da ordem de preferência entre os credores para o recebimento do dinheiro resultado da expropriação, valendo inicialmente ressaltar que na inexistência de credores preferenciais (trabalhistas, tributários, com garantia real até o limite do valor do bem gravado, com privilégio especial e com privilégio geral) o dinheiro será distribuído entre os concorrentes, observada a anterioridade de cada penhora consoante dispõe o art. 797, parágrafo único c/c art. 908 do CPC.

Não é demais asseverar que, entre os credores da mesma categoria, como é a hipótese dos autos, a ordem de preferência se estabelece pela anterioridade da penhora (prior tempore portior in iure - o primeiro no tempo tem preferência no direito) consoante majoritariamente vem decidindo o Egrégio STJ, em detrimento da tese minoritária que entende ser a averbação da penhora determinante para a fixação da ordem de preferência. Assim, nota-se com facilidade que entre os credores quirografários, somente serão admitidos no Concurso de Credores aqueles que não só já sejam exequentes em outras demandas executivas, como também já tenham realizado a penhora.

Considerando a dicção dos artigos 838 e 839 do CPC, o entendimento consolidado - ou, ao menos, evoluindo-se para que seja - é o de que a penhora é aperfeiçoada/constituída com a lavratura do respectivo auto ou termo de penhora.

Significa dizer que a definição de qual exequente receberá primeiro perpassa pela análise da data de lavratura dos autos ou termos de penhora, mas não a data da eventual averbação no registro competente.

Na esteira do entendimento acima, confiram-se os precedentes do TJRJ e do Egrégio STJ:

QUINTA CÂMARA CÍVEL Agravo de Instrumento nº 0057857-38.2019.8.19.0000 RELATOR: DES. HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO SINGULAR DE CREDORES. PENHORA SOBRE MESMO BEM. PREFERÊNCIA. Agravo de instrumento contra a decisão que rejeitou a alegada preferência do Agravante sobre o produto da alienação do imóvel do 5º Agravado. Rejeita-se a preliminar de nulidade da decisão agravada, pois o r. Juízo de origem é competente para decidir as questões relacionadas a cobrança em fase de cumprimento de sentença movida pelos 1os contra os 2os Agravados. A penhora se constitui com a lavratura do respectivo auto ou termo uma vez que a constrição se considera feita "mediante a apreensão e o depósito dos bens". Precedentes da jurisprudência do E. Superior Tribunal e Justiça. Assim, instaurado o concurso singular de credores, sem que qualquer deles possua título legal de prioridade, a definição da preferência observa a data de lavratura dos autos ou termos de penhora. Se o termo de penhora em favor do Agravante foi lavrado em data anterior ao dos 1os Agravados, aquele tem preferência sobre o produto da alienação do imóvel. Recurso provido.

RECURSO ESPECIAL (CF, ART. 105, III, "c"). PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CONCURSO DE CREDORES. MARCO TEMPORAL DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CREDOR. ANTERIORIDADE DA PENHORA OU DO REGISTRO (AVERBAÇÃO) DO ATO CONSTRITIVO. DIREITO DE PRELAÇÃO DECORRENTE DA MERA FORMALIZAÇÃO DA PENHORA NO PROCESSO. RELEVÂNCIA DO REGISTRO PARA FIM DIVERSO. 1. Havendo pluralidade de

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
942
Carimbado Eletronicamente

credores com penhora sobre o mesmo imóvel, o direito de preferência se estabelece pela anterioridade da penhora, conforme os arts. 612, 613, 711 e 712 do CPC, que expressamente referem à penhora como o "título de preferência" do credor. 2. A precedência da data da averbação da penhora no registro imobiliário, nos termos da regra do art. 659, § 4º, do CPC, tem relevância para efeito de dar publicidade ao ato de constrição, gerando presunção absoluta de conhecimento por terceiros, prevenindo fraudes, mas não constitui marco temporal definidor do direito de prelação entre credores. 3. Nos termos do art. 664 do CPC, "considerar-se-á feita a penhora mediante a apreensão e o depósito dos bens, lavrando-se um só auto se as diligências forem concluídas no mesmo dia". Assim, o registro ou a averbação não são atos constitutivos da penhora, que se formaliza mediante a lavratura do respectivo auto ou termo no processo. Não há exigência de averbação imobiliária ou referência legal a tal registro da penhora como condição para definição do direito de preferência, o qual dispensa essas formalidades. 4. Recurso especial conhecido e provido. (STJ, REsp 1209807/MS, Min. Rel. Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2011).

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CONCURSO PARTICULAR. CREDORES QUIROGRAFARIOS. DIREITO DE PREFERENCIA DO CREDOR QUE PRIMEIRO PENHOROU. CPC, ARTS. 612 E 711. RECURSO PROVIDO. I- SEM EMBARGO DAS IMPRECISÕES DA LEI, COM SUPORTE EM EXEGESE SISTEMATICA ADOTA-SE O ENTENDIMENTO QUE, NO CONCURSO PARTICULAR ENTRE CREDORES QUIROGRAFARIOS, TEM PREFERENCIA AQUELE QUE PRIMEIRO PENHOROU. II- O REGISTRO DA PENHORA SUBSEQUENTE NÃO TEM O CONDÃO DE ALTERAR O DIREITO DE PREFERÊNCIA, DESTINADA QUE E A GERAR A PRESUNÇÃO DA CIÊNCIA DE TERCEIROS EM FAVOR DOS EXEQUENTES. (STJ, REsp 2258/RS, Min. Rel. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, julgado em 30/06/1992).

No mesmo sentido, o autor Humberto Theodoro Júnior leciona que:

´´O credor quirografário que recebe o pagamento em primeiro lugar não é necessariamente o que promove a execução, em cujos autos se deu a arrematação, mas sim o que efetuou a primeira penhora, pois pode acontecer que, por embaraços procedimentais, sua execução sofra atraso com relação a outras de credores com penhora de grau inferior. O que importa é respeitar a ordem das penhoras e não o andamento das diversas execuções concorrentes.´´

Assim, em atenção aos princípios da isonomia e segurança jurídica, revela-se essencial que seja adotado um critério objetivo e igual a todos os credores quirografários no que tange à ordem de preferência em face de um bem que possui multiplicidade de penhoras, sendo que, por opção legislativa expressa, este critério/marco é justamente a penhora.

Nesse particular, impende destacar que muito embora este Juízo acompanhe o entendimento majoritário no tocante a preferência de pagamento de acordo com a ordem das datas em que as constrições foram efetivamente deferidas e os respectivos Termos de Penhora lavrados ao invés da ordem em que foram registradas, in casu especificamente, dita posição em nada impactará aos credores, pois a despeito da modificação da ordem em que os pagamentos se realizarão conforme adiante se verá, tal fato em nada afetará as importâncias a serem recebidas pelos 10 credores, visto que o valor que se encontra à disposição deste Juízo atenderá em sua integralidade os exequentes dos Registros R-22 até o R-30, ficando apenas o exequente da averbação R-31, que é o último a receber, seja pela data da penhora, seja pela data do Registro, atendido parcialmente.

Da detida análise da certidão atualizada do RGI às fls.1299/1314 o que se pode extrair é a existência das penhoras R-22, R-23, R-24, R-25, R-26, R-27, R-28, R-29, R-30, R-31 todas deferidas e registradas antes de 11.02.2020, data em que ocorreu a hasta pública e a respectiva arrematação.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
943
Carimbado Eletronicamente

A constrição prioritária (R-22) e, coincidentemente objeto destes autos, já se encontra integralmente satisfeita, com a respectiva execução extinta por sentença, consoante acima narrado.

Já tocante as demais penhoras (R-23 à R-31) deve-se aqui consignar a ordem em que as mesmas serão satisfeitas, considerando a data em que os respectivos Termos de Penhora foram lavrados, sendo que em caso de coincidência de datas este Juízo considerará àquela registrada em primeiro lugar como forma de desempate, senão vejamos:

1ª) Penhora R-22 - Processo: 0305983-40 - 7º JEC, Credor: JOSE ALEXANDRE DA SILVA NETO - TERMO DE PENHORA de 25.01.2018 - Registro de 28.02.2018 - Valor atualizado: R$ 40.540,34 - fls. 1171 (integralmente satisfeita - execução extinta);

2ª) Penhora R-30 - Processo: 0252123-27 - 23º JEC, Credor: FELIPE DA SILVA SANTANA - TERMO DE PENHORA de 26.10.2018 - Registro de 06.06.2019, Valor histórico: R$ 6.050,00 - fls. 1255;

3ª) Penhora R-24 - Processo: 0251582-91 - 4º JEC, Credor: RODRIGO ANTONIO SOARES - TERMO DE PENHORA de 31.10.2018 - Registro de 13.12.2018, Valor atualizado: R$ 14.614,37, fls. 1268;

4ª) Penhora R-23 - Processo: 02998669-43 - 4º JEC, Credor: MANOEL LINO NETO - TERMO DE PENHORA de 01.11.2018 - Registro de 29.11.2018, Valor atualizado: R$ 8.336,05 - fls. 1272;

5ª) Penhora R-25 - Processo: 0298706-70 - 23º JEC, Credor: CLEBER CONCEIÇÃO FERREIRA - TERMO DE PENHORA de 09.11.2018 - Registro: 28.12.2018, Valor atualizado: R$ 26.855,14, fls. 1286;

6ª) Penhora R-29 - Processo: 0146085-88 - 23º JEC, Credor: JONAS FELIX DE OLIVEIRA - TERMO DE PENHORA de 09.11.2018 - Registro de 25.03.2019, Valor histórico: R$ 15.656,46, fls. 1257;

7ª) Penhora R-26 - Processo: 0081772-84 - 7º JEC, Credor: ROSEMARY DA SILVA SALES - TERMO DE PENHORA de 07.01.2019 - Registro de 31.01.2019, Valor atualizado: R$ 18.944,88, fls. 1277;

8ª) Penhora R-27 - Processo: 0298725-76 - 7º JEC, Credor: LUIS CARLOS DO AMARAL MATOS - TERMO DE PENHORA de 07.01.2019 - Registro de 31.01.2019, Valor atualizado: R$ 35.605,14, fls. 1266;

9ª) Penhora R -28 - Processo: 0432015-90 - 7º JEC, Credor: ANDERSON ALVES MUNIZ, TERMO DE PENHORA de 07.01.2019 - Registro de 31.01.2019, Valor atualizado: R$ 17.679,70, fls. 1274,

10ª) Penhora R-31 - Processo: 0102526-13 - 7º JEC, Credor JONATHAN DA SILVA PEREIRA, TERMO DE PENHORA de 07.11.2019, Registro de 02.01.2020, Valor atualizado: R$ 23.113,32 - fls. 1258.

Com efeito, considerando a informação cartorária que dá conta do saldo corrigido nesta data no valor de R$ 146.587,84 e que a satisfação integral de todos os credores da 2ª até a 9ª posição, perfaz o valor total de R$ 143.741,74, restará ao credor da 10ª posição a integralidade da importância remanescente, que nesta data importa em R$ 2.846,10 para satisfação parcial do seu crédito, devendo dita quantia ser atualizada por ocasião da transferência.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
944
Carimbado Eletronicamente

Por todo exposto, DETERMINO QUE A SATISFAÇÃO DOS CREDORES QUIROGRAFÁRIOS se faça de acordo com a preferência acima estabelecida, repita-se, conforme a ordem de precedência dos respectivos Termos de Penhora e/ou do seu Registro, na ocorrência de identidade de datas, tudo nos termos da fundamentação supra.

Publique-se e encaminhe-se cópia da presente decisão à todos os credores, através da juntada aos autos das demais execuções que tramitam neste Juizado e de envio de e-mail aos respectivos Juízos com referência à cada um dos processos, ficando neste ato concedido o prazo de 15 dias, a contar da publicação, para eventuais impugnações.

Preclusa a presente, certifique-se e providencie o cartório a transferência dos valores, colocando-os à disposição do Juízo das execuções e vinculando aos respectivos processos, a fim de que por ocasião dos levantamentos pelos credores possa ser verificada a possibilidade de extinção das referidas execuções e/ou prosseguimento, se for o caso.

Ao final, dê-se baixa e arquive-se.

Rio de Janeiro, 18/06/2020.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4HSC.WN94.Y3RE.XLZ2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
945
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**22/06/2020**
Data	**22/06/2020**
Descrição	**Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
946
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.

Rio de Janeiro, 22/06/2020.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
947
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**22/06/2020**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
948
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2020.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
949
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2020.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
950
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2020.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
951
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2020.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
952
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 23/06/2020, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2020
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
953
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 03/07/2020, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 2020
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
954
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 03/07/2020, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 2020
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
955
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 03/07/2020, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Certifico que juntei à fls.940 a Decisão exarada nos autos do Processo 0305983-40.2016.8.19.0001para fins de ciência das partes interessadas.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 2020
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
956
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**28/08/2020**
Data da Juntada	**28/08/2020**
Tipo de Documento	**Ofício**
Nºdo Documento	**OF268**
Texto	**OF.265 EXPEDIDO NO PROC.0305983-40 PARA VINCULAÇÃO DE VALOR**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
957
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 268/2020/OF

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2020

Processo Nº: **0305983-40.2016.8.19.0001**
Distribuição:27/09/2016
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Compra e Venda
Autor: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA NETO e outros Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

Prezado Senhor,

A fim de instruir os autos da ação supramencionada, solicito a V.Sa. as providências necessárias no sentido de que seja transferido o valor de **R$ 1.440,41 (MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS**) com os acréscimos legais, depositado na conta judicial de **nº 4.900.116.868.301** para que o mesmo fique vinculado ao processo **nº 102.526-13.2018.8.19.0001** que tramita no **7º Juizado Especial Cível da Capital**, cujas partes são JONATHAN DA SILVA PEREIRA X KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. E OUTROS.

Atenciosamente,

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

GERENTE DO BANCO DO BRAIL S/A - AGÊNCIA PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL - RJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4SF3.BWKW.9QQB.IGQ2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
958
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**28/10/2020**
Data da Juntada	**28/10/2020**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	**RESPOSTA DO BB AO OFICIO EXPEDIDO NO PROC.0305983-40 PARA VINCULAÇÃO DE VALOR**

#interna
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
959
Carimbo Eletronicamente

BANCO DO BRASIL

PSO RIO CENTRO – RJ

OFÍCIO 268 / 2020 – *GC*
Rio de Janeiro (RJ), 27 de outubro de 2020

Referência : OF.: 268 / 2020
Processo : 0305983 - 40 . 2016 .8.19.0001

Senhor(a) Juiz(a),

Em atenção ao ofício em referência, informamos a esse Juízo que foi(ram) pago(s) conforme comprovante(s) anexo(s).

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

BANCO DO BRASIL S.A.

Ao (À)
Senhor(a)
Juiz(a) de Direito do(a)
7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - RJ

#interna
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
960
Carimbo Eletronicamente

BANCO DO BRASIL

PSO RIO CENTRO – RJ

OFÍCIO 268 / 2020 – *GC*
Rio de Janeiro (RJ), 27 de outubro de 2020

Referência : OF.: 268 / 2020

Processo : 0305983 - 40 . 2016 .8.19.0001

```
Comprovante de Resgate Justiça Estadual
-----------------------------------------------
Numero de Protocolo  : 00000000049582345
Processo             : 0305983-40.2016.8.19.0001
Numero do Alvará     : OF 268/2020
Data do Alvará       : 18/08/2020
Data do Levantamento : 26/10/2020
Agência do Resgate   : 4812 PSO R.JANEIRO CENTRO
-----------------------------------------------
DADOS DO RESGATE
Valor do Capital     : R$              1.440,41
Valor dos Rendimentos: R$                 21,88
Valor Bruto Resgate  : R$              1.462,29
Valor do IR          : R$                  0,00
Valor Líquido Resgate: R$              1.462,29
DADOS DO CRÉDITO
Finalidade           : CRIAR NOVO DEPOSITO
Conta Destino        :            0300128588210
Valor do Depósito    : R$              1.462,29
Data do Depósito     :               26/10/2020
INFORMAÇOES ADICIONAIS
Conta Resgatada      :            4900116868301
===============================================
Autenticação Eletrônica: 1A7454l6E5CE4DC8
Acesse seus comprovantes diretamente no site
www.bb.com.br, no menu Judiciário > Serviços
Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes.
Clientes BB também podem acessar no Autoatendi-
mento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.
```

BANCO DO BRASIL S.A.

Ao (À)
Senhor(a)
Juiz(a) de Direito do(a)
7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
961
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**28/10/2020**
Data da Juntada	**28/10/2020**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
962
Carimbado Eletronicamente

Depósitos Judiciais Magistrados

Detalhamento do Depósito

Justiça de Vínculo:
ESTADUAL

Tribunal de Vínculo:
TRIBUNAL DE JUSTICA

Comarca:
RIO DE JANEIRO

Órgão:
7 JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Natureza da Ação:
DECISAO JUDICIAL

Ação:

REU:
KEROCASA - COOPERATIVA HABITAC

CPF/CGC:
10.657.514/0001-78

AUTOR:
JONATHAN DA SILVA PEREIRA

CPF/CGC:

Número do Processo:
10252613201881900 01

Número do Depósito:
300128588210

Total Aplicado R$:
1.462,29

Total Saldo de Capital R$:
1.462,29

Saldo projetado para hoje R$:

Opção	Agência	Parcela	Saldo Capital	Saldo Atualizado	Número Guia	Data Guia
○	2234	1	1.462,29	1.462,39	000000018558917	26/10/2020

CONSULTAR DADOS DO PROCESSO | EXTRATO | VOLTAR | ENCERRAR SESSÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
963
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**28/10/2020**
Data	**28/10/2020**
Descrição	**Certifico que há saldo positivo em conta judicial vinculada ao presente feito, conforme fls.962**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
964
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que há saldo positivo em conta judicial vinculada ao presente feito, conforme fls.962

Rio de Janeiro, 28/10/2020.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
965
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**28/10/2020**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**28/10/2020**
Data da Devolução	**28/10/2020**
Data do Despacho	**28/10/2020**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
966
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 28/10/2020

Despacho

I-se o exequente para ciência do saldo existente fruto da penhora no rosto dos autos, para que requeira o que entender de direito, informando dados bancários para levantamento , se for o caso, e, ainda, para que apresente a planilha atualizada do débito com os abatimentos pertinentes, indicando com precisão de que modo prosseguirá com a execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da lei 9.099/95.

Rio de Janeiro, 28/10/2020.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **49TE.X79D.T31E.JSS2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
967
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**28/10/2020**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
968
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2020.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

I-se o exequente para ciência do saldo existente fruto da penhora no rosto dos autos, para que requeira o que entender de direito, informando dados bancários para levantamento , se for o caso, e, ainda, para que apresente a planilha atualizada do débito com os abatimentos pertinentes, indicando com precisão de que modo prosseguirá com a execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da lei 9.099/95.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
969
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 09/11/2020, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

I-se o exequente para ciência do saldo existente fruto da penhora no rosto dos autos, para que requeira o que entender de direito, informando dados bancários para levantamento , se for o caso, e, ainda, para que apresente a planilha atualizada do débito com os abatimentos pertinentes, indicando com precisão de que modo prosseguirá com a execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da lei 9.099/95.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2020
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
970
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**11/12/2020**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
971
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2020.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

I-se o exequente para ciência do saldo existente fruto da penhora no rosto dos autos, para que requeira o que entender de direito, informando dados bancários para levantamento , se for o caso, e, ainda, para que apresente a planilha atualizada do débito com os abatimentos pertinentes, indicando com precisão de que modo prosseguirá com a execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da lei 9.099/95.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
972
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**04/01/2021**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por sua advogada infra assinada, expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, requer que seja efetuada a transferência do valor fruto de penhora (fls. 962) para a conta corrente do escritório que o representa:

Titular: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 07.517.104/0001-17
Banco: Bradesco
Agência: 3469
Conta Corrente: 0000266-6

No que se refere ao débito, segue planilha atualizada aonde foi obtido o valor de R$ 24.369,54 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

Para o prosseguimento da execução, requer o Autor a expedição de ofício para os respectivos juizados em que tramitam os processos a seguir elencados, aonde foram efetuados depósitos judiciais pela Executada e que não serão utilizados pois já houve a determinação de transferência de saldo do processo 0305983-

TJRJ CAP JC07 202100013840 04/01/21 23:18:11135974 PROGER-VIRTUAL

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

40.2016.8.19.0001 para ambos, razão pela qual os respectivos valores representam créditos da Executada, cuja reserva se requer, para posterior transferência para o presente processo (tudo conforme documentos anexos):

1- PROCESSO 0298669-43.2016.8.19.0001 (4º JEC) : GUIA DISPONÍVEL NO VALOR DE 1.890,00 – 22/05/2019;
2 - PROCESSO 0298725-76.2016.8.19.0001 (7º JEC): GUIA DISPONÍVEL NO VALOR DE 2.670,30 – 13/10/2017

Por fim requer a penhora dos veículos:

- de propriedade do sócio Jair Cassio: modelo I/BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014;
- de propriedade do sócio Sergio Pereira, modelo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016.

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 04 de Janeiro de 2021.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDO ARAUJO CANDIDO
OAB/RJ 176.052

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
975
Carimbado Eletronicamente

MSA Advogados
Medeiros e Salles Advogados Associados
www.msaonline.adv.br
Av. Rio Branco, nº 37 | 14º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP.: 20090-003 | Tel.: 55 21 3528-7861
R. Alexandre Dumas, nº 1711, 5º Andar | Birmann 11 | C. Sto. Antônio | São Paulo | SP | CEP.: 04.717-004

Dano Moral

Valor a ser atualizado:	R$ 4.000,00
Período de atualização monetária:	de 25/02/2019 até 04/01/2021 (669 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 04/01/2021 (946 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,08307270**
Valor corrigido:	**R$ 4.332,29**
Valor dos juros:	**R$ 1.366,12**
Valor corrigido + juros:	**R$ 5.698,41**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 5.698,41**
Total em UFIR:	**1.537,91**

Dano Material

Valor a ser atualizado:	R$ 11.677,05
Período de atualização monetária:	de 13/12/2017 até 04/01/2021 (1101 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 04/01/2021 (946 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,15794244**
Valor corrigido:	**R$ 13.521,35**
Valor dos juros:	**R$ 4.263,73**
Valor corrigido + juros:	**R$ 17.785,08**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 17.785,08**
Total em UFIR:	**4.799,9**

Total parcial: R$23.483,49 + 10% (Multa Art. 523, § 1º) = R$ 25.831,83

Total geral: R$ 25.831,83 – 1.462,29 (depósito - fls. 962) = R$ 24.369,54

TJRJ CAP JC07 202100013840 04/01/21 23:18:11135974 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
976
Carimbado Eletronicamente

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0298725-76.2016.8.19.0001

TJ/RJ - 04/01/2021 23:02:13 - Primeira instância - Distribuído em 21/09/2016

Processo eletrônico - clique aqui para visualizar.

Visualização dos Históricos dos Mandados

Comarca da Capital	**7º Juizado Especial Cível** **Cartório do 7º Juizado Especial Cível**
Endereço:	Erasmo Braga (Lâmina I) 115 corredor D;sala 109
Bairro:	Castelo
Cidade:	Rio de Janeiro
Ofício de Registro:	3º Ofício de Registro de Distribuição
Ação:	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito
Assunto:	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral C/C Dano Material - Cdc C/C Pagamento Indevido - Repetição Indébito C/C Cooperativa / Espécies de Sociedades C/C Honorários Advocatícios / Sucumbência C/C Assistên Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores
Classe:	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário
Autor	LUIS CARLOS DO AMARAL MATOS
Réu	KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outro(s)...
Interessado	GILBERTO PEREIRA PARENTE DE SOUZA Listar todos os personagens Listar alterações / exclusões de personagens
Advogado(s):	RJ166407 - DANIEL BARROS CELESTINO RJ168656 - DAVIDSON CAETANO DOS SANTOS RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA RJ156928 - MARLON MARTYR NETO RJ171850 - JOÃO CARLOS FERREIRA DA COSTA SILVA
Tipo do Movimento:	**Juntada - Documento**
Data da juntada:	17/12/2020
Descrição da juntada:	E-MAIL ENCAMINHANDO AO B.B
Processo(s) no Conselho Recursal:	Não há.
Localização na serventia:	Para Processar
Mandado de Pagamento:	
Nº Mandado:	744664
Situação Mandado:	Pago
Guia de Depósito:	
Nº Guia:	081010000040354689
Situação da guia:	Disponível
Valor Pago:	R$ 2.670,30
Data Pagamento:	13/10/2017

Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo.

TJRJ CAP JC07 202100013840 04/01/21 23:18:11135974 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
977
Carimbado Eletronicamente

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0298669-43.2016.8.19.0001

TJ/RJ - 04/01/2021 22:44:59 - Primeira instância - Distribuído em 21/09/2016

Processo eletrônico - clique aqui para visualizar.

Visualização dos Históricos dos Mandados

Comarca da Capital	**4º Juizado Especial Cível** **Cartório do 4º Juizado Especial Cível**
Endereço:	Av. Erasmo Braga 115 salas 103- D e 106
Bairro:	Centro
Cidade:	Rio de Janeiro
Ofício de Registro:	4º Ofício de Registro de Distribuição
Ação:	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito
Assunto:	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral C/C Dano Material - Cdc C/C Pagamento Indevido - Repetição Indébito C/C Cooperativa / Espécies de Sociedades C/C Honorários Advocatícios / Sucumbência C/C Assistênc Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores
Classe:	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário
Autor	MANOEL LINO NETO
Réu	KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outro(s)... Listar todos os personagens
Advogado(s):	RJ166407 - DANIEL BARROS CELESTINO RJ168656 - DAVIDSON CAETANO DOS SANTOS RJ157408 - PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA RJ156928 - MARLON MARTYR NETO
Tipo do Movimento:	**Ato Ordinatório Praticado**
Data:	06/11/2020
Descrição:	Aguardando transferência
Processo(s) Apensado(s):	**0155122-37.2019.8.19.0001**
Processo(s) no Conselho Recursal:	**0298669-43.2016.8.19.0001**
Localização na serventia:	Aguardando Manifestação Da(s) Parte(s)
Guia de Depósito:	
Nº Guia:	081010000054164500
Situação da guia:	Disponível
Valor Pago:	R$ 1.890,00
Data Pagamento:	22/05/2019

Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 90 (noventa) dias da data do arquivamento definitivo.

TJRJ CAP JC07 202100013840 04/01/21 23:18:11135974 PROGER-VIRTUAL

11978 - 21.05.19. 17

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
978
Carimbado Eletronicamente

[bb.com.br] - Boleto gerado pelo sistema . 21/03/2019 18:38:23

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: MANOEL LINO NETO

Réu: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIO

Comarca da Capital - Cartório do 4º Juizado Especial Cível

Processo: 0298669-43.2016.8.19.0001 - ID 081010000054164500

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciario>Guia Dep. Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente para efetivação do depósito.

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585006 75106.575170 9 78950000189000**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
KEROCASA - COOPERATIVA HABITAC CNPJ: 10.657.514/0001-78
TRIBUNAL DE JUSTICA.RJ - PROCESSO: 0298669-43.2016.8.19.0001, Comarca da Capital - Cartório do 4º Juizado Especial Cível

Sacador/Avalista

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28365850075106575	81010000054164500	20/05/2019	1.890,00	1.890,00

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S/A

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

3093 - PEREIRA PASSOS,-RJ
DATA: 21/05/2019 HORA: 16:06:47
TERMINAL: 1103 NSU: 000527 AUT.: 0071

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
BOLETO COM CODIGO DE BARRAS

REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS
00190.00009 02836.585006
75106.575170 9 78950000189000

INSTITUICAO EMISSORA:001-BANCO DO BRASIL S/A

BENEFICIARIO
NOME FANTASIA: BANCO DO BRASIL S.A. . SETOR PUBLICO RJ
NOME/RAZAO SOCIAL: BANCO DO BRASIL S.A. . SETOR PUBLICO RJ
CPF/CNPJ: 00.000.000/4906-95

PAGADOR
NOME: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CPF/CNPJ: 28.538.734/0001-48

DATA DE VENCIMENTO: 20/05/2019

VALOR NOMINAL: 1.890,00
VALOR TOTAL: 1.890,00
VALOR PAGO: 1.890,00
VALOR DINHEIRO: 1.890,00

Informações, reclamações, sugestões e elogios
SAC CAIXA 0800 726 0101
Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474
www.caixa.gov.br

2a Via - Via Cliente

TJRJ CAP JC04 2029000045220 02/05/29 23:38:29135984 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
979
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 07/01/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

I-se o exequente para ciência do saldo existente fruto da penhora no rosto dos autos, para que requeira o que entender de direito, informando dados bancários para levantamento , se for o caso, e, ainda, para que apresente a planilha atualizada do débito com os abatimentos pertinentes, indicando com precisão de que modo prosseguirá com a execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da lei 9.099/95.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
980
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**12/01/2021**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**08/01/2021**
Data da Devolução	**12/01/2021**
Data da Decisão	**11/01/2021**
Tipo da Decisão	**Determinada a expedição de mandado de pagamento**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
981
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 08/01/2021

Decisão

1- Expeça-se mandado de pagamento em favor da parte autora ou seu patrono, havendo poderes para tanto, referente ao saldo informado às fls.962, observando-se os dados fornecidos às fls. 973.

2 - Após, voltem conclusos para análise de fls. 973/974.

Rio de Janeiro, 11/01/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4UKS.JA4P.UIG5.SMU2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
982
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**13/01/2021**
Data	**13/01/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
983
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

1- Expeça-se mandado de pagamento em favor da parte autora ou seu patrono, havendo poderes para tanto, referente ao saldo informado às fls.962, observando-se os dados fornecidos às fls. 973.

2 - Após, voltem conclusos para análise de fls. 973/974.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
984
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**13/01/2021**
Data	**13/01/2021**
Descrição	**Alvará Eletrônico de Pagamento expedido para conferência e assinatura em 13/01/2021.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
985
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Alvará Eletrônico de Pagamento expedido para conferência e assinatura em 13/01/2021.

Rio de Janeiro, 13/01/2021.

Luis Roberto Silveira da Cunha Vasconcellos - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/28956

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
986
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Data	**13/01/2021**
Descrição	**Expedido o mandado de pagamento nº 2048779 para o Banco do Brasil.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
987
Carimbado Eletronicamente

PODER JUDICIARIO
TRIB. JUSTIÇA RIO DE JANEIRO - RJ
ALVARA ELETRONICO DE PAGAMENTO N 2048779

Comarca	Vara/Serventia
RIO DE JANEIRO	7 JUIZADO ESPECIAL CIVEL
Numero do Processo	
0102526-13.2018.8.19.0001	
Autor	Reu
JONATHAN DA SILVA PEREIRA	KEROCASA - COOPERATIVA HABITAC
CPF/CNPJ Réu	
10.657.514/0001-78	
Data de Expedicao	Data de Validade
13/01/2021	12/07/2021

TOTAL DE PAGAMENTOS INFORMADOS NO MANDADO: 001

Numero da Solicitacao:	0001	Tipo Valor.....:	Total da conta
Valor.....:	1.466,66	Calculado em.....:	13.01.2021
IR.....:	0,00	Tarifa.....:	21,95
Finalidade.....:	Transf. entre Bancos	Tipo Conta.....:	Cta Corrente
Banco.....:	000000237	Nome Banco.....:	BANCO BRADESCO
Agência.....:	3469		
Conta/Dv.....:	00.000.000.266-6		
Tipo Pessoa Conta....:	Juridica	CNPJ Titular Cta.:	7.517.104/000
Beneficiario.....:	MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS AS		
CPF/CNPJ Beneficiario:	7.517.104/0001-17		
Tipo Beneficiario....:	Juridica		
Conta/Pcl Resgatada..:	0300128588210 0000		

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
988
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**21/01/2021**
Data	**21/01/2021**
Descrição	**Certifico que o Mandado de Pagamento foi enviado para o Banco do Brasil em 21/01/2021.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
989
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**29/01/2021**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**22/01/2021**
Data da Devolução	**29/01/2021**
Data do Despacho	**29/01/2021**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
990
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 22/01/2021

Despacho

Para análise do requerido às fls. 973/974, cerifique o cartório primeiramente se existem valores remanescentes nos autos do processo indicado no item 02 de fls. 974, que possa satisfazer, ainda que em parte, a execução objeto destes autos, especificando eventual valor atualizado a disposição deste Juízo com referência àquele processo.
Após, decidirei.

Rio de Janeiro, 29/01/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **47Q4.VKK2.8843.I8V2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
991
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 25/01/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

1- Expeça-se mandado de pagamento em favor da parte autora ou seu patrono, havendo poderes para tanto, referente ao saldo informado às fls.962, observando-se os dados fornecidos às fls. 973.

2 - Após, voltem conclusos para análise de fls. 973/974.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
992
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**29/01/2021**
Data	**29/01/2021**
Descrição	**Certifico que em consulta ao site do Banco do Brasil, localizei duas contas judiciais com valores à disposição do Juízo, referente ao processo de nº 298725-76.2016, conforme cópias a seguir juntadas.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
993
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que em consulta ao site do Banco do Brasil, localizei duas contas judiciais com valores à disposição do Juízo, referente ao processo de nº 298725-76.2016, conforme cópias a seguir juntadas.

Rio de Janeiro, 29/01/2021.

Luis Roberto Silveira da Cunha Vasconcellos - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/28956

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
994
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**29/01/2021**
Data da Juntada	**29/01/2021**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
995
Carimbado Eletronicamente

Depósitos Judiciais Magistrados

Detalhamento do Depósito

Justiça de Vínculo:
ESTADUAL

Tribunal de Vínculo:
TRIBUNAL DE JUSTICA

Comarca:
RIO DE JANEIRO

Órgão:
7 JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Natureza da Ação:
BACENJUD

Ação:
BACEN JUD

REU:
KEROCASA - COOPERATIVA HABITAC

CPF/CGC:
10.657.514/0001-78

AUTOR:
LUIS CARLOS DO AMARAL MATOS

CPF/CGC:

Número do Processo:
0298725-76.2016.8.19.0001

Número do Depósito:
2100105670172

Total Aplicado R$:
796,81

Total Saldo de Capital R$:
796,81

Saldo projetado para hoje R$:

Opção	Agência	Parcela	Saldo Capital	Saldo Atualizado	Número Guia	Data Guia
○	2234	1	796,81	929,39	20170001384685	31/03/2017

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
996
Carimbado Eletronicamente

Depósitos Judiciais Magistrados

Detalhamento do Depósito

Justiça de Vínculo:
ESTADUAL

Tribunal de Vínculo:
TRIBUNAL DE JUSTICA

Comarca:
RIO DE JANEIRO

Órgão:
7 JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Natureza da Ação:
DECISAO JUDICIAL

Ação:

REU:
KEROCASA - COOPERATIVA HABITAC

CPF/CGC:
10.657.514/0001-78

AUTOR:
LUIS CARLOS DO AMARAL MATOS

CPF/CGC:

Número do Processo:
29872576201681900 01

Número do Depósito:
4700128588215

Total Aplicado R$:
35.605,14

Total Saldo de Capital R$:
35.605,14

Saldo projetado para hoje R$:

Opção	Agência	Parcela	Saldo Capital	Saldo Atualizado	Número Guia	Data Guia
○	2234	1	35.605,14	35.733,11	000000018548880	26/10/2020

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
997
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**02/02/2021**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**29/01/2021**
Data da Devolução	**02/02/2021**
Data do Despacho	**02/02/2021**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
998
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 29/01/2021

Despacho

1- Considerando que o depósito de fls. 996 satisfaz a integralidade da execução objeto do processo 0298725-76 que tramita neste Juízo, estando a mesma, inclusive, extinta por sentença, inexiste óbice a transferência do valor remanescente certificado às fls. 995 objeto da penhora de fls. 140/141 daqueles autos à disposição deste Juízo com referência a este processo, visto que se trata de importância remanescente.
Já no tocante a guia informada pelo exequente às fls. 974, inexiste saldo uma vez que objeto de oportuno levantamento em Novembro/2017, conforme MPG de fls. 306 do feito 0298725-76.

2- No mais, oficie-se, por email, ao IV JEC a fim de que informe se a guia informada às fls. 974 item 01 se trata de saldo remanescente da execução nos autos do processo 0298669-43.2016 e, em caso, positivo para que transfira o valor atualizado da mesma à disposição deste Juízo, com referência ao presente processo.

Cumpridas as determinações acima, certifique-se quanto a existência de valores à nossa disposição.

No mais, venha a tabela fipe dos veículos cuja penhora pretende, acompanhada da planilha do valor atualizado da execução.

Rio de Janeiro, 02/02/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
999
Carimbado Eletronicamente

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4RBC.QNLX.EF8X.ZBV2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1000
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**03/02/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1001
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

1- Considerando que o depósito de fls. 996 satisfaz a integralidade da execução objeto do processo 0298725-76 que tramita neste Juízo, estando a mesma, inclusive, extinta por sentença, inexiste óbice a transferência do valor remanescente certificado às fls. 995 objeto da penhora de fls. 140/141 daqueles autos à disposição deste Juízo com referência a este processo, visto que se trata de importância remanescente.
Já no tocante a guia informada pelo exequente às fls. 974, inexiste saldo uma vez que objeto de oportuno levantamento em Novembro/2017, conforme MPG de fls. 306 do feito 0298725-76.

2- No mais, oficie-se, por email, ao IV JEC a fim de que informe se a guia informada às fls. 974 item 01 se trata de saldo remanescente da execução nos autos do processo 0298669-43.2016 e, em caso, positivo para que transfira o valor atualizado da mesma à disposição deste Juízo, com referência ao presente processo.

Cumpridas as determinações acima, certifique-se quanto a existência de valores à nossa disposição.

No mais, venha a tabela fipe dos veículos cuja penhora pretende, acompanhada da planilha do valor atualizado da execução.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1002
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

1- Considerando que o depósito de fls. 996 satisfaz a integralidade da execução objeto do processo 0298725-76 que tramita neste Juízo, estando a mesma, inclusive, extinta por sentença, inexiste óbice a transferência do valor remanescente certificado às fls. 995 objeto da penhora de fls. 140/141 daqueles autos à disposição deste Juízo com referência a este processo, visto que se trata de importância remanescente.
Já no tocante a guia informada pelo exequente às fls. 974, inexiste saldo uma vez que objeto de oportuno levantamento em Novembro/2017, conforme MPG de fls. 306 do feito 0298725-76.

2- No mais, oficie-se, por email, ao IV JEC a fim de que informe se a guia informada às fls. 974 item 01 se trata de saldo remanescente da execução nos autos do processo 0298669-43.2016 e, em caso, positivo para que transfira o valor atualizado da mesma à disposição deste Juízo, com referência ao presente processo.

Cumpridas as determinações acima, certifique-se quanto a existência de valores à nossa disposição.

No mais, venha a tabela fipe dos veículos cuja penhora pretende, acompanhada da planilha do valor atualizado da execução.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1003
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**03/02/2021**
Data	**03/02/2021**
Descrição	**ofício ao IV JEC**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1004
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 23/2021/OF

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2021

Processo Nº: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Distribuição:03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA e outro
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

Prezado Senhor,

A fim de instruir os autos da ação supramencionada, solicito a V.Sa. as providências necessárias no sentido de que seja informado a este juízo se a guia informada às **fls. 974 item 01** (cópia em anexo) se trata de saldo remanescente da execução nos autos do processo **0298669-43.2016** e, em caso, positivo para que transfira o valor atualizado da mesma à disposição deste Juízo, com referência ao presente processo e partes em epígrafe.

Atenciosamente,

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Ao Chefe de Serventia do IV Juizado Especial Cível da Comarca da Capital - RJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4KQ4.F4F3.1V9L.QCV2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1005
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1006
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 04/02/2021, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

1- Considerando que o depósito de fls. 996 satisfaz a integralidade da execução objeto do processo 0298725-76 que tramita neste Juízo, estando a mesma, inclusive, extinta por sentença, inexiste óbice a transferência do valor remanescente certificado às fls. 995 objeto da penhora de fls. 140/141 daqueles autos à disposição deste Juízo com referência a este processo, visto que se trata de importância remanescente.
Já no tocante a guia informada pelo exequente às fls. 974, inexiste saldo uma vez que objeto de oportuno levantamento em Novembro/2017, conforme MPG de fls. 306 do feito 0298725-76.

2- No mais, oficie-se, por email, ao IV JEC a fim de que informe se a guia informada às fls. 974 item 01 se trata de saldo remanescente da execução nos autos do processo 0298669-43.2016 e, em caso, positivo para que transfira o valor atualizado da mesma à disposição deste Juízo, com referência ao presente processo.

Cumpridas as determinações acima, certifique-se quanto a existência de valores à nossa disposição.

No mais, venha a tabela fipe dos veículos cuja penhora pretende, acompanhada da planilha do valor atualizado da execução.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1007
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**18/05/2021**
Data da Juntada	**08/02/2021**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	**copia do e-mail encaminhando o oficio 23**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1008
Carimbado Eletronicamente

ENCAMINHA OFICIO - PROC.0102526-13.2018(NOSSO NUMERO) - PROC.

Capital - VII JE Cível <cap07jeciv@tjrj.jus.br>

Seg, 08/02/2021 11:43

Para: Capital - IV JE Cível <cap04jeciv@tjrj.jus.br>

2 anexos (458 KB)

P. 0102526-13.2018.8.19.0001 OFICIO 23-2021.pdf; P. 0102526-13.2018.8.19.0001 COPIA PETIÇÃO.pdf;

Prezada Chefe de Serventia,

encaminho, o Oficio 23/2021 e anexo, referente ao processo 0298669-43.2016.8.19.0001(VOSSO NUMERO), para as providência cabíveis.

Atenciosamente

Rossana Dusi Vilela
Chefe de Serventia VII JEC
Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Tel.: + 55 (21) 3133-3262–
E-mail: rossanadusi@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1009
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**09/02/2021**
Data	**09/02/2021**
Descrição	**Certifico que em consulta ao site do Banco do Brasil e ao sistema DCP não encontrei valores à disposição do Juízo referente a estes autos.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1010
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que em consulta ao site do Banco do Brasil e ao sistema DCP não encontrei valores à disposição do Juízo referente a estes autos.

Rio de Janeiro, 09/02/2021.

Luis Roberto Silveira da Cunha Vasconcellos - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/28956

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1011
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 18/02/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

1- Considerando que o depósito de fls. 996 satisfaz a integralidade da execução objeto do processo 0298725-76 que tramita neste Juízo, estando a mesma, inclusive, extinta por sentença, inexiste óbice a transferência do valor remanescente certificado às fls. 995 objeto da penhora de fls. 140/141 daqueles autos à disposição deste Juízo com referência a este processo, visto que se trata de importância remanescente.
Já no tocante a guia informada pelo exequente às fls. 974, inexiste saldo uma vez que objeto de oportuno levantamento em Novembro/2017, conforme MPG de fls. 306 do feito 0298725-76.

2- No mais, oficie-se, por email, ao IV JEC a fim de que informe se a guia informada às fls. 974 item 01 se trata de saldo remanescente da execução nos autos do processo 0298669-43.2016 e, em caso, positivo para que transfira o valor atualizado da mesma à disposição deste Juízo, com referência ao presente processo.

Cumpridas as determinações acima, certifique-se quanto a existência de valores à nossa disposição.

No mais, venha a tabela fipe dos veículos cuja penhora pretende, acompanhada da planilha do valor atualizado da execução.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1012
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**18/05/2021**
Data	**18/05/2021**
Descrição	**Certifico que encaminhei, nesta data, e-mail para o 4º JEC solicitando informações sobre a resposta ao Oficio 23/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1013
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**19/05/2021**
Data da Juntada	**19/05/2021**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1014
Carimbado Eletronicamente

ENC: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Capital - IV JE Cível <cap04jeciv@tjrj.jus.br>
Qua, 19/05/2021 11:31
Para: Capital - VII JE Cível <cap07jeciv@tjrj.jus.br>

1 anexos (109 KB)
of.23 - copia.pdf;

Prezados,
Informo que o ofício foi junto aos autos e encaminhado á conclusão.
Att

Descrição: Descrição: PJERJ_AZUL_RGB

Neusa Demétrio Perna- Substituta da R.E.
matr.01/19964

4º Juizado Especial Cível -RJ-Capital

tel. 21. 3133-2371

Ref. proc.

De: Capital - VII JE Cível <cap07jeciv@tjrj.jus.br>
Enviado: terça-feira, 18 de maio de 2021 16:29
Para: Capital - IV JE Cível <cap04jeciv@tjrj.jus.br>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Prezada Chefe,

para fins de certificação nos autos, solicito informações sobre o Oficio 23/2021 encaminhado em 08/02/2021, referente ao vosso processo 0298669-43.2016.8.19.0001, cuja cópia segue anexa.

Atenciosamente

PJERJ

Rossana Dusi Vilela
Chefe de Serventia VII JEC
Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Tel.: +55 (21) 3133-3262–
E-mail: rossanadusi@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1015
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**31/05/2021**
Data da Juntada	**31/05/2021**
Tipo de Documento	**Ofício**
Nºdo Documento	**23/2021/OF**
Texto	

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 4º Juizado Especial Cível 4º Juizado Especial Cível
Av. Erasmo Braga, 115 salas 103- D e 106 CEP: 02002-090 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap04jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página 1016 800
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 153/2021/OF

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2021

Processo Nº: **0298669-43.2016.8.19.0001**
Distribuição:21/09/2016
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral; Dano Material - Cdc; Pagamento Indevido - Repetição de Indébito; Cooperativa / Espécies de Sociedades; Honorários Advocatícios / Sucumbência; Assistência Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores
Autor: MANOEL LINO NETO Réu: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

Prezado Senhor,

A fim de instruir os autos da ação supramencionada, solicito a V.Sa. as providências necessárias para que seja encaminhada a este Juízo a cópia da guia mencionada no ofício de fl. 794.

Atenciosamente,

Felipe Lopes Alves D ´Amico
Juiz de Direito

VII JEC DA COMARCA DA CAPITAL-RJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4QAG.I1UR.99FP.SYY2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

FELIPE LOPES ALVES DAMICO:33083 Assinado em 20/05/2021 10:13:14 Local: TJ-RJ

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7° Juizado Especial Cível 7° Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1017
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 23/2021/OF

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2021

Processo Nº: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Distribuição:03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA e outro
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

Prezado Senhor,

A fim de instruir os autos da ação supramencionada, solicito a V.Sa. as providências necessárias no sentido de que seja informado a este juízo se a guia informada às **fls. 974 item 01** (cópia em anexo) se trata de saldo remanescente da execução nos autos do processo **0298669-43.2016** e, em caso, positivo para que transfira o valor atualizado da mesma à disposição deste Juízo, com referência ao presente processo e partes em epígrafe.

Atenciosamente,

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Ao Chefe de Serventia do IV Juizado Especial Cível da Comarca da Capital - RJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4KQ4.F4F3.1V9L.QCV2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página 1018
Carimbado Eletronicamente

LUISVASCONCELLOS

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 03/02/2021 15:41:37
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página 1019
797
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0298669-43.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral; Dano Material - Cdc; Pagamento Indevido - Repetição de Indébito; Cooperativa / Espécies de Sociedades; Honorários Advocatícios / Sucumbência; Assistência Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores

Autor: MANOEL LINO NETO
Réu: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: HOMELAR IMOVEIS CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA-ME
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Felipe Lopes Alves D ´Amico

Em 19/05/2021

Despacho

1. Oficie-se ao Juízo do 7º Juizado Especial Cível, soliitando-se a cópia da guia mencionada no ofício de fl. 794.

2. Com o envio do documento, oficie-se prestando as informações solicitadas.

Rio de Janeiro, 19/05/2021.

Felipe Lopes Alves D ´Amico - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Felipe Lopes Alves D ´Amico

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **444W.CF37.16UU.LXY2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente
Página
1020
798

FELIPE LOPES ALVES DAMICO:33083 Assinado em 19/05/2021 14:27:31
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1021
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**01/06/2021**
Data da Juntada	**01/06/2021**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	

ENCAMINHA PEÇAS - REF. OF.153/2021 PROC.0298669-43.2016.81.90001 (VOSSO NÚMERO)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1022
Carimbado Eletronicamente

Capital - VII JE Cível <cap07jeciv@tjrj.jus.br>

Ter, 01/06/2021 15:35

Para: Capital - IV JE Cível <cap04jeciv@tjrj.jus.br>

6 anexos (3 MB)

P.0102526-13 COPIA OF.23.pdf; P.0102526-13 COPIA OF.153.pdf; P.0102526-13 COPIA OF.23.pdf; P.0102526-13 COPIA OF.153.pdf; P.0102526-13 FL.973 -974.pdf; P.0102526-13 FL.978.pdf;

Prezada Chefe,

segue em anexo as peças solicitadas no Oficio 153/2021.

Atenciosamente

PJERJ

Rossana Dusi Vilela
Chefe de Serventia VII JEC
Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Tel.: + 55 (21) 3133-3262–
E-mail: rossanadusi@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1023
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**01/06/2021**
Data	**01/06/2021**
Descrição	**Certifico que, nesta data, encaminhei as cópias peças solicitadas no Oficio 153/2021 recebido do IV JEC.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1024
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que, nesta data, encaminhei as cópias peças solicitadas no Oficio 153/2021 recebido do IV JEC.

Rio de Janeiro, 01/06/2021.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1025
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**02/06/2021**
Data da Juntada	**02/06/2021**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 4º Juizado Especial Cível 4º Juizado Especial Cível
Av. Erasmo Braga, 115 salas 103- D e 106 CEP: 02002-090 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap04jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1026
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 161/2021/OF

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2021

Processo Nº: **0298669-43.2016.8.19.0001**
Distribuição:21/09/2016
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral; Dano Material - Cdc; Pagamento Indevido - Repetição de Indébito; Cooperativa / Espécies de Sociedades; Honorários Advocatícios / Sucumbência; Assistência Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores
Autor: MANOEL LINO NETO Réu: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

Prezado Senhor,

Informamos que o valor da guia de id 081010000054164500 e conta judicional 3200124501891 foi levantado pela parte autora MANOEL LINO NETO, CPF/CNPJ: 014.294.687-77 com mandado de pagamento digitado em 08/03/2021. Segue anexo extrato da conta judicial..

Atenciosamente,

Felipe Lopes Alves D ´Amico
Juiz de Direito

VII Juizado Especial Cível

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4GY3.HEG8.BRVF.AI13**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

FELIPE LOPES ALVES DAMICO:33083 Assinado em 01/06/2021 16:43:11
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1027
Carimbado Eletronicamente

(http://www.bb.com.br)

Saldo / Extrato de Depósitos Judiciais - Magistrado

Depósitos Judiciais Magistrados

Detalhamento do Depósito

Justiça de Vínculo:
ESTADUAL

Tribunal de Vínculo:
TRIBUNAL DE JUSTICA

Comarca:
RIO DE JANEIRO

Órgão:
4 JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Natureza da Ação:
NAO ESPECIFICADA

Ação:

REU:
KEROCASA COOPERATIVA HABITACIO

CPF/CGC:

AUTOR:
MANOEL LINO NETO

CPF/CGC:

Número do Processo:
02986694320168190001

Número do Depósito:
3200124501891

Total Aplicado R$:
1.890,00

Total Saldo de Capital R$:
0,00

Saldo projetado para hoje R$:

Opção	Agência	Parcela	Saldo Capital	Saldo Atualizado	Número Guia	Data Guia
○	2234	1	0,00	0,00	000000011373668	21/03/2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1028
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1029
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**01/07/2021**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**02/06/2021**
Data da Devolução	**01/07/2021**
Data do Despacho	**01/07/2021**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1030
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 02/06/2021

Despacho

I-se o exequente para ciência (fls. 1025 e ss) e manifestação cabível (fls. 998 parte final) objetivando o regular prosseguimento da execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95.

Rio de Janeiro, 01/07/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4UMM.82MV.53EC.UN23**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1031
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**21/07/2021**
Data	**02/07/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1032
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

I-se o exequente para ciência (fls. 1025 e ss) e manifestação cabível (fls. 998 parte final) objetivando o regular prosseguimento da execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1033
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 13/07/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

I-se o exequente para ciência (fls. 1025 e ss) e manifestação cabível (fls. 998 parte final) objetivando o regular prosseguimento da execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1034
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**20/07/2021**
Data da Juntada	**20/07/2021**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 4º Juizado Especial Cível 4º Juizado Especial Cível
Av. Erasmo Braga, 115 salas 103- D e 106 CEP: 02002-090 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap04jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1007
1035
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 161/2021/OF

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2021

Processo Nº: **0298669-43.2016.8.19.0001**
Distribuição:21/09/2016
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral; Dano Material - Cdc; Pagamento Indevido - Repetição de Indébito; Cooperativa / Espécies de Sociedades; Honorários Advocatícios / Sucumbência; Assistência Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores
Autor: MANOEL LINO NETO Réu: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

Prezado Senhor,

Informamos que o valor da guia de id 081010000054164500 e conta judicional 3200124501891 foi levantado pela parte autora MANOEL LINO NETO, CPF/CNPJ: 014.294.687-77 com mandado de pagamento digitado em 08/03/2021. Segue anexo extrato da conta judicial..

Atenciosamente,

Felipe Lopes Alves D ´Amico
Juiz de Direito

VII Juizado Especial Cível

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4GY3.HEG8.BRVF.AI13**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ
FELIPE LOPES ALVES DAMICO:33083 Assinado em 01/06/2021 16:43:11
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1036
Carimbado Eletronicamente

(http://www.bb.com.br)

Saldo / Extrato de Depósitos Judiciais - Magistrado

Depósitos Judiciais Magistrados

Detalhamento do Depósito

Justiça de Vínculo:
ESTADUAL

Tribunal de Vínculo:
TRIBUNAL DE JUSTICA

Comarca:
RIO DE JANEIRO

Órgão:
4 JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Natureza da Ação:
NAO ESPECIFICADA

Ação:

REU:
KEROCASA COOPERATIVA HABITACIO

CPF/CGC:

AUTOR:
MANOEL LINO NETO

CPF/CGC:

Número do Processo:
02986694320168190001

Número do Depósito:
3200124501891

Total Aplicado R$:
1.890,00

Total Saldo de Capital R$:
0,00

Saldo projetado para hoje R$:

Opção	Agência	Parcela	Saldo Capital	Saldo Atualizado	Número Guia	Data Guia
○	2234	1	0,00	0,00	000000011373668	21/03/2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1037
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1038
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**21/07/2021**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1039
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por seu advogado infra assinado, requerer a juntada da planilha atualizada aonde foi obtido o valor de R$ 25.659,16 (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).

Em tempo, requer o Autor a juntada do resultado obtido em consulta à tabela FIPE dos veículos indicados abaixo:

- de propriedade do sócio Jair Cassio:
modelo I/BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014 - Preço Médio – FIPE: R$ 100.745,00;
- de propriedade do sócio Sergio Pereira:
modelo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016 - Preço Médio – FIPE: R$ 88.692,00

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2021.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDO ARAUJO CANDIDO
OAB/RJ 176.052

TJRJ CAP JC07 20211320267 9 21/07/21 20:55:32139054 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1040
Carimbado Eletronicamente

Dano Moral

Valor a ser atualizado:	R$ 4.000,00
Período de atualização monetária:	de 25/02/2019 até 21/07/2021 (866 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 21/07/2021 (1143 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,08307270**
Valor corrigido:	**R$ 4.332,29**
Valor dos juros:	**R$ 1.650,60**
Valor corrigido + juros:	**R$ 5.982,89**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 5.982,89**
Total em UFIR:	**1.614,68**

Dano Material

Valor a ser atualizado:	R$ 11.677,05
Período de atualização monetária:	de 13/12/2017 até 21/07/2021 (1298 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 21/07/2021 (1143 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,15794244**
Valor corrigido:	**R$ 13.521,35**
Valor dos juros:	**R$ 5.151,63**
Valor corrigido + juros:	**R$ 18.672,98**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 18.672,98**
Total em UFIR:	**5.039,53**

Total parcial: R$ 24.655,87 + 10% (Multa Art. 523, § 1º) = R$ 27.121,45

Total geral: R$ 27.121,45 – 1.462,29 (depósito - fls. 962) = R$ 25.659,16

TJRJ CAP JC07 20211320267 9 21/07/21 20:55:32139054 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1041
Carimbado Eletronicamente

Imprimir

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

Mês de referência:	abril de 2021
Código Fipe:	017047-0
Marca:	Jeep
Modelo:	COMPASS LIMITED 2.0 4x2 Flex 16V Aut.
Ano Modelo:	2016 Gasolina
Autenticação	cdv68n6s5y9y1
Data da consulta	quarta-feira, 14 de abril de 2021 14:14
Preço Médio	R$ 88.692,00

TJRJ CAP JC07 20211320679 21/07/21 20:55:32139054 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1042
Carimbado Eletronicamente

Imprimir

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

Mês de referência:	abril de 2021
Código Fipe:	009187-1
Marca:	BMW
Modelo:	328iA GT M Sport 2.0 Turbo 16V 245cv 5p
Ano Modelo:	2014 Gasolina
Autenticação	f4f3ncfnydcsv
Data da consulta	quarta-feira, 14 de abril de 2021 14:12
Preço Médio	R$ 100.745,00

TJRJ CAP JC07 20211320679 21/07/21 20:55:32139054 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1043
Carimbado Eletronicamente

Substabelecimento com reserva de poderes

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

Substabeleço os poderes a mim conferidos por **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, nos autos do processo em referência para o **Dr. FERNANDO ARAUJO CANDIDO**, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 176.052, para que surtam os devidos e legais efeitos.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2021.



TJRJ CAP JC07 202113202679 21/07/21 20:55:32139054 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1044
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**22/07/2021**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1045
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por seu advogado infra assinado, requerer a juntada da planilha atualizada aonde foi obtido o valor de R$ 25.659,16 (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).

Em tempo, requer o Autor a juntada do resultado obtido em consulta à tabela FIPE dos veículos indicados abaixo:

- de propriedade do sócio Jair Cassio:
modelo I/BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014 - Preço Médio – FIPE: R$ 100.745,00;
- de propriedade do sócio Sergio Pereira:
modelo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016 - Preço Médio – FIPE: R$ 88.692,00

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2021.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDO ARAUJO CANDIDO
OAB/RJ 176.052

TJRJ CAP JC07 202113202923 21/07/21 20:59:00138026 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1046
Carimbado Eletronicamente

Imprimir

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

Mês de referência:	abril de 2021
Código Fipe:	009187-1
Marca:	BMW
Modelo:	328iA GT M Sport 2.0 Turbo 16V 245cv 5p
Ano Modelo:	2014 Gasolina
Autenticação	f4f3ncfnydcsv
Data da consulta	quarta-feira, 14 de abril de 2021 14:12
Preço Médio	R$ 100.745,00

TJRJ CAP JC07 202113202923 21/07/21 20:59:00138026 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1047
Carimbado Eletronicamente

Imprimir

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

Mês de referência:	abril de 2021
Código Fipe:	017047-0
Marca:	Jeep
Modelo:	COMPASS LIMITED 2.0 4x2 Flex 16V Aut.
Ano Modelo:	2016 Gasolina
Autenticação	cdv68n6s5y9y1
Data da consulta	quarta-feira, 14 de abril de 2021 14:14
Preço Médio	R$ 88.692,00

TJRJ CAP JC07 202113202923 21/07/21 20:59:00138026 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1048
Carimbado Eletronicamente

Substabelecimento com reserva de poderes

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

Substabeleço os poderes a mim conferidos por **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, nos autos do processo em referência para o **Dr. FERNANDO ARAUJO CANDIDO**, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 176.052, para que surtam os devidos e legais efeitos.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2021.



TJRJ CAP JC07 202113202923 21/07/21 20:59:00138026 PROGER-VIRTUAL

Dano Moral

Valor a ser atualizado:	R$ 4.000,00
Período de atualização monetária:	de 25/02/2019 até 21/07/2021 (866 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 21/07/2021 (1143 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,08307270**
Valor corrigido:	**R$ 4.332,29**
Valor dos juros:	**R$ 1.650,60**
Valor corrigido + juros:	**R$ 5.982,89**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 5.982,89**
Total em UFIR:	**1.614,68**

Dano Material

Valor a ser atualizado:	R$ 11.677,05
Período de atualização monetária:	de 13/12/2017 até 21/07/2021 (1298 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 21/07/2021 (1143 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,15794244**
Valor corrigido:	**R$ 13.521,35**
Valor dos juros:	**R$ 5.151,63**
Valor corrigido + juros:	**R$ 18.672,98**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 18.672,98**
Total em UFIR:	**5.039,53**

Total parcial: R$ 24.655,87 + 10% (Multa Art. 523, § 1º) = R$ 27.121,45

Total geral: R$ 27.121,45 – 1.462,29 (depósito - fls. 962) = R$ 25.659,16

TJRJ CAP JC07 20211320292 3 21/07/21 20:59:00138026 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1050
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**22/07/2021**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1051
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por seu advogado infra assinado, requerer a juntada da planilha atualizada aonde foi obtido o valor de R$ 25.659,16 (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).

Em tempo, requer o Autor a juntada do resultado obtido em consulta à tabela FIPE dos veículos indicados abaixo:

- de propriedade do sócio Jair Cassio:
modelo I/BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014 - Preço Médio – FIPE: R$ 100.745,00;
- de propriedade do sócio Sergio Pereira:
modelo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016 - Preço Médio – FIPE: R$ 88.692,00

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2021.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDO ARAUJO CANDIDO
OAB/RJ 176.052

TJRJ CAP JC07 202113203153 21/07/21 21:01:46138019 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1052
Carimbado Eletronicamente

Substabelecimento com reserva de poderes

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

Substabeleço os poderes a mim conferidos por **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, nos autos do processo em referência para o **Dr. FERNANDO ARAUJO CANDIDO**, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 176.052, para que surtam os devidos e legais efeitos.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2021.



TJRJ CAP JC07 202113203153 21/07/21 21:01:46138019 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1053
Carimbado Eletronicamente

Dano Moral

Valor a ser atualizado:	R$ 4.000,00
Período de atualização monetária:	de 25/02/2019 até 21/07/2021 (866 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 21/07/2021 (1143 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,08307270**
Valor corrigido:	**R$ 4.332,29**
Valor dos juros:	**R$ 1.650,60**
Valor corrigido + juros:	**R$ 5.982,89**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 5.982,89**
Total em UFIR:	**1.614,68**

Dano Material

Valor a ser atualizado:	R$ 11.677,05
Período de atualização monetária:	de 13/12/2017 até 21/07/2021 (1298 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 21/07/2021 (1143 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,15794244**
Valor corrigido:	**R$ 13.521,35**
Valor dos juros:	**R$ 5.151,63**
Valor corrigido + juros:	**R$ 18.672,98**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 18.672,98**
Total em UFIR:	**5.039,53**

Total parcial: R$ 24.655,87 + 10% (Multa Art. 523, § 1º) = R$ 27.121,45

Total geral: R$ 27.121,45 – 1.462,29 (depósito - fls. 962) = R$ 25.659,16

TJRJ CAP JC07 202113203153 21/07/21 21:01:46138019 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1054
Carimbado Eletronicamente

Imprimir

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

Mês de referência:	abril de 2021
Código Fipe:	017047-0
Marca:	Jeep
Modelo:	COMPASS LIMITED 2.0 4x2 Flex 16V Aut.
Ano Modelo:	2016 Gasolina
Autenticação	cdv68n6s5y9y1
Data da consulta	quarta-feira, 14 de abril de 2021 14:14
Preço Médio	R$ 88.692,00

TJRJ CAP JC07 202113203153 21/07/21 21:01:46138019 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1055
Carimbado Eletronicamente

Imprimir

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

Mês de referência:	abril de 2021
Código Fipe:	009187-1
Marca:	BMW
Modelo:	328iA GT M Sport 2.0 Turbo 16V 245cv 5p
Ano Modelo:	2014 Gasolina
Autenticação	f4f3ncfnydcsv
Data da consulta	quarta-feira, 14 de abril de 2021 14:12
Preço Médio	R$ 100.745,00

TJRJ CAP JC07 202113203153 21/07/21 21:01:46138019 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1056
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**20/08/2021**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**22/07/2021**
Data da Devolução	**20/08/2021**
Data do Despacho	**20/08/2021**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1057
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 22/07/2021

Despacho

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

Rio de Janeiro, 20/08/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4NTH.6TAM.6395.8G43**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1058
Carimbado Eletronicamente

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1059
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**20/08/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1060
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1061
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1062
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1063
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1064
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1065
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1066
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**23/08/2021**
Data da Juntada	**23/08/2021**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1067
Carimbado Eletronicamente

RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores

Usuário: VALERIA PACHA BICHARA
20/08/2021 - 17:34:07

Comprovante de Inclusão de Restrição Veicular

Dados do Processo

Tribunal	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO
Comarca/Município	RIO DE JANEIRO
Juiz Inclusão	VALERIA PACHA BICHARA
Órgão Judiciário	CAPITAL VII JUIZADO ESPECIAL CIVEL
N° do Processo	01025261320188190001

Total de veículos: 1

Placa	Placa Anterior	UF	Marca/Modelo	Proprietário	Restrição
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	Circulação, Penhora

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1068
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1069
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**24/08/2021**
Data	**24/08/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1070
Carimbado Eletronicamente

714/2021/MND

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nome da parte: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Local da diligência: Rua Maria Benjamim, nº 94 Casa 101, Frente - CEP: 20750-140 - Pilares - Rio de Janeiro - RJ

Finalidade: DAR CIÊNCIA À PARTE RÉ DO DESPACHO DE FLS. 1057, TRANSCRITO ABAIXO, INTIMANDO-O DA PENHORA EFETUADA VIA RENAJUD, EM ANEXO, NOS TERMOS DO REFERIDO DESPACHO.

DESPACHO: "Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC."

O MM. Juiz de Direito, Dr(a). **Valeria Pacha Bichara**, ***MANDA*** que o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo acima referido, dirigir-se ao local acima indicado, ou onde lhe for apontado, e proceder à diligência ora ordenada, Eu, _____Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e conferi.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2021.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4134.QKPN.65YC.FJ43**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Mandado: 2021037777 Receb.: 24/08/2021 Limite: 22/09/2021 Oficial: Monica Luiza de Medeiros Kreter

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1039
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por seu advogado infra assinado, requerer a juntada da planilha atualizada aonde foi obtido o valor de R$ 25.659,16 (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).

Em tempo, requer o Autor a juntada do resultado obtido em consulta à tabela FIPE dos veículos indicados abaixo:

- de propriedade do sócio Jair Cassio:
modelo I/BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014 - Preço Médio – FIPE: R$ 100.745,00;
- de propriedade do sócio Sergio Pereira:
modelo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016 - Preço Médio – FIPE: R$ 88.692,00

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2021.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDO ARAUJO CANDIDO
OAB/RJ 176.052

TJRJ CAP JC07 20211320267 9 21/07/21 20:55:32139054 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1067
Carimbado Eletronicamente

RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores

Usuário: VALERIA PACHA BICHARA
20/08/2021 - 17:34:07

Comprovante de Inclusão de Restrição Veicular

Dados do Processo

Tribunal	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO
Comarca/Município	RIO DE JANEIRO
Juiz Inclusão	VALERIA PACHA BICHARA
Órgão Judiciário	CAPITAL VII JUIZADO ESPECIAL CIVEL
N° do Processo	01025261320188190001

Total de veículos: 1

Placa	Placa Anterior	UF	Marca/Modelo	Proprietário	Restrição
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	Circulação, Penhora

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1068
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1057
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 22/07/2021

Despacho

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

Rio de Janeiro, 20/08/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4NTH.6TAM.6395.8G43**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1058
Carimbado Eletronicamente

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1071
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 31/08/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1072
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 31/08/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1073
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 31/08/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1074
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 31/08/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1075
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Atualizado em	**23/09/2021**
Data	**23/09/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1076
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Central de Cumprimento de Mandados do Méier do Méier

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2021037777
Documento: 714/2021/MND

CERTIDÃO NEGATIVA - DEVOLUÇÃO

Certifico que ao(s) dia (s) 22 do mês de setembro do ano de 2021, DEVOLVI o presente Mandado, sem o devido cumprimento em razão de o Intimando, Jair Cassio Baptista de Moura, não residir na Rua Maria Benjamin nº 94 casa 101 frente, conforme certidão emitida para outro processo, a qual segue em anexo.
O referido é verdade e dou fé.

Observação:

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2021.

Monica Luiza de Medeiros Kreter - 01/25734

MONICAMEDEIROS

Data: 22/09/2021 10:48:03 Local: TJ-RJ Motivo: Assinado por MONICAMEDEIROS

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
14076
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Central de Cumprimento de Mandados do Méier do Méier

Comarca de Niterói
Cartório da 4ª Vara Cível
Processo: 0004418-82.2014.8.19.0002
Mandado: 2021019810
Documento: 436/2021/MND

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico que, em cumprimento ao mandado, nesta data, às 10:35, compareci ao seguinte endereço: Rua Maria Benjamim n 94, casa 101 frente-Pilares, onde, DEIXEI DE INTIMAR KERO CASA- COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA , em razão de o réu não funciona no endereço e o representante legal do réu não reside no local. Conforme informação prestada por Kelen Neves, moradora atual do endereço.
O referido é verdade e dou fé.

Observação:

Certifico e dou fé que a informante aduziu que o representante legal do réu mudou-ze do local há mais de 10 anos. Informou que outros Oficiais de Justiça já estiveram no local procurando o réu e que ela não sabe informar o endereco atual do réu.Sendo assim, devolvo o presente mandado a cartório, SEM INTIMAR KERO CASA-COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA NA PESSOA DE S/ REP. LEGAL JAIR CÁSSIO B DE MOURA, aguardando novas determinações de V. Exa..

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2021.

Tatiany Valente Firmiano - 01/25466

TATIANYFIRMIANO

Data: 26/05/2021 08:54:18 Local: TJ-RJ Motivo: Assinado por TATIANYFIRMIANO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1078
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**27/09/2021**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**24/09/2021**
Data da Devolução	**27/09/2021**
Data do Despacho	**26/09/2021**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1079
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 24/09/2021

Despacho

Fls.1076/1077:
Ao exequente, em cinco dias, para ciência e manifestação cabível.

Rio de Janeiro, 26/09/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **44M7.PCKI.J7FW.SN53**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1080
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**22/10/2021**
Data	**28/09/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1081
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls.1076/1077:
Ao exequente, em cinco dias, para ciência e manifestação cabível.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1082
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 13/10/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Fls.1076/1077:
Ao exequente, em cinco dias, para ciência e manifestação cabível.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1083
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**25/10/2021**
Data	**25/10/2021**
Descrição	**Certifico que não houve manifestação da parte autora.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1084
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que não houve manifestação da parte autora.

Rio de Janeiro, 25/10/2021.

Raul de Souza Antunes - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/31380

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1085
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**26/10/2021**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**25/10/2021**
Data da Devolução	**26/10/2021**
Data do Despacho	**25/10/2021**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1086
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 25/10/2021

Despacho

Fls. 1076/1077: Em derradeira oportunidade, intime-se o exequente para ciência e manifestação cabível, objtivando o regular prosseguimento da execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95.

Rio de Janeiro, 25/10/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4SAT.6X8Z.EJ8G.3N63**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1087
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**26/10/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1088
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2021.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **CATARINA MAÉL DE ANDRADE CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Fls. 1076/1077: Em derradeira oportunidade, intime-se o exequente para ciência e manifestação cabível, objtivando o regular prosseguimento da execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1089
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão CATARINA MAEL DE ANDRADE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/11/2021, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Fls. 1076/1077: Em derradeira oportunidade, intime-se o exequente para ciência e manifestação cabível, objtivando o regular prosseguimento da execução, sob pena de extinção na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2021
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1090
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**09/11/2021**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1091
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem perante V.Exa., por seu advogado infra assinado, informar o novo endereço do sócio Jair Cassio Baptista de Moura a fim de que seja expedido o mandado para ciência da penhora:

- Rua Francisca Vidal, nº 163, casa 2, fundos, Pilares, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20750-060.

Em tempo, renova seu pedido feito desde a inicial, aonde indicou que seu advogado possui escritório nesta cidade, na Av. Rio Branco, nº 37, 14º andar – Centro, CEP 20.090-003, para onde deverão ser remetidas todas as intimações, citações e comunicações atinentes ao presente, nos termos do artigo 106, I do CPC/2015, requerendo a vinculação neste feito do nome do advogado **MARCO AURÉLIO ALVES MEDEIROS, inscrito na OAB/RJ sob o n. 102.520**, para identificação de publicações e intimações, sob pena de nulidade absoluta, cujo endereço eletrônico é **marco@advmsa.com.br**, para fins do art. 287, CPC/2015.

Termos em que

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 09 de Novembro de 2021.

FERNANDO ARAUJO CANDIDO
OAB/RJ 176.052

TJRJ CAP JC07 202118019709 09/11/21 18:33:24135494 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1092
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**18/11/2021**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**10/11/2021**
Data da Devolução	**18/11/2021**
Data do Despacho	**17/11/2021**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1093
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 10/11/2021

Despacho

Renove-se a diligência de fls. 1070 no endereço indicado às fls. 1091 (Rua Francisca Vidal, nº 163, casa 2, fundos, Pilares, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20750-060).

No mais, anote-se onde couber o nome do patrono indicado às fls. 1091.

Rio de Janeiro, 17/11/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4RIM.2SR1.HNJY.YE73**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1094
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**18/11/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1095
Carimbado Eletronicamente

844/2021/MND

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Existe diligência a ser cumprida simultaneamente: Não

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nome da parte: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Local da diligência: Rua Francisca Vidal, nº 163 Casa 2 - Fundos - CEP: 20750-060 - Pilares - Rio de Janeiro - RJ

Finalidade: Intimar a parte ré para ciência do Despacho em anexo, extraído do processo em epígrafe.

O MM. Juiz de Direito, Dr(a). **Valeria Pacha Bichara**, ***MANDA*** que o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo acima referido, dirigir-se ao local acima indicado, ou onde lhe for apontado, e proceder à diligência ora ordenada, Eu, _____Luis Roberto Silveira da Cunha Vasconcellos - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/28956 o digitei e conferi.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2021.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4AHG.X7GI.1NZQ.IG73**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Mandado: 2021052185 Receb.: 18/11/2021 Limite: 17/12/2021 Oficial: Marcelo de Oliveira Tinoco

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1057
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 22/07/2021

Despacho

Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC.

Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.

Rio de Janeiro, 20/08/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4NTH.6TAM.6395.8G43**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1058
Carimbado Eletronicamente

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1093
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 10/11/2021

Despacho

Renove-se a diligência de fls. 1070 no endereço indicado às fls. 1091 (Rua Francisca Vidal, nº 163, casa 2, fundos, Pilares, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20750-060).

No mais, anote-se onde couber o nome do patrono indicado às fls. 1091.

Rio de Janeiro, 17/11/2021.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4RIM.2SR1.HNJY.YE73**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1067
Carimbado Eletronicamente

RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores

Usuário: VALERIA PACHA BICHARA
20/08/2021 - 17:34:07

Comprovante de Inclusão de Restrição Veicular

Dados do Processo

Tribunal	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO
Comarca/Município	RIO DE JANEIRO
Juiz Inclusão	VALERIA PACHA BICHARA
Órgão Judiciário	CAPITAL VII JUIZADO ESPECIAL CIVEL
N° do Processo	01025261320188190001

Total de veículos: 1

Placa	Placa Anterior	UF	Marca/Modelo	Proprietário	Restrição
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	Circulação, Penhora

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1068
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1096
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**10/12/2021**
Data da Juntada	**24/11/2021**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1097
Carimbo Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO NO 0102526-13.2018.8.19.0001

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DESPEJO.* ***PENHORA DE VEÍCULO ALIENADO FIDUCIARIAMENTE. INDEFERIMENTO. IRRESIGNAÇÃO.*** *RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. 1. Agravo interposto contra decisão que indeferiu a penhora de veículo que se encontra alienado fiduciariamente. 2.* ***Automóvel que se encontra com restrição no RENAVAM inerente à alienação fiduciária, o que importa em dizer que não se trata de carro de propriedade efetiva do executado****. 3. Decisão que não merece reforma especialmente porque existem outros veículos em nome do executado. 4. Recurso manifestamente inadmissível, a que se nega seguimento com fulcro no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.*
>
> *(TJ-RJ - AI: 00483150620138190000 RIO DE JANEIRO BANGU REGIONAL 2 VARA CIVEL, Relator: ANTONIO ILOIZIO BARROS BASTOS, Data de Julgamento: 04/09/2013, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/09/2013)*

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, devidamente qualificado nos autos do processo epígrafe e **KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.514/0001-78 nesta cidade, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. por seus advogados, infra-assinados, perante a este juízo expor e ao final requerer, o que abaixo segue, apresentar:

EMBARGOS A PENHORA
COM PEDIDO LIMINAR DE SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA
(art. 847 CPC)

EFEITO SUSPENSIVO (art.43 9099/95)

Com base no artigo 914, 917 inciso VI Código Processo Civil

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1098
Carimbado Eletronicamente

I – DA NECESSIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO EMBARGOS A EXECUÇÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO C.C Art. 43 da Lei 9.099/95.

As questões destacadas no presente Embargos à Execução são de gravidade extremada e reclama, sem sombra de dúvidas, a **atribuição de efeito suspensivo**, na medida em que, sobretudo, a hipótese ora trazida à baila preenche os requisitos exigidos pelo Art. 43 da Lei 9.099/95.

Demonstrado, pois, o preenchimento dos requisitos do "***risco de lesão grave e de difícil reparação***" e da "***fundamentação relevante***" (Art. 43 da Lei 9.099/95.), há de ser concedido efeito suspensivo ao recurso em liça.

Como bem enfatiza **Humberto Theodoro Júnior**, a *"fundamentação relevante"* equivale dizer *"fumus boni júris"*, in verbis:

> "Mesmo nas hipóteses expressamente previstas, para que a apelação tenha efeito apenas devolutivo, pode o relator, diante das particularidades da causa, determinar a suspensão do cumprimento da sentença, até que o Tribunal julgue o recurso. (art. 558, parágrafo, único, com redação da lei 9.139, de 30.11.95). Para tanto, o apelante formulará requerimento que poderá constar das próprias razões recursais ou de petição a parte. O pedido de suspensão terá de demonstrar a ocorrência de risco de 'lesão grave e de difícil reparação'. Em outros termos, **caberá ao apelante demonstrar a configuração do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, em grau que não permita aguardar o normal julgamento do recurso.**" (THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 51ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. Pág. 597) (**negritamos**)

No mesmo enfoque é o magistério de **Antônio Cláudio da Costa Machado**, *in verbis*:

> "A primeira no sentido de que a relevância da fundamentação revela-se pela razoabilidade e ponderabilidade dos argumentos fáticos e jurídicos deduzidos, tudo a apontar para o provável sucesso do executado quando do julgamento final dos embargos (em outros termos, o embargante **precisa conseguir demonstrar ao juiz da causa que preenche o requisito do fumus boni iuris**, tão conhecido na serrara cautela)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado e anotado. 4ª Ed. São Paulo: Manole, 2012. Pág. 1389) (**negritamos e sublinhamos**)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1099
Carimbado Eletronicamente

A respeito do fumus boni juris, leciona **Vicente Greco Filho**:

> "O *fumus boni juris* não é um prognóstico de resultado favorável no processo principal, nem uma antecipação do julgamento, mas simplesmente um juízo de plausibilidade, perspectiva essa que basta para justificar o asseguramento do direito." (Direito Processual Civil Brasileiro, 3º vol., São Paulo: Saraiva, 13ª ed., p. 76).

Neste debate, temos que o Embargante demonstrou o requisito da "**fundamentação relevante**", porquanto cristalinamente ficou comprovado que, ao DEFERIR A **fls. 915** "...**Processo nº: 0102526-13.2018.8.19.0001 Tipo do Movimento: Despacho Descrição: Defiro a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD, que segue anexa. I-se o executado (Jair Cassio) da penhora para, querendo, opor Embargos no prazo legal e, ainda, para que informe o local de guarda do bem, eventuais multas e tributos em aberto, sob pena de multa por prática de ato atentatório a dignidade da jurisdição, conforme art. 77, incisos I, II, III, IV, V e § único do CPC. Deixei de realizar a penhora do veículo JEEP/COMPASS LIMITED, placa LSV8279, ano 2016/2016, considerando tratar-se de providência inócua, diante da quantidade de penhoras precedentes.**..." Este Ilustre Juízo proferiu um despacho em total desconformidade com o rito especial. Pois o contrato em questão garanti a subsistência do mesmo como a do seu núcleo familiar.

Ademais, além da "fundamentação relevante", devidamente fixada no recurso próprio, está evidente, cristalino, solar a determinação judicial exarada por este Ilustre Juízo, visto que a consequente determinação afetaria os princípios basilares de nosso ordenamento pátrio evidenciando sem dúvida o "**risco de lesão grave e difícil reparação**" não só pela integralidade do valor sem garantir o mesmo a dignidade de locomoção do mesmo, visto se o único veículo do Embargante que encontra-se gravada em alienação fiduciária.

Há, assim, fortes possibilidades dos Embargos à Execução, razão qual merecia a **concessão de efeito suspensivo** ao mesmo.

> **AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº 911/69. APELAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO**
> Excepcionalidade. Confluentes os requisitos do art. 558 do CPC, a apelação interposta na ação de busca e apreensão embasada no Decreto-Lei nº 911/69 pode ser excepcionalmente recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo, afastando-se a regra específica do art. 3º, § 5º, do referido Decreto. (**TJMG** - AGIN 0589702-77.2011.8.13.0000; Belo Horizonte; Décima Oitava Câmara Cível; Rel. Des. Guilherme Luciano Baeta Nunes; Julg. 31/01/2012; DJEMG 03/02/2012)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1100
Carimbado Eletronicamente

AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO.

Argumentos relevantes e perigo de lesão grave ou de difícil reparação. Sentença que rejeitou embargos à execução fiscal. Iss. Discussão sobre a exclusão da base de cálculo do montante referente aos materiais utilizados na obra e subempreitadas já tributadas. Novo entendimento do supremo tribunal federal (re n. 603.497/mg). Grande probabilidade de êxito na apelação, que deve tramitar mediante efeito suspensivo. Recurso provido. (**TJSC** - AI 2011.018906-3; Sombrio; Primeira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Subst. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva; Julg. 28/02/2012; DJSC 20/03/2012; Pág. 198)

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES. RECURSO DE APELAÇÃO RECEBIDO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO (ART. 520, V, DO CPC). EXEGESE DA SÚMULA Nº 317 DO STJ. POSSIBILIDADE DE EXCEPCIONAL EFEITO SUSPENSIVO. SATISFAÇÃO, NO CASO, DOS REQUISITOS DO CAPUT DO ART. 558 DO CPC.

1. O recurso de apelação cível interposto contra a sentença que julgou improcedentes os embargos à execução fiscal é, em regra, recebido apenas no efeito devolutivo, nos termos do art. 520, V, do CPC e da Súmula nº 317 do STJ.

2. O excepcional efeito suspensivo ao recurso pode ser conferido se demonstrada a relevância da fundamentação e o perigo de lesão grave e de difícil reparação, os quais estão satisfatoriamente evidenciados nos autos. Provimento do recurso. (**TJSC** - AI 2010.054009-3; Tubarão; Primeira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Vanderlei Romer; Julg. 07/12/2011; DJSC 19/01/2012; Pág. 136)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO.

1. O art. 558 do código de processo civil confere ao relator a possibilidade de atribuir efeito suspensivo a recurso que originariamente não possui quando se apresenta relevante a fundamentação e diante da possibilidade de ocorrência de danos irreparáveis ou de difícil reparação à parte decorrentes do prosseguimento do processo de execução.

2. Recurso provido. (TJDF - Rec 2011.00.2.002473-0; Ac. 550.767; Terceira Turma Cível; Rel. Des. Mario-Zam Belmiro; DJDFTE 29/11/2011; Pág. 95)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1101
Consultado Eletronicamente

III – DO PEDIDO LIMINAR DE SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA – ART. 835 I E § 2º CÓDIGO PROCESSO CIVIL C/C COM ARTIGO 847 CÓDIGO PROCESSO CIVIL

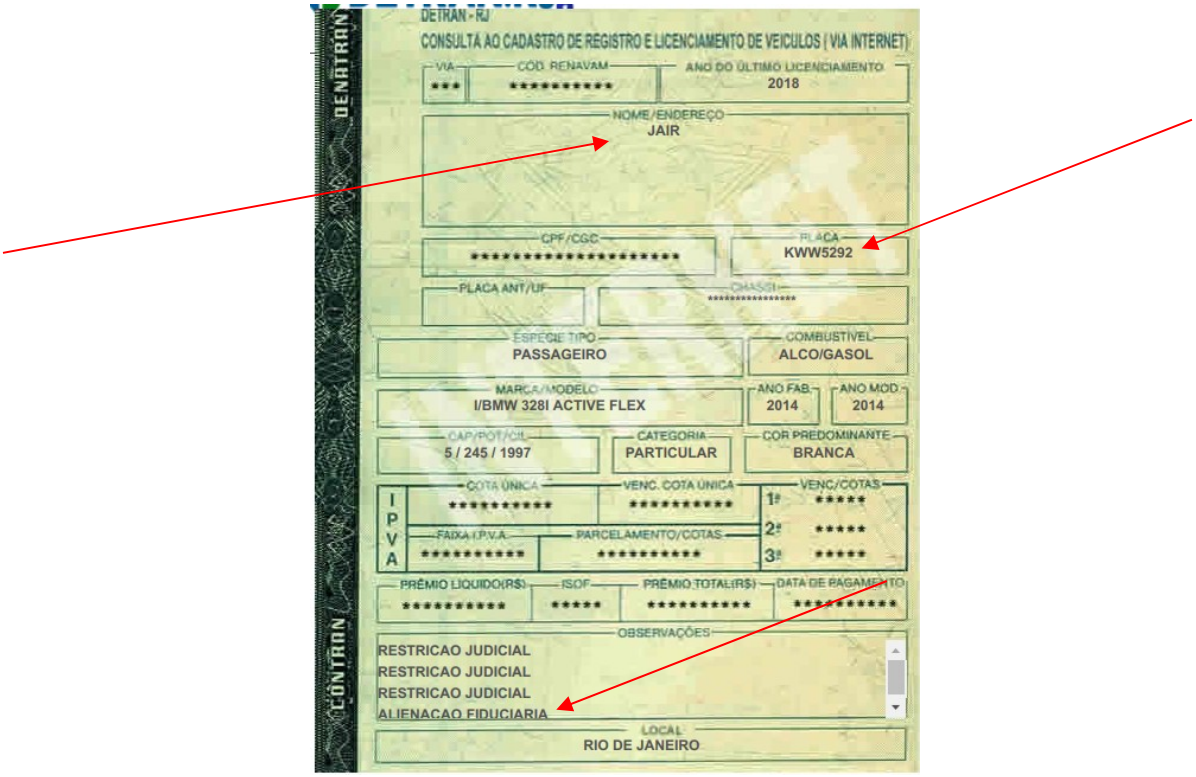
Inicialmente requer o embargante, COMO REPRESENTANTE LEGAL DA RÉ, a substituição do referido bem penhorado, a fls. por imóvel de propriedade da Empresa KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL totalmente desembaraçado não havendo qualquer impedimento legal.

Sendo assim, estando seguro o juízo com a penhora do imóvel que ora se solicita a substituição, e a juntada da certidão de ônus reais, requer QUE O AUTOR SEJA INTIMADO A MANIFESTAR-SE pela hasta pública substituição da penhora do imóvel acima mencionado. Tudo em conformidade com o art. 847 do NCPC.

1.1 – IMÓVEL: Rua Faia, nº 396 – Fundos – Rocha Miranda

IV - DA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO REFERIDO INCIDENTE PROCESSUAL DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA EM VIRTUDE DA EXISTENCIA DE BENS DO DEVEDOR ORIGINÁRIO – KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL

Inicialmente insta salientar que o referido bem penhorado nestes autos de fls. Pertencente ao **BANCO SANTANDER**, que sequer integra ao patrimônio efetivo do Embargante, conforme documentos que se junta extraído do site do Detran/RJ na data de hoje, constando gravado a alienação fiduciária.


DETRAN-RJ
CONSULTA AO CADASTRO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULOS (VIA INTERNET)
DETRAN
CONTRAN
VIA: ***
COD. RENAVAM: **********
ANO DO ÚLTIMO LICENCIAMENTO: 2018
NOME/ENDEREÇO: JAIR
CPF/CGC: **********
PLACA: KWW5292
PLACA ANT/UF:
CHASSI: **********
ESPECIE TIPO: PASSAGEIRO
COMBUSTIVEL: ALCO/GASOL
MARCA/MODELO: I/BMW 328I ACTIVE FLEX
ANO FAB.: 2014
ANO MOD.: 2014
CAP/POT/CIL: 5 / 245 / 1997
CATEGORIA: PARTICULAR
COR PREDOMINANTE: BRANCA
IPVA
COTA ÚNICA: **********
VENC. COTA ÚNICA: **********
VENC/COTAS: 1º *****
FAIXA I.P.V.A.: **********
PARCELAMENTO/COTAS: **********
2º *****
3º *****
PRÊMIO LIQUIDO(R$): **********
ISOF: *****
PRÊMIO TOTAL(R$): **********
DATA DE PAGAMENTO: **********
OBSERVAÇÕES:
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
ALIENACAO FIDUCIARIA
LOCAL: RIO DE JANEIRO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1102
Conferido Eletronicamente

Salienta-se ainda que, o **devedor originário nestes autos KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL**, embora passe por dificuldades financeiras, ainda tem bens imóveis de forma a saldar a presente execução, o entendimento jurisprudencial, deste tribunal é no sentido de que se suspenda o incidente processual de desconsideração de personalidade jurídica, substituindo pelo bem que satisfaça integralmente a presente execução, razão pela qual anexa a esta peça certidão de imóvel atualizado de forma a garantir o juízo até a quitação das parcelas já iniciadas e pagas aos autos.

Sendo certo ainda que o referido imóvel, conforme certidão ora anexada, está devidamente apto a responder pela presente dívida, o qual perfaz-se o valor de e **R$ 25.659,16 (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos) fls. 1039**, tem-se o valor do referido imóvel, valor este que ultrapassa suficientemente o valor da dívida exequenda.

Com isso, não há de se falar em penhora sobre veículo gravada em alienação fiduciária sequer integra o patrimônio do embargante, sendo assim, cristalino e solar a ilegalidade da determinação requerida pelo embargante com a penhora deferida nos autos.

Não obstante dizer ainda que a execução, conforme disciplina no artigo 805 e § único do Código de processo Civil deve-se se processar pelo modo menos gravoso ao executado, desde que o mesmo indique outros meios mais eficazes e menos gravosos, a fim de que se suspenda o referido ato e se direcione a se gravar o imóvel do devedor originário, conforme transcreve-se baixo:

> CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
> Art. 805. Quando por vários meios o exequente puder promover a execução, **o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado**.
>
> Parágrafo único. Ao executado que alegar ser a medida executiva mais gravosa incumbe indicar outros meios mais eficazes e menos onerosos, sob pena de manutenção dos atos executivos já determinados.

Não obstante dizer ainda que tal via, encontra-se harmonicamente em consolidação com o entendimento deste Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, especificamente com o Entendimento de Vossa excelência pque proferiu sentença acolhendo os Embargos de Terceiro conforme abaixo transcreve-se o decisório:

7º Juizado Especial Cível Magistrado VALERIA PACHA BICHARA (19/02/2020)

> *Processo nº: 0322522-76.2019.8.19.0001 Tipo do Movimento: Sentença Descrição: Trata-se de Embargos de Terceiro que tramita em apenso aos autos da Ação Indenizatória, em fase de execução, em que são partes Gisele Cristina Batista da Silva na qualidade de exequente e Jair Cássio Baptista de Moura na*

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1103
Certificado Eletronicamente

qualidade de executado, no qual se insurge o Embargante alegando ser credor fiduciário do bem móvel objeto da penhora e, por conseguinte, requerendo a desconstituição da constrição judicial sob o fundamento de que o veículo em questão não é de titularidade do executado a fim de que pudesse suportar o ônus da condenação. Instada a se manifestar, o fez a Embargada aduzindo em apertada síntese que inexiste óbice à penhora e que o contrato celebrado entre as aprtes previa como termo final para pagamento da dívida o mês de Maio de 2019, portanto, a propriedade antes resolúvel já estaria consolidada nas mãos do executado. Feito o breve relatório. DECIDO. Compulsando os autos, verifica esta Magistrada que a penhora que recaiu sobre o veículo BMW328 I Active/FLEX, Placa KWW 5292 não merece subsistir, porquanto, não se trata de bem de titularidade plena do executado, nos exatos termos sustentados pela Instituição Financeira Embargante. Frise-se nesse particular, que no decorrer da instrução processual comprovou o Banco Embargante que o contrato de mútuo com garantia fiduciária não foi integralmente quitado pelo devedor fiduciante, havendo dívida com a Instuição Financeira no valor de R$ 62.828,11 conforme posição consolidada em 06.10.2019 (fls. 47/48) , tendo o executado, inclusive, sido constituído em mora, consoante notificação premonitória de fls. 74/76 realizada em 12.09.2019. Assim, não há que se falar em possibilidade de penhora do bem em questão, pois na esteira da jurisprudência dominante, não tendo sido quitada a dívida este permanece sob o domínio do credor fiduciário. Ainda que por hipótese aplicássemos ao caso em tela o entendimento reafirmado pela 2ª Turma do STJ por ocasião do julgamento do REsp 1697645, no sentido de admitir que a penhora recaia tão somente sobre os direitos do devedor no contrato de alienação fiduciária, sobretudo, se considerarmos o valor de mercado do veículo e o valor da dívida em aberto, tal posicionamento em nada aproveitaria à credora, ora Embargada, pois na eventual alienação do bem após o processo de busca e apreensão (DEC. LEI 911/1969), nenhum valor restaria à disposição da mesma, especialmente, em razão das constrições preexistentes conforme se extrai da tela do sistema RENAJUD emitida nesta data, se é que as referidas execuções conseguiriam ser satisfeitas. Assim, o que realmente se vê é que nem a penhora sobre os eventuais direitos do devedor serviria para satisfazer o direito de crédito da embargada, muito pelo contrário, somente contribuiria para maiores delongas processuais sem qualquer efetividade para a execução que tramita nos autos em apenso. ***Por todo o exposto, ACOLHO OS EMBARGOS para desconstituir a penhora que recaiu sobre o veículo BMW328 I Active/FLEX, Placa KWW 5292. Sem custas e sem honorários ante o disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Transitada em julgado, voltem conclusos para liberação da constrição junto ao sistema RENAJUD. Junte-se aos autos a tela extraída do sistema (RENAJUD) com***

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1104
Carimbado Eletronicamente

> ***as restrições anotadas até a presente data. Ao final, traslade-se cópia do julgado para o processo principal e, prossiga-se naqueles autos. Dê-se ciência à DP.***

VII – DA IMPENHORABILIDADE DO BEM GRAVADO EM RAZÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA A TERCEIROS – BANCO SANTANDER

Inicialmente insta salientar que o puro e simples fato do veículo se encontrar com cláusula de alienação fiduciária e de fácil percepção por este juízo, que este veículo, **não pode ser considerado patrimônio do devedor, sendo assim a propriedade resolúvel do referido bem e sua posse indireta permanece como credor fiduciário, que neste caso é o BANCO SANTANDER, conforme se verifica cabalmente com os documentos em anexo**. Ademais, ficando com o devedor, ora RÉU a posse direta e condição de depositário do referido bem imóvel, a teor do artigo 22 da lei 9514/97, conforme abaixo transcreve-se:

> **LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997.**
>
> **Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.**
>
> **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:**
> **Da Alienação Fiduciária de Coisa Imóvel**
>
> **Art. 22. A alienação fiduciária regulada por esta Lei é o negócio jurídico pelo qual o devedor, ou fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel.**

Entende-se perfeitamente que o juízo, objetivando a efetividade da execução pleiteada pelo exequente não pode numa visão draconiana extrapolar os limites e os deslindes que a lei de nossa republica o determina, pois, sendo assim estaria privilegiando uma execução em detrimento do único patrimônio residencial onde tem sua moradia habitual, com sua família esposa e filhos.

Ademais a matéria ventilada nesta peça, tem-se a sua impossibilidade desde o ano de 1969, quando em seu artigo 7ºA no decreto lei 911, limitou o judiciário de realizar penhoras de bens gravados em alienação fiduciária, não se podendo neste caso, persistir o referido gravame, de forma a afrontar o ordenamento pátrio jurídico brasileiro, conforme abaixo transcreve-se:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1105
Carimbado Eletronicamente

> **DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969.**
>
> **Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.**
>
> **Art. 7º-A. Não será aceito bloqueio judicial de bens constituídos por alienação fiduciária nos termos deste Decreto-Lei, sendo que, qualquer discussão sobre concursos de preferências deverá ser resolvida pelo valor da venda do bem, nos termos do art. 2o. (Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)**

VIII – DA IMPENHORABILIDADE DO BEM GRAVADO EM FAVOR DO BANCO SANTANDER QUE SEQUER COMPÕEM A ANGULARIDADE PROCESSUAL.

Em razão dos fatos acima narrados, evidencia-se que o BANCO SANTANDER como real proprietário do veículo em questão está em iminência de sofrer lesão grave em seu direito, estando, portanto, amparado pela legislação mencionada, em especial o disposto no artigo 674 do CPC, que preceitua:

> **"Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro. § 1º Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor. (...)**

Igualmente, deve-se considerar o disposto no artigo 675 do Código de Processo Civil, com o objetivo de afastar a restrição invasiva imposta sobre o automóvel de propriedade do Banco que sequer compõem a angularidade processual.

> **"Art. 675. Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.**
> **Parágrafo único. Caso identifique a existência de terceiro titular de interesse em embargar o ato, o juiz mandará intimá-lo pessoalmente."**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1106
Carimbo Eletronicamente

Impende assinalar que o devedor fiduciante **NÃO DISPÕE DA PROPRIEDADE DO BEM**, tem sim uma expectativa de direito à futura reversão do bem alienado, em caso de pagamento da totalidade da dívida, ou à parte do valor já quitado, em caso de mora e excussão por parte do credor, coisa ainda inexistente no exato momento.

O bem objeto de alienação fiduciária, passa a pertencer à esfera patrimonial do credor fiduciário, e como consectário lógico, **NÃO PODE SER OBJETO DE PENHORA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO**, porquanto o domínio da coisa já não pertence ao Embargante, mas a um terceiro, alheio à angularidade processual que está prestes a sofrer graves ameaças lhe sendo ocultado tal intento por não fazer parte do processo.

Segundo prescreve o artigo 22 da lei 9.514 /2007, na alienação fiduciária o bem é transferido para a alçada dominial do credor fiduciário com a finalidade de garantir o cumprimento da obrigação contraída pelo devedor fiduciante. Ou seja, até que se opere a resolução da propriedade fiduciária, o domínio do bem dado em garantia pertence ao credor fiduciário, na linha do que estatui o artigo 25 da lei 9.514 /2007.

Desta feita, considerando que na alienação fiduciária, o devedor fiduciante transfere, de forma resolúvel, a propriedade de seu bem ao credor, **passando a ter apenas a posse direta do bem alienado fiduciariamente**.

Por outro lado, cabe destacar que não houve a intimação do banco acerca da penhora, o que igualmente impossibilita a realização do ato, sob pena de nulidade.

IX – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Isto posto vem requerer o que abaixo segue:

1. **A -** Liminarmente, seja o presente recurso admitido e recebido **em seu efeito suspensivo** na forma do artigo 43 da lei 9099/95;

   B - Liminarmente a substituição da referida penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039 pelo imóvel que se junta nesta oportunidade sito a: IMÓVEL: Rua Faia, nº 396 – Fundos – Rocha Miranda **SENDO CERTO QUE O DEVEDOR ORIGINÁRIO KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL** ainda tem bens imóveis de forma a saldar a presente execução coadunando-se com entendimento jurisprudencial, deste tribunal, requerendo que se suspenda o incidente processual de desconsideração de personalidade jurídica, substituindo pelo bem que satisfaça integralmente a presente execução indo a consequente hasta pública;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1107
Carimbado Eletronicamente

C – Liminarmente ainda requer a intimação do ***Credor Fiduciário*** **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitscheck nº 2.235 e 2.041, bloco A, inscrito no CNPJ/MF sob n° 90. 40.888/0001-42;

D - Liminarmente requer ainda, em caso de não acolhimento dos pedidos anteriores, requer, que seja intimado o Embargante para exercer o art. 916, do NCPC do percentual de 30% (trinta por cento) do valor da execução de R$ 25.659,16, (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), o que representa o valor de R$ 7.697,748 (sete mil seiscentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos) e seis parcelas sucessivas de R$ 2.993,56, (dois mil novecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos) até integralizar o valor perquirido na execução, na ocasião da aceitação do Embargado, requer, a baixa da restrição junto ao RENAJUD de forma que o Embargante não fique limitado a circular com o veículo.

2. Seja recebido a presente e seja intimado o embargado a responder o mesmo;

3. Por fim, requer que as publicações sejam enviadas para a imprensa oficial no nome do Dr. Marlon Martyr Neto OAB/RJ 156.928, conforme incluso mandato, bem como seja anotado na capa dos presentes autos e onde mais couber, sob pena de nulidade;

N. Termos,
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2021.

_____

Dr. Marlon Martyr Neto
OAB/RJ 157.408

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP
Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº 1494260 na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.
Registro de documentos em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros)
Página: 1/12
Data.....: 13/05/2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1108
Carimbado Eletroniçamente

CERTIFICADO ELETRÔNICO DE KIT DOCUMENTAL Nº 00832014050321408O

CAMPO 01 - EMITENTE
EMITENTE: NEW SPACE PROCESSAMENTO E SISTEMAS LTDA **ENDEREÇO:** AVENIDA GUPE, nº 10.299, Barueri/SP **CNPJ:** 54.955.752/0001-35

CAMPO 02 - CLIENTE
CLIENTE: BANCO SANTANDER BRASIL S/A.

CAMPO 03 – COMPOSIÇÃO DO KIT DOCUMENTAL
Cópia(s) digitalizada(s) de documento(s) identificado(s) pela(s) etiqueta(s) aposta(s) (nas cópias) com o número deste certificado.

A emitente identificada no CAMPO 01, atesta que elaborou o "kit" documental mencionado no CAMPO 03, a pedido do cliente indicado no CAMPO 02, composto pela(s) cópia(s) digitalizada(s) do(s) documento(s) solicitado(s), com a identificação através da etiqueta aposta na(s) cópias digitalizada(s).

A emitente declara que gerou eletronicamente, em SEU DOMICÍLIO no município de Barueri, o KIT DOCUMENTAL a que se refere este certificado sendo, portanto, a proprietária intelectual do presente certificado e da(s) cópia(s) que o integra(m), reservando para si todos os direitos de sua utilização/elaboração, autorizando o cliente indicado no CAMPO 02 a utilizá-lo para todos e quaisquer fins de direito.

Este certificado e o KIT DOCUMENTAL que segue em anexo, com a identificação da(s) cópia(s) que o integra(m), por constituírem um único e indiviso documento, serão registrados em meio eletrônico no Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Barueri, para a guarda e conservação.

Por ser verdade, a emitente expede o presente certificado que segue assinado digitalmente.

Barueri, 10 de maio de 2019

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP
Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº 1494260 na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.
Registro de documentos em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros)
Página: 2/12
Data.....: 13/05/2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1109
Carimbado Eletronicamente

Santander

Cédula de Crédito Bancário
CDC - Crédito Direto ao Consumidor - Pessoa Física - Rede

Fls. 3720

I - PARTES

1- CREDOR (denominado BANCO)

Banco Santander (Brasil) S.A com sede na capital do Estado de São Paulo, a Avenida Juscelino Kubitscheck, nº 2235 doravante designado BANCO.

CNPJ/MF 090.400.888/0001-42

00B320140503214080
Cliente: Banco Santander Prod:CONTRATOS
Nro Contrato: 860000000970 Ag 3459
Agencia: 3459 Data:28/05/2014

2 - EMITENTE

Nome
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA

CPF
724.023.777-04

Endereço/Sede
R FRANCISCA VIDAL 163 CASA 2

Cidade	CEP	UF
RIO DE JANEIRO	20750060	RJ

Endereço Eletrônico - E-mail:
JAIRCASSIO@HOTMAIL.COM

3 - AVALISTA

Nome / Razão Social

CPF / CNPJ	Estado Civil :

Endereço

Cidade	CEP	UF

Endereço/ E-mail:

Cônjuge Anuente:

CPF

3.1 - AVALISTA

Nome / Razão Social

CPF / CNPJ	Estado Civil :

Endereço

Cidade	CEP	UF

Endereço/ E-mail:

Cônjuge Anuente:

CPF

4 -TERCEIRO GARANTIDOR

Nome

CPF	Estado Civil :

Endereço

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP
Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº 1494260 na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.
Registro de documentos em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros)
Página: 3/12
Data.....: 13/05/2019
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1110
Carimbado Eletronicamente

Cidade	CEP	UF

Endereço/ E-mail:

Cônjuge Anuente:

CPF

II CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO

1 - Cédula de Crédito Bancário - CDC - Crédito Direto ao Consumidor - Financiamento de bem(ns)	**2. Operação nº** 00333459860000000970

2.1 - Agência 3459 **Conta Corrente** 003334590000010030795

3 - Prazo de Financiamento	3.1 Ajuste de prazo:
060 meses	| | Sim | X | Não Data do ajuste

4 - Local do Pagamento
RIO DE JANEIRO

5 - Carência (prazo): | | Sim | X | Não meses

6 - Valor Solicitado R$178.200,00	**7 - Valor do(s) serviço(s)** R$

8- Valor Total do Financiamento com encargos
R$ 289.645,20

9 - Taxa efetiva de Juros Pré-Fixada 1,5400 % a.m. 20,13 % a.a

10 - Juros remuneratórios de 1,5400 **% ao mês, em caso de inadimplência**

11 - Parcelas valor 4.827,42	11.1 - Vencimento das parcelas Primeira: 01/06/2014 | Última: 01/05/2019

11.2 periodicidade: MENSAL

12 - IOF: 3.336,82 | X | Financiado | | Não financiado

13 - Custo Efetivo Total (CET): 1,76000% a.m. 23,69000 % a.a.

14 - Forma de Concessão	**15** - Modalidade de cobrança
| X | Cliente Santander - crédito em conta corrente | | Cheque Administrativo a ser retirado na agência | | Documento de Crédito (DOC) | | TED - Transferência Eletrônica Disponível	| X | Débito na conta corrente indicada no ítem 2.1

16 - Garantia - Alienação Fiduciária do(s) bem(ns)/serviço(s) financiado(s) - a descrição do(s) bem(s)/serviço(s) dado(s) em propriedade fiduciária encontra-se na relação de bem(ns), parte integrante desta CÉDULA, como se seus termos aqui estivessem transcritos.
VEICULOS

17- Fiel depositário JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
CPF:724.023.777-04

18 - Localização do(s) bem(ns)
ENDEREÇO DO PROPRIETARIO

19 - Seguro Prestamista	Valor do Prêmio: R$
Opto por: | X | Contratar o Seguro | | Não Contratar o Seguro	6.893,87

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP
Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº 1494260 na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.
Registro de documentos em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1111
Carimbado Eletronicamente

Na data da apresentação, que poderá ser feita dentro do prazo de 10 (dez) anos, pagarei(emos) por esta **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**, em moeda corrente nacional, ao **CREDOR,** doravante designado simplesmente **BANCO,** ou à sua ordem, a quantia certa, líquida e exigível mencionada acima, na praça de pagamento, acrescida dos encargos e com a observância estrita dos vencimentos e demais condições constantes do Quadro II - **CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO.**

III. Condições da Operação

DA CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO

1. O **BANCO** concederá ao(s) **EMITENTE(S)** financiamento do(s) bem(ns) descrito(s) no Anexo I, parte integrante e inseparável desta **CÉDULA**, cujo valor será creditado conforme opção indicada no campo 14, especificada no quadro II desta **CÉDULA**. O financiamento será liberado, após a regular constituição da mencionada garantia pelo(s) **EMITENTE(S)**, na forma da cláusula 7.1 desta **CÉDULA**, que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados desta data, sob pena de vencimento antecipado desta **CÉDULA**.
1.1 O campo 8 indica o somatório das parcelas do financiamento, sendo que no valor de cada parcela poderão ser incluídos, além dos encargos aqui pactuados, os valores do IOF, acrescido do valor mensal do prêmio do seguro prestamista que constar indicado no campo 19, se contratado pelo(s) **EMITENTE(S)**.

DO PAGAMENTO

2. O(s) **EMITENTE(S)** e/ou o(s) **AVALISTA(S)**, obrigam-se a pagar o financiamento concedido, nas condições e datas indicadas no quadro II desta **CÉDULA**.
2.1. Fica(m) o(s) **EMITENTE(S)** obrigado(s), desde já, a prover a conta corrente indicada no campo 2.1, do quadro II desta **CÉDULA**, com recursos suficientes e imediatamente disponíveis para efetivação da liquidação do valor do principal, encargos financeiros, ressarcimentos, tarifas e demais despesas desta operação. O referido débito será realizado em conta corrente com preferência em relação a qualquer outro débito pendente de realização.
2.2 Se não houver saldo suficiente na conta corrente e/ou conta salário indicada para quitar as obrigações relativas à operação, fica o **BANCO**, conforme previsto no artigo 368 e seguintes do Código Civil Brasileiro, autorizado a efetuar tais débitos em qualquer outra conta de depósito, aplicações ou disponibilidades existentes no **BANCO**, em nome do(s) **EMITENTE(S)** ou do(s) **AVALISTA(S)**, podendo, para tanto, efetuar resgates e remanejar saldos de uma conta para outra.
2.2.1 Tratando-se de conta, posição ou aplicação conjunta do(s) **EMITENTE(S)**, e ou do(s) **AVALISTA(S)**, a autorização de que trata o item anterior será válida também quando a obrigação que se pretende liquidar ou amortizar for de responsabilidade de apenas um dos titulares.
2.3 Caso o(s) **EMITENTE(S)** receba(m) seus salários, aposentadorias ou similares no **BANCO**, autoriza(m), desde já, que os débitos de todas as obrigações de pagamento constantes nesta CÉDULA sejam debitados prioritária e automaticamente na sua conta e/ou conta salario, concomitantemente ao crédito dos respectivos salários, aposentadorias ou similares.
2.4 O(s) **EMITENTE(S)** declara(m) ter conhecimento e desde já autoriza(m) o **BANCO** a destinar os valores para todos os pagamentos e despesas se houver.

DO AJUSTE DE PRAZO

3. Se o(s) **EMITENTE(S)** receber(em) seus salários, aposentadorias ou similares no **BANCO** e a data do crédito desses valores na conta não coincidir com a data da emissão desta **CÉDULA**, ou mesmo se o(s) **EMITENTE(S)** solicitar(em) outra data para cumprimento das obrigações aqui ajustadas, havendo concordância do **BANCO**, será realizado um ajuste de prazo. Neste caso, sobre o valor financiado incidirão encargos desde a data da liberação da operação. O valor então obtido deverá ser liquidado pelo(s) **EMITENTE(S)** e/ou pelo(s) **AVALISTA(S)**, ou pago de forma parcelada, se os encargos forem financiados.

DA CARÊNCIA

4. Durante o período de carência, se ajustado nesta **CÉDULA** o(s) **EMITENTE(S)** procederá(ão) ao pagamento das parcelas correspondentes ajustadas, na forma indicada no quadro II.

DOS ENCARGOS

5. Os encargos fixados no quadro II, nas hipóteses ali indicadas, incidirão sobre o saldo devedor deste financiamento, desde a data da liberação da operação até a data de suas respectivas exigibilidades.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1112
Carimbado Eletronicamente

5.1 Na hipótese de haver ajuste de prazo e/ou carência nesta operação, poderá(ão) o(s) **EMITENTE(S)** optar exclusivamente pelo pagamento dos juros. Neste caso o reajuste porventura incidente será capitalizado ao saldo devedor durante tais períodos e ao final destes. Da quantia então apurada, obter-se-ão as parcelas devidas pelo(s) **EMITENTE(S)**.

DA GARANTIA - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

6. Em garantia do cumprimento de suas obrigações, o(s) **EMITENTE(S)** dá(ão) ao **BANCO**, em alienação fiduciária, constituída nos termos da legislação em vigor, o(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s) com o produto deste financiamento descrito no Anexo I, cujo domínio fiduciário se transferirá ao **BANCO.** Aludido(s) bem(ns) ficará(ão) localizado(s) no endereço indicado no campo 18, sob a guarda e vigilância da pessoa indicada no campo 17, que assina esta **CÉDULA** na condição de Fiel Depositário, ciente do cargo em que ora é investido, que será exercido em caráter gratuito.
6.1. Tratando-se de financiamento de bem(ns) passível(veis) de registro junto a órgãos públicos, tais como, mas não se limitando ao Detran ou ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), o(s) **EMITENTE(S)** obriga(m)-se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da assinatura desta **CÉDULA**, a apresentar ao **BANCO** uma cópia autenticada do Certificado de Propriedade do(s) Bem(ns), nele inserida a cláusula de Alienação Fiduciária/propriedade fiduciária favorecendo o **BANCO** sob pena de vencimento antecipado da presente **CÉDULA**.
6.2. A venda, permuta, cessão, dação, locação, constituição de garantia em favor de terceiro do(s) bem(ns) descrito(s) no Anexo I, sem o expresso consentimento do **BANCO** tipificará estelionato e sujeitará o(s) **EMITENTE(S)** às sanções previstas no parágrafo 2º, inciso I, do artigo 171 do Código Penal.
6.3 O **BANCO** poderá exigir a substituição ou reforço de garantia sempre que julgar necessário, notadamente no caso de majoração da dívida em razão da elevação dos encargos financeiros, depreciação do bem, penhora, seqüestro, arresto ou qualquer outra medida administrativa ou judicial que atinja a garantia, mediante ressarcimento do valor e/ou pagamento da tarifa pertinente, disponibilizadas ao(s) **EMITENTE(S)** por qualquer forma de comunicação utilizada pelo **BANCO** para tal fim e/ou de acordo com a Tabela de Tarifas vigente à época, afixada nas agências do **BANCO.**

DA SUBSTITUIÇÃO DO(S) BEM(NS) FINANCIADO(S)

7. Durante a vigência desta **CÉDULA**, atendidas as condições da política de financiamentos do **BANCO** e mediante prévia aprovação, o(s) bem(ns) financiado(s), vinculado(s) em alienação fiduciária para garantia das obrigações contraídas pelo(s) **EMITENTE(S)** neste instrumento, poderão ser substituídos por outros de mesma natureza, mediante ressarcimento do valor e/ou pagamento da tarifa pertinente, disponibilizadas ao(s) **EMITENTE(S)** por qualquer forma de comunicação utilizadas pelo **BANCO** para tal fim e/ou de acordo com a Tabela de Tarifas vigente à época, afixada nas agências do **BANCO**.

DO SEGURO

8. O(s) **EMITENTE(S)** e/ou **AVALISTA(S)**, comprometem-se à contratação de seguro, em seguradora de primeira linha, contra incêndio, furto, roubo, avaria ou perecimento e danos causados a terceiros e de qualquer espécie, para o(s) bem(ns) constituído(s) em garantia durante o período de vigência desta **CÉDULA**, obrigando-se o(s) **EMITENTE(S)** a indicar(em) o **BANCO** como único beneficiário, ficando este último autorizado a receber diretamente de Companhias Seguradoras, em caso de sinistro, o valor da indenização e aplicá-lo na amortização ou na liquidação das obrigações decorrentes desta **CÉDULA**.

DO SEGURO PRESTAMISTA

9. Na hipótese de contratação do seguro prestamista, conforme opção constante do preâmbulo desta **CÉDULA,** o segurado (**EMITENTE**) terá direito à quitação do saldo devedor do empréstimo, apurado na data do sinistro, nos casos de morte natural ou acidental ou de invalidez permanente total por acidente do segurado.
9.1. O capital segurado corresponderá ao saldo devedor do empréstimo, apurado na data do sinistro, limitado ao valor de R$100.000,00 (Cem mil reais).
9.2. O Estipulante e beneficiário do seguro é o Banco Santander (Brasil) S.A, CNPJ. 90.400.888/0001-42 (**BANCO**).
9.3. A vigência do seguro iniciará às 24:00h da assinatura do presente instrumento, até as 24:00h da data de término deste empréstimo.
9.4. Sendo feita a opção de contratação do Seguro, o prêmio poderá ser deduzido do valor do empréstimo constante no preâmbulo, e repassado integralmente pelo **BANCO**, na qualidade de estipulante, à seguradora.

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP
Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº 1494260 na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.
Registro de documentos em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros)
Página: 6/12
Data.....: 13/05/2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1113
Carimbado Eletronicamente

9.5. A idade mínima para contratação do seguro é de 18 (dezoito) anos completos.
9.6. Na hipótese de liquidação antecipada do contrato de empréstimo, será efetuada a devolução proporcional do prêmio de seguro pago, correspondente ao período entre a data da liquidação e o período restante para o término de vigência do seguro.
9.7. O segurado (**EMITENTE**) autoriza neste ato, a dar ciência deste instrumento à seguradora e a qualquer órgão regulador, uma vez que o presente terá os mesmos efeitos da proposta de adesão ao seguro. O segurado declara que teve conhecimento prévio e concorda com as condições contratuais do seguro, que também estão à disposição no site www.santander.com.br, ou através da Central de Atendimento Santander pelo telefone 4004-3535 para Capitais e Regiões Metropolitanas e 08007023535 para demais localidades. O Seguro é garantido pela Santander Seguros S.A., CNPJ nº 87.376.109/0001-06, Processo SUSEP nº 15414.003061/2011-03 . Este seguro é por prazo determinado, tendo a seguradora à faculdade de não renovar a apólice na data de vencimento, sem devolução dos prêmios pagos nos termos da apólice. Se o segurado, seu representante legal ou seu corretor de seguros fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, ficará prejudicado o direito à indenização além de estar o segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte desta autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O segurado poderá consultar a situação cadastral de sua corretora de seguros Santander S.A Serviços Técnicos Administrativos e de Corretagem de Seguros, no site www.susep.gov.br, pelo registro SUSEP nº 050126.1.043324-1, denominação social ou CNPJ/MF nº 52.312.907/0001-90. A aceitação do risco está sujeita a análise prévia do risco por parte da seguradora.

SORTEIO DE TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO

10. Contratando o seguro prestamista, o segurado (**EMITENTE**) receberá gratuitamente 2(dois) números da sorte de título de capitalização, concorrendo a 3 (três) prêmios mensais de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais) cada, durante 12 meses, a partir do mês seguinte à contratação, garantidos pela Santander Capitalização S.A., CNPJ 03.209.092/0001-02, Processo SUSEP nº 15414.002344/2011-20 . A aprovação deste título pela SUSEP não implica, por parte da Autarquia, em incentivo ou recomendação a sua aquisição, representando, exclusivamente, sua adequação as normas em vigor. As condições da cessão e seu número da sorte podem ser consultados no site www.santander.com.br.

DOS TRIBUTOS, DAS TARIFAS

11. O(s) **EMITENTE(S)** obriga(m)-se a pagar todos os tributos e contribuições relativos a esta **CÉDULA**, inclusive aqueles que no futuro venham a existir, arcando com eventuais majorações de alíquotas, mesmo as incidentes sobre a(s) garantia(s) eventualmente constituída(s).
11.1 Sem prejuízo do pagamento dos encargos financeiros e tributos previstos nesta **CÉDULA**, o(s) **EMITENTE(S)** autoriza(m), durante a vigência desta **CÉDULA**, a cobrança, ou débito em sua conta corrente do valor da(s) tarifa(s), encargos e despesas se houver.

DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

12. Na hipótese de liquidação antecipada, total ou parcial, da operação contratada a taxa prefixada, o valor presente do débito será calculado com a utilização da taxa de juros pactuada nesta CÉDULA.

DO FINANCIAMENTO DOS ENCARGOS E DO IOF

13. Se ajustado entre o(s) **EMITENTE(S)** e o **BANCO** o financiamento dos encargos devidos nesta **CÉDULA** deve ser observado que:
13.1 Nas hipóteses de ajuste de prazo e/ou de carência, os encargos correspondentes serão computados ao saldo devedor do(s) **EMITENTE(S)** na forma ajustada descrita nas cláusulas 4 e 5 acima.

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP
Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº 1494260 na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.
Registro de documentos em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros)
Página: 7/12
Data.....: 13/05/2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1114
Carimbado Eletronicamente

13.2 Os encargos incidirão sobre o valor das parcelas intermediárias, se houver, desde a data da liberação do crédito até o término dos períodos de ajuste de prazo e/ou de carência, oportunidade em que serão incorporados ao saldo devedor deste financiamento.
13.3 Os valores devidos em decorrência do IOF serão, na data de assinatura desta **CÉDULA**, somados ao saldo devedor.
13.4 Obtido o saldo devedor, nas formas e ocasiões acima indicadas, as parcelas devidas pelo(s) EMITENTE(S) serão calculadas segundo o Sistema Price de amortização e deverão ser liquidadas na forma prevista na cláusula 2, acima.

DO CUSTO EFETIVO TOTAL

14. O Custo Efetivo Total (CET), indicado no campo 13 do quadro II é calculado considerando os fluxos referentes às liberações e aos pagamentos previstos, incluindo a taxa efetiva de juros anual dessa operação, indicada no campo 9.

DOS ENCARGOS DE INADIMPLÊNCIA

15. No vencimento normal desta **CÉDULA** ou no eventual vencimento antecipado, o(s) **EMITENTE(S)** e/ou o(s) **AVALISTA(S)** incorrerá(ão) em mora, independentemente de aviso ou notificação de qualquer espécie, se deixar(em) de cumprir qualquer obrigação derivada desta **CÉDULA**, ficando obrigado(s) a pagar, desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento, o valor da obrigação vencida acrescida de: (i) juros remuneratórios de inadimplência, informados no preâmbulo; (ii) multa de 2% (dois por cento); e (iii) juros de mora à razão de 12% (doze por cento) ao ano calculados sobre o valor da obrigação vencida acrescida da multa.

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

16. É facultado ao **BANCO** considerar antecipadamente vencida esta **CÉDULA** e exigível de imediato o pagamento do saldo devedor em aberto, independentemente de aviso ou notificação, tornando exeqüíveis as garantias reais e pessoais outorgadas, nas seguintes hipóteses, além das previstas em lei:
a) se o(s) **EMITENTE(S)** ou o(s) **AVALISTA(S)** inadimplir(em) quaisquer de suas obrigações;
b) se o(s) **EMITENTE(S)** não apresentar(em) cópia autenticada do Certificado de Propriedade do(s) bem(ns), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura desta **CÉDULA**, na forma da cláusula 7.1 acima;
c) se o(s) **EMITENTE(S)** ou o(s) **AVALISTA(S)** sofrer(em) legítimo protesto de título;
d) se o(s) **EMITENTE(S)** requerer(em) recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro do(s) **EMITENTE(S)**;
e) se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios do **BANCO**;
f) se o(s) **EMITENTE(S)** deixar(em) de substituir o(s) **AVALISTA(S)** que vier(em) a encontrar-se em qualquer das situações acima;
g) se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário direto ou indireto, ou da titularidade das quotas sociais do(s) **EMITENTE(S)**, alteração de sua atividade principal, bem como a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.
16.1 A não decretação imediata do vencimento antecipado desta **CÉDULA**, não importará na renúncia do **BANCO** ao direito de fazê-lo posteriormente.

DO(S) AVALISTA(S)

17. Comparece(m) nesta **CÉDULA** o(s) **AVALISTA(S)** qualificado(s) no quadro I, para anuir(em) e assumir(em) as condições inerentes à garantia pessoal que obrigou(aram), sujeitando-se a todas as cláusulas e condições aqui previstas.
17.1 Em cumprimento ao disposto ao artigo 1.647, inciso III do Código Civil Brasileiro, comparece(m), neste ato, o(s) cônjuge(s) do(s) **AVALISTA(S)**, em caráter irrevogável e irretratável, para autorizar(em) e concordar(em) com todas as disposições e obrigações assumidas pelo(s) **AVALISTA(S)** decorrentes deste.
17.2 O(s) **EMITENTE(S)** obriga(m)-se a manter o(s) **AVALISTA(S)** informado(s) sobre qualquer alteração nas condições desta **CÉDULA** incluindo as de renovação de crédito. Se o(s) **AVALISTA(S)** não concordar(em) com qualquer dessas novas condições deverá(ão) de imediato informar ao **BANCO** por escrito através de carta ou meio eletrônico.

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP
Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº 1494260 na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.
Registro de documentos em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros)
Página: 8/12
Data.....: 13/05/2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1115
Carimbado Eletronicamente

DO FIEL DEPOSITÁRIO

18. Comparece a presente **CÉDULA** o Fiel Depositário indicado no campo 17 do quadro II, declarando-se assumir a título gratuito o encargo de fiel depositário nos termos da legislação civil, obrigando-se pela guarda e conservação do bem.

DO TERCEIRO GARANTIDOR

19. O **BANCO** poderá, a seu exclusivo critério, solicitar ou aceitar do(s) **EMITENTE(S)**, além das garantias previstas nesta **CÉDULA**, garantias adicionais para concessão do financiamento. Neste caso, a garantia poderá ser outorgada por terceiro que se denominará **TERCEIRO GARANTIDOR**, conforme política de crédito do **BANCO.** Tais garantias serão constituídas por instrumento apartado, que fará parte integrante e inseparável desta **CÉDULA.**

REPRESENTAÇÃO DA DÍVIDA

20. Os encargos financeiros decorrentes deste financiamento serão apurados na forma desta **CÉDULA**, discriminando o valor atualizado da dívida, a quantidade de parcelas pagas e as amortizações efetuadas por meio de planilha de cálculo que acompanhará esta **CÉDULA,** quando promovida a sua execução.

DA CESSÃO DE DIREITOS

21. O(s) **EMITENTE(S)** não poderá(ão) ceder ou endossar, a qualquer título, os direitos e/ou obrigações decorrentes desta **CÉDULA,** sem expressa autorização do **BANCO,** que reserva para si o direito de recusá-la sem prestar justificativa. **O BANCO**, entretanto, poderá, a qualquer tempo, ceder, caucionar ou transferir a presente **CÉDULA**, bem ainda os direitos, títulos ou interesses dela decorrentes.

DAS COMUNICAÇÕES

22. O(s) **EMITENTE(S)** e o(s) **AVALISTA(S)** obrigam-se a informar ao **BANCO**, por escrito, toda e qualquer transferência que venham a realizar de seus domicílios, sob pena de serem consideradas efetuadas dois dias após a respectiva expedição das comunicações, notificações ou interpelações enviadas aos endereços desta **CÉDULA,** ou daqueles constantes das alterações que tenham sido previamente comunicadas.

22.1 - Quaisquer comunicações necessárias poderão ser efetuadas pelo **BANCO** ao(s) **EMITENTE(S)** e/ou ao(s) **AVALISTA(S)**, ou **TERCEIRO GARANTIDOR** por meio de correspondência, inclusive através de endereço eletrônico (e-mail), ou inserção de mensagem nos extratos da conta ou através de outros meios, inclusive eletrônicos, disponibilizados pelo **BANCO** para esse fim.
22.2 A responsabilidade pela atualização dos endereços, inclusive eletrônicos para efeito de recebimento das comunicações de que trata a cláusula anterior é do(s) **EMITENTE(S)**, do(s) **AVALISTA(S)** e do **TERCEIRO GARANTIDOR**, relativamente aos seus respectivos endereços.

DAS AUTORIZAÇÕES

23. O(s) **EMITENTE(S)** e o(s) **AVALISTA(S)** autoriza(m) as sociedades integrantes do Conglomerado Financeiro Santander, incluindo o **BANCO**, seus controladores e sociedades por eles controladas, coligadas e que tenham o mesmo controle comum: a) a consultar e registrar informações suas decorrentes de operações de crédito, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional, junto ao Sistema de Informações de Crédito ("SCR"), administrado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central"), b) a obter, fornecer e compartilhar entre si suas informações cadastrais, financeiras e de operações ativas, passivas e serviços prestados, inclusive contas correntes, contas poupança e aplicações financeiras de qualquer natureza; c) a obter, fornecer e efetuar a troca de suas informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços prestados, com outras instituições financeiras; e d) a examinar e utilizar as informações a que se referem as letras "a", "b" e "c" supra, no Brasil e no exterior.

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP
Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº 1494260 na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.
Registro de documentos em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1116
Carimbado Eletronicamente

23.1 O(s) **EMITENTE(S)** e o(s) **AVALISTA(S)** têm ciência de que (i) o SCR tem por finalidades: prover informações ao Banco Central para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições participantes do SCR e, propiciar o intercâmbio de informações entre essas instituições, sobre o montante de débitos e de responsabilidades de clientes em operações de crédito; (ii) poderá(ão) ter acesso aos dados constantes em seu nome no SCR por meio da página do Banco Central na rede mundial de computadores (internet) ou por meio da Central de Atendimento ao Público do Banco Central, ou ainda por outros meios que vierem a ser disponibilizados pelo Banco Central; (iii) os pedidos de correções, de exclusões e registros de medidas judiciais e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR registradas pelo BANCO ou outra sociedade integrante do Conglomerado Financeiro Santander, deverão ser a elas dirigidas, por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quando for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; e (iv) a consulta sobre qualquer informação ao SCR dependerá da prévia autorização do cliente de operações de crédito.
23.2. O **BANCO** fica expressamente autorizado a consultar e informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas pelo(s) **EMITENTE(S)/AVALISTA(S)** junto ao **BANCO**, para constarem de cadastros compartilhados pelo BANCO com outras instituições conveniadas para tanto, administradas pela SERASA ou por outras entidades de proteção ao crédito. O **BANCO** e tais outras instituições ficam expressamente autorizadas a disponibilizar e intercambiar entre si informações sobre obrigações contraídas pelo(s) **EMITENTE(S)/AVALISTA(S)**, o que é de utilidade aos seus interesses.
23.3 O(s) **EMITENTE(S)** e o(s) **AVALISTA(S)** autorizam o **BANCO** a efetuar a verificação de seus cadastros, e assume(m), perante a lei, inteira responsabilidade pela veracidade das informações prestadas, bem como pela autenticidade dos documentos apresentados.

DAS INFORMAÇÕES DE CRÉDITO E REFERÊNCIAS

24. O **BANCO** fica autorizado a consultar as fontes de referência indicadas em nome do(s) **EMITENTE(S)**, dos seus representantes legais e do(s) **AVALISTA(S).**
24.1 Na hipótese de ocorrer descumprimento de qualquer obrigação ou atraso no pagamento das parcelas previstas nesta **CÉDULA**, o **BANCO** comunicará o fato ao SERASA, SPC, bem como a qualquer outro órgão de proteção ao crédito.

COBRANÇA JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

25. Se, para cobrança de seu crédito ou por qualquer outro motivo, tiver o **BANCO** de ingressar em juízo para demandar o(s) **EMITENTE(S)** e/ou o(s) **AVALISTA(S)**, processo de falência, recuperação judicial, concurso de credores, concordata ou inventário, ficarão os mesmos responsáveis pelo pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados judicialmente, quando cabíveis.

REGISTRO DO INSTRUMENTO

26. Para os fins previstos na legislação civil em vigor, o **BANCO**, desde já, fica autorizado pelo(s) **EMITENTE(S)** a proceder ao registro desta **CÉDULA**, bem como das garantias constituídas para este financiamento, se necessário for, no cartório competente, para o bom e fiel cumprimento do disposto nesta **CÉDULA**. O(s) **EMITENTE(S)** e o(s) **AVALISTA(S)**, solidariamente, concordam expressamente em ressarcir todos os custos e despesas relativas ao registro do presente instrumento nos referidos cartórios e órgãos competentes e ao cumprimento das demais formalidades referentes à constituição e conservação das garantias aqui previstas.

POLÍTICA SÓCIO AMBIENTAL

27. O(s) **EMITENTE(S)** declara(m) que os recursos decorrentes deste contrato não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que possam causar danos sociais e que não atendam rigorosamente as normas legais e regulamentares que regem a Política Nacional de Meio Ambiente.
27.1.O **BANCO** poderá fiscalizar o cumprimento de todos os compromissos assumidos nessa cláusula pelo(s) **EMITENTE(S)**, sem prejuízo dos demais direitos previstos neste instrumento.

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP
Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº 1494260 na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.
Registro de documentos em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1117
Carimbado Eletronicamente

FORO

28. Fica desde já estabelecido o foro da Agência em que foi assinada esta **CÉDULA** ou onde residir(em) o(s) **EMITENTE(S)** e/ou **AVALISTA(S)** para dirimir quaisquer questões decorrentes desta **CÉDULA.**

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a presente **CÉDULA** foi lida, entendida e aceita em todos os seus termos. Esta **CÉDULA** foi emitida em 3 (três) vias, sendo somente a primeira delas (a via do **BANCO**) negociável.

RIO DE JANEIRO 16/05/2014
Local e data de Emissão

Emitente

Nome:JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
CPF: 724.023.777-04

Avalista 1

Nome:
CPF:

Conjuge Anuente

Nome:
CPF:

Avalista 2

Nome:
CPF:

Conjuge Anuente

Nome:
CPF:

Fiel Depositário

Nome:JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
CPF: 724.023.777-04

Terceiro Garantidor

Nome:
CPF:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1118
Carimbado Eletronicamente

RELAÇÃO DE BEM(NS)
CÉDULA DE CREDITO BANCÁRIO - CDC - FINANCIAMENTO AO CONSUMIDOR FINAL

Descrição do(s) bem(ns) e/ou serviço(s) financiado(s) e dados em propriedade fiduciária ao BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. , nos termos do quadro II da Cédula de Crédito Bancário - CDC - Financiamento ao Consumidor Final.
Informações: tipo de bem(ns), marca, modelo, cor, ano de fabricação/modelo, chassi ou nº de série, nº da placa, nº da nota fiscal, RENAVAM, valor do(s) bem(ns) e/ou serviço(s):
Tipo de Bem: VEICULOS

Marca BMW	
Modelo 328I SPORT GP 2.0 16V BI-TB 4P	090.400.888/0001-42
Cor BRANCO	Ano Fabricação/Modelo 2014 / 2014
Chassi nº ou Série nº WBA3A5102EF977373	Placa nº
Nota Fiscal nº 83270	Renavam nº
Valor do(s) bem(ns)/serviço(s) 198.000,00	

Esta relação de bens é parte integrante e inseparável da Cédula de Crédito Bancário - CDC - Financiamento ao Consumidor Final, nº003345986000000970 (se houver), emitida em

RIO DE JANEIRO 16/05/2014

RIO DE JANEIRO 16/05/2014
Local e Data

Emitente

Nome:JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
CPF: 724.023.777-04
Avalista 1

Nome:
CPF:

Conjuge Anuente

Nome:
CPF:
Avalista 2

Nome:
CPF:
Conjuge Anuente

Nome:
CPF:
Fiel Depositário

Nome:JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
CPF: 724.023.777-04
Terceiro Garantidor

Nome:
CPF:

Jose Roberto Gregorio da Silva
Gerente de Relacionamento I
Matr.: 651028

Alexandre Abati
Gerente de Atendimento
Matr.: 651345

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE BARUERI - SP

Protocolado hoje no Livro A e Registrado em Meio Eletrônico sob nº **1494260** na forma de DOCUMENTO ORIGINAL GERADO ELETRONICAMENTE.

(Registro de documento em meio eletrônico, M.P 2.200/01 E Art. 127 - VII da Lei Nº6015/73. Registro efetuado nos termos do Art. 127, VII, da Lei de Registros Públicos, apenas para fins de mera conservação, prova apenas a existência, a data e o conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeito em relação a terceiros).

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1119
Carimbado Eletronicamente

Hash: (Contexto)8245899

Algorítimo: **SHA1**

Hash do Documento na Base 64:

YnQwWkJRVjZVdUVOSi82UUxGVEFUUnNoU0ZNPQ==

Certificado Digital:

Autor: **DAVID CARLOS MORGADO BALTHAZAR:21478060808**
Serial:**07FF2E640B07476AC066DC49CEDDBD3B**
Validade:**14/01/2021**

Emolumentos ao Oficial..:	**R$5,39**
Emolumentos ao Estado.:	**R$1,54**
Cont. a Cart. Previdência:	**R$0,99**
Custeio do Reg. Civil.....:	**R$0,33**
Fundo do Trib. de Justiça:	**R$0,33**
Ministério Público.....:	**R$0,22**
Município de Barueri.....:	**R$0,11**
Total de Emolumentos.....:	**R$8,91**

Para verificar ou obter o original do documento eletrônico, acesse http://eletronico.cartoriodebarueri.com.br/VerifyCerReg.aspx e digite o hash do documento com o número de registro.
ATENÇÃO. Letras maiúsculas e minúsculas devem ser digitadas como apresentadas para o hash do documento.
Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br. SELO DIGITAL Nº 1205764TIYG000074359YG19S

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1120
Carimbado Eletronicamente

TEIXEIRA TRINO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

MERITÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA 03ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DO MÉIER - COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO Nº: 0007053-87.2020.8.19.0208 (Processo eletrônico)
DCV-229592

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, já devidamente qualificado, doravante também denominado **AUTOR** ou **CREDOR**, **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, brasileiro,** inscrito no CPF nº 724.023.777-04 , com domicílio na Rua Francisco Vidal , nº 163, casa 2, Pilares ,Rio de Janeiro/RJ CEP:20.750-060 e endereço eletrônico: jaircassio@hotmail.com, doravante também denominado(s) de **RÉU(S),** vêm, o Banco **AUTOR** pode seu(s) advogado(s) devidamente constituídos e com poderes para transigir e o(s) **RÉU(S),** por si, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, neste processo de **BUSCA E APREENSÃO**, informar que as partes transigiram, requerendo, para tanto, a homologação do presente acordo, firmado nos seguintes termos:

1. O(s) **RÉU(S),** se dá(ão) por citado(s) com fundamento no **art. 239, § 1º do CPC**, no presente ato, estando, portanto, ciente(s) de todo o teor da presente ação;

2. Declaram as partes que é/são objeto(s) da presente transação: a(a) operação(ões) de **FIN. VEIC nº 3459000000970860168**, objeto(s) da presente ação;

Matriz: Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, nº 572 - 2º andar, Centro – Niterói/RJ - CEP 24030-128
Filial: Rua Visconde do Uruguai, nº 480 - 6º andar, Centro – Niterói/RJ - CEP 24030-076
Telefone: (21) 3529-9800 • teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br • www.teixeiratrino.adv.br

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1121
Carimbado Eletronicamente

3. O(s) **RÉU(S)** reconhece(m) e confessa(m) dever a quantia líquida, certa e exigível de **R$ 53.197,65 (cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, atualizada até o dia **09/07/2020**, referente a(s) operação(ões) indicada(s) na Cláusula 2, manifestando concordância expressa quanto aos critérios de sua apuração, cujo montante resulta dos exatos termos e condições contratuais e legais;

4. Considerando a impossibilidade do(s) **RÉU(S)** em arcar(em) com os valores devidos nas bases originalmente contratadas e devidamente atualizadas, esse(s) propõe(m) e se compromete(m) a pagar ao **AUTOR** o valor de **R$ 37.238,36 (trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos)**, com o que concorda receber o **AUTOR**, para efeito exclusivo do presente acordo, por mera liberalidade, da seguinte forma:

a) **Entrada** no valor de **R$ 4.499,99 (quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**, com vencimento em **13/07/2020**;

b) Saldo remanescente a ser liquidado em **18** parcelas mensais e sucessivas, no valor de **R$ 1.999,47 (mil e novecentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos)**, com **vencimento da 1ª parcela no dia 13/08/2020** e as demais parcelas, com vencimento todo dia **13** dos meses subsequentes.

4.1. Estão incluídas nas parcelas mencionados nas alíneas **"a"** e **"b"** da Cláusula 4, juros remuneratórios de **1% a.m. (um por cento ao mês)**, estando as partes cientes e anuentes com o método de cálculo dos juros;

4.2. **DESCONTO CONDICIONAL**: somente na hipótese do integral cumprimento do pactuado na presente transação, o **AUTOR** concederá um desconto de **R$ 15.959,29 (quinze mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos)** sobre o total atualizado indicado na Cláusula 3;

4.3. Não haverá qualquer acréscimo nas parcelas, desde que o pagamento ocorra em seus respectivos vencimentos. Todavia, em caso de atraso, incidirão sobre a(s)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1122
Carimbado Eletronicamente

parcela(s) vencida(s): (I) juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês); (II) multa irredutível de 2% (dois por cento); (III) correção monetária sobre o valor total devido e atualizado, bem como, em sendo o caso, da multa prevista no artigo 523 do Código de Processo Civil e de honorários advocatícios que ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o total devido;

4.4. O não pagamento do presente acordo pelo(s) **RÉU(S)**, com o atraso superior a 30 (trinta) dias da parcela, poderá acarretar o cancelamento automático do presente acordo, bem como o desconto indicado na clausula 4.2, uma vez que referido desconto é condicional ao integral cumprimento do ora acordado;

4.5. As parcelas indicadas nas alíneas **"a"** e **"b"** da cláusula 4, deverão ser pagas em dinheiro ou cheque administrativo, por meio do adimplemento dos boletos bancários que deverão ser pagos na data aprazada, preferencialmente em uma das agências do **AUTOR**, podendo ainda ser realizado de maneira eletrônica (internet banking, etc.). Os boletos poderão ser remetidos ao endereço postal ou eletrônico (e-mail) do(s) **RÉU(S)**. A ausência de recebimento dos boletos não eximirá o(s) **RÉU(S)** do pagamento do ora pactuado, uma vez que a 2ª via dos boletos poderão ser retirados em qualquer agência, pelo website, aplicativo de celular do Banco Santander (Brasil) S/A, ou ainda, junto ao advogado do credor. Ademais, caso o(s) **RÉU(S)** deseje(m), é possível alterar a forma de pagamento para débito em conta, prescindindo apenas de previa comunicação ao gerente de atendimento, comprometendo-se, caso alterado, a manterem saldo suficiente em conta;

5. Todos e quaisquer pagamentos para amortização da dívida objeto desta petição (inclusive relativos à taxa de juros e aos encargos moratórios, bem como multa), efetuados pelo(s) **RÉU(S)**, conforme aplicável, serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer exigibilidades atinentes aos mesmos;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1123
Carimbado Eletronicamente

6. Não haverá incidência do **I.O.F.** (Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros) nesta transação;

7. As **PARTES** esclarecem que o presente acordo visa o adimplemento da obrigação supramencionada, bem como visa ratificar os instrumentos firmados entre as partes, de modo que ficam hígidas e aqui ratificadas, as garantias oferecidas pelo(s) **RÉU(S)** ao **AUTOR** na concessão do crédito objeto da presente composição, até liquidação do presente acordo, permanecendo inalteradas suas totais condições, natureza, objeto e demais características inerentes ao título objeto desta avença, **conservando-se todas as suas cláusulas e suas respectivas garantias, que serão objeto de busca e apreensão em caso de não cumprimento da presente composição;**

7.1. O(s) **RÉU(S)** indica(m) como garantia do cumprimento da presente composição, os bens elencados abaixo, que na hipótese de inadimplemento do acordo, restarão indicados à penhora para adimplemento das obrigações ora assumidas, sendo certo a ação em tela prosseguirá, caso haja eventual valor remanescente:

•TIPO DE BEM: Veículo // MARCA: BMW // MODELO: 328I SPORT GP 2.0 16V BI-TB 4P // ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO: 2014/2014 // COR: BRANCA// RENAVAM: 01006957291 // CHASSI: WBA3A5102EF977373 // PLACA: KWW5292. Garantia originalmente indicada no contrato de FIN. VEIC nº 3459000000970860168, com avaliação em julho/2020, conforme Tabela FIPE, no valor de R$ 90.196,00 (noventa mil e cento e noventa e seis reais).

8. As condições e a forma de pagamento previstas no presente acordo **NÃO CONSTITUEM NOVAÇÃO** da dívida indicada na (cláusula 4), nem implicam em alteração das condições previstas no(s)contrato(s) original(is) descrito(s) e individualizado(s) neste acordo (cláusula 2), sendo que, o não cumprimento acarretará, de pleno direito, sua rescisão, vencendo-se antecipadamente o **total da dívida principal e acessórias**, na forma confessada nesta transação (cláusula 3), mantendo-se todas as garantias originais, com o prosseguimento do presente processo, independentemente de aviso, notificação ou

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1124
Carimbado Eletronicamente

interpelação judicial ou extrajudicial, requerendo o **AUTOR** o cumprimento da sentença homologatória, pelo valor do débito confessado, devidamente atualizado desde a data de sua atualização (Cláusula 3) até o devido pagamento, pelas taxas contratualmente previstas, abatendo-se eventuais valores pagos;

9. Para efeitos do presente instrumento, entende-se por mora o retardamento, pelo(s) **RÉU(S)** no pagamento do valor avençado no presente instrumento e não dependerá de qualquer aviso e/ou notificação judicial e/ou extrajudicial, para caracterização da mora;

10. Na hipótese de descumprimento, pelo(s) **RÉU(S)**, de qualquer das cláusulas deste instrumento, a eventual tolerância do **AUTOR** não importará em alteração ou renúncia daqueles direitos que, sem prejuízo, poderão ser exercidos a qualquer tempo;

11. Fica o **AUTOR** desde já autorizado expressamente pelo(s) **RÉU(S)** a se utilizar de quaisquer bens, ativos, saldos, créditos ou aplicações porventura existentes em favor deles ou de qualquer empresa do grupo, perante o **AUTOR**, para amortização ou liquidação de qualquer saldo devedor da dívida confessada neste instrumento, efetuando, assim, a compensação entre créditos e débitos;

11.1. A compensação de que trata o *caput* deste cláusula far-se-á independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, aviso, notificação ou interpelação, mediante os competentes lançamentos contábeis e poderá acontecer sempre que ocorrerem quaisquer despesas não honradas e/ou qualquer prestação pecuniária deixar de ser paga pelo(s) **RÉU(S)** no respectivo vencimento;

12. As partes acordam que, após o cumprimento integral de todos os termos da presente transação, darão entre si plena, geral e irretratável quitação relativamente às obrigações/contratos bancários/operações de crédito objetos da presente transação, o que será comunicado pelo **AUTOR**;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1125
Carimbado Eletronicamente

13. Estabelecem as partes que o presente instrumento, acompanhado do(s) respectivo(s) comprovante(s) de pagamento, servirá(ão) para todos os efeitos jurídicos e legais;

14. Dada a composição ora noticiada e o reconhecimento e confissão do saldo devedor dos contratos objeto deste acordo, o(s) **RÉU(S)** renuncia(m) ao direito de opor embargos à execução, impugnação, prestação de contas, ação revisional ou anulatória, ou ainda, ações indenizatórias em face do **AUTOR** que tenha(m) por objeto o(s) título(s)/contrato(s) indicado(s) na presente transação. Renunciam, também, neste ato, ao direito ao respectivo prazo para recorrer da sentença que homologar a presente transação ou de propor ação rescisória;

15. Neste mesmo sentido, em razão do desconto obtido no presente acordo, o(s) **RÉU(S)** obrigam-se, no prazo de até **5 (cinco) dias** contados da assinatura do presente acordo, a requer a renúncia nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "c", do Código de Processo Civil, **de toda(s) e qualquer(quaisquer) ação(ões) proposta(s) em face do AUTOR**, em trâmite ou arquivada provisoriamente;

16. O não atendimento ao previsto nas cláusulas 14 e 15 desta transação, ou seja, na hipótese de propositura de processo administrativo ou judicial, ou ainda, na manutenção de ação, em face do **AUTOR**, o(s) **RÉU(S)** perderão o desconto condicional indicado na Cláusula 5.1 deste instrumento, o presente acordo restará cancelado, com a amortização dos valores eventualmente pagos e, a presente execução, terá prosseguimento pelo valor reconhecido e confessado, devidamente atualizado;

17. Cada parte arcará com as custas processuais já por ela desembolsadas, sem a necessidade de ressarcimento de uma parte em relação a outra, todavia, eventuais custas processuais finais e/ou remanescentes ficarão a cargo exclusivo do(s) **RÉU(S)**;

18. Cada parte arcará com os honorários contratuais de seus respectivos advogados.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1126
Carimbado Eletronicamente

19. Em relação aos honorários sucumbenciais, em sendo cumprido o acordo em sua totalidade, cada parte arcará com os honorários de seus respectivos advogados. Todavia, em caso de inadimplemento do presente acordo pelo(s) o(s) **RÉU(S)** ou ainda na hipótese da não homologação integral dos termos do presente acordo, o(s) patrono(s) do **AUTOR** farão jus aos honorários sucumbenciais nos termos do **artigo 827, do CPC**, servido o presente, após a homologação como título executivo judicial;

20. O(s) **RÉU(S)** autoriza(m) o **AUTOR**, em caráter irrevogável e irretratável, a consultar as informações consolidadas sobre o montante de seus débitos e responsabilidades perante o BACEN - Banco Central do Brasil, nos termos previstos na legislação em vigor do Conselho Monetário Nacional e normas complementares, podendo o **AUTOR** praticar todos os atos necessários;

21. A declaração de nulidade de eventual cláusula constante nesta avença não implica na nulidade absoluta deste instrumento, permanecendo inalteradas e válidas todas as demais cláusulas em todos os seus termos, com o que todas as partes concordam;

22. O **AUTOR** poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, por qualquer meio autorizado em lei, o crédito, os direitos, as obrigações e as garantias prestadas, estando expressamente autorizado a entregar ao cessionário toda a documentação relativa ao crédito e garantias constituídas, independentemente de confirmação, anuência ou ratificação de qualquer do(s) **RÉU(S)**;

23. Incumbe ao(s) **RÉU(S)** as diligências para cancelamento de eventuais protestos lavrados relativamente a contrato objeto da presente transação, nos termos do **art. 26 da Lei 9.492/97**, devendo solicitar diretamente à instituição, após a quitação do acordo, o termo de anuência para a baixa, por meio dos telefones **4004-3535 (Região Metropolitana)** ou **0800 702 3535 (Demais Localidades)**;

24. Convenciona-se, também, que todas e quaisquer diligências e despesas necessárias para a realização de averbações ou baixas de averbações em matrículas, cartórios

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1127
Carimbado Eletronicamente

imobiliários ou quaisquer atos da mesma natureza, em caso de efetivo cumprimento do acordado nesta composição e extinção da demanda judicial em razão da liquidação das dívidas, serão, da mesma forma, de única e exclusiva responsabilidade do(s) **RÉU(S)**;

24.1. O Banco **AUTOR** efetuará a baixa de eventual apontamento negativo registrado nos dados do(s) **RÉU(S)**, com relação ao(s) contratos/operação(ões) descritos na cláusula 2, no prazo de até 5 dias úteis a contar do pagamento do estipulado na cláusula 4.a do presente termo;

24.2. Ficará a cargo de ambas as partes, a responsabilidade, após o integral cumprimento do acordo, requerer a extinção do processo, bem como a baixa da ação junto ao cartório Distribuidor;

24.3. O(s) **RÉU(S)** expressamente reconhece(m) a plena inexistência de qualquer responsabilidade do **AUTOR** pelas referidas inclusões e manutenções nos órgãos de restrição e proteção ao crédito no período anterior ao presente acordo e durante o período de inadimplemento, não tendo, por qualquer ocorrência registrada, nada a pedir ou mesmo reclamar a qualquer título;

25. Este ajuste é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e por seus herdeiros e sucessores, a qualquer título;

26. Renunciam as partes ao prazo recursal para oporem-se, integral ou parcialmente, à sentença homologatória deste acordo;

27. O(s) **RÉU(S)** se obriga(m) a providenciar a devolução do presente instrumento no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas da presente data, na sede deste escritório - **RUA VISCONDE DE URUGUAI, nº 480, 6ª ANDAR, CENTRO, NITERÓI – RJ, CEP: 24.030-076 – e digitalizado para os seguintes e-mails: suporte.juridico32@teixeiratrino.adv.br e assistente.juridico06@teixeiratrino.adv.br**, sob pena do imediato cancelamento dos termos aprovados. Sendo que, eventuais valores

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1128
Carimbado Eletronicamente

efetivamente pagos, sem a devida formalização do acordo, serão amortizados pelo Banco **CREDOR** no saldo devedor do(s) contrato(s) objeto(s) da presente composição;

28. Diante do exposto, **requer seja homologado o presente acordo**, com a consequente **SUSPENSÃO** da presente demanda até o efetivo cumprimento desta avença, com fundamento no **art. 313, II do CPC**, ocasião em que as partes informarão a esse D. Juízo o cumprimento das obrigações com fins de extinção do presente feito.

Termos em que,

Pedem Deferimento.

Niterói/RJ, 13 de julho de 2020.

Pelo Autor:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

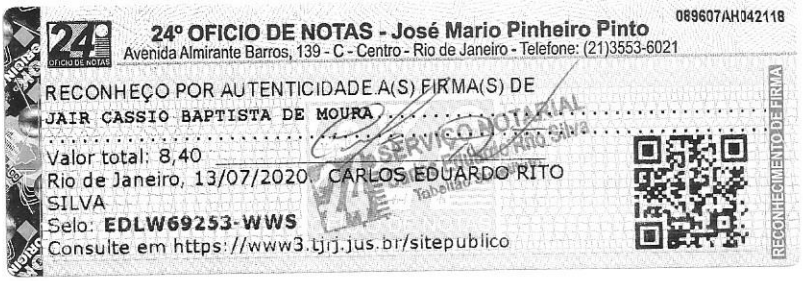
p.p. PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JÚNIOR

OAB/RJ 87.929

Pelo(s) Réu(s):

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA

CPF: 724.023.777-04



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1129
Carimbado Eletronicamente

DETRAN.RJ

DETRAN - RJ

CONSULTA AO CADASTRO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULOS (VIA INTERNET)

DENATRAN

CONTRAN

VIA	COD. RENAVAM	ANO DO ÚLTIMO LICENCIAMENTO
***	**********	2018

NOME/ENDEREÇO
JAIR

CPF/CGC	PLACA
**********	KWW5292

PLACA ANT/UF	CHASSI
	**********

ESPECIE TIPO	COMBUSTIVEL
PASSAGEIRO	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
I/BMW 328I ACTIVE FLEX	2014	2014

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5 / 245 / 1997	PARTICULAR	BRANCA

IPVA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC/COTAS
**********	**********	1ª *****
FAIXA I.P.V.A.	PARCELAMENTO/COTAS	2ª *****
**********	**********	3ª *****

PRÊMIO LIQUIDO(R$)	ISOF	PRÊMIO TOTAL(R$)	DATA DE PAGAMENTO
**********	*****	**********	**********

OBSERVAÇÕES
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
ALIENACAO FIDUCIARIA

LOCAL
RIO DE JANEIRO

TJRJ CAP JC07 20211843914 9 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

VOLTAR PARA O TOP

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1130
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0322522-76.2019.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Embargos de Terceiro - CPC - Alienação Fiduciária

Embargante: BANCO SANTANDER SA
Embargado: GISELE CRISTINA BATISTA DA SILVA
Embargado: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 13/02/2020

Sentença

Trata-se de Embargos de Terceiro que tramita em apenso aos autos da Ação Indenizatória, em fase de execução, em que são partes Gisele Cristina Batista da Silva na qualidade de exequente e Jair Cássio Baptista de Moura na qualidade de executado, no qual se insurge o Embargante alegando ser credor fiduciário do bem móvel objeto da penhora e, por conseguinte, requerendo a desconstituição da constrição judicial sob o fundamento de que o veículo em questão não é de titularidade do executado a fim de que pudesse suportar o ônus da condenação.

Instada a se manifestar, o fez a Embargada aduzindo em apertada síntese que inexiste óbice à penhora e que o contrato celebrado entre as aprtes previa como termo final para pagamento da dívida o mês de Maio de 2019, portanto, a propriedade antes resolúvel já estaria consolidada nas mãos do executado.

Feito o breve relatório. DECIDO.

Compulsando os autos, verifica esta Magistrada que a penhora que recaiu sobre o veículo BMW328 I Active/FLEX, Placa KWW 5292 não merece subsistir, porquanto, não se trata de bem de titularidade plena do executado, nos exatos termos sustentados pela Instituição Financeira Embargante.

Frise-se nesse particular, que no decorrer da instrução processual comprovou o Banco Embargante que o contrato de mútuo com garantia fiduciária não foi integralmente quitado pelo devedor fiduciante, havendo dívida com a Instuição Financeira no valor de R$ 62.828,11 conforme posição consolidada em 06.10.2019 (fls. 47/48) , tendo o executado, inclusive, sido constituído em mora, consoante notificação premonitória de fls. 74/76 realizada em 12.09.2019.

Assim, não há que se falar em possibilidade de penhora do bem em questão, pois na esteira da jurisprudência dominante, não tendo sido quitada a dívida este permanece sob o domínio do credor fiduciário.

Ainda que por hipótese aplicássemos ao caso em tela o entendimento reafirmado pela 2ª Turma

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1131
Carimbado Eletronicamente

do STJ por ocasião do julgamento do REsp 1697645, no sentido de admitir que a penhora recaia tão somente sobre os direitos do devedor no contrato de alienação fiduciária, sobretudo, se considerarmos o valor de mercado do veículo e o valor da dívida em aberto, tal posicionamento em nada aproveitaria à credora, ora Embargada, pois na eventual alienação do bem após o processo de busca e apreensão (DEC. LEI 911/1969), nenhum valor restaria à disposição da mesma, especialmente, em razão das constrições preexistentes conforme se extrai da tela do sistema RENAJUD emitida nesta data, se é que as referidas execuções conseguiriam ser satisfeitas.

Assim, o que realmente se vê é que nem a penhora sobre os eventuais direitos do devedor serviria para satisfazer o direito de crédito da embargada, muito pelo contrário, somente contribuiria para maiores delongas processuais sem qualquer efetividade para a execução que tramita nos autos em apenso.

Por todo o exposto, ACOLHO OS EMBARGOS para desconstituir a penhora que recaiu sobre o veículo BMW328 I Active/FLEX, Placa KWW 5292. Sem custas e sem honorários ante o disposto no art. 55 da Lei 9.099/95.

Transitada em julgado, voltem conclusos para liberação da constrição junto ao sistema RENAJUD.

Junte-se aos autos a tela extraída do sistema (RENAJUD) com as restrições anotadas até a presente data.

Ao final, traslade-se cópia do julgado para o processo principal e, prossiga-se naqueles autos.

Dê-se ciência à DP.

Rio de Janeiro, 19/02/2020.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4MTC.TV14.IM8C.ITL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

VALERIA PACHA BICHARA:21698 Assinado em 20/02/2020 12:12:33
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1532
Carimbado Eletronicamente

RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores

Usuário: VALERIA PACHA BICHARA
23/06/2020 - 19:34:10

Comprovante de Remoção de Restrição

Dados do processo

Ramo	JUSTICA ESTADUAL	**Tribunal**	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO	**Comarca/Município**	RIO DE JANEIRO - RJ
Órgão Judiciário	CAPITAL VII JUIZADO ESPECIAL CIVEL	**Nro do Processo**	02912694120178190001		

Juiz que Ordenou a Retirada da Restrição

Ramo	JUSTICA ESTADUAL	**Tribunal**	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO	**Comarca/Município**	RIO DE JANEIRO
Órgão Judiciário	CAPITAL VII JUIZADO ESPECIAL CIVEL	**Juiz Retirada**	VALERIA PACHA BICHARA		

Para o processo: 02912694120178190001 Órgão Judiciário : CAPITAL VII JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Restrições Retiradas: 2

Placa	Placa Anterior	UF	Marca/Modelo	Proprietário	Restrição	Inclusão da Restrição
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	TRANSFERENCIA	03/12/2019
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	PENHORA	03/12/2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1533
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1134
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0249222-81.2019.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Embargos de Terceiro - CPC - Alienação Fiduciária

Embargante: BANCO SANTANDER SA
Embargado: PAULA PINHEIRO GUIMARÃES
Embargado: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Sonia Maria Monteiro

Em 13/11/2019

Sentença

EMBARGOS DE TERCEIRO. Verifica-se, às fls. 679 do processo principal, n° 0180155-34.2016.8.19.0001, o indeferimento do pedido de penhora do veículo indicado na consulta RENAJUD de fls. 666 daquele feito. Com razão a embargante, sendo, portanto, indevida a restrição de circulação realizada às fls. 704 do feito principal. ISTO POSTO, julgo procedentes os embargos para determinar o cancelamento, junto ao sistema RENAJUD, da restrição de circulação de fls. 704 do processo principal. Sem ônus sucumbenciais. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se e cumpra-se.

Rio de Janeiro, 02/12/2019.

Sonia Maria Monteiro - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Sonia Maria Monteiro

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4SAR.Q3ZL.B73U.5BJ2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

SONIA MARIA MONTEIRO:21124 Assinado em 02/12/2019 12:48:18
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1222
Carimbado Eletronicamente

RENAJUD - Restrições Judiciais On-Line

Usuário: SONIA MARIA MONTEIRO

20/07/2020 - 19:03:42

Veículo/Informações RENAVAM

Placa	KWW5292	**Placa Anterior**		**Ano Fabricação**	2014
Chassi	WBA3A5102EF977373	**Marca/Modelo**	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	**Ano Modelo**	2014

Restrições RENAJUD Ativas

Não há restrições ativas

Restrições RENAJUD Inativas

Dados da Inclusão			
Tribunal	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO	**Comarca/Município**	RIO DE JANEIRO
Órgão Judiciário	CAPITAL XXVII JUIZADO ESPECIAL CIVEL	**Nro do Processo**	01801553420168190001
Juiz Inclusão	MARCO ANTONIO AZEVEDO JUNIOR	**CPF**	054.6XX.XXX-XX
Usuário Inclusão	MARCO ANTONIO AZEVEDO JUNIOR	**CPF**	054.6XX.XXX-XX
Restrição	Circulação	**Data Inclusão**	13/12/2018
Dados da Retirada			
Tribunal	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO	**Comarca/Município**	RIO DE JANEIRO
Órgão Judiciário	CAPITAL XXVII JUIZADO ESPECIAL CIVEL	**N° Ofício**	
Juiz Retirada	SONIA MARIA MONTEIRO	**CPF**	265.2XX.XXX-XX
Usuário Retirada	SONIA MARIA MONTEIRO	**CPF**	265.2XX.XXX-XX
Data Retirada	02/12/2019		

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente
1135
Página

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1136
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0268359-49.2019.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Embargos de Terceiro - CPC - Alienação Fiduciária

Embargante: BANCO SANTANDER
Embargado: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Embargado: VANDA SUELI SILVA DA SILVA DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Felipe Lopes Alves D´Amico

Em 09/01/2020

Sentença

Cuida-se de embargos de terceiro, onde afirma, o embargante, que, nos autos da execução nº 0268359-49.2019.8.19.0001, em apenso, penhorou-se um veículo de sua propriedade. Afirma que, em razão do contrato de alienação fiduciária, tornou-se proprietário fiduciário do referido veículo, razão pela qual, enquanto não resolvida sua propriedade, o veículo não poderia ter sido penhorado para responder por débito do qual não é devedor.

A primeira embargada, exequente da execução, em resposta (fls. 68/69), afirma que, na execução, não houve a penhora do referido veículo, pois o requerimento de penhora foi indeferido pelo juízo. Requer a improcedente dos embargos.

O segundo embargado, executado na execução, não se manifestou, embora regularmente intimado, conforme certidão de fls. 82.

É o relatório. decido.

Como se nota, a bem da verdade, não houve resistência ao pedido formulado pelo embargante. Entretanto, ao contrário do que alegou o primeiro embargado, nota-se, ao analisar a execução (autos nº 0268359-49.2019.8.19.0001), que houve o deferimento da penhora, bem como seu registro no cadastro do DETRAN/RJ, via convênio RENAJUD. Com isso, em razão da propriedade resolúvel do embargante, o veículo, tal como alegado, não poderia ter sido objeto de penhora.

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES OS EMBARGOS DE TERCEIRO para declarar que, enquanto não resolvida a propriedade fiduciária do embargante, o veículo, objeto do contrato de alienação fiduciária (fls. 08/19), não poderá ser objeto de penhora em razão da existência de dívida em nome do devedor fiduciante (Jair Cassio Baptista de Mouta). Sem custas e honorários. PRI.

Com o trânsito em julgado, abre-se conclusão na execução, para que seja dada baixa na penhora, via convênio RENAJUD, do veículo objeto do contrato de alienação fiduciária, deferida às fls. 514/520 da referida execução.

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1137
Carimbado Eletronicamente

Rio de Janeiro, 09/01/2020.

Felipe Lopes Alves D ´Amico - Juiz em Exercício

_____

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Felipe Lopes Alves D ´Amico

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4L9I.WN4W.ZG5I.9BK2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

FELIPE LOPES ALVES D'AMICO:33083 Assinado em 09/01/2020 13:37:37
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página 998 1138
Carimbado Eletronicamente

RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores

Usuário: FLAVIA MACHADO DA SILVA G. PEREIRA
12/03/2020 - 11:34:22

Comprovante de Remoção de Restrição

Dados do processo

Ramo	JUSTICA ESTADUAL	**Tribunal**	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO	**Comarca/Município**	RIO DE JANEIRO - RJ
Órgão Judiciário	CAPITAL III JUIZADO ESPECIAL CIVEL	**Nro do Processo**	01040692220168190001		

Juiz que Ordenou a Retirada da Restrição

Ramo	JUSTICA ESTADUAL	**Tribunal**	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO	**Comarca/Município**	RIO DE JANEIRO
Órgão Judiciário	CAPITAL III JUIZADO ESPECIAL CIVEL	**Juiz Retirada**	FLAVIA MACHADO DA SILVA G. PEREIRA		

Para o processo: 01040692220168190001 Órgão Judiciário : CAPITAL III JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Restrições Retiradas: 2

Placa	Placa Anterior	UF	Marca/Modelo	Proprietário	Restrição	Inclusão da Restrição
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	TRANSFERENCIA	29/08/2018
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	PENHORA	29/08/2018


Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Página
999 1139
Carimbado Eletronicamente
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1140
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0322480-27.2019.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Embargos de Terceiro - CPC - Alienação Fiduciária

Embargante: BANCO SANTANDER SA
Embargado: SANDRA HELENA MACEDO SOARES
Embargado: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Sonia Maria Monteiro

Em 14/02/2020

Sentença

EMBARGOS DE TERCEIRO. O veículo objeto de restrição de circulação e penhora, realizada às fls. 374 do processo principal, é, também, objeto de alienação fiduciária. Por tal motivo, o referido veículo não integra o patrimônio do executado, sendo, portanto, impossível a penhora sobre o mesmo. ISTO POSTO, julgo procedentes os embargos para determinar o cancelamento, junto ao sistema RENAJUD, da restrição de circulação de fls. 374 do processo principal. Sem ônus sucumbenciais. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se e cumpra-se.

Rio de Janeiro, 12/03/2020.

Sonia Maria Monteiro - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Sonia Maria Monteiro

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4SEX.NWI2.MW2W.FHM2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

SONIA MARIA MONTEIRO:21124 Assinado em 12/03/2020 17:14:54
Local: TJ-RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
547
Carimbado Eletronicamente

RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores

Usuário: SONIA MARIA MONTEIRO
21/07/2020 - 16:02:16

Comprovante de Remoção de Restrição

Dados do processo

Ramo	JUSTICA ESTADUAL	**Tribunal**	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO	**Comarca/Município**	RIO DE JANEIRO - RJ
Órgão Judiciário	CAPITAL XXVII JUIZADO ESPECIAL CIVEL	**Nro do Processo**	02088060820188190001		

Juiz que Ordenou a Retirada da Restrição

Ramo	JUSTICA ESTADUAL	**Tribunal**	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO	**Comarca/Município**	RIO DE JANEIRO
Órgão Judiciário	CAPITAL XXVII JUIZADO ESPECIAL CIVEL	**Juiz Retirada**	SONIA MARIA MONTEIRO		

Para o processo: 02088060820188190001 Órgão Judiciário : CAPITAL XXVII JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Restrições Retiradas: 2

Placa	Placa Anterior	UF	Marca/Modelo	Proprietário	Restrição	Inclusão da Restrição
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	CIRCULACAO	06/12/2019
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	PENHORA	06/12/2019

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Carimbado Eletronicamente
1141
Página

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
548
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1142
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1143
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Atualizado em	**21/02/2022**
Data	**16/12/2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1144
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2021052185
Documento: 844/2021/MND

CERTIDÃO POSITIVA - COM RESSALVA

Certifico, nos termos da Resolução CNJ 322/2020, do Ato Normativo Conjunto TJRJ 25/2020 e do Provimento CGJ 56/2020, editados com fulcro na Lei nº. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública, tendo em vista a necessidade de isolamento social em virtude da pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19), seguindo as determinações do CNJ e da alta Administração deste E. Tribunal de Justiça, em cumprimento à decisão judicial, mantive contato através do celular terminal 991-548-645, às 14h19min de 22/11/2021 e, confirmando tratar-se do destinatário da ordem, cientifiquei o Réu do conteúdo do mandado, oportunidade em que autorizou o envio eletrônico dos futuros atos de comunicação processual. Então, para aperfeiçoar o ato iniciado por meio eletrônico, enviei cópia digital para jaircassio19@hotmail.com e para o aplicativo whatsapp. Assim, DEI POR FEITA A INTIMAÇÃO DE JAIR CASSIO BAPTISTA DE SOUZA, nos termos da legislação (artigos 246, 270 e 272 do CPC c/c Lei nº11.419/06) e normas regulamentares (Resolucão CNJ 322/2020, Ato Normativo PTJ/CGJ 25/2020 e Provimento CGJ 56/2020). O referido é verdade. Dou fé.

Resultado do Mandado: Positivo

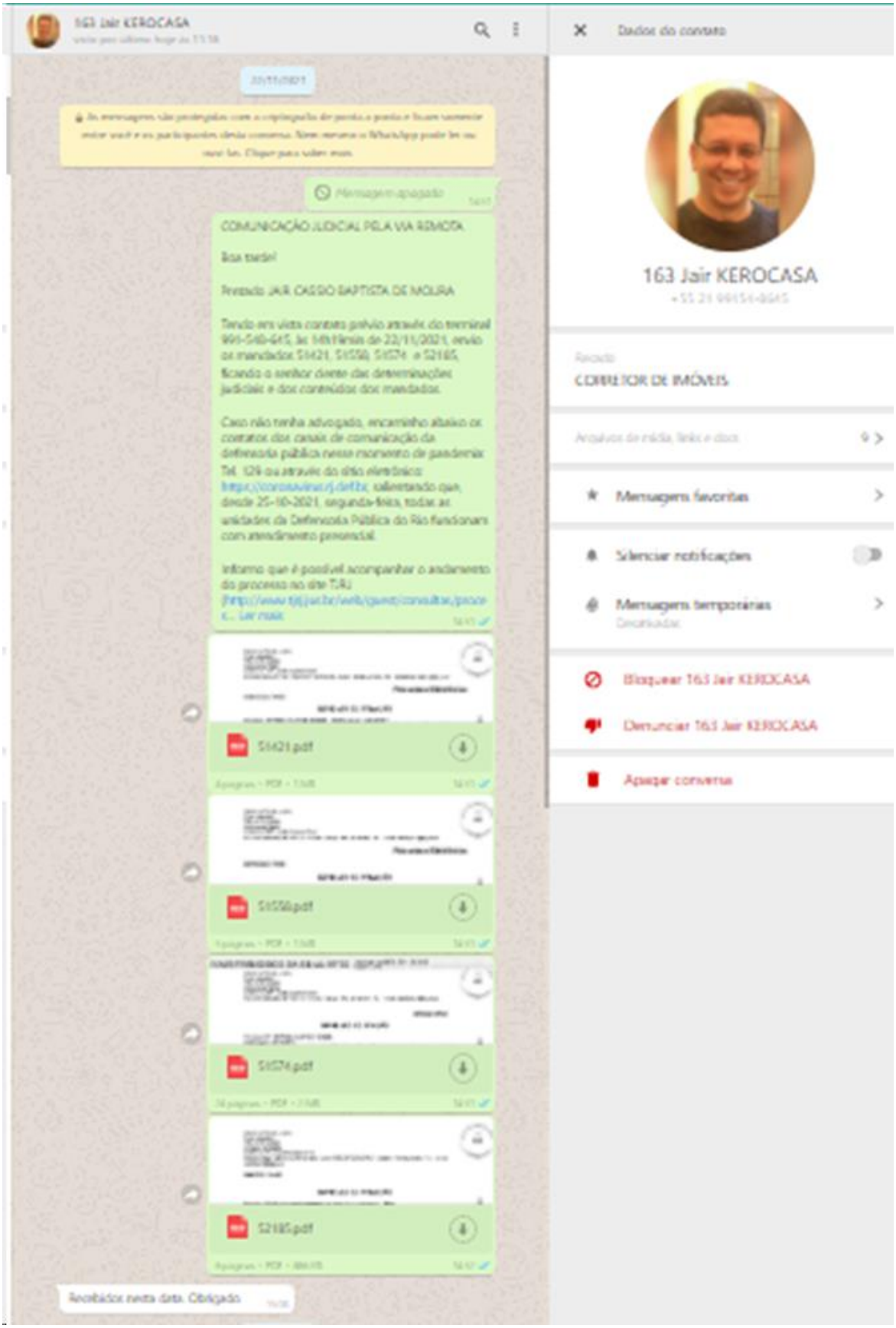
Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2021.

Marcelo de Oliveira Tinoco - 01/27070

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1145
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2021052185
Documento: 844/2021/MND



ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1146
Carimbado Eletronicamente

Re: COMUNICAÇÃO JUDICIAL PELA VIA REMOTA

Jair Cássio Baptista de Moura <jaircassio19@hotmail.com>
Seg, 22/11/2021 18:53
Para: Marcelo de Oliveira Tinoco <marcelotinoco@tjrj.jus.br>

Recebi nesta data. Obrigado

Enviado do meu iPhone

> Em 22 de nov. de 2021, à(s) 14:51, Marcelo de Oliveira Tinoco <marcelotinoco@tjrj.jus.br> escreveu:
>
> Boa tarde!
>
> Prezado JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
>
> Tendo em vista contato prévio através do terminal 991-548-645, às 14h19min de 22/11/2021, envio os mandados 51421, 51558, 51574 e 52185, ficando o senhor ciente das determinações judiciais e dos conteúdos dos mandados.
>
> Caso não tenha advogado, encaminho abaixo os contatos dos canais de comunicação da defensoria pública nesse momento de pandemia: Tel. 129 ou através do sítio eletrônico: https://coronavirus.rj.def.br, salientando que, desde 25-10-2021, segunda-feira, todas as unidades da Defensoria Pública do Rio funcionam com atendimento presencial.
>
> Informo que é possível acompanhar o andamento do processo no site TJRJ (http://www.tjrj.jus.br/web/guest/consultas/processos_jud/processos_jud) .
>
> Na hipótese de alguma alteração deste meio de comunicação (número de telefone ou email), solicito que V. Sa. informe ao Juízo, por meio da Defensoria Pública ou advogado.
>
> Em tempo: somente será permitido a todas as pessoas o ingresso nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro desde que: usem máscara facial e apresentem comprovante de vacinação (completa ou com segunda dose ainda a ser aplicada), ou teste PCR negativo, com prazo de 24 horas. O horário de atendimento ao público será das 11h às 18h.
>
> Favor acusar o recebimento da presente mensagem.
>
> Atenciosamente,

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1147
Carimbado Eletronicamente

Marcelo Tinoco
OJA 01/27070
21-98530-1742

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1148
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**03/03/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**22/02/2022**
Data da Devolução	**03/03/2022**
Data do Despacho	**24/02/2022**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1149
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 22/02/2022

Despacho

Certifique-se quanto à tempestividade dos embargos.

Rio de Janeiro, 24/02/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4U4Z.HSPE.NSWW.M6A3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1150
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**04/03/2022**
Data	**04/03/2022**
Descrição	**CERTIFICO QUE OS EMBARGOS SÃO TEMPESTIVOS E O JUÍZO ESTÁ GARANTIDO**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1151
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

CERTIFICO QUE OS EMBARGOS SÃO TEMPESTIVOS E O JUÍZO ESTÁ GARANTIDO

Rio de Janeiro, 04/03/2022.

Leonardo Veiga da Silva - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/23438

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1152
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**14/03/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**06/03/2022**
Data da Devolução	**14/03/2022**
Data do Despacho	**14/03/2022**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1153
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 06/03/2022

Despacho

Ante certidão retro, recebo os embargos à execução. Ao embargado.

Rio de Janeiro, 14/03/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4E8P.5Z3V.EDDM.5LA3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1154
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**15/03/2022**
Data	**15/03/2022**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1155
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 15 de março de 2022.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ante certidão retro, recebo os embargos à execução. Ao embargado.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1156
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 28/03/2022, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ante certidão retro, recebo os embargos à execução. Ao embargado.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1157
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**01/04/2022**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1158
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

TJRJ CAP JC07 202202167027 01/04/22 15:12:13135727 PROGER-VIRTUAL

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem, à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção ao r. despacho de fl. 1153, **IMPUGNAR OS EMBARGOS À PENHORA** opostos, pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos:

I – Breve Síntese do Alegado pelo Embargante

Inicialmente, nota-se que às fls. 1057, foi deferida a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD.

Em face de tal penhora, insurge-se o Embargante afirmando que a empresa devedora originária nesses autos, embora passe por dificuldades financeiras, ainda tem bens imóveis de forma a saldar a execução.

Aduz ainda que o veículo se encontra gravado em alienação fiduciária, não podendo ser considerado como patrimônio do devedor.

Assim, pleiteia a substituição do referido bem penhorado por um imóvel de propriedade da empresa KEROCASA COOPERATIVA

HABITACIONAL, afirmando que o mesmo se encontra desembaraçado e livre de qualquer ônus.

Contudo, não merecem prosperar os embargos opostos, conforme razões adiante aduzidas.

II – Das Razões para a Rejeição dos Embargos

De plano, observa-se que, ao contrário do alegado pelo Embargante, é possível a penhora de direitos de aquisição de veículo alienado fiduciariamente ante a possibilidade de reversão da propriedade com o pagamento integral da dívida contraída ou a sub-rogação nos direitos, resolvendo com o credor eventual pendência.

Cumpre destacar o artigo 835, inciso XII, do CPC/2015, senão vejamos:

> "**Art. 835**. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
> ...
> **XII – direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia."**

Ainda neste sentido:

> EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA SOBRE DIREITOS DO EXECUTADO EM CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. POSSIBILIDADE. Os embargos de terceiro se limitam apenas à manutenção ou restituição da posse ao terceiro, mediante desconstituição do ato de constrição judicial. **No entanto, justamente por haver titularidade pelo devedor de direitos oriundos do contrato de financiamento com alienação fiduciária do veículo, esses direitos são passíveis de penhora** – ato praticado no interesse de outros credores do mesmo devedor. A lei não excluiu essa possibilidade. Insisto: os direitos penhorados estavam no âmbito do patrimônio do devedor. E a efetivação da penhora não afetou os direitos do credor fiduciário, até porque

subsistente a alienação fiduciária sobre o veículo com as consequências previstas no contrato e na lei, se houver futuro inadimplemento pelo devedor. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10003631120198260646 SP 1000363-11.2019.8.26.0646, Relator: Alexandre David Malfatti, Data de Julgamento: 26/03/2021, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 26/03/2021) **(grifou-se)**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENHORA DOS DIREITOS E AÇÕES DE VEÍCULO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**. 1) A existência de gravame de alienação fiduciária no veículo não impede a penhora, devendo a constrição recair apenas sobre os direitos e ações do devedor sobre o bem**, uma vez que este ainda não integra sua esfera patrimonial, impondo-se o resguardo dos direitos do agente fiduciário. 2) A diminuição do valor do bem em decorrência de acidente de trânsito não se presta a afastar a constrição operada. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO EM PARTE. (TJ-RS - AI: 70081939696 RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 17/09/2019, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 26/09/2019) **(grifou-se)**

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – DECISÃO QUE REJEITOU A IMPUGNAÇÃO À PENHORA DO EXECUTADO, MANTENDO -A SOBRE SEUS DIREITOS AO VEÍCULO ALIENADO FIDUCIARIAMENTE – MANUTENÇÃO – **Muito embora não seja possível a penhora de bem alienado fiduciariamente por integrar o patrimônio do agente fiduciário e não do fiduciante até a completa resolução do financiamento, é cabível a penhora sobre os direitos do devedor advindos de referido contrato, como constou da decisão agravada**. Aplicação do art. 835, inc. XIII, do CPC. Recurso desprovido. (TJ-SP - AI: 20953797020198260000 SP 2095379-70.2019.8.26.0000, Relator: Walter Fonseca, Data de Julgamento: 17/07/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/07/2019) **(grifou-se)**

> Agravo de Instrumento. **Penhora sobre veículo com alienação fiduciária. Possibilidade de bloqueio dos direitos decorrentes do contrato e de bloqueio da transferência do veículo**. Agravo conhecido e provido. (TJ-SP - AI: 01000363020218269018 SP 0100036-30.2021.8.26.9018, Relator: Wagner Carvalho Lima, Data de Julgamento: 24/03/2022, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: 24/03/2022) **(grifou-se)**
>
> AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. POSSIBILIDADE DE PENHORA DOS DIREITOS DO DEVEDOR FIDUCIANTE DECORRENTES DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. 1."O bem alienado fiduciariamente, por não integrar o patrimônio do devedor, não pode ser objeto de penhora. **Nada impede, contudo, que os direitos do devedor fiduciante oriundos do contrato sejam constritos.**' (REsp n. 679.821/DF, Relator o Ministro Felix Fisher, Quinta Turma, DJ 17/12/2004, p. 594)" (STJ, AgRg no REsp 1559131/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, j. 15-12-2015, DJe 3-2-2016). (TJ-SC - AI: 01296780620158240000 São Miguel do Oeste 0129678-06.2015.8.24.0000, Relator: José Maurício Lisboa, Data de Julgamento: 21/08/2017, Câmara Especial Regional de Chapecó) **(grifou-se)**

Portanto, não há que se falar em substituição da penhora do veículo, na medida em que é plenamente possível a penhora sobre os direitos do devedor advindos do contrato de alienação fiduciária.

Não bastasse isso, o Embargante anexou as fls. 1120/1128 os termos do acordo firmado com o Banco Santander, agente fiduciário, em que se observa o comprometimento do Embargante com o pagamento de 18 parcelas, com vencimento da primeira no dia 13/08/2020, restando claro que tal parcelamento já findou desde janeiro do corrente ano.

Observa-se ainda que o referido **processo (nº 0007053-87.2020.8.19.0208) já se encontra arquivado, demonstrando a**

quitação do valor acordado, bastando apenas a baixa do gravame junto ao DETRAN, que certamente vem sendo postergada pelo Embargante, para se evitar a perda do bem.

Ademais, o Embargado pede a referida substituição indicando um bem imóvel da empresa, mas sequer comprova a matrícula do mesmo tampouco que o imóvel se encontra desembaraçado e livre de qualquer ônus, deixando de juntar documentação comprobatória da propriedade do imóvel indicado, bem como certidões atestando que o imóvel se encontra livre e desembaraçado de qualquer ônus.

Sequer fora juntado laudo de avaliação do imóvel a fim de que fosse verificado se o valor do mesmo satisfaz a obrigação/dívida aqui discutida, não obedecendo, portanto, os requisitos elencados no artigo 847, §1º, inciso I, do CPC/2015, que autoriza a substituição do bem penhorado por um bem imóvel se o executado comprovar as respectivas matrículas e os registros por certidão do correspondente ofício, quando se tratar de bens imóveis, o que não ocorreu no presente caso.

Por fim, observa-se que o Embargado peticionou nos autos (fl. 729), requerendo a ativação dos convênios INFOJUD e RENAJUD da empresa diante da penhora infrutífera e assim despachou o i. magistrado às fls, 731/732:

> "**Considerando a existência de diversas ações semelhantes face à esta ré e as diversas buscas efetuadas no RENAJUD e INFOJUD com resultados negativos, resta inútil mover a máquina judicial diante de tal opção inócua.** Intime-se o exequente para que seja alertado quanto à eficiência e utilidade da adoção do procedimento do protesto do título judicial definitivo, manifestando-se expressamente quanto ao seu efetivo interesse na utilização do instrumento, de acordo com o art. 517 do NCPC e do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, alterado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 18/2016, publicado no DJE em 11.11.2016. Diga o mesmo como pretende prosseguir com a execução, em cinco dias, sob pena de extinção." **(grifos nossos)**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1163
Carimbado Eletronicamente

Logo, diante das inúmeras ações semelhantes em face da Executada KEROCASA, em que se procedeu à pesquisa de outros bens, com resultados negativos, não se mostra razoável aceitar a nomeação de um bem imóvel, sem o cumprimento dos requisitos supracitados.

III – Dos Requerimentos

Diante do exposto, requer o Embargado a manutenção da decisão de fls. 1057, que determinou a penhora sobre o **veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA do sócio executado Sr. Jair Cassio Baptista de Moura**, conforme fundamentação supra, mormente pelo fato de já ter sido quitado integralmente o financiamento em questão.

Não sendo este o entendimento do Juízo, acaso seja considerado o gravame de alienação fiduciária que recai sobre o bem, requer a penhora sobre o direito do Embargante oriundo do contrato de alienação fiduciária.

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2022.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDA GIMENES AMORIM
OAB/RJ 186.768

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1164
Carimbado Eletronicamente

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**01/04/2022**
Data	**01/04/2022**
Descrição	**CERTIFICO QUE A RESPOSTA DO EMBARGADO É TEMPESTIVA.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1165
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

CERTIFICO QUE A RESPOSTA DO EMBARGADO É TEMPESTIVA.

Rio de Janeiro, 01/04/2022.

Leonardo Veiga da Silva - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/23438

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1166
Carimbado Eletronicamente

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**06/05/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**01/04/2022**
Data da Devolução	**06/05/2022**
Data da Decisão	**05/05/2022**
Tipo da Decisão	**Determinado o saneamento do processo**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1167
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 01/04/2022

Decisão

Converto o julgamento em diligência, para determinar a intimação do Banco Santander (credor fiduciário), por OJA, na pessoa dos patronos constituídos nos autos do processo que tramitou perante o Juízo da 03 Vara Cível Regional do Méier (fls. 1128 rodapé), para que informe ao Juízo, no prazo de 15 dias, comprovadamente, se acordo celebrado naqueles autos (0007053-87.2020.8.19.0208) no ano de 2020 para quitação em 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido e, por conseguinte, se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante, se for o caso, esclarecendo ainda, se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ. Em caso negativo, para que informe ao Juízo o valor atualizado da dívida objeto do financiamento do veículo em questão (BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014)
Oportunamente, decidirei.

Rio de Janeiro, 05/05/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1168
Carimbado Eletronicamente

Código de Autenticação: **41CF.5SBF.JB3P.95C3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1169
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**06/05/2022**
Data	**06/05/2022**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1170
Carimbado Eletronicamente

95/2022/MND

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

CREDOR FIDUCIÁRIO:BANCO SANTANDER - NA PESSOA DE SEU PATRONO PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JUNIOR - OAB/RJ 87.929

Local da diligência: RUA LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO - 572 - 2º andar - centro - Niteroi/RJ ou RUA VISCONDE DO URUGUAI, 480 - 6º ANDAR, CENTRO. NITERÓI - RJ

Finalidade: INTIMAR O CREDOR FIDUCIÁRIO PARA CIENCIA DA DECISÃO DE FLS. 1167 TRANSCRITO ABAIXO E EM ANEXO:

DECISÃO:"Converto o julgamento em diligência, para determinar a intimação do Banco Santander (credor fiduciário), por OJA, na pessoa dos patronos constituídos nos autos do processo que tramitou perante o Juízo da 03 Vara Cível Regional do Méier (fls. 1128 rodapé), para que informe ao Juízo, no prazo de 15 dias, comprovadamente, se acordo celebrado naqueles autos (0007053-87.2020.8.19.0208) no ano de 2020 para quitação em 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido e, por conseguinte, se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante, se for o caso, esclarecendo ainda, se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ. Em caso negativo, para que informe ao Juízo o valor atualizado da dívida objeto do financiamento do veículo em questão (BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014)
Oportunamente, decidirei. "

O MM. Juiz de Direito, Dr(a). **Valeria Pacha Bichara**, ***MANDA*** que o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo acima referido, dirigir-se ao local acima indicado, ou onde lhe for apontado, e proceder à diligência ora ordenada, Eu, _____Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e conferi.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2022.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4H6D.XWXF.6ZBT.D6C3**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Resultado do mandado:

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1171
Carimbado Eletronicamente

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1120
Carimbado Eletronicamente

TEIXEIRA TRINO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

MERITÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA 03ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DO MÉIER - COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO Nº: 0007053-87.2020.8.19.0208 (Processo eletrônico)
DCV-229592

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, já devidamente qualificado, doravante também denominado **AUTOR** ou **CREDOR**, **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, brasileiro,** inscrito no CPF nº 724.023.777-04 , com domicílio na Rua Francisco Vidal , nº 163, casa 2, Pilares ,Rio de Janeiro/RJ CEP:20.750-060 e endereço eletrônico: jaircassio@hotmail.com, doravante também denominado(s) de **RÉU(S),** vêm, o Banco **AUTOR** pode seu(s) advogado(s) devidamente constituídos e com poderes para transigir e o(s) **RÉU(S),** por si, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, neste processo de **BUSCA E APREENSÃO**, informar que as partes transigiram, requerendo, para tanto, a homologação do presente acordo, firmado nos seguintes termos:

1. O(s) **RÉU(S),** se dá(ão) por citado(s) com fundamento no **art. 239, § 1º do CPC**, no presente ato, estando, portanto, ciente(s) de todo o teor da presente ação;

2. Declaram as partes que é/são objeto(s) da presente transação: a(a) operação(ões) de **FIN. VEIC nº 3459000000970860168**, objeto(s) da presente ação;

Matriz: Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, nº 572 - 2º andar, Centro – Niterói/RJ - CEP 24030-128
Filial: Rua Visconde do Uruguai, nº 480 - 6º andar, Centro – Niterói/RJ - CEP 24030-076
Telefone: (21) 3529-9800 • teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br • www.teixeiratrino.adv.br

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1121
Carimbado Eletronicamente

3. O(s) **RÉU(S)** reconhece(m) e confessa(m) dever a quantia líquida, certa e exigível de **R$ 53.197,65 (cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, atualizada até o dia **09/07/2020**, referente a(s) operação(ões) indicada(s) na Cláusula 2, manifestando concordância expressa quanto aos critérios de sua apuração, cujo montante resulta dos exatos termos e condições contratuais e legais;

4. Considerando a impossibilidade do(s) **RÉU(S)** em arcar(em) com os valores devidos nas bases originalmente contratadas e devidamente atualizadas, esse(s) propõe(m) e se compromete(m) a pagar ao **AUTOR** o valor de **R$ 37.238,36 (trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos)**, com o que concorda receber o **AUTOR**, para efeito exclusivo do presente acordo, por mera liberalidade, da seguinte forma:

a) **Entrada** no valor de **R$ 4.499,99 (quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**, com vencimento em **13/07/2020**;

b) Saldo remanescente a ser liquidado em **18** parcelas mensais e sucessivas, no valor de **R$ 1.999,47 (mil e novecentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos)**, com **vencimento da 1ª parcela no dia 13/08/2020** e as demais parcelas, com vencimento todo dia **13** dos meses subsequentes.

4.1. Estão incluídas nas parcelas mencionados nas alíneas **"a"** e **"b"** da Cláusula 4, juros remuneratórios de **1% a.m. (um por cento ao mês)**, estando as partes cientes e anuentes com o método de cálculo dos juros;

4.2. **DESCONTO CONDICIONAL**: somente na hipótese do integral cumprimento do pactuado na presente transação, o **AUTOR** concederá um desconto de **R$ 15.959,29 (quinze mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos)** sobre o total atualizado indicado na Cláusula 3;

4.3. Não haverá qualquer acréscimo nas parcelas, desde que o pagamento ocorra em seus respectivos vencimentos. Todavia, em caso de atraso, incidirão sobre a(s)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1122
Carimbado Eletronicamente

parcela(s) vencida(s): (I) juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês); (II) multa irredutível de 2% (dois por cento); (III) correção monetária sobre o valor total devido e atualizado, bem como, em sendo o caso, da multa prevista no artigo 523 do Código de Processo Civil e de honorários advocatícios que ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o total devido;

4.4. O não pagamento do presente acordo pelo(s) **RÉU(S)**, com o atraso superior a 30 (trinta) dias da parcela, poderá acarretar o cancelamento automático do presente acordo, bem como o desconto indicado na clausula 4.2, uma vez que referido desconto é condicional ao integral cumprimento do ora acordado;

4.5. As parcelas indicadas nas alíneas **"a"** e **"b"** da cláusula 4, deverão ser pagas em dinheiro ou cheque administrativo, por meio do adimplemento dos boletos bancários que deverão ser pagos na data aprazada, preferencialmente em uma das agências do **AUTOR**, podendo ainda ser realizado de maneira eletrônica (internet banking, etc.). Os boletos poderão ser remetidos ao endereço postal ou eletrônico (e-mail) do(s) **RÉU(S)**. A ausência de recebimento dos boletos não eximirá o(s) **RÉU(S)** do pagamento do ora pactuado, uma vez que a 2ª via dos boletos poderão ser retirados em qualquer agência, pelo website, aplicativo de celular do Banco Santander (Brasil) S/A, ou ainda, junto ao advogado do credor. Ademais, caso o(s) **RÉU(S)** deseje(m), é possível alterar a forma de pagamento para débito em conta, prescindindo apenas de previa comunicação ao gerente de atendimento, comprometendo-se, caso alterado, a manterem saldo suficiente em conta;

5. Todos e quaisquer pagamentos para amortização da dívida objeto desta petição (inclusive relativos à taxa de juros e aos encargos moratórios, bem como multa), efetuados pelo(s) **RÉU(S)**, conforme aplicável, serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer exigibilidades atinentes aos mesmos;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1123
Carimbado Eletronicamente

6. Não haverá incidência do **I.O.F.** (Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros) nesta transação;

7. As **PARTES** esclarecem que o presente acordo visa o adimplemento da obrigação supramencionada, bem como visa ratificar os instrumentos firmados entre as partes, de modo que ficam hígidas e aqui ratificadas, as garantias oferecidas pelo(s) **RÉU(S)** ao **AUTOR** na concessão do crédito objeto da presente composição, até liquidação do presente acordo, permanecendo inalteradas suas totais condições, natureza, objeto e demais características inerentes ao título objeto desta avença, **conservando-se todas as suas cláusulas e suas respectivas garantias, que serão objeto de busca e apreensão em caso de não cumprimento da presente composição;**

7.1. O(s) **RÉU(S)** indica(m) como garantia do cumprimento da presente composição, os bens elencados abaixo, que na hipótese de inadimplemento do acordo, restarão indicados à penhora para adimplemento das obrigações ora assumidas, sendo certo a ação em tela prosseguirá, caso haja eventual valor remanescente:

•TIPO DE BEM: Veículo // MARCA: BMW // MODELO: 328I SPORT GP 2.0 16V BI-TB 4P // ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO: 2014/2014 // COR: BRANCA// RENAVAM: 01006957291 // CHASSI: WBA3A5102EF977373 // PLACA: KWW5292. Garantia originalmente indicada no contrato de FIN. VEIC nº 3459000000970860168, com avaliação em julho/2020, conforme Tabela FIPE, no valor de R$ 90.196,00 (noventa mil e cento e noventa e seis reais).

8. As condições e a forma de pagamento previstas no presente acordo **NÃO CONSTITUEM NOVAÇÃO** da dívida indicada na (cláusula 4), nem implicam em alteração das condições previstas no(s)contrato(s) original(is) descrito(s) e individualizado(s) neste acordo (cláusula 2), sendo que, o não cumprimento acarretará, de pleno direito, sua rescisão, vencendo-se antecipadamente o **total da dívida principal e acessórias**, na forma confessada nesta transação (cláusula 3), mantendo-se todas as garantias originais, com o prosseguimento do presente processo, independentemente de aviso, notificação ou

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1124
Carimbado Eletronicamente

interpelação judicial ou extrajudicial, requerendo o **AUTOR** o cumprimento da sentença homologatória, pelo valor do débito confessado, devidamente atualizado desde a data de sua atualização (Cláusula 3) até o devido pagamento, pelas taxas contratualmente previstas, abatendo-se eventuais valores pagos;

9. Para efeitos do presente instrumento, entende-se por mora o retardamento, pelo(s) **RÉU(S)** no pagamento do valor avençado no presente instrumento e não dependerá de qualquer aviso e/ou notificação judicial e/ou extrajudicial, para caracterização da mora;

10. Na hipótese de descumprimento, pelo(s) **RÉU(S)**, de qualquer das cláusulas deste instrumento, a eventual tolerância do **AUTOR** não importará em alteração ou renúncia daqueles direitos que, sem prejuízo, poderão ser exercidos a qualquer tempo;

11. Fica o **AUTOR** desde já autorizado expressamente pelo(s) **RÉU(S)** a se utilizar de quaisquer bens, ativos, saldos, créditos ou aplicações porventura existentes em favor deles ou de qualquer empresa do grupo, perante o **AUTOR**, para amortização ou liquidação de qualquer saldo devedor da dívida confessada neste instrumento, efetuando, assim, a compensação entre créditos e débitos;

11.1. A compensação de que trata o *caput* deste cláusula far-se-á independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, aviso, notificação ou interpelação, mediante os competentes lançamentos contábeis e poderá acontecer sempre que ocorrerem quaisquer despesas não honradas e/ou qualquer prestação pecuniária deixar de ser paga pelo(s) **RÉU(S)** no respectivo vencimento;

12. As partes acordam que, após o cumprimento integral de todos os termos da presente transação, darão entre si plena, geral e irretratável quitação relativamente às obrigações/contratos bancários/operações de crédito objetos da presente transação, o que será comunicado pelo **AUTOR**;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1125
Carimbado Eletronicamente

13. Estabelecem as partes que o presente instrumento, acompanhado do(s) respectivo(s) comprovante(s) de pagamento, servirá(ão) para todos os efeitos jurídicos e legais;

14. Dada a composição ora noticiada e o reconhecimento e confissão do saldo devedor dos contratos objeto deste acordo, o(s) **RÉU(S)** renuncia(m) ao direito de opor embargos à execução, impugnação, prestação de contas, ação revisional ou anulatória, ou ainda, ações indenizatórias em face do **AUTOR** que tenha(m) por objeto o(s) título(s)/contrato(s) indicado(s) na presente transação. Renunciam, também, neste ato, ao direito ao respectivo prazo para recorrer da sentença que homologar a presente transação ou de propor ação rescisória;

15. Neste mesmo sentido, em razão do desconto obtido no presente acordo, o(s) **RÉU(S)** obrigam-se, no prazo de até **5 (cinco) dias** contados da assinatura do presente acordo, a requer a renúncia nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "c", do Código de Processo Civil, **de toda(s) e qualquer(quaisquer) ação(ões) proposta(s) em face do AUTOR**, em trâmite ou arquivada provisoriamente;

16. O não atendimento ao previsto nas cláusulas 14 e 15 desta transação, ou seja, na hipótese de propositura de processo administrativo ou judicial, ou ainda, na manutenção de ação, em face do **AUTOR**, o(s) **RÉU(S)** perderão o desconto condicional indicado na Cláusula 5.1 deste instrumento, o presente acordo restará cancelado, com a amortização dos valores eventualmente pagos e, a presente execução, terá prosseguimento pelo valor reconhecido e confessado, devidamente atualizado;

17. Cada parte arcará com as custas processuais já por ela desembolsadas, sem a necessidade de ressarcimento de uma parte em relação a outra, todavia, eventuais custas processuais finais e/ou remanescentes ficarão a cargo exclusivo do(s) **RÉU(S)**;

18. Cada parte arcará com os honorários contratuais de seus respectivos advogados.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1126
Carimbado Eletronicamente

19. Em relação aos honorários sucumbenciais, em sendo cumprido o acordo em sua totalidade, cada parte arcará com os honorários de seus respectivos advogados. Todavia, em caso de inadimplemento do presente acordo pelo(s) o(s) **RÉU(S)** ou ainda na hipótese da não homologação integral dos termos do presente acordo, o(s) patrono(s) do **AUTOR** farão jus aos honorários sucumbenciais nos termos do **artigo 827, do CPC**, servido o presente, após a homologação como título executivo judicial;

20. O(s) **RÉU(S)** autoriza(m) o **AUTOR**, em caráter irrevogável e irretratável, a consultar as informações consolidadas sobre o montante de seus débitos e responsabilidades perante o BACEN - Banco Central do Brasil, nos termos previstos na legislação em vigor do Conselho Monetário Nacional e normas complementares, podendo o **AUTOR** praticar todos os atos necessários;

21. A declaração de nulidade de eventual cláusula constante nesta avença não implica na nulidade absoluta deste instrumento, permanecendo inalteradas e válidas todas as demais cláusulas em todos os seus termos, com o que todas as partes concordam;

22. O **AUTOR** poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, por qualquer meio autorizado em lei, o crédito, os direitos, as obrigações e as garantias prestadas, estando expressamente autorizado a entregar ao cessionário toda a documentação relativa ao crédito e garantias constituídas, independentemente de confirmação, anuência ou ratificação de qualquer do(s) **RÉU(S)**;

23. Incumbe ao(s) **RÉU(S)** as diligências para cancelamento de eventuais protestos lavrados relativamente a contrato objeto da presente transação, nos termos do **art. 26 da Lei 9.492/97**, devendo solicitar diretamente à instituição, após a quitação do acordo, o termo de anuência para a baixa, por meio dos telefones **4004-3535 (Região Metropolitana)** ou **0800 702 3535 (Demais Localidades)**;

24. Convenciona-se, também, que todas e quaisquer diligências e despesas necessárias para a realização de averbações ou baixas de averbações em matrículas, cartórios

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1127
Carimbado Eletronicamente

imobiliários ou quaisquer atos da mesma natureza, em caso de efetivo cumprimento do acordado nesta composição e extinção da demanda judicial em razão da liquidação das dívidas, serão, da mesma forma, de única e exclusiva responsabilidade do(s) **RÉU(S)**;

24.1. O Banco **AUTOR** efetuará a baixa de eventual apontamento negativo registrado nos dados do(s) **RÉU(S)**, com relação ao(s) contratos/operação(ões) descritos na cláusula 2, no prazo de até 5 dias úteis a contar do pagamento do estipulado na cláusula 4.a do presente termo;

24.2. Ficará a cargo de ambas as partes, a responsabilidade, após o integral cumprimento do acordo, requerer a extinção do processo, bem como a baixa da ação junto ao cartório Distribuidor;

24.3. O(s) **RÉU(S)** expressamente reconhece(m) a plena inexistência de qualquer responsabilidade do **AUTOR** pelas referidas inclusões e manutenções nos órgãos de restrição e proteção ao crédito no período anterior ao presente acordo e durante o período de inadimplemento, não tendo, por qualquer ocorrência registrada, nada a pedir ou mesmo reclamar a qualquer título;

25. Este ajuste é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e por seus herdeiros e sucessores, a qualquer título;

26. Renunciam as partes ao prazo recursal para oporem-se, integral ou parcialmente, à sentença homologatória deste acordo;

27. O(s) **RÉU(S)** se obriga(m) a providenciar a devolução do presente instrumento no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas da presente data, na sede deste escritório - **RUA VISCONDE DE URUGUAI, nº 480, 6ª ANDAR, CENTRO, NITERÓI – RJ, CEP: 24.030-076 – e digitalizado para os seguintes e-mails: suporte.juridico32@teixeiratrino.adv.br e assistente.juridico06@teixeiratrino.adv.br**, sob pena do imediato cancelamento dos termos aprovados. Sendo que, eventuais valores

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1128
Carimbado Eletronicamente

efetivamente pagos, sem a devida formalização do acordo, serão amortizados pelo Banco **CREDOR** no saldo devedor do(s) contrato(s) objeto(s) da presente composição;

28. Diante do exposto, **requer seja homologado o presente acordo**, com a consequente **SUSPENSÃO** da presente demanda até o efetivo cumprimento desta avença, com fundamento no **art. 313, II do CPC**, ocasião em que as partes informarão a esse D. Juízo o cumprimento das obrigações com fins de extinção do presente feito.

Termos em que,

Pedem Deferimento.

Niterói/RJ, 13 de julho de 2020.

Pelo Autor:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

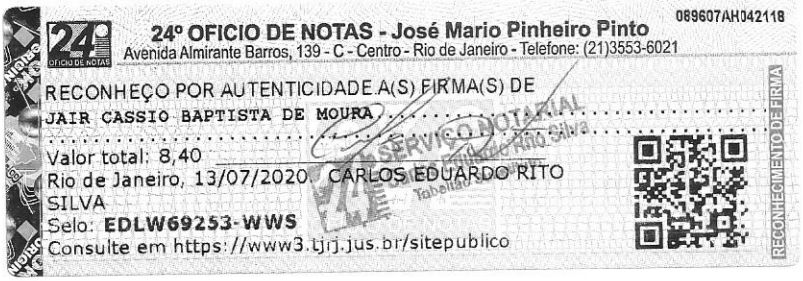
p.p. PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JÚNIOR

OAB/RJ 87.929

Pelo(s) Réu(s):

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA

CPF: 724.023.777-04



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1167
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 01/04/2022

Decisão

Converto o julgamento em diligência, para determinar a intimação do Banco Santander (credor fiduciário), por OJA, na pessoa dos patronos constituídos nos autos do processo que tramitou perante o Juízo da 03 Vara Cível Regional do Méier (fls. 1128 rodapé), para que informe ao Juízo, no prazo de 15 dias, comprovadamente, se acordo celebrado naqueles autos (0007053-87.2020.8.19.0208) no ano de 2020 para quitação em 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido e, por conseguinte, se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante, se for o caso, esclarecendo ainda, se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ. Em caso negativo, para que informe ao Juízo o valor atualizado da dívida objeto do financiamento do veículo em questão (BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014)
Oportunamente, decidirei.

Rio de Janeiro, 05/05/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1168
Carimbado Eletronicamente

Código de Autenticação: **41CF.5SBF.JB3P.95C3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1129
Carimbado Eletronicamente

DETRAN.RJ

DETRAN - RJ

CONSULTA AO CADASTRO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULOS (VIA INTERNET)

DENATRAN

CONTRAN

VIA	COD. RENAVAM	ANO DO ÚLTIMO LICENCIAMENTO
***	**********	2018

NOME/ENDEREÇO
JAIR

CPF/CGC	PLACA
**********	KWW5292

PLACA ANT/UF	CHASSI
	**********

ESPECIE TIPO	COMBUSTIVEL
PASSAGEIRO	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
I/BMW 328I ACTIVE FLEX	2014	2014

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5 / 245 / 1997	PARTICULAR	BRANCA

IPVA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC/COTAS
**********	**********	1ª *****
FAIXA I.P.V.A.	PARCELAMENTO/COTAS	2ª *****
**********	**********	3ª *****

PRÊMIO LIQUIDO(R$)	ISOF	PRÊMIO TOTAL(R$)	DATA DE PAGAMENTO
**********	*****	**********	**********

OBSERVAÇÕES
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
ALIENACAO FIDUCIARIA

LOCAL
RIO DE JANEIRO

TJRJ CAP JC07 20211843914 9 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

VOLTAR PARA O TOP

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1172
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Atualizado em	**10/05/2022**
Data	**10/05/2022**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1173
Carimbado Eletronicamente

DEVOLUÇÃO DE MANDADO IRREGULAR

Serventia	Central de Mandados Forum Central - Niterói
Número do mandado	95/2022/MND
Código do mandado	2022015632
Data de envio para o SCM	09/05/2022
Data de recebimento no SCM	09/05/2022
Data de devolução para o DCP	09/05/2022
Usuário	Isabella Telles da Silva
Login	ISABELLATELLES
Motivo da Devolução	Irregular-Na forma do artigo 373 CNCGJ:Deverão ser expedidos tantos mandados quantos forem os destinatários e os endereços para o cumprimento das diligências, de forma que cada mandado contenha a indicação de apenas um diligenciado e de apenas um endereço.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1174
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**02/08/2022**
Data	**12/05/2022**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1175
Carimbado Eletronicamente

100/2022/MND

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

CREDOR FIDUCIÁRIO:BANCO SANTANDER - NA PESSOA DE SEU PATRONO PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JUNIOR - OAB/RJ 87.929

Local da diligência: **RUA LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO - 572 - 2º andar - centro - Niteroi/RJ**

Finalidade: INTIMAR O CREDOR FIDUCIÁRIO PARA CIENCIA DA DECISÃO DE FLS. 1167 TRANSCRITOA ABAIXO E EM ANEXO:

DECISÃO:"Converto o julgamento em diligência, para determinar a intimação do Banco Santander (credor fiduciário), por OJA, na pessoa dos patronos constituídos nos autos do processo que tramitou perante o Juízo da 03 Vara Cível Regional do Méier (fls. 1128 rodapé), para que informe ao Juízo, no prazo de 15 dias, comprovadamente, se acordo celebrado naqueles autos (0007053-87.2020.8.19.0208) no ano de 2020 para quitação em 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido e, por conseguinte, se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante, se for o caso, esclarecendo ainda, se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ. Em caso negativo, para que informe ao Juízo o valor atualizado da dívida objeto do financiamento do veículo em questão (BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014) Oportunamente, decidirei.

O MM. Juiz de Direito, Dr(a). **Valeria Pacha Bichara**, ***MANDA*** que o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo acima referido, dirigir-se ao local acima indicado, ou onde lhe for apontado, e proceder à diligência ora ordenada, Eu, _Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e conferi.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2022.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4HAK.EDDI.PWM5.JCC3**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Mandado: 2022016513 Receb.: 12/05/2022 Limite: 09/06/2022 Oficial: Luciana Maria Franca Taves

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1176
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1120
Carimbado Eletronicamente

TEIXEIRA TRINO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

MERITÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA 03ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DO MÉIER - COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO Nº: 0007053-87.2020.8.19.0208 (Processo eletrônico)
DCV-229592

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, já devidamente qualificado, doravante também denominado **AUTOR** ou **CREDOR**, **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, brasileiro,** inscrito no CPF nº 724.023.777-04 , com domicílio na Rua Francisco Vidal , nº 163, casa 2, Pilares ,Rio de Janeiro/RJ CEP:20.750-060 e endereço eletrônico: jaircassio@hotmail.com, doravante também denominado(s) de **RÉU(S),** vêm, o Banco **AUTOR** pode seu(s) advogado(s) devidamente constituídos e com poderes para transigir e o(s) **RÉU(S),** por si, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, neste processo de **BUSCA E APREENSÃO**, informar que as partes transigiram, requerendo, para tanto, a homologação do presente acordo, firmado nos seguintes termos:

1. O(s) **RÉU(S),** se dá(ão) por citado(s) com fundamento no **art. 239, § 1º do CPC**, no presente ato, estando, portanto, ciente(s) de todo o teor da presente ação;

2. Declaram as partes que é/são objeto(s) da presente transação: a(a) operação(ões) de **FIN. VEIC nº 3459000000970860168**, objeto(s) da presente ação;

Matriz: Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, nº 572 - 2º andar, Centro – Niterói/RJ - CEP 24030-128
Filial: Rua Visconde do Uruguai, nº 480 - 6º andar, Centro – Niterói/RJ - CEP 24030-076
Telefone: (21) 3529-9800 • teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br • www.teixeiratrino.adv.br

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1121
Carimbado Eletronicamente

3. O(s) **RÉU(S)** reconhece(m) e confessa(m) dever a quantia líquida, certa e exigível de **R$ 53.197,65 (cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, atualizada até o dia **09/07/2020**, referente a(s) operação(ões) indicada(s) na Cláusula 2, manifestando concordância expressa quanto aos critérios de sua apuração, cujo montante resulta dos exatos termos e condições contratuais e legais;

4. Considerando a impossibilidade do(s) **RÉU(S)** em arcar(em) com os valores devidos nas bases originalmente contratadas e devidamente atualizadas, esse(s) propõe(m) e se compromete(m) a pagar ao **AUTOR** o valor de **R$ 37.238,36 (trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos)**, com o que concorda receber o **AUTOR**, para efeito exclusivo do presente acordo, por mera liberalidade, da seguinte forma:

a) **Entrada** no valor de **R$ 4.499,99 (quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**, com vencimento em **13/07/2020**;

b) Saldo remanescente a ser liquidado em **18** parcelas mensais e sucessivas, no valor de **R$ 1.999,47 (mil e novecentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos)**, com **vencimento da 1ª parcela no dia 13/08/2020** e as demais parcelas, com vencimento todo dia **13** dos meses subsequentes.

4.1. Estão incluídas nas parcelas mencionados nas alíneas **"a"** e **"b"** da Cláusula 4, juros remuneratórios de **1% a.m. (um por cento ao mês)**, estando as partes cientes e anuentes com o método de cálculo dos juros;

4.2. **DESCONTO CONDICIONAL**: somente na hipótese do integral cumprimento do pactuado na presente transação, o **AUTOR** concederá um desconto de **R$ 15.959,29 (quinze mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos)** sobre o total atualizado indicado na Cláusula 3;

4.3. Não haverá qualquer acréscimo nas parcelas, desde que o pagamento ocorra em seus respectivos vencimentos. Todavia, em caso de atraso, incidirão sobre a(s)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1122
Carimbado Eletronicamente

parcela(s) vencida(s): (I) juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês); (II) multa irredutível de 2% (dois por cento); (III) correção monetária sobre o valor total devido e atualizado, bem como, em sendo o caso, da multa prevista no artigo 523 do Código de Processo Civil e de honorários advocatícios que ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o total devido;

4.4. O não pagamento do presente acordo pelo(s) **RÉU(S)**, com o atraso superior a 30 (trinta) dias da parcela, poderá acarretar o cancelamento automático do presente acordo, bem como o desconto indicado na clausula 4.2, uma vez que referido desconto é condicional ao integral cumprimento do ora acordado;

4.5. As parcelas indicadas nas alíneas **"a"** e **"b"** da cláusula 4, deverão ser pagas em dinheiro ou cheque administrativo, por meio do adimplemento dos boletos bancários que deverão ser pagos na data aprazada, preferencialmente em uma das agências do **AUTOR**, podendo ainda ser realizado de maneira eletrônica (internet banking, etc.). Os boletos poderão ser remetidos ao endereço postal ou eletrônico (e-mail) do(s) **RÉU(S)**. A ausência de recebimento dos boletos não eximirá o(s) **RÉU(S)** do pagamento do ora pactuado, uma vez que a 2ª via dos boletos poderão ser retirados em qualquer agência, pelo website, aplicativo de celular do Banco Santander (Brasil) S/A, ou ainda, junto ao advogado do credor. Ademais, caso o(s) **RÉU(S)** deseje(m), é possível alterar a forma de pagamento para débito em conta, prescindindo apenas de previa comunicação ao gerente de atendimento, comprometendo-se, caso alterado, a manterem saldo suficiente em conta;

5. Todos e quaisquer pagamentos para amortização da dívida objeto desta petição (inclusive relativos à taxa de juros e aos encargos moratórios, bem como multa), efetuados pelo(s) **RÉU(S)**, conforme aplicável, serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer exigibilidades atinentes aos mesmos;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1123
Carimbado Eletronicamente

6. Não haverá incidência do **I.O.F.** (Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros) nesta transação;

7. As **PARTES** esclarecem que o presente acordo visa o adimplemento da obrigação supramencionada, bem como visa ratificar os instrumentos firmados entre as partes, de modo que ficam hígidas e aqui ratificadas, as garantias oferecidas pelo(s) **RÉU(S)** ao **AUTOR** na concessão do crédito objeto da presente composição, até liquidação do presente acordo, permanecendo inalteradas suas totais condições, natureza, objeto e demais características inerentes ao título objeto desta avença, **conservando-se todas as suas cláusulas e suas respectivas garantias, que serão objeto de busca e apreensão em caso de não cumprimento da presente composição;**

7.1. O(s) **RÉU(S)** indica(m) como garantia do cumprimento da presente composição, os bens elencados abaixo, que na hipótese de inadimplemento do acordo, restarão indicados à penhora para adimplemento das obrigações ora assumidas, sendo certo a ação em tela prosseguirá, caso haja eventual valor remanescente:

•TIPO DE BEM: Veículo // MARCA: BMW // MODELO: 328I SPORT GP 2.0 16V BI-TB 4P // ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO: 2014/2014 // COR: BRANCA// RENAVAM: 01006957291 // CHASSI: WBA3A5102EF977373 // PLACA: KWW5292. Garantia originalmente indicada no contrato de FIN. VEIC nº 3459000000970860168, com avaliação em julho/2020, conforme Tabela FIPE, no valor de R$ 90.196,00 (noventa mil e cento e noventa e seis reais).

8. As condições e a forma de pagamento previstas no presente acordo **NÃO CONSTITUEM NOVAÇÃO** da dívida indicada na (cláusula 4), nem implicam em alteração das condições previstas no(s)contrato(s) original(is) descrito(s) e individualizado(s) neste acordo (cláusula 2), sendo que, o não cumprimento acarretará, de pleno direito, sua rescisão, vencendo-se antecipadamente o **total da dívida principal e acessórias**, na forma confessada nesta transação (cláusula 3), mantendo-se todas as garantias originais, com o prosseguimento do presente processo, independentemente de aviso, notificação ou

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1124
Carimbado Eletronicamente

interpelação judicial ou extrajudicial, requerendo o **AUTOR** o cumprimento da sentença homologatória, pelo valor do débito confessado, devidamente atualizado desde a data de sua atualização (Cláusula 3) até o devido pagamento, pelas taxas contratualmente previstas, abatendo-se eventuais valores pagos;

9. Para efeitos do presente instrumento, entende-se por mora o retardamento, pelo(s) **RÉU(S)** no pagamento do valor avençado no presente instrumento e não dependerá de qualquer aviso e/ou notificação judicial e/ou extrajudicial, para caracterização da mora;

10. Na hipótese de descumprimento, pelo(s) **RÉU(S)**, de qualquer das cláusulas deste instrumento, a eventual tolerância do **AUTOR** não importará em alteração ou renúncia daqueles direitos que, sem prejuízo, poderão ser exercidos a qualquer tempo;

11. Fica o **AUTOR** desde já autorizado expressamente pelo(s) **RÉU(S)** a se utilizar de quaisquer bens, ativos, saldos, créditos ou aplicações porventura existentes em favor deles ou de qualquer empresa do grupo, perante o **AUTOR**, para amortização ou liquidação de qualquer saldo devedor da dívida confessada neste instrumento, efetuando, assim, a compensação entre créditos e débitos;

11.1. A compensação de que trata o *caput* deste cláusula far-se-á independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, aviso, notificação ou interpelação, mediante os competentes lançamentos contábeis e poderá acontecer sempre que ocorrerem quaisquer despesas não honradas e/ou qualquer prestação pecuniária deixar de ser paga pelo(s) **RÉU(S)** no respectivo vencimento;

12. As partes acordam que, após o cumprimento integral de todos os termos da presente transação, darão entre si plena, geral e irretratável quitação relativamente às obrigações/contratos bancários/operações de crédito objetos da presente transação, o que será comunicado pelo **AUTOR**;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1125
Carimbado Eletronicamente

13. Estabelecem as partes que o presente instrumento, acompanhado do(s) respectivo(s) comprovante(s) de pagamento, servirá(ão) para todos os efeitos jurídicos e legais;

14. Dada a composição ora noticiada e o reconhecimento e confissão do saldo devedor dos contratos objeto deste acordo, o(s) **RÉU(S)** renuncia(m) ao direito de opor embargos à execução, impugnação, prestação de contas, ação revisional ou anulatória, ou ainda, ações indenizatórias em face do **AUTOR** que tenha(m) por objeto o(s) título(s)/contrato(s) indicado(s) na presente transação. Renunciam, também, neste ato, ao direito ao respectivo prazo para recorrer da sentença que homologar a presente transação ou de propor ação rescisória;

15. Neste mesmo sentido, em razão do desconto obtido no presente acordo, o(s) **RÉU(S)** obrigam-se, no prazo de até **5 (cinco) dias** contados da assinatura do presente acordo, a requer a renúncia nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "c", do Código de Processo Civil, **de toda(s) e qualquer(quaisquer) ação(ões) proposta(s) em face do AUTOR**, em trâmite ou arquivada provisoriamente;

16. O não atendimento ao previsto nas cláusulas 14 e 15 desta transação, ou seja, na hipótese de propositura de processo administrativo ou judicial, ou ainda, na manutenção de ação, em face do **AUTOR**, o(s) **RÉU(S)** perderão o desconto condicional indicado na Cláusula 5.1 deste instrumento, o presente acordo restará cancelado, com a amortização dos valores eventualmente pagos e, a presente execução, terá prosseguimento pelo valor reconhecido e confessado, devidamente atualizado;

17. Cada parte arcará com as custas processuais já por ela desembolsadas, sem a necessidade de ressarcimento de uma parte em relação a outra, todavia, eventuais custas processuais finais e/ou remanescentes ficarão a cargo exclusivo do(s) **RÉU(S)**;

18. Cada parte arcará com os honorários contratuais de seus respectivos advogados.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1126
Carimbado Eletronicamente

19. Em relação aos honorários sucumbenciais, em sendo cumprido o acordo em sua totalidade, cada parte arcará com os honorários de seus respectivos advogados. Todavia, em caso de inadimplemento do presente acordo pelo(s) o(s) **RÉU(S)** ou ainda na hipótese da não homologação integral dos termos do presente acordo, o(s) patrono(s) do **AUTOR** farão jus aos honorários sucumbenciais nos termos do **artigo 827, do CPC**, servido o presente, após a homologação como título executivo judicial;

20. O(s) **RÉU(S)** autoriza(m) o **AUTOR**, em caráter irrevogável e irretratável, a consultar as informações consolidadas sobre o montante de seus débitos e responsabilidades perante o BACEN - Banco Central do Brasil, nos termos previstos na legislação em vigor do Conselho Monetário Nacional e normas complementares, podendo o **AUTOR** praticar todos os atos necessários;

21. A declaração de nulidade de eventual cláusula constante nesta avença não implica na nulidade absoluta deste instrumento, permanecendo inalteradas e válidas todas as demais cláusulas em todos os seus termos, com o que todas as partes concordam;

22. O **AUTOR** poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, por qualquer meio autorizado em lei, o crédito, os direitos, as obrigações e as garantias prestadas, estando expressamente autorizado a entregar ao cessionário toda a documentação relativa ao crédito e garantias constituídas, independentemente de confirmação, anuência ou ratificação de qualquer do(s) **RÉU(S)**;

23. Incumbe ao(s) **RÉU(S)** as diligências para cancelamento de eventuais protestos lavrados relativamente a contrato objeto da presente transação, nos termos do **art. 26 da Lei 9.492/97**, devendo solicitar diretamente à instituição, após a quitação do acordo, o termo de anuência para a baixa, por meio dos telefones **4004-3535 (Região Metropolitana)** ou **0800 702 3535 (Demais Localidades)**;

24. Convenciona-se, também, que todas e quaisquer diligências e despesas necessárias para a realização de averbações ou baixas de averbações em matrículas, cartórios

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1127
Carimbado Eletronicamente

imobiliários ou quaisquer atos da mesma natureza, em caso de efetivo cumprimento do acordado nesta composição e extinção da demanda judicial em razão da liquidação das dívidas, serão, da mesma forma, de única e exclusiva responsabilidade do(s) **RÉU(S)**;

24.1. O Banco **AUTOR** efetuará a baixa de eventual apontamento negativo registrado nos dados do(s) **RÉU(S)**, com relação ao(s) contratos/operação(ões) descritos na cláusula 2, no prazo de até 5 dias úteis a contar do pagamento do estipulado na cláusula 4.a do presente termo;

24.2. Ficará a cargo de ambas as partes, a responsabilidade, após o integral cumprimento do acordo, requerer a extinção do processo, bem como a baixa da ação junto ao cartório Distribuidor;

24.3. O(s) **RÉU(S)** expressamente reconhece(m) a plena inexistência de qualquer responsabilidade do **AUTOR** pelas referidas inclusões e manutenções nos órgãos de restrição e proteção ao crédito no período anterior ao presente acordo e durante o período de inadimplemento, não tendo, por qualquer ocorrência registrada, nada a pedir ou mesmo reclamar a qualquer título;

25. Este ajuste é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e por seus herdeiros e sucessores, a qualquer título;

26. Renunciam as partes ao prazo recursal para oporem-se, integral ou parcialmente, à sentença homologatória deste acordo;

27. O(s) **RÉU(S)** se obriga(m) a providenciar a devolução do presente instrumento no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas da presente data, na sede deste escritório - **RUA VISCONDE DE URUGUAI, nº 480, 6ª ANDAR, CENTRO, NITERÓI – RJ, CEP: 24.030-076 – e digitalizado para os seguintes e-mails: suporte.juridico32@teixeiratrino.adv.br e assistente.juridico06@teixeiratrino.adv.br**, sob pena do imediato cancelamento dos termos aprovados. Sendo que, eventuais valores

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1128
Carimbado Eletronicamente

efetivamente pagos, sem a devida formalização do acordo, serão amortizados pelo Banco **CREDOR** no saldo devedor do(s) contrato(s) objeto(s) da presente composição;

28. Diante do exposto, **requer seja homologado o presente acordo**, com a consequente **SUSPENSÃO** da presente demanda até o efetivo cumprimento desta avença, com fundamento no **art. 313, II do CPC**, ocasião em que as partes informarão a esse D. Juízo o cumprimento das obrigações com fins de extinção do presente feito.

Termos em que,

Pedem Deferimento.

Niterói/RJ, 13 de julho de 2020.

Pelo Autor:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

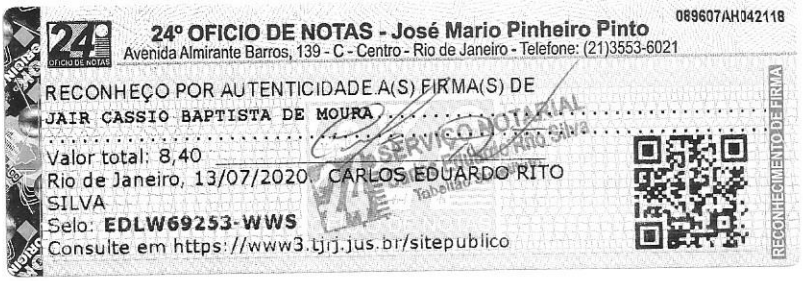
p.p. PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JÚNIOR

OAB/RJ 87.929

Pelo(s) Réu(s):

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA

CPF: 724.023.777-04



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1167
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 01/04/2022

Decisão

Converto o julgamento em diligência, para determinar a intimação do Banco Santander (credor fiduciário), por OJA, na pessoa dos patronos constituídos nos autos do processo que tramitou perante o Juízo da 03 Vara Cível Regional do Méier (fls. 1128 rodapé), para que informe ao Juízo, no prazo de 15 dias, comprovadamente, se acordo celebrado naqueles autos (0007053-87.2020.8.19.0208) no ano de 2020 para quitação em 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido e, por conseguinte, se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante, se for o caso, esclarecendo ainda, se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ. Em caso negativo, para que informe ao Juízo o valor atualizado da dívida objeto do financiamento do veículo em questão (BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014)
Oportunamente, decidirei.

Rio de Janeiro, 05/05/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1168
Carimbado Eletronicamente

Código de Autenticação: **41CF.5SBF.JB3P.95C3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1158
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

TJRJ CAP JC07 202202167027 01/04/22 15:12:13135727 PROGER-VIRTUAL

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem, à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção ao r. despacho de fl. 1153, **IMPUGNAR OS EMBARGOS À PENHORA** opostos, pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos:

I – Breve Síntese do Alegado pelo Embargante

Inicialmente, nota-se que às fls. 1057, foi deferida a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD.

Em face de tal penhora, insurge-se o Embargante afirmando que a empresa devedora originária nesses autos, embora passe por dificuldades financeiras, ainda tem bens imóveis de forma a saldar a execução.

Aduz ainda que o veículo se encontra gravado em alienação fiduciária, não podendo ser considerado como patrimônio do devedor.

Assim, pleiteia a substituição do referido bem penhorado por um imóvel de propriedade da empresa KEROCASA COOPERATIVA

HABITACIONAL, afirmando que o mesmo se encontra desembaraçado e livre de qualquer ônus.

Contudo, não merecem prosperar os embargos opostos, conforme razões adiante aduzidas.

II – Das Razões para a Rejeição dos Embargos

De plano, observa-se que, ao contrário do alegado pelo Embargante, é possível a penhora de direitos de aquisição de veículo alienado fiduciariamente ante a possibilidade de reversão da propriedade com o pagamento integral da dívida contraída ou a sub-rogação nos direitos, resolvendo com o credor eventual pendência.

Cumpre destacar o artigo 835, inciso XII, do CPC/2015, senão vejamos:

> "**Art. 835**. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
> ...
> **XII – direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia."**

Ainda neste sentido:

> EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA SOBRE DIREITOS DO EXECUTADO EM CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. POSSIBILIDADE. Os embargos de terceiro se limitam apenas à manutenção ou restituição da posse ao terceiro, mediante desconstituição do ato de constrição judicial. **No entanto, justamente por haver titularidade pelo devedor de direitos oriundos do contrato de financiamento com alienação fiduciária do veículo, esses direitos são passíveis de penhora** – ato praticado no interesse de outros credores do mesmo devedor. A lei não excluiu essa possibilidade. Insisto: os direitos penhorados estavam no âmbito do patrimônio do devedor. E a efetivação da penhora não afetou os direitos do credor fiduciário, até porque

subsistente a alienação fiduciária sobre o veículo com as consequências previstas no contrato e na lei, se houver futuro inadimplemento pelo devedor. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10003631120198260646 SP 1000363-11.2019.8.26.0646, Relator: Alexandre David Malfatti, Data de Julgamento: 26/03/2021, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 26/03/2021) **(grifou-se)**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENHORA DOS DIREITOS E AÇÕES DE VEÍCULO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**. 1) A existência de gravame de alienação fiduciária no veículo não impede a penhora, devendo a constrição recair apenas sobre os direitos e ações do devedor sobre o bem**, uma vez que este ainda não integra sua esfera patrimonial, impondo-se o resguardo dos direitos do agente fiduciário. 2) A diminuição do valor do bem em decorrência de acidente de trânsito não se presta a afastar a constrição operada. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO EM PARTE. (TJ-RS - AI: 70081939696 RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 17/09/2019, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 26/09/2019) **(grifou-se)**

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – DECISÃO QUE REJEITOU A IMPUGNAÇÃO À PENHORA DO EXECUTADO, MANTENDO -A SOBRE SEUS DIREITOS AO VEÍCULO ALIENADO FIDUCIARIAMENTE – MANUTENÇÃO – **Muito embora não seja possível a penhora de bem alienado fiduciariamente por integrar o patrimônio do agente fiduciário e não do fiduciante até a completa resolução do financiamento, é cabível a penhora sobre os direitos do devedor advindos de referido contrato, como constou da decisão agravada**. Aplicação do art. 835, inc. XIII, do CPC. Recurso desprovido. (TJ-SP - AI: 20953797020198260000 SP 2095379-70.2019.8.26.0000, Relator: Walter Fonseca, Data de Julgamento: 17/07/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/07/2019) **(grifou-se)**

> Agravo de Instrumento. **Penhora sobre veículo com alienação fiduciária. Possibilidade de bloqueio dos direitos decorrentes do contrato e de bloqueio da transferência do veículo**. Agravo conhecido e provido. (TJ-SP - AI: 01000363020218269018 SP 0100036-30.2021.8.26.9018, Relator: Wagner Carvalho Lima, Data de Julgamento: 24/03/2022, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: 24/03/2022) **(grifou-se)**
>
> AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. POSSIBILIDADE DE PENHORA DOS DIREITOS DO DEVEDOR FIDUCIANTE DECORRENTES DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. 1."O bem alienado fiduciariamente, por não integrar o patrimônio do devedor, não pode ser objeto de penhora. **Nada impede, contudo, que os direitos do devedor fiduciante oriundos do contrato sejam constritos.**' (REsp n. 679.821/DF, Relator o Ministro Felix Fisher, Quinta Turma, DJ 17/12/2004, p. 594)" (STJ, AgRg no REsp 1559131/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, j. 15-12-2015, DJe 3-2-2016). (TJ-SC - AI: 01296780620158240000 São Miguel do Oeste 0129678-06.2015.8.24.0000, Relator: José Maurício Lisboa, Data de Julgamento: 21/08/2017, Câmara Especial Regional de Chapecó) **(grifou-se)**

Portanto, não há que se falar em substituição da penhora do veículo, na medida em que é plenamente possível a penhora sobre os direitos do devedor advindos do contrato de alienação fiduciária.

Não bastasse isso, o Embargante anexou as fls. 1120/1128 os termos do acordo firmado com o Banco Santander, agente fiduciário, em que se observa o comprometimento do Embargante com o pagamento de 18 parcelas, com vencimento da primeira no dia 13/08/2020, restando claro que tal parcelamento já findou desde janeiro do corrente ano.

Observa-se ainda que o referido **processo (nº 0007053-87.2020.8.19.0208) já se encontra arquivado, demonstrando a**

quitação do valor acordado, bastando apenas a baixa do gravame junto ao DETRAN, que certamente vem sendo postergada pelo Embargante, para se evitar a perda do bem.

Ademais, o Embargado pede a referida substituição indicando um bem imóvel da empresa, mas sequer comprova a matrícula do mesmo tampouco que o imóvel se encontra desembaraçado e livre de qualquer ônus, deixando de juntar documentação comprobatória da propriedade do imóvel indicado, bem como certidões atestando que o imóvel se encontra livre e desembaraçado de qualquer ônus.

Sequer fora juntado laudo de avaliação do imóvel a fim de que fosse verificado se o valor do mesmo satisfaz a obrigação/dívida aqui discutida, não obedecendo, portanto, os requisitos elencados no artigo 847, §1º, inciso I, do CPC/2015, que autoriza a substituição do bem penhorado por um bem imóvel se o executado comprovar as respectivas matrículas e os registros por certidão do correspondente ofício, quando se tratar de bens imóveis, o que não ocorreu no presente caso.

Por fim, observa-se que o Embargado peticionou nos autos (fl. 729), requerendo a ativação dos convênios INFOJUD e RENAJUD da empresa diante da penhora infrutífera e assim despachou o i. magistrado às fls, 731/732:

> "**Considerando a existência de diversas ações semelhantes face à esta ré e as diversas buscas efetuadas no RENAJUD e INFOJUD com resultados negativos, resta inútil mover a máquina judicial diante de tal opção inócua.** Intime-se o exequente para que seja alertado quanto à eficiência e utilidade da adoção do procedimento do protesto do título judicial definitivo, manifestando-se expressamente quanto ao seu efetivo interesse na utilização do instrumento, de acordo com o art. 517 do NCPC e do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, alterado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 18/2016, publicado no DJE em 11.11.2016. Diga o mesmo como pretende prosseguir com a execução, em cinco dias, sob pena de extinção." **(grifos nossos)**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1163
Carimbado Eletronicamente

Logo, diante das inúmeras ações semelhantes em face da Executada KEROCASA, em que se procedeu à pesquisa de outros bens, com resultados negativos, não se mostra razoável aceitar a nomeação de um bem imóvel, sem o cumprimento dos requisitos supracitados.

III – Dos Requerimentos

Diante do exposto, requer o Embargado a manutenção da decisão de fls. 1057, que determinou a penhora sobre o **veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA do sócio executado Sr. Jair Cassio Baptista de Moura**, conforme fundamentação supra, mormente pelo fato de já ter sido quitado integralmente o financiamento em questão.

Não sendo este o entendimento do Juízo, acaso seja considerado o gravame de alienação fiduciária que recai sobre o bem, requer a penhora sobre o direito do Embargante oriundo do contrato de alienação fiduciária.

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2022.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDA GIMENES AMORIM
OAB/RJ 186.768

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1129
Carimbado Eletronicamente

DETRAN.RJ

DETRAN - RJ

CONSULTA AO CADASTRO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULOS (VIA INTERNET)

DENATRAN

CONTRAN

VIA	COD. RENAVAM	ANO DO ÚLTIMO LICENCIAMENTO
***	**********	2018

NOME/ENDEREÇO
JAIR

CPF/CGC	PLACA
**********	KWW5292

PLACA ANT/UF	CHASSI
	**********

ESPECIE TIPO	COMBUSTIVEL
PASSAGEIRO	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
I/BMW 328I ACTIVE FLEX	2014	2014

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5 / 245 / 1997	PARTICULAR	BRANCA

IPVA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC/COTAS
**********	**********	1ª *****
FAIXA I.P.V.A.	PARCELAMENTO/COTAS	2ª *****
**********	**********	3ª *****

PRÊMIO LIQUIDO(R$)	ISOF	PRÊMIO TOTAL(R$)	DATA DE PAGAMENTO
**********	*****	**********	**********

OBSERVAÇÕES
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
ALIENACAO FIDUCIARIA

LOCAL
RIO DE JANEIRO

TJRJ CAP JC07 20211843914 9 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

VOLTAR PARA O TOP

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1177
Carimbado Eletronicamente

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

101/2022/MND

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

CREDOR FIDUCIÁRIO:BANCO SANTANDER - NA PESSOA DE SEU PATRONO PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JUNIOR - OAB/RJ 87.929
Local da diligência: RUA VISCONDE DO URUGUAI, 480 - 6º ANDAR, CENTRO. NITERÓI - RJ

Finalidade: INTIMAR O CREDOR FIDUCIÁRIO PARA CIENCIA DA DECISÃO DE FLS. 1167 TRANSCRITO ABAIXO E EM ANEXO:

DECISÃO:**"Converto o julgamento em diligência, para determinar a intimação do Banco Santander (credor fiduciário), por OJA, na pessoa dos patronos constituídos nos autos do processo que tramitou perante o Juízo da 03 Vara Cível Regional do Méier (fls. 1128 rodapé), para que informe ao Juízo, no prazo de 15 dias, comprovadamente, se acordo celebrado naqueles autos (0007053-87.2020.8.19.0208) no ano de 2020 para quitação em 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido e, por conseguinte, se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante, se for o caso, esclarecendo ainda, se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ. Em caso negativo, para que informe ao Juízo o valor atualizado da dívida objeto do financiamento do veículo em questão (BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014) . Oportunamente, decidirei. "**

O MM. Juiz de Direito, Dr(a). **Valeria Pacha Bichara**, ***MANDA*** que o Oficial de Justiça designado, em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo acima referido, dirigir-se ao local acima indicado, ou onde lhe for apontado, e proceder à diligência ora ordenada, Eu, __Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434 o digitei e conferi.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2022.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **42L6.2ZV9.9A3X.JCC3**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Mandado: 2022016512 Receb.: 12/05/2022 Limite: 09/06/2022 Oficial: Luciana Maria Franca Taves

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1120
Carimbado Eletronicamente

TEIXEIRA TRINO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

MERITÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA 03ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DO MÉIER - COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO Nº: 0007053-87.2020.8.19.0208 (Processo eletrônico)
DCV-229592

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, já devidamente qualificado, doravante também denominado **AUTOR** ou **CREDOR**, **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA, brasileiro,** inscrito no CPF nº 724.023.777-04 , com domicílio na Rua Francisco Vidal , nº 163, casa 2, Pilares ,Rio de Janeiro/RJ CEP:20.750-060 e endereço eletrônico: jaircassio@hotmail.com, doravante também denominado(s) de **RÉU(S),** vêm, o Banco **AUTOR** pode seu(s) advogado(s) devidamente constituídos e com poderes para transigir e o(s) **RÉU(S),** por si, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, neste processo de **BUSCA E APREENSÃO**, informar que as partes transigiram, requerendo, para tanto, a homologação do presente acordo, firmado nos seguintes termos:

1. O(s) **RÉU(S),** se dá(ão) por citado(s) com fundamento no **art. 239, § 1º do CPC**, no presente ato, estando, portanto, ciente(s) de todo o teor da presente ação;

2. Declaram as partes que é/são objeto(s) da presente transação: a(a) operação(ões) de **FIN. VEIC nº 3459000000970860168**, objeto(s) da presente ação;

Matriz: Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, nº 572 - 2º andar, Centro – Niterói/RJ - CEP 24030-128
Filial: Rua Visconde do Uruguai, nº 480 - 6º andar, Centro – Niterói/RJ - CEP 24030-076
Telefone: (21) 3529-9800 • teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br • www.teixeiratrino.adv.br

TJRJ CAP JC07 202118439149 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1121
Carimbado Eletronicamente

3. O(s) **RÉU(S)** reconhece(m) e confessa(m) dever a quantia líquida, certa e exigível de **R$ 53.197,65 (cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, atualizada até o dia **09/07/2020**, referente a(s) operação(ões) indicada(s) na Cláusula 2, manifestando concordância expressa quanto aos critérios de sua apuração, cujo montante resulta dos exatos termos e condições contratuais e legais;

4. Considerando a impossibilidade do(s) **RÉU(S)** em arcar(em) com os valores devidos nas bases originalmente contratadas e devidamente atualizadas, esse(s) propõe(m) e se compromete(m) a pagar ao **AUTOR** o valor de **R$ 37.238,36 (trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos)**, com o que concorda receber o **AUTOR**, para efeito exclusivo do presente acordo, por mera liberalidade, da seguinte forma:

a) **Entrada** no valor de **R$ 4.499,99 (quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**, com vencimento em **13/07/2020**;

b) Saldo remanescente a ser liquidado em **18** parcelas mensais e sucessivas, no valor de **R$ 1.999,47 (mil e novecentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos)**, com **vencimento da 1ª parcela no dia 13/08/2020** e as demais parcelas, com vencimento todo dia **13** dos meses subsequentes.

4.1. Estão incluídas nas parcelas mencionados nas alíneas **"a"** e **"b"** da Cláusula 4, juros remuneratórios de **1% a.m. (um por cento ao mês)**, estando as partes cientes e anuentes com o método de cálculo dos juros;

4.2. **DESCONTO CONDICIONAL**: somente na hipótese do integral cumprimento do pactuado na presente transação, o **AUTOR** concederá um desconto de **R$ 15.959,29 (quinze mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos)** sobre o total atualizado indicado na Cláusula 3;

4.3. Não haverá qualquer acréscimo nas parcelas, desde que o pagamento ocorra em seus respectivos vencimentos. Todavia, em caso de atraso, incidirão sobre a(s)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1122
Carimbado Eletronicamente

parcela(s) vencida(s): (I) juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês); (II) multa irredutível de 2% (dois por cento); (III) correção monetária sobre o valor total devido e atualizado, bem como, em sendo o caso, da multa prevista no artigo 523 do Código de Processo Civil e de honorários advocatícios que ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o total devido;

4.4. O não pagamento do presente acordo pelo(s) **RÉU(S)**, com o atraso superior a 30 (trinta) dias da parcela, poderá acarretar o cancelamento automático do presente acordo, bem como o desconto indicado na clausula 4.2, uma vez que referido desconto é condicional ao integral cumprimento do ora acordado;

4.5. As parcelas indicadas nas alíneas **"a"** e **"b"** da cláusula 4, deverão ser pagas em dinheiro ou cheque administrativo, por meio do adimplemento dos boletos bancários que deverão ser pagos na data aprazada, preferencialmente em uma das agências do **AUTOR**, podendo ainda ser realizado de maneira eletrônica (internet banking, etc.). Os boletos poderão ser remetidos ao endereço postal ou eletrônico (e-mail) do(s) **RÉU(S)**. A ausência de recebimento dos boletos não eximirá o(s) **RÉU(S)** do pagamento do ora pactuado, uma vez que a 2ª via dos boletos poderão ser retirados em qualquer agência, pelo website, aplicativo de celular do Banco Santander (Brasil) S/A, ou ainda, junto ao advogado do credor. Ademais, caso o(s) **RÉU(S)** deseje(m), é possível alterar a forma de pagamento para débito em conta, prescindindo apenas de previa comunicação ao gerente de atendimento, comprometendo-se, caso alterado, a manterem saldo suficiente em conta;

5. Todos e quaisquer pagamentos para amortização da dívida objeto desta petição (inclusive relativos à taxa de juros e aos encargos moratórios, bem como multa), efetuados pelo(s) **RÉU(S)**, conforme aplicável, serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer exigibilidades atinentes aos mesmos;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1123
Carimbado Eletronicamente

6. Não haverá incidência do **I.O.F.** (Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros) nesta transação;

7. As **PARTES** esclarecem que o presente acordo visa o adimplemento da obrigação supramencionada, bem como visa ratificar os instrumentos firmados entre as partes, de modo que ficam hígidas e aqui ratificadas, as garantias oferecidas pelo(s) **RÉU(S)** ao **AUTOR** na concessão do crédito objeto da presente composição, até liquidação do presente acordo, permanecendo inalteradas suas totais condições, natureza, objeto e demais características inerentes ao título objeto desta avença, **conservando-se todas as suas cláusulas e suas respectivas garantias, que serão objeto de busca e apreensão em caso de não cumprimento da presente composição;**

7.1. O(s) **RÉU(S)** indica(m) como garantia do cumprimento da presente composição, os bens elencados abaixo, que na hipótese de inadimplemento do acordo, restarão indicados à penhora para adimplemento das obrigações ora assumidas, sendo certo a ação em tela prosseguirá, caso haja eventual valor remanescente:

•TIPO DE BEM: Veículo // MARCA: BMW // MODELO: 328I SPORT GP 2.0 16V BI-TB 4P // ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO: 2014/2014 // COR: BRANCA// RENAVAM: 01006957291 // CHASSI: WBA3A5102EF977373 // PLACA: KWW5292. Garantia originalmente indicada no contrato de FIN. VEIC nº 3459000000970860168, com avaliação em julho/2020, conforme Tabela FIPE, no valor de R$ 90.196,00 (noventa mil e cento e noventa e seis reais).

8. As condições e a forma de pagamento previstas no presente acordo **NÃO CONSTITUEM NOVAÇÃO** da dívida indicada na (cláusula 4), nem implicam em alteração das condições previstas no(s)contrato(s) original(is) descrito(s) e individualizado(s) neste acordo (cláusula 2), sendo que, o não cumprimento acarretará, de pleno direito, sua rescisão, vencendo-se antecipadamente o **total da dívida principal e acessórias**, na forma confessada nesta transação (cláusula 3), mantendo-se todas as garantias originais, com o prosseguimento do presente processo, independentemente de aviso, notificação ou

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1124
Carimbado Eletronicamente

interpelação judicial ou extrajudicial, requerendo o **AUTOR** o cumprimento da sentença homologatória, pelo valor do débito confessado, devidamente atualizado desde a data de sua atualização (Cláusula 3) até o devido pagamento, pelas taxas contratualmente previstas, abatendo-se eventuais valores pagos;

9. Para efeitos do presente instrumento, entende-se por mora o retardamento, pelo(s) **RÉU(S)** no pagamento do valor avençado no presente instrumento e não dependerá de qualquer aviso e/ou notificação judicial e/ou extrajudicial, para caracterização da mora;

10. Na hipótese de descumprimento, pelo(s) **RÉU(S)**, de qualquer das cláusulas deste instrumento, a eventual tolerância do **AUTOR** não importará em alteração ou renúncia daqueles direitos que, sem prejuízo, poderão ser exercidos a qualquer tempo;

11. Fica o **AUTOR** desde já autorizado expressamente pelo(s) **RÉU(S)** a se utilizar de quaisquer bens, ativos, saldos, créditos ou aplicações porventura existentes em favor deles ou de qualquer empresa do grupo, perante o **AUTOR**, para amortização ou liquidação de qualquer saldo devedor da dívida confessada neste instrumento, efetuando, assim, a compensação entre créditos e débitos;

11.1. A compensação de que trata o *caput* deste cláusula far-se-á independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, aviso, notificação ou interpelação, mediante os competentes lançamentos contábeis e poderá acontecer sempre que ocorrerem quaisquer despesas não honradas e/ou qualquer prestação pecuniária deixar de ser paga pelo(s) **RÉU(S)** no respectivo vencimento;

12. As partes acordam que, após o cumprimento integral de todos os termos da presente transação, darão entre si plena, geral e irretratável quitação relativamente às obrigações/contratos bancários/operações de crédito objetos da presente transação, o que será comunicado pelo **AUTOR**;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1125
Carimbado Eletronicamente

13. Estabelecem as partes que o presente instrumento, acompanhado do(s) respectivo(s) comprovante(s) de pagamento, servirá(ão) para todos os efeitos jurídicos e legais;

14. Dada a composição ora noticiada e o reconhecimento e confissão do saldo devedor dos contratos objeto deste acordo, o(s) **RÉU(S)** renuncia(m) ao direito de opor embargos à execução, impugnação, prestação de contas, ação revisional ou anulatória, ou ainda, ações indenizatórias em face do **AUTOR** que tenha(m) por objeto o(s) título(s)/contrato(s) indicado(s) na presente transação. Renunciam, também, neste ato, ao direito ao respectivo prazo para recorrer da sentença que homologar a presente transação ou de propor ação rescisória;

15. Neste mesmo sentido, em razão do desconto obtido no presente acordo, o(s) **RÉU(S)** obrigam-se, no prazo de até **5 (cinco) dias** contados da assinatura do presente acordo, a requer a renúncia nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "c", do Código de Processo Civil, **de toda(s) e qualquer(quaisquer) ação(ões) proposta(s) em face do AUTOR**, em trâmite ou arquivada provisoriamente;

16. O não atendimento ao previsto nas cláusulas 14 e 15 desta transação, ou seja, na hipótese de propositura de processo administrativo ou judicial, ou ainda, na manutenção de ação, em face do **AUTOR**, o(s) **RÉU(S)** perderão o desconto condicional indicado na Cláusula 5.1 deste instrumento, o presente acordo restará cancelado, com a amortização dos valores eventualmente pagos e, a presente execução, terá prosseguimento pelo valor reconhecido e confessado, devidamente atualizado;

17. Cada parte arcará com as custas processuais já por ela desembolsadas, sem a necessidade de ressarcimento de uma parte em relação a outra, todavia, eventuais custas processuais finais e/ou remanescentes ficarão a cargo exclusivo do(s) **RÉU(S)**;

18. Cada parte arcará com os honorários contratuais de seus respectivos advogados.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1126
Carimbado Eletronicamente

19. Em relação aos honorários sucumbenciais, em sendo cumprido o acordo em sua totalidade, cada parte arcará com os honorários de seus respectivos advogados. Todavia, em caso de inadimplemento do presente acordo pelo(s) o(s) **RÉU(S)** ou ainda na hipótese da não homologação integral dos termos do presente acordo, o(s) patrono(s) do **AUTOR** farão jus aos honorários sucumbenciais nos termos do **artigo 827, do CPC**, servido o presente, após a homologação como título executivo judicial;

20. O(s) **RÉU(S)** autoriza(m) o **AUTOR**, em caráter irrevogável e irretratável, a consultar as informações consolidadas sobre o montante de seus débitos e responsabilidades perante o BACEN - Banco Central do Brasil, nos termos previstos na legislação em vigor do Conselho Monetário Nacional e normas complementares, podendo o **AUTOR** praticar todos os atos necessários;

21. A declaração de nulidade de eventual cláusula constante nesta avença não implica na nulidade absoluta deste instrumento, permanecendo inalteradas e válidas todas as demais cláusulas em todos os seus termos, com o que todas as partes concordam;

22. O **AUTOR** poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, por qualquer meio autorizado em lei, o crédito, os direitos, as obrigações e as garantias prestadas, estando expressamente autorizado a entregar ao cessionário toda a documentação relativa ao crédito e garantias constituídas, independentemente de confirmação, anuência ou ratificação de qualquer do(s) **RÉU(S)**;

23. Incumbe ao(s) **RÉU(S)** as diligências para cancelamento de eventuais protestos lavrados relativamente a contrato objeto da presente transação, nos termos do **art. 26 da Lei 9.492/97**, devendo solicitar diretamente à instituição, após a quitação do acordo, o termo de anuência para a baixa, por meio dos telefones **4004-3535 (Região Metropolitana)** ou **0800 702 3535 (Demais Localidades)**;

24. Convenciona-se, também, que todas e quaisquer diligências e despesas necessárias para a realização de averbações ou baixas de averbações em matrículas, cartórios

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1127
Carimbado Eletronicamente

imobiliários ou quaisquer atos da mesma natureza, em caso de efetivo cumprimento do acordado nesta composição e extinção da demanda judicial em razão da liquidação das dívidas, serão, da mesma forma, de única e exclusiva responsabilidade do(s) **RÉU(S)**;

24.1. O Banco **AUTOR** efetuará a baixa de eventual apontamento negativo registrado nos dados do(s) **RÉU(S)**, com relação ao(s) contratos/operação(ões) descritos na cláusula 2, no prazo de até 5 dias úteis a contar do pagamento do estipulado na cláusula 4.a do presente termo;

24.2. Ficará a cargo de ambas as partes, a responsabilidade, após o integral cumprimento do acordo, requerer a extinção do processo, bem como a baixa da ação junto ao cartório Distribuidor;

24.3. O(s) **RÉU(S)** expressamente reconhece(m) a plena inexistência de qualquer responsabilidade do **AUTOR** pelas referidas inclusões e manutenções nos órgãos de restrição e proteção ao crédito no período anterior ao presente acordo e durante o período de inadimplemento, não tendo, por qualquer ocorrência registrada, nada a pedir ou mesmo reclamar a qualquer título;

25. Este ajuste é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e por seus herdeiros e sucessores, a qualquer título;

26. Renunciam as partes ao prazo recursal para oporem-se, integral ou parcialmente, à sentença homologatória deste acordo;

27. O(s) **RÉU(S)** se obriga(m) a providenciar a devolução do presente instrumento no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas da presente data, na sede deste escritório - **RUA VISCONDE DE URUGUAI, nº 480, 6ª ANDAR, CENTRO, NITERÓI – RJ, CEP: 24.030-076 – e digitalizado para os seguintes e-mails: suporte.juridico32@teixeiratrino.adv.br e assistente.juridico06@teixeiratrino.adv.br**, sob pena do imediato cancelamento dos termos aprovados. Sendo que, eventuais valores

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1128
Carimbado Eletronicamente

efetivamente pagos, sem a devida formalização do acordo, serão amortizados pelo Banco **CREDOR** no saldo devedor do(s) contrato(s) objeto(s) da presente composição;

28. Diante do exposto, **requer seja homologado o presente acordo**, com a consequente **SUSPENSÃO** da presente demanda até o efetivo cumprimento desta avença, com fundamento no **art. 313, II do CPC**, ocasião em que as partes informarão a esse D. Juízo o cumprimento das obrigações com fins de extinção do presente feito.

Termos em que,

Pedem Deferimento.

Niterói/RJ, 13 de julho de 2020.

Pelo Autor:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

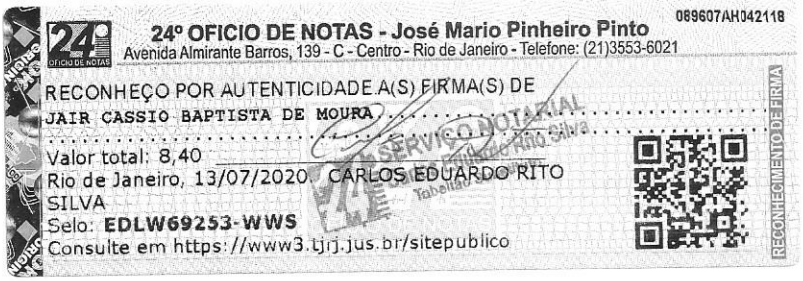
p.p. PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JÚNIOR

OAB/RJ 87.929

Pelo(s) Réu(s):

JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA

CPF: 724.023.777-04



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1167
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 01/04/2022

Decisão

Converto o julgamento em diligência, para determinar a intimação do Banco Santander (credor fiduciário), por OJA, na pessoa dos patronos constituídos nos autos do processo que tramitou perante o Juízo da 03 Vara Cível Regional do Méier (fls. 1128 rodapé), para que informe ao Juízo, no prazo de 15 dias, comprovadamente, se acordo celebrado naqueles autos (0007053-87.2020.8.19.0208) no ano de 2020 para quitação em 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido e, por conseguinte, se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante, se for o caso, esclarecendo ainda, se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ. Em caso negativo, para que informe ao Juízo o valor atualizado da dívida objeto do financiamento do veículo em questão (BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014)
Oportunamente, decidirei.

Rio de Janeiro, 05/05/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1168
Carimbado Eletronicamente

Código de Autenticação: **41CF.5SBF.JB3P.95C3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1158
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

TJRJ CAP JC07 202202167027 01/04/22 15:12:13135727 PROGER-VIRTUAL

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem, à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção ao r. despacho de fl. 1153, **IMPUGNAR OS EMBARGOS À PENHORA** opostos, pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos:

I – Breve Síntese do Alegado pelo Embargante

Inicialmente, nota-se que às fls. 1057, foi deferida a penhora do veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014, indicado às fls.1039, conforme ordem de protocolamento junto ao sistema RENAJUD.

Em face de tal penhora, insurge-se o Embargante afirmando que a empresa devedora originária nesses autos, embora passe por dificuldades financeiras, ainda tem bens imóveis de forma a saldar a execução.

Aduz ainda que o veículo se encontra gravado em alienação fiduciária, não podendo ser considerado como patrimônio do devedor.

Assim, pleiteia a substituição do referido bem penhorado por um imóvel de propriedade da empresa KEROCASA COOPERATIVA

HABITACIONAL, afirmando que o mesmo se encontra desembaraçado e livre de qualquer ônus.

Contudo, não merecem prosperar os embargos opostos, conforme razões adiante aduzidas.

II – Das Razões para a Rejeição dos Embargos

De plano, observa-se que, ao contrário do alegado pelo Embargante, é possível a penhora de direitos de aquisição de veículo alienado fiduciariamente ante a possibilidade de reversão da propriedade com o pagamento integral da dívida contraída ou a sub-rogação nos direitos, resolvendo com o credor eventual pendência.

Cumpre destacar o artigo 835, inciso XII, do CPC/2015, senão vejamos:

> "**Art. 835**. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
> ...
> **XII – direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia."**

Ainda neste sentido:

> EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA SOBRE DIREITOS DO EXECUTADO EM CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. POSSIBILIDADE. Os embargos de terceiro se limitam apenas à manutenção ou restituição da posse ao terceiro, mediante desconstituição do ato de constrição judicial. **No entanto, justamente por haver titularidade pelo devedor de direitos oriundos do contrato de financiamento com alienação fiduciária do veículo, esses direitos são passíveis de penhora** – ato praticado no interesse de outros credores do mesmo devedor. A lei não excluiu essa possibilidade. Insisto: os direitos penhorados estavam no âmbito do patrimônio do devedor. E a efetivação da penhora não afetou os direitos do credor fiduciário, até porque

subsistente a alienação fiduciária sobre o veículo com as consequências previstas no contrato e na lei, se houver futuro inadimplemento pelo devedor. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10003631120198260646 SP 1000363-11.2019.8.26.0646, Relator: Alexandre David Malfatti, Data de Julgamento: 26/03/2021, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 26/03/2021) **(grifou-se)**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENHORA DOS DIREITOS E AÇÕES DE VEÍCULO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**. 1) A existência de gravame de alienação fiduciária no veículo não impede a penhora, devendo a constrição recair apenas sobre os direitos e ações do devedor sobre o bem**, uma vez que este ainda não integra sua esfera patrimonial, impondo-se o resguardo dos direitos do agente fiduciário. 2) A diminuição do valor do bem em decorrência de acidente de trânsito não se presta a afastar a constrição operada. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO EM PARTE. (TJ-RS - AI: 70081939696 RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 17/09/2019, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 26/09/2019) **(grifou-se)**

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – DECISÃO QUE REJEITOU A IMPUGNAÇÃO À PENHORA DO EXECUTADO, MANTENDO -A SOBRE SEUS DIREITOS AO VEÍCULO ALIENADO FIDUCIARIAMENTE – MANUTENÇÃO – **Muito embora não seja possível a penhora de bem alienado fiduciariamente por integrar o patrimônio do agente fiduciário e não do fiduciante até a completa resolução do financiamento, é cabível a penhora sobre os direitos do devedor advindos de referido contrato, como constou da decisão agravada**. Aplicação do art. 835, inc. XIII, do CPC. Recurso desprovido. (TJ-SP - AI: 20953797020198260000 SP 2095379-70.2019.8.26.0000, Relator: Walter Fonseca, Data de Julgamento: 17/07/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/07/2019) **(grifou-se)**

> Agravo de Instrumento. **Penhora sobre veículo com alienação fiduciária. Possibilidade de bloqueio dos direitos decorrentes do contrato e de bloqueio da transferência do veículo**. Agravo conhecido e provido. (TJ-SP - AI: 01000363020218269018 SP 0100036-30.2021.8.26.9018, Relator: Wagner Carvalho Lima, Data de Julgamento: 24/03/2022, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: 24/03/2022) **(grifou-se)**
>
> AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. POSSIBILIDADE DE PENHORA DOS DIREITOS DO DEVEDOR FIDUCIANTE DECORRENTES DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. 1."O bem alienado fiduciariamente, por não integrar o patrimônio do devedor, não pode ser objeto de penhora. **Nada impede, contudo, que os direitos do devedor fiduciante oriundos do contrato sejam constritos.**' (REsp n. 679.821/DF, Relator o Ministro Felix Fisher, Quinta Turma, DJ 17/12/2004, p. 594)" (STJ, AgRg no REsp 1559131/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, j. 15-12-2015, DJe 3-2-2016). (TJ-SC - AI: 01296780620158240000 São Miguel do Oeste 0129678-06.2015.8.24.0000, Relator: José Maurício Lisboa, Data de Julgamento: 21/08/2017, Câmara Especial Regional de Chapecó) **(grifou-se)**

Portanto, não há que se falar em substituição da penhora do veículo, na medida em que é plenamente possível a penhora sobre os direitos do devedor advindos do contrato de alienação fiduciária.

Não bastasse isso, o Embargante anexou as fls. 1120/1128 os termos do acordo firmado com o Banco Santander, agente fiduciário, em que se observa o comprometimento do Embargante com o pagamento de 18 parcelas, com vencimento da primeira no dia 13/08/2020, restando claro que tal parcelamento já findou desde janeiro do corrente ano.

Observa-se ainda que o referido **processo (nº 0007053-87.2020.8.19.0208) já se encontra arquivado, demonstrando a**

quitação do valor acordado, bastando apenas a baixa do gravame junto ao DETRAN, que certamente vem sendo postergada pelo Embargante, para se evitar a perda do bem.

Ademais, o Embargado pede a referida substituição indicando um bem imóvel da empresa, mas sequer comprova a matrícula do mesmo tampouco que o imóvel se encontra desembaraçado e livre de qualquer ônus, deixando de juntar documentação comprobatória da propriedade do imóvel indicado, bem como certidões atestando que o imóvel se encontra livre e desembaraçado de qualquer ônus.

Sequer fora juntado laudo de avaliação do imóvel a fim de que fosse verificado se o valor do mesmo satisfaz a obrigação/dívida aqui discutida, não obedecendo, portanto, os requisitos elencados no artigo 847, §1º, inciso I, do CPC/2015, que autoriza a substituição do bem penhorado por um bem imóvel se o executado comprovar as respectivas matrículas e os registros por certidão do correspondente ofício, quando se tratar de bens imóveis, o que não ocorreu no presente caso.

Por fim, observa-se que o Embargado peticionou nos autos (fl. 729), requerendo a ativação dos convênios INFOJUD e RENAJUD da empresa diante da penhora infrutífera e assim despachou o i. magistrado às fls, 731/732:

> "**Considerando a existência de diversas ações semelhantes face à esta ré e as diversas buscas efetuadas no RENAJUD e INFOJUD com resultados negativos, resta inútil mover a máquina judicial diante de tal opção inócua.** Intime-se o exequente para que seja alertado quanto à eficiência e utilidade da adoção do procedimento do protesto do título judicial definitivo, manifestando-se expressamente quanto ao seu efetivo interesse na utilização do instrumento, de acordo com o art. 517 do NCPC e do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, alterado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 18/2016, publicado no DJE em 11.11.2016. Diga o mesmo como pretende prosseguir com a execução, em cinco dias, sob pena de extinção." **(grifos nossos)**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1163
Carimbado Eletronicamente

Logo, diante das inúmeras ações semelhantes em face da Executada KEROCASA, em que se procedeu à pesquisa de outros bens, com resultados negativos, não se mostra razoável aceitar a nomeação de um bem imóvel, sem o cumprimento dos requisitos supracitados.

III – Dos Requerimentos

Diante do exposto, requer o Embargado a manutenção da decisão de fls. 1057, que determinou a penhora sobre o **veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA do sócio executado Sr. Jair Cassio Baptista de Moura**, conforme fundamentação supra, mormente pelo fato de já ter sido quitado integralmente o financiamento em questão.

Não sendo este o entendimento do Juízo, acaso seja considerado o gravame de alienação fiduciária que recai sobre o bem, requer a penhora sobre o direito do Embargante oriundo do contrato de alienação fiduciária.

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2022.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDA GIMENES AMORIM
OAB/RJ 186.768

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1129
Carimbado Eletronicamente

DETRAN.RJ

DETRAN - RJ

CONSULTA AO CADASTRO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULOS (VIA INTERNET)

DENATRAN

CONTRAN

VIA	COD. RENAVAM	ANO DO ÚLTIMO LICENCIAMENTO
***	**********	2018

NOME/ENDEREÇO
JAIR

CPF/CGC	PLACA
**********	KWW5292

PLACA ANT/UF	CHASSI
	**********

ESPECIE TIPO	COMBUSTIVEL
PASSAGEIRO	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
I/BMW 328I ACTIVE FLEX	2014	2014

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5 / 245 / 1997	PARTICULAR	BRANCA

IPVA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC/COTAS
**********	**********	1ª *****
FAIXA I.P.V.A.	PARCELAMENTO/COTAS	2ª *****
**********	**********	3ª *****

PRÊMIO LIQUIDO(R$)	ISOF	PRÊMIO TOTAL(R$)	DATA DE PAGAMENTO
**********	*****	**********	**********

OBSERVAÇÕES
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
RESTRICAO JUDICIAL
ALIENACAO FIDUCIARIA

LOCAL
RIO DE JANEIRO

TJRJ CAP JC07 20211843914 9 24/11/21 17:34:13138043 PROGER-VIRTUAL

VOLTAR PARA O TOP

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1178
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**09/06/2022**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1179
2000 2020
20 ANOS
Carimbado Eletronicamente

MM. JUIZO DA 7ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL /RJ

Processo n°:0102526-13.2018.8.19.0001

PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JR., inscrito na OAB sob nº 87.929, com endereço comercial na Rua Visconde do Uruguai, nº 480, 6ª andar, Centro, Cidade de Niterói, estado de Rio de Janeiro, vem, respeitosamente perante vossa excelência, em atenção ao mandado de fls. 1175, informa que não patrocina mais nenhuma demanda envolvendo o réu **JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA,** não possuindo mais acesso aos dados do referido cliente.

Niterói, 09 de junho de 2022.

PAULO ROBERTO T. TRINO JUNIOR

OAB/RJ 87.929

TJRJ CAP JC07 202203989512 09/06/22 17:51:24138562 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1180
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Atualizado em	**28/06/2022**
Data	**28/06/2022**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1181
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2022016513
Documento: 100/2022/MND

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado anexo, por meio eletrônico, no dia 08/05/2022, através de contato por meio do telefone (21) 3529-9800, fui informada pela Dra. Ariela que o e-mail do Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior é o seguinte: teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br . Ato contínuo, enviei cópia eletrônica do presente Mandado com a finalidade de INTIMAÇÃO do credor fiduciário BANCO SANTANDER - na pessoa do seu patrono DR. PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JUNIOR - OAB/RJ 87.929, conforme documento em anexo, porém o mesmo não confirmou o recebimento. Outrossim, fui informada que o mesmo se manifestou nos autos às fls. 1178, pelo que devolvo o mandado ao Juízo, e aguardo ulteriores determinações. O referido é verdade. Dou fé.

Resultado do Mandado: Positivo

Niterói, 14 de junho de 2022.

Luciana Maria Franca Taves - 01/16965

Data: 27/06/2022 23:57:59 Local TJ-RJ Motivo: Assinado por LUCIANATAVES

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1182
Carimbado Eletronicamente

REENVIO: Mandado Judicial Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001
Luciana Maria Franca Taves de Castro <lucianataves@tjrj.jus.br>
Qua, 08/06/2022 16:54
Para:

- teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br <teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br>

Ao BANCO SANTANDER S.A.

A/C Dr. Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior - OAB/RJ nº 87.929

> Boa tarde,
>
> Encaminho o Mandado de Intimação nº 100/2022/MND expedido pelo MM. Dr. Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível da Capital-RJ, no processo acima referido, com a finalidade de **INTIMAÇÃO** do CREDOR FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER S.A., na pessoa de seu patrono Dr. Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior - OAB/RJ nº 87.929 , de seu inteiro teor, para os fins de direito.
>
> Solicito que confirme o recebimento para a certificação.
>
> Atenciosamente,
>
> *Luciana Castro*
> *Oficial de Justiça Avaliador - Mat. 01/16965*
> *Central de Mandados do Fórum de Niterói*
> *Telefones: 27164654 / 999528489*

De: Luciana Maria Franca Taves de Castro
Enviado: quarta-feira, 8 de junho de 2022 16:51
Para: teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br <teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br>
Assunto: Mandado Judicial Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

Ao BANCO SANTANDER S.A.

A/C Dr. Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior - OAB/RJ nº 87.929

> Boa tarde,
>
> Encaminho o Mandado de Intimação nº 100/2022/MND expedido pelo MM. Dr. Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível da Capital-RJ, no processo acima referido, com a finalidade de **INTIMAÇÃO** do CREDOR FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER S.A., na pessoa de seu patrono Dr. Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior - OAB/RJ nº 87.929 , de seu inteiro teor, para os fins de direito.
>
> Solicito que confirme o recebimento para a certificação.
>
> Atenciosamente,

Luciana Castro
Oficial de Justiça Avaliador - Mat. 01/16965
Central de Mandados do Fórum de Niterói
Telefones: 27164654 / 999528489

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1183
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1184
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Data	**28/06/2022**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1185
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2022016512
Documento: 101/2022/MND

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado anexo, por meio eletrônico, no dia 08/05/2022, através de contato por meio do telefone (21) 3529-9800, fui informada pela Dra. Ariela que o e-mail do Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior é o seguinte: teixeira.trino@teixeiratrino.adv.br . Ato contínuo, enviei cópia eletrônica do presente Mandado com a finalidade de INTIMAÇÃO do credor fiduciário BANCO SANTANDER - na pessoa do seu patrono DR. PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JUNIOR - OAB/RJ 87.929, porém o mesmo não confirmou o recebimento. Outrossim, fui informada que o mesmo já se manifestou nos autos às fls. 1178, pelo que devolvo o mandado ao Juízo, e aguardo ulteriores determinações. O referido é verdade. Dou fé.

Resultado do Mandado: Positivo

Niterói, 14 de junho de 2022.

Luciana Maria Franca Taves - 01/16965

1498
LUCIANATAVES

Data: 28/06/2022 00:03:04 Local TJ-RJ Motivo: Assinado por LUCIANATAVES

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1186
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**29/06/2022**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1187
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem, à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção a manifestação juntada às fls. 1178/1179, informar que não foi respondido as indagações do juízo pelo patrono do Banco Santander.

Constou do Mandado de Intimação ao patrono Sr. Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior às fls. 1175:

> "Decisão: Converto o julgamento em diligência, **para determinar a intimação do Banco Santander (credor fiduciário)**, por OJA, **na pessoa dos patronos constituídos nos autos do processo que tramitou perante o juízo da 03 Vara Cível Regional do Méier** (fls. 1128 rodapé), **para que informe ao Juízo, no prazo de 15 dias, comprovadamente, se o acordo celebrado naqueles autos (0007053-87.2020.8.19.0208), no ano de 2020 para quitação de 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido e, por conseguinte, se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante, se for o caso, esclarecendo ainda se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ** [...]"

O que constou da manifestação do i. patrono às fls. 1179:

> "PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JR., inscrito na OAB sob nº 87.929, com endereço comercial na Rua Visconde do Uruguai, nº

TJRJ CAP JC07 202204486587 29/06/22 13:34:58140357 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1188
Carimbado Eletronicamente

480, 6º andar, Centro, Cidade de Niterói, estado de Rio de Janeiro, vem, respeitosamente perante vossa excelência, em **atenção ao mandado de fls. 1175, informa que não patrocina mais nenhuma demanda envolvendo o réu JAIR CASSIO BAPTISTA DEMOURA, não possuindo mais acesso aos dados do referido cliente**."

Como pode se observar, *data máxima vênia*, o patrono que patrocinou o Banco Santander nos autos do processo 0007053-87.2020.8.19.0208, não respondeu o que lhe foi indagado.

Assim, requer seja expedida nova intimação a fim de que o patrono informe ao juízo, no prazo de 5 dias:

1. Se o acordo celebrado naqueles autos (0007053-87.2020.8.19.0208), no ano de 2020 para quitação de 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido;
2. Se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante nestes autos; e,
3. Esclarecer se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ.

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Rio de Janeiro, 29 de junho de 2022.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDA GIMENES AMORIM
OAB/RJ 186.768

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1189
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**26/07/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**04/07/2022**
Data da Devolução	**26/07/2022**
Data do Despacho	**26/07/2022**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1190
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 04/07/2022

Despacho

Considerando que o patrono intimado não mais patrocina os interesses da Instituiçpão Financeira, oficie-se ao Banco Santander para que apresente ao Juízo no prazo de 10 dias, as informações necessárias (fls. 1188 itens 1, 2 e 3) ao regular prossseguimento da demanda.

Rio de Janeiro, 26/07/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4UFJ.K34N.C9RB.GPE3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1191
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**26/07/2022**
Data	**26/07/2022**
Descrição	**ofício ao Santander**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1192
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 151/2022/OF

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2022

Processo Nº: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Distribuição:03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA e outro
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

Prezado Senhor,

A fim de instruir os autos da ação supramencionada, solicito a V.Sa. as providências necessárias no sentido de que apresente ao Juízo **no prazo de 10 dias**, as informações necessárias ao regular prosseguimento da demanda, quais sejam: Se o acordo celebrado nos autos do processo que tramitou perante o Juízo da 03 Vara Cível Regional do Méier (**0007053-87.2020.8.19.0208**) no ano de 2020 para quitação em 18 parcelas a partir de AGO/2020, foi integralmente cumprido e, por conseguinte, se a garantia que recaiu sobre o veículo em questão (**BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014**) se encontra liberada em razão da quitação da dívida pelo devedor, ora Embargante, se for o caso, esclarecendo ainda, se houve a baixa do gravame de alienação fiduciária pela Instituição Financeira junto ao DETRAN/RJ.

Atenciosamente,

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

GERENTE DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4IVY.BM8B.YHSC.HPE3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1193
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**22/08/2022**
Data da Juntada	**22/08/2022**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	**oficio resposta**

São Paulo, 19 de Agosto de 2022

DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
VALERIA PACHA BICHARA
CARTORIO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CIVEL
ERASMO BRAGA - 115 - COMPL.: SALA 109 CORREDOR D
CASTELO
RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 20020-903

AUTOR 1: JONATHAN DA SILVA PEREIRA E OUTRO
RÉU: KEROCASA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS
Nº DO OFÍCIO: 1512022
Nº PROCESSO: 01025261320188190001
E-MAIL PROCESSO DIGITAL: CAP07JECIV@TJRJ.JUS.BR

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrito no CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 2235 e 2241, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao ofício em referência, expor o quanto segue.

Em cumprimento a ordem judicial segue abaixo as informações aduzidas após pesquisas em nossos sistemas:

O Veículo **PLACA KWW5292**, Ano/Fab/Mo **2014**, Chassi **WBA3A5102EF977373**

Ø **Titularidade:** JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA – CPF:724.023.777-04
Ø **Contrato:** 86000000970
Ø **Data da contratação:** 16/05/2014
Ø **Quantidade de parcelas:** 60
Ø **Valor da parcela:** 4.827,42
Ø **Valor do contrato:** 178.200,00
Ø **Parcelas pagas:** 44, sendo que a última parcela foi paga em 01/01/2018.
Ø **Situação atual:** Foi realizado um acordo gerando um novo número de contrato, qual seja nº **204757953**, a seguir seguem dados do acordo.

Contrato origem nº 86000000970**– Acordo nº 204757953.**

Ø **Saldo negociado:** R$ 37,238,36
Ø **Valor da parcela:** R$ 1.999,47
Ø **Data cadastramento:** 13/07/2020
Ø **Data vencimento acordo:** 13/01/2022
Ø **Número de parcelas**:19
Ø **Parcelas pagas:** 19, sendo que a última parcela foi paga em 13/01/2022
Ø **Situação atual:** O contrato encontra-se liquidado e o gravame do veículo baixado conforme anexo:

Sendo o que se oferecia no momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

BANCO SANTANDER
Gerência de Ofícios

Christiane Mendes Siqueira
599194

alline maran
610987

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1195
Carimbado Eletronicamente

LSGX5A ******* SANTANDER FINANCIAMENTOS ******* 15/08/22
LSGX501 **SISTEMA NACIONAL DE GRAVAMES** 12:23:11
LSGX5G **CONSULTA DE VEICULO** LSGX5M02

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1196
Carimbado Eletronicamente

*** D A D O S D O F I N A N C I A D O ***

FINANCIADO: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
CPF / CGC : 72402377704

*** D A D O S D O V E I C U L O ***

CHASSI : WBA3A5102EF977373 TIPO CHASSI : 2 (1-REMARCADO 2-NORMAL)
UF/PLACA : RJ / KWW5292 UF LICENCIAMENTO : RJ
RENAVAM : 1006957291 ANO FABRICACAO : 2014
GRAVAME : 7773802 INFORMANTE GRAVAME : FINANCEIRA
STATUS : GRAVAME BAIXADO PELO AGENTE FINANCEIRO EM : 12 / 2 / 2022

*** D A D O S D O C O N T R A T O ***

NOME AGENTE : BANCO SANTANDER(BRASIL)S.A CGC: 90400888000142
DATA CONTRATO: 16 / 5 / 2014 NUMERO CONTRATO: 003334598600000
DATA INCLUSAO: 19 / 5 / 2014 QTDE MESES : 60
DOCUMENTO JA FOI EMITIDO PELO DETRAN EM: 21 / 5 / 2014

==========

PF3=FIM PF7=VOLTA TELA
MENSAGEM=>

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1197
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**26/08/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**22/08/2022**
Data da Devolução	**26/08/2022**
Data do Despacho	**22/08/2022**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1198
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 22/08/2022

Despacho

I-se o exequente para ciência do acrescido e manifestação cabível. Em seguida, certifique-se e voltem conclusos para sentença.

Rio de Janeiro, 22/08/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4QTN.9TE9.WPIG.MRF3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1199
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**29/08/2022**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1200
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2022.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

I-se o exequente para ciência do acrescido e manifestação cabível. Em seguida, certifique-se e voltem conclusos para sentença.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1201
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**01/09/2022**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1202
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem, à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção ao r. despacho de fls. 1198 e diante da resposta do Banco Santander às fls. 1194, a qual informou que o contrato encontra-se liquidado e o gravame do veículo baixado, conforme devidamente informado pela parte autora às fls. 1158, caindo por terra todas as alegações aduzidas pela parte Ré em seus Embargos à Penhora, requer que o mesmo seja julgado totalmente improcedente, com a manutenção da decisão de fls. 1057, que determinou a penhora sobre o veículo BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA do sócio executado Sr. Jair Cassio Baptista de Moura, e a consequente adjudicação do bem, o que desde já se requer.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2022.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDA GIMENES AMORIM
OAB/RJ 186.768

TJRJ CAP JC07 202206300001 01/09/22 16:07:42137254 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1203
Carimbado Eletronicamente

Substabelecimento COM reserva de poderes

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

Substabeleço os poderes a mim conferidos por **JONATHAN DA SILVA PEREIRA**, nos autos do processo em referência para a **Dra. FERNANDA GIMENES AMORIM,** advogada, inscrita na **OAB/RJ sob o nº 186.768**, para que surtam os devidos e legais efeitos.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2022.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 202206300001 01/09/22 16:07:42137254 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1204
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**02/09/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**02/09/2022**
Data da Devolução	**02/09/2022**
Data da Sentença	**02/09/2022**
Tipo da Sentença	**Julgado improcedente o pedido**
Publicado no DO	**Não**
Sentença Após o Recurso	**Sem valor líquido / Não se aplica**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1205
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 02/09/2022

Sentença

Trata-se de Embargos, no qual objetiva o Embargante JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA, sócio da executada originária, em apertada síntese, a desconstituição da constrição judicial que recaiu sobre o veículo que segundo alega se encontra alienado fiduciariamente ao Banco Santander, fato que impede a manutenção da penhora e o prosseguimento dos atos de execção.

Instado a se manifestar o Embargado inisiste na manutenção da penhora, sob o fundamento de que a alienação fiduciária não constitui óbice à constrição realizada e, ainda, que houve celebração de acordo com o Banco para a quitação da dívida, já tendo este sido devidamente quitado nos autos do processo judicial.

O julgamento foi convertido em diligência para se apurar junto ao credor fiduciário a existência da alegada quitação do contrato ou, ainda, a eventual existência de saldo devedor remanescente em aberto, tendo o Banco Santader confirmado a efetiva liquidação da dívida, a extinção do contrato e baixa do gravame junto ao Detran, conforme se vê às fls. 1194/1196.

Feito o breve relato. DECIDO.

Compulsando os autos, verifica este Juízo que não assiste qualquer razão ao Embargante. Isto porque, muito embora à época da oposição dos Embargos ainda existisse saldo devedor do financiamento em aberto e a propriedade não estivesse consolidada, no presente momento a garantia fiduciária se encontra extinta ante a quitação da dívida.

Também não merece acolhida o pedido de substituição da penhora por bem imóvel de titularidade da executada originária, visto que o Embargante sequer trouxe aos autos a certidão atualizada do RGI de modo a se verificar a pertinência do alegado ou mesmo a existência de penhoras precedentes.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1206
Carimbado Eletronicamente

De igual forma e considerando que o executado não pode ser compelido ao recebimento da condenação de forma parcelada, principalmente, em se tratando de executados com notório histórico de inadimplência e descumprimento de acordo, também não há que se falar em autorização de pagamento através da moratória legal prevista no art. 916 do CPC, sobretudo, pela sua inaplicabilidade ao caso concreto em razão do disposto no § 7º do referido dispositivo legal.

Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS e mantenho a penhora que recaiu sobre o veículo I/BMW 328 I ACTIVE FLEX - PLACA KWW5292, Ano/Fab/Mo 2014, Chassi WBA3A5102EF977373 (fls. 1167). Custas pelo Embargante. Sem honorários ante ao disposto no art. 55 da lei 9.099/95.

Certificado pelo cartório o trânsito em julgado, i-se o Embargado para que traga a planilha atualizada da execução e, para que indique o local de guarda de bem para fins de avaliação e regular prosseguimento dos atos de execução.

Rio de Janeiro, 02/09/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

_____

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4VHZ.U92T.EUEA.YYF3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1207
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**12/09/2022**
Data	**06/09/2022**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1208
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Trata-se de Embargos, no qual objetiva o Embargante JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA, sócio da executada originária, em apertada síntese, a desconstituição da constrição judicial que recaiu sobre o veículo que segundo alega se encontra alienado fiduciariamente ao Banco Santander, fato que impede a manutenção da penhora e o prosseguimento dos atos de execção.

Instado a se manifestar o Embargado inisiste na manutenção da penhora, sob o fundamento de que a alienação fiduciária não constitui óbice à constrição realizada e, ainda, que houve celebração de acordo com o Banco para a quitação da dívida, já tendo este sido devidamente quitado nos autos do processo judicial.

O julgamento foi convertido em diligência para se apurar junto ao credor fiduciário a existência da alegada quitação do contrato ou, ainda, a eventual existência de saldo devedor remanescente em aberto, tendo o Banco Santader confirmado a efetiva liquidação da dívida, a extinção do contrato e baixa do gravame junto ao Detran, conforme se vê às fls. 1194/1196.

Feito o breve relato. DECIDO.

Compulsando os autos, verifica este Juízo que não assiste qualquer razão ao Embargante. Isto porque, muito embora à época da oposição dos Embargos ainda existisse saldo devedor do financiamento em aberto e a propriedade não estivesse consolidada, no presente momento a garantia fiduciária se encontra extinta ante a quitação da dívida.

Também não merece acolhida o pedido de substituição da penhora por bem imóvel de titularidade da executada originária, visto que o Embargante sequer trouxe aos autos a certidão atualizada do RGI de modo a se verificar a pertinência do alegado ou mesmo a existência de penhoras precedentes.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1209
Carimbado Eletronicamente

De igual forma e considerando que o executado não pode ser compelido ao recebimento da condenação de forma parcelada, principalmente, em se tratando de executados com notório histórico de inadimplência e descumprimento de acordo, também não há que se falar em autorização de pagamento através da moratória legal prevista no art. 916 do CPC, sobretudo, pela sua inaplicabilidade ao caso concreto em razão do disposto no § 7º do referido dispositivo legal.

Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS e mantenho a penhora que recaiu sobre o veículo I/BMW 328 I ACTIVE FLEX - PLACA KWW5292, Ano/Fab/Mo 2014, Chassi WBA3A5102EF977373 (fls. 1167). Custas pelo Embargante. Sem honorários ante ao disposto no art. 55 da lei 9.099/95.

Certificado pelo cartório o trânsito em julgado, i-se o Embargado para que traga a planilha atualizada da execução e, para que indique o local de guarda de bem para fins de avaliação e regular prosseguimento dos atos de execução.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1210
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Trata-se de Embargos, no qual objetiva o Embargante JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA, sócio da executada originária, em apertada síntese, a desconstituição da constrição judicial que recaiu sobre o veículo que segundo alega se encontra alienado fiduciariamente ao Banco Santander, fato que impede a manutenção da penhora e o prosseguimento dos atos de execção.

Instado a se manifestar o Embargado inisiste na manutenção da penhora, sob o fundamento de que a alienação fiduciária não constitui óbice à constrição realizada e, ainda, que houve celebração de acordo com o Banco para a quitação da dívida, já tendo este sido devidamente quitado nos autos do processo judicial.

O julgamento foi convertido em diligência para se apurar junto ao credor fiduciário a existência da alegada quitação do contrato ou, ainda, a eventual existência de saldo devedor remanescente em aberto, tendo o Banco Santader confirmado a efetiva liquidação da dívida, a extinção do contrato e baixa do gravame junto ao Detran, conforme se vê às fls. 1194/1196.

Feito o breve relato. DECIDO.

Compulsando os autos, verifica este Juízo que não assiste qualquer razão ao Embargante. Isto porque, muito embora à época da oposição dos Embargos ainda existisse saldo devedor do financiamento em aberto e a propriedade não estivesse consolidada, no presente momento a garantia fiduciária se encontra extinta ante a quitação da dívida.

Também não merece acolhida o pedido de substituição da penhora por bem imóvel de titularidade da executada originária, visto que o Embargante sequer trouxe aos autos a certidão atualizada do RGI de modo a se verificar a pertinência do alegado ou mesmo a existência de penhoras precedentes.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1211
Carimbado Eletronicamente

De igual forma e considerando que o executado não pode ser compelido ao recebimento da condenação de forma parcelada, principalmente, em se tratando de executados com notório histórico de inadimplência e descumprimento de acordo, também não há que se falar em autorização de pagamento através da moratória legal prevista no art. 916 do CPC, sobretudo, pela sua inaplicabilidade ao caso concreto em razão do disposto no § 7º do referido dispositivo legal.

Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS e mantenho a penhora que recaiu sobre o veículo I/BMW 328 I ACTIVE FLEX - PLACA KWW5292, Ano/Fab/Mo 2014, Chassi WBA3A5102EF977373 (fls. 1167). Custas pelo Embargante. Sem honorários ante ao disposto no art. 55 da lei 9.099/95.

Certificado pelo cartório o trânsito em julgado, i-se o Embargado para que traga a planilha atualizada da execução e, para que indique o local de guarda de bem para fins de avaliação e regular prosseguimento dos atos de execução.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1212
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Trata-se de Embargos, no qual objetiva o Embargante JAIR CÁSSIO BAPTISTA DE MOURA, sócio da executada originária, em apertada síntese, a desconstituição da constrição judicial que recaiu sobre o veículo que segundo alega se encontra alienado fiduciariamente ao Banco Santander, fato que impede a manutenção da penhora e o prosseguimento dos atos de execção.

Instado a se manifestar o Embargado inisiste na manutenção da penhora, sob o fundamento de que a alienação fiduciária não constitui óbice à constrição realizada e, ainda, que houve celebração de acordo com o Banco para a quitação da dívida, já tendo este sido devidamente quitado nos autos do processo judicial.

O julgamento foi convertido em diligência para se apurar junto ao credor fiduciário a existência da alegada quitação do contrato ou, ainda, a eventual existência de saldo devedor remanescente em aberto, tendo o Banco Santader confirmado a efetiva liquidação da dívida, a extinção do contrato e baixa do gravame junto ao Detran, conforme se vê às fls. 1194/1196.

Feito o breve relato. DECIDO.

Compulsando os autos, verifica este Juízo que não assiste qualquer razão ao Embargante. Isto porque, muito embora à época da oposição dos Embargos ainda existisse saldo devedor do financiamento em aberto e a propriedade não estivesse consolidada, no presente momento a garantia fiduciária se encontra extinta ante a quitação da dívida.

Também não merece acolhida o pedido de substituição da penhora por bem imóvel de titularidade da executada originária, visto que o Embargante sequer trouxe aos autos a certidão atualizada do RGI de modo a se verificar a pertinência do alegado ou mesmo a existência de penhoras precedentes.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1213
Carimbado Eletronicamente

De igual forma e considerando que o executado não pode ser compelido ao recebimento da condenação de forma parcelada, principalmente, em se tratando de executados com notório histórico de inadimplência e descumprimento de acordo, também não há que se falar em autorização de pagamento através da moratória legal prevista no art. 916 do CPC, sobretudo, pela sua inaplicabilidade ao caso concreto em razão do disposto no § 7º do referido dispositivo legal.

Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS e mantenho a penhora que recaiu sobre o veículo I/BMW 328 I ACTIVE FLEX - PLACA KWW5292, Ano/Fab/Mo 2014, Chassi WBA3A5102EF977373 (fls. 1167). Custas pelo Embargante. Sem honorários ante ao disposto no art. 55 da lei 9.099/95.

Certificado pelo cartório o trânsito em julgado, i-se o Embargado para que traga a planilha atualizada da execução e, para que indique o local de guarda de bem para fins de avaliação e regular prosseguimento dos atos de execução.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1214
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 08/09/2022, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS e mantenho a penhora que recaiu sobre o veículo I/BMW 328 I ACTIVE FLEX - PLACA KWW5292, Ano/Fab/Mo 2014, Chassi WBA3A5102EF977373 (fls. 1167). Custas pelo Embargante. Sem honorários ante ao disposto no art. 55 da lei 9.099/95.

Certificado pelo cartório o trânsito em julgado, i-se o Embargado para que traga a planilha atualizada da execução e, para que indique o local de guarda de bem para fins de avaliação e regular prosseguimento dos atos de execução.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2022
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1215
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**09/09/2022**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1216
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem, perante V.Exa., por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção a sentença de fls. 1205/1206, requerer a juntada da planilha atualizada onde foi obtido o valor de R$ 31.413,97 (trinta e um mil, quatrocentos e treze reais e noventa e sete centavos).

Informa, ainda, que o veículo de propriedade do sócio Jair Cassio, modelo I/BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014 - Preço Médio – FIPE: R$ 100.745,00, deverá ser encontrado no endereço do mesmo, qual seja, na Rua Francisca Vidal, nº 163, casa 2, fundos, Pilares, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20750-060.

Termos em que
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2022.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDA GIMENES AMORIM
OAB/RJ 186.768

TJRJ CAP JC07 20220649470 4 09/09/22 13:03:53137791 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1217
Carimbado Eletronicamente

Dano Moral

Valor a ser atualizado:	R$ 4.000,00
Período de atualização monetária:	de 25/02/2019 até 09/09/2022 (1274 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 09/09/2022 (1551 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,19596036**
Valor corrigido:	**R$ 4.783,84**
Valor dos juros:	**R$ 2.473,25**
Valor corrigido + juros:	**R$ 7.257,09**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 7.257,09**
Total em UFIR:	**1.773,70**

Dano Material

Valor a ser atualizado:	R$ 11.667,05
Período de atualização monetária:	de 13/12/2017 até 09/09/2022 (1706 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 09/09/2022 (1551 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,27863371**
Valor corrigido:	**R$ 14.917,88**
Valor dos juros:	**R$ 7.712,54**
Valor corrigido + juros:	**R$ 22.630,42**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 22.630,42**
Total em UFIR:	**5.531,08**

Total parcial: R$ 29.887,51 + 10% (Multa Art. 523, § 1º) = R$ 32.876,26

Total geral: R$ 32.876,26 – 1.462,29 (depósito - fls. 962) = R$ 31.413,97

TJRJ CAP JC07 20220649470 4 09/09/22 13:03:53137791 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1218
Carimbado Eletronicamente

Cálculo de Débitos Judiciais

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Cálculo de Débitos Judiciais

Valor a ser atualizado:	R$ 4.000,00
Período de atualização monetária:	de 25/02/2019 até 09/09/2022 (1274 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 09/09/2022 (1551 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,19596036**
Valor corrigido:	**R$ 4.783,84**
Valor dos juros:	**R$ 2.473,25**
Valor corrigido + juros:	**R$ 7.257,09**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 7.257,09**
Total em UFIR:	**1.773,70**

Esta ferramenta de cálculo não se aplica a débitos judiciais da Fazenda Pública.
O cálculo acima não possui valor legal. Trata-se apenas de uma ferramenta de auxílio na elaboração de contas.

Calculado em 09/09/2022

VOLTAR

TJRJ CAP JC07 20220649470 4 09/09/22 13:03:53137791 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1219
Carimbado Eletronicamente

Cálculo de Débitos Judiciais

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Cálculo de Débitos Judiciais

Valor a ser atualizado:	R$ 11.667,05
Período de atualização monetária:	de 13/12/2017 até 09/09/2022 (1706 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 09/09/2022 (1551 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,27863371**
Valor corrigido:	**R$ 14.917,88**
Valor dos juros:	**R$ 7.712,54**
Valor corrigido + juros:	**R$ 22.630,42**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 22.630,42**
Total em UFIR:	**5.531,08**

Esta ferramenta de cálculo não se aplica a débitos judiciais da Fazenda Pública.
O cálculo acima não possui valor legal. Trata-se apenas de uma ferramenta de auxílio na elaboração de contas.

Calculado em 09/09/2022

VOLTAR

TJRJ CAP JC07 20220649470 4 09/09/22 13:03:53137791 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1220
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 12/09/2022, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

I-se o exequente para ciência do acrescido e manifestação cabível. Em seguida, certifique-se e voltem conclusos para sentença.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2022
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1221
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Atualizado em	**14/09/2022**
Data da Juntada	**14/09/2022**
Tipo de Documento	**Ofício**
Nºdo Documento	**S/N**
Texto	

CORREIOS

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1222
☐ INTIMAÇÃO ☐ CITAÇÃO

AGÊNCIA DE POSTAGEM	Nº DO OBJETO / Nº	DATA DE POSTAGEM
	BR 66660497 5 BR	

AR
9912270551/2020 - SE/RJ
TJERJ
CORREIOS

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO

ao Gerente do Banco Santader Brasil S/A
AVENIDA Presidente Juscelino Kubitschek 2235
CEP 04.543-011 Vila Nova Conceicao Sao Paulo - SP
0102526-13.2018.8.19.0001 OFICIOS 9912314374

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, corredor D;sala 109
Castelo
20020903 - Rio de Janeiro - RJ

CENTRAL DO RIO DE JANEIRO
03 AGO 2022
RIO DE JANEIRO / RJ

DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA DO RECEBEDOR	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
08 / 08 / 22		Carlos Eduardo Ferreira Alves Matr.: 8.902.195-4 Carioca

7535-651-0024

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Folha
1223
Corregedoria Eletrônica

UNIDADE DE POSTAGEM

CARIMBO

- [ ] CARTA
- [ ] IMPRESSO
- [ ] ENCOMENDA
- [ ] CECOGRAMA
- [ ] .....

SERVIÇO

- [ ] REEMBOLSO POSTAL
- [ ] VALE
- [ ] MÃO PRÓPRIA
- [ ] SEDEX
- [ ] .....

VALOR DECLARADO

VALOR DO VALE

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

OCORRÊNCIA

- [ ] MUDOU-SE
- [ ] NÃO PROCURADO
- [ ] AUSENTE
- [ ] NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- [ ] ENDEREÇO INSUFICIENTE
- [ ] FALECIDO
- [ ] DESCONHECIDO
- [ ] RECUSADO
- [ ] ENTREGUE NO LOCAL
- [ ] _____

Sr. Carteiro, em caso de recusa, devolver imediatamente ao remetente.

UNIDADE DE DESTINO

CDD VILA OLIMPIA
08 AGO 2022
SP 15 M
CARIMBO

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE

- [ ] ENTREGUE
- [ ] PAGO

ASSINAR NO ANVERSO

DATA

/ /

DEVOLVER PELA MAIS RÁPIDA (AÉREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1224
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 19/09/2022, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS e mantenho a penhora que recaiu sobre o veículo I/BMW 328 I ACTIVE FLEX - PLACA KWW5292, Ano/Fab/Mo 2014, Chassi WBA3A5102EF977373 (fls. 1167). Custas pelo Embargante. Sem honorários ante ao disposto no art. 55 da lei 9.099/95.

Certificado pelo cartório o trânsito em julgado, i-se o Embargado para que traga a planilha atualizada da execução e, para que indique o local de guarda de bem para fins de avaliação e regular prosseguimento dos atos de execução.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2022
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1225
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 19/09/2022, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS e mantenho a penhora que recaiu sobre o veículo I/BMW 328 I ACTIVE FLEX - PLACA KWW5292, Ano/Fab/Mo 2014, Chassi WBA3A5102EF977373 (fls. 1167). Custas pelo Embargante. Sem honorários ante ao disposto no art. 55 da lei 9.099/95.

Certificado pelo cartório o trânsito em julgado, i-se o Embargado para que traga a planilha atualizada da execução e, para que indique o local de guarda de bem para fins de avaliação e regular prosseguimento dos atos de execução.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2022
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1226
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Trânsito em Julgado	
Data da inclusão do andamento	**25/10/2022**
Data do trânsito em julgado	**04/10/2022**
Texto:	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1227
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**28/10/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**25/10/2022**
Data da Devolução	**28/10/2022**
Data do Despacho	**28/10/2022**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1228
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 25/10/2022

Despacho

I-se o exequente para que cumpra o último parágrafo da sentença, para fins de regular prosseguimento dos atos de execução.

Rio de Janeiro, 28/10/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **49P5.FG5C.DTBU.4ZH3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1229
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**31/10/2022**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1230
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2022.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

I-se o exequente para que cumpra o último parágrafo da sentença, para fins de regular prosseguimento dos atos de execução.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1231
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1232
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 16/11/2022, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

I-se o exequente para que cumpra o último parágrafo da sentença, para fins de regular prosseguimento dos atos de execução.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2022
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1233
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**07/12/2022**
Data	**07/12/2022**
Descrição	**Certifico o decurso do prazo . referente ao despacho de fl.1228, sem manifestação da parte autora, conforme Certidão de Intimação de fls.1232.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1234
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico o decurso do prazo . referente ao despacho de fl.1228, sem manifestação da parte autora, conforme Certidão de Intimação de fls.1232.

Rio de Janeiro, 07/12/2022.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1235
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**12/12/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**07/12/2022**
Data da Devolução	**12/12/2022**
Data do Despacho	**12/12/2022**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1236
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 07/12/2022

Despacho

Aguarde-se por mais 15 dias. Nada sendo requerido, arquive-se.

Rio de Janeiro, 12/12/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4RFU.VNFX.576G.TQI3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1237
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1238
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**13/12/2022**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1239
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vêm perante V.Exa., por suas advogadas infra assinadas, informar, que tempestivamente o autor se manifestou com a juntada da planilha de cálculos em fls 1216 à 1219, anterior ao despacho de fls 1228, que determinava a referida regularização do feito.

Na oportunidade, requer a juntada de nova planilha atualizada aonde foi obtido o valor de R$ 32.085,79 (trinta e dois mil e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

Pede deferimento.
Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2022.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

LARISSA BASTOS DA SILVA
OAB/RJ 207.858

TJRJ CAP JC07 20220865603 12/12/22 15:54:44137534 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1240
Carimbado Eletronicamente

Dano Moral

Valor a ser atualizado:	R$ 11.667,05
Período de atualização monetária:	de 13/12/2017 até 12/12/2022 (1799 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 12/12/2022 (1644 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,27863371**
Valor corrigido:	**R$ 14.917,88**
Valor dos juros:	**R$ 8.175,00**
Valor corrigido + juros:	**R$ 23.092,88**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 23.092,88**
Total em UFIR:	**5.644,11**

Dano Material

Valor a ser atualizado:	R$ 4.000,00
Período de atualização monetária:	de 25/02/2019 até 12/12/2022 (1367 dias)
Tipo de juros:	Juros Simples (360 dias no ano)
Taxa de juros:	12%
Período dos Juros:	de 18/05/2018 até 12/12/2022 (1644 dias)
Honorários (% sobre valor corrigido + juros):	0,00%
Índice de correção monetária:	**1,19596036**
Valor corrigido:	**R$ 4.783,84**
Valor dos juros:	**R$ 2.621,54**
Valor corrigido + juros:	**R$ 7.405,38**
Total de honorários:	**R$ 0,00**
Total:	**R$ 7.405,38**
Total em UFIR:	**1.809,94**

Total parcial: R$ 30.498,26 + 10% (Multa Art. 523 § 1º) = R$ 33.548,08

Total geral: R$ 33.548,08 - R$ 1.462,29 (depósito - fls. 962) = R$ 32.085,79

TJRJ CAP JC07 20220886560 3 12/12/22 15:54:44137534 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1241
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**13/12/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**13/12/2022**
Data da Devolução	**13/12/2022**
Data do Despacho	**13/12/2022**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1242
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 13/12/2022

Despacho

I-se o exequente para cumpra com exatidão e integralmente a determinação anterior, a fim de se evitar a movimentação da máquina judiciária desnecessariamente.

Rio de Janeiro, 13/12/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **42AE.7KKB.5S9M.4SI3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1243
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**13/12/2022**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**13/12/2022**
Data da Devolução	**13/12/2022**
Data do Despacho	**13/12/2022**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1244
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 13/12/2022

Despacho

Reconsidero o despacho anterior, considerando a informação constante da parte final de fls. 1216.

No intuito de dar regular prosseguimento aos atos de execução, expeça-se mandado de verificação e avaliação para o endereço indicado às fls. 1216, devendo o Sr. Oficial de Justiça verificar se o veículo se encontra no local, o seu atual estado de conservação, quilometragem rodada, procedendo à devida avaliação de acordo com as constatações realizadas, obtendo, inclusive, cópia do CRLV e/ou numeração do RENAVAM para fins de apuração das eventuais dívidas tributárias e/ou fiscais que recaiam sobre o bem, com a realização de certidão pormenorizada.

Rio de Janeiro, 13/12/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4BZS.M7UR.QK7B.5SI3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1245
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**25/01/2023**
Data	**25/01/2023**

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Processo Eletrônico

8/2023/MND

MANDADO DE VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001** Distribuído em: 03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nome da Parte Ré : JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Local da Diligência: Rua Francisca Vidal, nº 163 Casa 2 - Fundos - CEP: 20750-060 - Pilares - Rio de Janeiro - RJ

Despacho: ...No intuito de dar regular prosseguimento aos atos de execução, expeça-se mandado de verificação e avaliação para o endereço indicado às fls. 1216, devendo o Sr. Oficial de Justiça **verificar se o veículo se encontra no local, o seu atual estado de conservação, quilometragem rodada, procedendo à devida avaliação de acordo com as constatações realizadas, obtendo, inclusive, cópia do CRLV e/ou numeração do RENAVAM para fins de apuração das eventuais dívidas tributárias e/ou fiscais que recaiam sobre o bem, com a realização de certidão pormenorizada.**

Finalidade: Proceder à VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO do bem, conforme cópia em anexo.
Descrição do bem: **Veículo modelo I/BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014**

O MM. Juiz de Direito, Dr.(a) **Valeria Pacha Bichara M A N D A** O(S) OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADOR(ES), em cumprimento ao presente, extraído dos autos do processo acima referido, dirigir(em)-se ao local da diligência, ou onde lhe(s) for indicado, e proceder(em) à **VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO do(s) bem(es) discriminado(s)**, conforme as cópias que seguem em anexo e deste ficam fazendo parte integrante. Eu, Antonio Carlos Zanini - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/27434, digitei e eu, Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460, subscrevo.

Rio de Janeiro, 25/01/2023.

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

Resultado do mandado:

( )POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO
( )NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
( )CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE

Código para Consulta do Documento/texto no portal do TJERJ: : **4BMW.NWRR.GD69.ZJJ3**

Mandado: 2023002714 Receb.: 25/01/2023 Limite: 22/02/2023 Oficial: Marcelo de Oliveira Tinoco

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1247
Carimbado Eletronicamente

Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Mandado: 2023002714 Receb.: 25/01/2023 Limite: 22/02/2023 Oficial: Marcelo De Oliveira Tinoco

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1067
Carimbado Eletronicamente

RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores

Usuário: VALERIA PACHA BICHARA
20/08/2021 - 17:34:07

Comprovante de Inclusão de Restrição Veicular

Dados do Processo

Tribunal	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO
Comarca/Município	RIO DE JANEIRO
Juiz Inclusão	VALERIA PACHA BICHARA
Órgão Judiciário	CAPITAL VII JUIZADO ESPECIAL CIVEL
N° do Processo	01025261320188190001

Total de veículos: 1

Placa	Placa Anterior	UF	Marca/Modelo	Proprietário	Restrição
KWW5292		RJ	I/BMW 328I ACTIVE FLEX	JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA	Circulação, Penhora

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1068
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1244
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 13/12/2022

Despacho

Reconsidero o despacho anterior, considerando a informação constante da parte final de fls. 1216.

No intuito de dar regular prosseguimento aos atos de execução, expeça-se mandado de verificação e avaliação para o endereço indicado às fls. 1216, devendo o Sr. Oficial de Justiça verificar se o veículo se encontra no local, o seu atual estado de conservação, quilometragem rodada, procedendo à devida avaliação de acordo com as constatações realizadas, obtendo, inclusive, cópia do CRLV e/ou numeração do RENAVAM para fins de apuração das eventuais dívidas tributárias e/ou fiscais que recaiam sobre o bem, com a realização de certidão pormenorizada.

Rio de Janeiro, 13/12/2022.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4BZS.M7UR.QK7B.5SI3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1216
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RIO DE JANEIRO.

Processo nº. 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos da ação que move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA E OUTROS**, vem, perante V.Exa., por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção a sentença de fls. 1205/1206, requerer a juntada da planilha atualizada onde foi obtido o valor de R$ 31.413,97 (trinta e um mil, quatrocentos e treze reais e noventa e sete centavos).

Informa, ainda, que o veículo de propriedade do sócio Jair Cassio, modelo I/BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, Placa KWW5292, ano 2014/2014 - Preço Médio – FIPE: R$ 100.745,00, deverá ser encontrado no endereço do mesmo, qual seja, na Rua Francisca Vidal, nº 163, casa 2, fundos, Pilares, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20750-060.

Termos em que
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2022.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

FERNANDA GIMENES AMORIM
OAB/RJ 186.768

TJRJ CAP JC07 20220649470 4 09/09/22 13:03:53137791 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1248
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada de Mandado	
Atualizado em	**24/02/2023**
Data	**24/02/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1249
Carimbado Eletronicamente

Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Mandado: 2023002714
Documento: 8/2023/MND

AUTO DE VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE BEM MÓVEL

Aos 06 de fevereiro de 2023, às 9h, em cumprimento ao mandado extraído dos autos do processo em referência, compareci no endereço indicado no mandado, Rua Francisca Vidal, 163, casa 2, Pilares, onde, observadas as formalidades legais, verifiquei que o veiculo descrito no mandado estava estacionado no local e procedi à sua avaliação, nos termos seguintes:

MARCA: BMW
MODELO: 328I ACTIVE FLEX
ANO DE FABRICAÇÃO / ANO DO MODELO: 2014/2014
COR: BRANCA
MOTOR/MOVIDO: ALCOOL/GASOLINA
PLACA: KWW-5292
RENAVAM: 01006957291
CHASSI: WBA3A5102EF977373
VERSÃO DO VEÍCULO: FLEX
QUILOMETRAGEM: 44808
FICHA TÉCNICA: SEGUE EM ANEXO

Resultado do Mandado: Positivo

Neste sentido, considerando o seu bom estado de conservação, ATRIBUO ao bem móvel descrito o valor de R$ 110.000 (cento e dez mil reais). O referido é verdade. Dou fé.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2023.

Marcelo de Oliveira Tinoco - 01/27070

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1250
Carimbado Eletronicamente



Ficha técnica: BMW Série 3 2014 alterar

10 versões a partir de **R$ 87.376**

9,1 (8 opiniões)

Simular financiamento

Ver ofertas

Sobre o carro
Fotos
Versões e preços
Ficha Técnica
Opinião do dono
Comparar

Ficha técnica BMW 320i 2.0 ActiveFlex 2014

320i 2.0 ActiveFlex

Alterar versão

Mecânica

Motorização	2.0	
Combustível	Álcool	Gasolina
Potência (cv)	184	N/D
Torque (kgf.m)	27,5	N/D
Velocidade Máxima (km/h)	235	N/D
Tempo 0-100 (s)	7,3	N/D
Consumo cidade (km/l)	N/D	N/D
Consumo estrada (km/l)	N/D	N/D

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1251
Carimbado Eletronicamente

Câmbio	automática com modo manual de 8 marchas
Tração	traseira
Direção	elétrica
Suspensão dianteira	Suspensão tipo McPherson e dianteira com barra estabilizadora, roda tipo independente e molas helicoidal.
Suspensão traseira	Suspensão tipo multibraço e traseira com barra estabilizadora, roda tipo independente e molas helicoidal.
Freios	Quatro freios à disco com quatro discos ventilados.

Dimensões

Altura (mm)	1.429
Largura (mm)	1.811
Comprimento (mm)	4.624
Peso (Kg)	1.495
Tanque (L)	63
Entre-eixos (mm)	2.810
Porta-Malas (L)	480
Ocupantes	5

Segurança

airbag motorista	✓
alarme	✓
freios ABS	✓
airbag passageiro	✓
airbag lateral	✓
controle de tração	✗

Voos Portugal

Reserve no FlyTAP e adira ao Pro que lhe mill vanta Reserv

publicidade

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1252
Carimbado Eletronicamente

distribuição eletrônica de frenagem	✗

Conforto

ar-condicionado	✓
travas elétricas	✓
ar-quente	✗
piloto automático	✗
volante com regulagem de altura	✓
trio eletrico	✗

Som

cd player	✓
cd player com MP3	✓
entrada USB	✓
rádio FM/AM	✓
Kit Multimídia	✓

Bancos

bancos de couro	✓
ajuste de altura	✗
ajuste elétrico	✗

Janelas

vidros elétricos dianteiros	✓
desemb. traseiro	✓

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1253
Carimbado Eletronicamente

teto solar	✗
vidros elétricos traseiros	✓

Outros

computador de bordo	✓
sensor de farol	✓
farol de neblina	✓

A iCarros Ltda. e o presente site não atuam como intermediadores na negociação entre os usuários, seja com relação à compra, troca ou qualquer outro tipo de operação. O usuário reconhece como sendo de sua exclusiva responsabilidade os riscos assumidos nas negociações que vier a efetuar com outros usuários do site. A responsabilidade pela veracidade/autenticidade das informações veiculadas nos anúncios deste site, bem como pelas vendas e/ou entregas de produtos, é exclusiva do anunciante, não podendo o usuário responsabilizar o site ou a iCarros Ltda. por danos diretos ou indiretos causados a si ou a terceiros. **Estoque e preços estão sujeitos a conferência e confirmação pelo anunciante.**

As opiniões dos usuários não refletem necessariamente a opinião da iCarros. Este espaço é destinado a comentários ou críticas construtivas. Os autores de comentários ofensivos são civil e criminalmente responsáveis por conteúdos que violem a lei ou produzam lesão a direitos de terceiros e/ou da iCarros Ltda. É facultado à iCarros excluir opiniões que julgar contrárias aos princípios éticos deste site. As informações encontradas na aba "Catálogo 0km", como dados do veículo, acessórios e preço, são meramente sugestivas, com base em levantamentos periódicos de pesquisa e, devido à movimentação diária, podem não refletir a situação atual. O preço efetivamente praticado e os demais dados do veículo deverão ser confirmados na concessionária.

O iCarros Ltda., localizado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 180, 2º Andar - Itaim Bibi - São Paulo/SP - CEP 04543-000, inscrito perante o CNPJ/MF sob o nº 03.991.201/0001-96, atua como correspondente no País, nos termos da Resolução CMN nº 3.954/11, e encaminha propostas de crédito para: Itaú Unibanco S.A. inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04. As propostas são analisadas e o crédito concedido diretamente pelas instituições financeiras, sem ingerência do iCarros. Verifique sempre as condições e o CET da operação antes de formalizar a contratação. Veja as **tabelas de tarifas vigentes**.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1254
Carimbado Eletronicamente

*A contratação do financiamento está sujeita à análise e aprovação de crédito. A taxa de juros, o valor das parcelas e as outras condições do financiamento variam de acordo com o perfil do cliente, do prazo, valor de entrada e data do pagamento da primeira parcela. Consulte sempre o CET e demais informações previamente à contratação do financiamento.

Sobre as informações de modelos: Direitos Autorais JATO Dynamics Limited, 1990 - 2008. Todos os direitos reservados. JATO assegura em providenciar uma informação precisa e abrangente. Não obstante, a JATO não garante a totalidade dos dados. Solicitamos atenção no uso das informações fornecidas. O uso deste website implica na aceitação pelo usuário/empresa dos Termos e Condições da JATO Dynamics Limited.

icarros

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

DETRAN - RJ Nº 013966970421

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA	CÓD. RENAVAM	R.N.T.R.C.	EXERCÍCIO
1	01006957291	********	2018

NOME
JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA

**** RES.CONTRAN No 310/09 ****
********** *** ******

CPF / CNPJ	PLACA
724.023.777-04	KWW5292

PLACA ANT / UF	CHASSI
*******/**	WBA3A5102EF977373

ESPÉCIE TIPO	COMBUSTÍVEL
PAS/AUTOMOVEL/NAO APLIC	ALCO/GASOL

MARCA / MODELO	ANO FAB	ANO MOD
I/BMW 328I ACTIVE FLEX	2014	2014

CAP / POT / CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5 PAS/245/1997	PARTIC	BRANCA

IPVA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC / COTAS
PAGO	*******	1ª*******
		2ª*******
		3ª*******

FAIXA I.P.V.A.	PARCELAMENTO / COTAS
114186-2	**********

PRÊMIO TARIFÁRIO (R$)	IOF (R$)	PRÊMIO TOTAL (R$)	DATA DE PAGAMENTO
R$41,40	R$0,17	R$45,72	*******
LA009024561O/			*******

OBSERVAÇÕES
*******/**********/CONS BIN 6618
BANCO SANTANDER(BRASIL)S.A
**********/**********

LOCAL	DATA
RIO DE JANEIRO	06062018
	ZX2A

CONTRAN

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

Reconhecido por Semelhança
Cartório
1255
Carimbado Eletronicamente

RJ Nº 013966970421 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO
2018	06062018

VIA	CPF / CNPJ	PLACA
1	724.023.777-04	KWW5292

RENAVAM	MARCA / MODELO
01006957291	I/BMW 328I ACTIVE FLEX

ANO FAB.	CAT.TARIF.	Nº CHASSI
2014	1	WBA3A5102EF977373

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R$)	DENATRAN (R$)	CUSTO DO SEGURO (R$)
18,63	2,07	20,70

CUSTO DO BILHETE (R$)	IOF (R$)	TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
4,15	0,17	45,72

PAGAMENTO
* ☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO
****

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

MAR / 2018

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1256
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**03/03/2023**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**01/03/2023**
Data da Devolução	**03/03/2023**
Data do Despacho	**02/03/2023**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1257
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 01/03/2023

Despacho

I-se o exequente para ciência e requerimento cabível.

Rio de Janeiro, 02/03/2023.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4QIZ.WZAZ.3IX4.2HK3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1258
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**03/03/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1259
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 03 de março de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

I-se o exequente para ciência e requerimento cabível.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1260
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1261
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 03 de março de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

I-se o exequente para ciência e requerimento cabível.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1262
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1263
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 17/03/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

I-se o exequente para ciência e requerimento cabível.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1264
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 17/03/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

I-se o exequente para ciência e requerimento cabível.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1265
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**24/03/2023**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1266
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem, à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção ao r. despacho de fls. 1259 e diante da resposta do Oficial de Justiça às fls. 1294/1255, requerer o prosseguimento da penhora, deferida às fls. 1057, e a consequente alienação do automóvel BMW 328I ACTIVE FLEX BRANCA, já descrito às fls. 1216, por meio de leilão judicial, nos termos do art. 879 e seguintes do CPC.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2023.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

ANDREA CRUZ SALLES
OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 202301642849 24/03/23 15:36:18137538 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1267
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**27/03/2023**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**27/03/2023**
Data da Devolução	**27/03/2023**
Data do Despacho	**27/03/2023**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1268
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 27/03/2023

Despacho

Em que pese se tratar de bem móvel, no intuito de se buscar maior divulgação e eficácia na alienação, esclareça o exequente se pretende indicar leiloeiro na forma do disposto no art. 883 do CPC.

Rio de Janeiro, 27/03/2023.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4HP5.DRJH.L1Y1.D6L3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1269
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**27/03/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1270
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Em que pese se tratar de bem móvel, no intuito de se buscar maior divulgação e eficácia na alienação, esclareça o exequente se pretende indicar leiloeiro na forma do disposto no art. 883 do CPC.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1271
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Em que pese se tratar de bem móvel, no intuito de se buscar maior divulgação e eficácia na alienação, esclareça o exequente se pretende indicar leiloeiro na forma do disposto no art. 883 do CPC.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1272
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1273
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 10/04/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Em que pese se tratar de bem móvel, no intuito de se buscar maior divulgação e eficácia na alienação, esclareça o exequente se pretende indicar leiloeiro na forma do disposto no art. 883 do CPC.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1274
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 10/04/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Em que pese se tratar de bem móvel, no intuito de se buscar maior divulgação e eficácia na alienação, esclareça o exequente se pretende indicar leiloeiro na forma do disposto no art. 883 do CPC.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1275
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**17/04/2023**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1276
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem, à presença de Vossa Excelência, por sua advogada abaixo assinada, em atenção ao r. despacho de fls. 1268, expor e requerer o que segue:

O peticionante, vem, com fulcro no artigo 883 do Código de Processo Civil, indicar o **Leiloeiro Oficial THIAGO DE MIRANDA CARVALHO, matriculado na JUCERJA sob o nº 199** e devidamente credenciado perante o TJRJ (http://www.tjrj.jus.br/cadastro-de-corretores-de-im%C3%B3veis), para realizar a Hasta Pública do bem penhorado às fls. 1057, de acordo com os artigos 879, II e 882 do Código de Processo Civil, que assim dispõe:

Art. 879. A alienação far-se-á:
II - em leilão judicial eletrônico ou presencial.

Art. 882. Não sendo possível a sua realização por meio eletrônico, o leilão será presencial.

Em virtude da preferência legal pelo meio eletrônico, requer-se que o leilão seja realizado eletronicamente através do site **www.mirandacarvalholeiloes.com.br**, sob responsabilidade do leiloeiro supracitado.

As intimações do leiloeiro podem ser feitas através do e-mail **thiagodmc@hotmail.com** ou pelo telefone **0800 780 8000**.

TJRJ CAP JC07 202302116282 17/04/23 09:24:44138293 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1277
Carimbado Eletronicamente

Diante do exposto, requer que seja realizada a Hasta Pública do automóvel penhorado.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2023.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1278
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**18/04/2023**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**17/04/2023**
Data da Devolução	**18/04/2023**
Data do Despacho	**18/04/2023**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1279
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 17/04/2023

Despacho

Homologo a avaliação. Ao Leilão. Nomeio o Leiloeiro THIAGO DE MIRANDA CARVALHO. I-se o leiloeiro para indicação das datas para a hasta pública.

Com a designação das datas, fica desde logo determinada a intimação do(s) exequente (s), executado(s) e todos os demais interessados, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis para a intimação, na forma do art. 889 e incisos do NCPC.

Publique-se o Edital do Leilão, na íntegra, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis, na rede mundial de computadores, no DJERJ e afixe-se o Edital do Leilão no Átrio do Fórum Central, no local destinado para tanto, bem como no Cartório deste Juízo, na forma do art. 887 e respectivos parágrafos do NCPC.

I-se o Sr. Leiloeiro para ciência e adoção das providências que lhe incumbe.
Tendo em vista o disposto no art. 884, parágrafo único, do NCPC e o art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, FIXO A COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32), a cargo do ARREMATANTE, a qual também será devida na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

Deverá o cartório acompanhar e certificar nos autos a regularidade das publicações e intimações necessárias.

Rio de Janeiro, 18/04/2023.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1280
Carimbado Eletronicamente

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4SSM.V7G7.E6RY.EQL3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1281
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**19/04/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1282
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Homologo a avaliação. Ao Leilão. Nomeio o Leiloeiro THIAGO DE MIRANDA CARVALHO. I-se o leiloeiro para indicação das datas para a hasta pública.

Com a designação das datas, fica desde logo determinada a intimação do(s) exequente (s), executado(s) e todos os demais interessados, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis para a intimação, na forma do art. 889 e incisos do NCPC.

Publique-se o Edital do Leilão, na íntegra, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis, na rede mundial de computadores, no DJERJ e afixe-se o Edital do Leilão no Átrio do Fórum Central, no local destinado para tanto, bem como no Cartório deste Juízo, na forma do art. 887 e respectivos parágrafos do NCPC.

I-se o Sr. Leiloeiro para ciência e adoção das providências que lhe incumbe.
Tendo em vista o disposto no art. 884, parágrafo único, do NCPC e o art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, FIXO A COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32), a cargo do ARREMATANTE, a qual também será devida na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

Deverá o cartório acompanhar e certificar nos autos a regularidade das publicações e intimações necessárias.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1283
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Homologo a avaliação. Ao Leilão. Nomeio o Leiloeiro THIAGO DE MIRANDA CARVALHO. I-se o leiloeiro para indicação das datas para a hasta pública.

Com a designação das datas, fica desde logo determinada a intimação do(s) exequente (s), executado(s) e todos os demais interessados, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis para a intimação, na forma do art. 889 e incisos do NCPC.

Publique-se o Edital do Leilão, na íntegra, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis, na rede mundial de computadores, no DJERJ e afixe-se o Edital do Leilão no Átrio do Fórum Central, no local destinado para tanto, bem como no Cartório deste Juízo, na forma do art. 887 e respectivos parágrafos do NCPC.

I-se o Sr. Leiloeiro para ciência e adoção das providências que lhe incumbe.
Tendo em vista o disposto no art. 884, parágrafo único, do NCPC e o art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, FIXO A COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32), a cargo do ARREMATANTE, a qual também será devida na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

Deverá o cartório acompanhar e certificar nos autos a regularidade das publicações e intimações necessárias.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1284
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1285
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Homologo a avaliação. Ao Leilão. Nomeio o Leiloeiro THIAGO DE MIRANDA CARVALHO. I-se o leiloeiro para indicação das datas para a hasta pública.

Com a designação das datas, fica desde logo determinada a intimação do(s) exequente (s), executado(s) e todos os demais interessados, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis para a intimação, na forma do art. 889 e incisos do NCPC.

Publique-se o Edital do Leilão, na íntegra, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis, na rede mundial de computadores, no DJERJ e afixe-se o Edital do Leilão no Átrio do Fórum Central, no local destinado para tanto, bem como no Cartório deste Juízo, na forma do art. 887 e respectivos parágrafos do NCPC.

I-se o Sr. Leiloeiro para ciência e adoção das providências que lhe incumbe.
Tendo em vista o disposto no art. 884, parágrafo único, do NCPC e o art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, FIXO A COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32), a cargo do ARREMATANTE, a qual também será devida na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

Deverá o cartório acompanhar e certificar nos autos a regularidade das publicações e intimações necessárias.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1286
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**29/05/2023**
Data	**24/04/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1287
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **THIAGO DE MIRANDA CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Homologo a avaliação. Ao Leilão. Nomeio o Leiloeiro THIAGO DE MIRANDA CARVALHO. I-se o leiloeiro para indicação das datas para a hasta pública.

Com a designação das datas, fica desde logo determinada a intimação do(s) exequente (s), executado(s) e todos os demais interessados, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis para a intimação, na forma do art. 889 e incisos do NCPC.

Publique-se o Edital do Leilão, na íntegra, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis, na rede mundial de computadores, no DJERJ e afixe-se o Edital do Leilão no Átrio do Fórum Central, no local destinado para tanto, bem como no Cartório deste Juízo, na forma do art. 887 e respectivos parágrafos do NCPC.

I-se o Sr. Leiloeiro para ciência e adoção das providências que lhe incumbe.
Tendo em vista o disposto no art. 884, parágrafo único, do NCPC e o art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, FIXO A COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32), a cargo do ARREMATANTE, a qual também será devida na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

Deverá o cartório acompanhar e certificar nos autos a regularidade das publicações e intimações necessárias.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1288
Carimbado Eletronicamente

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1289
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 02/05/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Homologo a avaliação. Ao Leilão. Nomeio o Leiloeiro THIAGO DE MIRANDA CARVALHO. I-se o leiloeiro para indicação das datas para a hasta pública.

Com a designação das datas, fica desde logo determinada a intimação do(s) exequente (s), executado(s) e todos os demais interessados, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis para a intimação, na forma do art. 889 e incisos do NCPC.

Publique-se o Edital do Leilão, na íntegra, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis, na rede mundial de computadores, no DJERJ e afixe-se o Edital do Leilão no Átrio do Fórum Central, no local destinado para tanto, bem como no Cartório deste Juízo, na forma do art. 887 e respectivos parágrafos do NCPC.

I-se o Sr. Leiloeiro para ciência e adoção das providências que lhe incumbe.
Tendo em vista o disposto no art. 884, parágrafo único, do NCPC e o art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, FIXO A COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32), a cargo do ARREMATANTE, a qual também será devida na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

Deverá o cartório acompanhar e certificar nos autos a regularidade das publicações e intimações necessárias.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1290
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 02/05/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Homologo a avaliação. Ao Leilão. Nomeio o Leiloeiro THIAGO DE MIRANDA CARVALHO. I-se o leiloeiro para indicação das datas para a hasta pública.

Com a designação das datas, fica desde logo determinada a intimação do(s) exequente (s), executado(s) e todos os demais interessados, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis para a intimação, na forma do art. 889 e incisos do NCPC.

Publique-se o Edital do Leilão, na íntegra, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis, na rede mundial de computadores, no DJERJ e afixe-se o Edital do Leilão no Átrio do Fórum Central, no local destinado para tanto, bem como no Cartório deste Juízo, na forma do art. 887 e respectivos parágrafos do NCPC.

I-se o Sr. Leiloeiro para ciência e adoção das providências que lhe incumbe.
Tendo em vista o disposto no art. 884, parágrafo único, do NCPC e o art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, FIXO A COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32), a cargo do ARREMATANTE, a qual também será devida na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

Deverá o cartório acompanhar e certificar nos autos a regularidade das publicações e intimações necessárias.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1291
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 02/05/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Homologo a avaliação. Ao Leilão. Nomeio o Leiloeiro THIAGO DE MIRANDA CARVALHO. I-se o leiloeiro para indicação das datas para a hasta pública.

Com a designação das datas, fica desde logo determinada a intimação do(s) exequente (s), executado(s) e todos os demais interessados, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis para a intimação, na forma do art. 889 e incisos do NCPC.

Publique-se o Edital do Leilão, na íntegra, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis, na rede mundial de computadores, no DJERJ e afixe-se o Edital do Leilão no Átrio do Fórum Central, no local destinado para tanto, bem como no Cartório deste Juízo, na forma do art. 887 e respectivos parágrafos do NCPC.

I-se o Sr. Leiloeiro para ciência e adoção das providências que lhe incumbe.
Tendo em vista o disposto no art. 884, parágrafo único, do NCPC e o art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, FIXO A COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32), a cargo do ARREMATANTE, a qual também será devida na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

Deverá o cartório acompanhar e certificar nos autos a regularidade das publicações e intimações necessárias.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1292
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão THIAGO DE MIRANDA CARVALHO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Homologo a avaliação. Ao Leilão. Nomeio o Leiloeiro THIAGO DE MIRANDA CARVALHO. I-se o leiloeiro para indicação das datas para a hasta pública.

Com a designação das datas, fica desde logo determinada a intimação do(s) exequente (s), executado(s) e todos os demais interessados, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis para a intimação, na forma do art. 889 e incisos do NCPC.

Publique-se o Edital do Leilão, na íntegra, observando-se a antecedência mínima de 5 dias úteis, na rede mundial de computadores, no DJERJ e afixe-se o Edital do Leilão no Átrio do Fórum Central, no local destinado para tanto, bem como no Cartório deste Juízo, na forma do art. 887 e respectivos parágrafos do NCPC.

I-se o Sr. Leiloeiro para ciência e adoção das providências que lhe incumbe.
Tendo em vista o disposto no art. 884, parágrafo único, do NCPC e o art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, FIXO A COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32), a cargo do ARREMATANTE, a qual também será devida na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ, sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

Deverá o cartório acompanhar e certificar nos autos a regularidade das publicações e intimações necessárias.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1293
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**29/05/2023**
Data	**29/05/2023**
Descrição	**Certifico que não houve manifestação da parte interessada.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1294
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que não houve manifestação da parte interessada.

Rio de Janeiro, 29/05/2023.

Raul de Souza Antunes - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/31380

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1295
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**29/05/2023**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**29/05/2023**
Data da Devolução	**29/05/2023**
Data do Despacho	**29/05/2023**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1296
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 29/05/2023

Despacho

Fls. 1294: Esclareça o cartório, primeiramente, se o o leiloeiro indicado e nomeado pelo Juízo foi oportunamente intimado para ciência e adoção das providências pertinentes à realização do leilão, conforme já determinado.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4ZN9.QH6Y.24KL.I1N3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1297
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**30/05/2023**
Data da Juntada	**30/05/2023**
Tipo de Documento	**Documento**
Texto	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1298
Carimbado Eletronicamente

(Sem assunto)

Capital - VII JE Cível <cap07jeciv@tjrj.jus.br>
Ter, 30/05/2023 12:06
Para: thiagodmc@hotmail.com <thiagodmc@hotmail.com>

1 anexos (97 KB)
Processo n. 0102526-13.2018.8.19.0001 fl.1279 - Despacho.pdf;

Prezado Leiloeiro,

encaminho o despacho anexo para providências.

Atenciosamente

Rossana Dusi Vilela
Chefe de Serventia VII JEC
Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Tel.: + 55 (21) 3133-3262–
E-mail: rossanadusi@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1299
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado

Atualizado em	**30/05/2023**
Data	**30/05/2023**
Descrição	**Certifico que, a despeito da intimação eletrônica realizada nos autos, não houve manifestação do leiloeiro.** **Certifico, que nesta data, encaminhei o r. despacho de fls.1279 ao e-mail ao Leiloeiro, conforme cópia juntada.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1300
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que, a despeito da intimação eletrônica realizada nos autos, não houve manifestação do leiloeiro.

Certifico, que nesta data, encaminhei o r. despacho de fls.1279 ao e-mail ao Leiloeiro, conforme cópia juntada.

Rio de Janeiro, 30/05/2023.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1301
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**31/05/2023**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1302
Carimbado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ

TJRJ CAP JC07 202303126933 31/05/23 11:40:32136753 PROGER-VIRTUAL

Processo nº: 0102526-13.2018.8.19.0001

IGOR DE MIRANDA CARVALHO, Leiloeiro Oficial, matriculado na JUCERJA sob o nº 242 e devidamente credenciado no TJ-RJ, honrado com a nomeação de THIAGO DE MIRANDA CARVALHO, na Ação de Indenização Por Dano Material em que **JONATHAN DA SILVA** move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA,** vem, permissa máxima vênia, a presença de Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 879, II, 881, 882 § 1º e § 2º, todos do CPC/15, expor e requerer o que segue:

1) Informar que o Leiloeiro Oficial THIAGO DE MIRANDA CARVALHO sofreu um grave acidente, conforme demonstra os laudos médicos acostados, estando impossibilitado de exercer suas funções. Desse modo, requer-se que Vossa Excelência autorize o peticionante IGOR DE MIRANDA CARVALHO, Leiloeiro Oficial, matriculado na Jucerja sob o nº: 242 e devidamente credenciado no TJ-RJ, a ser o responsável pela condução do presente leilão, através da mesma plataforma de leilões do Leiloeiro Thiago, qual seja, www.mirandacarvalholeiloes.com.br/www.lancejudicial.com.br. Além disso, comunica que já há precedentes acerca da mesma questão, conforme exposto abaixo:

1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital/RJ:

19/08/2021 TJERJ - consulta - Descrição

Processo nº:	0158741-43.2017.8.19.0001
Tipo do Movimento:	Despacho
Descrição:	Fls. 486: proceda-se à habilitação como requerido. Fls. 488/490: considerando os fatos ali narrados, autorizo Igor de Miranda Carvalho, Leiloeiro Oficial, matriculado na Jucerja sob o nº: 242, a ser o responsável pela condução do presente leilão, através da mesma plataforma de leilões do leiloeiro anteriormente nomeado. Acolho as datas ali sugeridas. Aos interessados e ao MP para ciência, inclusive da avaliação. Autorizo a publicação do edital de leilão através dos sites de leilões www.mirandacarvalholeiloes.com.br e www.lancejudicial.com.br. Finalmente, autorizo a arrematação em prestações como ali sugerido.

Imprimir Fechar

2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital/RJ:

0205220-46.2007.8.19.0001 (2007.001.200351-0)

Decisão

1)Fls. 21182/21184, 21203/21204: ao A.J.; 2)Ao Bradesco para que preste esclarecimentos quanto ao pedido de cessão de crédito, na forma da cota do A.J. de fls. 21206/21207; 3)Fls. 20993 e 21183: oficie-se, informando como registrado na cota do A.J. de fls. 21207, item 02, fls. 21210, item 06; 4)Fls. 20998: defiro o pedido de substituição do Leiloeiro, com a concordância do A.J. (fls. 21207), nomeando o profissional indicado, Igor Miranda de Carvalho. Intime-se; 5)Fls. 21020: com razão o A.J. em sua cota de fls. 21208. O do ex-sócio da falida, Antônio Cesar Berenguer Bittencourt Gomes, relatou ter sido informado a respeito de problemas ocorridos em um dos imóveis da massa falida, situados em Barbacena, fato que seria de maior interesse para a preservação dos bens da Massa. Como bem registrado na cota do A.J., o ex-sócio não deve apresentar manifestação em nome da massa falida, eis que não tem legitimidade para representar a Massa Falida em Juízo ou fora dele, sendo tal atribuição exclusivamente do Administrador Judicial, na forma do art. 22 da Lei nº 11.101/2005; 6)Este juízo acolheu os argumentos do AJ e deferiu a realização de perícias em cinco processos relacionados a esta falência. O Ministério Público pugnou pela unificação das perícias por considerar que os objetos se confundem. Intimado a se manifestar o perito informou que cada demanda possui objetos distintos. No processo 0205220-46 foi solicitado a consolidação do QGC e o levantamento de ativos e pagamentos já realizados, no mesmo processo 0205520-46 foi solicitada a perícia no negócio Ferreira Guimarães. Já no processo 0398906-95 foi determinada a revisão da prestação de contas alí fornecidas. No processo 0148535-96 foi determinada a revisão do passivo tributário federal. Já no processo 0137398-83 também foi determinada a revisão da prestação de contas alí fornecidas; O Perito salientou que a primeira e a terceira solicitações já foram concluídas e afirma que os objetos dos trabalhos não se confundem, posto que demandam a verificação de documentos diferentes para análise de objetos distintos referente a mesma falência. Afirma também que já recebeu por trabalhos realizados e não pode deixar de cobrar por novo trabalho, uma vez que o volume de trabalho é maior. Como já registrado nos autos, inicialmente, foi deferida a recuperação judicial da sociedade no ano de 2007 e esta convolada em falência em 2009, As atividades empresariais mantiveram-se até o ano de 2014 já no período falimentar sob a gerência do antigo AJ, sem que houvesse detalhamento do fluxo financeiro do período entre 2009 e 2014. Com o fito principal de pagar todos os credores e dar fim ao processo da melhor forma possível, foi determinada a substituição do A.J. que, ao realizar detida análise do feito falimentar e seus incidentes, pugnou e foi deferida a realização de perícias contábeis nos respectivos processos, de modo a esclarecer certas discrepâncias encontradas e tornar transpartente o presente processo falimentar. O que se percebeu durante o curso do processo falimentar e do incidente promovido pela Fazenda Nacional, foi que a Falida não estava com a contabilidade regular, uma vez que o Fisco registrou que não recebeu créditos não computados pelo AJ, inclusive aqueles gerados durante o tempo de continuidade das atividades empresariais em momento falimentar, o que gerou créditos extraconcursais. Apesar de informar ter realizado o pagamento, o antigo A.J. não apresentou qualquer comprovação neste sentido. O valor apresentado pelo Fisco é de tal monta que impede a continuidade do pagamento dos credores, inclusive os que restam na classe trabalhista porque irá esvair as forças da massa. Realmente, o volume de créditos fiscais apontados pela Fazenda não condiz com o resultado da atividade financeira pós falimentar ,o que aponta pela existência de algum equívoco. Assim, há necessidade de perícias diferentes, tanto da contabilidade da falida, quanto da consolidação do passivo tributário, o que gera a análise de documentações diferentes e aumento do volume de trabalho. Na primeira perícia realizada, restaram constatadas diversas inconsistências, o que demandou a necessidade de uma nova perícia para esmiuçar o 'Negócio Ferreira Guimarães'. Por outro lado, deve-se consignar que houve liberação de dinheiro para manutenção de estrutura própria e exclusiva para administração da falida, com aluguel de escritório próprio, diferente do escritório do administrador, com funcionários exclusivos, entre outras despesas, o que leva a outro objeto de análise pericial com volume e documentos distintos. Insta ressaltar que apesar de toda a estrutura, não foi realizado o trabalho de consolidação do ativo e passivo, o que gerou a necessidade da primeira perícia. A nomeação do Perito Contábil foi determinada, justamente, para que se chegue a um denominador comum, possibilitando, como já registrado, finalizar o processo com o pagamento efetivo de todos os credores e demonstrar de forma transparente o que foi feito com o ativo de uma sociedade que teve condições de se manter em atividade por sete anos após a decretação de falência. Em decisão de index 19654 já foi esclarecido pelo juízo a necessidade de uma verdadeira auditoria nas atividades empresariais realizadas por mais de 7 anos e que se demonstraram prejudiciais a massa falida, Em suma, cada processo tem sua particularidade e, por conta disso, os honorários são pleiteados de acordo com os elementos que as demandas apresentam. Portanto, as perícias não se confundem. Em uma, o trabalho de Consolidação do Passivo Tributário, passará por todo o período pré-falimentar e pós-falimentar, tendo como objeto apreciar as informações apresentadas pela Fazenda Nacional nos autos, com o intuito de confirmar se o passivo atribuído de fato existe e, na segunda perícia, o negócio Ferreira Guimarães é tido como pós-falimentar até o mês de maio/2014, onde será analisada toda a documentação contábil registrada durante o período de atividade da falida após a decretação da falência. Todo o trabalho pericial deve ser remunerado, inclusive quando há complementação de perícia em razão do aumento de trabalho realizado. São cinco processos distintos em que o principal conta com mais de 80 volumes, fora a documentação extra autos que deverá ser periciada. Por tudo isso, HOMOLOGO os honorários periciais como pleiteado referente ao 'Negócio Ferreira Guimarães' e a consolidação do passivo tributário junto a Fazenda Nacional. Intimem-se.

Imprimir Fechar

2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital/RJ:

Processo nº:	0087055-06.2008.8.19.0001 (2008.001.085752-1)
Tipo do Movimento:	Decisão
Descrição:	Tendo em vista informação que dá conta da impossibilidade do Leiloeiro nomeado exercer sua função por problema de saúde (fls. 2084), DEFIRO o pedido de substituição requerido às fls. 2081/2083, autorizando Igor de Miranda Carvalho a proceder o leilão nas mesmas condições, e desde já, HOMOLOGO as datas indicadas. Autorizo a arrematação em prestações como sugerido, no caso de ausência de lances à vista. Publique-se o edital. Intimem-se os interessados e o M.P.

Imprimir Fechar

1ª Vara Cível da Comarca de Volta Redonda/RJ:

Processo nº:	0015569-96.2004.8.19.0066 (2004.066.015490-8)
Tipo do Movimento:	Decisão
Descrição:	Fls. 345/355: 1. Diante do alegado a fls. 345, autorizo a realização do leilão pelo Leiloeiro IGOR DE MIRANDA CARVALHO por meio da mesma plataforma de leilões indicada na decisão de fls. 343 (www.mirandacarvalholeiloes.com.br - www.lancejudicial.com.br). Intimem-se. 2. Homologo as datas de 24/11/201 a 01/12/2021, às 13:20 horas, para a realização da 1ª Hasta Pública, prosseguindo-se até 08/12/2021, às 13:20 horas, caso não haja licitantes no 1º período, na plataforma www.mirandacarvalholeiloes.com.br (www.lancejudicial.com.br). 3. Intimem-se as partes, na forma do artigo 889 do Código de Processo Civil. 4. Expeça-se e publique-se o edital de fls. 349/351, na forma do artigo 887 do Código de Processo Civil, e na forma requerida a fls. 346, item 6. 5. Autorizo a arrematação em prestações, caso não haja lances à vista, na forma requerida a fls. 346, item 5.

2) Caso Vossa Excelência acate o pedido supra, indica-se as seguintes datas para a realização da Hasta Pública **A partir do dia 08/08/2023 terá início a 1ª Hasta Pública, encerrando-se dia 15/08/2023 às 13:10 h (horário de Brasília), nesse lapso temporal serão aceitos lances a partir de 100% do valor da avaliação do bem. Caso não haja licitantes nesse período, o leilão prosseguirá ininterruptamente até o dia 22/08/2023 às 13:10h, onde serão captados lances a partir de 50% da avaliação do bem. As praças serão realizadas virtualmente no site www.mirandacarvalholeiloes.com.br .**

3) Que as partes sejam **intimadas**, mediante uma publicação com as datas do leilão e seu modo de realização no D.O. para ciência da alienação judicial e suas datas, conforme prevê o Art. 889, § único, e seus incisos, do CPC/2015;

4) Que seja publicado o edital de leilão no Diário Eletrônico, além disso, informamos que o edital também será publicado nos sites de leilões www.mirandacarvalholeiloes.com.br e www.lancejudicial.com.br, de acordo com o Art. 887, § 1º, do CPC/2015;

5) Que seja juntado o edital de leilão anexado a presente e o laudo médico do



leiloeiro Thiago.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Termos em que, respeitosamente, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2023.

IGOR DE MIRANDA CARVALHO

LEILOEIRO OFICIAL – JUCERJA Nº: 242

(assinado eletronicamente)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1306
Carimbado Eletronicamente

PODER JUDICIÁRIO
07ª Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, D; sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3133-2991 - e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO E INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) e INTERESSADO(A)S

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO VALÉRIA PACHA BICHARA, JUÍZA TITULAR DO 7ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento que será realizado LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO, ficando nomeado para tanto o Leiloeiro Oficial **IGOR DE MIRANDA CARVALHO**, matriculado na JUCERJA sob o nº: 242 e devidamente credenciado no TJ-RJ, no qual será levado a público por meio de pregão eletrônico de venda e arrematação, nos termos dos artigos 879 e seguintes do CPC, o bem abaixo descrito, no lapso temporal a seguir. **A partir do dia 08/08/2023 terá início a 1ª Hasta Pública, encerrando-se dia 15/08/2023 às 13:10 h (horário de Brasília), nesse lapso temporal serão aceitos lances a partir de 100% do valor da avaliação do bem. Caso não haja licitantes nesse período, o leilão prosseguirá ininterruptamente até o dia 22/08/2023 às 13:10h, onde serão captados lances a partir de 50% da avaliação do bem. As praças serão realizadas virtualmente no site www.mirandacarvalholeiloes.com.br.** Os interessados em arrematar os bens devem se cadastrar previamente no portal www.mirandacarvalholeiloes.com.br para estarem aptos a dar lances. Maiores informações podem ser obtidas através do telefone **3003-0577** e do e-mail **contato@mirandacarvalholeiloes.com.br.**

Processo nº: 0102526-13.2018.8.19.0001
Exequente: JONATHAN DA SILVA PEREIRA.
Executado(a)s: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA.
Valor da execução: R$ 32.085,79, atualizado até dezembro de 2022.
Endereço do bem: Rua Francisca Vidal, nº 163 Casa 2 - Fundos - CEP: 20750-060 - Pilares – Rio de Janeiro.
Descrição do bem: 01 (um) veículo BMW, 328I ACTIVE FLEX, 2014/2014, Cor: Branca, Placa: KWW-5292, RENAVAM: 01006957291, CHASSI: WBA3A5102EF977373, Quilometragem: 44808, flex, em bom estado de conservação.

ÔNUS: Há restrição de circulação e penhora às fls. 1343.

Avaliação do bem: R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)
Lance mínimo aceito: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontram (ad corpus), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para o leilão, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições, características e estado de conservação.

DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pelas regras contidas no artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único: No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço).

TJRJ CAP JC07 202303126933 31/05/23 11:40:32136753 PROGER-VIRTUAL

PODER JUDICIÁRIO
07ª Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, D; sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3133-2991 - e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda nesta hasta/leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e outros ônus que gravam a matrícula, **serão todos baixados/cancelados junto ao RGI competente pelo M.M. Juízo Comitente da hasta/leilão** através de expedição de mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante.

DA RETIRADA: Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s). Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de Entrega do Bem". As demais condições obedecerão ao que dispõe o Código de Processo Civil.

DO PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro, cujo endereço segue: contato@mirandacarvalholeiloes.com.br: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior a 50% do valor da avaliação. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, por hipoteca do próprio bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. **A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15).**

PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado e da comissão de **5%** sobre o preço a título de comissão do Leiloeiro, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça/leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e transferência bancária para a conta do leiloeiro, assim como deverá pagar as taxas judiciárias até o limite máximo previsto. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial.

ACORDO/REMIÇÃO: 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação, que será devido na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ), sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

FRAUDE A ARREMATAÇÃO: Art. 358 do Código Penal: Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital na internet supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Nos termos do **Art. 889, § único**, do CPC, caso o(s) executado(s), cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas e modo de realização das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. E, para

PODER JUDICIÁRIO
07ª Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, D; sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3133-2991 - e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na sede deste Fórum Cível, na forma da lei. **Rio de Janeiro, aos 31 de maio de 2023, Eu, VALÉRIA PACHA BICHARA, JUÍZA TITULAR DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ mandei digitar e subscrevo**. _____ **MMª. Juíza Titular do 7° Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ**.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1309
Carimbado Eletronicamente

Prof. Abelardo Q. C. Araújo
Neurologia
CRM 52-41690-2
Mestre em Neurologia (M.Sc.), Doutor em Ciências (Ph.D.), D.C.N. (IoN, Un. of London, UK)
Professor Associado de Neurologia da Faculdade de Medicina da UFRJ
Pesquisador Titular da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Membro Titular da Academia Brasileira de Neurologia
Fellow of the Association of British Neurologists, UK
Fellow of the American Academy of Neurology, USA

LAUDO MÉDICO

Paciente: Thiago de Miranda Carvalho, CPF número 104.336.537-01

Descrição:

O paciente supra, em acompanhamento neurológico e fisioterápico, apresenta grave sequela motora decorrente de infarto cerebral. Ainda totalmente dependente de auxílio de terceiros para atividades da vida diária, necessitando de cuidados permanentes 24 horas. Ao exame exibe tremor de repouso de cabeça e de MSD, estrabismo com paresia de VI nervo à D, mão tálamo-estriatal E, ataxia cerebelar (MSD>MID, tronco, MID>MIE), hiperreflexia profunda universal, sinal de Babinski bilateral > D com Brissaud à E. Hipoestesia dolorosa à D com normopalestesia.

Diagnóstico(s) pelo Código Internacional de Doenças (CID-10): Dissecção de artérias cerebrais, sem ruptura - I67.0 Seqüelas de infarto cerebral - I69.3

04/01/2023

Prof. Abelardo Araujo
Professor Associado de Neurologia
Pesquisador Titular Fiocruz
CRM 52416902
SIAPE 1124525

TJRJ CAP JC07 202303126933 31/05/23 11:40:32136753 PROGER-VIRTUAL

Av. das Americas 700, Bl. 3, S. 202 - Centro Empresarial Cittá America, Barra da Tijuca - RJ Tel: (21) 2493-9912.
Emergências/Secretária (celular): 21-99831-0400. E-mail: neurocon@hotmail.com.
***ATENÇÃO**: Caso não possa comparecer às consultas previamente agendadas, favor desmarcar com pelo menos 24 hs de antecedência.*

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1310
Carimbado Eletronicamente

Prof. Abelardo Q. C. Araújo
Neurologia
CRM 52-41690-2
Mestre em Neurologia (M.Sc.), Doutor em Ciências (Ph.D.), D.C.N. (IoN, Un. of London, UK)
Professor Associado de Neurologia da Faculdade de Medicina da UFRJ
Pesquisador Titular da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Membro Titular da Academia Brasileira de Neurologia
Fellow of the Association of British Neurologists, UK
Fellow of the American Academy of Neurology, USA

LAUDO MÉDICO

Paciente: Thiago de Miranda Carvalho, CPF número 104.336.537-01

Descrição:

O paciente supracitado encontra-se em acompanhamento médico, neurológico, fonoaudiológico e fisioterapeutico regulares em virtude de grave sequela motora decorrente de acidente vascular encefálico. Necessita manter-se afastado de atividades laborativas a fim de se concentrar na sua reabilitação.

Diagnóstico(s) pelo Código Internacional de Doenças (CID-10): Dissecção de artérias cerebrais, sem ruptura - I67.0 Seqüelas de infarto cerebral - I69.3

28/11/2022

Prof Abelardo Araujo
Professor Associado de Neurologia
Pesquisador Titular Fiocruz
CRM 5241690-2
SIAPE 1124525

Av. das Americas 700, Bl. 3, S. 202 - Centro Empresarial Cittá America, Barra da Tijuca - RJ Tel: (21) 2493-9912.
Emergências/Secretária (celular): 21-99831-0400. E-mail: neurocon@hotmail.com.
***ATENÇÃO**: Caso não possa comparecer às consultas previamente agendadas, favor desmarcar com pelo menos 24 hs de antecedência.*

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1311
Carimbado Eletronicamente

Prof. Abelardo Q. C. Araújo
Neurologia
CRM 52-41690-2
Mestre em Neurologia (M.Sc.), Doutor em Ciências (Ph.D.), D.C.N. (IoN, Un. of London, UK)
Professor Associado de Neurologia da Faculdade de Medicina da UFRJ
Pesquisador Titular da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Membro Titular da Academia Brasileira de Neurologia
Fellow of the Association of British Neurologists, UK
Fellow of the American Academy of Neurology, USA

LAUDO MÉDICO

Paciente: Thiago de Miranda Carvalho, CPF número 104.336.537-01

Descrição:

O paciente supracitado encontra-se em acompanhamento médico, neurológico, fonoaudiológico e fisioterapeutico regulares em virtude de grave sequela motora decorrente de acidente vascular encefálico. Necessita manter-se afastado de atividades laborativas a fim de se concentrar na sua reabilitação.

Diagnóstico(s) pelo Código Internacional de Doenças (CID-10): Dissecção de artérias cerebrais, sem ruptura - I67.0 Seqüelas de infarto cerebral - I69.3

08/09/2022

Prof. Abelardo Araujo
Professor Associado de Neurologia
Pesquisador Titular Ficcruz
CRM 52416902
SUPE 1124525

Av. das Americas 700, Bl. 3, S. 202 - Centro Empresarial Cittá America, Barra da Tijuca - RJ Tel: (21) 2493-9912.
Emergências/Secretária (celular): 21-99831-0400. E-mail: neurocon@hotmail.com.
***ATENÇÃO**: Caso não possa comparecer às consultas previamente agendadas, favor desmarcar com pelo menos 24 hs de antecedência.*

Digitalizado com CamScanner

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1312
Carimbado Eletronicamente

ATESTADO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
CRM: 52-64385-8
Nome: FLAVIO SAMPAIO DOMINGUES
Endereço: R VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 190 SL 1225 - BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO, CEP: 22270012
Telefone: (21) 2537-4968

PACIENTE: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO

Descrição:
Atesto para os devidos fins que o Sr. Thiago de Miranda Carvalho, CPF: 104.336.537-01, encontra-se internado no Casa de Saúde São José, no momento em processo de reabilitação intensiva, ainda sem previsão de alta hospitalar.
CID: S12-7 / I67-0 / I65-1

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2022.

Dados para acesso:
CRM: 64385-8
Código de Validação: bff434e8-08d1-4009-9432-8093c6289ba0

Utilize o Qrcode ou os dados de acesso para validar o documento no endereço abaixo:
http://cremerj.org.br/servicomedico/documentomedico/validar

Não há norma que exija a aposição de carimbo na receita Médica, de acordo com o Parecer CFM n. 01/14.
A ANS entende que a prescrição feita remotamente é equivalente àquelas apresentadas em receituário de papel, para fins de realização do procedimento junto à rede prestadora do plano. Atenta-se à NOTA TÉCNICA Nº 1/2020/COMEC/GEAS/GGRAS/DIRAD-DIPRO/DIPRO, da ANS.
Em caso de problemas com operadoras de saúde, o prestador/usuário poderá entrar em contato com a ANS, pelo telefone 0800 701 9656.

CREMERJ Plataforma desenvolvida pelo CREMERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1313
Carimbado Eletronicamente

ATESTADO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
CRM: 52-64385-8
Nome: FLAVIO SAMPAIO DOMINGUES
Endereço: R VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 190 SL 1225 - BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO, CEP: 22270012
Telefone: (21) 2537-4968

PACIENTE: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO

Descrição:
Atesto para os devidos fins que o Sr. Thiago de Miranda Carvalho, CPF: 104.336.537-01, encontra-se internado no Casa de Saúde São José, no momento em processo de reabilitação intensiva, ainda sem previsão de alta hospitalar.
CID: S12-7 / I67-0 / I65-1

Rio de Janeiro, 03 de Maio de 2022.

Dados para acesso:
CRM: 64385-8
Código de Validação: 2e0dc5b9-61f9-48bf-b396-d85f21108379

Utilize o Qrcode ou os dados de acesso para validar o documento no endereço abaixo:
https://www.cremerj.org.br/servicomedico/documentomedico/validar

Não há norma que exija a aposição de carimbo na receita Médica, de acordo com o Parecer CFM n. 01/14.
A ANS entende que a prescrição feita remotamente é equivalente àquelas apresentadas em receituário de papel, para fins de realização do procedimento junto à rede prestadora do plano. Atenta-se à NOTA TÉCNICA Nº 1/2020/COMEC/GEAS/GGRAS/DIRAD-DIPRO/DIPRO, da ANS.
Em caso de problemas com operadoras de saúde, o prestador/usuário poderá entrar em contato com a ANS, pelo telefone 0800 701 9656.

CREMERJ Plataforma desenvolvida pelo CREMERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1314
Carimbado Eletronicamente

ATESTADO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
CRM: 52-64385-8
Nome: FLAVIO SAMPAIO DOMINGUES
Endereço: R VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 190 SL 1225 - BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO, CEP: 22270012
Telefone: (21) 2537-4968

PACIENTE: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO

Descrição:
Atesto para os devidos fins que o Sr. Thiago de Miranda Carvalho, CPF: 104.336.537-01, encontra-se internado no Hospital Placi, após transferencia hospitalar da Casa de Saúde São José desde 22/06/21, no momento em processo de reabilitação intensiva, ainda sem previsão de alta hospitalar.

CID: S12-7 / I67-0 / I65-1

RIO DE JANEIRO, 17 de Janeiro de 2022.

Dados para acesso:
CRM: 64385-8
Código de Validação: 2421ee95-de3f-4cd1-9006-2bc244b92853

Utilize o Qrcode ou os dados de acesso para validar o documento no endereço abaixo:
https://www.cremerj.org.br/servicomedico/documentomedico/validar

Não há norma que exija a aposição de carimbo na receita Médica, de acordo com o Parecer CFM n. 01/14.
A ANS entende que a prescrição feita remotamente é equivalente àquelas apresentadas em receituário de papel, para fins de realização do procedimento junto à rede prestadora do plano. Atenta-se à NOTA TÉCNICA Nº 1/2020/COMEC/GEAS/GGRAS/DIRAD-DIPRO/DIPRO, da ANS.
Em caso de problemas com operadoras de saúde, o prestador/usuário poderá entrar em contato com a ANS, pelo telefone 0800 701 9656.

CREMERJ Plataforma desenvolvida pelo CREMERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1315
Carimbado Eletronicamente

ATESTADO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
CRM: 52-64385-8
Nome: FLAVIO SAMPAIO DOMINGUES
Endereço: R VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 190 SL 1225 - BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO, CEP: 22270012
Telefone: (21) 2537-4968

PACIENTE: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO

Descrição:
Atesto para os devidos fins que o Sr. Thiago de Miranda Carvalho, CPF: 104.336.537-01, encontra-se internado na Unidade Semi-Intensiva, Casa de Saúde São José, desde 22/06/21, traqueostomizado, gastrostomizado, com interação ainda limitada e intermitente, secundário a infarto do tronco cerebral e cerebelo. No momento, em processo de reabilitação intensiva com fisioterapia e fonoaudiologia, ainda sem previsão de alta hospitalar.

CID: S12-7 / I67-0 / I65-1

RIO DE JANEIRO, 06 de Dezembro de 2021.

Dados para acesso:
CRM: 64385-8
Código de Validação: 3fbf6289-2d6a-438f-ac40-6ad50225aa1e

Utilize o Qrcode ou os dados de acesso para validar o documento no endereço abaixo:
https://www.cremerj.org.br/servicomedico/documentomedico/validar

Não há norma que exija a aposição de carimbo na receita Médica, de acordo com o Parecer CFM n. 01/14.
A ANS entende que a prescrição feita remotamente é equivalente àquelas apresentadas em receituário de papel, para fins de realização do procedimento junto à rede prestadora do plano. Atenta-se à NOTA TÉCNICA Nº 1/2020/COMEC/GEAS/GGRAS/DIRAD-DIPRO/DIPRO, da ANS.
Em caso de problemas com operadoras de saúde, o prestador/usuário poderá entrar em contato com a ANS, pelo telefone 0800 701 9656.

CREMERJ Plataforma desenvolvida pelo CREMERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1316
Carimbado Eletronicamente

ATESTADO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
CRM: 52-64385-8
Nome: FLAVIO SAMPAIO DOMINGUES
Endereço: R VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 190 SL 1225 - BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO, CEP: 22270012
Telefone: (21) 2537-4968

PACIENTE: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO

Descrição:
Atesto para os devidos fins que o Sr. Thiago de Miranda Carvalho, CPF: 104.336.537-01, encontra-se internado no momento na Unidade Semi-Intensiva da Casa de Saúde São José, desde 22/06/21, em suporte ventilatório, traqueostomizado, inconsciente, com interação extremamente limitada por períodos curtos e intermitentes, decorrente de infarto do tronco cerebral e cerebelo, sem previsão de alta hospitalar.

CID: S12-7 / I67-0 / I65-1

RIO DE JANEIRO, 19 de Outubro de 2021.

Dados para acesso:
CRM: 64385-8
Código de Validação: 9e720662-889f-439d-bc7c-7e676ce6c0d8

Utilize o Qrcode ou os dados de acesso para validar o documento no endereço abaixo:
https://www.cremerj.org.br/servicomedico/documentomedico/validar

Não há norma que exija a aposição de carimbo na receita Médica, de acordo com o Parecer CFM n. 01/14.
A ANS entende que a prescrição feita remotamente é equivalente àquelas apresentadas em receituário de papel, para fins de realização do procedimento junto à rede prestadora do plano. Atenta-se à NOTA TÉCNICA Nº 1/2020/COMEC/GEAS/GGRAS/DIRAD-DIPRO/DIPRO, da ANS.
Em caso de problemas com operadoras de saúde, o prestador/usuário poderá entrar em contato com a ANS, pelo telefone 0800 701 9656.

CREMERJ Plataforma desenvolvida pelo CREMERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1317
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**01/06/2023**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**01/06/2023**
Data da Devolução	**01/06/2023**
Data do Despacho	**01/06/2023**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1318
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 01/06/2023

Despacho

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4SPC.V138.TGK8.N6N3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1319
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Atualizado em	**05/06/2023**
Data	**02/06/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1320
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1321
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **THIAGO DE MIRANDA CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1322
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1323
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1324
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1325
Carimbado Eletronicamente

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1326
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**05/06/2023**
Data	**05/06/2023**
Descrição	**Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1327
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.

Rio de Janeiro, 05/06/2023.

Luis Roberto Silveira da Cunha Vasconcellos - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/28956

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1328
Carimbado Eletronicamente
Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Publicação de Edital	
Atualizado em	**05/06/2023**
Data do Edital	**05/06/2023**
Data do Expediente	**05/06/2023**
Data da Publicação	**Não informada.**
Texto	
Índice de Matéria Paga no DO	**Não**
Número de Publicações do Edital no DO	**1**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1329
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**05/06/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1330
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2023.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **FABIANA VIANNA FERRÃO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1331
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2023.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1332
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2023.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1333
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2023.

No. do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Destinatário: **MARLON MARTYR NETO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1334
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico	
Data	**06/06/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1335
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Interessado: IGOR DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **IGOR DE MIRANDA CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1336
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**06/06/2023**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1337
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outra**, vem, à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinadas, em atenção ao despacho de fls. 1318 e ato ordinatório de fls. 1327, informar a ciência da data designada para realização da Hasta Pública do veículo penhorado.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2023.

FABIANA VIANNA FERRÃO
OAB/RJ 126.296

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

TJRJ CAP JC07 202303266756 06/06/23 13:47:44139071 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1338
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão IGOR DE MIRANDA CARVALHO foi regularmente intimado(a) pelo portal em 06/06/2023, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1339
Carimbado Eletronicamente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o edital abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 05/06/2023 e foi publicado em 07/06/2023 na(s) folha(s) 39/41 da edição: Ano 15 - n° 179 do DJE.

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO E INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) e INTERESSADO(A)S A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO VALÉRIA PACHA BICHARA, JUÍZA TITULAR DO 7ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento que será realizado LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO, ficando nomeado para tanto o Leiloeiro Oficial IGOR DE MIRANDA CARVALHO, matriculado na JUCERJA sob o nº: 242 e devidamente credenciado no TJ-RJ, no qual será levado a público por meio de pregão eletrônico de venda e arrematação, nos termos dos artigos 879 e seguintes do CPC, o bem abaixo descrito, no lapso temporal a seguir. A partir do dia 08/08/2023 terá início a 1ª Hasta Pública, encerrando-se dia 15/08/2023 às 13:10 h (horário de Brasília), nesse lapso temporal serão aceitos lances a partir de 100% do valor da avaliação do bem. Caso não haja licitantes nesse período, o leilão prosseguirá ininterruptamente até o dia 22/08/2023 às 13:10h, onde serão captados lances a partir de 50% da avaliação do bem. As praças serão realizadas virtualmente no site www.mirandacarvalholeiloes.com.br. Os interessados em arrematar os bens devem se cadastrar previamente no portal www.mirandacarvalholeiloes.com.br para estarem aptos a dar lances. Maiores informações podem ser obtidas através do telefone 3003-0577 e do e-mail contato@mirandacarvalholeiloes.com.br. Processo nº: 0102526-13.2018.8.19.0001 Exequente: JONATHAN DA SILVA PEREIRA. Executado(a)s: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA. Valor da execução: R$ 32.085,79, atualizado até dezembro de 2022. Endereço do bem: Rua Francisca Vidal, nº 163 Casa 2 - Fundos - CEP: 20750-060 - Pilares ¿ Rio de Janeiro. Descrição do bem: 01 (um) veículo BMW, 328I ACTIVE FLEX, 2014/2014, Cor: Branca, Placa: KWW-5292, RENAVAM: 01006957291, CHASSI: WBA3A5102EF977373, Quilometragem: 44808, flex, em bom estado de conservação. ÔNUS: Há restrição de circulação e penhora às fls. 1343. Avaliação do bem: R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) Lance mínimo aceito: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontram (ad corpus), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para o leilão, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições, características e estado de conservação. DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pelas regras contidas no artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único: No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço). PODER JUDICIÁRIO 07ª Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ Erasmo Braga (Lâmina I), 115, D; sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: (21) 3133-2991 - e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda nesta hasta/leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e outros ônus que gravam a matrícula, serão todos baixados/cancelados junto ao RGI competente pelo M.M. Juízo Comitente da hasta/leilão através de expedição de mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante. DA RETIRADA: Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s). Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo ¿Mandado de Entrega do Bem¿. As demais condições obedecerão ao que dispõe o Código de Processo Civil. DO PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1340
Carimbado Eletronicamente

apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro, cujo endereço segue: contato@mirandacarvalholeiloes.com.br: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior a 50% do valor da avaliação. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, por hipoteca do próprio bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15). PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão do Leiloeiro, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça/leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e transferência bancária para a conta do leiloeiro, assim como deverá pagar as taxas judiciárias até o limite máximo previsto. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial. ACORDO/REMIÇÃO: 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação, que será devido na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ), sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos. FRAUDE A ARREMATAÇÃO: Art. 358 do Código Penal: Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital na internet supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos. Nos termos do Art. 889, § único, do CPC, caso o(s) executado(s), cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas e modo de realização das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. E, para PODER JUDICIÁRIO 07ª Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ Erasmo Braga (Lâmina I), 115, D; sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: (21) 3133-2991 - e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na sede deste Fórum Cível, na forma da lei. Rio de Janeiro, aos 31 de maio de 2023, Eu, VALÉRIA PACHA BICHARA, JUÍZA TITULAR DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ mandei digitar e subscrevo. _____ MMª. Juíza Titular do 7° Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 2023

Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1341
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos	
Atualizado em	**13/06/2023**
Data	**12/06/2023**
Descrição	**ofício para adm. do Fórum**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1342
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 31/2023/OF

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2023

Processo Nº: **0102526-13.2018.8.19.0001**
Distribuição:03/05/2018
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral
Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA e outros Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA e outros

Prezado Senhor,

Venho por meio deste, enviar cópia do Edital de Leilão em anexo, designado pelo Leiloeiro Público Igor de Miranda Carvalho, o qual ocorrerá por meio de pregão eletrônico de venda e arrematação, a partir do dia 08/08/2023 para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Atenciosamente,

Valeria Pacha Bichara
Juiz de Direito

À Administração do Fórum Central da Comarca da Capital - RJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4E4U.YS44.L7A6.PFN3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1343
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 12/06/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1344
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão THIAGO DE MIRANDA CARVALHO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 12/06/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1345
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 12/06/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1346
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 12/06/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ciente do acrescido e da justificativa apresentada. Nomeio em substituição IGOR DE MIRANDA CARVALHO. Anote-se onde couber.
Ciente das datas indicadas para a realização da Hasta Pública.
I-se as partes e demais interessados. Ao cartório para as providências de estilo que antecedem as datas designadas.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1347
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão FABIANA VIANNA FERRAO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 15/06/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1348
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 15/06/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1349
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão PABLO ALEXANDER MARÇAL CERQUEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 15/06/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1350
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARLON MARTYR NETO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 15/06/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Certifico que a Hasta Pública do veículo penhorado nestes autos, terá início virtualmente no site indicado no Edital juntado aos autos, no dia 08/08/2023, encerrando-se no dia 15/08/2023 às 13:10h.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1351
Carimbado Eletronicamente

Fase: Juntada	
Atualizado em	**19/06/2023**
Data da Juntada	**19/06/2023**
Tipo de Documento	**Edital**
Texto	

PODER JUDICIÁRIO
07ª Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, D; sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3133-2991 - e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO E INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) e INTERESSADO(A)S

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO VALÉRIA PACHA BICHARA, JUÍZA TITULAR DO 7ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento que será realizado LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO, ficando nomeado para tanto o Leiloeiro Oficial **IGOR DE MIRANDA CARVALHO**, matriculado na JUCERJA sob o nº: 242 e devidamente credenciado no TJ-RJ, no qual será levado a público por meio de pregão eletrônico de venda e arrematação, nos termos dos artigos 879 e seguintes do CPC, o bem abaixo descrito, no lapso temporal a seguir. **A partir do dia 08/08/2023 terá início a 1ª Hasta Pública, encerrando-se dia 15/08/2023 às 13:10 h (horário de Brasília), nesse lapso temporal serão aceitos lances a partir de 100% do valor da avaliação do bem. Caso não haja licitantes nesse período, o leilão prosseguirá ininterruptamente até o dia 22/08/2023 às 13:10h, onde serão captados lances a partir de 50% da avaliação do bem. As praças serão realizadas virtualmente no site www.mirandacarvalholeiloes.com.br.** Os interessados em arrematar os bens devem se cadastrar previamente no portal www.mirandacarvalholeiloes.com.br para estarem aptos a dar lances. Maiores informações podem ser obtidas através do telefone **3003-0577** e do e-mail **contato@mirandacarvalholeiloes.com.br.**

Processo nº: 0102526-13.2018.8.19.0001
Exequente: JONATHAN DA SILVA PEREIRA.
Executado(a)s: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA.
Valor da execução: R$ 32.085,79, atualizado até dezembro de 2022.
Endereço do bem: Rua Francisca Vidal, nº 163 Casa 2 - Fundos - CEP: 20750-060 - Pilares – Rio de Janeiro.
Descrição do bem: 01 (um) veículo BMW, 328I ACTIVE FLEX, 2014/2014, Cor: Branca, Placa: KWW-5292, RENAVAM: 01006957291, CHASSI: WBA3A5102EF977373, Quilometragem: 44808, flex, em bom estado de conservação.

ÔNUS: Há restrição de circulação e penhora às fls. 1343.

Avaliação do bem: R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)
Lance mínimo aceito: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontram (ad corpus), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para o leilão, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições, características e estado de conservação.

DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pelas regras contidas no artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único: No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço).

PODER JUDICIÁRIO
07ª Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, D; sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3133-2991 - e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda nesta hasta/leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e outros ônus que gravam a matrícula, **serão todos baixados/cancelados junto ao RGI competente pelo M.M. Juízo Comitente da hasta/leilão** através de expedição de mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante.

DA RETIRADA: Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s). Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de Entrega do Bem". As demais condições obedecerão ao que dispõe o Código de Processo Civil.

DO PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro, cujo endereço segue: contato@mirandacarvalholeiloes.com.br: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior a 50% do valor da avaliação. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, por hipoteca do próprio bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. **A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15).**

PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado e da comissão de **5%** sobre o preço a título de comissão do Leiloeiro, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça/leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e transferência bancária para a conta do leiloeiro, assim como deverá pagar as taxas judiciárias até o limite máximo previsto. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial.

ACORDO/REMIÇÃO: 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação, que será devido na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação (parágrafo 3º, do art. 7º, da Resolução nº 236, do CNJ), sem prejuízo do ressarcimento das despesas realizadas, as quais deverão ser comprovadas nos autos.

FRAUDE A ARREMATAÇÃO: Art. 358 do Código Penal: Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital na internet supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Nos termos do **Art. 889, § único**, do CPC, caso o(s) executado(s), cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas e modo de realização das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma

PODER JUDICIÁRIO
07ª Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ
Erasmo Braga (Lâmina I), 115, D; sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3133-2991 - e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

da Lei. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na sede deste Fórum Cível, na forma da lei. **Rio de Janeiro, aos 19 de June de 2023, Eu, VALÉRIA PACHA BICHARA, JUÍZA TITULAR DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ mandei digitar e subscrevo**. _____ **MMª. Juíza Titular do 7° Juizado Especial Cível da Comarca da Capital/RJ**.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1355
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Ato Ordinatório Praticado	
Atualizado em	**25/07/2023**
Data	**25/07/2023**
Descrição	**Certifico que os autos encontram-se paralisados aguardando o resultado do leilão marcado para o dia 08/08/2023, encerrando 15/08/2023.**

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório do 7º Juizado Especial Cível
Erasmo Braga (Lâmina I), 115 corredor D;sala 109 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ
e-mail: cap07jeciv@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1356
Carimbado Eletronicamente

Processo Eletrônico

Processo : **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fls:

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Atos Ordinatórios

Certifico que os autos encontram-se paralisados aguardando o resultado do leilão marcado para o dia 08/08/2023, encerrando 15/08/2023.

Rio de Janeiro, 25/07/2023.

Rossana Dusi Vilela - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21460

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1357
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**28/08/2023**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1358
Carimbado Eletronicamente

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ

Processo nº: 0102526-13.2018.8.19.0001

IGOR DE MIRANDA CARVALHO, Leiloeiro Oficial, matriculado na JUCERJA sob o nº 242 e devidamente credenciado no TJ-RJ, honrado com a nomeação de THIAGO DE MIRANDA CARVALHO, na Ação de Indenização Por Dano Material em que **JONATHAN DA SILVA** move em face de **KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA, JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA e SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA,** vem, permissa máxima vênia, expor e requerer o que segue:

Informar que no dia 22 de agosto de 2023 encerrou o leilão do bem penhorado nos presentes autos, restando ao final com um lance, conforme abaixo:



https://www.mirandacarvalholeiloes.com.br/veiculos/carros/rj/rio-de-janeiro/veiculo-bmw-328i-cor-branca-2014-pilares-rio-de-janeiro-rj-21634

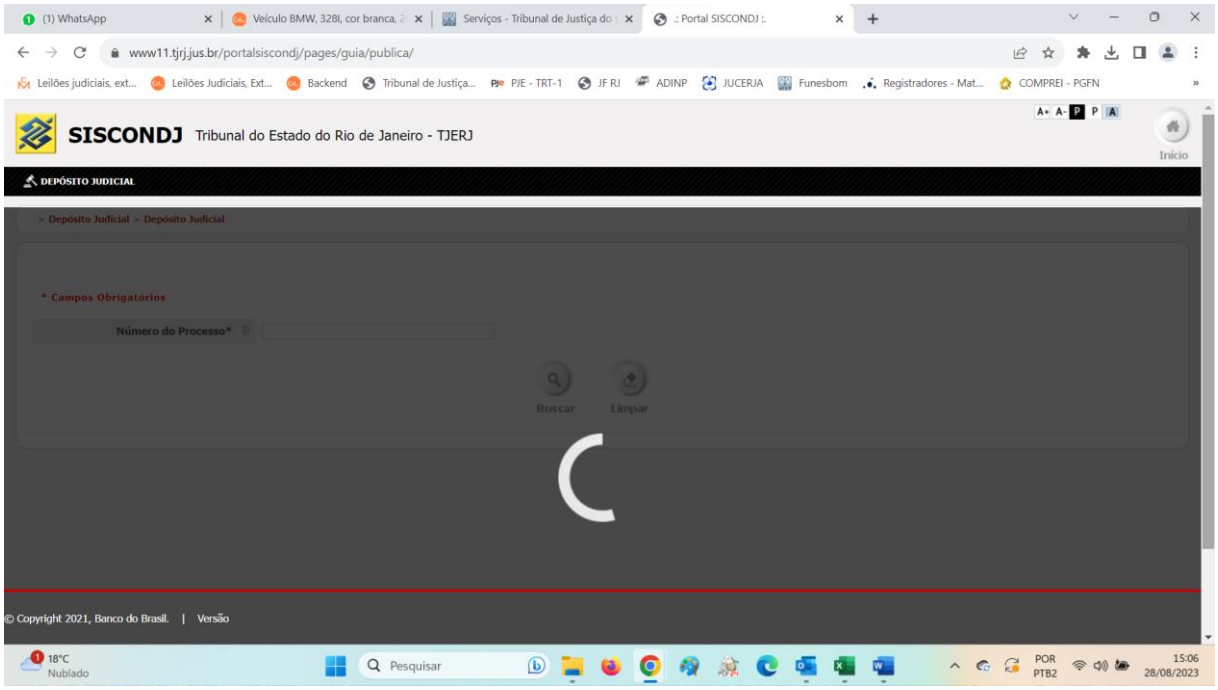
TJRJ CAP JC07 20230513170728/08/23 15:19:47137795 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1359
Carimbado Eletronicamente

Ocorre que após o encerramento do leilão, o ofertante comunicou que o interesse dele seria a arrematação parcelada do bem, apesar de ter ofertado um lance à vista.

Além disso, desde o encerramento do leilão, o sistema de emissão de guias para depósito judicial em processos do Juizado Especial encontra-se fora do ar, não sendo possível cumprir o prazo de pagamento em 24 horas após o encerramento do leilão.

Após o contato com o setor de T.I. do TJ-RJ, não conseguimos obter qualquer informação a respeito de quando o sistema seria reestabelecido. Em consulta realizada na data de hoje, o sistema continua fora do ar, conforme abaixo:



https://www11.tjrj.jus.br/portalsiscondj/pages/guia/publica/ - tentativa de acesso dia 28/08/2023 às 15:07.

Em virtude de todos os fatos que ocorreram, verifica-se que o leilão foi prejudicado por motivos alheios ao peticionante.

Desse modo, requer-se que Vossa Excelência autorize o peticionante a remarcar as datas para o leilão, assim como, informe se será autorizado o pagamento parcelado da arrematação em eventual leilão futuro.



Aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Termos em que, respeitosamente, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2023.

IGOR DE MIRANDA CARVALHO

LEILOEIRO OFICIAL – JUCERJA Nº: 242

(assinado eletronicamente)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1361
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**29/08/2023**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**29/08/2023**
Data da Devolução	**29/08/2023**
Data do Despacho	**29/08/2023**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1362
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Interessado: IGOR DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 29/08/2023

Despacho

Ao exequente para ciência e manifestação pertinente. Após, decidirei.

Rio de Janeiro, 29/08/2023.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4WRA.67Q2.ITDN.E2Q3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1363
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**30/08/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1364
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Interessado: IGOR DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **FABIANA VIANNA FERRÃO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ao exequente para ciência e manifestação pertinente. Após, decidirei.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1365
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Interessado: IGOR DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Ao exequente para ciência e manifestação pertinente. Após, decidirei.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1366
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Juntada	
Data da Juntada	**18/09/2023**
Tipo de Documento	**Petição**
Texto	**Documento eletrônico juntado de forma automática.**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1367
Carimbado Eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 07º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ

TJRJ CAP JC07 20230557436 2 18/09/23 18:10:28138306 PROGER-VIRTUAL

Processo nº 0102526-13.2018.8.19.0001

JONATHAN DA SILVA PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **KEROCASA – COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. E OUTRO**, vêm, à presença de V. Exa., por meio de seus advogados infra-assinados, em atenção ao despacho de fls. 1.362, informar que não se opõe à designação de novas datas para a realização do leilão do bem imóvel.

Termos em que,
Pede deferimento.
Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2023.

ANDREA SALLES
OAB/RJ 96.250

JOÃO VICTOR VIDEIRA
OAB/RJ 248.995

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1368
Carimbado Eletronicamente

Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz	
Atualizado em	**19/09/2023**
Juiz	**Valeria Pacha Bichara**
Data da Conclusão	**19/09/2023**
Data da Devolução	**19/09/2023**
Data do Despacho	**19/09/2023**
Tipo do Despacho	**Proferido despacho de mero expediente**
Publicado no DO	**Não**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1369
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Interessado: IGOR DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Valeria Pacha Bichara

Em 19/09/2023

Despacho

I-se o Leiloeiro para ciência do acrescido e designação das novas datas para a realização do Leilão, bem como adoção das providências pertinentes que antecedem à realização da hasta pública, com a ressalva de que a arrematação deve ser realizada á vista em observância aos princípios que norteiam o Microssistema dos Juizados Especiais.

Rio de Janeiro, 19/09/2023.

Valeria Pacha Bichara - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Valeria Pacha Bichara

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4AII.5SMG.21VA.ULQ3**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1370
Carimbado Eletronicamente

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data	**20/09/2023**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1371
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Interessado: IGOR DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **FABIANA VIANNA FERRÃO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

I-se o Leiloeiro para ciência do acrescido e designação das novas datas para a realização do Leilão, bem como adoção das providências pertinentes que antecedem à realização da hasta pública, com a ressalva de que a arrematação deve ser realizada á vista em observância aos princípios que norteiam o Microssistema dos Juizados Especiais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1372
Carimbado Eletronicamente

Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2023.

Nº do Processo: **0102526-13.2018.8.19.0001**

Partes: Autor: JONATHAN DA SILVA PEREIRA
Escritório de Advocacia: MEDEIROS E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Interessado: THIAGO DE MIRANDA CARVALHO
Interessado: IGOR DE MIRANDA CARVALHO
Réu: KEROCASA - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA
Réu: JAIR CASSIO BAPTISTA DE MOURA
Réu: SERGIO PEREIRA PARENTE DE SOUZA

Destinatário: **IGOR DE MIRANDA CARVALHO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

I-se o Leiloeiro para ciência do acrescido e designação das novas datas para a realização do Leilão, bem como adoção das providências pertinentes que antecedem à realização da hasta pública, com a ressalva de que a arrematação deve ser realizada á vista em observância aos princípios que norteiam o Microssistema dos Juizados Especiais.

ASSINADO DIGITALMENTE PJERJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1373
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão FABIANA VIANNA FERRAO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 12/09/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ao exequente para ciência e manifestação pertinente. Após, decidirei.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1374
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0102526-13.2018.8.19.0001
Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 12/09/2023, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Ao exequente para ciência e manifestação pertinente. Após, decidirei.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2023
Cartório do 7º Juizado Especial Cível